



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História



BRUNO PEREIRA DE LIMA ARANHA

**ENTRE SERTÕES E DESIERTOS:
VIAJANTES BRASILEIROS E
ARGENTINOS NA FRONTEIRA (1882-1905)**

Bruno Pereira de Lima Aranha

**ENTRE SERTÕES E DESIERTOS:
Viajantes brasileiros e argentinos na fronteira (1882-1905)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção de título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: Instituições, Poder e Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Carlo Maurizio Romani

Rio de Janeiro

2020

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

P662 Pereira de Lima Aranha, Bruno
 Entre Sertões e Desiertos: Viajantes brasileiros
 e argentinos na fronteira (1882-1905) / Bruno
 Pereira de Lima Aranha. -- Rio de Janeiro, 2020.
 431

 Orientador: Carlo Maurizio Romani.
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
 Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
 em História, 2020.

 1. Fronteira. 2. Borderland. 3. Fronteira Brasil-
 Argentina. 4. Sertão. 5. Desierto. I. Romani,
 Carlo Maurizio, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção de título de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlo Maurizio Romani - Orientador

Prof.^a Dr.^a María Angélica Amable - Instituto Superior Antonio Ruiz de Montoya

Prof.^a Dr.^a Carla Menegat - Instituto Federal Sul-Riograndedense

Prof. Dr. Gabriel Passetti - Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Heloisa Maria Bertol Domingues - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)

Prof.^a Dr.^a Moema de Rezende Vergara - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) - Suplente

Prof.^a Dr.^a Nathália Sanglard de Almeida Nogueira (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) - Suplente

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2020.

Dedicado à vó Jacinta e à minha querida
amiga Vivian, em memória.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não se limitou apenas ao trabalho solitário da escrita. Ao longo desses quatro anos, ela também foi constituída de vários percursos por diversos lugares e fronteiras. Para quem veio da “boca do sertão” de Itu, no interior paulista, onde na minha infância/juventude apenas conhecia o mundo exterior através dos livros do Júlio Verne e dos discos do Iron Maiden, hoje ainda me custa acreditar na quantidade de lugares pelos quais andei durante a minha trajetória acadêmica. Para mim, ir a São Paulo para cursar a graduação na USP, depois de todo um pedaço de vida preso à rotina de trabalhar como operário durante o dia e cursar a escola estadual no período noturno, foi como chegar à Lua que eu conhecia através das descrições de Verne. Mal sabia eu que ainda iria cruzar tantas outras fronteiras...

A primeira parada foi na Argentina para um intercâmbio na Universidade de Buenos Aires, lugar onde surgiu o embrião desta pesquisa. Em minhas idas à Biblioteca Nacional de la República Argentina pude conhecer a obra da professora María Angélica Amable. Alguns anos depois, enquanto residia em Portugal, já no mestrado, para a realização de um estágio na Universidade do Porto, comecei a ter um contato mais direto com a professora pela via de correio eletrônico. Aos poucos, foi surgindo uma linda amizade que foi sendo solidificada ainda mais através dos anos na medida em que nos encontramos por diversas vezes entre o Brasil e a Argentina. O meu primeiro agradecimento vai justamente para esta professora e amiga que esteve sempre ao meu lado durante todos esses anos.

Agradeço ao meu orientador Carlo Romani, acima de tudo pelo ser humano que ele representa. Também por ser um grande erudito, sem vaidades e atitudes presunçosas, características essas infelizmente bastante comuns dentro do meio acadêmico. Obrigado pela amizade, pela preciosa orientação e por ampliar a minha visão de mundo acerca dos rincões fronteiriços.

A professora Carla Menegat é outra pessoa que teve importância essencial nessa trajetória. Foram tantos encontros por esse Brasil afora em diversos congressos e reuniões do GT Fronteiras e Territorialidades: Florianópolis, Brasília, Rio de Janeiro, Erechim e Recife. Obrigado pelo apoio, pelas orientações na qualificação e, acima de tudo, pela sua inestimável amizade.

A amizade nascida na Universidade de Buenos Aires com meu amigo carioca Bruno Gambert teve vários desdobramentos ao longo dos anos. Um deles foi ele ter me

apresentando a UNIRIO durante um congresso em Florianópolis. Obrigado também pela ajuda durante as minhas estadas na cidade maravilhosa.

No Rio de Janeiro não poderia deixar de agradecer ao Luan Mendes e toda a sua família em Nova Iguaçu por me ajudarem num momento bastante crucial da minha vida. Um tempo antes nos conhecemos por acaso num congresso em Brasília. Estava eu no café da manhã do hotel trajando o manto sagrado do Corinthians e isso chamou a sua atenção para puxar papo comigo. Por esse motivo, agradeço ao todo poderoso Timão por gerar mais essa preciosa amizade. Aproveitando à anedota futebolística, agradeço à torcida do Ituano, nosso galo rubro-negro de Itu, e à *hinchada* do Huracán por todas as experiências vividas nos estádios da vida. Vocês me ajudaram a não pirar durante a empreitada da pesquisa.

No Rio Grande do Sul, passei belos momentos na Universidade de Passo Fundo e na Universidade Federal da Fronteira Sul em Erechim. Agradeço ao prof. Murillo Dias Winter, um prazer contar com a sua amizade e parceria, ao prof. Jeferson Mendes, amigo que conheci em Portugal e reencontrei em Passo Fundo, que mundo pequeno! Obrigado ao Djiovan Carvalho e toda a equipe do Instituto Histórico de Passo Fundo, à Andréia Piccoli, Bruna Anacleto, Paola Schettert, Tanise Binda e a todos os meus amigos em Passo Fundo. Na UPF ainda tive a oportunidade de conhecer as professoras Eunice Nodari, Arlene Renk e o prof. Marcos Gerhardt. Muito obrigado pelo carinho e atenção com que me receberam. Na UFFS pude reencontrar meu amigo Gustavo Malossi, meu *roommate* em Portugal, esse mundo é mesmo muito pequeno. Em Ijuí, agradeço à Caroline Picolo pelos agradáveis papos e histórias sobre o noroeste gaúcho.

À Débora Nunes de Sá por esses anos de tantos diálogos e conversas ininterruptas e por compartilhar esta paixão pela *tierra colorada* de Misiones.

Na minha querida Misiones que sempre me recebeu de braços abertos, agradeço ao professor e grande amigo Alberto Alcaráz, à profa. Luz Pyke e todo o corpo docente da Universidad Nacional de Misiones, ao Luciano Maxit e à Natalia Bieler pela calorosa acolhida de sempre, ao Rolando Kegler e toda a equipe do Museo Aníbal Cambas, ao corpo docente e aos alunos do Instituto Montoya por sempre me receberem tão bem em *nuestras charlas*, ao cineasta Marcelo Dacher e ao pessoal da Biblioteca Pública de las Misiones, especialmente à Iris Gómez e à Rosarito (*gracias por la ayuda con el OCR*).

Ao prof. Maximiliano Zuccarino (Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires) pela nossa parceria que rendeu excelentes frutos!

Ao prof. Cláudio DeNipoti (UEPG) por me conseguir o relato de José Muricy e ao prof. César Karpinski (UFSC) pela ajuda com as fontes sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Obrigado também à minha amiga Cinthia Midori por ter me ajudado a conseguir o relato do Arthur Franco.

O GT Fronteiras e Territorialidades teve um papel primordial em minha trajetória acadêmica nesses últimos anos. Muito obrigado aos professores Adilson Brito, Cesar Guazelli, Mariana Thompson Flores, Andre Martinello, Rafael Ale, Vitale Joanoni, Luciene Carris e a todos os pesquisadores envolvidos nesse rico intercâmbio de “balbúrdias”. O nosso livro “Fronteiras e Territorialidades: Miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia” foi um dos resultados desse belo trabalho.

Aos professores Gabriel Passetti, Heloisa Bertol, Silvia Ratto e a já mencionada Carla, muito obrigado pelas valiosas contribuições em meu exame de qualificação.

Em Salvador, fica o meu agradecimento à minha amiga Erika Cardoso e toda a sua família pelo acolhimento em meio a uma escala rumo a um congresso na UFPE.

Na UNIFESP, agradeço ao prof. Zeca Vilaradaga pela preciosa ajuda bibliográfica, à Cíntia pela parceria na elaboração dos mapas e ao Bruno Rafael pelos infinitos debates acerca da nossa América Latina. E foi nesse lugar que ganhamos mais uma historiadora na família: parabéns para a minha querida prima Virgínia. Muito obrigado pela amizade e parceria nos congressos que frequentamos juntos em Florianópolis e Brasília.

Na Universidade de Sorocaba, agradeço à profa. Maria Regina Vannuchi Leme e todo o corpo docente e discente desta instituição onde dei meus primeiros passos na carreira de historiador.

Quero registrar um agradecimento especial aos meus alunos do Colégio Espírito Santo por esses anos de intenso aprendizado que tive com vocês. Agradeço também a Eunice, Selma, Clarice, Ive, Geison, Cristiane Imperador, Salete, Paula, além de todos os funcionários e corpo docente do colégio. No bairro paulistano do Tatuapé ainda contei com a preciosa amizade da Alda Nascimento. Muito obrigado por todo o seu apoio e carinho.

O trabalho incessante da pesquisa não teria resultado sem o apoio dos amigos. Agradeço à Giuliana por sempre estar disposta a me escutar, pelas infinitas risadas e por todos esses anos de amizade, incluindo o período em que dividimos o mesmo teto. Éramos “santa ceciliers” e não sabíamos. À Iolanda Krauss pelo carinho e apoio durante o início de uma nova fase em minha vida. Ao João pelos rolês de bike e pelos altos

papos sobre as histórias dos khans das estepes da Mongólia. Ao Elia e a Tâmera pelas boas vibrações mandadas desde Berlim. Ao Ataliba, Elton Twigg, Marcão e todos os meus amigos da velha guarda em Itu. Ao Dario Viola, Renata Mafra, Flávio, Sarah, Thiago, Marcos, Luciana Arissawa e toda a galera do metal, combustível essencial em nossas vidas. Agradeço aos meus amigos que me acompanham desde os tempos da graduação: Bruno Baronetti, Júlio Bazanini, Rafael Mendes, Brunela Succi, Lucimara, Pedro Rodrigues, André Ferrari, André Pitomba, Víctor, Renata Bacelar, Elton Bruno, Ana Maria Anunciato, André Luigi e tantos outros mais.

Rememorando meus saudosos tempos em Buenos Aires, agradeço aos meus amigos da UBA: Carla Iantorno e toda a sua família em Burzaco, Nico Vidini, Javier Müller, Hélène Truong, Flávia Paniz e Rafaela Peres. Um *fuerte abrazo* aos meus amigos Diego Viedma, Kily, Analia e todo o pessoal da SouthEnd, lugar onde eu vendia minha mão de obra para me sustentar na cidade e onde fiz amigos para toda a vida.

Um agradecimento mais do que especial à Eliza pelo apoio incondicional nos momentos finais de conclusão da tese. Seu amor, companheirismo e carinho foram essenciais nesse momento.

Aos meus pais Valdeci e Juscelino e aos meus irmãos Rafael e Lucas, vocês são a base de tudo o que sou.

Por fim, é importante mencionar que esta pesquisa não teria sido possível sem o auxílio da bolsa concedida pela FAPERJ, instituição a qual registro o meu profundo agradecimento.

“La tierra colorada no sólo pega sino que
se resiste al extrañamiento de sus hijos”

Hugo Amable

“Procure no mundo uma cidade
Com a beleza e a claridade
Do luar do meu sertão”

Luiz Gonzaga de Moura

RESUMO

A presente pesquisa consiste numa proposta de análise de relatos realizados por viajantes brasileiros e argentinos que se dirigiram à fronteira Brasil-Argentina, onde hoje, no lado argentino, se localizam as províncias de Corrientes e Misiones, e, no lado brasileiro, o sudoeste do Paraná e as regiões oeste de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essas expedições resultaram na publicação de textos sobre a região entre 1882 e 1905. Para analisar esse espaço disputado pelas duas nações, ampliamos a ideia de conceber a fronteira apenas como uma linha demarcatória para poder olhar os diversos movimentos e fluxos de populações das mais variadas origens. Não se tratava de um território consolidado, mas de um espaço indefinido, tal como uma “borderland”, idealizado como um sertão pelos brasileiros e como um *desierto* para os argentinos. Para além dos entreolhares manifestados entre os próprios viajantes brasileiros e argentinos que disputavam o espaço em litígio em nome de seus respectivos Estados nacionais, também é motivo de análise o olhar que esses forasteiros manifestaram sobre as populações deste espaço, composta por mestiços, *gauchos*, sertanejos e indígenas. O que acabou por conformar num olhar original, dentro de uma proposta americanista que diferia dos relatos europeus sobre a América. Desta vez, eram os americanos a olharem para suas desconhecidas vastidões interiores.

Palavras-chave: Fronteira; Borderland; Fronteira Brasil-Argentina; Relatos de Viagem; Sertão; Desierto.

RESUMEN

Esta investigación consiste en una propuesta de análisis de los informes realizados por viajeros brasileños y argentinos que recorrieron la frontera entre los dos países, entre Corriente, Misiones y el sur de Brasil, y publicaron textos sobre la región entre 1882 y 1905. Para analizar este espacio disputado por las dos naciones, considerando los diferentes movimientos y flujos de poblaciones de los más variados orígenes, ampliamos la idea de concebir la frontera solo como una línea de demarcación. En el mismo sentido, no era un territorio consolidado, sino un espacio indefinido que los brasileños idealizaron como un sertão y los argentinos como un desierto a ser ocupado. En ese momento, la frontera que los políticos de Río de Janeiro y Buenos Aires debían demarcar tenía poco sentido para la mayoría de las poblaciones que vivían allí. Por lo tanto, además de las miradas de los propios viajeros brasileños y argentinos sobre el espacio disputado por sus respectivos estados nacionales, también es motivo de análisis la perspectiva que estos forasteros expresaron sobre esta población compuesta por mestizos, gauchos, sertanejos e indígenas. Lo que terminó conformando un aspecto original, dentro de una propuesta americanista que difería de los informes europeos sobre América. Esta vez, fueron los americanos mirando sus desconocidas extensiones interiores.

Palabras-clave: Frontera; Borderland; Frontera Brasil-Argentina; Relatos de Viajeros; Sertão; Desierto.

ABSTRACT

The present research consists of an analysis' proposal of reports made by Brazilian and Argentine travelers who went to the Brazil-Argentina border and published texts about the region between 1882 and 1905. In order to analyze this space disputed by the two nations, we expanded the idea of conceiving the border only as a demarcation line to be able to look at the diverse movements and populations flows from the most varied origins. It was not a consolidated territory, but an indefinite space, such as a "borderland", idealized as a "sertão" by Brazilians and as a "desierto" by Argentines. In addition to the glances between Brazilian and Argentine travelers themselves who disputed the quarrel space on behalf of their respective national States, the outlook that these foreigners expressed on the populations of this space, composed of mestizos, "gauchos", "sertanejos" and indigenous, is also source for analysis. This ended up conforming to an original look, within an Americanist proposal that differed from European reports about America. This time, it was the Americans looking at their unknown interior vastness.

Keywords: Border; Borderland; Brazil-Argentina border; Travel Writings; Sertão; Desert.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Rotas percorridas pelos viajantes brasileiros	26
Mapa 2 - Rotas percorridas pelos viajantes argentinos	27
Mapa 3 - Região do Vale do Paraíba	55
Mapa 4 - Principais rios da Argentina	62
Mapa 5 - No extremo sul da província de Buenos Aires: os rios Negro e Colorado.	81
Mapa 6 - Bacia do rio da Prata com os rios Bermejo e Pilcomayo	84
Mapa 7 - Primeiro mapa construído pelos jesuítas da província do Paraguai, oferecido a R. P. Carrafa, geral da ordem entre os anos de 1645 e 1649, e cravado por J. Blaeu em Amsterdam	91
Mapa 8 - Invasões bandeirantes: Êxodos do Guairá e do Tapé.....	93
Mapa 9 - Distância de 190 quilômetros entre Guarapuava e Palmas	95
Mapa 10 - Avanço da fronteira dos pecuaristas, começando em Palmas (Paraná) e seguindo para Campo Erê (atual Santa Catarina), Goio-Ên e Nonoai (Rio Grande do Sul)	97
Mapa 11 - Os Campos de Cima da Serra representados num mapa de 1780	98
Mapa 12 - Colônias militares brasileiras	109
Mapa 13 - Mapa de 1892 onde o território de Misiones se estende dentro do território que passaria a pertencer ao Brasil após o Tratado de 1895.	110
Mapa 14 - Território Nacional de Misiones em 1882 que inclui a região ao leste dos rios San Antonio e Peperí Guazu, denominada pelo Brasil como comarca de Palmas.....	111
Mapa 15 - Recorte de mapa do Brasil apontando a região de Palmas como uma das “menos conhecidas do império”	111
Mapa 16 - Proposta de Quintino Bocaiuva para dividir o território litigioso em duas partes.....	112
Mapa 17 - Mapa argentino demarcando a área anexada pelo Brasil após a arbitragem do presidente Cleveland.....	113
Mapa 18 - Rota de 370 quilômetros entre Curitiba e Chagú (atual município de Nova Laranjeiras).....	118
Mapa 19 - Itinerário de José Maria de Brito em 1889.....	128
Mapa 20 - Itinerário de José Cândido da Silva Muricy em 1892	131
Mapa 21 - Mapa do estado do Paraná de 1901 onde aparecem os “terrenos despovoados” na fronteira com a Argentina e Paraguai.....	137

Mapa 22 - Itinerário de Domingos Nascimento em 1903	141
Mapa 23 - Itinerário de Arthur Martins Franco em 1904.....	148
Mapa 24 - Itinerário de Silveira Netto em 1905	153
Mapa 25 - Mapa elaborado por Ramón Lista, utilizando dados da Marinha de Guerra do Brasil, apontando o rio Paraná e seus afluentes desde Posadas até a região de Guaíra, ponto máximo de navegação.	165
Mapa 26 - Itinerário de Ramón Lista em 1882.....	166
Mapa 27 - Itinerário Rafael Hernández em 1883	172
Mapa 28 - Itinerário de Eduardo Holmberg em 1886	176
Mapa 29 - Itinerários de Juan Bautista Ambrosetti entre 1891-1893.....	186
Mapa 30 - Mapa confeccionado por Basaldúa, apontando as ilhas Holmberg e Ambrosetti no rio Paraná.....	191
Mapa 31 - Itinerário de Florencio de Basaldúa entre 1897 e 1898.....	194
Mapa 32 - Bacia do Rio Uruguai.....	198
Mapa 33 - Liga de los Pueblos Libres	207
Mapa 34 - Esteros del Iberá.....	246
Mapa 35 - O rio Paraná e a Bacia do Rio da Prata	248
Mapa 36 - Mapa indicando Palmas e Campo Erê como território argentino	290

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cena do filme "2001: Uma odisseia no espaço"	31
Figura 2 - Busto de Heródoto no Museu Ágora Antiga, em Atenas (Grécia)	32
Figura 3 - Retrato de Friedrich Ratzel	34
Figura 4 - Élisée Reclus em Paris (1905)	35
Figura 5 - Frederick Jackson Turner (1890)	36
Figura 6 - Herbert Eugene Bolton (1905)	39
Figura 7 - Visconde do Uruguai (1861)	44
Figura 8 - Retrato de Couto de Magalhães feito por Almeida Júnior (1888)	47
Figura 9 - O escritor sergipano Silvio Romero	49
Figura 10 - Retrato de Capistrano de Abreu feito por Otacílio de Azevedo (1947)	50
Figura 11 - Retrato de Domingo Faustino Sarmiento	61
Figura 12 - Juan Bautista Alberdi (entre 1850 e 1853)	63
Figura 13 - Painel de azulejos do Museu Republicano “Convenção de Itu”	72
Figura 14 - "Itú, boca do sertão" - Detalhe da parede do Museu Republicano “Convenção de Itu”	73
Figura 15 - “Falls of Eternal Despair” (anônimo), 1895.	74
Figura 16 - Capa do livro de Armando Magalhães Corrêa publicado pelo IHGB em 1936	77
Figura 17 - Capa da publicação original de “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, publicada em 1902	78
Figura 18 - Caricatura do jornal Dom Quixote: A República brasileira se opõe à partilha de Missões (criança)	113
Figura 19 - Memorial de José Maria de Brito em Foz do Iguaçu	124
Figura 20 - Capa da edição lançada em 2005 do livro de José Maria de Brito	124
Figura 21 - Retrato de José Cândido da Silva Muricy em 1893	129
Figura 22 - Capa da edição original do livro de José Cândido da Silva Muricy	130
Figura 23 - Domingos Nascimento	135
Figura 24 - Capa do livro Pela Fronteira de Domingos Nascimento	136
Figura 25 - Os Campos de Palmas e sua típica vegetação rasteira	139
Figura 26 - Arthur Martins Franco	142
Figura 27 - Capa do livro de Arthur Martins Franco	144
Figura 28 - Silveira Netto	149

Figura 29 - Capa da segunda edição do livro, de Silveira Netto, publicado em 1939.	150
Figura 30 - Capa da edição de 1995 do livro de Silveira Netto, lançada pela prefeitura de Curitiba.	150
Figura 31 - Cacique Maidana e sua família.....	160
Figura 32 - Ramón Lista.....	161
Figura 33 - Relato de Ramón Lista.....	163
Figura 34 - Porto de Tacurú Pucú.....	165
Figura 35 - Rafael Hernández.....	168
Figura 36 - Edições de 1887 e 1973	170
Figura 37 - Eduardo Ladislao Holmberg.....	173
Figura 38 - Reedição de 2012.....	177
Figura 39 - Juan Bautista Ambrosetti	178
Figura 40 - Primeiro relato de Ambrosetti.....	182
Figura 41 - Segundo relato de Ambrosetti.....	185
Figura 42 - Terceiro relato de Ambrosetti	187
Figura 43 - Florencio de Basaldúa.....	189
Figura 44 - Relato de Florencio de Basaldúa	189
Figura 45 - Capela do monge João Maria em San Javier	237
Figura 46 - Barcos que realizavam a travessia no rio Uruguai entre as margens argentina e brasileira.....	237
Figura 47 - Grupo de trabalhadores (expedição de Arthur Franco)	259
Figura 48 - Indígena trajando o tipoy	260
Figura 49 - Missão diplomática brasileira em Posadas	273
Figura 50 - Hasteamento da bandeira argentina nas cataratas do Iguaçu (1883)	278
Figura 51 – Mulas carregadas de erva-mate de San Pedro chegando em Puerto Piray	286
Figura 52 - Araucárias em San Pedro.....	288
Figura 53 - Araucárias em San Pedro (Basaldúa).....	288
Figura 54 - "Caipira picando fumo", de Almeida Júnior (1893).....	307
Figura 55 – Porto 12 de Outubro	310
Figura 56 – Distribuição de comida em Lopey	327
Figura 57 – <i>Un Peón Misionero</i> (Ambrosetti)	336
Figura 58 - Abertura de uma <i>obraje</i> no rio Paraná.....	351
Figura 59 - Monumento ao <i>Mensú</i> em Posadas.....	360
Figura 60 – Lopey (acampamento central).....	366

Figura 61 - Colheita de cana-de-açúcar em Misiones	384
Figura 62 – Cacique Yancamil em 1914.	386
Figura 63 - Mulheres e crianças kaingang em San Pedro.....	394
Figura 64 - Kaingangs da região de San Pedro	395

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1 – FRONTEIRA, SERTÃO E DESIERTO	30
1.1 O conceito de fronteira através dos tempos	30
1.1.1 <i>Expandindo o conceito: os geógrafos</i>	33
1.1.2 <i>Expandindo o conceito: os historiadores</i>	36
1.2 A fronteira na historiografia brasileira.....	42
1.3 A fronteira na historiografia argentina.....	57
1.4 Fronteira, Território e Espaço	65
1.5 Projetando os mitos de origem da nação.....	70
1.5.1 <i>Os Sertões do Brasil profundo</i>	75
1.5.2 <i>O grande desierto argentino: da Patagônia a Misiones</i>	79
1.5.3 <i>Um olhar transnacional: comparações entre o sertão e o desierto</i>	87
CAPÍTULO 2 – O ESPAÇO FRONTEIRIÇO NA HISTÓRIA	90
2.1 Projeções sobre o espaço: o avanço brasileiro	90
2.2 Projeções sobre o espaço: o avanço argentino	100
2.3 Demarcando a fronteira: O laudo Cleveland sobre o espaço litigioso.....	107
2.4 Expansão para dentro: expedições brasileiras rumo à fronteira-sertão.....	114
2.4.1 <i>“Descobrimo” a foz do Iguaçu: os viajantes brasileiros</i>	121
2.5 Conquistando a frontera-desierto: expedições argentinas rumo às bordas da pátria imaginada.....	154
2.5.1 <i>Rumo à Misiones: os viajantes argentinos</i>	160
CAPÍTULO 3 - ENTREOLHARES	196
3.1 Dos projetos imperiais aos projetos nacionais	196
3.2 O Alto Uruguai: uma fronteira estável?.....	197
3.2.1 <i>Os argentinos navegam o Alto Uruguai: uma questão de geopolítica</i>	199
3.2.2 <i>Os centros ervateiros: Concepción de la Sierra e San Javier</i>	212

3.2.3 A ameaça que vem do outro lado: a Colônia Militar do Alto Uruguai	216
3.2.4 Ambrosetti vai ao Brasil: aproximações e distanciamentos	223
3.2.4.1 Movimentações fronteiriças: afro-brasileiros, europeus, caboclos e gaúchos.....	232
3.3 O Alto Paraná: fronteira, <i>desierto</i> e sertão	246
3.3.1 Fronteiras em movimento: encontros e desencontros no Alto Paraná	250
3.3.2 Rotas em colisão: a foz do Iguaçu	268
3.4 San Pedro, Campo Erê e Barracón: projeções em torno do espaço litigioso.....	285
CAPÍTULO 4 – VISÕES SOBRE O HUMANO	302
4.1 O outro interno: como integrá-lo à nação?	302
4.2 O sertanejo do Brasil Meridional: caboclos, caipiras e gaúchos da fronteira-sertão	304
4.2.1 Miradas positivas: os sertanejos vaqueanos em prol da causa nacional	307
4.2.2 Miradas negativas: os “hunos” do sertão como um entrave para o avanço da fronteira	322
4.3 Um olhar portenho sobre o misionero: como erradicar a barbárie na frontera-desierto?	330
4.3.1 O “criollo” misionero como um membro ativo na dinâmica de avanço da fronteira argentina	340
4.4 Uma luta sem fronteiras: trabalho e resistência dos <i>mensús</i> nos ervais.....	349
4.5 A questão indígena.....	367
4.5.1 O Olhar argentino	370
4.5.2 O Olhar brasileiro.....	374
4.5.3 Quando a fronteira sul encontra a fronteira norte: o breve cativeiro dos índios pampas em Misiones.....	383
4.5.4 O destino fatídico dos kaingangs	391
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	399
REFERÊNCIAS	406

INTRODUÇÃO

A proposta desta tese visa dar não apenas continuidade, como também o aprofundamento da pesquisa que realizei no decorrer do meu mestrado. Durante o período em que estive vinculado ao Programa de Integração em América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM), realizei uma análise dos relatos decorrentes das expedições científicas empreendidas por viajantes que, tendo um ponto de partida em comum - Buenos Aires - se dirigiram a Misiones, no nordeste argentino, fronteira com o Brasil e Paraguai, e publicaram entre 1882 e 1898 textos sobre a região. Um dos pontos norteadores deste trabalho foi a transposição da oposição centro *versus* periferia para um novo espaço: o americano. Ou seja, a oposição usada para contrapor a Europa, o “centro civilizado do mundo” em relação à América que seria um lugar que “carecia de civilização”, foi transportada para esse novo espaço. A partir de então, dentro da própria Argentina temos um centro (Buenos Aires) e uma periferia (aqui representada por Misiones).

No que toca o teor metodológico desta pesquisa, ela foi ao encontro com o que vem sendo produzindo pela historiografia sobre os viajantes do século XIX. Até a década de 1970, os relatos de viagem eram utilizados como fontes sem passar por uma análise mais crítica. No caso da historiografia brasileira, viajantes clássicos como Spix, Martius, Hercules Florence ou Saint-Hilaire eram constantemente citados sem passarem por um maior crivo analítico (LEITE, 1997, p. 9). Autoras como Stella Maris Scatena Franco (2011, p. 67), Mary Anne Junqueira (2011, p. 45) e Núncia Santoro Constantino (2012, p. 8) desenvolveram pesquisas que buscam descortinar novos olhares a respeito dos relatos, identificando, dentre outras possibilidades, o arcabouço ideológico e as intencionalidades expressadas pelos seus autores.

Após a conclusão da dissertação, através da pesquisa de Antonio Marcos Myskiw (2009), tomei contato com os relatos produzidos pelos viajantes brasileiros e notei que suas expedições ocorreram de maneira concomitante às dos argentinos. A razão básica para a existência desta conjuntura histórica era a situação do litígio fronteiriço entre Brasil e Argentina que se arrastou até o início do século XX. Conforme foi elencado em minha pesquisa de mestrado, uma das principais motivações do governo argentino em patrocinar expedições científicas para Misiones era a de mapear a fronteira com o Brasil e incentivar a sua efetiva ocupação em meio às disputas pela

demarcação da linha fronteira que foi oficializada com o Tratado de Palmas em 1895 e prosseguiu ainda até 1910 com o mapeamento da linha demarcatória nas Cataratas do Iguaçu.

Em 2015, durante um congresso da Associação Nacional de História (ANPUH) em Florianópolis, tive a oportunidade de participar das reuniões do GT Fronteiras e Territorialidades, onde pude ampliar meus horizontes a respeito dos estudos sobre o conceito de fronteira, indo além de sua significação reduzida a uma mera condição de marco demarcatório entre nações, entendendo-a como uma zona de contato, espaço de movimento e fluxo dos mais diversos. A partir de então, iniciei a elaboração de um projeto de pesquisa com o intuito de analisar, através dos relatos de viagens de brasileiros e argentinos, os movimentos de fronteira de ambos os países em direção a um espaço comum localizado entre a atual província argentina de Misiones e as áreas atualmente pertencentes ao sudoeste do Paraná e regiões oeste de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os diálogos travados com o professor Carlo Romani, um dos membros do referido GT, por uma incrível coincidência, me levaram até a Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, ponto de partida da maior parte dos viajantes brasileiros que se dirigiram para a fronteira. Aí se localizava a antiga Escola Militar que preparava os oficiais que empreenderam expedições pelo interior do país. Ao lado deste antigo prédio está a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, onde me vinculei como discente da pós-graduação no início de 2016.

A minha vivência na UNIRIO me possibilitou enxergar o contexto da ocupação dos espaços interiores do Brasil e Argentina como um processo de conquista baseado num movimento de avanço de fronteira. O que nos possibilita ampliar o debate acerca da ocupação de um território supostamente pré-configurado, como seria o sertão para os brasileiros, e o *desierto* para os argentinos.

Era a região fronteira um espaço, todavia indefinido, uma *borderland*¹ receptora de uma diversidade de movimentos. Este conceito foi criado por Herbert Eugene Bolton (1921) para explicar os contatos ocorridos na América do Norte entre espanhóis, franceses, britânicos, estadunidenses e indígenas que delinearam as fronteiras

¹ No decorrer da tese, utilizaremos *borderland* sem o realce de língua estrangeira, visto que o conceito será constantemente elencado para ilustrar os diversos movimentos ocorridos no espaço fronteiro entre Brasil e Argentina.

que conhecemos hoje². Tratava-se de uma releitura crítica a respeito do trabalho do seu próprio mentor, Frederick Jackson Turner, autor do texto clássico *O Significado da Fronteira na História Americana*, o qual explicava o processo de avanço da fronteira dos Estados Unidos no sentido oeste sob a ótica das movimentações do *pioneer*, que era o colonizador branco oriundo da costa atlântica.

Nossa análise, a qual segue acoplada pela historiografia sobre os relatos de viagem citada anteriormente, também é alicerçada pelos estudos pós-coloniais de Paul Carter (1987), Antonio Carlos Robert Moraes (2002) e Cristina de Moraes (2018). As pesquisas desses autores procuram desconstruir os próprios relatos produzidos pelos agentes ligados ao Estado. O que nos abre margem para analisar as entrelinhas dos discursos por eles produzidos. Sendo assim, buscamos mapear os movimentos que vão além do poder estatal. Os alvos dos discursos dos viajantes brasileiros e argentinos, para além do próprio espaço em si, eram as gentes que aí habitavam: mestiços, ex-escravos e indígenas, os quais eram vistos com desconfiança, sendo classificados como seres “bárbaros” e “inferiores”. Entretanto, por vezes, as vozes destes “outros”, ainda que de maneira enviesada, chegaram à superfície dos relatos, os quais são objetos de análise desta pesquisa.

No fim do século XIX, nos momentos finais do processo de unificação do Estado nacional argentino, ocorreu o processo de federalização e ocupação de Misiones, considerado como um território periférico - mas de certo modo estratégico - pelo governo de Buenos Aires. Na ocasião, várias expedições e viagens foram patrocinadas pelo governo argentino, em busca de maiores informações e relatos sobre esse território de fronteira, ainda pouco explorado, e que de acordo com a mentalidade da época, era passível de desenvolvimento econômico. As extensas reservas naturais de erva-mate e madeira, a paisagem natural e uma vasta área apta para a colonização chamaram a atenção desses viajantes, conforme seus relatos nos mostram.

No lado brasileiro já existia um Estado nacional formalmente consolidado desde 1822. Mas o processo de reconhecimento e ocupação dos sertões do oeste do país tornou-se uma grande preocupação por parte do Império durante o século XIX. Em 1854, a Lei de Terras regulamentou o estabelecimento de Colônias Militares nas terras devolutas situadas na faixa de fronteira com antigos domínios castelhanos. Três anos depois, Jerônimo Francisco Coelho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da

² A série *Frontier*, estrelada por Jason Mamoá, retrata esses contatos através da história da Hudson's Bay Company.

Guerra, efetivou essa ideia com o intuito de ocupar tais espaços “vazios” (VENSON & MYSKIW, 2018, p. 50; NUNES, 2015, p. 195). A fundação de colônias militares foi parte de um amplo projeto, de modo que na década de 1850 foram criadas 21 colônias militares no Brasil, espalhadas do Rio Grande do Sul ao Pará.

Com o advento da República Brasileira em 1889, a preocupação de ocupar as fronteiras do país continuava latente. Mapear, ocupar e “civilizar” os sertões do interior brasileiro também foi uma premissa do governo republicano. O caso da região sul tinha ainda a peculiaridade de estar envolta na questão litigiosa com a Argentina, sendo assim, várias expedições e viagens foram empreendidas, tanto pelo governo central do Rio de Janeiro, como pelo governo do estado do Paraná.

As viagens empreendidas por ambos os países se passam em um período que abarca tanto o momento anterior, quanto o posterior à assinatura do Tratado de Palmas (1895), que estabeleceu a fronteira atual entre Brasil e Argentina. Sendo que uma grande porção de território que a Argentina considerava como parte de Misiones, acabou sendo incorporada ao território brasileiro após o Tratado. Isso acirrou o nacionalismo argentino, sendo os relatos desses viajantes um espaço para manifestações deste sentimento.

Indo nessa mesma direção, a presença de empresários argentinos, que exploravam erva-mate na fronteira, preocupavam os viajantes brasileiros, tal ação representava uma possível influência do Estado argentino em território considerado como brasileiro. Tal preocupação não deixou de ser mencionada nos relatos das expedições brasileiras que passaram a expor um teor nacionalista em suas linhas.

Dentre a variada documentação disponível, selecionamos alguns importantes relatos de viajantes de ambos os países nas duas últimas décadas do século XIX e início do século XX. Cabe ainda destacar que o recorte da pesquisa optou por não considerar os viajantes europeus que transitaram pela fronteira³, ela abrange exclusivamente os viajantes nacionais, já que o nosso intuito é o de analisar o discurso proveniente das duas elites nacionais, as quais buscavam legitimar seus respectivos Estados nacionais dentro de uma perspectiva americanista. Ainda que a influência europeia fosse notória,

³ O francês Martin de Moussy (1860) e o alemão Carlo Burmeister (1876) são exemplos de europeus que empreenderam expedições e escreveram relatos sobre Misiones sob encomenda do governo argentino. No mesmo sentido, pelo lado brasileiro, o alemão Robert Avé-Lallemant (1858), apoiado pessoalmente por Dom Pedro II empreendeu viagens pelo sul do Brasil e pela província argentina de Corrientes. Ainda que não façam parte do escopo principal da pesquisa, alguns exploradores europeus serão eventualmente citados no decorrer da tese.

tratava-se de uma releitura destas ideias externas dentro de um novo contexto que era o espaço americano, dotado de particularidades bastante distintas da Europa. O caso das próprias imensidões interiores americanas era um tema central que desembocava justamente no contexto do problema de avanço das fronteiras destas novas nações americanas que necessitavam obter legitimação.

Segue, então, uma lista dos relatos dos viajantes utilizados para a investigação, separados por país e obedecendo à ordem cronológica de suas respectivas expedições, não considerando, portanto, o ano da edição das obras.

Brasil

1. José Maria de Brito – *Descoberta de Foz do Iguazu e a fundação da colônia militar* (1889);
2. José Cândido da Silva Muricy – *A Foz do Iguassú – Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava á Colônia da Foz do Iguassú em Novembro de 1892* (1892);
3. Domingos Virgílio do Nascimento – *Pela Fronteira* (1903);
4. Arthur Martins Franco – *Recordações de viagens ao Alto Paraná* (1904);
5. Manuel Azevedo da Silveira Netto – *Do Guairá aos Saltos do Iguassú* (1905);

Argentina

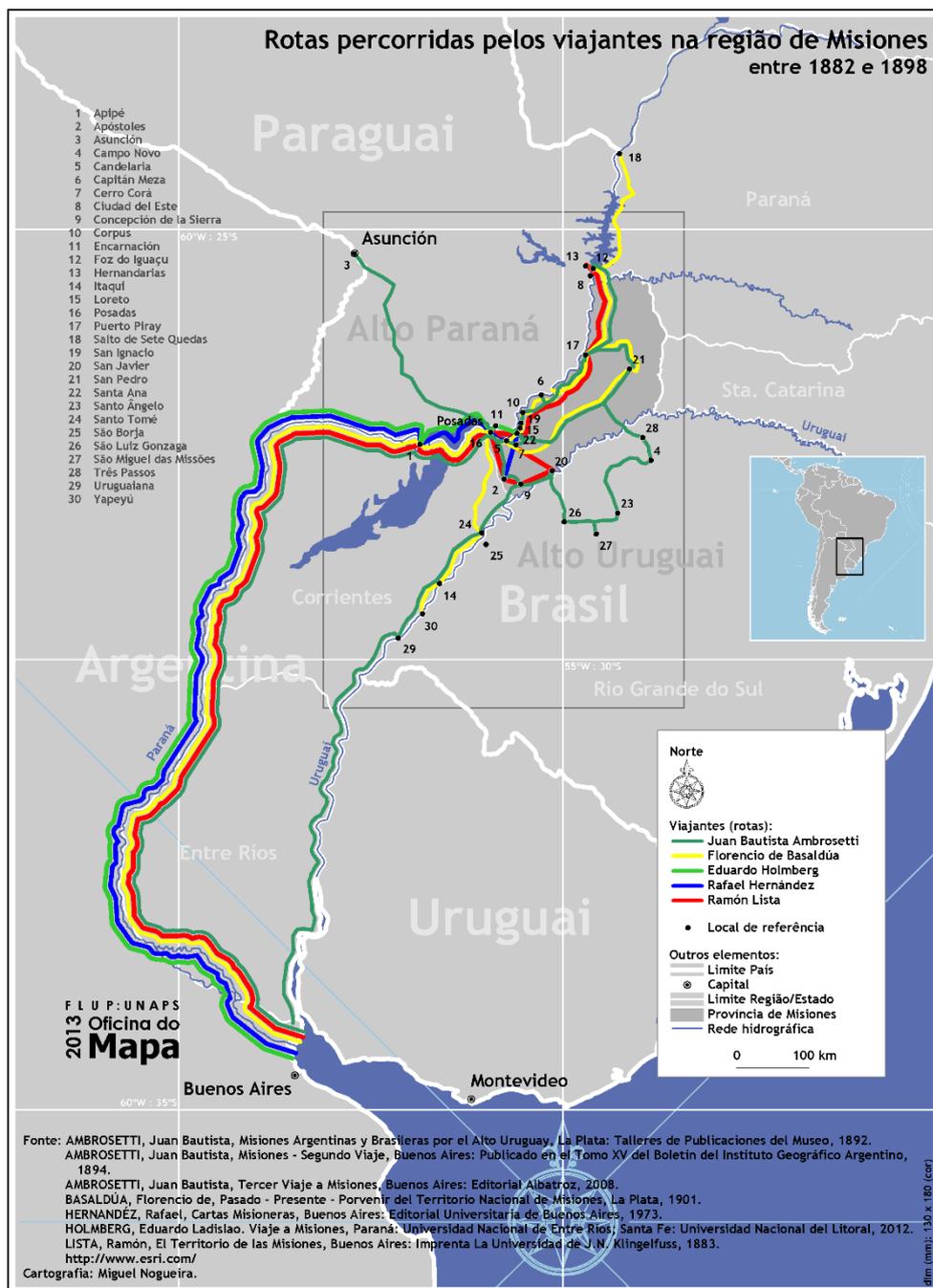
1. Ramón Lista – *El Territorio de las Misiones* (1882);
2. Rafael Hernández – *Cartas Misioneras* (1883);
3. Eduardo Ladislao Holmberg – *Viaje a Misiones* (1886);
4. Juan Bautista Ambrosetti – *Misiones Argentinas y Brasileñas por el Alto Uruguay* (1891);
5. Juan Bautista Ambrosetti – *Segundo Viaje por el Alto Paraná é Iguazú* (1892);
6. Juan Bautista Ambrosetti – *Tercer Viaje a Misiones* (1894);
7. Florencio de Basaldúa – *Pasado - Presente - Porvenir del Territorio Nacional de Misiones* (1897-1898);

Mapa 1 - Rotas percorridas pelos viajantes brasileiros



Fonte: Elaboração do autor, Cíntia Almeida e Luanna Nascimento.

Mapa 2 - Rotas percorridas pelos viajantes argentinos



Fonte: (ARANHA, 2014, p. 22)

A tese será apresentada a partir de quatro capítulos, além da presente introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, apresentamos um debate a respeito do conceito de fronteira, ampliando o seu sentido meramente demarcatório para pensá-la como uma fronteira em movimento. Foram também mapeadas as repercussões do debate nas historiografias brasileira e argentina. Na segunda parte do capítulo, são acoplados os debates a respeito das críticas em relação à ideia de território, o que abriu

margem para pensarmos a fronteira sob a ótica da História Espacial. A terceira parte é reservada para o debate acerca dos conceitos de sertão e *desierto*. Para o primeiro caso, o pensamento social brasileiro como um todo ainda não enxerga o avanço sobre o sertão como uma experiência histórica de fronteira móvel. Por esse motivo, unifico na tese os dois conceitos, apresentando assim a ideia de fronteira-sertão. No mesmo sentido, no caso argentino, detectamos que a historiografia argentina, ao analisar a ideia de *desierto*, também não abriu margem para análises atreladas à mobilidade fronteiriça. Sendo assim, apresento a ideia de *frontera-desierto* que será trabalhada em toda a tese ⁴.

O segundo capítulo inicia-se com uma análise das movimentações -anteriores às expedições por nós analisadas- dos dois países pelo espaço fronteiriço. Em seguida, serão apresentados os viajantes através de um estudo de suas biografias, instituições que estavam ligados e dos motivos pelos quais empreenderam suas expedições. Também terá lugar uma análise minuciosa a respeito dos trajetos tomados por cada um dos viajantes e no quanto essas escolhas influenciaram nas narrativas dos seus relatos.

No terceiro capítulo terá lugar uma análise do encontro das duas frentes de fronteira, sendo o resultado deste choque as manifestações de alteridade por parte dos viajantes de cada país para com o outro estrangeiro. Por sua vez, o capítulo está estruturado sob três recortes geográficos. Começando pelo Alto Uruguai, um espaço percorrido essencialmente pelos argentinos, principalmente por Juan Bautista Ambrosetti, o qual realizou incursões pelo Rio Grande do Sul, tecendo minuciosos relatos sobre o espaço e as gentes que aí habitavam. Em seguida, a análise será direcionada para o Alto Paraná, região de choque entre os dois projetos nacionais, sendo a foz do Iguaçu no rio Paraná um local simbólico para ilustrar esta conjuntura. Entre os rios Uruguai e Iguaçu se localizava o espaço litigioso pretendido pelas duas nações, correspondendo assim ao nosso terceiro recorte geográfico que analisará as projeções dos viajantes sobre este lugar que necessitava ser territorializado e legitimado por cada um dos seus respectivos projetos nacionais.

O capítulo final é reservado para a análise da visão que os viajantes emanaram sobre os seus respectivos outros internos: os sertanejos para os brasileiros e os misioneros⁵ para os argentinos. Ao mesmo tempo em que projetaram as populações

⁴ O conceito de *frontera-desierto*, devido à sua constante recorrência para ilustrar o contexto de avanço da fronteira argentina, será apresentado sem o realce de língua estrangeira.

⁵ A categoria de *misionero* –herdeira do período das missões jesuíticas- passou a ser oficialmente o gentílico atribuído aos habitantes da atual província de Misiones. No decorrer da tese, optamos por manter a grafia original, sem o realce de língua estrangeira, que foi utilizada pelos viajantes argentinos.

fronteiriças como pertencentes a seus respectivos projetos nacionais, demarcaram uma alteridade para com esse outro que teria que ser “domesticado” e nacionalizado devido à sua condição de “inferioridade” em relação aos parâmetros civilizatórios oriundos da costa atlântica. Essas categorias eram fluídas na medida em que nossa análise se desloca para as áreas de exploração de erva-mate, onde os viajantes tinham dificuldade em demarcar quem era sertanejo ou misionero nesta autêntica borderland. A parte final do capítulo é reservada para a questão indígena, analisada sob uma perspectiva comparada entre as visões emanadas pelos viajantes dos dois países.

Sendo a região do Alto Paraná uma tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, cabe aclarar que o nosso recorte não abarcou as fontes do lado paraguaio. A nação guarani exerceu uma hegemonia sobre este espaço até que a sua derrota na Guerra da Tríplice Aliança a colocou fora do campo de disputa pelos territórios ao longo do rio Paraná. Entretanto, um olhar sobre os arquivos paraguaios seria merecedor de uma futura investigação.

Como ressalva final, saliento que todas as citações realizadas aos viajantes são fiéis ao que está reproduzido nas fontes originais (ou nas reedições, quando for o caso). Portanto, foi preservada a antiga grafia das línguas portuguesa e espanhola usada naquela época, assim como os grifos originalmente assinalados pelos autores, bem como eventuais erros de tipografia.

Por fim, sem mais delongas para o leitor, desejamos uma boa viagem rumo aos espaços interiores de nossa América.

Alguns viajantes brasileiros referenciaram Misiones como Missões, entretanto, tal denominação, assim como a de missionero, não se tornou corrente na língua portuguesa.

CAPÍTULO 1 – FRONTEIRA, SERTÃO E DESIERTO

“Ninguém decide onde nasce.
Nosso local de nascimento,
foi decidido pelo destino
Você nasceu aqui.
Eu nasci lá
O que nos separa?
Uma fronteira...”
Al-Massih

1.1 O conceito de fronteira através dos tempos

Pode-se dizer que a temática da fronteira é inerente à própria história da humanidade. Desde os tempos mais remotos, existiu uma preocupação em delimitar um espaço pertencente a alguém, ou a algum determinado grupo, em detrimento de outrem, que por sua vez, não poderia ter acesso a esse espaço “privativo”. O filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau, ao pensar sobre as origens da desigualdade entre os homens, tentou imaginar a seguinte situação: “O primeiro homem que inventou de cercar uma parcela de terra e dizer isto é meu.” Para ele, o ato deste primeiro homem, delimitando um determinado espaço, não surgiu de maneira repentina no espírito humano. Teria sido uma longa sucessão de fatos que culminou com o tal ação, representativa do último estágio do homem em seu estado de natureza (ROUSSEAU, s/d, p. 30).

De maneira a ilustrar a situação do homem em seu “estado de natureza”, é conveniente citar uma conhecida cena do filme *2001: Uma odisseia no espaço* (Figura 1). Na parte inicial, intitulada *The Dawn of Man* (O Surgimento do Homem), dois grupos proto-humanos disputam a posse de um terreno dotado de água, recurso essencial para a sobrevivência humana. A cena ilustra, portanto, que o controle e a posse de um determinado espaço acompanham a humanidade desde seus primórdios. Logo, se existe um lugar a ser demarcado, o tema da fronteira se faz presente. Tal temática perpassa os caminhos da História, ela é inerente à própria expansão da humanidade e dos incontáveis choques ocorridos entre as mais diversas sociedades humanas.

No que toca ao que se conveio a ser denominado como civilização ocidental, as centralidades deste mundo se localizavam na Grécia Antiga e, posteriormente, em

Roma⁶. Tudo o que era diferente e distante dessas centralidades, era considerado estranho e bárbaro. Com a expansão de gregos e romanos pelo mundo antigo, os choques com o outro eram inevitáveis, por isso a temática da fronteira veio a ganhar importância. Nesse sentido, ela era geradora de uma identidade para essas centralidades que as diferenciava do outro que estava além de seus domínios⁷.

Figura 1 - Cena do filme "2001: Uma odisseia no espaço"



Fonte: 2001: UMA ODISSEIA..., 1968⁸.

O grego Heródoto, em *Histórias*, obra clássica considerada como precursora do pensamento historiográfico, relatou suas viagens para fora do “mundo civilizado grego”. Seus relatos, além de registrar o encontro com o outro, também delimitava a fronteira do seu mundo em relação a um espaço, todavia, pouco conhecido. No entanto, ele não mencionava exatamente um limite pré-determinado. Vejamos o exemplo da “fronteira” entre a Grécia e a Cítia na Antiguidade. Quando o autor menciona essa “zona fronteira”, ela é referente à região do Ponto, colonizada por gregos no século VII a.C.,

⁶ A nossa ponderação se adequa ao que postula Norberto Guarinello (2010, p. 1) no sentido de salientar a importância de olharmos para a Antiguidade com as suas devidas particularidades, e não com um olhar idealizado que coloca Roma e Grécia como alicerces da civilização ocidental. Fato que foi construído a posteriori.

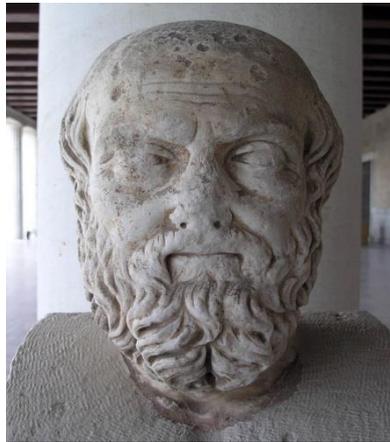
⁷ O historiador francês François Hartog (2004, pp. 13-14) enfoca a temática da alteridade, o movimento entre o eu e o outro da cultura grega. Para ele, existia uma fronteira simbólica entre os gregos e os povos “bárbaros” que não integravam o mundo helênico. A geógrafa Maristela Ferrari (2014, p. 8), utilizando a argumentação de Michel Foucher, aponta para a existência da noção de fronteira entre os próprios gregos, sustentada basicamente pelas crenças nas divindades: “Os marcos eram sagrados, erigidos sobre área de domínio de uma cidade, cujo caráter era demonstrado e reforçado pela construção de duas estátuas, uma do deus Hermes e outra do deus Zeus. A fronteira era materializada duplamente, embora não passasse de uma linha abstrata que limitava as cidades na antiga Grécia. Assim, duas concepções de fronteira são notadas: uma de limite de propriedade e a outra como limite integrante da cidade, que procede provavelmente da difusão do princípio territorial dentro da organização da pólis, ou do novo ideal político de igualdade”.

⁸ 2001: UMA ODISSEIA no espaço (2001: A Space Odyssey). Direção: Stanley Kubrick. 1968. Warner Home Video – Brasil, 2000. 1 DVD (148 min.), widescreen, son., color., legendado.

localizada na margem sul do Mar Negro⁹, já distante das pólis gregas da península Ática. Corresponhia a uma das fronteiras do mundo grego, já que, do outro lado, na margem norte, estavam os “bárbaros” citas.

Essa região não deixou de ser uma zona de intenso contato entre gregos e citas. Ainda que as histórias de Heródoto classifiquem o povo vizinho como bárbaro, a descrição destes diferia dos povos que estavam ainda mais distantes da “fronteira” grega. Para ele, os citas possuíam algum crédito justamente por estarem mais próximos. Já as zonas desconhecidas, *terrae incognitae* para os gregos, seriam habitadas por seres estranhos: amazonas, gorgons, centauros, ciclopes etc (WOORTMANN, 2000, p. 17 e 21).

Figura 2 - Busto de Heródoto no Museu Ágora Antiga, em Atenas (Grécia)



Fonte: Wikimedia Commons contributors¹⁰.

Diferentemente dos gregos, os romanos constituíram de fato uma unidade territorial. Para eles, não se tratava somente de uma fronteira de identidade entre a civilização romana e o espaço desconhecido, existia de fato uma territorialidade, sendo ela inerente às questões das bordas desses espaços (GUARINELLO, 2010, p. 120). A palavra latina *limes* designava o conjunto de fortificações ao longo das ocupações romanas nos confins de seu império (JONES & WISEMAN, 2009, p. 127). Mediante tais argumentações, é possível reconhecer uma fronteira romana que demarcava uma territorialidade, e não somente uma identidade em relação a um espaço desconhecido.

⁹ Referimos-nos ao “mundo grego” na Antiguidade, e não ao Estado moderno da Grécia. Atualmente essa região corresponde ao nordeste da Turquia.

¹⁰ Disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:AGMA_H%C3%A9rodote.jpg&oldid=246449139>. Acesso em 25 jan. 2020.

Num sentido parecido, durante a baixa Idade Média, a palavra latina *frons* se referia ao que está na frente, ou seja, ao que era diferente (ROMANI, 2014, p. 2).

Considerando o contexto temporal contemporâneo, mais precisamente o que toca o século XIX, a fronteira teve um peso fundamental dentro do contexto do Romantismo e da emergência das identidades nacionais. Ela serviu para demarcar comunidades políticas, delimitar os modernos Estados Nacionais e deu sentido às “comunidades imaginadas” que almejavam ter uma representação consolidada no mapa (ANDERSON, 2008).

Se a ideia de fronteira esteve presente desde a Antiguidade, o surgimento dos modernos Estados Nacionais deu um novo sentido para o conceito. Se antes ela demarcava identidades, passou, dentro do contexto novecentista, embora não deixasse de indicar a outra função, a demarcar uma identidade nacional de fato.

1.1.1 Expandindo o conceito: os geógrafos

A emergência das identidades nacionais não deixou de ser influenciada pelo contexto do cientificismo fortemente presente durante todo o século XIX. Caberia à ciência explicar todos os fenômenos, não somente físicos, mas também os sociais e políticos. Sendo assim, a própria nacionalidade necessitava de uma explicação científica. Se os fenômenos naturais já eram explicados pelas ciências ditas “duras”, os mesmos postulados foram transferidos para a ciência que se ocupava dos fenômenos biológicos e, por fim, chegaram até ao campo científico que se ocupavam de explicar os fenômenos sociais. Para os intelectuais da época, como Auguste Comte e Herbet Spencer, a sociedade era equivalente a um organismo biológico que também poderia ser explicada por um viés científico (ARRIAGA-RODRÍGUEZ, 2012, pp. 12-14).

No caso específico do campo da historiografia, foi na Alemanha que surgiu a denominada “história científica”, totalmente influenciada pelos ditames positivistas da época. Leopold von Ranke (1795-1886) foi quem pautou, influenciado por esses ditames, a interpretação das identidades nacionais europeias naquela altura (REIS, 1996, p. 11). Tendo os historiadores da escola hankeana se preocupado em explicar as identidades nacionais europeias, resultava imperativo pensar no problema da fronteira. No entanto, foram os geógrafos, também influenciados pelo mesmo contexto cientificista, que aprofundaram tal problemática.

Embora a Geografia tenha servido, a princípio, para legitimar os poderes imperiais europeus, vemos que alguns geógrafos já olhavam para a problemática da fronteira no sentido de analisá-la não apenas como uma linha ou um mero marco demarcatório entre nações. Para ilustrar tal argumento, resulta importante apontar os estudos da geógrafa brasileira Maristela Ferrari e dos italianos Federico Ferretti e Claudio Minca a respeito de dois geógrafos proeminentes do século XIX: o alemão Friedrich Ratzel e o francês Élisée Reclus (Figuras 3 e 4).

Figura 3 - Retrato de Friedrich Ratzel



Fonte: Wikimedia Commons contributors¹¹.

Segundo esses autores, a fronteira para Ratzel não consistia apenas numa simples demarcação. Em sua *Antropogeografia*, publicada em 1882, existe uma análise, influenciada pela ideia mecanicista, decorrente do cientificismo, de que um movimento nacional poderia avançar ou frear a sua fronteira conforme fossem as condições naturais ou a possibilidade de encontrar outro movimento no lado oposto. Nesse sentido, tratava-se apenas de uma linha imaginária, abstrata, sinalizadora de um estancamento temporário de um movimento. Conforme as próprias palavras de Ratzel: “Quer sejam determinadas por cientistas após mensurações ou pela diplomacia após acordos, essas divisões sempre são objetos irrealis (...), ao passo que a verdadeira fronteira, por sua própria essência, não é definida nitidamente e, portanto, não se pode determiná-la com exatidão” (FERRETTI, 2014, p. 56).

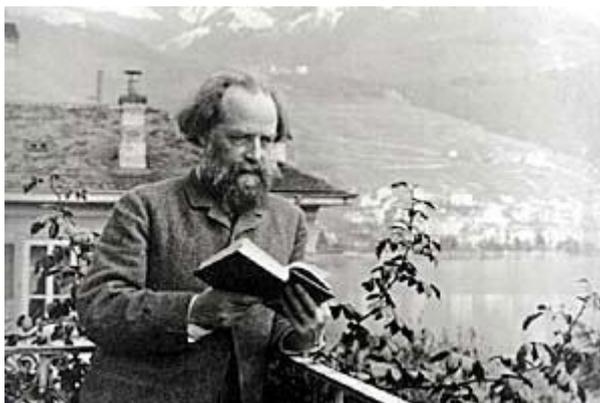
Sendo assim, a ideia de uma zona fronteira ou, a de considerar a fronteira como uma região, já se aplicava ao pensamento de Ratzel: “uma única linha jamais será

¹¹ Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Bundesarchiv_Bild_183-R35179,_Prof._Friedrich_Ratzel.jpg&oldid=348422806>. Acesso em: 25 jan. 2020.

suficiente mas, pelo menos, duas, capazes assim de fechar uma borda fronteira” (FERRETTI, 2014, p. 56). Logo, concluímos que a ideia de uma fronteira em movimento já existia na produção do geógrafo alemão, sendo ela anterior aos historiadores.

Para Élisée Reclus, a fronteira também era móvel, mas em um sentido distinto de Ratzel. Conforme o seu pensamento anarquista, acreditava que ela movia-se no sentido de alcançar a possibilidade de ocasionar uma revolução e, conseqüente, o fim do Estado moderno, ou seja, acreditava no fim das fronteiras como demarcadoras de um status político. As demarcações, criadas de maneira arbitrária, tenderiam a desaparecer: “(...) Se as fronteiras estatais dependem da vontade dos povos e devem ser modificadas conforme seus desejos, pode-se fazer o mesmo com as fronteiras, igualmente convencionais e que separam artificialmente os Estados em diferentes províncias” (FERRETTI, 2014, p. 51).

Figura 4 - Élisée Reclus em Paris (1905)



Fonte: Wikimedia Commons contributors¹².

Vemos que, de distintas maneiras, Ratzel e Reclus não legitimavam as fronteiras imaginadas em seus períodos, pelo contrário, as questionavam e indicavam um caminho para se enxergá-las como fronteiras em movimento. Nesse sentido, os deslocamentos humanos, as migrações e as condições naturais seriam fulcrais para poder explicar as sociedades.

¹² Disponível em: <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Elisee-reclus2.jpg&oldid=261444745>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

1.1.2 Expandindo o conceito: os historiadores

Os historiadores hankianos não deram tanta ênfase à questão da fronteira quanto os geógrafos. Foram esses últimos que aprofundaram o tema, inclusive, como já vimos, ampliando a ideia de fronteira como linha demarcatória no sentido de pensar o processo de seu constante movimento.

O primeiro historiador que se debruçou de maneira aprofundada, sistematizando o tema, foi o estadunidense Frederick Jackson Turner com o texto intitulado *O significado da fronteira na história americana*, escrito em 1893. Da mesma maneira que os geógrafos, ele foi totalmente influenciado pelo contexto cientificista do período. Apesar de ser contemporâneo à Ratzel, não existe algum indício de que tenha lido a obra do estudioso alemão (ARRIAGA-RODRÍGUEZ, 2012, p. 17). Mas o que resulta importante salientar no contexto da obra de Turner é o espaço por ele analisado: a América. Tratava-se de um contexto geográfico distinto da Europa. O espaço americano abriu margem para um olhar original a respeito da questão da fronteira. Apesar de os geógrafos europeus já terem esboçado a ideia da fronteira em movimento, em seus respectivos casos, ela se movia entre territórios já ocupados por diversas sociedades há séculos, enquanto que no continente americano, considerando a concepção dos imigrantes europeus, que anulava a presença dos indígenas, as terras situadas ao oeste eram vazias, desertas, livres e aptas para a ocupação (FERRARI, 2014, p. 18).

Figura 5 - Frederick Jackson Turner (1890)



Fonte: Wikimedia Commons contributors¹³.

¹³ Disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Frederick_Jackson_Turner.jpg&oldid=301438958>. Acesso em: 25 jan. 2020.

Durante o século XIX, o imaginário sobre a fronteira era algo comum às novas nações americanas recém-emancipadas do controle metropolitano europeu. Foi o momento onde alcançaram a tão almejada emancipação política. Nesse novo cenário, o problema da ocupação dos vastos espaços herdados dos antigos poderes coloniais foi colocado pela recém-formada intelectualidade dessas novas nações. Sendo assim, o tema da fronteira era um ponto chave para a construção das nações americanas, especialmente para os novos países dotados de uma grande extensão territorial - ainda que ela fosse apenas imaginada - como era o caso dos Estados Unidos na América do Norte, e de Brasil e Argentina, ao sul do continente.

No caso específico dos Estados Unidos, Turner (2004, p. 23) fez o seu estudo motivado pela questão do “fim da fronteira”. O seu texto é iniciado com uma menção ao censo nacional de 1890, onde constava que todas as terras antes consideradas livres estavam ocupadas desde o Atlântico até o Pacífico. Motivado por essa conjuntura, escreveu a história do país como uma sucessão de gradativos avanços de ocupação humana a partir da costa atlântica em direção ao oeste. Tratava-se, portanto, de uma fronteira móvel que avançou conforme iam surgindo possibilidades para os colonos brancos terem acesso às terras livres. Nesse processo, era agregado um valor à terra que antes não existia. Os povos indígenas, verdadeiros senhores dessas terras, não atribuíam tal valor agregado. Por esse motivo, em seu texto, Turner atribuiu a eles um papel marginal, dando privilégio a ação do avanço do *pioneer* americano, em detrimento dos povos nativos, verdadeiros pioneiros das terras americanas.

Apesar da ideia de Fronteira Móvel já ter sido esboçada pelos geógrafos europeus, a *Frontier Thesis* de Turner obteve uma maior repercussão dentro do ambiente acadêmico. Ninguém poderia prever que um simples paper de trinta páginas pudesse causar tamanho rebuliço, não apenas dentro da academia, como também entre os maiores poderes políticos dentro dos Estados Unidos. Se a fronteira havia chegado ao fim, seria a hora de legitimar a tese expansionista para fora do continente. A tese de Turner foi usada para legitimar a política externa estadunidense¹⁴. Outra razão para o seu sucesso, foi o contexto da confiança no clima evolucionista da época, que colocava a referida nação como um caso único de sociedade ideal, um exemplo claro da seleção natural darwiniana aplicado para os estudos sociais (SECRETO, 2001, pp. 54-55).

¹⁴ A partir do final do século XIX, os Estados Unidos adotaram uma política de intervenção externa ao ocupar Cuba e Porto Rico, países próximos à sua costa atlântica, e Filipinas e Guam, no Oceano Pacífico. Foram eventos ligados aos desdobramentos da Guerra contra a Espanha ocorrida em 1898.

Cabe ressaltar que o contexto americano possibilitava por si só uma mirada diferenciada sobre a fronteira, distinta da visão que os geógrafos europeus poderiam exercer sobre o seu continente. Nesse espaço de “fronteira aberta”, Turner examinou o contexto do avanço dos *pioneers* como um processo onde esse contingente imigratório europeu foi adaptando seus costumes, tornando-se americanos de fato e fomentando o caminho para a consolidação da democracia. Essa linha de pensamento estava em consonância com a conjuntura evolucionista do período e servia para explicar a democracia estadunidense como algo único no mundo ocidental (ARRIAGA-RODRÍGUEZ, 2012, pp. 21-22). Por fim, cabe assinalar que a “precisão científica” de Turner explicava e definia o caráter nacional dos Estados Unidos a partir do avanço da fronteira.

É possível mensurar o impacto da tese de Turner mediante o fato de seu alcance ter ido muito além do campo da historiografia. Sociólogos e antropólogos passaram a aplicar o conceito de fronteira móvel turneriano para explicar realidades distintas do espaço estadunidense (SECRETO, 2001, p. 45; FERRARI, 2014, p. 17). É também significativo o fato de muitos geógrafos utilizarem o conceito. O que denota o quanto a teoria teve um peso muito maior se comparada ao impacto das teses dos próprios geógrafos. Muitos acadêmicos a adotam porque ela explica a frente de expansão melhor que o conceito europeu de fronteira. Mesmo os próprios pesquisadores europeus passaram a usar o modelo, inclusive para explicar as fronteiras em distintos contextos temporais como o da Antiguidade e da Idade Média (ARRIAGA-RODRÍGUEZ, 2012, p. 25).

No decorrer do século XX, emergiu uma verdadeira escola turneriana dentro do âmbito da historiografia estadunidense. Sua tese sofreu constantes revisões, partindo, a princípio, de seus próprios discípulos e, mais tarde, de um grupo de historiadores que viria contestá-la por completo. Herbert Helgene Bolton foi um desses discípulos que replicaram a tese de seu mestre. No entanto, sua proposta iria numa outra direção. Enquanto, para Turner, o avanço da fronteira foi realizado por colonizadores brancos de origem europeia sobre a “barbárie” das terras obscuras, então ocupadas por indígenas igualmente “bárbaros”, para ele, a importância maior estava na antiga fronteira espanhola na América do Norte, espaço que mais tarde seria integrado aos Estados Unidos¹⁵. Os protagonistas teriam sido os espanhóis e suas instituições como as

¹⁵ Correspondente às áreas que hoje englobam os estados do Texas, Arizona, Novo México e Califórnia.

misiones e os *pueblos*. Bolton também destacou as relações entre os colonizadores ibéricos e as diversas nações indígenas que habitavam esse espaço, tema este que não estava presente no texto de Turner (RATTO, 2001, pp. 115-116).

Bolton acabou formando a sua própria “escola”. Foram os boltonianos que cunharam o conceito de “borderland”, emergido em meio ao contexto da problemática de analisar as diversas frentes de fronteira existentes na América do Norte. O que na prática, representava uma releitura da tese turneriana de enxergar a fronteira como uma região de contato. Mas a diferença reside no fato de não considerar apenas o processo do avanço do *pioneer*. Ela englobava os encontros e desencontros entre o avanço dos espanhóis, franceses, britânicos, estadunidenses e das diversas nações indígenas que habitavam esse espaço. Tratava-se de explicar o processo de transformação de uma região de fronteira indefinida para a situação de uma fronteira definida, representada pela *border*.

Figura 6 - Herbert Eugene Bolton (1905)



Fonte: Wikimedia Commons contributors¹⁶.

O conceito resulta prático para analisar as mais variadas zonas fronteiriças em todo o continente americano. É o que propõe os historiadores Jeremy Adelman e Stephen Aron (1999, p. 817) em estudo realizado já no fim do século XX. Esses autores ressaltam que o conceito não deve se restringir apenas ao contexto norte-americano. Eles próprios abriram a possibilidade de pensar outras borderlands dentro do espaço americano: “*By no means were the Great Lakes, the Missouri Valley, and the Rio Grande the only American borderlands. Florida, Central America, the River Plate, and*

¹⁶ Disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Herbert_Eugene_Bolton_1905.jpg&oldid=176769946>. Acesso em: 25 jan. 2020.

*northeastern Brazil could almost as easily have been included in our pantheon of case studies”*¹⁷.

Nos anos 1970, a conjuntura da Nova História Social, alimentada pela eclosão do movimento negro e pelo surgimento do American Indian Movement (Movimento índio Americano), abriu margem para a possibilidade da recuperação da história desses grupos até então marginalizados. Sendo assim, a *Frontier Thesis* de Turner sofreu severos ataques de acadêmicos que chamaram a atenção para o fato dela privilegiar o avanço da fronteira branca europeia em detrimento de outros grupos marginalizados. Uma das críticas mais severas foi a de Patricia Limerick, que em 1987 lançou *The legacy of conquest: the unbroken past of the American West*. Ela acusou Turner de ser anticientífico. Para ela, sua tese era puro mito, uma falsa história. Sua obra abriu caminho para o que veio a ser conhecida como *New Western History* (Nova História do Oeste), uma maneira dos historiadores desse grupo se diferenciar da velha história turneriana (AVILA, 2005, p. 399).

Podemos concluir que a *Frontier Thesis* segue preponderante no âmbito da historiografia das fronteiras. É a partir dela que surgiram diversas revisões e contribuições para os estudos fronteiriços, mesmo seus críticos mais severos a tomam como ponto de partida (ARRIAGA-RODRÍGUEZ, 2012, p. 20). Outro importante ponto a ser salientado era que o próprio Turner nunca definiu que sua tese pudesse ser aplicável para outros espaços fora dos Estados Unidos. Tampouco poderia imaginar que sua tese fosse replicada para as mais diversas geografias ao redor do mundo. Embora ela não seja a única teoria para se explicar fronteiras, a sua ideia de Fronteira em Movimento resulta factível para explicar as mais diversas situações, daí também resulta a sua pertinência e predominância sobre os estudos fronteiriços.

No que toca o conceito de *borderland*, ressaltamos, uma vez mais, que ele é cabível para analisar as mais variadas situações fronteiriças dentro do espaço americano no século XIX. Sendo este o período de emergência de vários projetos nacionais, resultava inevitável a ocorrência de choques entre o avanço da fronteira desses projetos e as sociedades que estavam alheias aos discursos emanados pelas centralidades oriundas da costa atlântica. Se teoricamente, existiam nações dotadas de uma vasta

¹⁷ Da mesma maneira que a tese turneriana, o conceito de *borderland* também foi utilizado para explicar diversos espaços fora da América. Existem vários estudos que utilizam o conceito para explicar diversas regiões de fronteira na Europa e mesmo zonas fronteiriças da Antiguidade, como por exemplo, a que colocava em contato povos como os romanos, berberes e árabes. Ver: (LEE, John W. I. & NORTH, 2016).

extensão territorial, a prática revelava outra realidade: quando essas ideias expansionistas foram colocadas em curso, elas entravam em choque com geografias e sociedades que não estavam sob a sua efetiva órbita. Eram, portanto, regiões de conflito, de fronteira indefinida e “zonas de contato”¹⁸ entre diferentes projetos e sociedades, um espaço híbrido de negociações e trocas. Nesse sentido, o conceito de *borderland* aponta para o problema de se estudar profundamente as regiões interiores americanas e seus diversos atores, sejam eles de matriz europeia ou de origem nativa.

Nesse sentido, os estudos pós-coloniais que aplicam a noção de colônia dentro dos espaços nacionais americanos também são um valioso aporte para os estudos de fronteira. Os mesmos consideram que os projetos nacionais realizavam uma releitura do colonialismo e dos “descobrimientos”, um tipo de colonialismo interno praticado pelas novas nações americanas que buscavam integrar os seus cantos recônditos de fronteira ao sistema capitalista, o que pode estar associado à própria expansão do capitalismo e do neocolonialismo praticado pelas nações europeias sobre a África e Ásia. Partindo dessa tese, a fronteira seria o lugar onde se localizavam as riquezas e oportunidades para o crescimento da nação. Por isso a ideia de projetá-la como pertencente a um determinado centro de poder, mas que na realidade, era constituído por populações que estavam alheias a essa ordem. Sendo assim, os estudos que enfocam o contexto da construção de colônias internas por parte das nações latino-americanas são pertinentes para investigar a dinâmica das *borderlands* americanas.

No sentido de ilustrar essa tese, elencamos alguns exemplos de trabalhos que seguem tal temática: a pesquisa da geógrafa argentina Perla Zusman (2010) realiza uma comparação entre os projetos de avanço da fronteira oeste dos Estados Unidos e o de ocupação das fronteiras internas da Argentina. Na mesma tônica, a antropóloga colombiana Margarita Serje (2005) analisa o caso da expansão do Estado colombiano em direção ao espaço selvático pretendido pela autoridade estatal instalada em Bogotá. Já a geógrafa brasileira Cristina de Moraes (2018) analisa o movimento de ocupação do espaço que foi configurado como Oeste Catarinense pelos neo-colonizadores oriundos de Florianópolis.

Também resulta importante mencionar o trabalho do historiador anglo-australiano Paul Carter. Partindo do pressuposto da *Spatial History*, ele realiza uma

¹⁸ Conceito cunhado por Mary Louise Pratt (1999, p. 27) para designar “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações assimétricas de dominação e subordinação”.

Geo-História do processo de conquista e colonização da Austrália por parte dos europeus, examinando as minúcias do espaço percorrido pelos colonizadores. Assim como o ato de nomear os lugares pelos quais os agentes estatais percorriam com a intenção de anexá-los formalmente no sentido de servir como um recurso eficiente para legitimar poder e controle político sobre tal espaço. Dentro dessa perspectiva, o autor realiza uma crítica em relação aos mitos imaginários de fundação dos lugares, busca descortinar o mundo intencional dos discursos e, sob a ótica destes que produzem o relato, analisar as transformações simbólicas pelas quais passa o espaço (CARTER, 1987, p. 25).

1.2 A fronteira na historiografia brasileira

Fundado em 1838, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) aspirava ser uma organização que pudesse legitimar a então recém-emancipada nação brasileira. O tema dos limites e fronteiras foi de fundamental importância para o Instituto, já que era necessário dar corpo aos limites imaginados da nova nação, um problema comum a todos os novos países americanos surgidos naquele período. Era natural, para a intelectualidade sul-americana da época, olhar para o problema da fronteira, independentemente da situação que poderia estar ocorrendo ao norte do continente. Se essas novas nações já existiam em teoria, era necessário pensar formas de ocupar efetivamente os espaços “vazios” de seus territórios. Conforme a mentalidade desses pensadores novecentistas, a civilização, ainda restrita às áreas costeiras, seria uma herança da colonização europeia. Daí surgiu a necessidade de uma nova empreitada que pudesse levar adiante o projeto nacional de avanço das fronteiras internas. Se as nações europeias estavam empreendendo o neocolonialismo sobre a África e Ásia, a intelectualidade americana também pensou a esse respeito. No entanto, tratava-se de uma colonização interna de lugares que esses intelectuais consideravam atrasados, carentes de civilização e ocupados por populações consideradas igualmente atrasadas e bárbaras ¹⁹.

No caso brasileiro, desde o início da colonização portuguesa, existia uma dicotomização entre a segurança do litoral e os perigos existentes no interior da colônia, todavia desconhecido. Ainda no durante o século XVI, o padre José de Anchieta, em

¹⁹ Vitor Wagner Neto de Oliveira (2009, pp. 51-52), em sua pesquisa sobre as conexões fluviais entre o Mato Grosso e a Argentina, apontou que as intelectualidades do Brasil e da Argentina reproduziam o discurso colonialista dos europeus, recriando a noção de colônia para dentro dos seus espaços internos, no caso de seu recorte, essas colônias internas se situavam no Mato Grosso e no norte argentino.

meio à preocupação de deixar a segurança da litorânea São Vicente para subir a Serra do Mar em direção ao interior, refletiu sobre a problemática, definindo a costa como um lugar onde existia a palavra de Deus, e o interior como uma terra do mal, um lugar ainda controlado pelo demônio. Em 1554, ao subir a serra e fundar a povoação de São Paulo de Piratininga, ele demarcou que este avanço representava uma fronteira em relação à desconhecida imensidão situada ao oeste do povoado (SECRETO, 2006, p. 240; VILARDAGA, 2010, p. 192).

Seria um equívoco apontar que a colonização portuguesa se restringiu apenas à faixa costeira por mais de trezentos anos. O surto demográfico ocorrido na região das minas é um exemplo da interiorização e do avanço da fronteira da colonização lusitana. No entanto, com o início da vida independente do Brasil, os problemas relacionados à ocupação dos espaços interiores da nação persistiram na pauta política. Assim registrava o político brasileiro Paulino José Soares de Sousa em 1862:

Antigamente, nos tempos coloniais, a nossa população atraída pela indústria das minas (...) afluía e dispersava-se pelo interior, o qual assim foi povoado, bem mais longínquas fronteiras. Tendo hoje a refluir para o litoral e a aproximar-se de lugares onde possa permutar (...) Isto explica o atraso em que vão caindo algumas províncias do interior, cobertas de povoações decadentes ou estacionárias.
Pode-se dizer que a população do interior não se fixou bem ainda. (URUGUAI, 2002, p. 118)

No que tocava o contexto do Brasil Império, Paulino, mais conhecido como Visconde do Uruguai, era uma das mais importantes figuras do período. Foi membro do Partido Conservador, senador e ministro das Relações Exteriores, além de sempre ter sido lembrado na história brasileira por ter composto a Trindade Saquarema (MÄDER, 2006, pp. 24-25). Em conjunto com a sua vida política, desenvolveu atividade intelectual, produzindo algumas obras, das quais se destaca *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, publicada em 1862. Nela expressou seus pensamentos sobre a problemática da construção da nação, sendo que o seu olhar não deixou de contemplar a fronteira. Resulta possível afirmar que, durante toda a sua vida, foi essa uma de suas principais preocupações. Sua atuação política como diplomata foi de fundamental importância para a consolidação das fronteiras pretendidas pelo Império Brasileiro. O próprio título de nobreza com o qual foi agraciado faz referência a sua atuação nas relações fronteiriças com os países da região do Prata.

O pensamento do Visconde não era apenas direcionado para as fronteiras políticas do Império. Em meio ao debate sobre a organização administrativa da nação, defendia o modelo centralizador francês, em contraposição ao federalismo existente nos Estados Unidos. Também legitimava o poder centralizado na corte do Rio de Janeiro, que deveria submeter todo o vasto interior do país (COSER, 2008). Ou seja, podemos apontar que a problemática de avançar as fronteiras internas também era uma de suas preocupações.

Figura 7 - Visconde do Uruguai (1861)



Fonte: Wikimedia Commons contributors.²⁰

O diplomata lançou suas inquietudes a respeito das possibilidades do avanço da civilização – associada ao litoral – em direção ao interior do país, considerado por ele como um foco de barbárie, mas que, todavia, era passível de ser “civilizado”. Ao tratar da população interiorana, dizia que esses “bárbaros” não poderiam ser considerados como cidadãos de um Império Constitucional, eram provenientes de um mundo sem leis, sem ordem e sem governo (MÄDER, 2006, p. 126). Considerando que a população fronteiriça vivia à margem da ação do Estado, seria o momento de integrá-la a essa “comunidade imaginada” chamada Brasil.

Outro político que desenvolveu intensa atividade intelectual durante o Império foi o mineiro Couto Magalhães. Sendo natural da cidade interiorana de Diamantina, sua atuação política mesclou-se a uma vida de destaque no que tocava às atividades militares, tendo um grande destaque na corporação. Era um fiel monarquista plenamente integrado à Corte. A origem interiorana sempre guiou sua vida e o fez olhar para a fronteira. Foi governador do Pará, de Goiás e do Mato Grosso, províncias estas consideradas fronteiriças. Sua atividade intelectual foi ligada aos estudos folcloristas e

²⁰ Disponível em: <[https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Visconde_d%27Uruguay_-_Litografia_\(cropped-2\).jpg&oldid=319880641](https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Visconde_d%27Uruguay_-_Litografia_(cropped-2).jpg&oldid=319880641)>. Acesso em: 25 jan. 2020.

etnográficos. Em sua obra mais conhecida, *O Selvagem*, publicada em 1876, olhou para a fronteira como um espaço ainda não integrado à nação, dando bastante destaque para a problemática do “perigo indígena”. Não estando alheio à problemática americana como um todo, fez comparações entre os contextos das fronteiras brasileira e argentina:

(...) aqui no Brasil temos sido mais previdentes, é porque a população cristã está por assim dizer confinada na costa. Aquela que é limítrofe dos selvagens tem com eles constantes conflitos, e não há quase um só mês em que os jornais não dêem notícias de tais conflitos.

Não só estaremos (desde que a população se alargue) expostos aos mesmos perigos que os argentinos, como estaremos expostos a maiores, e para assim julgar basta ter presentes ao espírito os seguintes fatos:

A população selvagem da República Argentina é avaliada em cem mil índios; a nossa é calculada em um milhão, ou dez vezes mais. (..) Nosso interior, muito mais remoto da parte que possui população densa, não é acessível ao vapor; possuímos menos cavalaria, portanto o movimento de forças aqui seria mais fácil ao gentio do que a nós (MAGALHÃES C. , 2013, p. 20).

Para Magalhães, a zona de contato entre civilizados e indígenas era tênue. A fronteira da civilização seria demarcada por uma linha imaginária onde estariam os indígenas que já travavam contato com a população branca. Para além desse limite, estariam as nações bárbaras. Ainda que o autor realizasse uma projeção dos vastos espaços interiores como parte do território brasileiro, reconheceu que eram lugares que não estavam sob a órbita estatal. Ao falar de “nacionalidades” existentes do outro lado da fronteira por ele imaginada, reconhecia que era um espaço “estrangeiro” e, todavia, não submetido. Por esse motivo pensava na problemática de avançar a fronteira interior adentro para poder integrar o vasto oeste à nação:

Uma outra idéia falsa que muitos formam do interior é que a população selvagem do Brasil se compõe de pequenas tribos; assim é no que respeita às que estão logo em seguida à população cristã. Mas no interior, isto é, além da linha ocupada pelos selvagens que estão em contato conosco, existem poderosas nacionalidades que não despertam a nossa atenção, porque é ainda imenso o sertão do interior que não é de forma alguma viajado ou conhecido. Só a Bacia do Xingu é maior do que a França. Não há notícia de um só cristão que a tenha tocado até hoje. Não conhecemos nosso interior, ninguém o conhece senão os mesmos selvagens (MAGALHÃES C. , 2013, pp. 20-21).

Influenciado pelo cientificismo vigente em seu tempo, buscava uma solução científica para o problema das populações fronteiriças. Para ele, os indígenas, apesar de serem bárbaros, eram passíveis de serem “civilizados” e integrados ao organismo da nação. Era uma lógica influenciada pelos ditames das ciências duras para explicar a problemática da fronteira brasileira e das populações que ali viviam:

A lei da perfectibilidade humana é tão inflexível como a lei física da gravitação dos corpos.

Desde que o selvagem possui, com a inteligência da língua, a possibilidade de compreender o que é civilização, ele a absorve tão necessariamente como uma esponja absorve o líquido que se lhe põe em contacto.

(...) Esse corpo, desde que tivesse a organização e a disciplina militar, seria um auxiliar prestimoso para nossas colônias militares, para nossas populações das fronteiras, para as expedições que quiséssemos mandar ao interior, e para proteger as nossas comunicações interiores, com as duas grandes bacias do Prata e do Amazonas (...) (MAGALHÃES C. , 2013, pp. 22-24).

Igualmente influenciado pela tônica do determinismo científico, não deixou de olhar também para a conjuntura fronteiriça dos Estados Unidos. Ao se deparar com a problemática de explicar a transformação do homem europeu quando travava contato com o ambiente americano, observou o contexto do avanço da fronteira oeste daquele país no sentido de projetar uma realidade semelhante para o Brasil. Tratava-se de buscar possibilidades para o surgimento de uma nova “raça” autenticamente americana, fruto da miscigenação e da transformação que ocorreria no ambiente fronteiriço. Magalhães enfatizou a miscigenação, sobretudo, entre o europeu e o indígena, relegando, no entanto, a influência do africano, provavelmente porque era influenciado pelas teses raciais do biólogo francês Armand de Quatrefages, o qual aplicava as teses da zoologia para classificar as sociedades humanas, colocando o indígena adiante do africano em sua escala evolutiva²¹.

Como na América do Norte o anglo-saxônico, fundindo-se com o pele-vermelha, produziu o yankee, representante de uma nova civilização, assim o latino, fundindo-se com o tupi, produziu essa raça enérgica que constitui a quase totalidade da população de São Paulo e Rio Grande e a maioria do povo do Império.

Grande parte de nossos compatriotas ainda não quer acreditar que o problema da população só será satisfatoriamente resolvido quando atendermos aos dois elementos: o europeu e o americano.

A grande França, pela voz eloqüente do Sr. de Quatrefages, nos está a bradar que, como elemento de trabalho, nenhuma raça nos é tão proveitosa como a do branco aclimado pelo sangue do indígena (MAGALHÃES C. , 2013, p. 11).

²¹ Armand de Quatrefages (1890-1892) acreditava na impossibilidade da geração de uma nova raça decorrente da mestiçagem entre brancos e negros. Para ele, o negro era uma monstruosidade intelectual, não era portador de uma inteligência como a dos brancos (AZEVEDO, 2004, p. 63).

Figura 8 - Retrato de Couto de Magalhães feito por Almeida Júnior (1888)



Fonte: Wikimedia Commons contributors²².

Tal linha de pensamento reflete o quanto as teorias científicas europeias repercutiram e foram ressignificadas para dentro do contexto brasileiro. Um dos ávidos leitores do intelectual mineiro e que fez parte de uma geração um pouco posterior foi o sergipano Sílvio Romero. Os dois possuíam em comum o fato de ambos serem interioranos. Romero, no entanto, foi um intelectual “marginalizado” que nunca foi plenamente integrado ao ambiente da Corte. Foi um crítico literário que acreditava na literatura como uma atividade científica para explicar o Brasil (COSTA FILHO, 2012, pp. 66-67). O fato de ser oriundo de Lagarto, já nos sertões de Sergipe, não deixou de influenciá-lo em sua mirada para o interior e, conseqüentemente, para a fronteira.

Seguindo a mesma tônica de Couto Magalhães, Romero acreditava que a fronteira era o lugar da formação do autêntico povo brasileiro, era nesse ambiente que as leis científicas agiriam em prol da formação de uma sociedade plenamente nacional, diferente das “raças” progenitoras - europeia, indígena e africana - que se mesclariam nesse novo contexto geográfico. No entanto, existia uma diferença pontual em relação à tese de Magalhães: Romero salientava a importância do africano nesse processo (ROMERO, 1888, p. 355; SCHNEIDER, 2019, p. 46).

O pensamento do sergipano representava uma verdadeira antítese em relação à mentalidade predominante na corte. Essa assimetria resultava ainda mais gritante se a compararmos com a ideologia política do Visconde do Uruguai, defensor ferrenho do modelo francês de centralização do poder. Indo em uma direção totalmente oposta,

²² Disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:J%C3%BAnior,_Jos%C3%A9_Ferraz_de_Almeida_-_Retrato_do_General_Jos%C3%A9_Couto_de_Magalh%C3%A3es.jpg&oldid=324549707>. Acesso em: 25 jan. 2020.

Romero criticava a capital “afrancesada” e reivindicava um poder maior para as províncias do interior, legitimando o seu argumento através das ideias do biólogo alemão Ernst Haeckel²³:

(...) das pequenas universidades das províncias é que tem sabido as conquistas mais notáveis da sciencia européa, e não das grandes capitães, avalie-se o que poderá ser do Brazil, que possuindo uma capital absorvente e de impulsos viciados, não conta, por outro lado, núcleos bem organizados nas províncias que possam reagir contra a atrophia que nos invade. A capital nada de vasto e profundo poderá fundar e as províncias pela mesma fôrma, si prevalecer o systema presente.

Estas idéas que, ha muito, sustentamos, tivemos o prazer de as vêr defendidas na recentissima resposta do sábio Haeckel a Virchow (...) (ROMERO, 1888, p. 363).

Ainda que Romero tivesse buscado legitimar suas teorias através das teses científicas europeias, seu olhar direcionado para a fronteira buscava explicar a formação de um autêntico caráter nacional para o Brasil. Nesse sentido, a exemplo de Magalhães, não ficou alheio ao que estava ocorrendo no norte do continente. Os Estados Unidos eram um modelo a ser seguido, um exemplo de um lugar onde o processo civilizador teria sido completado. Sendo um seguidor do evolucionismo de Herbert Spencer²⁴, aspirava que o sucesso da nação do norte pudesse ser aplicado no Brasil. Os Estados Unidos seriam um exemplo spenceriano de sucesso, creditado a uma raça mais forte e apta: “Ainda mais, a maior parte do paiz continua a ser desconhecida, o nosso grande oeste, ao contrário do que aconteceu ao Fart- West americano é como não existente para a pátria” (ROMERO, 1888, p. 364).

²³ Ernst Heinrich Philipp August Haeckel (1834 -1919) foi um dos responsáveis por popularizar a teoria do evolucionismo de Charles Darwin.

²⁴ Herbert Spencer (1820-1903) foi um filósofo e biólogo inglês e um dos maiores propagadores das ideias de Charles Darwin. É de Spencer a expressão "sobrevivência do mais apto", muitas vezes creditada erroneamente à Darwin.

Figura 9 - O escritor sergipano Silvio Romero



Fonte: Wikimedia Commons contributors²⁵.

Vimos que alguns intelectuais brasileiros do século XIX já pensavam na problemática da fronteira como um fator de primeira ordem no tocante à construção da nação. Ainda que o contexto do avanço da fronteira oeste dos Estados Unidos encontrasse eco em terras sul-americanas, o problema era parte de uma conjuntura maior, ligada ao contexto americano como um todo e sua problemática de ocupar seus espaços interiores.

O cearense Capistrano de Abreu, nascido em Maranguape, “na fronteira entre a praia e caatinga” é o primeiro historiador propriamente dito a olhar para o tema da fronteira oeste. Seu biógrafo, José Aurélio Saraiva Câmara, assim o definiu: “ligado ao litoral pela cultura e pelo estudo, ele, que veio a ser um dos brasileiros mais cultos do seu tempo, era psíquica e fisicamente um sertanejo autêntico” (GONTIJO, 2006, p. 128). Foi um sertanejo que obteve posição de destaque na corte, tal fator foi significativo no sentido de aguçar o seu olhar para o interior.

²⁵ Disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Silvio_Romero.jpg&oldid=285208199> Acesso em: 25 jan. 2020.

Figura 10 - Retrato de Capistrano de Abreu feito por Otacílio de Azevedo (1947)



Fonte: Wikimedia Commons contributors²⁶.

Tal aspecto ficou latente na tese que apresentou para o concurso de ingresso no Colégio Pedro II em 1883, intitulada *Descobrimto do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. Segundo María Verónica Secreto (2001, p. 49), ele foi pioneiro em estudar o processo de penetração da colonização no sentido oeste, aparecendo já nesse estudo uma ideia da Fronteira em Movimento. Em *Capítulos de história colonial: 1500-1800*, lançado em 1907, analisou a fronteira móvel da colonização a partir do avanço da pecuária. Teria sido esse o fator essencial para a descoberta de minérios e para a interiorização da colonização portuguesa: "(...) a criação de gado teve um efeito, que repercutiu longamente. Graças a ela foi possível descobrir minas (...)". Para essa mesma autora, a ideia de Fronteira em Movimento de Capistrano chega até mesmo a ser anterior à Turner. Sendo assim, a ideia turneriana de explicar uma história genuinamente americana e distinta da europeia já aparecia antes nos escritos do cearense. O processo do adentramento da colonização no Brasil Colônia teria gerado um novo povo, completamente distinto de sua matriz europeia, atrelada ao litoral atlântico (SECRETO, 2006, pp. 237-238).

Conforme o que já foi destacado anteriormente, os intelectuais que antecederam Capistrano já colocaram essa ideia em debate. No entanto, era uma questão atrelada ao contexto da época que tocava a problemática da formação de um povo autenticamente

²⁶ Disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Capistrano_de_Abreu_01.jpg&oldid=319644574>. Acesso em: 25 jan. 2020.

brasileiro, um processo, para eles, todavia inacabado. Já o historiador cearense foi o primeiro a sistematizar esse processo de avanço da fronteira dentro da historiografia²⁷. O que cabe ressaltar é que não sistematizou essa teoria ao acaso, tal problemática já era pensada antes pela intelectualidade nacional, já existia todo um contexto que não deixou de influenciar na escrita do historiador.

Não é nossa preocupação debater o suposto pioneirismo de Capistrano em tratar do tema da Fronteira Móvel. O fato é que a *Frontier Thesis* de Turner obteve alguma repercussão na historiografia brasileira no decorrer do século XX. Também há que considerar que já existia no Brasil um campo fértil para a recepção desse tipo de estudo. A emergência de São Paulo como um novo polo econômico a partir do final do século XIX motivou os historiadores a pensarem na história do Brasil a partir da ótica do avanço da fronteira dos bandeirantes paulistas durante o Brasil Colônia. Um deles foi Oliveira Viana. Embora não fosse paulista - era nascido em Saquarema, no litoral fluminense - problematizou a questão em torno das populações meridionais do Brasil – daí o título da sua mais famosa obra, lançada em 1920 – sendo assim, para explicar a interpretação do Brasil a partir dessas populações meridionais, aos paulistas, se somavam os fluminenses, mineiros e os demais sulistas. Para ele, o “bandeirante é o próprio domínio em movimento” (VIANA, 2005, p. 135). Em sua escrita expôs as razões antropológicas que buscaram explicar a “naturalidade” do avanço paulista rumo à fronteira oeste, diferenciando-a das populações do norte, as quais não seriam dotadas da mesma mobilidade, permanecendo confinadas a poucas léguas da costa:

Ao norte, sobre as populações da faixa agrícola atua (...) a lenda das minas de prata, de Robério Dias: mas, a expansão setentrional pára a algumas léguas da costa – e não vai adiante. No sul, o mundo vicentista está otimamente aparelhado para uma empresa de conquistas vitoriosas: o meio físico, o meio econômico, o meio social, o meio histórico – tudo as favorece e suscita (VIANA, 2005, pp. 137-138).

Affonso Taunay foi o representante máximo desta historiografia paulista. Sua atuação como diretor do Museu Paulista, entre 1917 e 1945, assim como sua vasta obra sobre a história dos bandeirantes, possuía o claro objetivo de colocar a história do avanço da fronteira paulista como um elemento central para a construção da nacionalidade brasileira (BREFE, 2005). O tema da fronteira paulista foi somado à

²⁷ Nesse sentido, a historiadora Maria Yedda Linhares compara a importância de Capistrano à Turner. Nos mesmos moldes do que teria ocorrido com a tese turneriana nos Estados Unidos, o cearense seria o grande explicador da história do Brasil (FERREIRA JR, PITZER & CASTRO, 1988, p. 92).

problemática dos “vazios” do oeste brasileiro. Existia, portanto, todo um contexto que favorecia os estudos de fronteira no Brasil. Se nos Estados Unidos o mito do *pioneer* foi um componente de identidade nacional, no caso brasileiro, o mito do bandeirante, guardando as devidas proporções, ficando restrito ao contexto paulista, exerceu a mesma função,

Embora não existam precedentes para equiparar o mito bandeirante ao impacto que o mito do *pioneer* exerceu nos Estados Unidos, a historiadora argentina Hebe Clementi defende a existência de tal mito fronteiriço brasileiro. Ela contrapõe a tese do estadunidense Alistair Hennessy, defensor da ideia de que a fronteira latino-americana não foi geradora de mitos como a do oeste estadunidense²⁸. A autora elenca os seguintes fatores que apontam para a existência de uma fronteira móvel paulista e de um contexto fronteiriço que legitimava o bandeirante como um elemento de identidade nacional brasileira:

(..)The fact is, that due to this constant progressive movement, the bandeira should be credited with a number of incontestable virtues:

1. They expanded the Brazilian territory originally limited by the terms of Treaty of Tordesilhas
2. They contributed to the exploration of the interior of South America.
3. They ensured the European settlement of the interior both by exploring the space and by the massive eradication of the indigenous population.
4. They favored the racial mixture between Indians and Whites and contributed to the Americanization of the population (CLEMENTI, 1994, p. 145).

Clementi também ressalta que a fronteira oeste brasileira, a exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos, teria sido um espaço de americanização do europeu. Se a ideia da formação de um tipo humano distinto do europeu unificava a sua teoria com a *Frontier Thesis* de Turner, há que ressaltar que o historiador estadunidense não falava em miscigenação, ao contrário da autora, que enfatiza o paulista mestiço de português e indígena como um resultado dos contatos ocorridos na fronteira brasileira. O seu artigo intitulado *National Identity and the Frontier* foi publicado em inglês numa coletânea organizada por David Weber e Jane Rush, autores que fazem parte do grupo de historiadores que revisaram a tese de Turner. Acreditamos que o fato de existir tal espaço em uma publicação acadêmica proveniente dos Estados Unidos seja um sinal do

²⁸ Além do bandeirante paulista para o caso brasileiro, a autora aponta o *gaucho* como um mito fronteiriço para a Argentina (CLEMENTI, 1994, p. 141).

quanto os historiadores daquele país vêm se atualizando no que tocante à problemática de olhar as fronteiras latino-americanas.

O contexto paulista que possibilitou a emergência dos estudos de fronteira no Brasil, também abriu margem para que a tese de Turner alcançasse alguma repercussão em solo verde-amarelo. Ela nunca representou unanimidade, tampouco foi determinante para os estudos de fronteira no país, mas não passou incólume ante os historiadores nacionais. A repercussão não foi imediata, foi somente no contexto da Era Vargas que Turner teve sua primeira releitura no Brasil. O programa de governo do Estado Novo intitulado *Marcha para o Oeste* foi propício para a ocasião. Para o presidente Vargas, a fronteira oeste era sinônima de nacionalidade. Sendo assim, o governo incentivou a imigração e a ocupação dos espaços “vazios” do centro-oeste brasileiro. Seria um ponto de escala para a conquista formal da tal almejada Amazônia.

O suporte intelectual ao projeto foi dado pelo historiador “bandeirante” Cassiano Ricardo em sua obra intitulada, não por acaso, *Marcha para o Oeste*. Nesse contexto, a tese turneriana encontrou eco no ideário bandeirante do autor²⁹.

Já para Caio Prado Júnior, considerado como um dos grandes explicadores do Brasil, a *Frontier Thesis* não caiu com uma luva. Ele fez ponderações entre o contexto do clima temperado do norte e o que é predominante nos trópicos. Tratava-se de uma posição oposta ao otimismo da bandeira de Viana e de Cassiano Ricardo. Para ele, o avanço da fronteira brasileira não teria sido tão feliz quanto a sua congênere no norte:

Respondendo a teorias apressadas e muito em voga (são as contidas no livro famoso de Turner, *The frontier in American History*) um recente escritor norte-americano analisa este fato com grande atenção, e mostra que a colonização inglesa na América, realizando se embora numa zona temperada, só progrediu à custa de um processo de seleção de que resultou um tipo de pioneiro, o característico ianque, que dotado de aptidão e técnica particulares, foi marchando na vanguarda e abrindo caminho para as levas mais recentes de colonos que afluíam da Europa. Se assim foi numa zona que afora o fato de estar indevassada, se aproxima tanto por suas condições naturais do meio europeu, que não seria dos trópicos?

Para estabelecer-se aí o colono tinha que encontrar estímulos diferentes e mais fortes que os que o impelem para as zonas temperadas (PRADO JR, 1961, p. 21).

Sérgio Buarque de Holanda, outro dos grandes explicadores do Brasil, tomou conhecimento da obra de Turner através do contato travado com intelectuais estadunidenses (WEGNER, 1998, p. 7). Quando retornou de uma breve viagem

²⁹ O antropólogo Otavio Velho o definiu como um “Turner autoritário” (VELHO, 1979, p. 131).

realizada aos Estados Unidos em 1941, maturou suas ideias a respeito das possibilidades de pensar a História das Américas de uma maneira conectada, demarcando os aspectos em comum dos mais diversos espaços americanos. Tratava-se de um novo Sérgio Buarque, muito diferente do autor que escreveu *Raízes do Brasil* em 1936, onde não tal preocupação era nula.

Em *Caminhos e Fronteiras*, publicado em 1957, aparece aprofundada a reflexão sobre a fronteira. Se em *Raízes*, o Brasil era essencialmente lusitano e litorâneo, em *Caminhos* aparece o problema da Fronteira Móvel para explicar o país. Era através da mobilidade dos paulistas em direção ao oeste que a nação tomaria corpo. Trata-se de uma análise muito distante de Taunay, já que sua intenção não era a de glorificar o bandeirante como um herói nos moldes do romantismo europeu. Influenciado pela historiografia estadunidense, descreveu o avanço dos paulistas como um processo de avanço de fronteira onde o europeu tomaria contato com um ambiente distinto e tendo que assimilar aspectos dos “negros da terra” para poder sobreviver. Seria esse o processo de americanização à brasileira. No entanto, para o autor, tal processo seria muito distinto do ocorrido no norte. Daí resulta suas ponderações a respeito da tese turneriana:

De qualquer modo seria injustificável a pretensão de aplicar os esquemas de Turner às condições que se aplicaram no Brasil e se associaram a sua expansão geográfica. O contraste entre as ações e reações dos herdeiros de um João Ramalho, por exemplo, (que a si próprio chamou, certa vez, 'fronteiro' do Paraíba) e a dos pioneers da América Anglo-saxônica é, com efeito tão obviamente radical quanto o será o que subsiste entre as conseqüências próximas e remotas que delas podem decorrer (HOLANDA, 1975, p. VII).

Vemos que na visão do autor, o paulista é muito distinto do *pioneer*. O exemplo de João Ramalho, bandeirante do século XVI, elucida tal argumento. Dentro da perspectiva de uma Fronteira Móvel, Sérgio Buarque analisou aspectos da vida do bandeirante que em dado momento se enxergava como um apartado da civilização³⁰. Não somente da costa, mas também do núcleo urbano do Planalto de Piratininga, primeiro avanço da colonização lusitana que logrou subir a Serra do Mar em direção ao

³⁰ Ainda que no final de sua vida, Ramalho tenha se colocado como um exilado, a palavra *fronteiro* também carregava outra significação concernente à função de “fronteiro-mor”, cargo atribuído aos militares que atuavam nas fronteiras do Império Português. O próprio Ramalho exerceu essa função nas bordas da capitania de São Vicente. O historiador estadunidense Hal Langfur (2014, p. 846) elucida o quanto este contexto aponta para o uso do conceito de fronteira não apenas como um limite entre nações ou impérios, mas de uma região de contato entre a área já conhecida pelos europeus e o espaço desconhecido onde o indígena exercia pleno domínio.

oeste. Ramalho era um “fronteiro” porque em dado momento de sua vida, vivia na região do Vale do Paraíba, distante da capital paulista para os padrões da época, em uma cabana rústica em meio aos nativos da região. Considerava-se um “exilado” justamente por estar fora da órbita da colonização europeia, já na fronteira entre o mundo conhecido dos europeus e o desconhecido que estava no interior (MENEZES, 1954).

Mapa 3 - Região do Vale do Paraíba



Fonte: Adaptado de Wikimedia Commons contributors³¹.

O Vale do Paraíba compreende a região do curso do rio Paraíba do Sul, entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O lado paulista do Vale inicia-se a apenas 75 km, tanto da capital paulista, quanto da costa atlântica. Durante o século XVI, era considerada como uma zona de fronteira e apartada dos polos de colonização lusitana.

Reside aí a originalidade da análise de Buarque em empregar o conceito turneriano de fronteira móvel. Se no século XVI, o rio Paraíba representava o máximo avanço da colonização lusitana no Brasil, nos séculos seguintes seriam os caminhos percorridos pelos paulistas que demarcariam o avanço da fronteira que vai gradativamente se alterando. No entanto, como sinalizou o autor, foi um processo distinto do ocorrido nos Estados Unidos. Apesar de ter lançada a base para a configuração do território nacional, a fronteira paulista não teria fixado a civilização, as bandeiras não tomaram posse definitiva do vasto interior³², além de não ter estabelecido uma democracia como a dos Estados Unidos.

³¹ Disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Bacia_leste.jpg&oldid=141143292>. Acesso em 25 jan. 2020.

³² Segundo Fernad Braudel (1995, p. 82), em menos de um século, os paulistas percorreram sem tomar posse, metade do continente. Os bandeirantes estavam preocupados em escravizar indígenas, não existia um plano de ocupar e se prender à terra.

Posteriormente a Sérgio Buarque, o sociólogo José de Souza Martins (1996, p. 27) realizou uma crítica ainda mais profunda ao avanço da fronteira agrária na Amazônia. Para ele, o contexto fronteiriço brasileiro é caracterizado pela situação de conflito social, tema este que esteve ausente no texto de Turner. Sendo assim, tal modelo não seria passível de ser aplicado para o caso brasileiro. Otávio Velho (1979, p. 100), importante acadêmico pertencente à mesma geração de Martins, embora siga o mesmo direcionamento no tocante à questão do conflito social, usa de maneira mais enfática a tese turneriana, presente em toda a sua obra e pontuando sua análise, baseada na comparação entre as fronteiras dos Estados Unidos, do Brasil e da Rússia³³. Para ele, o contexto fronteiriço brasileiro teria gerado um “capitalismo autoritário”, sendo completamente o oposto da fronteira turneriana, gestora de um ambiente democrático.

Por mais que ela não seja preponderante e ainda encontre resistência em grande parte dos pesquisadores brasileiros, estudos fronteiriços mais recentes, sobretudo, os voltados para a história regional, problematizam a questão da fronteira dentro do âmbito das críticas realizadas à tese turneriana. Ela vem sendo aplicada nas mais diversas circunstâncias geográficas do país³⁴. No entanto, a utilização do conceito de *borderland* é praticamente um campo inexplorado na historiografia brasileira³⁵. Tal assertiva abre margem para a possibilidade da realização de pesquisas que possam englobar as mais variadas situações fronteiriças pelo país, sejam estudos de caso que analisem as fronteiras interiores e os choques entre o avanço colonizador e as sociedades nativas ou situações de litígio e disputas de território com nações vizinhas. Nesse último caso, existe a problemática de analisar a disputa pelo controle não só do espaço, mas também das gentes que aí habitavam e que estariam alheias aos diferentes projetos de nação, vistos como “estrangeiros” pelos autóctones. Logo, não resulta ser apenas uma problemática meramente de litígio internacional, onde apenas as fronteiras nacionais avançam para o interior, trata-se de uma conjuntura complexa onde diversas fronteiras estão em movimento e tomando contato entre si. Nesse processo também é possível

³³ No caso da Rússia, trata-se do avanço de sua fronteira leste pela Sibéria até o Estreito de Bering, fronteira com o Alasca, nos Estados Unidos.

³⁴ Citamos aqui dois diferentes recortes geográficos: a tese de Márcio Roberto Alves dos Santos (2010) aponta o quanto o uso do conceito de fronteira como região de contato já aparecia na documentação colonial sobre a Bahia do século XVI. Dentro do mesmo recorte geográfico, a dissertação de Ayalla Oliveira Silva (2015) analisa a zona de contato entre colonizadores e indígenas no sul da Bahia durante o século XIX. Já a tese de Marina Monteiro Machado (2010), engloba as relações entre brancos e indígenas nos sertões do estado do Rio de Janeiro.

³⁵ Recentemente, o professor Micael Alvino Silva (2018) ressaltou o ineditismo desse campo de estudos dentro da historiografia brasileira.

mapear as resistências das sociedades locais que, por vezes, mostraram-se alheias aos projetos oriundos das centralidades, ou, que em outras situações, travaram contato com esses mesmos colonizadores.

Não obstante, podemos considerar que, dentro do contexto americano, à parte da escola estadunidense, a historiografia brasileira foi a única, ainda que restrita ao contexto paulista, que instaurou o tema da fronteira dentro de uma perspectiva histórica. É um dado apontado pelas historiadoras argentinas Hebe Clementi (1992, p. 174), María Verónica Secreto (2001, p. 46) e Melina Yuln (2010, p. 243), autoras que refletiram sobre a falta desta perspectiva dentro da historiografia de seu país.

1.3 A fronteira na historiografia argentina

Considerando o contexto da emergência das novas nações americanas durante o século XIX, o problema da fronteira também era comum à Argentina. Questões que Estados Unidos e Brasil - outros exemplos de nações de grande extensão territorial na América - também tiveram que lidar, como as relacionadas à extensão territorial, aos “vazios” interiores e ao confronto com os povos nativos, também foram debatidas pelos políticos e intelectuais argentinos.

A particularidade argentina reside no fato de que, diferentemente do Brasil, não existiu um projeto nacional consolidado na maior parte do século XIX. Seu território era fragmentado em diversas províncias autônomas. Os projetos dissidentes se agruparam em duas diferentes facções, com duas distintas propostas: a dos unitários, que advogavam pela centralização do poder em Buenos Aires e a dos federalistas, que conferiam maior autonomia às províncias. Em meio a esses conflitos, a identidade nacional foi sendo forjada e a fronteira não deixou de ser uma preocupação para ambos os lados, ainda que ela fosse reivindicada por cada um dos dois grupos no sentido de avançar sobre o respectivo projeto político inimigo.

Em 1829, o federal Juan Manuel Rosas assumiu o poder em Buenos Aires. Para os unitários, a ascensão de Rosas representava a ascensão da barbárie, tratava-se de um projeto totalmente contrário ao que era reivindicada por eles, atrelado a uma ideologia de cunho liberal-europeia. Foi nesse contexto que surgiu a *Generación del 37*, movimento intelectual pró-unitário composto por jovens da elite argentina, influenciados principalmente pelo Romantismo francês e inglês. Dois de seus principais

expoentes - Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi - escreveram obras que refletiram sobre qual projeto de nação deveria tornar-se hegemônico na Argentina³⁶.

Em 1845, durante seu exílio no Chile, Sarmiento lançou a obra *Facundo: Civilización y Barbarie*. Um claro manifesto político de propaganda contrário à figura de Rosas. Para além de atacar seus inimigos federalistas, não deixou de mencionar a problemática dos espaços interiores da nação, nesse sentido, expressava uma visão pessimista em relação à extensão territorial do país:

La inmensa extensión del país que está en sus extremos es enteramente despoblada, y ríos navegables posee que no ha surcado aún el frágil barquichuelo. El mal que aqueja a la República Argentina es la extensión: el desierto la rodea por todas partes, y se le insinúa en las entrañas; la soledad, el despoblado sin una habitación humana, son, por lo general, los límites incuestionables entre unas y otras provincias.

Allí, la inmensidad por todas partes: inmensa la llanura, inmensos los bosques, inmensos los ríos, el horizonte siempre incierto, siempre confundiéndose con la tierra, entre celajes y vapores tenues, que no dejan, en la lejana perspectiva, señalar el punto en que el mundo acaba y principia el cielo. Al sur y al norte, acéchanla los salvajes (...) (SARMIENTO, 2007, p. 29).

Na visão de Sarmiento, o mal da extensão territorial era um fardo a ser carregado. Tal diagnóstico acarretou na busca por possíveis soluções para o problema. Em *Facundo*, a fronteira está relacionada à barbárie dos caudilhos, ligados à Rosas e a todos os seus aliados federalistas. Buenos Aires seria um resquício de civilização europeia em meio a um extenso território dominado pela barbárie.

Não existe nesta obra uma preocupação de explicar a problemática da fronteira. Por ser um panfleto político de ataque a Rosas, o autor mencionou as questões fronteiriças, tanto ao norte, como ao sul, apenas para apontar os supostos erros de seu inimigo, no que tocava a sua política de avanço de fronteira sobre as nações indígenas:

(...) ¿qué cosa más bella que asegurar la frontera de la República hacia el sur, escogiendo un gran río por límite con los indios, y resguardándola con una cadena de fuertes, propósito en manera alguna (...) Pero Rosas estaba muy distante de ocuparse de empresas que sólo al bienestar de la República propendiesen. (...) Algunos toldos de indios fueron desbaratados, alguna chusma hecha prisionera; a esto limitáronse los resultados de aquella pomposa expedición, que dejó la frontera indefensa como estaba antes y como se conserva hasta el día de hoy (SARMIENTO, 2007, p. 204).

³⁶ A utilização do conceito de *generaciones* para classificar os intelectuais argentinos do século XIX começou a ser utilizado na historiografia argentina a partir da década de 1920. Diferenciando assim a *Generación del 37* da *Generación del 80*. Para um maior debate a respeito do uso e das construções a respeito do conceito das *generaciones*, ver: (BRUNO, 2007).

No entanto, os ataques à Campanha de Rosas na fronteira sul, acabaram por revelar, ainda que de maneira indireta, uma dinâmica de fronteira móvel existente durante o governo rosista. Uma mobilidade dotada de avanços e recuos conforme ocorriam tratados e alianças com as nações indígenas. O avanço, desde Buenos Aires, estava ocorrendo, mas para Sarmiento, não era a fronteira correta, pois se tratava do avanço dos bárbaros federalistas que encontrava outros bárbaros - nesse caso, indígenas - tanto ao norte, quanto no sul³⁷.

Estancieros del sur de Buenos Aires me han asegurado, después que la expedición aseguró la frontera, alejando a los bárbaros indómitos y sometiendo muchas tribus, que han formado una barrera que pone a cubierto las estancias de las incursiones de aquéllos, y que, a merced de estas ventajas obtenidas, la población ha podido extenderse hacia el sur. (...) El general Pacheco hizo un reconocimiento del Río Negro, donde Rosas se hizo adjudicar la isla de Choelechel (...) Pero un gobierno inteligente habría asegurado de esta vez, para siempre, las fronteras del sur de Buenos Aires (...).

Rosas prohíbe, a los gobiernos de la frontera, emprender expedición alguna contra los indios, dejando que invadan periódicamente el país y asolen más de doscientas léguas de frontera. Eso es lo que Rosas no hizo, como debió hacerlo, en la tan decantada expedición al sur, cuyos resultados fueron efímeros, dejando subsistente el mal, que ha tomado, después, mayor agravación que antes (SARMIENTO, 2007, p. 205).

Porque en quince años no ha querido asegurar las fronteras del sur y del norte por medio de una línea de fuertes (...) el Nuevo Gobierno situará al ejército permanente al sur y asegurará territorios para establecer colonias militares que, en cincuenta años, serán ciudades y provincias florecientes.

Porque él ha perseguido el nombre europeo, y hostilizado la inmigración de extranjeros, el Nuevo Gobierno establecerá grandes asociaciones para introducir población y distribuirla en territorios feraces a orillas de los inmensos ríos, y en veinte años sucederá lo que en Norteamérica ha sucedido en igual tiempo: que se han levantado, como por encanto, ciudades, provincias y Estados en los desiertos, en que poco antes pacían manadas de bisontes salvajes (...) (SARMIENTO, 2007, p. 263).

Para além de projetar as realizações de um possível futuro novo governo que tomaria o poder dos federalistas, o registro acima acentua as influências oriundas dos ditames positivistas de seu tempo e também pelo que estava ocorrendo na fronteira oeste dos Estados Unidos. Sarmiento ampliou tais influências na obra *Argirópolis*, escrita em 1850. Ela também representava um possível projeto de governo após a caída de Rosas. Talvez porque já vislumbrasse a queda do seu inimigo que viria ocorrer dois anos depois. Se *Facundo* consistia em um panfleto político de ataque aos seus

³⁷ Após a *Campaña de Rosas al Desierto*, foram firmados vários tratados de paz com diversos caciques, dentre eles, o cacique Calfucurá, o qual assegurou que os povos que estavam sob a sua jurisdição não emprenderiam invasões –denominadas *Malones* - sobre Buenos Aires.

oponentes, na obra seguinte existe uma proposta mais sólida de um novo governo³⁸. Há também uma preocupação muito maior em relação à questão fronteiriça. O novo governo teria que assumir a missão falha do anterior, que, em sua visão, não teria avançado a fronteira da nação:

Un gobierno previsor debe obrar de otra manera. Desde Bahía Blanca hasta la cordillera de los Andes, apoyándose en la margen del río Colorado, debe de diez en diez leguas erigirse un fuerte permanente, y dispuesto de modo que sirva de núcleo a una ciudad. Esto no haría más que quince a veinte fuertes, los cuales formarían un límite final a la República por el Sur. Las tribus salvajes que quedasen cortadas por esta línea de puestos alcanzados, no resistirían largo tiempo a la amenaza de ser aniquiladas, cogidas entre dos fuerzas y diezmadas.

Dos vaporcitos echados en el Colorado, telégrafos de brazos elevados sobre los fuertes para dar desde cada uno de ellos la señal de la alarma a los dos contiguos, son suficientes medios de mantener la seguridad y las comunicaciones de la frontera. La guarnición de estos puntos se haría con colonos militares (...)

Al Norte, otro ejército, otro sistema de colonias fortificadas, la población, la ganadería, la agricultura extendidas hasta allá para su sostén, continuarían la obra de los españoles bajo un plan inteligente y seguido

(...) A medida que aquellas líneas fuertes se consoliden y pueblen, nuevos ejércitos de colonos militares avanzarían al Sur y al Norte a formar nuevas trincheras, ocupar y poblar nuevos países, apoyándose al Sur en las márgenes del río Negro, navegable hasta la cordillera (...) y al Norte sobre el Pilcomayo, navegable en partes, pero siempre una barrera para los salvajes y una vía para los productos. Nuestros padres nos han dejado una inmensa herencia desierta, y una inmensa tarea que llenar para desempeñar nuestro papel de nación y de parte constituyente del mundo. Esta es la obra de siglos, y desde ahora se han de echar bases adecuadas a obra tan extensa. (...) (SARMIENTO, 1850, pp. 49-50).

Vemos que nesse caso, é central a preocupação de Sarmiento no que toca o contexto de ocupação das fronteiras, tanto ao norte, quanto ao sul de Buenos Aires. Existe toda uma lógica de avanço do Estado argentino sobre territórios que o autor considerava como pertencentes a nações estrangeiras: “*ocupar y poblar nuevos países*”. Essas “nações bárbaras”, dentro da lógica positivista-evolucionista pensada por ele, deveriam sucumbir ante o avanço proveniente de Buenos Aires.

³⁸ Nesta obra é notória a influência que o modelo estadunidense exerceu sobre Sarmiento. Ele defendia o exemplo dos Estados Unidos de construir uma capital independente dos estados. A solução proposta por ele era a construção de uma nova capital na ilha de Martín García, localizada no rio da Prata, próximo à costa uruguaia: “*Téngase presente que la Gran Federación de los Estados Unidos, el modelo de las repúblicas modernas y el tipo que tuvieron a la vista los federales de las Provincias Unidas del Río de la Plata, tropezaron con la misma dificultad que la República Argentina encontró desde los principios para constituirse (...). Martín García llenaría aún mejor que Washington entre nosotros el importante rol de servir de centro administrativo a la Unión*” (SARMIENTO, 1850, pp. 20-21).

Figura 11 - Retrato de Domingo Faustino Sarmiento



Fonte: Biblioteca Virtual de Literatura³⁹.

Sarmiento demonstrava clareza a respeito dos possíveis limites para a mobilidade da fronteira. Se os estadunidenses vislumbravam o Oceano Pacífico como o limite final do seu avanço e os brasileiros projetavam as bacias do Prata e do Amazonas como suas fronteiras naturais, o autor argentino demarcou o rio Colorado ao sul, e o rio Pilcolmayo ao norte, como os futuros limites da nação. O que não significava que tal avanço não pudesse seguir adiante, já que, dentro de sua lógica evolucionista, as “nações bárbaras” fatalmente iriam sucumbir à civilização. Vemos, portanto, que no decorrer das duas obras elencadas, o autor transformou o problema da extensão territorial dos “*desiertos*” - legado pelos espanhóis - em uma possível solução para o problema argentino de concretizar o avanço da fronteira.

³⁹ Disponível em: <https://vignette.wikia.nocookie.net/biblioteca-virtual-de-literatura/images/d/de/Domingo_Faustino_Sarmiento.jpg/revision/latest?cb=20170303073532&path-prefix=es>. Acesso em: 25 jan. 2020.

Mapa 4 - Principais rios da Argentina



Fonte: Geografia 41⁴⁰.

O rio Pilcomayo, correspondendo às projeções de Sarmiento, acabou por demarcar a fronteira norte argentina. No entanto, a fronteira sul avançou além do rio Colorado, alcançando a extremidade mais meridional do continente americano.

Outro intelectual contemporâneo à Sarmiento foi Juan Bautista Alberdi, o autor de *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*⁴¹, texto que serviu como pilar na escrita da constituição da Argentina unificada. Para ele, era preciso construir uma Argentina composta pelo imigrante europeu. O branco civilizador teria a missão de povoar o “deserto argentino”, que na verdade já estava ocupado por *gauchos*⁴², indígenas e mestiços, o que para ele representava a barbárie nacional que deveria dar lugar à civilização.

⁴⁰ Disponível em: <<http://geografia4candelaria.blogspot.com/>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

⁴¹ Alberdi escreveu a citada obra no calor dos acontecimentos de 3 de fevereiro de 1852, onde os federalistas foram derrotados pelos unitários na Batalha de Caseros. Concebeu *Bases* como um tratado sobre a futura constituição argentina que entraria em vigor com a formação de um novo governo unitário.

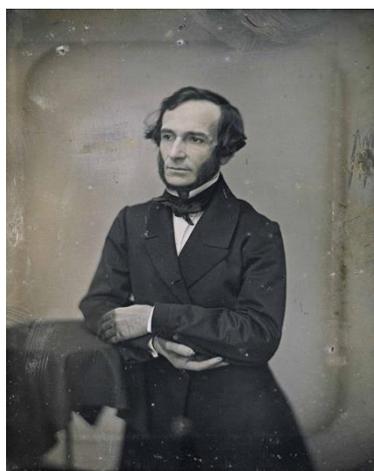
⁴² Quando nos referirmos ao contexto argentino, sempre utilizaremos no texto a denominação *gaucho* em espanhol. Em português, gaúcho também passou a denominar o gentílico dos habitantes do Rio Grande do Sul após a Revolução Farroupilha.

O caso do avanço da fronteira oeste dos Estados Unidos também foi inspiração para o projeto nacional de Alberdi. Se ao norte do continente foi possível a translação de contingente populacional europeu para um novo ambiente, tal exemplo deveria ser seguido no sul. Os ditames científicos da época abririam margem para tal possibilidade. Para ele, “*gobernar es poblar*”, e seria necessário povoar o país, preferencialmente, com elementos europeus.

Gobernar es poblar en el sentido que poblar es educar, mejorar, civilizar, enriquecer y engrandecer espontánea y rápidamente, como ha sucedido en los Estados Unidos. Mas para civilizar por medio de la población es preciso hacerlo con poblaciones civilizadas; para educar a nuestra América en la libertad y en la industria es preciso poblarla con poblaciones de la Europa más adelantada en libertad y en industria, como sucede en los Estados Unidos. Los Estados Unidos pueden ser muy capaces de hacer un buen ciudadano libre, de un inmigrado abyecto y servil, por la simple presión natural que ejerce su libertad, tan desenvuelta y fuerte que es la ley del país, sin que nadie piense allí que puede ser de otro modo (ALBERDI, s/d, p. 5).

Povoar e ocupar o espaço argentino com o elemento europeu resultava numa problemática ligada à expansão da fronteira sobre as “populações bárbaras”: “*En vez de dejar esas tierras a los indios salvajes que hoy las poseen, ¿por qué no poblarlas de alemanes, ingleses y suizos?*” (ALBERDI, 1871, p. 30).

Figura 12 - Juan Bautista Alberdi (entre 1850 e 1853)



Fonte: Wikimedia Commons contributors⁴³.

Além de Sarmiento e Alberdi, existiu uma variada gama de autores contemporâneos a eles que analisaram o tema da fronteira na Argentina durante o

⁴³ Disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Juan_Bautista_Alberdi.jpg&oldid=341855203>
Acesso em: 25 jan. 2020.

período. Tratava-se de uma problemática que era inerente à própria construção da nação⁴⁴. No entanto, segundo Verónica Secreto (2001, p. 59), esses autores buscavam somente solucionar o “problema indígena”, não procuraram explicar a experiência histórica da fronteira. Para ela, esse cenário não mudou com o advento da moderna historiografia. Os historiadores argentinos, ao contrário de uma parcela dos brasileiros, não procuraram explicar a história nacional a partir do conceito de fronteira como uma experiência histórica de mobilidade. A autora encontra uma explicação para esse dado através do fim da fronteira após a *Conquista del Desierto* do general Roca. Com a supressão das linhas de fronteira entre Buenos Aires e os indígenas, tanto ao norte, como ao sul, estaria assegurada a integração dessas regiões antes consideradas marginais ao sistema econômico liberal que estava sendo implementado na Argentina. Para a autora, o fim da fronteira na Argentina não abriu margem para o surgimento de estudos que avaliassem tal processo nos moldes de Turner ou dos historiadores brasileiros (SECRETO, 2001, pp. 73, 74 e 77). O seu diagnóstico já havia sido confirmado antes por outro historiador argentino. Em 1975, Pedro Daniel Weinberg atentou para este panorama ao escrever a introdução de uma reedição da obra *Indios, Fronteras y Seguridad Interior*, escrita em 1872 por Álvaro Barros. Para ele, a historiografia argentina não soube aproveitar os aportes dos avanços dos estudos de fronteira impulsionados por Turner e seus revisores. Ainda que ressalte as limitações da teoria turneriana, Weinberg atentou que ela possui seus méritos porque supõe a existência de um espaço social que está sob constantes mudanças, um cenário que seria factível de ser aplicado para o caso argentino (ANGUEIRA, 1994, pp. 47-48).

Em uma pesquisa mais recente, Melina Yuln, todavia aponta para tal panorama. Seu estudo lança justamente a questão sobre as possíveis causas que levaram a historiografia argentina, país com características tão próximas ao Brasil e aos Estados Unidos, não ter desenvolvido interpretações mais sólidas acerca da fronteira.

En Argentina, en cambio, la frontera no ocupó ese lugar central en los relatos historiográficos.

Si bien la producción literaria de mediados y fines del siglo XIX es muy abundante en cuanto a relatos contemporáneos al proceso fronterizo y aún los ensayos historiográficos de principios del siglo XX, es decir, una vez finalizado el avance de la frontera, incorporan la búsqueda de una idea de nación, no hay un relato cultural dominante, como los de Turner o Sergio Buarque, que sume hipótesis de nacionalidad em relación al territorio (YULN, 2010, p. 243)

⁴⁴ Estanislao Zeballos, Álvaro Barros, Lucio V. Mansilla e Adolfo Alsina são exemplos de intelectuais argentinos do século XIX que dissertaram sobre a fronteira.

Outra historiadora argentina, Silvia Ratto (2001, pp. 122-124), também apontou para a esta conjuntura. Para ela, a região *pampeana* poderia ser estudada como uma autêntica *borderland*. Nesse sentido, aponta para a necessidade de ampliar a ideia errônea de que o indígena foi um mero espectador em meio ao contexto fronteiriço. Os nativos seriam atores de suma importância nesse cenário, tinham voz ativa de negociação junto aos brancos e se inseriram em um novo contexto social carregado de hibridismo.

Outro dado que nos resulta importante ser elencado é a respeito do peso da fronteira *buenairense* na historiografia argentina. A maioria dos estudos fronteiriços concentra-se em analisar a conjuntura da fronteira patagônica ao sul de Buenos Aires. Embora os centros acadêmicos provinciais produzam uma história regional passível de acoplar os novos aportes da historiografia das fronteiras, tal iniciativa ainda é incipiente. Dentre as mais variadas situações fronteiriças existentes no espaço argentino, o recorte da fronteira nordeste, localizada na província de Misiones, é um caso que abre margem para a possibilidade de acoplar a situação lançada por Silvia Ratto. Embora a autora tenha realizado uma referência à fronteira sul, a tese da *borderland* é cabível para o caso da área fronteiriça que engloba, atualmente, Misiones, no lado argentino, e o oeste dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no lado brasileiro⁴⁵. No contexto do final do século XIX, tratava-se, portanto, de uma região não apenas de litígio internacional, mas também de uma zona de contato entre os projetos colonizadores provenientes de Buenos Aires, Curitiba e Rio de Janeiro, as sociedades indígenas guarani e kaingang e as populações mestiças que estavam à margem da órbita dos Estados brasileiro e argentino.

1.4 Fronteira, Território e Espaço

Desde os tempos coloniais, a atual região fronteiriça entre Brasil e Argentina era uma zona de contato entre as duas coroas ibéricas e as sociedades autóctones que ali já

⁴⁵ A recente pesquisa do historiador Frederico Santos Soares de Freitas (2016, p. 12) foi praticamente a única que se ocupou em analisar a fronteira Brasil-Argentina sob a perspectiva teórica da *borderland*. Ainda que o próprio autor destaque alguns trabalhos que versaram sobre o período colonial, centrados, sobretudo, no período das missões jesuíticas, a sua pesquisa analisa a conjuntura da atuação dos dois Estados-nações modernos na fronteira, a partir do final do século XIX, pela via da configuração dos parques nacionais em ambos os lados da fronteira na região da desembocadura do rio Iguazu no rio Paraná.

estavam assentadas antes da chegada dos europeus. Durante o século XIX, era um mundo à margem dos novos Estados nacionais herdados das duas coroas. Tratava-se de uma sociedade híbrida composta por indígenas guaranis e kaingangs, além de um contingente de população mestiça que vivia alheia aos dois projetos nacionais que disputavam o poder neste espaço.

A erva-mate detinha um papel central na dinâmica de ocupação da região, sendo já explorada há séculos pelas sociedades indígenas⁴⁶. No período correspondente ao neocolonismo exercido pelos novos Estados americanos, o domínio em relação à exploração da erva era fulcral para os interesses de Brasil e Argentina neste espaço.

A fronteira entre os dois países foi demarcada de maneira formal apenas no ano de 1895. Esse dado tampouco assegura que as duas nações tenham fixado definitivamente a sua presença na região a partir desta data. Se o tratado de limites foi assinado naquele momento, a ocupação efetiva por parte dos respectivos Estados ainda teria um longo processo que adentraria o século XX.

O que nos resulta importante é enxergar essa *borderland* como um espaço, todavia indefinido. Para realizarmos tal análise, é importante abstrair a ideia de que a região fronteira seja um território já consolidado para podermos aprofundar a noção do conceito de espaço. Para realizar tal empreitada, resulta necessário a retomada de algumas ideias dos geógrafos.

Para Ratzel, representante da velha guarda, o território representa uma porção do espaço identificada pela posse, podendo ser uma área de domínio, tanto por parte de um Estado como de organizações próprias de povos tradicionais, que não necessariamente configurem um Estado no sentido moderno (MORAES, 2003, p. 59-60). A discussão sobre o conceito de território foi ampliada no decorrer do século XX, principalmente pela via dos geógrafos culturalistas que se colocaram como opositores aos seus antecessores novecentistas, cuja função, na maioria dos casos, era a de descrever e demarcar território, geralmente a serviço de algum Estado-nação.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu caminha no sentido de desconstruir a ideia de território. Em sua obra *O Poder Simbólico*, realizou uma crítica aos antigos geógrafos para poder contextualizar a sua própria ideia de espaço. Ela está presente no capítulo *A identidade e a representação - Elementos para uma reflexão crítica sobre a*

⁴⁶ O historiador Marcos Gerhardt (2013, p. 59) confronta a ideia da existência dos ervais nativos, já que os mesmos teriam sido resultados da ação humana de diversas tribos indígenas que se movimentaram sobre este espaço.

ideia de região. É importante lembrar que a argumentação do autor é subsidiada pelas ideias do geógrafo francês Maurice Le Lannou, ele próprio um opositor à velha guarda. O excerto a seguir, transcrito por Bourdieu (1989, pp. 108-109), é de autoria do próprio Le Lannou: “O geógrafo prende-se talvez demasiado ao que se vê, enquanto o economista se deve prender ao que se não vê. O geógrafo limita-se frequentemente à análise do conteúdo do espaço: ele olha muito pouco para além das fronteiras políticas ou administrativas da região”.

Tanto Bourdieu, quanto os geógrafos culturalistas, demarcaram uma necessidade de discutir a dinâmica de intervenção do homem sobre o espaço, possibilitando assim inúmeros olhares e temporalidades e uma maior criticidade a respeito das projeções emanadas por agentes externos em relação a um determinado espaço. O brasileiro Milton Santos (1978, p. 171) é outro exemplo desta geração. Para ele, o espaço seria um conjunto de formas, contendo frações da própria sociedade que se movimenta. Tal movimento é alheio à dinâmica dos limites impostos pela ação dos agentes estatais. Sendo assim, a demarcação faz sentido apenas para um determinado território, mas não para o espaço como um todo. Para Bourdieu, a fronteira representa uma imposição arbitrária de um agente externo que realiza suas próprias projeções, no sentido de delimitar um território imaginado:

(...) A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na «realidade» segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (dando-se por entendido que se pode discutir sempre acerca dos limites de variação entre elementos não idênticos que a taxinomia trata como semelhantes). Cada um está de acordo em notar que as regiões delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, *habitat*, amanho da terra, etc.) nunca coincidem perfeitamente. Mas não é tudo: a «realidade», neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais «naturais» apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta (...) (BOURDIEU, 1989, pp. 114-115).

O referido autor coloca a questão do estado de relação de forças e das lutas que se passam no espaço. Nesse sentido, as ideias de Bourdieu dão margem para se pensar nas possibilidades de análises que busquem descortinar as projeções, mapear essas lutas e pensar em como o espaço foi afetado pela ingerência do “poder simbólico” advindo de agentes externos:

Em resumo, é com a condição de exorcizar o sonho da «ciência régia» investida da regalia de *regere fines* e de *regere sacra*, do poder nomotético de decretar a união e a separação, que a ciência pode eleger como objecto o próprio jogo em que se disputa o poder de reger as fronteiras sagradas, quer dizer, o poder quase divino sobre a visão do mundo, e em que não há outra escolha para quem pretende jogá-lo (e não resignar-se a ele) a não ser mistificar ou desmistificar (BOURDIEU, 1989, p. 123).

Retornando à seara dos geógrafos, o brasileiro Antonio Carlos Robert Moraes é ligado aos culturalistas que optaram pelo viés de realizar uma análise crítica do espaço. Ele defende uma concepção de geografia que logre captar as nuances e todo movimento que sucede no espaço. Para ele, tal conjuntura representa um processo histórico, de encontros e desencontros entre diversos atores e processos. A sua teoria caminha no sentido da construção de uma Geo-História, ou, como denomina o próprio autor, uma análise geográfica da totalidade:

Apropriação, fixação, perenização: características caras à perspectiva de geografia que se assume. Captar o movimento interno da produção do espaço - entendendo a lógica que presidiu a execução dos arranjos territoriais e das construções - seria seu objetivo primeiro. O outro seria apreender o resultado de tal processo em diferentes momentos, isto é, a estruturação do espaço produzido com que se defronta uma sociedade em dada conjuntura. Esta segunda meta subordina-se claramente à primeira, em virtude da filiação assumida com a perspectiva histórica. Assim, o espaço produzido só é explicável em função do processo que o engendrou e a forma criada só se revela pelo seu uso social a cada momento, este é que lhe atribui um conteúdo ao qualificá-la como um valor de uso.

Do mesmo modo que qualquer processo social, a valorização do espaço também se transforma historicamente, nesse sentido em que é também um *processo histórico*. Suas manifestações concretas ocorrem guiadas por determinações gerais do modo de produção em que estão contidas. A temporalidade submete a espacialidade, e o processo universal de valorização do espaço torna-se, em si, denso de particularizações temporais e espaciais. Vale, contudo, salientar que a lógica geral do modo de produção não aplasta a diversidade e a singularidade irreduzível dos lugares. Isto é, a dominância de certas relações sociais de produção específicas (historicamente dadas) não explica — em si mesma - os processos concretos (localizados) de valorização do espaço. A singularidade absoluta das diferentes porções da superfície terrestre se impõe como imperativo no deslindamento desse processo. Isso fornece conteúdo próprio à perspectiva assumida de análise geográfica (da totalidade) (MORAES, 2002, pp. 54-55, grifo do autor).

No caso da região por nós analisada, os pressupostos teóricos de Moraes são importantes para analisar os diversos movimentos de fronteira ocorridos nesta *borderland*.

Durante o período da divisão internacional do trabalho, era impositivo para os novos Estados nacionais americanos comercializar os produtos primários existentes nos

espaços considerados como periféricos. Nesse sentido, a valorização da erva-mate e da madeira como importantes artigos econômicos fizeram com que novos agentes chegassem à região, oriundos tanto do Brasil como da Argentina. A chegada desta fronteira econômica - atrelada à presença estatal - não deixou de causar impacto sobre o espaço que, até então, não estava integrado ao moderno sistema capitalista. Cabe também ressaltar, seguindo o que aponta Moraes, que a análise de tal processo não implica na homogeneização do lugar pela via destes novos agentes. Ainda que saliente o poder da ação do Estado nesse processo, para ele, resulta importante a identificação dos choques entre as diferentes formas de produção existentes dentro deste processo histórico:

(...) Na historicidade plena dos processos singulares brota a possibilidade de indicar os agentes do processo, os sujeitos concretos da produção do espaço. (...) Os usos do solo, os estabelecimentos humanos, as formas de ocupação e as hierarquias entre os lugares expressam os resultados de lutas, hegemonias, violências, enfim, são resultados de atos políticos. (...) Nesse quadro, o discurso geopolítico, por exemplo, aparece como a fundamentação dos desígnios de um dos atores mais poderosos nesse jogo: o Estado. Um ator que ao emergir na cena histórica tende a monopolizar as ações básicas do processo de formação territorial. (...) Portanto, sem captar o jogo político que o objetiva, e as determinações político-culturais que o enredam, não se consegue entender em profundidade um processo concreto de valorização do espaço. O território, nesse sentido, expressa combates e antagonismos entre interesses e projetos sociais (MORAES, 2002, pp. 58-59).

Estes diferentes movimentos resultam em distintas maneiras de apropriação do espaço, ou, como expressa o referido autor, seria uma “antropomorfização do espaço terrestre” (MORAES, 2002, p. 52). A ação da atividade humana vai sendo depositada na superfície terrestre ao logo do tempo, implicando no surgimento de diferentes formas de produção, na ressignificação e na projeção de diversos valores sobre o espaço.

Os agentes estatais, percorrendo o espaço até então desconhecido por eles, realizam suas respectivas projeções com a ideia de que elas ganhem corpo, transformando o local no lugar idealizado por eles próprios. Nesse sentido, é importante retomar as ideias de Paul Carter (1987, p. 152). Para ele, existe todo um processo de criação de um lugar imaginário por parte destes agentes externos: “*Yet the writer evidently feels he has described the sensation of settling – and so he has obliquely, metaphorically, by creating an imaginary place in advance of the physical one*”.

Outro dado importante toca a questão da multiplicidade de fronteiras existentes dentro de um mesmo espaço. Analisando o recorte geográfico de Nova Gales do Sul, na

parte oriental da Austrália, o autor, realizando uma referência direta ao trabalho do também australiano Thomas Melville Perry, enfatiza a seguinte informação: “*The frontier was not a homogeneous entity in New South Wales. In 1829 there in fact three major frontiers in existence (...)*” (CARTER, 1987, p. 160). Ainda focando o caso australiano, aponta para a possibilidade de análise dos diversos movimentos de fronteira que ocorreram na região, enfatizando, entretanto, a ideia de enxergar além do avanço do europeu. Nesse sentido, ele cita o caso do movimento dos pescadores da Papua-Nova Guiné que chegaram à costa norte australiana, o que foi um processo anterior à chegada dos europeus:

As if acts of discovery only differed accidentally from other voyages, and were not expressions of an imperial design; as if, for instance, a country which has not been named and brought into cultural circulation can, in any sense, be said to have been discovered.

There is no end to this filling in of the chronology, this cult of firstcomers: shards on the shores of the Gulf of Carpentaria bear witness to the regular visits of trepang fisherman from the north (CARTER, 1987, p. XVIII).

A ideia da multiplicidade das fronteiras em movimento, apontada pelos autores aqui citados, nos faz pensar em nosso recorte geográfico e nos distintos movimentos ocorridos neste espaço: o movimento das sociedades indígenas, a chegada dos jesuítas e de suas Misiones, cujas projeções foram além dos lugares por onde passaram, o movimento das populações mestiças e seu modo de vida baseado na subsistência, e, por fim, o movimento das fronteiras dos Estados nacionais para demarcar seus respectivos territórios. Analisar nesses movimentos nos faz pensar sobre as ações humanas e as transformações ocorridas neste espaço e entender como ele alcançou a configuração que se encontra hoje.

1.5 Projetando os mitos de origem da nação

A problemática de avançar a fronteira e ocupar as vastidões americanas desembocava não apenas na projeção de cada projeto nacional americano sobre os espaços desconhecidos. Para legitimar esta expansão, era necessária a criação de lugares vazios que pudesse legitimar a presença do Estado nesses lugares projetados como atrasados ou como focos de barbárie. Antes de efetivar tal presença, era necessário imaginar um contexto geográfico que pudesse atender esta demanda. Tratava-se de um imaginário justamente porque não existia uma preocupação em estabelecer uma relação

simétrica com as sociedades que habitavam estes espaços. Muito pelo contrário, a intenção era a de negar a sua existência e legitimar uma ideia de que existiam espaços “vazios” que necessitariam de uma ocupação por parte dos poderes estatais.

Tratava-se de uma conjuntura que unificava todos os projetos nacionais do continente americano. A questão da ocupação das vastidões americanas era uma problemática que tocava todas as elites políticas que necessitavam construir e legitimar seus respectivos Estados. Ainda que a matriz ideológica dessas elites fosse fortemente influenciada pela Europa, o espaço americano representava uma nova realidade onde existia uma demanda por ocupar grandes extensões de terra que tampouco foram ocupadas pelos colonizadores europeus.

De norte a sul a problemática era bastante similar. Os Estados Unidos iniciaram sua vida independente como um Estado essencialmente vinculado à costa atlântica. A problemática do avanço para o oeste até a costa do Pacífico era uma questão de Estado e delineou as políticas públicas de todos os governos desta nação durante todo o século XIX. Obviamente, este avanço chocava-se com realidades totalmente alheias à sua matriz ideológica. Anular a existência das sociedades que habitavam esses espaços era uma demanda por parte do projeto nacional oriundo da costa atlântica. Atrelada a esta conjuntura, veio a necessidade de imaginar o vasto oeste como um lugar vazio e que necessitava ser civilizado e integrado à nação.

Tal conjuntura deu margem para a reconfiguração de um antigo mito anglo-saxão: na mitologia medieval do norte da Europa, os locais desconhecidos eram habitados pelos *wild doers*, criaturas monstruosas que viviam em locais escuros da floresta. Essa nomenclatura foi apropriada pelo reformador inglês John Wycliff, responsável pela primeira tradução da bíblia do latim para o inglês, realizada em 1382. Nela aparece o conceito de *Wilderness* para descrever os cenários bíblicos presentes nas regiões desérticas do Oriente Médio (MELLO E SOUZA, 2008, pp. 57-59).

Sendo assim, o espaço americano foi um terreno fértil para que os primeiros colonizadores ingleses - influenciados por esta mitologia medieval - classificassem os indígenas como criaturas monstruosas ou bestas feras. Posteriormente, devido às influências do iluminismo, eles eram considerados como bárbaros e não portadores de civilização. Mas o que nos interessa saber é que o conceito de *Wilderness* permeou toda a conjuntura da expansão do projeto nacional dos Estados Unidos durante todo o século XIX. Ele projetava os espaços interiores como desertos, justificando assim a expansão do projeto civilizador da costa atlântica sobre todo o vasto oeste.

Deslocando a nossa análise para o sul, o caso brasileiro é bastante similar. A palavra *desertão* já era utilizada pelos portugueses na Idade Média para designar os espaços interiores de Portugal. O conceito foi ganhando amplitude na medida em que foi ocorrendo a expansão ultramarina pela África, sobretudo, quando os lusitanos travaram contato com o deserto do Saara. É possível afirmar que a palavra *sertão* seja uma corruptela de *desertão*. Ela já aparece na carta de Pero Vaz de Caminha, cuja grafia original é *sertão*, para designar os lugares ocultos afastados da costa (ANTONIO FILHO, 2011, p. 85). Na medida em que foi avançando a colonização portuguesa, o conceito de *sertão* passou a fazer mais sentido dentro do espaço americano, passando a integrar o vocabulário nacional até os dias atuais. Durante o período colonial foi bastante comum a utilização da nomenclatura “boca do sertão” para designar as vilas construídas no interior que demarcavam a fronteira da colonização lusitana (MAIA, 2014, p. 2).

Figura 13 - Painel de azulejos do Museu Republicano “Convenção de Itu”



Fonte: Foto do Museu Republicano “Convenção de Itu” – MRCI-MP-USP – feita por Maria Angélica Amable.

A Figura 13 traz uma fotografia do acervo do Museu Republicano “Convenção de Itu”, localizado na cidade de Itu/SP. O sobrado histórico onde está instalado conta com uma azulejaria interna que recria a história da região, entrelaçando-a com momentos da história do país. No lado mais escuro da imagem, estão representados os

indígenas em meio à floresta observando a chegada dos colonos, representantes do avanço de fronteira oriundo do planalto paulista (SPOSITO, 2012, p. 170; METCALF, 1992, p. 63). Durante o século XVII, Itu demarcava o limite oeste da colonização lusitana. Por isso a localidade ganhou a alcunha de “boca do sertão” (vide Figura 14). Em razão das dificuldades de acesso, era também um lugar de degredo para os que se opunham ao governo colonial (LUIGI, 2019, p. 122; PONTAROLO, 2007, p. 26).

Figura 14 - "Itú, boca do sertão" - Detalhe da parede do Museu Republicano “Convenção de Itu”



Fonte: Foto do Museu Republicano “Convenção de Itu” – MRCI-MP-USP – feita pelo autor.

Com o início da vida independente do Estado brasileiro, o conceito de “boca do sertão” ganhou ainda mais peso, afinal, da mesma maneira que a *wilderness* representava para os Estados Unidos, a ocupação e domesticação dos sertões delineou totalmente a construção da nação brasileira durante o século XIX, além de continuar fortemente presente no século seguinte. Tanto a elite imperial, como a elite republicana, oriundas da costa atlântica, lançou as suas respectivas projeções sobre os sertões, presentes de norte a sul dentro do espaço pretendido como nacional, no sentido de projetá-los como espaços desertos e que necessitariam da presença do Estado, considerado por eles como o provedor de civilização e desenvolvimento.

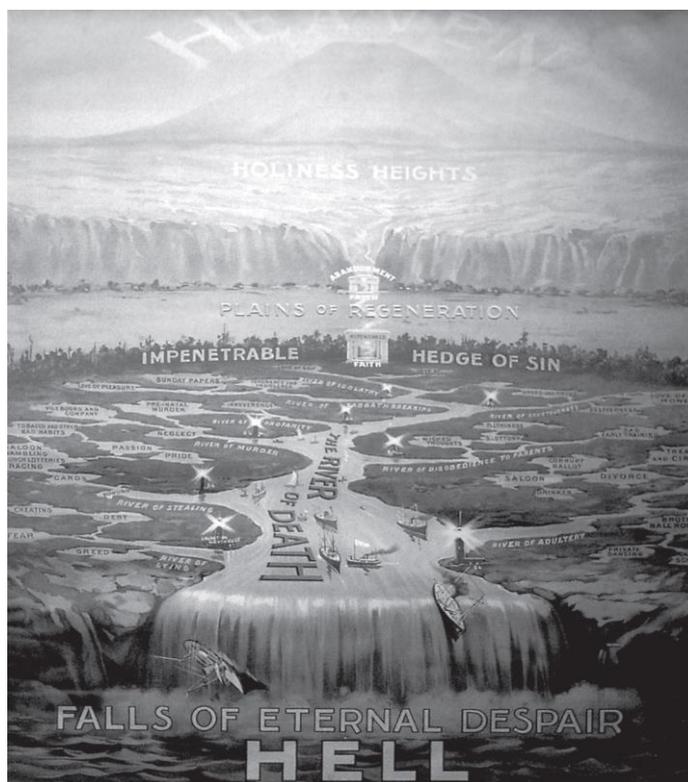
Já o caso argentino é dotado de particularidades. A colonização espanhola na parte mais meridional da América do Sul foi bastante concentrada nas cidades porto de Buenos Aires e Montevideú. Findado o período de domínio espanhol, diferentemente de Brasil e Estados Unidos, que possuíam pontos de ocupação em diversos pontos espalhados pela costa atlântica, o projeto nacional argentino se deparou com a

problemática de estar confinado essencialmente à Buenos Aires. Somava-se a esta conjuntura, o conflito entre unitários e federalistas, considerado como um entrave para a consolidação de um projeto nacional unificado até as décadas finais do século XIX.

Solucionado este embate, o conceito de *desierto* delineou a construção da nação imaginada pela elite portenha. Projetar como desertas as vastas regiões, localizadas tanto ao norte, quanto ao sul de Buenos Aires, era um meio de justificar o avanço do Estado argentino sobre estes lugares, ainda que as sociedades que aí habitavam estivessem alheias a este projeto oriundo de Buenos Aires.

Outras nações americanas seguiram esta mesma lógica de projetar determinadas áreas como desertas para legitimar suas respectivas ocupações. Diferenciando-se das três conjunturas nacionais apontadas anteriormente, a Colômbia não teve como referência uma centralidade localizada no litoral. Margarita Serje realizou um estudo sobre o avanço da fronteira do Estado colombiano onde aponta que o parâmetro civilizacional das elites locais eram as altitudes da Cordilheira dos Andes, onde se localizam os centros urbanos de Bogotá e Medellín (conforme ilustra a figura 15). As áreas projetadas como desertas, ou, como aponta a autora, *tierras de nadie*, eram as de baixa altitude, onde predomina a floresta tropical (SERJE, 2005, pp. 92-93).

Figura 15 - “Falls of Eternal Despair” (anônimo), 1895.



Fonte: (SERJE, 2011, p. 93)

No caso do Chile, a historiografia local aponta que a expressão “*selva virgen*” era comumente utilizada pela elite de Santiago para justificar o avanço do Estado, tanto para o norte, no sentido do deserto do Atacama, quanto para o sul, área de soberania mapuche até o século XIX. Jurisdição esta não reconhecida pela elite chilena que a projetava como um deserto a ser conquistado (CHÁVEZ, 2012, p. 12).

Vemos que existia uma necessidade, por parte dos projetos nacionais americanos, de projetar e criar desertos a serem ocupados pelo Estado, ou, como aponta o uruguaio Javier Uriarte (2012, p. 4) - inspirado em Euclides da Cunha⁴⁷ - tratava-se de “fabricar desertos”. Tal fabricação era um denominador comum entre todas as elites americanas.

1.5.1 Os Sertões do Brasil profundo

O processo de construção do Estado brasileiro, concomitante à questão do avanço da fronteira, está intimamente ligado à problemática de ocupação do sertão, ou, de maneira mais assertiva, sertões, no plural, já que eles estavam presentes dentro de todo o espaço pretendido como parte da nação brasileira.

Para compreendermos a importância do sertão no contexto da construção da nação brasileira é necessário entender a sua polissemia e como ele foi projetado pelos agentes ligados ao Estado no sentido de legitimar um lugar deserto para ser conquistado. Para estes, não se tratava de uma localidade, um bioma ou uma região plenamente definida, tratava-se de uma projeção emanada por eles próprios. Para ilustrar este argumento, cabe ressaltar que os habitantes do sertão não se enxergavam eles próprios como sertanejos. Quem assim os denominava eram os forasteiros que julgavam a si próprios como portadores da civilização, em detrimento do outro sertanejo, considerado por eles como parte da paisagem atrelada ao atraso e à barbárie.

Vemos que existia uma apropriação simbólica do vasto interior como um lugar composto por índios ferozes e por uma população degenerada pela mestiçagem. Conforme aponta Moraes (2002-2003), existia toda uma tônica de construção de um “outro geográfico”, relacionado tanto ao espaço, como às pessoas que aí viviam. Nísia

⁴⁷ Em ensaio originalmente publicado no jornal O Estado de S. Paulo intitulado “Fazedores de Desertos”, em 1901, Euclides da Cunha (1975) criticou a prática de queimadas que aconteciam por todo o sertão brasileiro, o que acarretou na desertificação desse espaço.

Trindade Lima (1997, pp. 1-2) associa esse distanciamento à maneira como os intelectuais enxergavam os caminhos para que o Brasil pudesse alcançar a modernidade. Tratava-se de uma via que projetava um sertão atrasado a ser dominado pelo desenvolvimento oriundo da costa atlântica, onde os ditames civilizatórios já se faziam presentes.

Esse distanciamento não significava exatamente uma separação, já que o outro deveria ser conquistado, civilizado e integrado ao corpo da nação. Conforme a concepção ideológica destes agentes externos, a projeção do sertão como um lugar deserto, clamava pela presença efetiva do Estado. Vemos, portanto, que o sertão era imaginado e projetado pela intelectualidade política dos centros urbanos do litoral que se julgava herdeira da civilização europeia. Não se tratava, entretanto, de uma mera reprodução de uma matriz europeia dentro do espaço americano. Existiam nuances que projetavam o sertão, ora de maneira positiva, ora por um viés negativo, ainda que a questão de poder integrá-lo ao corpo da nação unificasse ambas as visões.

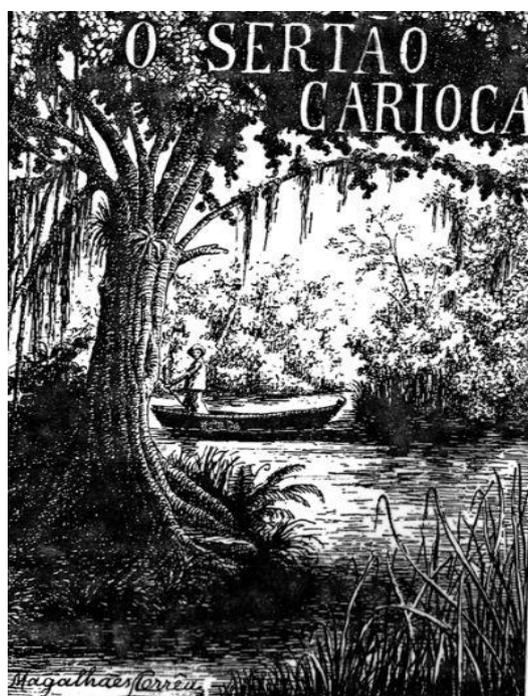
O Visconde do Uruguai considerava o sertão como um foco de barbárie, lugar onde os valores da civilização europeia ainda não haviam chegado (MÄDER, 2006, p. 126). É aí que residia a sua preocupação de domesticar este espaço para integrá-lo ao território brasileiro. Sua visão é um exemplo concreto de uma projeção de um agente externo no sentido de buscar uma territorialização de um espaço que, todavia, não estava dado. O seu olhar buscava transformar um espaço indefinido em um território conformado como parte da nação brasileira.

Sérgio Romero (1888, p. 355), outro intelectual do período, manifestava uma visão positiva a respeito do sertão na medida em que o considerava como o verdadeiro gestor da nação brasileira. Ainda que influenciado pelo cientificismo europeu, acreditava que o sertão era o ambiente propício para a formação do genuíno povo brasileiro, fruto da miscigenação das três raças progenitoras: europeia, indígena e africana.

A partir da análise dos próprios intelectuais novecentistas e da própria produção acadêmica que analisa o período, resulta factível apontarmos para uma ideia de um Brasil-Sertão idealizado pelo pensamento social brasileiro do século XIX. Os debates a respeito do sertão o colocavam como ingrediente central na construção da nacionalidade. O Brasil era um grande sertão porque o debate não girava em torno de algum bioma ou alguma área geográfica específica. Todo o espaço interior da nação, de norte a sul, estava envolto dentro da questão sertaneja. As projeções poderiam se

direcionar para o oeste paulista, para o sul do país ou para a região nordeste. Bastava se afastar um pouco da costa para considerar uma determinada área como sertão. Há poucos quilômetros da capital federal já se falava em sertão carioca (FRANCO & DRUMMOND, 2005), da mesma maneira que os agentes estatais do governo paranaense, que se dirigiram para o interior de seu estado, denominavam como sertão tudo o que estava ao oeste de Curitiba (NISHIKAWA, 2007, p. 19). O mesmo valia para o projeto de avanço de fronteira dentro do estado do Rio Grande do Sul (GOLIN, 2007, p. 79).

Figura 16 - Capa do livro de Armando Magalhães Corrêa publicado pelo IHGB em 1936



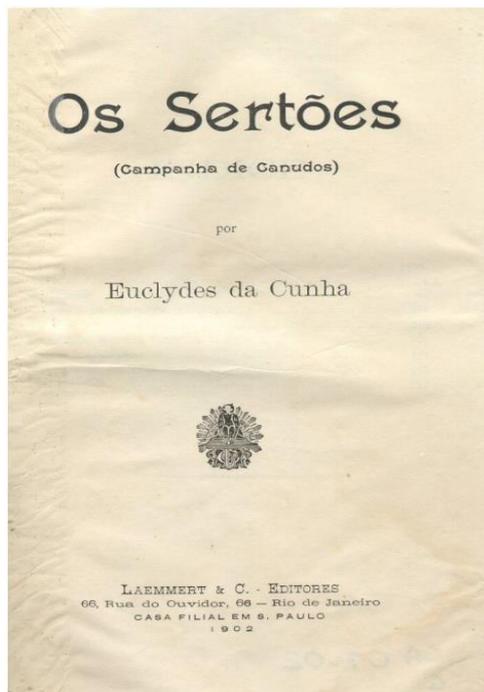
Fonte: Vozerio⁴⁸.

Por fim, resulta importante assinalar que foi somente a partir de 1902, com a publicação de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que foi sendo cristalizada a ideia de sertão atrelada às regiões semiáridas do nordeste (ANTONIO FILHO, 2011, p. 86). Tratava-se de uma ideia projetada a partir da imprensa paulista – neste caso, pelo jornal O Estado de S. Paulo, do qual Euclides era repórter – representante dos interesses de uma burguesia emergente que passou a exercer influência a nível nacional, colocando

⁴⁸ Disponível em: <<http://vozerio.org.br/Sertao-Carioca>>. Acesso em 25 jan. 2020.

São Paulo como um novo polo econômico no Brasil. O que explica a projeção depreciativa sobre uma região, considerada pelos paulistas como um lugar atrasado⁴⁹.

Figura 17 - Capa da publicação original de “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, publicada em 1902.



Fonte: Wikimedia Commons contributors⁵⁰.

Ao analisar a construção da nacionalidade brasileira, nos deparamos com as questões relacionadas ao sertão e a fronteira. Portanto, faz-se necessário unificar ambos os conceitos, afinal, sertão é fronteira e vice-versa. Podemos apontar que o problema do domínio da fronteira-sertão é fulcral para compreendermos o processo da formação da nação brasileira.

Embora, como aponta Janaína Amado (1995, p. 67), não exista uma simbologia nacional atrelada à fronteira nos mesmos moldes da que existe nos Estados Unidos, a problemática do avanço da fronteira é primordial para entender o processo de construção da nação brasileira. Tal conjuntura desemboca na questão da projeção dos sertões como desertos para legitimar o domínio por parte do Estado brasileiro.

⁴⁹ A palavra “sertão” acabou sendo adotada pela cartografia oficial elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representando uma das quatro sub-regiões da Região Nordeste do Brasil. Estende-se pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

⁵⁰ Disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Os_Sert%C3%B5es_livro_1902.jpg&oldid=267826066>. Acesso em 25 jan. 2020.

1.5.2 O grande desierto argentino: da Patagônia a Misiones

No que tocava as projeções para os espaços interiores pretendidos como territórios nacionais, a Argentina teve uma conjuntura bastante similar ao Brasil. Embora, sua peculiaridade resida no fato de não ter existido um projeto nacional unificado até 1862. Ainda assim, em 1833, o governo autônomo de Buenos Aires, liderado pelo federalista Juan Manuel Rosas, todavia, confinado a um pequeno espaço na desembocadura do rio da Prata, se deparou com a problemática de expandir seu território, avançar pelo menos a fronteira sul e incorporar terras para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Tratava-se de conquistar um espaço projetado como um deserto e passível de ser ocupado em nome de um projeto emanado por Buenos Aires.

A problemática do avanço de fronteira seguiu vigente quando o projeto político dos unitários, velhos inimigos de Rosas, assumiu o controle de Buenos Aires, dando início ao processo de organização da Argentina unificada que seria consolidado em 1880, ainda que fosse apenas dentro da seara das projeções.

O que estava definido, portanto, era apenas o projeto de nação. O grande problema da elite política naquela altura era o de construir efetivamente esta nação até então consolidada apenas em seu imaginário. Sendo assim, era imperativo conquistar as grandes extensões de terra, projetadas como desertas, tanto ao norte, quanto ao sul de Buenos Aires.

A etimologia da palavra deserto remete à ideia de um lugar com vegetação inexistente ou rara, dotado de baixa diversidade e pluviosidade muito baixa ou irregular (BARBOSA, 2010). A palavra passou a ser registrada a partir do século XIII. De origem latina, *desertus* significa abandonado.

Para o nosso caso, resulta necessário analisar a concepção que os próprios portenhos manifestavam sobre o conceito. A elite de Buenos Aires advogava pelo contexto positivista de Auguste Comte. A mentalidade destes entendia o progresso como fator de crescimento econômico e de modernização, além de condicionar a fixação das condições de tranquilidade nas quais devia encontrar o povo argentino para permitir a projeção do progresso sem pausa. Durante o século XIX, a densidade populacional era o meio de se medir o grau de civilização das nações. Sendo assim, o desenvolvimento do intelecto seria possível somente num ambiente de condensação de

população (GALETTI, 2000, pp. 58-59). Tendo em consideração tal contexto, a baixa densidade demográfica significava atraso.

Projetar as vastidões americanas como *desiertas*, dando a entender que se tratava de um espaço vazio ou pouco povoado, acabava por desqualificar os indígenas que aí viviam como não humanos e não portadores de civilização. Dada tal conjuntura, teriam que ser eliminados do projeto de nação. A escassez de pluviosidade e a falta de diversidade de biomas - características atreladas à concepção do que originalmente seria um deserto - não eram levadas em conta pelos portenhos. Para eles, o conceito de deserto remeteria a uma área povoada por sociedades “atrasadas” que não deveriam ser levadas em conta, já que o único povoamento possível de existir seria o de concepção urbana de matriz europeia.

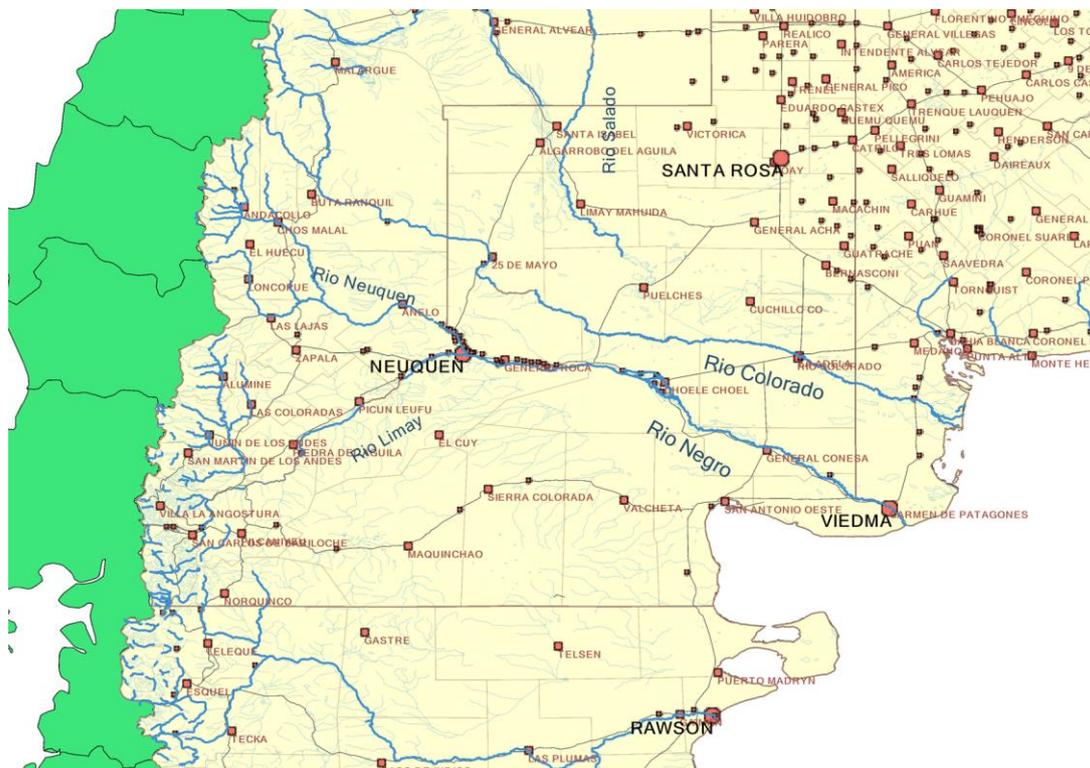
Durante o século XIX, ainda em meio aos conflitos entre unitários e federalistas que impediam a existência de um projeto nacional unificado, os baluartes do pensamento intelectual argentino enxergavam o deserto como um problema a ser resolvido. Para Alberdi, a Argentina era um grande deserto que necessitava de povoamento. Seu conhecido lema “*gobernar es poblar*” gerava uma demanda por projetar um grande deserto a ser ocupado pelo Estado (ALBERDI, s/d, p. 5). Seu pensamento denota o quanto a afirmação da nacionalidade estava conectada com a questão da domesticação do deserto. Tal problemática também norteava o pensamento de Sarmiento (2007, p. 29): “(...) *El mal que aqueja a la República Argentina es la extensión: el desierto la rodea por todas partes, y se le insinúa en las entrañas; la soledad, el despoblado sin una habitación humana (...)*”.

Essa geração de intelectuais – conhecida como *Generación del 37* - forneceu a base intelectual do ideário político da elite portenha que governou a Argentina durante as décadas finais do século XIX, conhecida como *Generación del 80*.

O problema da conquista do deserto continuava latente e era recorrente nos discursos políticos do período. Em 1875, o presidente Nicolás Avellaneda convenceu o Congresso a aprovar recursos monetários, estimados em 200 mil pesos fortes, para empreender a *Conquista del Desierto*, cujo objetivo era o de estender a fronteira sul argentina até a altura do rio Negro - 160 quilômetros⁵¹ ao sul do rio Colorado, projetado como fronteira anos antes por Sarmiento - para fomentar atividades ligadas à agricultura e à pecuária (LENZ, 2003, p. 11).

⁵¹ A distância de 160 quilômetros entre os rios Colorado e Negro considera como ponto de partida suas respectivas desembocaduras no Atlântico.

Mapa 5 - No extremo sul da província de Buenos Aires: os rios Negro e Colorado.



Fonte: Kudoybook⁵².

A palavra *desierto* continuou recorrente no vocabulário argentino durante as décadas finais do século XIX e estava intimamente ligada à questão do avanço da fronteira argentina. Ela aparece com frequência nos discursos políticos do período. Mesmo entre os opositores que eram contrários à política de avanço de fronteira, o deserto era evocado⁵³. Ocupar a frontera-desierto significava engendrar uma identidade para o país que necessitava de um território formalmente ocupado para dar corpo à nação idealizada pelos portenhos⁵⁴. O discurso de Avellaneda denota tal mentalidade. Cabe ainda destacar que a palavra *desierto* aparece três vezes neste pequeno trecho de seu discurso:

Todo gasto que haga la Nación es productivo y económico al mismo tiempo, siempre que el conduzca a ganar permanentemente sobre el desierto, asegurando el dominio existente y entregando al trabajo áreas de campo considerables. El plan del Poder Ejecutivo es ir ganando zonas por medio de

⁵² Disponível em: <http://blog.kudoybook.com/rio-negro/#photo_7>. Acesso em 26 jan. 2020.

⁵³ Conforme aponta Ana Carollina Gutierrez Pompeu (2012, p. 110): “De acordo com o periódico La Tribuna, favorável à Roca, os partidários de Carlos Tejedor, se opunham a ocupação da Patagônia: «Roca cree que hay gloria en conquistar desiertos, cuando el peor de nuetros enemigos es el desierto»

⁵⁴ Para maiores detalhes a respeito de tal problemática, ver: (DONGHI, 1992).

líneas sucesivas. El río Negro debe ser la línea final de esta cruzada contra la barbarie, hasta conseguir que los moradores del desierto acepten, por el rigor o por la templanza, los beneficios que la civilización les ofrece... El plan del Poder Ejecutivo es contra el desierto, para poblarlo, y contra los indios para destruirlos (MINISTERIO DEL INTERIOR, 1979, p. 112).

Fronteira e deserto fundem-se no discurso do presidente, projetar a Patagônia como um deserto significava a preparação da conquista deste espaço. Para ele, tal avanço se daria através de linhas sucessivas que ocasionariam o desaparecimento, tanto do deserto, quanto da fronteira, pelo menos da antiga fronteira confinada a poucos quilômetros ao sul de Buenos Aires.

Para Avellaneda, a fronteira final deveria localizar-se na altura do rio Negro. No entanto, isso não anulava as possibilidades do avanço até as bordas americanas, já nas proximidades do continente antártico. Conforme o positivismo vigente naquela altura, as projeções de mais desertos ao sul possibilitariam o avanço do progresso, já que, de acordo com as leis científicas, ele seria irrefreável, ou seja, o deserto estava fadado a desaparecer em nome da civilização. Em 1878, três anos após a mensagem do presidente ao Congresso, Julio Argentino Roca, então ministro da Guerra de Avellaneda e principal comandante da *Conquista del Desierto*, já indicava o quanto era necessário expandir a fronteira até o extremo sul da América:

Hasta nuestro propio decoro como pueblo viril a someter cuanto antes, por la razón o por la fuerza, a un puñado de salvajes que destruyen nuestra principal riqueza y nos impiden ocupar definitivamente, en nombre de la ley del progreso y de nuestra propia seguridad, los territorios más ricos y fértiles de la República. Las ventajas de esta operación son evidentes; y, sin necesidad de acudir a los autores que han tratado de ella ni participar del sentimiento y de la opinión pública que nos impulsan a poner manos a la obra, bastaría abrir una carta cualquiera de la Pampa para ver que el río Negro es por sí mismo una barrera natural; que sería la línea más corta, segura y económica, y que una vez ocupada, haría perder en poco tiempo el significado de la frontera, cuando no se trata de naciones extrañas, puesto que para la República Argentina no hay otra frontera por el oeste y por el sur, que las cumbres de Andes y el Océano (LENZ, 2003, p. 15).

Roca projetou a fronteira ao sul do rio Negro para eliminar, não só o deserto, como também as nações indígenas que aí viviam. Para ele, as fronteiras naturais da Argentina seriam a Cordilheira dos Andes ao oeste e o mar antártico ao sul. Nos mesmos moldes em que a fronteira estadunidense cessaria apenas no Oceano Pacífico, o avanço argentino não cessaria até alcançar os confins do extremo sul da América. Tal projeção era extremamente audaciosa para a época. Se para boa parte da elite portenha, alcançar o rio Negro já era um projeto bastante audaz, nos cabe pensar o quanto seria

dispendiosa a conquista de um lugar situado a três mil quilômetros da capital federal. Mas o clima otimista, propiciado pela fé no progresso deu vazão a esta ideia.

Devido ao prestígio alcançado nas campanhas militares na fronteira sul, Roca sucedeu Avellaneda na presidência da Argentina e, naturalmente, foi acompanhado por homens alinhados ao seu pensamento político. O já citado escritor, militar e político, Álvaro de Barros, primeiro governador do então recém-criado Território Nacional da Patagônia⁵⁵, representava o termômetro deste pensamento de projetar a frontera-desierto sobre os confins do continente:

Eso sería la primera parte de la colonización de la Patagonia. Saldría la colonización de un punto ya rico en recursos y apoyada en esa base, aseguradas las comunicaciones se extendería hacia el desierto sometiéndolo al hombre, obligándolo a ser el instrumento de la ocupación de las tierras mas australes. De estos modos, si llegaría hasta Santa Cruz (...) y los establecimientos presentarían un conjunto compacto sin lo cual es muy difícil la administración, y la seguridad muy precaria (POMPEU, 2012, p. 140).

A aridez do ambiente patagônico era ideal para a projeção de um grande deserto a ser conquistado. No entanto, tais projeções não se restringiam apenas à Patagônia. Ao associarmos o deserto a um ambiente árido e dotado de vegetação rasteira, não existiria sentido em projetar as regiões selváticas do Chaco e de Misiones - atualmente parte do norte argentino - como desertos. Não obstante, ao analisar tais idealizações, vemos que elas não levavam em consideração a definição original do conceito. Projetar áreas ao norte de Buenos Aires como desertos significava anular qualquer tipo de organização autônoma que lá existia, como era o caso das sociedades guarani, kaingang e dos mestiços que viviam totalmente alheios às projeções oriundas de Buenos Aires.

A geografia do norte, dotada de biomas variados e de um histórico de ocupação realizado por indígenas e europeus, era distinta do sul, mas foi igualmente projetada como um deserto a ser ocupado pelo projeto de nação alviceleste. A tática militar utilizada na conquista foi idêntica - pelo menos, no caso do Chaco - e ocorreu, não por acaso, ainda na presidência de Roca. Em 1884, o então ministro da guerra, Benjamín Victorica, dirigiu a *Conquista del Chaco*, cujo objetivo era avançar a fronteira até o rio Bermejo, um pouco mais ao sul do rio Pilcomayo, idealizado anos antes por Sarmiento como o limite natural do norte argentino. A distância entre os dois rios, considerando suas respectivas desembocaduras no rio Paraguai, é de 185 quilômetros.

⁵⁵ Criado em 1878 e extinto em 1884, dando lugar aos seguintes Territórios Nacionais: Río Negro, La Pampa, Neuquén, Chubut, Santa Cruz y Tierra del Fuego.

Mapa 6 - Bacia do rio da Prata com os rios Bermejo e Pilcomayo



Fonte: Wikimedia Commons contributors⁵⁶.

A projeção do Chaco como um deserto é latente no discurso de Victorica:

Es necesario perseguir los indios y gauchos matreros⁵⁷ que encuentre en los desiertos y a los que no crea conveniente dar de alta en la Brigada debe remitirlos presos a Buenos Aires a disposición del Estado Mayor. A este respecto, cuanto se consigna tiene mucho mérito para la seguridad de esos territorios y la sujeción de las reducciones de los mismos indígenas que empiezan a llevarse a cabo (LOIS, 1999).

Tratava-se, portanto, de afirmar uma territorialidade sobre um espaço até então desconhecido. A representação simbólica do Chaco como um deserto acompanhou todo o processo de integrar a região sob a égide do Estado argentino. Tal conjuntura está atrelada à busca de um “horizonte espacial coletivo”, cujo objetivo é o de criar discursos que justifiquem a ação sobre o deserto, no sentido de criar, posteriormente, um não deserto, dotado de civilização e integrado à nação (MORAES, 2002, p. 32). Como bem

⁵⁶ Disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:R%C3%ADo_Santa_Mar%C3%ADa.png&oldid=347393499>. Acesso em 26 jan. 2020.

⁵⁷ Pessoas que vivem apartadas dos lugares de pastoreio.

aponta Carla Mariana Lois (1999), a projeção do deserto chaqueño acabou dando lugar ao Território Nacional do Chaco. Sendo assim, a territorialização do espaço o colocou diretamente sob o controle de Buenos Aires.

Cabe ressaltar que a criação desses territórios nacionais não configurava num domínio automático sobre o espaço e as sociedades que aí habitavam. A “fabricação de desertos” continuaria adentrando o século XX. Tal dinâmica também foi adotada na fronteira nordeste. A região de Misiones, também foi alvo dos “construtores de desertos”. Esse espaço foi o destino de várias expedições científicas que saíram de Buenos Aires e subiram os rios Paraná e Uruguai – rios que formam a territorialidade conhecida como Mesopotâmia Argentina⁵⁸ – em direção ao “deserto misionero”.

Misiones possuía um histórico distinto do Chaco. Desde o século XVII, parte deste espaço se tornou uma zona de contato entre jesuítas, guaranis, kaingangs e bandeirantes paulistas. Durante o século XIX, foi reivindicada e ocupada pelo Paraguai até que a influência da nação guarani foi estancada após a Guerra da Tríplice Aliança⁵⁹. Mesmo tendo um histórico de ocupação de diferentes origens, o seu espaço não deixou de ser projetado simbolicamente por parte da elite portenha como um deserto nos mesmos moldes do que era emanado sobre a Patagônia. É o que aponta a socióloga argentina Claudia Rosa (2012, p. 4): “(...) *la selva y la tierra misionera son presentadas como el desierto patagónico*”.

Segundo a historiadora argentina Raquel Valeria Bressan, o jornal *La Tribuna Nacional* - órgão oficial do governo Roca - serviu de canal para construir este ideário acerca de Misiones, ainda que o próprio veículo não omitisse o quanto este espaço era distinto dos contextos da Patagônia e do Chaco, devido ao seu histórico de ocupação representado pelas missões jesuíticas durante o período colonial⁶⁰.

⁵⁸ Embora seja utilizada até os dias de hoje, tal nomenclatura não se trata de uma territorialidade oficial. Consiste em uma região histórica que compreende todo o espaço entre os rios Paraná e Uruguai (atuais províncias de Misiones, Corrientes e Entre Ríos) numa clara alusão à Mesopotâmia Clássica que compreende os rios Tigre e Eufrates. O naturalista francês Martin de Moussy (1860) foi o primeiro a usar essa nomenclatura em sua obra *Description Géographique et Statistique de la Confédération Argentine*, publicada em 1860.

⁵⁹ Até 1860, o Paraguai controlava uma importante rota comercial que o conectava com o Rio Grande do Sul através de um caminho que cortava Misiones de oeste a leste, unindo o Alto Paraná ao Alto Uruguai na altura de São Borja (BRESSAN, 2017, p. 76).

⁶⁰ Conforme aponta Bressan (2017, p. 88), em meio às disputas internas dentro do cenário político argentino, a Província de Corrientes não projetava Misiones como um deserto. Isso era parte da justificativa de legitimar o seu domínio sobre um território que era alvo da cobiça de Buenos Aires. O que denota o quanto, todavia, existiam fissuras dentro da Argentina unificada: “*En los debates realizados en el Congreso, el reconocimiento que la región de Misiones no era un desierto sino que existían áreas ocupadas por Corrientes fue central para orientar la discusión con respecto a cómo se debían fijar los*

A través de sus páginas, se construyó una imagen de severo deterioro del territorio de las Misiones, cuyo gran potencial productivo era desperdiciado. Aquella imagen era presentada por el diario como resultado de un proceso extendido a lo largo del siglo XIX, por el cual la zona se había despoblado, perdiendo todo vestigio de civilización; y por ello, a pesar de poseer un pasado muy distinto, era equiparable al desierto patagónico o al chaqueño (BRESSAN, 2017, p. 85).

A desertificação do espaço misionero foi uma constante nos relatos das expedições científicas argentinas que para lá se dirigiram nas décadas finais do século XIX. Tratava-se de uma realidade similar ao Chaco no que tocava o fato de não se tratar de um ambiente árido, ou seja, o que seria uma realidade mais próxima da concepção original do que seria um deserto. No caso de Misiones, uma imensa floresta subtropical era o cenário da paisagem. Ela era alvo, tanto de descrições positivas, como de visões negativas.

O viajante Florencio de Basaldúa descreveu a região como um “*desierto espléndido*” e também como um “*rico y desierto territorio*”. Mesmo quando encontrou supostos indícios de civilização às margens do rio Uruguai, se surpreendeu ao comentar sobre como poderia haver aquilo em meio às “*fronteras del desierto*”. Ressaltou ainda que a fronteira sul-patagônica teria um papel secundário diante do contexto misionero onde “*(...) será, en verdad, la conquista del desierto*” (BASALDÚA, 1901, p. 5, 30 e 91).

Eduardo Ladislao Holmberg (2012, p. 170), que também participou da expedição de Roca na Patagônia, se surpreendeu ao encontrar um maquinário de última geração em um engenho açucareiro situado em meio ao “*desierto de Misiones*”.

Tais miradas realçam a projeção simbólica de Misiones como um lugar deserto, mas que era dotado de riquezas que o tornaria apto para a chegada da modernidade e da civilização. Alejo Peyret (1881, p. 91), francês naturalizado argentino, sintetiza tal visão a respeito deste “deserto”: “*Ese hombre, que va al desierto, á conquistar la selva, á emplantar una industria nueva es el es el pionnier del porvenir, el obrero del progreso, el constructor de la sociedad futura*”. O já citado Basaldúa (1901, p. 171) registrou sua expectativa no tocante à presença efetiva da “*civilización argentina en las puertas mismas del desierto*”. Assim como o Chaco, Misiones seria também um espaço passível

límites entre provincias y territorios nacionales y en qué forma debía proceder el Congreso en estos casos”.

de se transformar em um “não deserto”. Para Rafael Hernández (1973, p. 63): *“El telégrafo, la escuela, el templo, el comercio, conmueven el desierto (...)*.

A visão deste último, entretanto, caminhava em uma direção mais pessimista. Membro de uma comissão oriunda de Buenos Aires que planejava instalar colônias às margens do rio Paraná, Hernández (1973, p. 141) encarava o processo civilizador como um trabalho árduo e penoso, muitas vezes manifestando dúvidas a respeito do possível sucesso de tal empreendimento em meio à frontera-desierto: *“Voz que clama en el desierto, apareja los caminos del porvenir”*⁶¹.

1.5.3 Um olhar transnacional: comparações entre o sertão e o desierto

Ao mesmo tempo em que as simbologias criadas em torno do sertão brasileiro e do deserto argentino possibilitam um olhar unificador a respeito dos projetos nacionais americanos do século XIX, a comparação entre essas duas realidades ainda é pouco explorada. O sociólogo brasileiro André Botelho (2015, p. 1508) aponta para a possibilidade de uma olhar transnacional que possa analisar, de forma concomitante, o processo de construção das projeções dos dois projetos nacionais sobre seus respectivos espaços interiores. O já citado geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes (2002-2003, p. 6) é outro autor nacional que aponta para essa análise. Ele a justifica através da premissa de que ambos os projetos almejavam submeter estes espaços às suas respectivas economias nacionais no sentido de dominar o “outro geográfico”. Tratava-se, portanto, de uma projeção oriunda de uma determinada centralidade sobre um ambiente considerado como atrasado e inferior. Esse “outro” poderia ser tanto o espaço, como também as sociedades que aí estavam alocadas antes da chegada dos forasteiros.

Um dos trabalhos pioneiros em realizar esta comparação transnacional é o de Leda Agnes Simões de Melo (2018). A pesquisa da autora realiza uma comparação entre os discursos dos poderes centrais de Brasil e Argentina a respeito dos seguintes territórios: respectivamente, o estado do Ceará e a província de Santiago del Estero. A tônica do estudo é direcionada para a questão da seca, problema recorrente em ambos os lugares, dotados de clima árido e de baixa pluviosidade. Há que aclarar, no entanto, que são espaços longínquos um do outro, diferentemente da borderland que compreende

⁶¹ Basaldúa, Holmberg e Hernández fazem parte do rol dos viajantes argentinos, cujos relatos de viagem são objetos de análise desta investigação. Os mesmos serão apresentados minuciosamente mais adiante.

Misiones e os estados do sul do Brasil, separada por uma fronteira política e unificada dentro de um mesmo bioma.

Conforme já foi elencado, não existia uma geografia ou um bioma em específico que condicionasse os conceitos de sertão e deserto. As projeções emanadas pelos dois projetos nacionais não levaram em conta se o espaço era necessariamente árido. Misiones e o Chaco, no lado argentino, e o oeste dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no lado brasileiro, não correspondiam à ideia original do que se conveio a chamar de deserto e de sertão. No entanto, foram igualmente projetados sob tais designações.

Para o caso brasileiro, bastava se afastar um pouco da costa ou dos centros de maior densidade demográfica para denominar um determinado espaço como sertão. A Serra da Bocaina, a menos de 40 quilômetros do que é hoje a costa fluminense, já era considerada como sertão pelos que estavam no litoral (ANTONIO FILHO, 2011, p. 86). Poucos quilômetros mais ao oeste, o mesmo ocorria com a região do Vale do Paraíba (HOLANDA, 1975, p. VII).

No que toca especificamente o Brasil meridional, os agentes estatais instalados em Curitiba - considerada como uma centralidade a partir da emancipação do Paraná em 1853 - olhavam para as suas cercanias e para todo o vasto oeste paranaense como sertões a serem dominados pelo projeto civilizador oriundo da capital. Uma área a apenas 85 quilômetros de Curitiba foi projetada como um sertão passível de ser povoado por colonos ingleses. A partir daí surgiu a ideia da implementação da Colônia Assunguy⁶² (NISHIKAWA, 2007, p. 19). A construção do sertão paranaense encontrava sentido no fato de que a elite curitibana almejava controlar uma vasta área rica em erva-mate, artigo este que era o carro chefe da economia do estado, sendo inclusive considerado como principal responsável pela sua emancipação em relação a São Paulo.

No caso argentino, levando-se em conta a condição de Buenos Aires como uma centralidade, todos os espaços, tanto ao norte, quanto ao sul, eram projetados como desertos, não importava se o alvo era a aridez da Patagônia ou as densas florestas do Chaco e de Misiones.

Na Argentina, os intelectuais e a elite política novecentista manifestaram a ideia de que o conceito de *desierto* estava diretamente ligado à questão da fronteira. Por isso é conveniente falarmos da importância da frontera-desierto para a construção da

⁶² Atual município de Cerro Azul/PR.

nacionalidade argentina. No entanto, como já foi possível elencar aqui, a historiografia local já demarcou o quanto, todavia faltam estudos sobre esta conjuntura que a coloque como uma experiência histórica de mobilidade de fronteira.

No Brasil, esse tipo de estudo foi impulsionado a partir da demanda criada pela historiografia paulista para explicar o Brasil a partir da mobilidade dos bandeirantes. No entanto, trata-se de uma visão essencialmente paulista. O pensamento social brasileiro como um todo ainda não enxerga o avanço sobre a fronteira-sertão como uma experiência histórica de fronteira móvel⁶³.

As projeções como um todo, de ambos os projetos nacionais, dão margem para analisarmos a região fronteira entre Brasil e Argentina sob a ótica de um espaço, todavia, indefinido, uma *borderland* dotada de uma diversidade de movimentos de fronteira. Daí também resulta a importância de acoplarmos os estudos pós-coloniais para analisarmos os relatos de viagem que descrevem este espaço. Paul Carter e Antonio Carlos Robert Moraes são exemplos de autores que desconstruem os relatos oficiais com o intuito de apresentar uma História do espaço passível de detectar a diversidade dos movimentos de fronteira, não ficando restrita apenas ao avanço do poder estatal, mas também às dinâmicas de resistência das sociedades locais ante a presença do agente estrangeiro.

Para o caso do espaço fronteiriço entre Brasil e Argentina, dentro deste tipo de análise, há momentos em que desaparece a fronteira política idealizada pelos dois Estados. Tratava-se, portanto, de uma *borderland*, um espaço de disputas onde as projeções emanadas por Buenos Aires, Curitiba e Rio de Janeiro almejavam ganhar corpo, sendo os relatos de viagem, uma via para legitimar tais idealizações.

⁶³ Esse diagnóstico também é apontado por Hal Langfur (2014, p. 844).

CAPÍTULO 2 – O ESPAÇO FRONTEIRIÇO NA HISTÓRIA

"El instinto de las 'masas bárbaras'
veía más claro que la razón ilustrada de los 'hombres civilizados'"
Alejo Peyret

2.1 Projeções sobre o espaço: o avanço brasileiro

Não é nosso intuito realizar um estudo minucioso de todas as movimentações humanas ocorridas ao longo do tempo na região fronteiriça. O recorte temporal da nossa pesquisa abarca o período entre as décadas finais do século XIX e o início do século seguinte. No entanto, nos resulta necessária a realização de um breve histórico dos movimentos ocorridos nos séculos anteriores para entender a configuração que o espaço por nós analisado alcançou no século XIX. Também é importante pontuar que, todavia, existe um vasto campo aberto para se estudar as movimentações das sociedades indígenas antes da chegada dos europeus.

Existe uma enorme complexidade no tocante à diversidade étnico-linguística das sociedades indígenas neste espaço. Por esse motivo, ressaltamos, uma vez mais, que não é nosso intuito aprofundar tal problemática. Assim sendo, assumimos os pressupostos teóricos dos antropólogos que estabeleceram dois grandes troncos linguístico-culturais que afluíram para essa região: o tronco macro-jê e o macro-tupi.

Na costa atlântica brasileira predominava o tronco tupi, sendo estes indígenas os primeiros a travarem contato com os europeus. Eles denominavam as populações de fala distinta da sua como “tapuia”, palavra que significa “inimigo”. O vocábulo foi incorporado pelos brancos e serviu de base para a classificação, por parte dos cientistas de matriz europeia, para os dois grandes troncos (CHAIM, 1983, p. 47). É importante pontuar tal conjuntura porque o espaço por nós analisado era uma zona de contato entre esses dois grandes grupos indígenas. Tal situação influenciou também na dinâmica de contato desses grupos com os próprios colonizadores, os quais, provenientes da costa atlântica, foram avançando interior adentro.

Os guaranis, pertencentes ao tronco tupi, foram os que travaram contato mais direto com o forasteiro europeu, seja ele de origem espanhola ou portuguesa. Dentro da conjuntura de avanço das duas fronteiras ibéricas, resulta importante pontuar o avanço da fronteira religiosa da ordem dos franciscanos e, mais adiante, a mais influente, a dos jesuítas (AMABLE, ROJAS & DOHMANN, 2011, pp. 16-25), a qual acabou por

influenciar na organização de algumas sociedades guaranis em aldeamentos até a sua expulsão em 1767.

Já os indígenas do tronco jê - kaingangs, xoklengs, para citar alguns poucos exemplos em meio a uma grande diversidade étnica - permaneceram alheios à influência jesuíta, travando contato com os brancos apenas no século XIX, já no período final do domínio das duas coroas ibéricas. Foi apenas em meio à conjuntura do avanço das fronteiras de Brasil e Argentina que esses contatos foram intensificados nesta *borderland*.

No início do século XVII, as reduções dos jesuítas espanhóis estavam localizadas na região do Guairá, ao norte do rio Iguaçu, e na região de Tape, ao sul do rio Uruguai. Sendo assim, todavia, existia um vastíssimo espaço onde os colonizadores não haviam fixado domínio algum, sendo na prática, território pertencente às nações do tronco Jê. Mesmo não detendo o domínio pleno dessa área, os jesuítas não deixaram de realizar suas projeções imaginadas sobre este espaço, que para eles era totalmente desconhecido e de difícil acesso. Em um mapa confeccionado em 1645, os jesuítas nomearam algumas localidades conforme era apontada a localização de uma determinada etnia. Um exemplo é a região de Ibiturunas, no atual oeste catarinense, uma mera projeção do que os colonizadores pensavam existir ali, utilizando, inclusive, uma nomenclatura guarani para generalizar uma diversidade de povos que ali habitavam (D'ANGELIS, 2006, pp. 269-270; MORAES C., 2018, p. 118).

Mapa 7 - Primeiro mapa construído pelos jesuítas da província do Paraguai, oferecido a R. P. Carrafa, geral da ordem entre os anos de 1645 e 1649, e cravado por J. Blaeu em Amsterdam

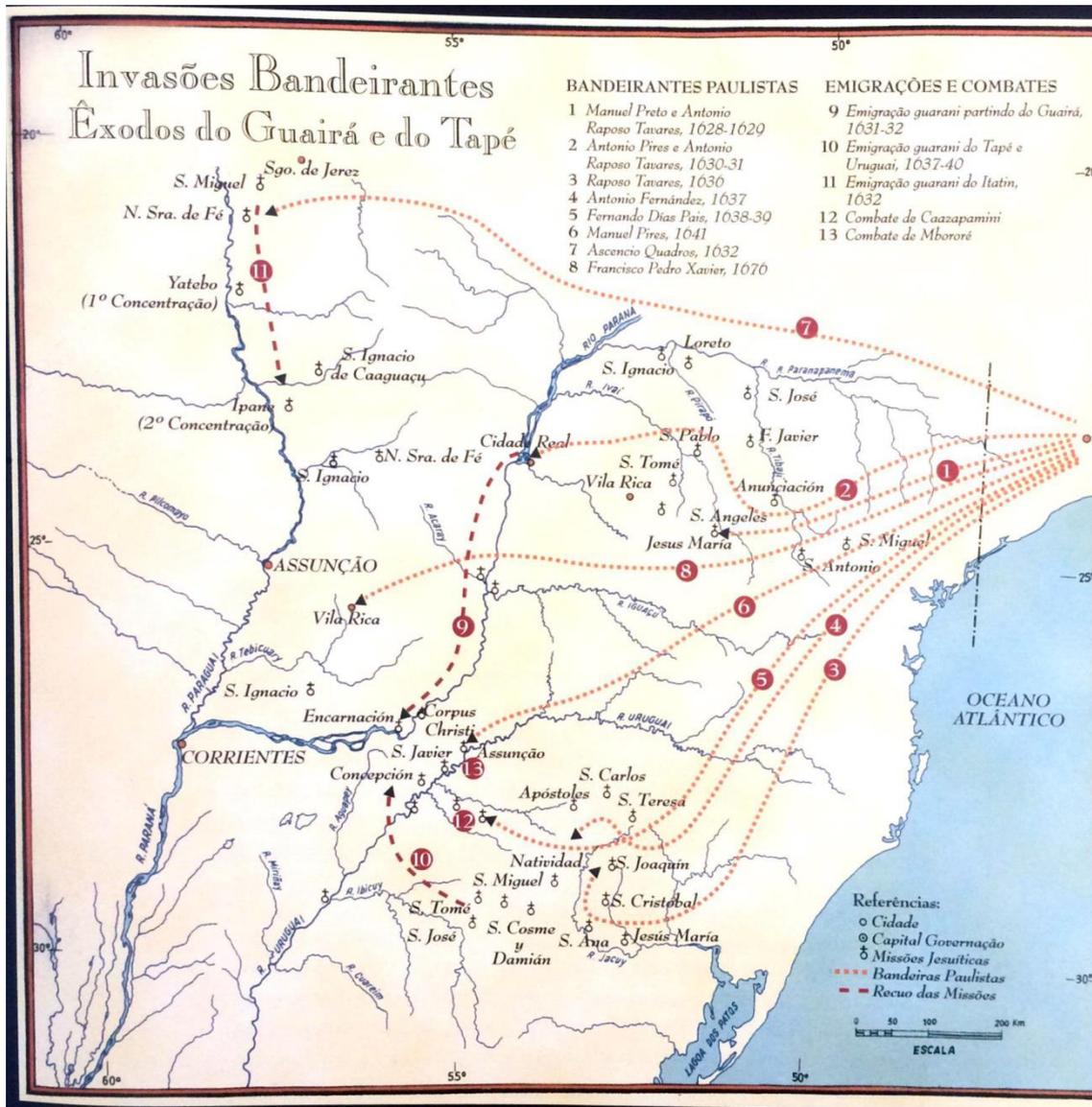


Fonte: (D'ANGELIS, 2006, p. 270)

Em teoria, pelo Tratado de Tordesilhas, todo este espaço seria de domínio espanhol, na prática, existiam poucos focos de presença efetiva do poder metropolitano. Os portugueses, inicialmente, excluídos desse processo, não tardaram em penetrar este espaço. É importante pontuar que o avanço da fronteira lusitana foi capitaneado pelas expedições dos bandeirantes paulistas, mestiços em sua maioria, que penetraram a região em busca de riquezas minerais e escravos guaranis. Ainda que tal movimento não tenha estabelecido algum domínio efetivo na região, não deixou de influenciar diretamente nas reconfigurações desta zona de contato.

Nesse sentido, é importante pontuar que, a diferenciação exercida pelos europeus, sobre os dois grandes troncos linguísticos, também foi seguida pelos paulistas. Logo, não se tratava de uma expansão fulminante das expedições bandeirantes sobre a totalidade dos indígenas. Apenas os guaranis eram alvo de cobiça, já as nações Jê, não sofreram nenhum tipo de ataque, já que eram populações nômades que falavam um idioma diferente do tupi. Os guaranis de hábitos sedentários, falavam uma língua que também era usada pelos paulistas, daí resultava a sua valorização como mercadoria (D'ANGELIS, 2006, p. 272). Outra consequência do choque entre paulistas, guaranis e jesuítas foi o deslocamento das reduções do Guairá para o sul, o que acabou ocasionando a refundação das reduções de Loreto e San Ignacio Miní, na confluência do rio Yabebiry com o rio Paraná. Já os aldeamentos da zona de Tape, conforme avançavam os invasores paulistas, também eram obrigados a se trasladarem para outros pontos da região do Alto Uruguai (AMABLE, ROJAS & DOHMANN, 2011, p. 45). Sendo assim, a fronteira dos jesuítas era móvel conforme eram travados os contatos com os bandeirantes.

Mapa 8 - Invasões bandeirantes: Êxodos do Guairá e do Tapé



Fonte: (SNIHUR, 2007 p. 79)

Dentro do contexto desta borderland, a fronteira política não fazia sentido algum. Os tratados estabelecidos pelas coroas ibéricas tinham pouca eficácia e nada representavam para uma região, em sua maior parte, assenhorada por uma grande diversidade de nações indígenas. Além de existir, como já foi aqui exposto, uma dinâmica de fronteira móvel proveniente de várias frentes, resultado dos choques entre guaranis, jesuítas e paulistas.

Durante o século XVIII, o avanço da fronteira lusitana na região sul estava atrelado à demanda por consumo de gado na região das Minas, lugar este que naquela altura sofria as consequências do surto demográfico decorrente da corrida ao ouro. A

magnitude desta economia era tão grande que acabou relegando o tratado de fronteira assinado com a Espanha. A prática do contrabando de muares era bastante comum, sendo o gado “espanhol” levado até a feira de Sorocaba e, posteriormente, para a região das Minas (D’ANGELIS, 2006, p. 273). O que esse movimento guardava em comum com as expedições bandeirantes era o fato de que ele não se fixava definitivamente no espaço. Nesse contexto temporal, uma grande área era dominada pelos combativos índios kaingang e xoklengs, o que dificultava o estabelecimento de conexões terrestres permanentes entre a capital da colônia e os sertões da região sul.

Em 1756, dentro do contexto da mobilidade das fronteiras ibéricas, as reduções jesuíticas dos Sete Povos, na região do Alto Uruguai, caíram, ainda que temporariamente, sob o poder da Coroa Portuguesa⁶⁴. Consequentemente, foram incrementadas as rotas de transporte de gado, o que tampouco configurava numa presença efetiva do Estado na região. Em 1775, a Coroa Espanhola apontava várias regiões dominadas por indígenas Guñanas, Biturunas e Tapes (D’ANGELIS, 2006, pp. 273-274).

Ao iniciar o século seguinte, a mineração já havia decaído. Novos polos econômicos estavam em formação com o início da expansão do cultivo de café, inicialmente nas cercanias do Rio de Janeiro e, posteriormente, em direção a São Paulo, o que implicava na contínua demanda por gado proveniente da região sul.

Esse período também foi marcado pelas consequências geradas pela expansão napoleônica sobre a península Ibérica, o que acarretou na prisão do rei espanhol e na fuga da família real portuguesa para o Brasil. Tal acontecimento exerceu consequências diretas sobre a região fronteira. A indefinição da situação no lado espanhol - devido aos acontecimentos na Europa- era um chamariz para os portugueses ocuparem efetivamente este espaço. Não obstante, para além da preocupação com a fronteira com os espanhóis, existia toda uma problemática de ocupar o vasto sertão sulista, todavia fora da órbita efetiva do Estado.

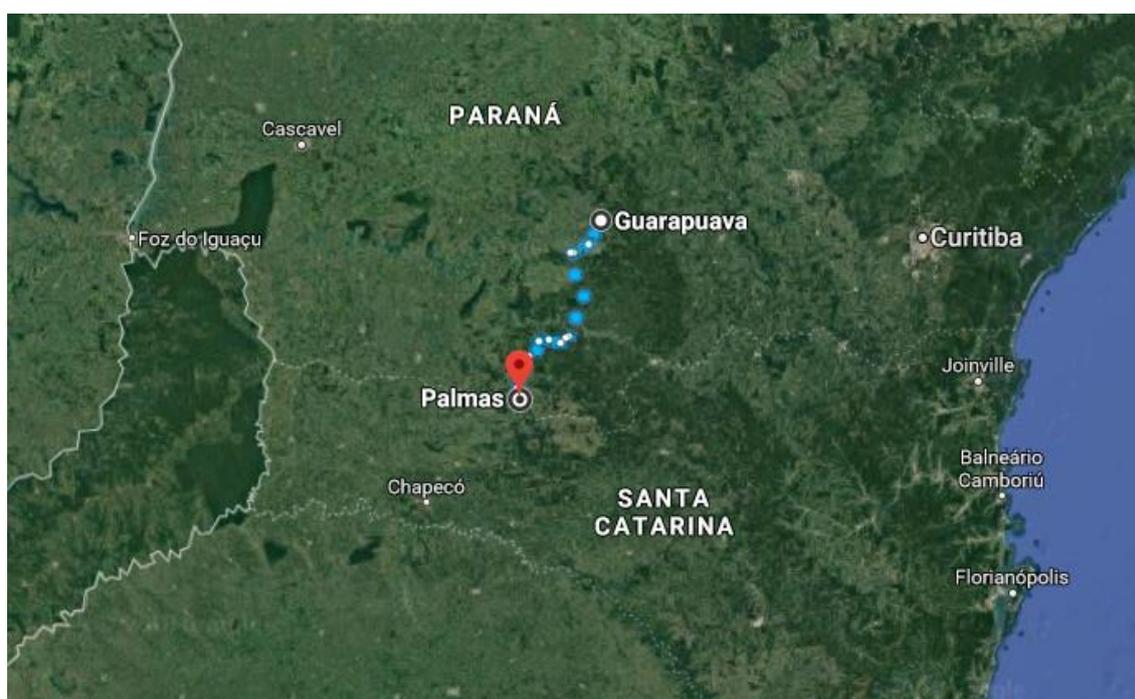
Dentro dessa conjuntura, por intermédio da carta régia de 13 de maio de 1808, o Príncipe Regente Dom João VI deflagrou uma guerra ofensiva contra os índios botocudos - pertencentes ao tronco Jê - que habitavam o vale do rio Doce, no interior do Espírito Santo e Minas Gerais. O decreto permitia a escravização dos indígenas e a conquista definitiva de seu território, que passava a conformar como terras devolutas

⁶⁴ Sua conquistada maneira definitiva se deu em 1801 (CAMARGO, 2001, pp. 129-132; WINTER, 2018, pp. 57-58).

pertencentes ao Estado (MOREIRA, 2010, p. 391). Essa política interna, em pouco tempo, também afetou as regiões interiores do sul do país. Ainda no ano de 1808, o Príncipe Regente assinou outra carta régia, dirigida ao governador de São Paulo⁶⁵, carregada com o mesmo teor da primeira, onde o alvo eram os índios “bugres”⁶⁶ dos campos de Curitiba e de Guarapuava (D’ANGELIS, 2006, p. 277).

A localidade de Curitiba, a futura capital paranaense, era o ponto de partida desta ofensiva que, gradativamente, seguiria para o oeste, tendo por objetivo a conquista de Guarapuava, que seria o ponto de apoio para avançar a fronteira progressivamente mais ao oeste, rumo aos campos de Palmas, com a intenção de ocupar todo o espaço até então dominado pelos kaingangs e xoklengs. Tratava-se, portanto, de um longo caminho até alcançar a fronteira política de fato com a Espanha.

Mapa 9 - Distância de 190 quilômetros entre Guarapuava e Palmas



Fonte: Elaboração própria no Google Maps⁶⁷.

⁶⁵ O Paraná ainda pertencia à São Paulo nesse período.

⁶⁶ Bugre é uma palavra de origem europeia. Remonta à palavra francesa *bougre*, que significa herético. Ela foi aplicada para as pessoas que não praticavam a fé católica, sobretudo, os cristãos ortodoxos. O termo foi reconfigurado no Brasil para designar os indígenas que rejeitavam a fé cristã, sendo utilizado com predominância na região sul do país (GUISARD, 1999).

⁶⁷ Disponível em: <<https://goo.gl/maps/mXhCbiFYQ18ZK6YM9>>. Acesso em 26 jan. 2020.

Resulta importante pontuar que, em meio a esta conjuntura de movimento de fronteira, os brancos encontraram a necessidade de se reinventar e de travar novas relações com as diversas etnias que se encontravam nesta *borderland*.

Diogo Pinto de Azevedo Portugal foi o comandante da Real Expedição de Conquista dos Campos de Guarapuava que chegou ao seu destino em junho de 1810. No ano seguinte, sua fortificação sofreu ataques dos indígenas. Um contra-ataque, organizado pela expedição como uma resposta aos indígenas, resultou na prisão de um índio conhecido pelo nome Pahy. Seu cativo durou cinco meses, sendo que, após sua libertação, retornou à fortificação acompanhado pelo cacique Candói e de 312 indígenas Camés e Votorões para selar uma aliança com os luso-brasileiros. Em seguida, Pahy foi batizado com o nome de Antonio José de Azevedo Pahy e nomeado por Diogo Portugal com o título de “Capitão dos índios de Guarapuava” (D’ANGELIS, 2006, p. 279).

Esse episódio é fulcral para compreendermos as relações que foram travadas neste espaço. Não era vantajoso para a Coroa empreender uma política agressiva contra todas as nações Jê. Era necessária uma política de alianças, muitas vezes, como vimos no exemplo acima, incorporando os próprios indígenas no exército luso-brasileiro para ter a possibilidade de continuar avançando e combatendo os índios considerados *hostis*. Essas alianças também eram importantes porque os nativos conheciam bem o terreno e foram de suma importância para o reconhecimento de um espaço até então ignoto.

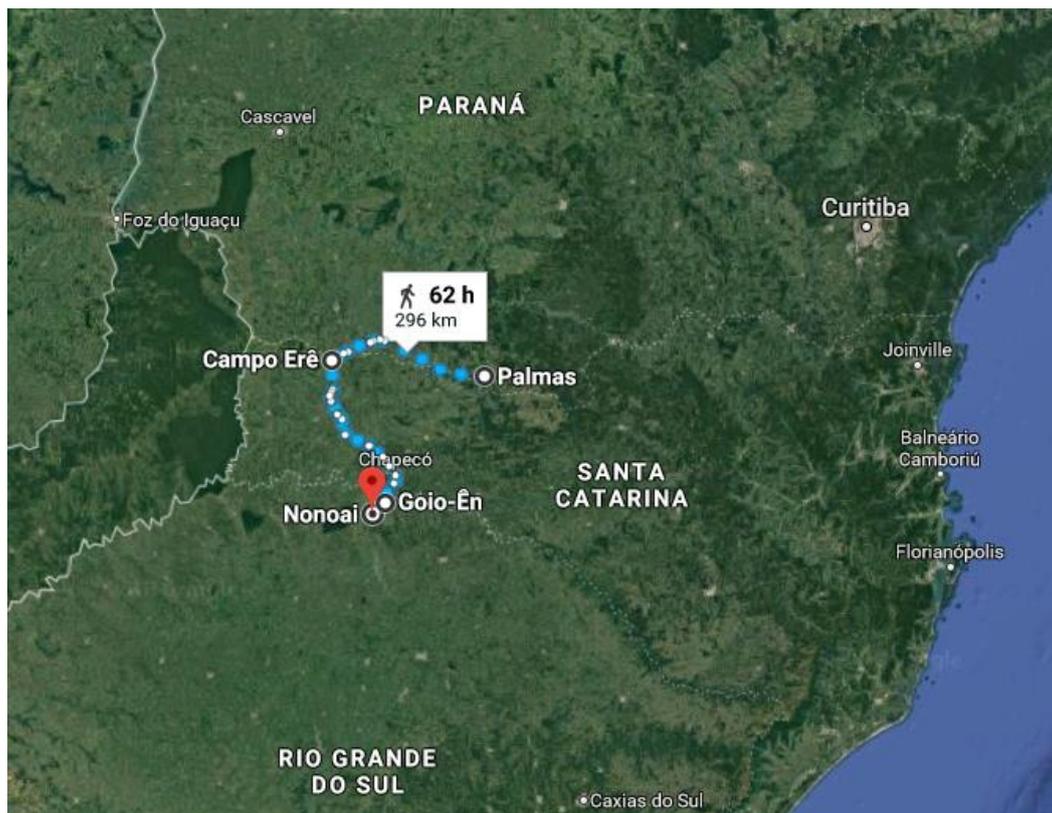
Os fatos elencados acima são de fundamental importância para o entendimento dos impactos causados por esses contatos. O século XIX foi o período onde as sociedades indígenas dos sertões do sul se dividiram entre os que eram favoráveis ou contrários às alianças com os forasteiros brancos.

Findado o período colonial, o Brasil recém-emancipado deu continuidade ao projeto de ocupação e de efetivar a sua própria neocolonização. Tratava-se de uma lógica comum aos novos Estados americanos que a essa altura iniciaram seus projetos de colonização interna dos espaços imaginados como parte de suas respectivas nações. Tendo Guarapuava como base, o Império tencionava avançar oeste adentro para alcançar os campos de Palmas, ponto estratégico para os interesses brasileiros para consolidar a rota dos mares, que conectava São Paulo ao Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, à Misiones e Corrientes na Argentina.

No ano de 1837, o governo de São Paulo emitiu um decreto para efetuar a “descoberta” e ocupação dos Campos de Palmas, um espaço até então, parte da província paulista apenas no campo da imaginação. Uma grande quantidade de

fazendeiros oriundos de Palmeiras, nas proximidades de Curitiba, e de Guarapuava se dirigiu para a região no sentido de integrá-la à dinâmica da economia pastoril (WACHOWICZ, 1987, p. 14). Esse contingente acabou gerando um excedente que foi obrigado a avançar para o sul em direção às localidades indígenas de Campo Erê, Goio-Ên⁶⁸ e Nonoai⁶⁹, esta última no atual noroeste gaúcho.

Mapa 10 - Avanço da fronteira dos pecuaristas, começando em Palmas (Paraná) e seguindo para Campo Erê (atual Santa Catarina), Goio-Ên e Nonoai (Rio Grande do Sul)



Fonte: Elaboração própria no Google Maps⁷⁰.

O avanço desta nova fronteira somente foi possível mediante uma aliança com os kaingangs liderados pelo cacique Vitorino Condá⁷¹. Este grupo possuía uma rivalidade com os índios do Paiquerê (D'ANGELIS, 2006, pp. 282-285). Tal animosidade não possuía ligação alguma com a atuação dos forasteiros na região.

⁶⁸ A região de Goio Ên –“muita água” em tupi-gurani- faz referência a um antigo porto fluvial no rio Uruguai onde hoje se situa o limite entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul através dos municípios de Chapecó/SC e Erval Grande/RS.

⁶⁹ O nome do atual município gaúcho de Nonoai faz referência aos antigos domínios do cacique kaingang Nonoai, importante aliado do governo brasileiro no Alto Uruguai (GOLIN, 2007, p. 88).

⁷⁰ Disponível em: < <https://goo.gl/maps/rUm5Tfj3jaKUU9uW7>>. Acesso em 26 jan. 2020.

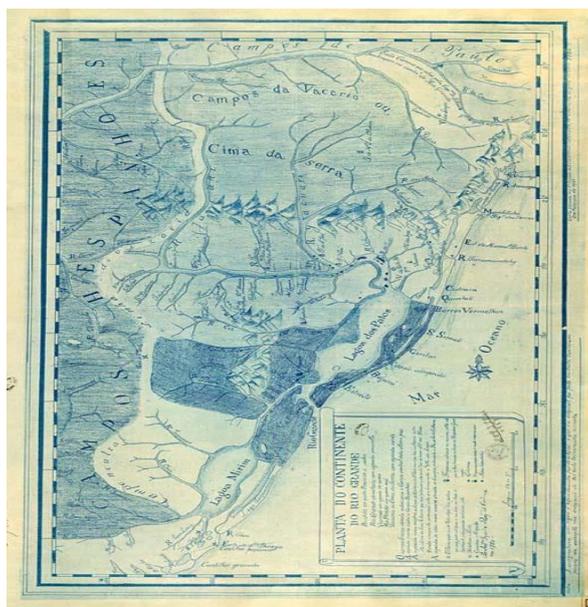
⁷¹ Sobre as relações e negociações entre o cacique Condá e as autoridades brasileiras, ver: (SOUZA, 2015).

Contudo, o Estado brasileiro penetrou dentro do complexo jogo de relações entre os indígenas, no sentido de apoiar um dos lados e acirrar as rivalidades. Dentro desta conjuntura, era vantajoso para o governo apoiar um dos lados. A guerra total contra os indígenas era inviável para avançar as fronteiras do Estado. A única solução plausível era a interferência na complexa teia de relações existentes nesta borderland.

Em 1864, a exploração dirigida por Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, então Ministro da Agricultura do Império, apontava para o estado de isolamento em que viviam os exploradores brasileiros que entraram na região em 1839. O motivo de tal isolamento, segundo ele, era “por estarem separados de Palmas por uma mata de doze léguas” (D’ANGELIS, 2006, p. 294).

Os Campos de Cima da Serra - atualmente correspondente a uma zona limítrofe entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul - era uma região de mata fechada bastante importante para a rota de transporte de muares e também pela alta concentração de madeira e erva-mate. Dentro da lógica econômico-utilitarista do século XIX, era um lugar dotado de potencialidades econômicas, vitais, tanto para o Brasil, como para a Argentina. Por esse motivo, ambas as nações almejavam fincar a sua presença ali. Na prática, a região continuava sob o domínio dos kaingang. Sendo a ocupação, tanto por parte de brasileiros, como de argentinos, efêmeras em boa parte do século XIX.

Mapa 11 - Os Campos de Cima da Serra representados num mapa de 1780



Fonte: Wikimedia Commons contributors⁷².

⁷² Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Planta_do_Continente_do_Rio_Grande-1780.jpeg>. Acesso em: 26 jan. 2020.

Resulta importante analisar as minúcias deste espaço para poder explicar as dificuldades dos forasteiros de se estabelecerem na região. A expansão da atividade pecuária empreendida pelos fazendeiros brasileiros logrou fixar-se nos campos abertos de Palmas. No caso da região de Campo Erê, localizada mais a oeste, era uma zona de floresta com alta concentração de araucárias, o que dificultava o avanço desta fronteira agrária. O campo da História Ambiental nos permite analisar esta minúcia em particular, ou seja, como o próprio ambiente influenciou na dinâmica de movimento por este espaço. A floresta densa, ao mesmo tempo em que representava um impedimento para o avanço da fronteira agrária brasileira, permitia o afluxo, tanto de indígenas, como de um contingente de população mestiça que vivia à parte das políticas estatais que fomentavam o avanço desta fronteira econômica (NODARI & BRANDT, 2011, p. 82).

Ao analisar o contexto da floresta impenetrável, resulta impreterível rediscutir, uma vez mais, o próprio conceito de fronteira. Para os forasteiros, a fronteira não era apenas o marco demarcatório em relação à Argentina - nação concorrente na corrida pelo processo civilizador nesta zona - era na verdade a fronteira do desconhecido, onde a presença estatal era frágil ou nula, lugar sem lei e ideal para receber a fuga dos que eram marginalizados pelo Estado ou que eram foragidos da justiça.

Dentro da dinâmica dos movimentos em curso dentro desta borderland, a região compreendida entre Campo Erê e o Alto Uruguai era o local para onde esses “marginalizados” se dirigiram para ficarem livres das amarras do Estado. Os próprios indígenas que recusaram a política de transladação forçada em meio aos acordos entre Brasil e Argentina, refugiaram-se na mata densa do Alto Uruguai. Essa também era uma alternativa para os nativos que se recusaram a participar do alistamento forçado nos novos exércitos nacionais (LEVINTON, 2015, pp. 249, 310-311). Para eles não havia sentido em tornar-se “brasileiro” ou “argentino”. Tampouco fazia sentido participar dos embates entre os dois projetos nacionais. Tratava-se de uma rivalidade originada em Buenos Aires e no Rio de Janeiro que não fazia sentido algum para essas populações.

Nesse caso, em vez de participarem da política neocolonialista dos novos Estados nacionais, os indígenas preferiram seguir por conta própria em um espaço ainda não anexado efetivamente por Brasil e Argentina. Esse espaço também era uma área onde, tanto os indígenas, quanto o contingente de população mestiça, poderia explorar livremente a erva mate e a madeira aí existente. Era uma exploração que estava totalmente alheia às regras estatais.

Mesmo quando algum projeto de ocupação por parte do Estado brasileiro era colocado em prática, era comum que os “marginalizados” participassem do processo de colonização. Mediante as dificuldades de efetivar o povoamento da região, “assassinos, loucos e imprestáveis” muitas vezes eram recrutados pelo Estado. Esses termos aparecem na relação dos colonos matriculados na Colônia Militar de Foz do Iguaçu, fundada em 1889 na desembocadura do rio Iguaçu no Paraná, zona de fronteira com a Argentina e com o Paraguai (MYSKIW, 2009, p. 196).

Outro movimento que teve curso foi dos escravos fugitivos do Império. A fronteira era o refúgio ideal para esses prófugos. Mesmo o governo de Corrientes, tendo estabelecido um tratado de devolução de escravos para o Brasil encontrava dificuldade para cumprir com o tratado, já que, procurar escravos fugitivos em meio à imensidão da mata fechada era uma tarefa extremamente difícil de ser cumprida (ACRUCHE, 2011, p. 104; LEVINTON, 2015, p. 277). A floresta densa, composta por ervais e araucárias, todavia resistia à presença estatal. Ao mesmo tempo, ela também recebia de braços abertos os que não queriam estar sob as amarras do Estado.

Mais ao sul, a floresta dava lugar à antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul, uma das mais importantes do Império devido à sua própria condição fronteiriça. Foi neste lugar que o avanço brasileiro no sentido oeste se fez mais latente. Fato este que não deixou de despertar a atenção de outro movimento de fronteira que era proveniente de Buenos Aires.

2.2 Projeções sobre o espaço: o avanço argentino

Durante o período colonial, o avanço espanhol na área de fronteira foi delineado pela ação dos jesuítas que travaram contato com os guaranis ao navegarem o rio Paraná no sentido norte até Guairá. Não obstante, o choque com os bandeirantes paulistas, ainda no século XVII, fez com que essa fronteira fosse recuada para o sul. Ainda que tenha existido alguma presença espanhola na região compreendida entre Guairá e a confluência do rio Iguaçu no Paraná⁷³, suas pretensões foram cerceadas pela ação dos bandeirantes, os quais tampouco, como já vimos anteriormente, possuíam um projeto de

⁷³ Além das reduções dos jesuítas, existiram três cidades espanholas, dependentes da *Gobernación del Paraguay*, em território onde hoje é o estado do Paraná: Ciudad Real del Guayra, Ontiveros e Villa Rica del Espiritu Sancto. Todas elas foram destruídas pelos bandeirantes paulistas em 1631.

assentamento fixo neste espaço. Na prática, a região continuava assenhorada pelos indígenas kaingangs e guaranis que estavam fora da órbita de influência dos jesuítas.

A presença espanhola se concentrou na região do Alto Uruguai, área esta que também representava uma zona de contato com os portugueses. Uma grande área para além da margem esquerda do rio era considerada como território espanhol. Tal situação foi mudando mediante foram ocorrendo conflitos naquele espaço. Como consequência direta destes confrontos, o rio Uruguai acabou sendo considerado como um marco demarcatório entre as duas Coroas. No entanto, é importante lembrar que não podemos considerar apenas o contato entre os ibéricos. Os indígenas atuavam em ambos os lados e eram agentes ativos nessa *borderland*. Apenas para citar o exemplo do governador espanhol Francisco Bruno de Zavala, o seu exército era composto em sua totalidade por guaranis. Foram eles que entraram em confronto com as tropas luso-brasileiras provenientes do Rio Grande do Sul (AMABLE, ROJAS, & DOHMANN, 2011, p. 89). Também resulta importante pontuar que um grande contingente indígena estava alheio ao conflito entre os ibéricos. Ainda existia uma vasta zona, tanto no Alto Uruguai, como no Alto Paraná, assenhorada por diversas nações indígenas cujas vidas não eram afetadas pelo contato com os europeus.

A língua franca em toda a região continuava sendo o guarani. O próprio esforço da coroa espanhola, no tocante à política de promover o uso do castelhano, denotava tal situação, conforme aponta uma ordem expedida pelo rei Fernando VII em 1803: “*mandaba crear escuelas de idioma castellano en todos los pueblos*” (AMABLE, ROJAS, & DOHMANN, 2011, p. 102).

A prisão do rei espanhol por Napoleão agravava a situação da contínua perda de território no Alto Uruguai, a qual ocorria mediante o avanço da fronteira luso-brasileira, a qual por sua vez, representava um projeto unificado de expansão que lançaria as bases para a construção da futura nação brasileira. O lado espanhol estava fragmentado entre os grupos que juraram lealdade ao rei e os que advogavam pela independência. Mesmo entre os independentistas havia dissidências. A antiga região de Misiones era alvo de projeções oriundas dos antigos polos coloniais de Assunção, Montevideu e Buenos Aires. Dentro da conjuntura desta última, havia ainda as divergências entre unitários e federalistas.

Após romper com Buenos Aires, o federalista José Gervasio Artigas assumiu o controle da região das antigas Misiones entre 1814 e 1820, integrando à confederação da *Liga de los Pueblos Libres*, que ainda compreendia todo o atual Uruguai, além das

províncias de Corrientes, Entre Ríos, Santa Fé e uma parte de Córdoba (AMABLE, ROJAS, & DOHMANN, 2011, pp. 106-114). Em meio a essa nova conjuntura política, os indígenas atuaram em ambos os lados, apoiando tanto os unitários, quanto os federalistas (D'ANGELIS, 2006, p. 278).

O embate entre esses dois grupos dificultava a construção de um Estado unificado no antigo lado espanhol. Em meio ao contexto da construção dos novos Estados nacionais americanos e de seus projetos de neocolonização, todavia não era factível falar em relações Brasil-Argentina. Como já foi elucidado anteriormente, o projeto de nação brasileiro, ainda que idealizado, era sólido, contrastando com o vizinho fragmentando entre duas agrupações políticas.

À parte da disputa com o Brasil, Misiones também era alvo das projeções oriundas da província de Corrientes. Isso nos faz pensar em como as centralidades vão mudando conforme muda o ponto de referência. Elas mudam conforme propunha cada “detentor da civilização”⁷⁴. Nesse caso, o governo correntino julgava Misiones como uma área que lhe pertencia por direito, era a sua periferia a ser “domesticada”. Em 1828, durante a Convenção Nacional de Buenos Aires – considerado como um intento de agregar uma confederação entre as antigas províncias do Vice-Reino do Rio da Prata – o governo de Corrientes foi enfático no tocante a boicotar qualquer representação autônoma de Misiones, ameaçando não enviar um representante caso isso ocorresse. Analisando o discurso emanado pela elite correntina no período, fica latente a reconfiguração da dicotomia civilização x barbárie. O governador correntino Pedro Ferré classificou os misioneros como uma “*gavilla de bandoleros*” (LEVINTON, 2015, p. 241). Resulta importante salientar que para esse político, a categoria de misionero estava correlata à posição de ser indígena, o que para ele significava um estado de barbárie que deveria ser controlado e civilizado.

Corrientes também se relacionava de maneira autônoma com o Brasil, sem a menor interferência de Buenos Aires⁷⁵. Em meio às tensões na borderland, onde em

⁷⁴ Para Norbet Elias (1993, p. 212), a centralidade europeia, que seria o modelo de civilização a ser seguido pelas elites americanas, também passou pelo processo de conter uma centralidade que, paulatinamente, civilizaria a barbárie existente dentro do seu espaço territorial. Elias construiu o seu argumento analisando a Idade Média e o seu conturbado contexto de insegurança social em meio à inexistência de um poder centralizador. Para ele, foi através do surgimento da organização estatal e de uma monopolização do exercício da violência por parte do Estado que foram criadas as condições para o surgimento do modelo de civilização ocidental que se espalhou por toda a Europa e, posteriormente, para as suas áreas de influência, como foi o caso da América.

⁷⁵ Nesse momento, Corrientes era parte da Confederação Argentina. Buenos Aires, por sua vez, não fazia parte da Confederação, configurava-se como um Estado independente até ser reintegrado no ano de 1862.

alguns momentos, os portenhos advogavam por um conflito bélico contra o Império, os correntinos se colocavam contrários à guerra. A explicação pode ser encontrada no fato de que lhes interessava o comércio de gado que abastecia os tropeiros brasileiros (LEVINTON, 2015, p. 241). Tal conjuntura dá uma ideia da complexidade do jogo de interesses existentes nesse espaço.

Em 1857, a Confederação Argentina travava relações diplomáticas com o Império, cujo principal resultado foi o tratado de limites na região misionera, o primeiro firmado no período pós-independência (LEVINTON, 2015, p. 321). Cabe lembrar que Buenos Aires não participou e, tampouco, reconheceu o acordo. Embora existissem duas Argentinhas nesse período, as relações diplomáticas estavam em curso. No entanto, ao analisarmos a dinâmica espacial desta *borderland*, esses tratados, firmados por políticos provenientes de lugares longínquos, pouco significado exerciam sobre um espaço, todavia indefinido e ocupado por populações que estavam completamente alheias a esses acordos.

No quadrilátero compreendido entre os rios Iguazu e Uruguai, as localidades de Nonoai, Goio-Ên e Campo Erê, cujas nomenclaturas denotam suas origens indígenas, eram projetadas tanto como parte da Argentina, como do Brasil. O historiador argentino Norberto Levinton relata como esta área foi alvo das pretensões argentinas. Contudo, salienta que foi o Brasil que avançou a sua fronteira sobre a região. Esse mesmo autor aponta o dado de que a Confederação mantinha uma representação diplomática no Rio de Janeiro em 1841, mas nada fez para conter a ocupação brasileira empreendida pelo governo paulista (LEVINTON, 2015, p. 284 e 317). Nessa mesma tônica, ainda dentro do âmbito acadêmico argentino, a geógrafa Élide Haydee Arenhardt (2010, p. 4) e o historiador Héctor Jaquet (2005, p. 76) assinalam essa área como um território que foi perdido e anexado pelo Brasil.

A realidade era que, no jogo das relações diplomáticas daquele período, a Confederação optou por preservar seus interesses comerciais com o Brasil – principalmente da província de Corrientes - evitando assim alguma rusga diplomática que pudesse acarretar um possível conflito bélico.

A historiografia argentina também aponta para a assimetria que ocorria em relação ao avanço brasileiro, sobretudo, na região oeste do Rio Grande do Sul. Levinton aponta para o enorme crescimento demográfico que resultou na formação de diversos municípios na região de Cruz Alta. Para ilustrar este avanço, o autor utiliza os seguintes termos: “*crecimiento asombroso*”, “*Brasil no se detiene*” (LEVINTON, 2015, p. 322 e

343). Outro autor argentino, o geógrafo Alfredo Bolsi (1980, p. 137) apontou para a enorme diferença demográfica entre os dois lados da fronteira no rio Uruguai. Enquanto que a população de toda a futura província de Misiones não chegava a 35 mil indivíduos, somente a antiga região das missões no Rio Grande do Sul, ou seja, considerando apenas o oeste gaúcho, já alcançava 170 mil habitantes.

Não era apenas a pressão demográfica do movimento brasileiro que chamava a atenção dos argentinos. A política de ocupação das fronteiras ocidentais do Império pela via da construção de colônias militares despertou a atenção dos contemporâneos a este episódio. Um deles era o engenheiro alemão Francisco Rave. Ele realizou serviços de mensuração, tanto para o Império, como para o governo argentino. Estando radicado em Corrientes, alertou o governador desta província para o que estava ocorrendo do outro lado, repassando as suas próprias informações a respeito da política de povoamento empreendida pelo governo brasileiro pela via da fundação de colônias militares, política estada que contou com a colaboração dos serviços dele próprio (NONNENMACHER, 2000, p. 28). Por sua vez, Rave orientou o governo argentino a seguir o exemplo brasileiro e realizar a mesma empreitada nesta zona de fronteira, considerada “deserta”, mas que era riquíssima em ervais, o que poderia estimularia o seu povoamento (LEVINTON, 2015, pp. 326-327).

Levinton (2015, p. 343), para além de apontar para a fundação da Colônia Militar do Alto Uruguai em 1879, faz um levantamento das 27 colônias construídas pelo Império por todo o país, salienta ainda que o governo argentino nada realizou nesse sentido: “*Se construyen otras colonias militares brasileñas y ninguna argentina*”.

O francês Francisco Fouilliand, prestador de serviços de mensuração para o governo argentino, fez duras críticas ao regulamento de exploração dos ervais de 1876 que foi implementado pela província de Corrientes. Nele existia uma cláusula que proibia a povoação permanente dos ervais, o que, em sua visão, favorecia a presença brasileira (LEVINTON, 2015, p. 341; LABALE, 1996, p. 85). Esse episódio também foi elencado pela historiografia argentina contemporânea. María Angelica Amable (1989, p. 137) considera que o regulamento gerou “*consecuencias nefasta para Misiones*”, já que ele teria influenciado diretamente no avanço brasileiro.

Cisneros e Escudé (1999), autores argentinos da área de Relações Internacionais, atribuem a falta de políticas públicas do governo argentino em relação à fronteira misionera ao interesse maior de ocupar a fronteira sul-patagônica, já que, ao mesmo

tempo em que o Império fundava a Colônia Militar do Alto Uruguai, o governo argentino, empreendia a sua *Conquista del Desierto* na Patagônia.

Cabe ressaltar que a ocupação da Patagônia era de vital importância para a expansão da pecuária e da fronteira agrícola, responsável por inserir a Argentina no cenário econômico internacional do período devido ao crescimento substancial das exportações de carne e de cereais. Conforme aponta a historiadora argentina Susana Zouvi (2010, p. 3), esse modelo agroexportador privilegiava a região do pampa ao sul de Buenos Aires, dotado de clima temperado e de uma geografia ideal para o desenvolvimento desse modelo produtivo. O desenvolvimento desse processo teve estreita relação com um mercado interno que veio atender à demanda proporcionada pelo crescente poderio da elite pecuarista portenha. Dessa maneira, províncias até então dotadas de economias isoladas - a própria fragmentação da Argentina durante o século XIX explica esse fato - se inseriram nessa lógica do mercado interno. Enquanto as províncias de Tucumán e Jujuy se especializaram na produção de cana de açúcar, Chaco e Formosa produziram algodão. Misiones, detentora de uma grande área abundante em erva mate, se inseriu nessa lógica na qual o consumo interno da erva se acentuou cada vez mais.

Logo, é possível apontar que o interesse na ocupação da fronteira misionera por parte do governo argentino foi uma decorrência direta da expansão para o sul. Nesse sentido, ambas as fronteiras estavam conectadas.

Outro dado importantíssimo a ser elencado era que a Argentina finalmente se constituiu como um Estado Nacional unificado a partir de 1862. O processo de reorganização nacional durou até 1880, momento marcado pela federalização de Buenos Aires, onde a cidade-porto por fim foi legitimada como capital federal de uma nação unificada. Esse foi o cenário político que Julio Argentino Roca encontrou ao assumir a presidência do país nesse mesmo ano⁷⁶.

Apesar disso, os regionalismos ainda eram presentes, a nação Argentina pouco representava para as populações do interior. Afinal, era difícil eliminar as identidades locais de forma sumária. Não obstante, Roca deixou claro que qualquer resistência ao modelo de nação proposto pelo seu governo seria respondida com guerra. Sua

⁷⁶ O episódio conhecido como *Revolución de 1880* é considerado como o último episódio das guerras civis entre Buenos Aires e as províncias argentinas. Teve como principal consequência, a derrota da Província de Buenos Aires, que perdeu a jurisdição sobre a cidade de Buenos Aires, passando a ser a partir de então a capital federal do Estado Argentino. A capital da província de Buenos Aires foi transferida para La Plata, cidade projetada em 1882 exclusivamente para esse fim.

prerrogativa era a de fincar definitivamente a bandeira alviceleste nos confins das fronteiras norte e sul da nação imaginada por ele.

Após o término da Guerra do Paraguai em 1870, Misiones foi formalmente integrada à província de Corrientes. Mas o objetivo do governo central de Buenos Aires de colocar essa região estratégica de fronteira sob seu domínio direto resultou no decreto da federalização desse território em 1881, criando assim o *Territorio Nacional de Misiones*, ainda que sob os protestos de Corrientes (ALCARÁZ, 2019, p. 257).

O avanço das fronteiras se justificava mediante a reorganização do sistema econômico argentino e, conseqüentemente, da própria reorganização territorial, da qual Misiones fazia parte. Durante a gestão de Roca foi promulgada a lei nº 1532 de Organização dos Territórios Nacionais, pela qual se reafirmou a posição de Misiones como território nacional. Além disso, também foram criados mais oito territórios nacionais⁷⁷.

Sendo assim, Misiones se inseriu na lógica do avanço da fronteira norte argentina, ainda tendo a peculiaridade de ter parte do seu território em litígio com o Brasil. A criação do Território de Misiones era também uma questão de geopolítica, já que foi considerada também como uma resposta de Roca ao governo brasileiro que havia criado colônias militares no lado brasileiro da fronteira (MONIZ BANDEIRA, 2004, p. 44; CARDOSO, 2016, p. 51)⁷⁸.

Esse território era tão estratégico que o primeiro governador nomeado por Buenos Aires em 1882 foi o próprio irmão do presidente Roca. Rudecindo Roca era militar veterano da Guerra do Paraguai e da *Conquista del Desierto*, tendo ficado no cargo por quase dez anos. Possuía o perfil adequado para assegurar a influência de Buenos Aires na região. Dessa maneira, Misiones se encaixou na escala de subordinação por meio da qual o governo de Buenos Aires, representando a ponta dessa hierarquia, detinha o poder direto de nomear governadores nas províncias (BOTANA, 1986, p. 75). Pela primeira vez existia uma autoridade de Buenos Aires instalada

⁷⁷ Foram criados os seguintes territórios nacionais:

Norte: Misiones, Formosa e Chaco.

Sul: La Pampa, Neuquén, Rio Negro, Chubut, Santa Cruz e Tierra del Fuego. Ley 1.532 de Organización de los Territorios Nacionales. Disponível em: <http://es.wikisource.org/wiki/Ley_N%C2%B0_1532_de_Organizaci%C3%B3n_de_los_Territorios_Nacionales> Acesso em 16 ago. 2018.

⁷⁸ A professora Sandra Gasparini (Universidade de Buenos Aires) faz menção a esse fato em seus comentários na reedição do relato de Eduardo Ladislao Holmberg (um dos viajantes analisados nessa investigação) (HOLMBERG, 2012, p. 337).

formalmente em Misiones. Dentro do plano simbólico, esse fato representava a legitimação dos novos detentores das rédeas do processo civilizador.

Os ingredientes para justificar o discurso do avanço da frontera-desierto no sentido nordeste estavam colocados em cena: por um lado, a abundância da erva mate em Misiones possibilitava que a Argentina aspirasse a uma produção autossuficiente desse produto⁷⁹. Por outro lado, a ameaça do país vizinho também pairava no ar, o que gerava um problema geopolítico que demandava uma presença mais efetiva do Estado Argentino na região.

2.3 Demarcando a fronteira: O laudo Cleveland sobre o espaço litigioso

Enquanto a Argentina passava pelo período de reorganização nacional, o Brasil Imperial já detinha um projeto sólido de ocupação das fronteiras internas e da fronteira com as repúblicas hispânicas. O projeto era fruto do regresso conservador ocorrido em 1837, momento o qual os Saquaremas chegaram ao poder⁸⁰.

O Visconde do Uruguai era a figura mais conhecida desta agrupação política. Tendo sido um dos políticos mais influentes do Império, uma de suas principais preocupações era pensar a respeito da fronteira e da problemática de dominar os sertões do Brasil. Para realizar tal empreitada, defendeu um modelo político marcado por um poder centralizador que submeteria não somente as províncias, mas todo o vasto interior que ainda não estivesse formalmente integrado ao Estado. A política de implementação das colônias militares foi fruto desse contexto. Mais adiante, somavam-se outras questões como as que estavam relacionadas ao contexto da expansão cafeeira no Vale do Paraíba -e da decorrente demanda por muares provenientes da fronteira sul- do aldeamento dos indígenas e da preocupação de lidar com o contingente de população escrava que poderia ser emancipada em breve (BRÜGGEMANN, 2013, p. 30).

Em 1840, o Império criou a Colônia Militar Pedro II - no atual Amapá- cujo objetivo era o de ocupar a fronteira com a Guiana Francesa, espaço litigioso com a França até o ano de 1900. Mas foi em 1850 que a lei que regulamentava as colônias

⁷⁹ Para que se tenha uma ideia da dimensão da dependência das importações de erva mate brasileira, cabe citar que no ano de 1860 foram importadas 5.018.488 kg de erva do Brasil. Doze anos depois esse número subiu para 16.359.974 kg. Somente na década de 1930 do século seguinte é que a Argentina se tornou autossuficiente em matéria de erva-mate. Ver: (BOLSI, 1980, p. 128; SEGASTIZÁBAL, 1984, p. 89)

⁸⁰ O termo saquarema era uma alcunha adotada para designar os membros do Partido Conservador Imperial. Alguns líderes importantes do partido eram oriundos de Saquarema, cidade da região dos lagos, no litoral fluminense, o que corroborou para a legitimação desta denominação.

militares foi formalizada. Assim estabelecia a quinta linha do artigo 11 da lei nº 555: “Estabelecer onde convier, presidios e colonias militares dando-lhes a mais adequada organização”⁸¹.

No tocante às questões de geopolítica, a definição da fronteira ocidental com as repúblicas hispânicas continuava sendo de primordial importância para o Império. Couto Magalhães (1875, pp. 14-15) já alertava para a questão de “impedir que os espanhóis ultrapassassem os limites de suas fronteiras”.

Em 1859 foi criada a “Comissão para as Colônias no Alto Uruguai”, direcionada para o noroeste gaúcho e com o objetivo de frear um possível avanço argentino nesta zona considerada “deserta” (NASCIMENTO, 2007, pp. 7-8). A criação da Colônia Militar do Alto Uruguai em 1879 foi resultado direto desta comissão.

Mais ao norte, até então território paranaense, o Decreto Nº 2.502 de 16 de novembro de 1859, solicitou a criação das colônias militares de Chopim e de Chapecó. Cujo objetivo era o resguardo da fronteira com a Argentina e também a proteção dos habitantes nacionais em relação aos “selvagens” (PIAZZA, 1982, p. 188). A Confederação Argentina reclamou alegando que a área era parte de seu território. Foi somente em 1882 que as duas colônias militares foram instaladas, ainda que sob contestação argentina⁸². No sentido de não acirrar essa questão diplomática, o Império instalou as duas colônias justamente na “fronteira” do território contestado, e não dentro do espaço litigioso.

Não foi por acaso que a região da fronteira sul foi o lugar onde ocorreu a maior concentração de colônias militares. Na parte limítrofe à Argentina, foram criadas as seguintes: Alto Uruguai (1879), Chopim (1882), Chapecó (1882) e Iguazu (1889). Resulta impossível não situar este contexto em meio à conjuntura de disputa territorial na região fronteiriça. Podemos considerar tal situação como uma resposta do Império à criação do Território Nacional de Misiones, por parte da Argentina, em 1881.

⁸¹ Lei nº 555 de 15 de junho de 1850 fixando a despeza e orçando a receita para o exercício de 1850 a 1851. Disponível em:

<<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=542033&id=14387177&idBinario=15632950&mime=application/rtf>>. Acesso em 10 set. 2018.

⁸² Decreto nº 2.502, de 16 de novembro de 1859 crea mais duas colonias militares na Provincia do Paraná ao occidente dos rios Chapecó e Chopim, nos pontos que forem designados pelo Presidente da Provincia. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2502-16-novembro-1859-557770-publicacaooriginal-78434-pe.html>> Acesso em 10 set. 2018.

Mapa 12 - Colônias militares brasileiras



Fonte: (BRÜGGEMANN, 2013, p. 43)

As projeções sobre o espaço disputado eram emanadas pelos dois projetos nacionais. No caso argentino, projetar a região litigiosa como parte de Misiones era estratégico. A própria nomenclatura carregava uma carga histórica que indicaria que todo o espaço era parte das antigas missões jesuíticas espanholas, mesmo levando em consideração que uma grande área compreendida entre o Iguaçu e o Uruguai nunca

tivesse recebido os passos dos jesuítas⁸³. No caso brasileiro, referenciavam a região simplesmente como Palmas, reivindicando a teoria do *utis possidetis*⁸⁴, para apontar que ali já existia ocupação por parte de brasileiros.

Mapa 13 - Mapa de 1892 onde o território de Misiones se estende dentro do território que passaria a pertencer ao Brasil após o Tratado de 1895.



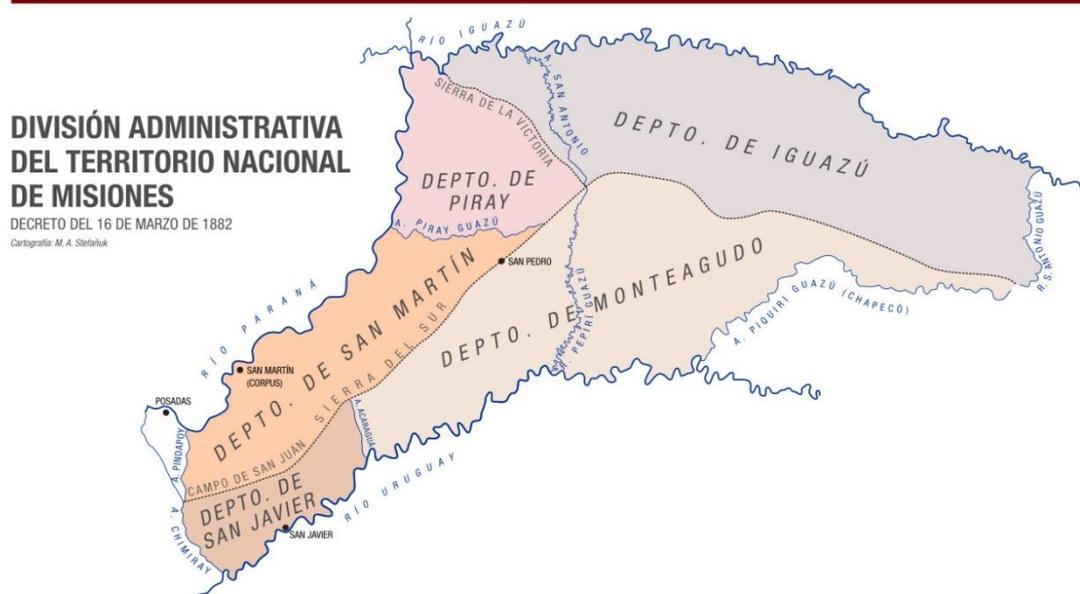
Fonte: (ZUSMAN, 2010, p. 509)

⁸³ Durante as negociações a respeito do litígio, o Barão do Rio Branco utilizou-se de tal argumento para legitimar este território como parte do Brasil. Em 1945, em artigo que versou sobre o assunto, o coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira (1945, p. 92) justificou: “Jamais houve por ali «Missão» alguma, que os índios Caingangs, inimigos irreconciliáveis dos Guaranis, não consentiriam”.

Tal situação também foi apontada pelo historiador argentino Norberto Levinton (2015, p. 406).

⁸⁴ *Uti Possidetis* é um princípio de direito internacional segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este. A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa “como possuí, assim possuís”. Proveniente do direito romano, o princípio autoriza uma parte a contestar e reivindicar um território.

Mapa 14 - Território Nacional de Misiones em 1882 que inclui a região ao leste dos rios San Antonio e Peperí Guazu, denominada pelo Brasil como comarca de Palmas.



Fonte: Museo Regional Aníbal Cambas (Posadas, Misiones, Argentina)

Mapa 15 - Recorte do mapa do Brasil apontando a região de Palmas como uma das “menos conhecidas do império”



Fonte: Adaptado de Wikimedia Commons contributors⁸⁵.

⁸⁵ Disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Imperio_do_Brazil_1822.jpg&oldid=313583493>. Acesso em 26 jan. 2020.

Uma comissão mista foi formada pelos dois países em 1885 com o objetivo de explorar a região, localizar os rios e demais acidentes geográficos para que fosse possível demarcar a fronteira definitiva entre as duas nações. O Tratado de Madri, assinado em 1750 por Espanha e Portugal, foi reavivado para definir os rios Peperi-Guaçu, afluente do Uruguai, e Santo Antônio, afluente do Iguaçu, como marcos da fronteira os dois países. No entanto, não havia concordância a respeito da localização desses rios. Os argentinos planteavam que eles estavam localizados 250 quilômetros a leste da posição defendida pelo Brasil⁸⁶. Tal situação denota a dimensão da precariedade das medições cartográficas daquela época.

Em 1890, já durante a República Brasileira, Quintino Bocaiuva - ministro das Relações Exteriores - apresentou uma proposta de divisão da área contestada em duas partes, sendo ela rechaçada pelo Congresso Brasileiro (ROSI, 2016, p. 154). Os estrategistas militares, como é o caso dos componentes do Clube Militar do Rio de Janeiro, repudiavam o tratado condenando como um erro gravíssimo, pois afetaria diretamente os interesses dos fazendeiros brasileiros residentes na região de Palmas e de Campo Erê (FERRARI, 2011, p. 106; CARDOSO, 2016, p. 59).

A solução encontrada pela comissão mista foi o arbítrio mediado pelo presidente estadunidense Stephen Grover Cleveland, o qual, baseado na teoria do *Uti Possidetis*, concluiu que já existia ocupação brasileira na área contestada, arbitrando a causa a favor do Brasil no dia 5 de fevereiro de 1895⁸⁷.

Mapa 16 - Proposta de Quintino Bocaiuva para dividir o território litigioso em duas partes



⁸⁶ Em realidade, eram os rios Chapecó e Jangada.

⁸⁷ Existe um extenso debate, tanto na historiografia argentina, como na brasileira, sobre os motivos que levaram a Argentina a aceitar a mediação dos Estados Unidos, já que naquela altura, o Brasil era um importante aliado do país norte-americano na América do Sul. Ver: (KARPINSKI & MATIAUDA, 2017, pp. 82-83; MELLO E SILVA, 1995, pp. 97-98).

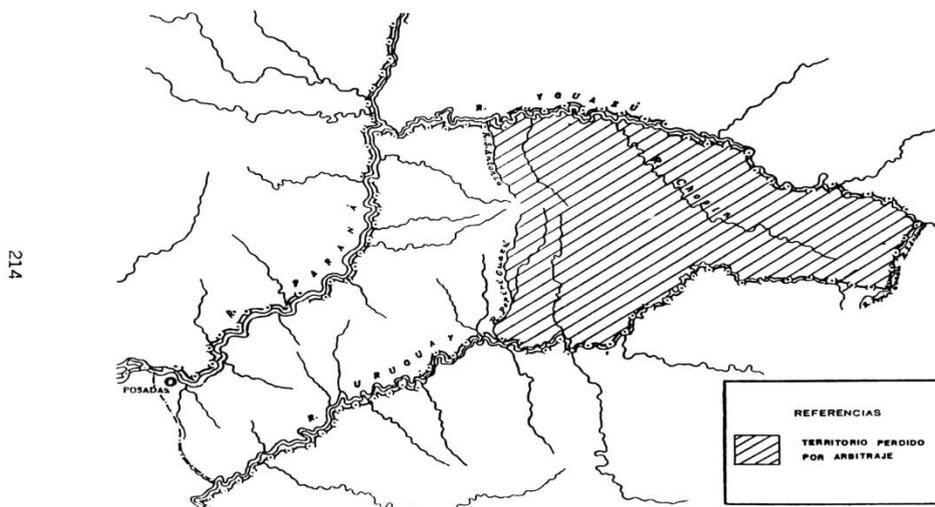
Fonte: AMABLE & GUERRA, 1988, p. 212.

Figura 18 - Caricatura do jornal Dom Quixote: A República brasileira se opõe à partilha de Missões (criança)



Fonte: (MORAES, 2017)

Mapa 17 - Mapa argentino demarcando a área anexada pelo Brasil após a arbitragem do presidente Cleveland



Fonte: (AMABLE & GUERRA, 1988, p. 214)

2.4 Expansão para dentro: expedições brasileiras rumo à fronteira-sertão

A demarcação formal da fronteira entre Brasil e Argentina não representava o fim das projeções sobre este espaço e, tampouco, cessava os diversos movimentos de fronteira que seguiram ocorrendo século XX adentro. Mesmo após a assinatura do tratado, as duas nações seguiram com as suas respectivas incursões sobre esta *borderland*. O tratado era apenas uma formalidade. A efetiva ocupação do espaço teria que garantir a posse formal, tanto do território, como das gentes que habitavam este espaço.

Em meio a esse processo, as sociedades locais seguiram travando contato com os forasteiros que, por sua vez, intentavam impor seus projetos de nação e integrar os nativos em suas respectivas “comunidades imaginadas”. Sendo assim, não se tratava apenas de uma disputa entre as duas nações. Seguir com o colonialismo interno e controlar o outro interno também era parte das agendas políticas dos dois países.

A ciência teve papel primordial nesse processo. A crença no positivismo projetava a ocupação da fronteira e a submissão de sua população como uma evolução natural do desenvolvimento da nação. O progresso estaria fadado a acontecer. Conforme a mentalidade da elite política do período, o processo civilizador seria algo irrefreável.

Os preceitos científicos eram pragmáticos para os interesses estatais e, consequentemente, para os interesses econômicos. Esta ciência, de cunho oficial, legitimava os interesses estatais de tirar proveito das potencialidades econômicas da fronteira e integrá-la ao moderno sistema capitalista. Tratava-se, portanto, de uma ciência a serviço do poder oficial que não levava em consideração os saberes locais. Toda a dinâmica de exploração que já existia na região antes da chegada dos forasteiros, deveria ser dominada e integrada ao mercado nacional e internacional. A erva-mate e a madeira, não deveriam mais servir à dinâmica das sociedades locais. A partir daquele momento, seriam potencialidades econômicas que deveriam ser escoadas pelos argentinos pela via do rio Paraná até o porto de Buenos Aires e pelos brasileiros que escoariam esses recursos oriundos do sertão paranaense por via terrestre até os portos da costa atlântica. Conectar as bordas das duas nações até o Atlântico também representava a integração destes espaços, até então marginalizados, ao mercado internacional.

No que diz respeito à dinâmica de avanço das fronteiras americanas, ciência e poder estavam totalmente entrelaçados. Daí resultava a pertinência das expedições científicas em direção à fronteira. Ainda que essa ciência de caráter oficial fosse

herdeira de uma matriz europeia de pensamento, resulta ser necessária a discussão sobre como esses preceitos científicos foram reconfigurados dentro do contexto americano.

Em meio ao contexto da emergência das novas nações americanas, o Brasil era um caso peculiar em meio aos seus vizinhos. Era a única nação onde a monarquia continuou vigente após o fim do domínio das coroas europeias⁸⁸. Outro fator peculiar era que a dinastia reinante no país era uma continuação da linhagem europeia dos Habsburgos e dos Braganças. Sendo assim, o Brasil foi visto pelos seus vizinhos republicanos como um tipo de continuidade do imperialismo europeu, sendo considerado como uma possível ameaça às nações independentes do continente⁸⁹.

Ainda que com esta peculiaridade, o Estado brasileiro, conforme já foi apontado, manteve um projeto de ocupação da fronteira-sertão ao longo do século XIX. As expedições científicas de reconhecimento dos espaços interiores do Brasil já aconteciam desde o início do século XIX, eram anteriores à independência.

A chegada da família real portuguesa em 1808 foi determinante para o início destas expedições. Tendo o Rio de Janeiro sido alçado ao status de capital do Império Português, foi a partir desta conjuntura que ganhou corpo a política de incentivo às expedições científicas.

Após a independência, tal política seguiu vigente. Ainda que resulte ser necessário estabelecer ponderações a respeito da influência do cientificismo sobre a corte⁹⁰, é inegável o fato de que tal influência tenha existido. A criação do IHGB em 1838 denota o quanto a ciência estava atrelada a agenda política do Império. Fortemente influenciado pelo contexto iluminista, a sua criação estava conectada com a política do Império de construir um Estado centralizado e forte. Outro dado importante a ser destacado é que o Instituto foi formado em meio a uma assembleia da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, órgão de cunho privado que visava fomentar a indústria nacional. Vemos, portanto, que a ciência, a política e os interesses privados confluíam no que tocava as potencialidades econômicas da fronteira que necessitavam

⁸⁸ O México foi o único outro caso onde existiram dois breves períodos de governos monárquicos: 1821-1823 (Imperador Agustín de Iturbide) e 1863-1867 (Maximiliano I). O segundo e último imperador pertencia à Dinastia dos Habsburgos, a mesma que reinou no Brasil durante 67 anos. O caso brasileiro foi único na América no que se refere a um Império de tamanha longevidade temporal.

⁸⁹ Simón Bolívar, em seu ideário de construção de uma grande nação sul-americana unificada, não enxergava o Brasil como parte desse projeto. Para ele, a nação imperial representava os interesses da Santa Aliança, uma coligação que defendia os interesses das monarquias europeias, capaz até mesmo de recolonizar as nações americanas libertadas do domínio europeu (ALEIXO, 1983, p. 12).

⁹⁰ Segundo Karoline Viana Teixeira (2015, p. 51), tais limitações eram decorrentes dos entraves burocráticos e da forte influência do catolicismo sobre a Corte.

serem descobertas e utilizadas em proveito da nação. Tanto o IHGB, quanto a Sociedade Auxiliadora, eram instituições particulares, embora seja importante acrescentar que seus membros transitavam pela corte. Eram políticos influentes que angariavam inversões do Estado para o fomento de suas próprias atividades.

Outro ponto a se destacar é o de que já existia, por parte do IHGB, um esforço nativista de realizar expedições compostas apenas por cientistas brasileiros. Nesse período era bastante comum o trânsito de viajantes europeus, não só pelo Brasil, como por toda a América. Eles poderiam estar a serviço de algum Estado europeu ou mesmo trabalhando para algum governo americano. O simples fato de serem europeus os credenciava para as atividades científicas. Entretanto, dentro do contexto das atividades do IHGB, é possível detectar um esforço em consolidar uma ciência genuinamente nacional que inclusive fazia oposição à ideia da suposta autoridade dos cientistas europeus. Em 1856, num discurso realizado dentro do próprio Instituto, o zoólogo Manuel Ferreira Lagos se dirigiu diretamente ao Imperador Dom Pedro II para alertá-lo a respeito da necessidade de fomentar uma expedição de engenheiros e naturalistas nacionais para explorar as províncias mais longínquas do Brasil. O mais curioso era que o seu principal intuito, além da exploração em si, era questionar os resultados da viagem do naturalista francês Francis de la Porte e de outros europeus que estiveram pelo Brasil que, segundo ele, teriam cometido inúmeros equívocos em suas atividades de exploração e reconhecimento da fronteira-sertão (TEIXEIRA, 2015, p. 44).

As premissas de Lagos foram concretizadas após três anos com a formação da Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte, composta apenas por cientistas brasileiros⁹¹ provenientes do IHGB e de outras instituições privadas. Contava também com o patrocínio do próprio Império. O esforço de consolidar uma ciência autenticamente nacional também estava inserido no contexto da ascensão dos nacionalismos, tanto na Europa, como na América, estando o Império brasileiro inerente a esta conjuntura.

Para a historiadora Heloisa Bertol Domingues (2009, p. 168), essas expedições científicas nacionais visavam prosseguir com a colonização do interior idealizado como brasileiro. Dentro do contexto capitalista que estava sendo engendrado, a incorporação da fronteira-sertão proveria a nação de imensas riquezas. Era parte da lógica utilitarista do período que considerava que o mundo natural serviria justamente para atender a esta

⁹¹ Para maiores informações a respeito desta expedição, ver (KURY (Org), 2009).

demanda. Caminhando dentro do mesmo raciocínio, Maria Margaret Lopes (2009) entende esse contexto com uma manifestação do projeto imperial de realizar uma “expansão para dentro” do seu espaço considerado indivisível.

Considerando especificamente o contexto da fronteira sul e pensando na lógica cientificista da época, gradativamente, o avanço imperial foi adentrando oeste adentro. Dentro de uma escala evolutiva, considerando Curitiba como uma centralidade, a fronteira foi se deslocando em direção à Guarapuava e Palmas. Faltava, entretanto, alcançar a região da foz do Iguazu⁹², o ponto máximo da fronteira oeste.

Dentro desta dinâmica de fronteira móvel, contatos foram travados com o outro interno, representado pelas diversas sociedades indígenas e mestiças que habitavam este espaço. Alcançar a confluência do rio Iguazu com o Paraná, ademais do contato com as sociedades projetadas como nacionais, representava também o encontro com o outro externo. Era uma questão de geopolítica estabelecer o controle deste canto recôndito da nação ameaçado pelos estrangeiros de origem hispânica, leia-se, argentinos e paraguaios.

A expedição do sertanista José Francisco Thomaz do Nascimento, realizada em 1885, tinha como principal objetivo conectar os campos do Chagú⁹³, boca de sertão e posto avançado de ocupação brasileira no oeste paranaense, através de uma picada que pudesse alcançar a margem esquerda do rio Paraná. Ele era ligado à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, tendo antes realizado uma expedição na Bahia em busca de exploração de minérios⁹⁴. Tal experiência o credenciou a obter autorização do Império para realizar a mesma empreitada no extremo oeste da província paranaense⁹⁵.

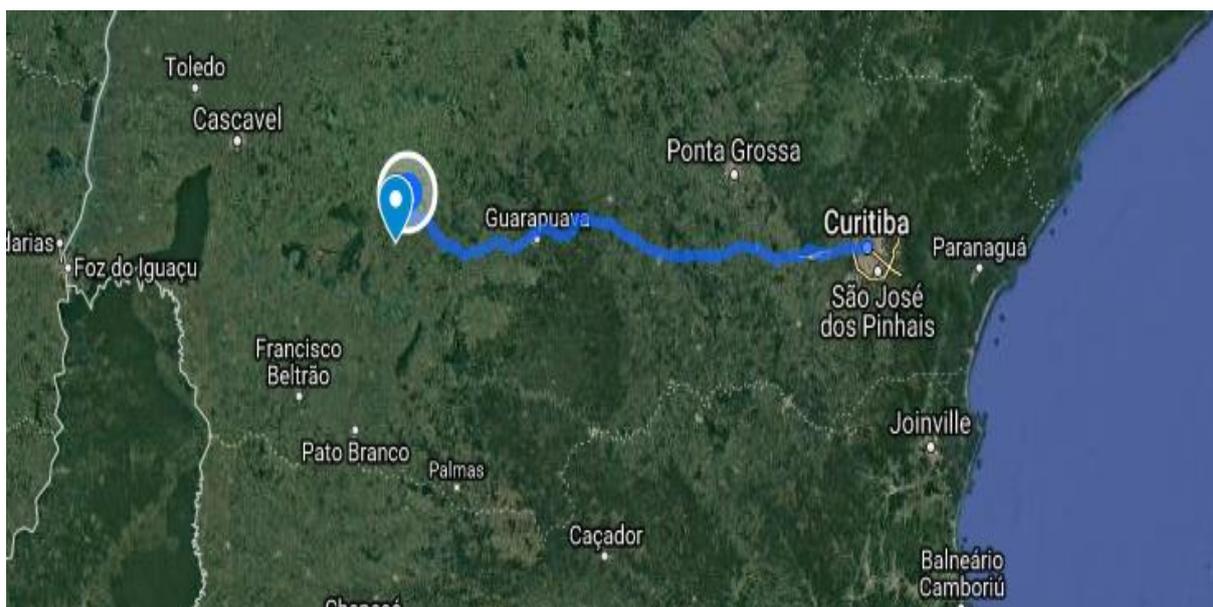
⁹² No decorrer do texto, ao mencionarmos a foz do Iguazu, estaremos nos referindo à desembocadura do rio Iguazu no rio Paraná e não à nomenclatura do município que foi criado nesse mesmo local, após a extinção da Colônia Militar do Iguazu no ano de 1917.

⁹³ Atualmente corresponde a uma área pertencente ao município paranaense de Nova Laranjeiras.

⁹⁴ Decreto nº 5324 de 2 de Julho de 1873 concede a José Francisco Thomaz do Nascimento, permissão para explorar e lavrar minas de turfa, carvão de pedra e schistos betuminosos, nas terras de sua propriedade sitas nas Comarcas de Porto Seguro e Ilhéos, na Provincia da Bahia. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=408318&id=14384615&idBinario=15633373&mime=application/rtf>> Acesso em 5 ago. 2018.

⁹⁵ Decreto nº 9261, de 16 de agosto de 1884 concede permissão a José Francisco Thomaz do Nascimento para explorar mineraes na Provincia do Paraná. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9261-16-agosto-1884-543978-publicacaooriginal-54773-pe.html>> Acesso em 4 ago. 2018.

Mapa 18 - Rota de 370 quilômetros entre Curitiba e Chagú (atual município de Nova Laranjeiras)



Fonte: Elaboração própria no Google Maps⁹⁶.

A expedição foi um fracasso e não chegou ao seu destino final. O viajante atribuiu o insucesso justamente ao fato de não deter um conhecimento profundo da região e também pela hostilidade de indígenas kaingangs que impediram que a expedição - também composta por indígenas aliados - seguisse adiante até o rio Paraná. Embora projetasse o lugar como pertencente ao Império Brasileiro, seu relato descreve um mundo desconhecido, apresenta várias nações indígenas e revela contatos e negociações travadas com uma série de caciques sertão adentro.

Ademais do caráter oficial do seu relato, publicado pela revista do IHGB, e, do teor colonialista de sua narrativa, uma análise mais apurada, seguindo o que propõe Paul Carter (1987, p. 25), aponta para as possibilidades de detectar as entrelinhas deste processo. Apesar da tentativa de nomear os lugares e de batizar indígenas com nomes cristãos, o próprio relato revela o quanto este processo demonstrou ser falho. Logo, não se tratava simplesmente de um processo onde o colonizador submetia o colonizado.

É possível também detectar a resistência dos nativos ante a presença estrangeira em seu território. Em dado momento, o viajante relata o momento em que solicitou a algumas tribos kaingangs que se transladassem para as margens do rio Ivaí para trabalharem em atividades relacionadas à moagem de cana. José Francisco registrou

⁹⁶ Disponível em: <<https://goo.gl/maps/36uhpEoi4h6xRi8d6>>. Acesso em 26 jan. 2020.

com precisão a resposta dos indígenas, inclusive apontou o cacique Janguiô como o porta-voz do grupo:

Janguiô falou por todos, dizendo-me que eles não querem sahir donde estão acostumados e onde têm seus cemitérios (mostrando por esta fôrma eles serem mais religiosos que nós), além do que, dizem eles, aquellas terras são melhores que as do Ivahy (...) queixaram-se eles dos Portuguezes⁹⁷, nos seus povoados, depois de se terem aproveitado dos seus trabalhos e vigílias, correram com eles, o que isto é verdade, pois lá tem acontecido e está acontecendo; dizem mais que sahindo eles daqueles lugares, os Guaranys veem tomar conta, o que não gostam, porque são seus inimigos; disseram-me mais que os caciques Jambré o capitão Barão, que habitam perto das Sete Quedas⁹⁸, não querem tão pouco sahir d'alli (NASCIMENTO J. , 1886, p. 273).

Para além de registrar a própria resistência dos nativos ante a presença estrangeira, transparece também a questão dos conflitos entre guaranis e kaingangs. O que nos dá uma ideia do complexo quadro de relações existente dentro desta borderland. Também resulta importante chamar a atenção para o fato de José Francisco registrar os domínios dos caciques da região das Sete Quedas, mesmo não tendo chegado até este lugar, idealizado por ele como parte do Brasil. Indiretamente, apontava que os indígenas ainda eram os senhores da região idealizada como fronteira política com as nações vizinhas. Eram eles que poderiam levá-lo até lá. Sendo assim, a ciência indígena seria de fundamental importância nessas paragens.

Obviamente, não era necessariamente do interesse do viajante apresentar o outro lado da história. Contudo, a análise do relato de viagem dentro de uma perspectiva pós-colonial abre possibilidades para detectar as intencionalidades do discurso oficial e captar, ainda que de maneira indireta, como o agente externo dá voz ao outro. O próprio ato de demonstrar um interesse em dominar um espaço que, todavia não lhe pertence, revela o quanto seu discurso emana apenas as projeções de um poder meramente idealizado (CARTER, 1987; BOURDIEU, 1989).

Apesar de não ter logrado alcançar o objetivo de alcançar às margens do rio Paraná, o relato de José Francisco nos dá um panorama dos diversos movimentos de fronteira que existiram dentro desta borderland antes da assinatura do Tratado de 1895. Indígenas guaranis e kaingangs mantinham relações hostis entre si antes e depois da

⁹⁷ Conforme aponta o relato, os indígenas não faziam distinção entre portugueses e brasileiros. A categoria de português era atrelada a qualquer branco que travasse contato com os indígenas.

⁹⁸ Os Saltos de Sete Quedas, na fronteira entre Brasil e Paraguai, formavam a maior cachoeira do mundo em volume de água, até o seu desaparecimento com a formação do lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu, construída durante a década de 1970. Os paraguaios e argentinos o denominavam como *Saltos del Guairá*.

chegada do colonizador. As hostilidades também afetaram os interesses do viajante que não logrou avançar com a sua expedição. Mesmo os indígenas aliados expressaram desconfiança em relação às propostas do forasteiro, atreladas a uma lógica de trabalho concernente à Divisão Internacional do Trabalho.

No que tocava as relações com o outro externo, José Francisco não chegou a travar contato com argentinos. No entanto, tal problemática também era uma preocupação sua. Ele registrou, através das informações repassadas pelos próprios indígenas, que “guaranys trabalhavam para as gentes do outro lado do rio Iguassú, que (...) andam caminhando com fogo por cima d’água (embarcações a vapor)” (NASCIMENTO J. , 1886, p. 278).

Tratava-se dos exploradores argentinos que - utilizando mão de obra indígena - escoavam madeira e erva-mate rio Paraná abaixo até Buenos Aires. Tal conjuntura despertava preocupação no viajante. Significava que o extremo oeste da província paranaense estava desguarnecido de presença brasileira e livre para que estrangeiros tirassem proveito econômico de um território considerado brasileiro: “o certo é que as nossas fronteiras com o Paraguay e Corrientes⁹⁹ só têm por guardas os rios Paraná e Iguassú (...) não sei porque não se abre caminho (...) basta o Governo querer e estará por ali tudo povoado, e a fonte aberta para o comércio e riqueza!” (NASCIMENTO J. , 1886, p. 278).

Para além da preocupação com a falta de presença brasileira na fronteira com as nações estrangeiras, o viajante também chamava a atenção para que o Império pudesse empreender políticas públicas que remediasses tal situação. Estaria o Império ficando para trás na corrida pelo processo civilizatório nesta *borderland*?

Na verdade, a problemática que deve ser por nós elencada também tem que levar em conta a conjuntura política interna do Brasil na altura em que ocorria a expedição de José Francisco¹⁰⁰. A monarquia já estava com os seus dias contados em meio à ascensão dos republicanos e sua posterior chegada ao poder três anos após o lançamento da edição da revista do IHGB onde foi publicado o relato do viajante. As próprias críticas que o autor teceu ao governo, no que tocava à falta de investimento em políticas de

⁹⁹ José Francisco não levou em conta que naquela altura Misiones já estava separada de Corrientes.

¹⁰⁰ A respeito da incidência de fatores internos que impactaram na política externa brasileira em relação à fronteira com a Argentina durante a passagem da Monarquia para a República, ver: (ZUCCARINO & ARANHA, 2018).

ocupação da fronteira denotam o contexto de transição pelo qual vivia o país no período.

Exercendo papel ativo dentro da questão republicana, foram os militares que empreenderam as expedições que por fim chegaram à região da desembocadura do Iguaçu. Conforme os preceitos científicos de então, tratou-se de um novo passo rumo ao progresso. Nesse caso, seria então o governo republicano o novo detentor das rédeas do processo civilizatório.

2.4.1 “Descobrimdo” a foz do Iguaçu: os viajantes brasileiros

Após um período de 67 anos governado sob um regime monárquico, o Brasil tornou-se uma República em 1889. Tratava-se um novo projeto de nação, mas que representou uma continuidade no tocante à sua política de ocupação das fronteiras e à relação com os países vizinhos. O Barão do Rio Branco foi o maior símbolo desta continuidade. Ministro das Relações Exteriores de quatro governos republicanos, foi um monarquista convicto, tendo, inclusive, sido nomeado conselheiro do Império por Dom Pedro II nas vésperas do golpe republicano. O diplomata também evocou a República como uma continuidade da civilização do Império, herdeiro das tradições europeias, em contraposição às repúblicas bárbaras do lado castelhano do continente, que para ele seria resultado da fragmentação e barbárie do antigo Império Espanhol. O Barão usou esse argumento para justificar o alinhamento brasileiro com os Estados Unidos, "o Império do Norte", em contraposição a uma possível aliança com os países vizinhos (MELLO E SILVA, 1995, pp. 97-98).

No que respeitava a sua política exterior, o Barão do Rio Branco planteava uma posição de potência regional para o Brasil. Reconhecia a liderança dos Estados Unidos a nível continental, e, mediante uma aliança com esta nação, buscava assegurar uma liderança para o Brasil a nível sul-americano. Parte desta política girava em torno da consolidação das fronteiras. O Barão alcançou o posto de Ministro das Relações Exteriores após a sua atuação como advogado da delegação brasileira em duas vitórias no tocante a dois litígios fronteiriços: em 1895 com a Argentina (questão de Palmas-Misiones, nosso recorte geográfico) e em 1900 com a França (questão da Guiana-Amapá).

O maior nome da diplomacia brasileira era intimamente ligado às maiores figuras do período monárquico, contudo, essa não era a posição da maior parte da classe

militar que apoiou o golpe militar em 1889. Muito pelo contrário, eles olhavam para a Monarquia como um passado de atraso a ser superado. A tarefa de assegurar as fronteiras e de consolidar a uma suposta grandeza do Brasil estaria nas mãos dos jovens republicanos e não mais do Império, cujo projeto teria sido falho.

Levando-se em conta os fatores internos que influenciaram na política exterior brasileira do período, resulta importante explicar quem eram os jovens militares que sustentaram apoio ao novo governo republicano.

A Escola Militar da Praia Vermelha, localizada no Rio de Janeiro, então capital do país, era o lugar de onde provinham esses militares. Instituição criada em 1857, ainda no período imperial, passou a ser conhecida como “Tabernáculo da Ciência” nos anos que antecederam o início da República, justamente porque era nesse espaço que seus alunos tomaram contato com as ideias científicas de vanguarda, oriundas da Europa. Tratava-se de um conjunto eclético de ideias científicas que iam do positivismo ao evolucionismo (ABREU, 1998, p. 71).

Como já foi salientado anteriormente, o cientificismo já estava presente durante o período monárquico. No entanto, o diferencial deste novo período residia na valorização do ideal meritocrático. Poderia ingressar na Escola Militar, qualquer cidadão maior de 16 anos que sabia ler, escrever e efetuar as quatro operações. Isso já não ocorria nas outras escolas destinadas à aristocracia de berço. Essa sociedade de corte que compunha a elite política do Império consistia em um modelo onde somente pessoas com um grande capital social herdado poderia ter acesso às carreiras mais tradicionais, como era o caso das faculdades de direito (ABREU, 1998, pp. 51-52, 67 e 71).

O caso da Escola Militar estava ligado a um contexto que não era exclusivamente nacional, era parte também de uma demanda global que tocava a modernização dos exércitos. Nesse aspecto, ganhou importância a função técnica do engenheiro, profissão que ganharia muito prestígio dentro do ambiente militar no final do século XIX (ABREU, 1998, p. 92). A problemática de demarcação de fronteiras, atividade importantíssima para os Estados modernos da época, estava ligada diretamente à atuação dos engenheiros militares¹⁰¹. Entretanto, essa era uma área rejeitada pelos bacharéis em direito. O que acarretou o seu preenchimento por pessoas

¹⁰¹ Ao analisar os trabalhos da Comissão Rondon, Patricia Aranha (2011) desenvolveu um interessante estudo sobre a engenharia militar e o contexto da expansão das linhas telegráficas pelo noroeste brasileiro.

que não eram de origem nobre. Essa geração de jovens militares se opunha à Sociedade de Corte brasileira, a qual conformava um grupo relativamente homogêneo por ter uma formação jurídica realizada nas duas principais escolas de direito do país, localizadas em São Paulo e Olinda (ABREU, 1998, p. 45).

Muitos alunos da Escola Militar eram oriundos do interior do país. Em geral, não eram de origem nobre, mas enxergavam a Instituição como uma maneira de conseguir algum tipo de inserção ou alguma oportunidade de conquistar algum trabalho de relevância na capital. Isso tampouco significava que fossem efetivamente parte da elite militar que estava descontente com o Império. O que cabe salientar é a importância deste grupo na sustentação ao processo que culminou com a queda do imperador e com a consequente Proclamação da República.

Esses jovens militares se encarregariam de dar prosseguimento ao processo de avançar efetivamente as fronteiras do Estado brasileiro. Um deles era **José Maria de Brito** (1851-1946), autor do relato intitulado *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar*. Sendo natural do estado do Piauí, se trasladou para a capital para estudar na Escola Militar da Praia Vermelha, ambiente este que influenciou diretamente em sua adesão à causa republicana. Foi trasladado para Guarapuava, no centro-oeste paranaense, onde atuou como sargento na Comissão Estratégica de Guarapuava, criada em 1888 pelo Ministério da Guerra do Império com a finalidade de ocupar a região de fronteira com a Argentina. Essa Comissão foi responsável pela fundação da Colônia Militar do Iguaçu em 1889, localizada na fronteira com a Argentina e com o Paraguai. Cabe salientar que, nesta área onde o rio Iguaçu desemboca no Paraná, a fronteira política já estava delimitada. O espaço que era objeto de litígio situava-se a 80 km a leste da colônia.

Figura 19 - Memorial de José Maria de Brito em Foz do Iguaçu.



Fonte: 100 Fronteras¹⁰²

Figura 20 - Capa da edição lançada em 2005 do livro de José Maria de Brito



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Outro ponto importante a ser enfatizado é que o relato se trata de uma memória póstuma sobre os acontecimentos ocorridos na época. Embora tenha sido lançado pela primeira vez somente em 1938, ainda carregava um teor fortemente influenciado pelo

¹⁰² Disponível em: <<https://100fronteiras.com/foz-do-iguacu-130-anos-apos-a-fundacao-da-colonia-militar-do-iguassu/>> Acesso em 5 mai. 2020.

contexto da mudança de regime no Brasil. O autor teceu pesadas críticas à Monarquia e exaltou o “dever republicano” de ocupar a fronteira com a Argentina. Para ele, tratava-se de uma nova política exterior que corrigiria os erros do governo anterior.

O fato de utilizar o termo “descoberta” no título da obra denota o quanto acreditava estar realizando um tipo de releitura do colonialismo e dos “descobrimientos” dentro do contexto de seu tempo. Era parte da conjuntura do colonialismo interno praticado pelas novas nações americanas que buscava integrar os seus cantos recônditos de fronteira ao moderno sistema capitalista (ZUSMAN, 2010; SERJE, 2005).

Brito se autodenominava como um dos “descobridores” da região. Projetava uma centralidade - baseada no Rio de Janeiro - em relação a uma periferia – região de Iguaçu- a ser conquistada de maneira efetiva pelo Estado brasileiro. Já que o projeto imperial havia cessado, caberia ao governo republicano levar adiante tal empreitada. Sendo assim, julgava-se um representante nato desse projeto:

Depois (...) da **descoberta** e fundação da Colônia Militar da Foz do Iguaçu, é tempo de escrevermos algo sobre estes acontecimentos (...)
O principal móvel que me anima o sentimento, publicando este trabalho não é outro senão o de prestar mais um serviço ao meu país (...) (BRITO, 2005, pp. 23-24, grifo nosso).

O primeiro capítulo intitulado *A Fronteira no fim do Império* faz uma contextualização da área fronteiriça nos momentos prévios à expedição. Se o título já denota o quanto queria ressaltar que a Monarquia estava com seus dias contados, a tônica principal do texto caminha no sentido de atribuir aos militares republicanos o papel de levar adiante o projeto de ocupar a fronteira e fazer frente à Argentina “por ser um ponto estratégico (...) bem como a fundação de uma Colônia Militar e a construção de um forte, com capacidade suficiente para opor obstáculos a nações estrangeiras que (...) tentassem invadir o nosso território (BRITO, 2005, p. 29)”.

Na visão do autor, era essa uma preocupação exclusiva do Ministério da Guerra, e não necessariamente do governo imperial. Eram os militares que pressionaram o imperador a desenvolver políticas em relação à fronteira: “(...) cogitavam de influenciar junto ao Governo Imperial, para fazer estacionar uma flotilha da Marinha Nacional, nas águas brasileiras, no Majestoso Paraná, a fim de melhor fiscalizar os interesses brasileiros na região” (BRITO, 2005, p. 29).

Não obtendo êxito nesta questão, o próprio imperador foi alvo de críticas por parte do militares, conforme aponta Brito: “(...) Pedro II (...) e especialmente a

malfadada política, protelaram a ideia nascente até cair no esquecimento (...) a ideia da descoberta da Foz do Iguaçu continuou de lado; desapareceu mesmo das conversas usuais” (BRITO, 2005, pp. 29-34).

Há que aclarar, uma vez mais, que o relato foi escrito bastante tempo após a queda da Monarquia, era, portanto, um espaço livre para o autor legitimar historicamente o episódio que findou o Império e estabeleceu a República. Essa é a tônica de todo o primeiro capítulo da obra. É somente a partir do capítulo seguinte que Brito relata os acontecimentos da expedição da qual fez parte. Ainda assim, não deixou de tecer críticas ao império e enaltecer a República, que, segundo ele, foi a responsável por levar o progresso à região. Trata-se de uma narrativa fortemente influenciada pelo positivismo característico da época e que exerceu uma grande influência sobre a classe militar brasileira. O fato de destacar o tenente José Joaquim Firmino, como um eficiente engenheiro, revela uma conotação simbólica de oposição entre a nova classe republicana, que seria vinculada ao progresso, e a antiga nobreza imperial dos bacharéis:

Em 7 meses e dias conseguiu o intrépido tenente Firmino efetuar a descoberta de tão desejada quão necessária Foz do Iguaçu, que comodíssimo de uns e a política de outros não haviam permitido antes!

(...) se este fato (ou descoberta) houvesse se realizado em outra época, quantos zeros acrescentar à direita do total supra? E por quantos meses seriam necessários multiplicar o número dos que foram empregados no grande feito?

(...) não houve político que se interessasse pela descoberta da Foz do Iguaçu. Foi preciso a intervenção de oficiais do Exército, para se realizar o acontecimento que nos ocupamos!

(...) César venceu em combates cruentos, com a espada em punho, ao passo que Firmino venceu em combates incruentos, com o instrumento de engenharia na mão, fato nobilitante (BRITO, 2005, pp. 48-55).

Brito glorifica o tenente Firmino como o verdadeiro descobridor da foz do Iguaçu, já que:

Assim como Colombo em 1492 plantou o pendão real de Isabel em S. Salvador, em sinal de posse da América para a Espanha e Pedro Álvares Cabral, em 1500, plantou a grande cruz, com as armas de Portugal e tomou posse do Brasil. Para o mesmo país, o Tte. Firmino, encarregado da descoberta da Foz do Iguaçu, tomou várias providências com o fim de coibir abusos no território descoberto e garantir a observância das disposições que acabava de estabelecer, em nome do Brasil (BRITO, 2005, p. 73).

Tratava-se, portanto, de uma releitura do colonialismo europeu dentro da realidade do espaço americano. Caberia ao Estado brasileiro, a partir daquele momento,

a tarefa de “descobrir” e ocupar a fronteira. Ademais das referências europeias, é possível detectar um esforço nativista dentro do discurso de Brito ao mencionar o general brasileiro Manoel Luiz Ozorio¹⁰³ como o primeiro brasileiro a cruzar o rio Paraná durante a Guerra do Paraguai (BRITO, 2005, p. 45).

A centralidade para Brito não se resume a uma referência europeia. Ele sinalizou que as “elegantes e atraentes ruas do Rio de Janeiro” representavam um ideal de civilização já consolidado na costa atlântica brasileira (BRITO, 2005, p. 45). Caberia, portanto, aos republicanos a tarefa de levar adiante esse desenvolvimento para o sertão paranaense e impulsionar o desenvolvimento da região do Iguaçu.

A expedição da qual o então sargento fez parte partiu de Guarapuava no dia 13 de setembro de 1889, quando o Brasil ainda era uma Monarquia. Era constituída por 34 soldados, 12 operários civis, 3 mulheres casadas com soldados e quatro tropeiros que davam suporte à expedição, já que era imprescindível contar com guias nativos que orientassem a expedição pela fronteira-sertão¹⁰⁴. Além do próprio Brito, designado como almoxarife da futura colônia, também acompanhava a expedição o tenente Antônio Baptista da Costa Júnior, nomeado vice-diretor da colônia (BRITO, 2005, pp. 74-75).

Em seu relato, o viajante descreveu todas as dificuldades enfrentadas pela expedição até chegar ao seu destino final. Quando passou pela boca do sertão do Chagú, Brito relatou que, devido a um forte temporal, tiveram que ficar parados aí durante 13 dias. Após 69 dias de viagem, a expedição chegou à foz do Iguaçu no dia 22 de novembro de 1889, já com o Brasil transformado em República. Fato este que não estavam cientes no momento devido à lentidão das comunicações (BRITO, 2005, pp. 75-78).

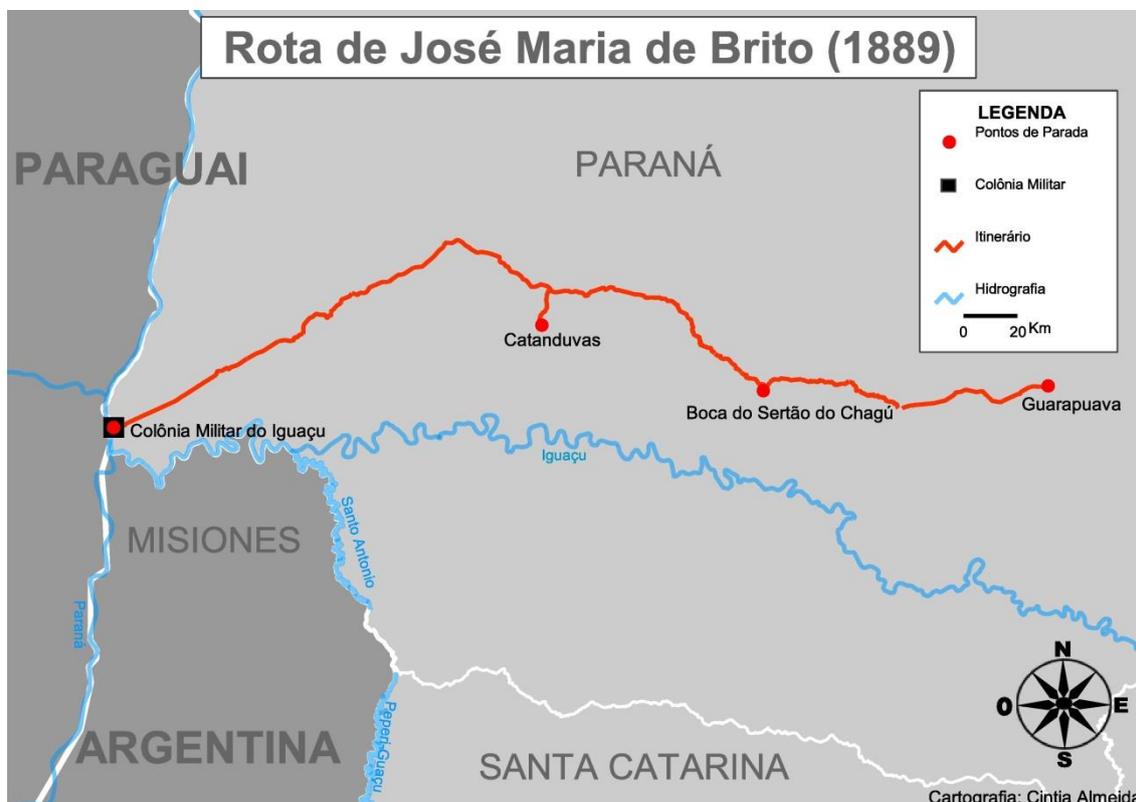
Brito foi o único dos viajantes que se fixou definitivamente na fronteira, vivendo aí até o fim de sua vida. Em 1891 foi nomeado chefe dos aldeamentos de índios do sertão guarapuavano, atuando na catequização dos guaranis da região fronteira. Casou-se com uma índia, exerceu vários cargos na função pública, dentre eles, a função de professor. Também atuou como agente da empresa de vapores argentina La

¹⁰³ Militar e político gaúcho, obteve notoriedade na Guerra da Tríplice Aliança.

¹⁰⁴ No lado argentino, os guias locais eram chamados de *baqueanos*. Trata-se de um termo utilizado para designar uma pessoa conhecedora dos caminhos de uma região a que habitualmente pertence (WOLLWEILER, 2017 pp. 48-49). O termo vaqueano era utilizado no Brasil, especialmente no sul do país, sendo provavelmente uma influência do lado castelhano da fronteira. Ver: (COMISSOLI, 2018, pp. 131-132).

Platense, uma das companhias responsáveis pelas viagens fluviais entre Buenos Aires e Foz do Iguaçu.

Mapa 19 - Itinerário de José Maria de Brito em 1889



Fonte: Elaboração do autor, Cíntia Almeida e Luanna Nascimento.

Vimos até agora como o contexto da ascensão dos militares provocou uma ruptura na política brasileira com a mudança do regime de governo. Através do relato de Brito, detectamos o discurso dos republicanos de menosprezar tudo o que era relacionado à monarquia. O autor tinha a intenção clara de transmitir uma mensagem que colocava o regime republicano como o verdadeiro pioneiro de uma política de efetiva ocupação da fronteira, ainda que tal iniciativa já existisse no Império através da implementação das colônias militares por toda a fronteira oeste brasileira, incluindo as quatro que foram instaladas na região limítrofe à Argentina.

Tendo viajando já durante a vigência da República, **José Cândido da Silva Muricy** (1863-1943) empreendeu viagem em 1892, como parte de uma expedição que teve por objetivo inspecionar a Colônia Militar do Iguaçu. Os apontamentos de viagem, escritos inicialmente em seu diário, foram publicados mais tarde, em 1896, sob o título *A Foz do Iguaçu – Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colônia*

da Foz do Iguassú em Novembro de 1892, editado pela Imprensa Paranaense. Nele, o autor descreve aspectos naturais do território e principalmente, narra à situação em que se encontrava a Colônia Militar naquele período.

Figura 21 - Retrato de José Cândido da Silva Muricy em 1893

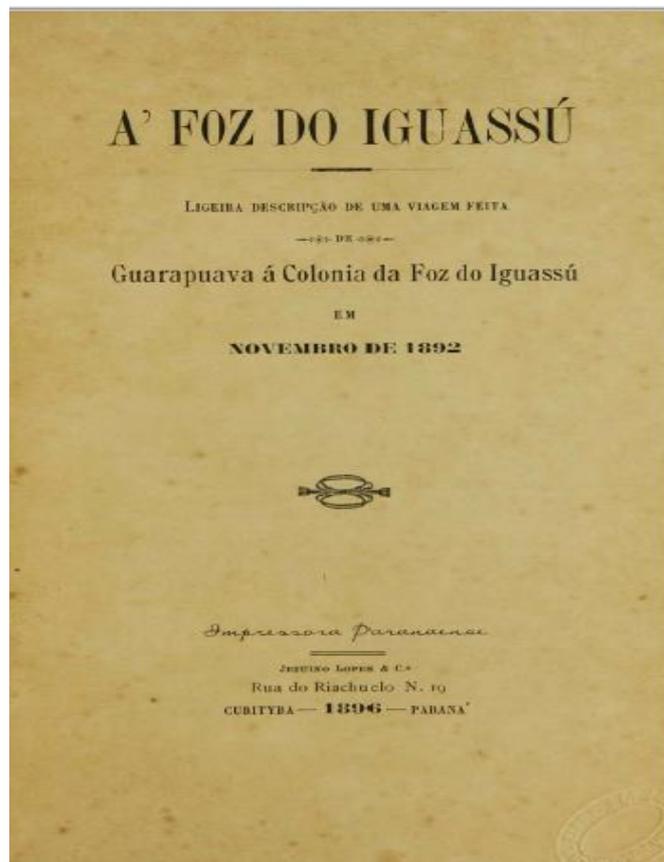


Fonte: Wikimedia Commons contributors¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_C%C3%A2ndido_da_Silva_Muricy#/media/File:Tenente_Jos%C3%A9_Muricy.png>. Acesso em 26 jan. 2020.

Figura 22 - Capa da edição original do livro de José Cândido da Silva Muricy



Fonte: Acervo pessoal do autor

Muricy era de um perfil distinto de José Maria de Brito. Nascido em Curitiba, era filho de um militar e médico baiano – também seu homônimo - influente na corte brasileira. Muricy pai chegou ao Paraná, a convite do próprio presidente da província, para ser secretário da saúde, tendo rapidamente se integrado ao embrião do projeto paranista de legitimar uma identidade para a então recém-criada província¹⁰⁶. Foi deputado provincial por três mandatos e cofundador do Museu Paranaense.

Muricy - o filho - sendo um paranaense de nascimento, deu prosseguimento ao ideário de legitimação da identidade do estado do Paraná, sendo um dos fundadores do Instituto Histórico e Geographico Paranaense e figura conhecida dentro do círculo da elite paranaense (ROSEVICS, 2009, pp. 58-59). Cabe também acrescentar que o fato de ter estudado na Escola Militar da Praia Vermelha, o colocou dentro do clímax pró-

¹⁰⁶ O Movimento Paranista ganhou corpo a partir de 1899 com a publicação do livro *História do Paraná* por Alfredo Romário Martins. No decorrer do século XX o movimento foi ganhando força ao promover a publicação de textos literários sobre a temática, além de impulsionar a eleição de símbolos visuais como o pinheiro e o pinhão. Sobre esse assunto, ver: (PEREIRA L. , 1997; PAULA & BARANEK, 2018).

república existente naquela época, apoiando o golpe republicano na condição de cadete da Escola Superior de Guerra.

Em 1892, aos 29 anos, após ter travado conhecimento da expedição do sargento José Maria de Brito, foi promovido a 1º Tenente e incumbido da missão de inspecionar a Colônia Militar de Foz do Iguaçu em nome da Comissão Estratégica do Paraná, visto que a colônia se encontrava isolada e em precárias condições de existência (MYSKIW, 2009, p. 44).

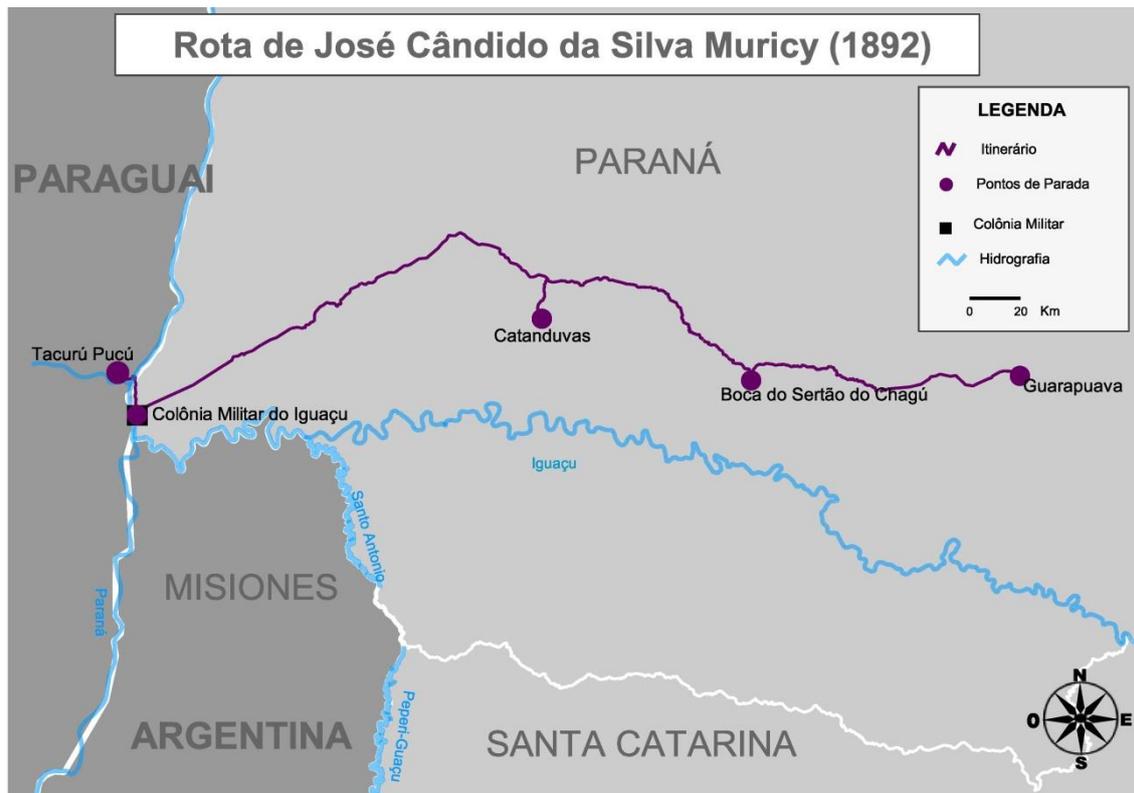
Muricy não era propriamente um cientista, no entanto, a influência do “Tabernáculo da Ciência” era nítida em sua narrativa, que por muitas vezes traz descrições minuciosas a respeito das potencialidades minerais do sertão paranaense:

A mineralogia é tão bem representada como a botânica e a zoologia. Por entre o Diolaze ou Diorito que constitui a parte rochosa de quase todo o Estado do Paraná, encontra-se pelo caminho e suas proximidades o cobre e o ferro, sob a forma de óxidos, ou no estado nativo, encravado nas pedras, nos rolados dos terrenos de aluvião e nos leitos dos rios (MURICY, 1999, p. 52).

A sua visão a respeito do sertão revela o quanto este vasto espaço era ainda considerado ignoto pela elite paranaense. Para ele, a colonização do vasto oeste era uma tarefa árdua, mas necessária para o desenvolvimento do seu estado e, conseqüentemente, da nação brasileira, já que a problemática de ocupar a fronteira-sertão era nacional: “(...) é preciso muita força de vontade e quase nenhum amor á vida, para não se desanimar, no meio d’esse sertão (...). Como poderá atravessar em pouco tempo tão grande distancia?!” (MURICY, 1999, pp. 58-59).

Sua expedição partiu de Guarapuava, passando por Chagú, entrando em seguida pelo “sertão bruto” até alcançar à Colônia Militar, onde afirmou ser a única localidade onde o Estado se faz presente em meio a um extenso espaço, todavia dominado pela barbárie (MURICY, 1999, p. 47). É necessário pontuar, entretanto, que o próprio intuito de sua expedição revela o quanto o próprio projeto de ocupação da fronteira estava dando sinais de estar com problemas.

Mapa 20 - Itinerário de José Cândido da Silva Muricy em 1892



Fonte: Elaboração do autor, Cíntia Almeida e Luanna Nascimento.

Em seu trajeto, relatou a dificuldade da manutenção de uma conexão direta entre Guarapuava e Iguaçu:

No sertão e nas restingas, a largura da picada é de 20 metros, mas pela extrema uberdade do solo, o matto limita o caminho a um pequeno trilho, zombando em seu rapido e precoce desenvolvimento, das foices e machados, das turmas de conservação, que a Commissão continuamente organisava, não tendo conseguido ainda vel-a limpa durante um mez sequer. Tivemos occasião de pessoalmente verificar esse facto, n'essa viagem; porque fomos incumbidos de fiscalisar o serviço de uma turma de 15 homens, que, havia um mez, partira de Guarapuava, limpando a picada até o posto das Catanduvas¹⁰⁷. Parece incrível; tivemos de abrir caminho por entre o matto roçado, havia poucos dias!

Pensando ter sido por falta de trabalho da turma, quizemos communicar o occorrido ao Chefe da Commissão, mas infelizmente poucos dias depois, quando voltamos da Colonia, tendo de abrir o caminho, por nós na ida aberto, fomos forçados a concordar que é impossível ter-se a picada limpa por mais de um mez (MURICY, 1999, pp. 47-48).

¹⁰⁷ Posto militar inaugurado em 1889 como ponto de abastecimento das tropas militares que se dirigiam para a Colônia Militar do Iguaçu. Hoje corresponde ao município paranaense de Catanduvas.

A narrativa de Muricy implica numa constante luta entre civilização e barbárie. Era tarefa difícil dominar o espaço interior da nação e conectar o “sertão bruto” aos espaços costeiros, onde a civilização já se fazia presente. Cabe aclarar que a rota terrestre que conectava Curitiba a Iguazu era de primordial importância para o governo nacional. A consolidação deste caminho possibilitaria que os brasileiros evitassem ter que transitar por zona estrangeira para poder alcançar localidades pertencentes a seu próprio território. Não obstante - na altura em que essas expedições eram realizadas - para alcançar a Foz do Iguazu, era muito mais prática a rota marítima, que saía de Paranaguá, no litoral paranaense, e, alcançava o porto de Buenos Aires, para depois subir o rio Paraná, dentro do território argentino, até alcançar o seu destino final. Nesse sentido, a Colônia parecia mais um enclave brasileiro do que um espaço realmente incorporado, já que não estava dentro de um território continuamente ocupado de leste a oeste.

A publicação do relato também representava uma necessidade de tornar pública tal problemática. Para Muricy, era de extrema importância que os brasileiros tomassem conhecimento sobre essa vasta região ainda não ocupada efetivamente pelo poder público:

Forçado pelas exigências do serviço da Comissão Estrategica no Paraná, da qual fazíamos parte, a emprehender a penosissima viagem á colonia militar da Foz do Iguassú, atravez de asperrimo sertão, o maior e o mais bruto do nosso Estado, tivemos a felicidade de fazer algumas observações, que desejamos se tornem conhecidas dos nossos patricios, pois a elles, mais do que a ninguem, interessam (MURICY, 1999, p. 47).

Obviamente, esses patricios não representavam o povo brasileiro como um todo. O relato era direcionado a uma elite letrada que transitava pelas altas esferas do poder. O fato de o livro ter sido publicado pela Imprensa Paranaense ressalta tal contexto. Essa empresa foi criada em 1888 por empresários paranaenses ligados ao mercado de exportação de erva-mate para a Argentina¹⁰⁸, justamente com o intuito de imprimir os rótulos das embalagens de seus produtos. Esse grupo era liderado por Ildefonso Pereira

¹⁰⁸ A erva-mate paranaense era escoada pelos portos de Paranaguá e Antonina, no Paraná e São Francisco do Sul, em Santa Catarina. Até o final do século XIX, a exploração da erva paranaense alcançava a região de Porto União da Vitória, no meio oeste paranaense. Um dos principais objetivos das expedições enviadas pelo governo era justamente de avançar essa exploração no sentido oeste para poder estabelecer o controle da exploração na área de fronteira com a Argentina e o Paraguai. Em menor escala, também existia um escoamento da produção do oeste catarinense e gaúcho pelo porto fluvial de Itaquí/RS (OLIVEIRA & ESSELIN, 2018, p. 231).

Correia, o barão do Serro Azul, que era então o maior produtor mundial do artigo. A empresa também editava o jornal Dezenove de Dezembro, responsável por divulgar os atos oficiais do governo do Paraná¹⁰⁹.

Diferentemente de Brito, que passou por muitas dificuldades para publicar o seu relato, Muricy transitava pela alta esfera política da época, o que possibilitou a rápida edição de seu livro, logo em seguida ao seu retorno, pela editora oficial do governo. A obra também era parte de um esforço de legitimação de uma identidade paranaense dentro do cenário brasileiro. Alguns anos depois, em 1900, Muricy foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Órgão que não deixava de estar alinhado com o seu congênere no Rio de Janeiro. Tratava-se de legitimar, portanto, uma identidade regional atrelada a um corpo maior que era a identidade nacional (GUIMARÃES, 1988, p. 16).

Um dos leitores do relato de Muricy era **Domingos Virgílio do Nascimento** (1863-1915) (MYSKIW, 2009, p. 52), outro membro da elite política paranaense do período. Nascido em Guaraqueçaba, no litoral paranaense, era militar como os outros dois viajantes anteriormente citados. Também estudou na Escola Militar da Praia Vermelha, tendo complementado seus estudos na Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul em Porto Alegre. Foi detentor de uma vasta produção bibliográfica, tendo publicado vários livros e poemas em diversas revistas simbolistas,¹¹⁰ além de ter sido membro da Academia Paranaense de Letras. Fundou ainda o jornal Folha Nova em 1893 com o intuito de defender os ideais republicanos. Também teve uma trajetória política, tendo sido eleito deputado estadual por dois mandatos entre 1893 e 1897 (LORENZETTI, 2009, p. 19; LEMOS, 2019, pp. 81-82). A importância da memória em torno de sua figura pode ser medida pelo fato de ter sido autor do hino oficial do Paraná, além de ter composto o hino da cidade de Paranaguá.

¹⁰⁹ Família Petroski. Disponível em <<https://familiapetroski.blogspot.com/2015/02/museu-paranaense-imprensa-paranaense.html>> Acesso em 22 jan. 2020.

¹¹⁰ Influenciado pelos ideais românticos, o Simbolismo foi um movimento literário da poesia que surgiu na França, no final do século XIX. Não sendo considerada uma escola literária, teve suas origens com a publicação de *As Flores do Mal*, do poeta francês Charles Baudelaire.

Figura 23 - Domingos Nascimento



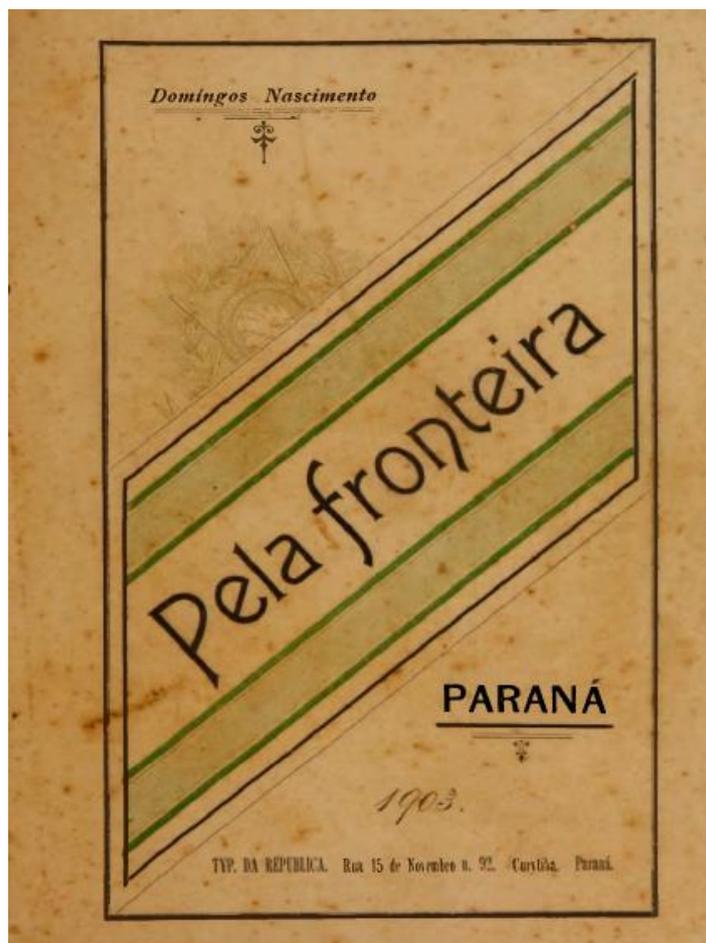
Fonte: Informativo Nosso Pixirum¹¹¹.

Em 1903, foi designado a participar de uma expedição militar cujo objetivo era o de inspecionar as colônias militares de Iguazu, Chopim e Chapecó. No entanto, apenas a primeira foi visitada. Ordens superiores do exército solicitaram que a expedição rumasse diretamente à Iguazu para resolver uma pendência diplomática com a Argentina (NASCIMENTO D. , 1903, p. 35).

Nesse mesmo ano estavam ocorrendo as comemorações do aniversário dos 50 anos da emancipação do Paraná. A Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná promoveu um concurso com o objetivo de editar um livro que versasse sobre o estado. Animado pela ideia, Nascimento transformou o seu diário de viagem em livro dentro de um espaço temporal de apenas 25 dias. Tendo sido o vencedor do concurso, foi editado o livro *Pela Fronteira*, através da Typografia da Republica.

¹¹¹ Disponível em: <<http://informativo-nossopixirum.blogspot.com/2009/05/domingos-nascimento-147-anos-de.html>>. Acesso em 26 jan. 2020.

Figura 24 - Capa do livro Pela Fronteira de Domingos Nascimento



Fonte: Acervo pessoal do autor.

O seu relato, muito mais extenso e minucioso, se comparado aos dos seus dois antecessores, estava em consonância com o projeto paranista que estava em voga naquele momento. A obra chamava a atenção justamente por relatar o oeste desconhecido do estado. Para a elite política do período, suas extensas e detalhadas narrativas sobre o sertão paranaense serviriam para incluir o rio Paraná e as Cataratas do Iguaçu ao panteão identitário do estado. Sendo também um componente desta elite, assim se expressava o viajante: “me bastaria o orgulho paranaense de haver beijado um dia o espelho crystallino das aguas do Paraná e tocado com os meus dedos o dorso rumoroso das catadupas do Iguassu” (NASCIMENTO D. , 1903, p. II).

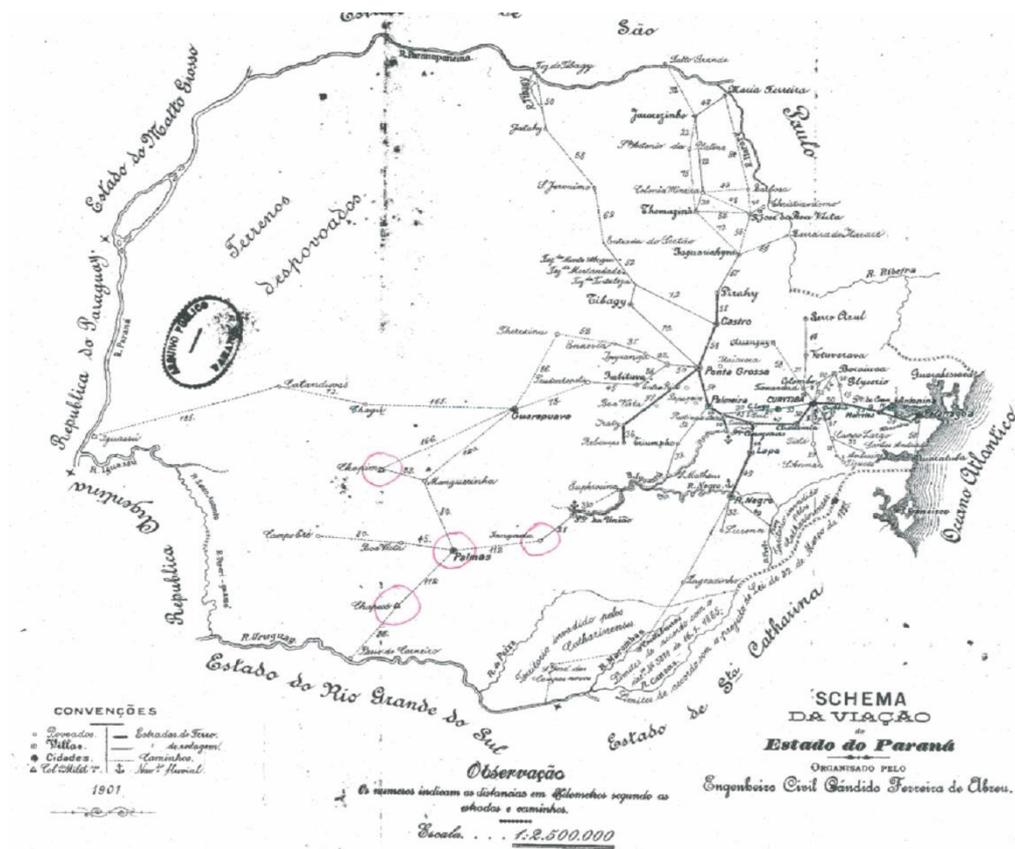
Um relato sobre a costa atlântica não teria o mesmo peso do que uma obra que versava sobre a fronteira-sertão. O desconhecido chamava atenção justamente pelo seu apelo à aventura. A obra poderia ser lida como uma autêntica história de aventura nos mesmos moldes das que eram escritas pelo francês Júlio Verne, autor muito popular

naquela época. A respeito das representações de Nascimento sobre a fronteira, assim aponta a historiadora Fernanda Lorandi Lorezenti (2009, p. 78): “O interior era representado como o inferno, o perigo, o extremo da aventura e também da irracionalidade”.

Sem sombra de dúvida que a temática teria forte apelo, foi o que animou Nascimento a participar do concurso:

Tendo a Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná resolvido realizar, nesta Capital, uma exposição de productos do Estado, sob todos os aspectos da actividade humana, certame de alto valor a inaugurar-se em 19 de Dezembro, commemorativo do 50.º anniversario da installação de nossa ex-Provincia,—deliberei, animado por amigos, concorrer com o meu serviço de informações sobre a grande e riquíssima zona de oeste, que num traço de 380 léguas acabo de percorrer, despendendo 103 dias de longa e penosa viagem através de sertões (NASCIMENTO D. , 1903, p. I).

Mapa 21 - Mapa do estado do Paraná de 1901 onde aparecem os “terrenos despovoados” na fronteira com a Argentina e Paraguai



Fonte: (MARQUETTI, 2015, p. 36)

O roteiro de Nascimento não se limitou a percorrer a antiga picada que conectava Guarapuava, Chagú, Catanduvás e Iguau. Utilizando o trem como meio de

transporte, símbolo de modernidade para esta época, partiu de Curitiba em abril de 1903 acompanhado pelo general José Bernardino Borman ¹¹² e pelo coronel Lino Ramos, com destino a cidade de Porto Amazonas, situada às margens do rio Iguaçu. Dali, a bordo do vapor Vitória, seguiu pelo rio Iguaçu por quatro dias no sentido oeste com destino ao Porto União da Vitória.

À medida que foi adentrando o Iguaçu, descreveu com detalhes as sociedades ribeirinhas que aí viviam. Distinguiu as tribos guaranis e kaingangs e nutriu expectativa pela chegada do progresso em todo o curso do rio, que para ele seria como uma via natural de avanço da civilização. Sendo assim, o contato com os nativos possibilitaria que eles fossem civilizados e “amansados”.

Se para Nascimento, as margens do Iguaçu representariam a possibilidade de levar a civilização para os indígenas, o interior da selva paranaense era o espaço reservado à barbárie. Conforme a sua mentalidade cientificista, permanecendo nesse estágio de evolução, os indígenas não poderiam ser integrados à nação brasileira, permanecendo assim na condição de inimigo interno:

Parece-me, assim, que somente depois de povoado regularmente esse sertão, abertas estradas por diversos pontos, é que o índio, acossado pelas necessidades, encurralado em estreitos limites, terá de submeter-se á lei da evolução do progresso e virá então ocupar o lugar que lhe está destinado no seio da pátria commum.

Até o presente, acostumado a ser repellido para dentro das selvas como animal feroz, ha de continuar a ser nosso inimigo, e vivendo vida nómada (NASCIMENTO D. , 1903, p. 18).

Embora a tônica colonialista seja predominante no relato, um olhar mais apurado nos permite observamos o registro da resistência do indígena ante a chegada do avanço estrangeiro sobre suas terras: “Os botocudos, porem, que vigiam a margem do Alto Iguaçu, e percorrem os seus povoados, até o presente ainda não puderam supportar o domínio estrangeiro, e o seu odio ao *portuguez*, como nos chamam, é implacavel!” (NASCIMENTO D. , 1903, pp. 16-17).

Considerando que o conceito de barbárie não existe sem o seu par antagônico, isto é, a civilização, Nascimento não deixou de relatar os avanços e o progresso das cidades ribeirinhas que visitou durante o seu percurso pelo Iguaçu. As cidades de São Matheus do Sul e Porto União da Vitória eram focos de civilização em meio ao sertão.

¹¹² Borman foi fundador e diretor da Colônia Militar do Chapecó, governador interino do Paraná (1899), Deputado Estadual (1901), Ministro da Guerra (1909), além de ter sido membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (ROSEVICS, 2009, p. 59).

Eram entrepostos comerciais de erva-mate que possibilitariam o povoamento e o progresso da região (NASCIMENTO D. , 1903, pp. 20-21).

Porto União da Vitória¹¹³ era o ponto final da navegação fluvial do Iguçu. A partir daí a viagem teria que ser realizada sobre o lombo de cavalo, adentrando pelo oeste por mais 500 quilômetros até a fronteira com a Argentina. Em meio à natureza desconhecida, o viajante não deixou de expor seus devaneios românticos. No trajeto até os campos de Palmas há nuances entre a “brutalidade assombrosa das selvas com seus repontes de florestas e mattagaes, tristes umas, monotonos outros” e a visão positiva sobre os campos: “eis que desponta a vasta campanha, larga, infinita, de um encanto comovente” (NASCIMENTO D. , 1903, p. 31).

Figura 25 - Os Campos de Palmas e sua típica vegetação rasteira



Fonte: RVS dos Campos de Palmas¹¹⁴

Sendo assim, Nascimento transportou o ideal de civilização e barbárie e o relaciona com os aspectos da natureza do sertão paranaense. Mesmo em meio às dificuldades em meio a um ambiente geográfico totalmente desconhecido – ainda que fosse projetado como parte da nação brasileira – não deixou de expressar o seu “ensejo de ver com os meus olhos e palpar com as minhas mãos os reconditos desses sertões

¹¹³ Essa localidade era situada em uma área de litígio entre Paraná e Santa Catarina. Um acordo de limites foi assinado em 1916, sendo a cidade desmembrada em dois novos municípios que formam uma única conurbação urbana: a parte pertencente ao Paraná passou a denominar-se União da Vitória, e a parte pertencente à Santa Catarina, Porto União. A respeito do litígio entre os dois estados, ver o capítulo 5 da tese da Cristina de Moraes (2018).

¹¹⁴ Disponível em: <<https://conservacaobrasil.wordpress.com/2012/09/18/refugio-de-vida-silvestre-dos-campos-de-palmas/>> Acesso em 1 fev. 2020.

que se occultam lá para as bandas do rio Paraná, e que poucos olhos têm tido a ventura de penetrar, inda que de sobre-aviso estivesse deante das dificuldades a vencer por esse longo itinerário” (NASCIMENTO D. , 1903, p. 35).

Poucas expedições haviam chegado até as margens do Paraná. Vimos, anteriormente, que a expedição de José Francisco Thomaz do Nascimento foi um dos intentos fracassados de chegar até o lugar considerado como limite da nação. No entanto, para Domingos Nascimento, era de primordial importância e seu principal objetivo alcançar este lugar.

Seguindo ordens superiores, abortou a inspeção às Colônias Militares do Chopim e Chapecó para seguir no sentido norte até Guarapuava. A partir daí o caminho até Iguazu já era conhecido e explorado pelas duas expedições que o antecederam, apesar da precariedade relatada por esses viajantes. Quando atingiu a boca do sertão do Chagú, a exemplo dos demais viajantes, demarcou o quanto aquela localidade representava a fronteira do desconhecido: “enveredamos pelo verdadeiro sertão. Ao vel-o extraordinariamente escuro, como impenetrável, é de a gente benzer-se tres vezes (...) atirando um olhar para os horizontes (...) eis-nos -*Em pleno sertão*” (NASCIMENTO D. , 1903, p. 84).

Podemos considerar tal afirmação como uma licença poética utilizada por Nascimento, já que mesmo as áreas adjacentes à Curitiba eram projetadas por ele como sertão. Em realidade, o espaço entre Chagú e Iguazu era o momento ideal para ele expor tal pensamento, já que era uma região apartada dos Campos de Palmas – projetada por ele como uma paisagem dotada de civilização - e envolta numa floresta densa e de difícil penetração. Por esse motivo, contrapôs a escuridão da floresta e a luz das cidades. A contraposição entre sertão e litoral transparece em sua narrativa na medida em que traçou comparações entre o sertão e a vida civilizada de Curitiba, seu local de origem: “depois um desejo imenso de perambular áquella hora pelas livrarias da rua 15, toda illuminada com os seus grandes focos electricos” (NASCIMENTO D. , 1903, p. 87).

O viajante alcançou a Colônia Militar do Iguazu no dia 31 de maio, tendo por ali ficado por 18 dias realizando suas inspeções e viagens curtas pelos portos ervateiros ao longo do rio Paraná. Ao contrário das expedições anteriores, Nascimento percorreu uma extensa área de território argentino. Embarcou no vapor Espanã e desceu o Paraná até a localidade de Puerto Piray. A partir daí, seguiu por terra cortando o então Território Nacional de Misiones no sentido oeste-leste até alcançar novamente a fronteira na

localidade de Barracón,¹¹⁵ totalizando 15 dias em território argentino. Em seguida, rumou para Campo Erê, para realizar o caminho de volta até Curitiba, totalizando 103 dias de viagem.

Mapa 22 - Itinerário de Domingos Nascimento em 1903



Fonte: Elaboração do autor, Cíntia Almeida e Luanna Nascimento.

As duas expedições a seguir não foram empreendidas por militares. Apesar das tropas terem aberto o caminho terrestre pela fronteira-sertão, todavia, era grande a dificuldade de viajar por essa rota. Por esse motivo, os dois agentes civis, que obviamente não detinham experiência militar de empreender longas viagens terrestres, optaram pelo caminho marítimo até a desembocadura do Prata, para depois subir a rota fluvial pelo Paraná, cruzando território argentino até alcançar a foz do Iguaçu. Tal contexto, todavia, reforçava a situação de enclave em que estava a Colônia Militar. Ainda não existia uma rota terrestre consolidada entre a fronteira e o resto do país. Existiam apenas picadas por onde transitavam os militares e os ervateiros que

¹¹⁵ Barracón é o antigo nome para uma localidade que no século XIX, quando a região ainda estava sob o litígio fronteiriço, foi um importante entreposto de exploração de erva-mate. Ali atualmente existe um conglomerado urbano que une as cidades de Barracão, no Paraná, Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina e Bernardo de Irigoyen, em Misiones, Argentina. É o único ponto de fronteira seca existente entre Brasil e Argentina.

exploravam as matas do sertão, argentinos em sua maioria. Não obstante, apesar de toda essa situação, era necessário levar as representações do Estado para a fronteira.

O paranaense **Arthur Martins Franco** (1876-1979), nascido no município de Campo Largo, próximo à Curitiba, foi engenheiro a serviço do governo do Paraná na altura em que empreendeu suas expedições para a fronteira¹¹⁶. Entre 1904 e 1914, em duas expedições distintas, sob o comando do engenheiro chefe Cândido de Abreu¹¹⁷, comandou atividades de demarcação e medição de terras no oeste do Paraná. O objetivo da primeira viagem era a demarcação de terras para os empresários argentinos Domingo Barthe, Pedro Núñez e Lázaro Gibaja.¹¹⁸

Figura 26 - Arthur Martins Franco



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná¹¹⁹.

¹¹⁶ Arthur Martins Franco diplomou-se em engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo. Exerceu os cargos de: comissário de terras do 7º e do 2º comissariado, no Paraná, de 1902-1905; engenheiro-chefe da seção técnica da Câmara Municipal de Curitiba, de 1905-1907; engenheiro-chefe da comissão fundadora do núcleo "Cruz Machado", em Guarapuava (1910-1912); secretário de Estado dos Negócios da Fazenda do Estado do Paraná, de 1912 a 1916. Foi ainda deputado estadual do Congresso Legislativo; deputado federal de 1923 a 1930; engenheiro fiscal da estrada de ferro Noroeste do Paraná; professor das Faculdades de Engenharia, Filosofia e Ciências e Letras da Universidade do Paraná; diretor da seção de História do Museu Paranaense; presidente do Instituto Histórico (1952-1953); presidente do Círculo de Estudos Bandeirantes (1934-1937) (NÍCOLAS, 1984).

¹¹⁷ Conhecido político paranaense, foi deputado estadual, deputado federal, senador e prefeito de Curitiba por duas legislaturas.

¹¹⁸ Domingo Barthe foi um dos homens mais poderosos de Misiones. Nascido na parte francesa do País Basco, radicou-se em Misiones em 1867, onde desenvolveu atividades ligadas à indústria dos vapores e à erva-mate. Seu poderio econômico não considerava as fronteiras políticas da região, tendo estendido seus domínios sobre áreas do Paraguai e do Brasil. Também exerceu o cargo de vice-prefeito de Posadas. Nascido na Espanha, Pedro Núñez trasladou para Misiones em 1888, aos 21 anos. Foi outro poderoso empresário que atuou em Misiones. Associou-se a outro empresário espanhol, Lázaro Gibaja, formando a empresa Núñez y Gibaja, companhia que controlava parte da rota dos vapores que transportavam mercadorias e passageiros entre Buenos Aires e Misiones, além de atuar fortemente na exploração de erva-mate (ALCARÁZ A. , 2013; NUÑEZ, 1997, pp. 37-39).

¹¹⁹ Disponível em: <<http://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/arthur-martins-franco>>. Acesso em 26 jan. 2020.

Na altura da primeira expedição, Arthur Franco era comissário de terras dos municípios de Assunguy, Tamandaré e Cerro Azul, cidades próximas à Curitiba onde era fomentado o povoamento com nacionais e estrangeiros. A localização dessas colônias revela o tímido avanço da fronteira estatal já no adentrar do século XX. Por isso era necessário fomentar a ocupação por todo o Estado no sentido oeste até alcançar a foz do Iguazu.

Os diários da expedição foram publicados somente em 1973 pela Imprensa da Universidade Federal do Paraná, tendo o autor a idade avançada de 97 anos. A edição do livro, intitulado *Recordações de viagens ao Alto Paraná*, teve apoio de Bento Munhoz da Rocha Netto, ex-deputado federal e governador do Paraná, dentro de um esforço de legitimar uma “pré-história” do Paraná para justificar o presente onde o progresso já seria um fato concreto. O político escreveu o prefácio da obra onde legitimou o viajante como um verdadeiro bandeirante do século XX, vocacionado a alargar as fronteiras da nação, dentro de um irrefreável “destino manifesto paranaense”:

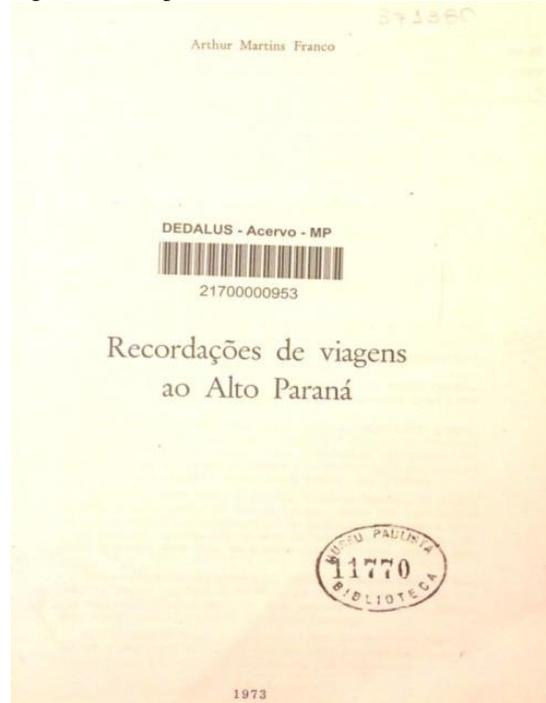
Afinal nossa vocação está aí, como Arthur Franco já o provara estudando a conquista dos campos de Guarapuava por um ancestral seu e por ancestrais de meia Curitiba antiga.

Nossa vocação está aí. E o relato não é mais do que um caso específico, um exemplo, a amostra de um destino manifesto (...)

Vocação do Paraná no sentido da integração vem desde sempre. Sem ela, essa vocação básica dos bandeirantes curitibanos, o mundo português não teria consolidado sua dominação até o Rio Paraná e, assim, o Brasil teria encolhido.

Mas, tratando estritamente de (...) Arthur Franco, vemos a confirmação, a continuação desse espírito de formação, de integração, sempre presente na mente do paranaense (FRANCO A. , 1973, p. 5).

Figura 27 - Capa do livro de Arthur Martins Franco



Fonte: Acervo pessoal do autor.

A viagem teve início no dia 3 de setembro de 1904. Além de Arthur Franco, compunham a expedição: Aristides de Oliveira, Max Kopf (fotógrafo)¹²⁰, Getúlio Requião¹²¹ e Francisco Lopes das Chagas. Este último era um ajudante contratado por Cândido de Abreu. A comitiva saiu de Curitiba e embarcou no porto de Paranaguá, a bordo do vapor Dálmata, cargueiro de erva-mate pertencente à empresa argentina Mihánovich¹²². Todos viajaram na primeira classe, exceto Francisco Lopes (FRANCO A. , 1973, p. 9).

Resulta importante apontar que a expedição contou com patrocínio dos empresários argentinos, que forneceram o transporte até o destino final. Demonstrando o quanto os interesses particulares às vezes se sobrepunham aos interesses nacionais. A expedição brasileira era de interesse primordial para os argentinos que mantinham negócios na fronteira.

¹²⁰ Conhecido pelos seus trabalhos junto ao Curitiba Foot Ball Club.

¹²¹ Tio avô de Roberto Requião, o qual foi deputado estadual, prefeito de Curitiba, governador do Paraná e senador da República.

¹²² A empresa era capitaneada por Nicolás Mihánovich. Nascido na Croácia, trasladou-se para a Argentina na década de 1860, onde se tornou o maior empresário do ramo de embarcações a vapor do país, exercendo uma forte atuação sobre a região misionera.

Pouco mais ao sul, o vapor fez escala na cidade catarinense de São Francisco do Sul, outro porto por onde era escoada a erva-mate paranaense pela via atlântica em direção aos mercados do Prata. Mas o que importa mencionar nessa escala são as questões típicas do período, tais como a problemática da expansão da malha ferroviária brasileira, sobretudo, para o interior. A expectativa da construção do ramal que conectaria o litoral catarinense até a cidade de Porto União, no meio oeste do estado, chamou a atenção de Arthur Franco. Tratava-se de mais um capítulo dentro da conjuntura da expansão para o interior e da conquista da fronteira-sertão: “(...) Festejava a população a chegada ali do Engenheiro Leite Ribeiro e de seus companheiros, que vinham dar início à construção do ramal férreo de São Francisco ao Porto da União (...)” (FRANCO A. , 1973, p. 9).

Realizaram outra escala no dia 10, em Montevideú, onde lhe chamou à atenção a situação de Guerra Civil pela qual passava o Uruguai. Arthur Franco era partidário do presidente José Batlle y Ordóñez, em detrimento das “hostes revolucionárias (...) chefiadas pelo caudilho Aparicio Saraiva, irmão do finado caudilho Gumercindo Saraiva, já nosso conhecido na Revolução Federalista¹²³ de 1893, que invadiu o Paraná (...)” (FRANCO A. , 1973, p. 10).

Os bárbaros internos não se resumiam apenas às sociedades indígenas e mestiças do interior. Os levantamentos que intencionavam derrubar o poder republicano então vigente também eram desqualificados pelo viajante.

O vapor atracou em Buenos Aires no dia 12, onde a comissão foi ao encontro de Candido de Abreu. Ficaram na capital portenha por seis dias, sendo extremamente positivas as impressões registradas sobre a cidade. Também foi realizada uma excursão à cidade de La Plata, capital da província de Buenos Aires, onde o moderno traçado urbano da cidade foi bastante elogiado por Arthur Franco (FRANCO A. , 1973, pp. 11-12).

No dia 18, tendo Candido de Abreu se juntado à comitiva, ocorreu o embarque no vapor Saturno, também propriedade da Mihánovich, para subir o Paraná rumo à

¹²³ Guerra civil que ocorreu no sul do Brasil, logo após a Proclamação da República, ocasionada pela crise política gerada pelos federalistas, grupo opositor a Júlio de Castilhos, governador do Rio Grande do Sul. Seu objetivo era conquistar maior autonomia e descentralizar o poder da então recém-proclamada República Brasileira. Durou de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, sendo vencida pelos seguidores de Júlio de Castilhos. O conflito atingiu o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Suas consequências sobre a fronteira foram notadas tanto pelos viajantes argentinos, como pelos brasileiros, já que durante e após o conflito, uma grande quantidade de refugiados se espalhou pelos dois lados da fronteira. Os federalistas brasileiros não possuíam nenhuma ligação histórica com os federalistas argentinos do século XIX.

província argentina de Corrientes. A embarcação realizou várias paradas em diversos portos ao longo do curso do rio para descarregar e carregar mercadorias, assim como para embarcar e desembarcar passageiros. A impressão do viajante a respeito das localidades variava entre uma visão positiva, caso da cidade de Rosario, “(...) muito limpa com bons edifícios (...) e uma visão negativa, caso da cidade de La Paz, na província de Entre Ríos: “(...) nada vimos de notável (...) ruas sem calçamento (...) casas (...) são sem reboco (...)” (FRANCO A. , 1973, p. 13) ¹²⁴.

Alcançaram a cidade de Corrientes, capital da província homônima, no dia 23, onde embarcaram no vapor Uruguai, também propriedade da Mihánovich, rumo à Posadas, capital do Território Nacional de Misiones.

Durante o trajeto pelo Paraná, lhe chamou a atenção o intenso tráfego de vapores que descia e subia o rio atendendo à forte demanda comercial –atrelado ao comércio de madeiras e erva-mate- entre Buenos Aires e Misiones. Para Arthur Franco, alcançar a fronteira-sertão do Alto Paraná era mais acessível aos argentinos do que aos brasileiros. Também manifestou estranhamento ao ouvir o idioma guarani pela primeira vez. Tratava-se do outro interno argentino que estava travando contato com o avanço da fronteira oriunda de Buenos Aires (FRANCO A. , 1973, pp. 15-17).

Faltando 90 quilômetros para o seu destino final, o vapor ainda realizou uma escala em Ituzaingó, última localidade correntina, no limite com Misiones. Localidade esta que para o viajante “nada tem de notável (...) a não ser o nome, com que os Argentinos alardeiam uma suposta vitória sobre as armas brasileiras”. Nesse caso, Arthur Franco manifestou alteridade para com argentinos ao evocar a memória dos tempos de conflitos bélicos entre o Império do Brasil e a Argentina. A Batalha de Ituizangó (Batalha do Passo Rosário para os brasileiros), ocorrida em fevereiro de 1827 no atual sudoeste gaúcho, foi uma resposta do Império às intenções argentinas ¹²⁵ de anexar a Província Cisplatina, então território brasileiro. Embora o viajante registre a negação, os argentinos venceram esta batalha, que acabou influenciando na declaração de independência da República Oriental do Uruguai em 1828.

O vapor Uruguai atracou em Posadas no dia 25, tendo a comissão permanecida nesta cidade por cinco dias, onde receberam suporte por parte de Domingo Barthe, cujas

¹²⁴ A fala do autor foi influenciada pelo ideal de modernização vigente naquela época. Inspirado nas reformas urbanas de Paris, o governo republicano impôs para as cidades brasileiras um modelo que propunha a construção de praças, alargamento de avenidas e criação de estruturas de saneamento básico. Em nome deste ideal de modernização, a política higienista do governo expulsou as camadas pobres do centro da cidade. Ver: (SEVCENKO, 2009; MOTA, 2005).

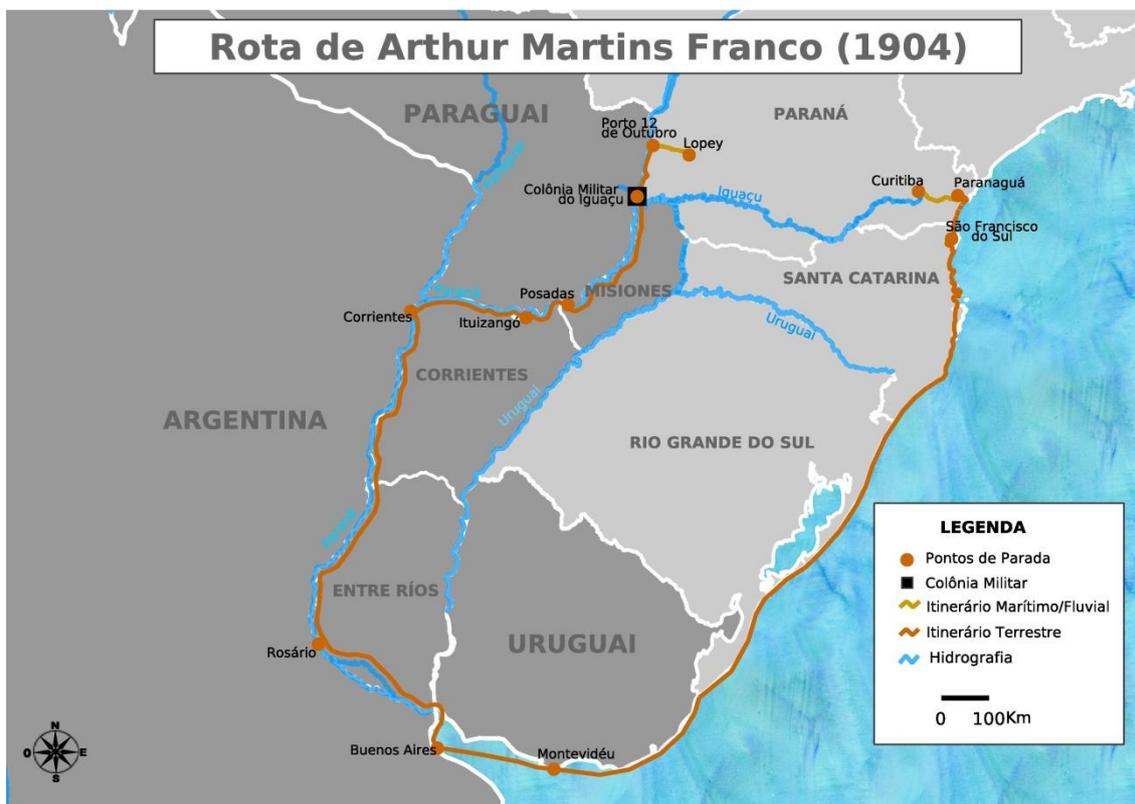
¹²⁵ Na época Província Unidas do Rio da Prata

terras seriam demarcadas por Arthur Franco. Também realizaram uma excursão à cidade de Encarnación, na margem oposta do Paraná, já em território paraguaio.

A viagem seguiu adiante no dia 1 de outubro, a bordo do vapor Iguazu, de propriedade de Núñez y Gibaja, cujas terras também seriam demarcadas pela expedição brasileira. O próximo destino seria enfim a foz do Iguaçu. Cândido de Abreu, adoentado, não seguiu viagem.

Adentrando de fato à região do Alto Paraná, o viajante registrou suas impressões referentes às cidades-porto localizadas ao longo do rio, sendo a margem direita, costa paraguaia e a margem esquerda, costa argentina. Santa Ana, Trinidad, Corpus, Guarapahu e Puerto Piray eram localidades ligadas ao comércio de erva-mate e madeira que eram escoadas rio abaixo até Buenos Aires. Chamou a atenção de Arthur Franco o fato de que muita erva brasileira, proveniente dos sertões paranaense e catarinense, eram escoadas por esses portos (FRANCO A. , 1973, pp. 22-23). Tal conjuntura não deixava de representar uma preocupação para o viajante, já que a referida produção não chegava até a costa atlântica, ela era de domínio exclusivo dos ervateiros argentinos. Por esse motivo era urgente e necessária a presença do aparato estatal brasileiro na fronteira. Era esse um dos propósitos da sua expedição. Ainda que a presença dos empresários argentinos já fosse um fato consumado, era necessário controlar essa exploração para que ao menos houvesse arrecadação de impostos por parte do Estado brasileiro.

No dia 8 de outubro, após 32 dias de viagem - metade do tempo que seria despendido em uma viagem terrestre pelo interior paranaense - alcançaram a foz do Iguaçu, momento simbolicamente importante para a expedição já que: “desembarcávamos, finalmente, em terra brasileira e onde aguardavam a nossa chegada os membros da Comissão Estadual de Rendas (...)” (FRANCO A. , 1973, p. 24). Cândido de Abreu chegou no dia 11 a bordo do vapor España.



Fonte: Elaboração do autor, Cíntia Almeida e Luanna Nascimento.

A Colônia Militar do Iguazu foi o ponto de partida das expedições realizadas pela fronteira-sertão para mensurar as terras dos empresários argentinos. Esse foi o cenário onde Arthur Franco, para além de executar o trabalho pelo qual lhe foi incumbido, expressou suas impressões a respeito de um espaço considerado por ele como desconhecido e exótico. Também era o lugar onde manifestava alteridade em meio a uma terra povoada por estrangeiros e com uma cultura tão distinta da sua: “(...) foram (...) 52 dias de trabalho num sertão deserto e desconhecido, chefiando uma turma de 16 homens, composta, quase toda de paraguaios e argentinos, entre os quais havia apenas 2 brasileiros (...)” (FRANCO A. , 1973, p. 38).

A viagem de **Manuel Azevedo da Silveira Netto** (1872-1942), mais conhecido em suas obras literárias como Silveira Netto - último viajante brasileiro a ser apresentado aqui - representava uma continuidade ao trabalho de Arthur Franco. Já que a sua expedição, realizada em 1905, tinha por objetivo a instalação da Mesa de Rendas do Ministério da Fazenda em Foz do Iguazu. Ela também foi motivada pela repercussão do relato de Domingos Nascimento, onde o autor teceu pesadas críticas ao regime fiscal e aduaneiro existente na fronteira (MYSKIW, 2009, p. 69).

A Mesa de rendas teria uma função bastante clara que era de coibir o tráfico de erva-mate e madeiras existente na fronteira, atividades que causava enormes prejuízos aos cofres do Estado brasileiro.

Nascido na cidade paranaense de Morretes, situada a 70 quilômetros de Curitiba, já próxima do litoral, mudou-se para a capital do estado aos sete anos de idade. Tencionava estudar na Academia de Belas-Artes, no Rio de Janeiro, então capital federal. Tendo esse objetivo sido abortado, ingressou através de concurso, na Fazenda Federal em 1891, tendo se fixado em Curitiba de maneira definitiva em 1896, tornando-se um defensor da causa republicana e agindo sob os interesses do Estado brasileiro. Era membro da elite intelectual paranaense e conhecido por todos os viajantes que aqui foram citados. Teve uma vasta produção literária consoante à escola do simbolismo, sendo um dos principais representantes dessa corrente dentro do âmbito nacional (MASSAUD, 2001).

Figura 28 - Silveira Netto



Fonte: Site de Antonio Miranda¹²⁶.

O seu relato, intitulado *Do Guairá aos Saltos do Iguaçu*, foi resultado de suas conferências proferidas no Rio de Janeiro (1910) e em Curitiba (1912), onde narrou sua viagem ao oeste paranaense. O interesse despertado pelas conferências levou o governo

¹²⁶ Disponível em: <http://www.antonio Miranda.com.br/poesia_brasis/parana/silveira_netto.html>. Acesso em 26 jan. 2020.

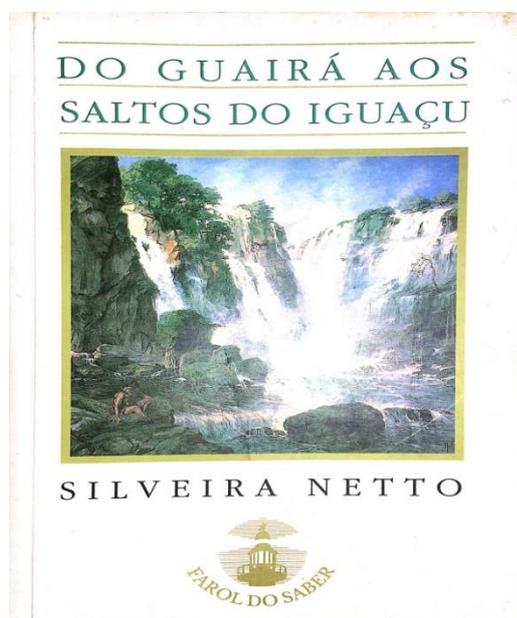
estadual – através do Ministério da Agricultura - a lançar a primeira edição da obra, em 1914. O lançamento fazia parte da conjuntura das políticas públicas do governo estadual de fomento ao povoamento do interior do Paraná.

Figura 29 - Capa da segunda edição do livro, de Silveira Netto, publicado em 1939.



Fonte: Estante Virtual¹²⁷.

Figura 30 - Capa da edição de 1995 do livro de Silveira Netto, lançada pela prefeitura de Curitiba.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

¹²⁷ Disponível em <<https://www.estantevirtual.com.br/jota1000/silveira-netto-do-guaira-aos-saltos-do-iguassu-2-edicao-1115016019>>. Acesso em 26 jan. 2020.

A repercussão das suas conferências também atendia à demanda por relatos que pudessem descrever o desconhecido sertão do oeste paranaense. No adentrar do século XX, este espaço ainda exercia um grande fascínio sobre a elite letrada das regiões costeiras do Brasil. Para estes, tratava-se de um novo mundo que precisava ser desbravado. Silveira Netto acreditava ser um dos responsáveis pela divulgação das maravilhas da natureza sertaneja:

E não era que o orador fosse o Pedro Álvares desse novo mundo de encanto e assombro, era apenas um dos que vieram contar maravilhados a beleza que puderam ser espectadores naquela enorme distância, de áspera jornada, onde clamam em abandono as cachoeiras magníficas, mau grado pioneiros ou poetas, que ao estudo apaixonado e longo daquelas regiões deram bons anos de trabalho, levados pela noção do dever ou pelo encanto da beleza natural. É que para termos o novo, como ansiava Baudelaire, basta perscrutarmos com amor e decisão a grandeza do Brasil (SILVEIRA NETTO, 1995, pp. 7-8).

Não foi por acaso que o autor citou Charles Baudelaire, considerado como o precursor do movimento simbolista. As cataratas do Iguaçu e as Sete Quedas eram o cenário ideal para as divagações simbolistas de Silveira Netto. Tais descrições também estavam atreladas ao romantismo típico do século anterior, que descrevia a natureza selvagem com o intuito de transformá-la em um símbolo constituinte da nação¹²⁸.

Reforçou tal ideia ao escrever um breve capítulo introdutório -anterior à descrição da viagem- intitulado *A Fronteira Oeste*. Nele o Paraná é legitimado como um rio autenticamente brasileiro, ainda que boa parte do seu curso e sua desembocadura esteja localizada na Argentina. Para justificar o seu argumento, descreveu todo o curso dos rios Grande e Paranaíba¹²⁹ desde as suas nascentes em Minas Gerais até confluírem na formação do Paraná. Citando o geógrafo Élisée Reclus, assinala que “(...) o estuário da Prata, cujo sistema hidrográfico, di-lo ainda Reclus, pertence pela massa de águas mais ao Brasil que aos territórios hispano-americanos, correspondendo o Paraná ao Missouri da América Setentrional” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 11).

No mesmo sentido, dentro do âmbito regionalista, demarcou o rio Iguaçu como um grande símbolo da identidade paranaense. Tal simbologia, por sua vez não anulava a identidade macro que era a nacional:

¹²⁸ Sobre o contexto da natureza americana apropriada como símbolo de nacionalidade, ver: (PRADO, 1999).

¹²⁹ Silveira Netto grafou erroneamente como Paraiíba (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 11).

O rio Iguçu, já o disse, é todo paranaense (...) corta de leste a oeste o território paranaense (...) com a margem esquerda (...) enriquecida de florescentes localidades, como a fértil e progressista cidade de S. Matheus, vilas, colônias e povoados, cheios de vida, onde o sulco vitalizador do arado coalhado de sementes, como de glóbulos vermelhos, a artéria do organismo sadio (SILVEIRA NETTO, 1995, pp. 12-13).

Tal descrição é concernente à ideia do Destino Manifesto Paranaense - manifestada no relato de Arthur de Franco pelo político Bento Munhoz da Rocha – que ao mesmo tempo em que valorizava a natureza do oeste do estado, a projetava como um reservatório de riquezas úteis para o progresso. A penetração da civilização pela via do Iguçu seria um fato irrefreável. Silveira Netto também citou o relato de Domingos Nascimento para legitimar tal argumento: “Nem outro Estado brasileiro, como nação alguma, poderá orgulhar-se de possuir um curso fluvial capaz de atravessá-lo lado a lado, dando-lhe nascente e foz (...)” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 13).

A expedição de Silveira Netto partiu em março de 1905. Ela foi realizada por via marítima e fluvial. Ainda naquela altura, a viagem por terra exigia um esforço hercúleo que normalmente era empreendido apenas pelas expedições militares. A respeito desta rota, teceu as seguintes considerações: “É uma longa travessia por lugares que só admitem o passo do animal e metucioso cuidado em evitar o resvalo no abismo; deserto de habitações; a mata e a solidão em meio de uma flora (...) e uma fauna variada e rica do inseto (...) ao tigre indomável corporizando o pavor da mata” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 17).

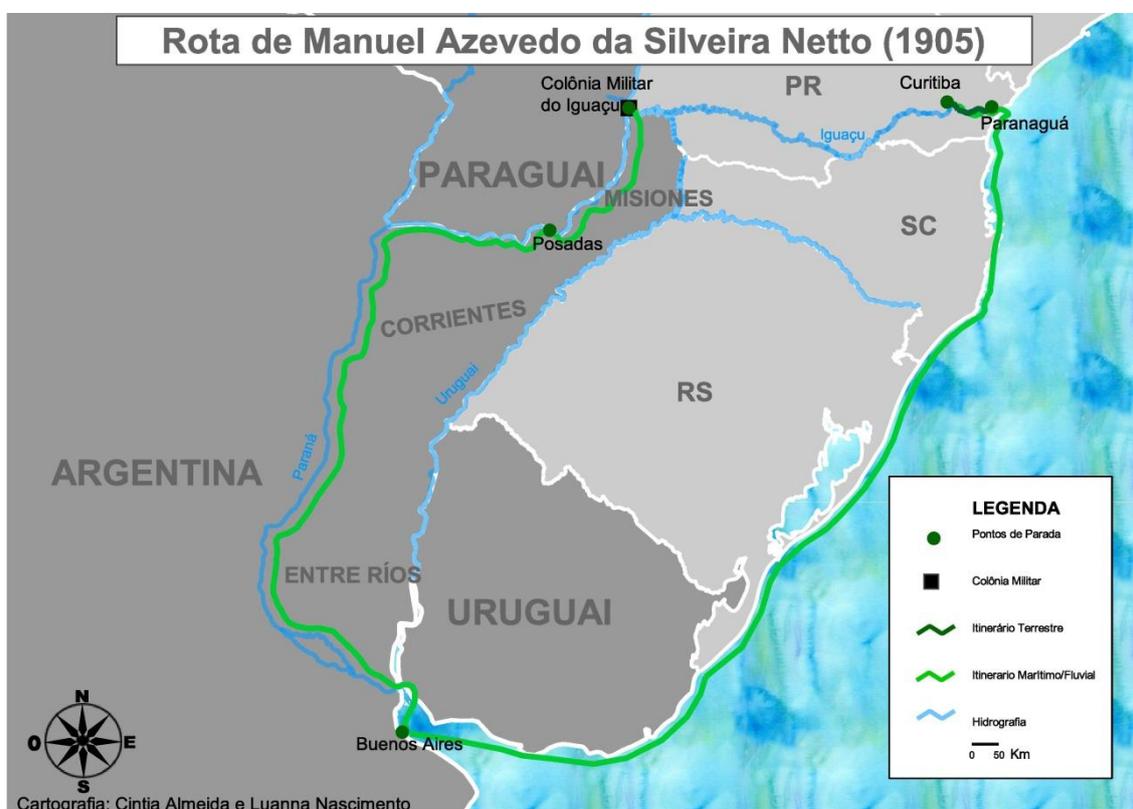
As divagações a respeito da natureza da fronteira-sertão não deixam de revelar o quanto era frustrante para ele ainda ser obrigado a viajar dentro de um país estrangeiro para chegar até um território pertencente ao Brasil. Seria somente com a “domesticação” desses espaços interiores que tal afronta seria passível de ser evitada: “Esse era o antigo meio de evitar a trabalhosa e lenta viagem terrestre. A tanto nos levava o abandono à vida e ao destino de regiões ferazes como as de Mato Grosso e as da Foz do Iguçu, com fronteiras de maior interesse estratégico” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 20).

Tamanho era o ranço de Silveira Netto por esta situação, que o trajeto realizado em território argentino pelo Prata e pelo rio Paraná foi praticamente ignorado em seu relato. O longo trajeto entre Paranaguá, Buenos Aires, Posadas e Foz do Iguçu foi resumido da seguinte maneira: “E quando já saudosos de ares pátrios; fartos de hábitos

diferentes e de ouvir outro idioma, que não o nosso, aportamos, então, pela madrugada a barra do Iguazu” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 21).

Após um mês de viagem, a expedição chegou à Colônia Militar do Iguazu no dia 19 de abril, dos quais vinte dias foram transitando por território argentino. A instalação da repartição fiscal teria o peso simbólico de indicar que o Estado brasileiro estava presente neste canto recôndito de fronteira. O seu relato por si só revela toda uma narrativa que busca justificar as suas projeções sobre um espaço ainda não integrado formalmente à nação. Daí resultava a urgência de instalar as amarras do Estado e controlar as rédeas do processo civilizador na fronteira-sertão do oeste paranaense.

Mapa 24 - Itinerário de Silveira Netto em 1905



Fonte: Elaboração do autor, Cíntia Almeida e Luanna Nascimento.

A comitiva ainda era integrada por Benedito dos Santos, funcionário público que atuou junto de Silveira Netto na Mesa de Rendias, além da própria família do viajante: Amélia Cassiana Alcântara, sua esposa e seus cinco filhos (Tasso, Hiran, Eloah, Antar e Heleno) (MYSKIW, 2009, p. 69).

A atuação de Silveira Netto na repartição fiscal durou um ano e dois meses. Toda a família retornou à Curitiba em junho de 1906 devido a um surto de malária que

ocorreu na Colônia Militar (MYSKIW, 2009, p. 69). Tal situação não deixa de representar um indicativo do quanto ainda era penosa a conjuntura do processo civilizador em meio à fronteira-sertão.

Todos os viajantes brasileiros estavam imbuídos pelo projeto paranista de construção de uma identidade para o estado do Paraná. Mesmo José Maria de Brito - único não nascido no Paraná - criou raízes em Foz do Iguaçu, sendo o único que se fixou definitivamente na fronteira, ao contrário dos demais que retornaram à Curitiba.

Embora já tivesse passado 50 anos da emancipação em relação à São Paulo, o processo de legitimação paranaense, todavia estava em curso. Contudo, é importante apontar que a identidade regional não anulava a identidade nacional. Muito pelo contrário, ela era parte do “corpo da pátria” (MAGNOLI, 1997). A elite paranaense estava totalmente alinhada ao projeto republicano do Rio de Janeiro, tanto que os viajantes expressaram repulsa pelos movimentos sulistas de oposição ao governo federal, como era o caso da Revolução Federalista e da Revolta do Contestado. A questão é que, mesmo dentro da região sul, existiam os bárbaros internos que, na visão da elite paranaense, não compartilhavam dos mesmos valores civilizatórios emanados por eles. Para além destas questões internas, os viajantes foram unânimes em apontar o perigo representando pelo avanço do processo civilizador argentino que estava penetrando a fronteira-sertão, dando um maior grau de complexidade na conjuntura desta *borderland*.

2.5 Conquistando a frontera-desierto: expedições argentinas rumo às bordas da pátria imaginada

Antes da unificação argentina, ocorrida em 1862, algumas expedições para a fronteira sul foram empreendidas em 1833 pelo governo de Buenos Aires durante o mandato de Juan Manuel Rosas. Elas respondiam ao anseio da possibilidade de incorporação de terras para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Daí resultou a problemática de projeção de toda a Patagônia como um imenso deserto a ser ocupado pela elite portenha. No entanto, a falta de um projeto nacional unificado, somado à questão das guerras civis entre unitários e federalistas, impossibilitava que houvesse uma política pública que fomentasse expedições, não apenas para a fronteira sul, mas também para a fronteira norte.

O problema da ocupação da frontera-desierto transpassou todo o século XIX. Era uma questão de primeira ordem do governo de Julio Argentino Roca, iniciado em 1880. Junto a este governo, emergiu um amplo ambiente intelectual que alicerçava as suas diretrizes. Esse grupo de letrados que posteriormente foi denominada pela alcunha de *Generación del 80*, defendia posturas científicas atreladas ao positivismo. Acreditavam cegamente no progresso, identificando tal conceito com o crescimento econômico e com o advento da modernidade. A ordem era considerada uma condição necessária para tal progresso. Tal discurso legitimava uma ordem burguesa em detrimento do modo de vida camponês e de subsistência. Um valor originalmente europeu que - guardadas as devidas seleções - encontrou correspondência no discurso das elites americanas, incluindo a brasileira e a argentina.

Tendo como referência a dicotomia centro-periferia, a projeção de uma frontera-desierto, tanto ao sul, como ao norte de Buenos Aires, negava os seus respectivos modelos de sociedades até então autônomos e considerados periférico pelos portenhos. Tal discurso colocava essas regiões numa posição de subordinação ante o modelo de centralidade proveniente da cidade-porto. Tratava-se de um contexto onde as elites americanas se apropriavam do discurso que legitimava a ordem burguesa europeia (PRATT, 1999, p. 37).

Esses ideais encontravam-se em total consonância com as diretrizes do governo de Roca. Foi em meio a esse contexto que se inseriram as expedições científicas que partiram de Buenos Aires rumo à fronteira-deserto, não sem estarem imbuídas pelo discurso científico que era emanado pelo governo argentino. Eram os “civilizados” da cidade-porto que partiam em direção à “barbárie” desconhecida dos espaços projetados como as bordas da pátria imaginada.

Ciência e governo estavam aliados nessa empreitada porque a elite governante necessitava de uma descrição científica minuciosa das regiões até então desconhecidas, daí a pertinência dos cientistas descreverem tudo o que estava relacionado com a geografia, o clima, a fauna e a etnografia de uma região que estava em meio ao processo de ser submetida formalmente ao Estado argentino. Tratava-se de questões utilitárias sobre como a nação poderia tirar proveito dessas novas terras a serem conquistadas. Foi durante o governo do presidente Avellaneda, predecessor e apoiador de Roca, que foi promulgada pelo governo argentino no ano de 1875 a *ley de exploración científica de los territorios nacionales*, lei esta que visava fomentar e apoiar as expedições científicas dirigidas aos territórios nacionais das fronteiras norte e sul.

As expedições de exploração direcionadas às diversas partes do território do país durante o governo Roca geraram uma riqueza ignota, que demandava trabalho ordenado e sem pausa. Esse contexto exerceu influência direta sobre o ambiente intelectual que alicerçou o governo a partir de 1880. Era necessário mapear, identificar e descrever as regiões até então consideradas recônditas. O governo viu a necessidade de estar alicerçado por um ambiente intelectual que colaborasse com tal empreendimento. Pessoas que acreditavam no progresso humano e que se empenhassem no labor de expandir a civilização. Como bem sinaliza o historiador argentino Jorge Rafael Alcaráz, as expedições científicas eram parte desta dinâmica:

Los viajes de exploración constituyeron uno de los procedimientos aceptados para la construcción del escenario geográfico nacional, bajo el supuesto de la elaboración de un conocimiento exhaustivo de los «nuevos territorios» que demostraba la capacidad de un Estado para conquistarlo no sólo por las armas, sino a través del saber: creando jerarquías, taxonomías, promoviendo la explotación de las riquezas naturales (ALCARÁZ J., 2007, p. 42).

Ainda em 1872, durante o governo do presidente Sarmiento, foi criada a *Sociedad Científica Argentina*, considerado como o primeiro esforço de coordenar o desenvolvimento científico argentino na época. Dessa instituição se ramificaram outras de caráter científico, dentre elas estava o Instituto Geográfico Argentino¹³⁰, o qual foi criado às vésperas da ascensão de Roca ao poder, em meio ao contexto em que as instituições científicas tiveram um papel central nesse empreendimento “civilizatório”. A política de expansão das fronteiras demandava o apoio logístico dessas instituições. Seus membros, muitas vezes transitavam livremente entre o ambiente científico e o espaço político propriamente dito, tendo cargos importantes em ministérios e alguns sendo inclusive nomeados governadores de províncias argentinas.

Estanislao Severo Zeballos foi o primeiro presidente do Instituto Geográfico Argentino. Além da constante atuação no meio científico nacional, foi deputado e Ministro de Relações Exteriores, exercendo um papel fundamental nas questões limítrofes com o Chile e com o Brasil. Ramón Lista e Florencio de Basaldúa, dois dos viajantes a serem analisados nesta pesquisa, e que também foram membros do Instituto, foram nomeados, respectivamente, como governadores dos territórios nacionais de Santa Cruz e Chubut.

¹³⁰ A geógrafa argentina Perla Zusman (1996) possui uma interessante pesquisa que compara os institutos geográficos de Brasil e Argentina.

A combinação entre ciência e política pode ser sintetizada nas palavras abaixo, deferidas por Zeballos:

Mas a conquista do deserto fechava um problema mais urgente; o estudo e colonização daqueles territórios; e foi então que os mesmos estudantes daquele tempo acharam necessário fundar o Instituto Geográfico Argentino, para que estivesse a frente das pesquisas que tinham por objetivo civilizar nossos desertos (ZUSMAN P. , 1996, p. 29).

Do Instituto Geográfico, se despreendeu a *Sociedad Geográfica Argentina*¹³¹, presidida por Ramón Lista. Esta instituição, a exemplo das outras anteriormente citadas, estava em total consonância com a ideologia do governo no que concernia à ocupação da fronteira-deserto. Tratava-se de um contexto bastante parecido com o brasileiro, onde o IHGB dava o suporte intelectual e material para as políticas públicas, tanto do governo imperial, quanto do republicano, de empreender o avanço sobre a fronteira-sertão.

As instituições científicas argentinas estavam totalmente envolvidas nas expedições de exploração que partiram em direção à frontera-desierto. Ainda que apresentassem um caráter militar, elas também eram compostas por cientistas cuja missão era a de mapear a área conquistada, além de descrever o espaço e as riquezas que ele pudesse oferecer para o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, as expedições que se dirigiram à Patagônia, na fronteira sul, e ao Chaco, na fronteira norte, eram bastante similares. Há que se agregar ainda o fato de que essas duas regiões foram cenários de conflitos militares contra nações indígenas que jamais se submeteram ao poder europeu durante o período colonial e, tampouco, ao então recém-criado Estado argentino.

O contexto de Misiones, na fronteira nordeste, era distinto. Por mais que este espaço não estivesse sido formalmente anexado e fosse objeto de conquista por parte dos argentinos, nele existiu todo um histórico de vários movimentos de fronteira presentes ao logo dos séculos. Também resulta importante destacar que o comércio da erva-mate – cujo controle era objeto de desejo por parte dos portenhos - já existia antes do avanço proveniente de Buenos Aires. Os guaranis foram os pioneiros no tocante ao consumo da infusão processada a partir da erva-mate. O costume foi aderido pelos espanhóis e um intenso comércio se desenvolveu na região onde estavam envolvidos,

¹³¹ Segundo Zusman (1996, pp. 43-46), ainda não ficou claro o motivo para tal cisão.

além dos próprios guaranis, os jesuítas que atuaram neste espaço durante o período colonial.

Para além da questão econômica, existia o problema geopolítico do litígio fronteiriço com o Brasil. Era urgente a ocupação de Misiones para poder disputar o domínio deste espaço frente ao movimento de fronteira brasileiro. Tal conjuntura refletiu na própria dinâmica interna da organização do território argentino. Cabe lembrar que o domínio da região era reivindicado pela província de Corrientes. Entretanto, não era interessante para o governo argentino que uma área de fronteira internacional não estivesse sob o seu controle direto. Por esse motivo veio à tona a criação do Território Nacional de Misiones em 1881, colocando a região sob o controle direto do poder sediado em Buenos Aires.

Dentro desse contexto, numerosas expedições foram enviadas à região. Muitas delas compunham-se de exploradores estrangeiros que estavam a serviço do governo argentino. No entanto, a nossa preocupação reside em analisar os viajantes nacionais que estavam preocupados com a formação de uma consciência nacional, fato que os diferia substancialmente dos estrangeiros.

As expedições argentinas direcionadas para Misiones - a maior parte liderada por agentes civis - tinham um caráter distinto das expedições militarizadas direcionadas à Patagônia e ao Chaco. Também diferiam significativamente das expedições brasileiras, onde o elemento militar era predominante.

Embora a questão militar fosse de suma importância - devido ao problema do litígio com o Brasil e, conseqüentemente, à possibilidade de um conflito militar com a nação vizinha - é importante apontar que, desde 1870, existia uma rota comercial que ligava Buenos Aires à Misiones pela via do rio Paraná (BRESSAN, 2017, p. 76). Tal contexto era bastante distinto do cenário brasileiro, onde não existia uma rota comercial consolidada que conectasse os centros urbanos atlânticos à fronteira-sertão do oeste paranaense pela via terrestre ou mesmo fluvial, já que o rio Iguazu era navegável somente até Porto União da Vitória, distante, todavia, cerca de 500 km da foz desse mesmo rio, onde se localiza o ponto de fronteira internacional com a Argentina e o Paraguai.

O Estado brasileiro e a burguesia curitibana não detinham pleno controle sobre os ervais situados ao oeste de Porto União da Vitória. Devido às dificuldades de realizar incursões sertão adentro, as expedições que adentraram por este espaço eram todas de caráter militar. Enquanto isso, os argentinos alcançavam a foz do Iguazu com relativa

facilidade através da rota fluvial do Paraná. Esse caminho facilitava a viagem dos agentes civis que se dirigiram a Misiones, não só dos argentinos, como também dos brasileiros que estavam reféns dessa mesma rota.

Resulta necessário demarcar que tal contexto não significava que os viajantes argentinos estavam plenamente irmanados com o espaço misionero. A exploração comercial não era acompanhada de um caráter colonizador. Na visão da elite portenha, os vastos espaços que estavam além das margens do Paraná ainda careciam de povoamento e de uma ocupação efetiva por parte do Estado argentino. Essa era uma das principais preocupações dos viajantes que se dirigiram à região. Não bastava apenas realizar uma viagem fluvial até a foz do Iguazu. Adentrar o interior da selva misionera - sertão para os brasileiros - era de suma importância e possibilitaria o mapeamento e a descrição das riquezas que poderiam aí ser encontradas.

Segundo o relato baseado nas memórias dos colonos do lado argentino da região do Iguazu, intitulada *La selva vencida* - a entrada da primeira expedição ervateira no interior misionero remonta ao ano de 1875. O episódio conhecido como “*Pacto de la Selva*” ocorreu na região de San Pedro. Foi um acordo entre um grupo de *pioneers* portenhos e brasileiros e uma tribo kaingang liderada pelo Cacique Maidana¹³², para que fosse autorizado o início da exploração da erva-mate na região (ZISMAN & SCHERER, 1976).

¹³² Em realidade, o cacique Maidana não possuía origem indígena. Era um branco resgatado e adotado pelos próprios indígenas. Em 1847, uma expedição composta por vinte homens e liderada pelo capitão Jacinto Galeano entrou na zona dos ervais de San Pedro. Eles foram atacados e mortos pela tribo do cacique Fracán, restando viva apenas uma criança de dez anos chamada Bonifacio Maidana. Ele foi adotado pelo cacique Goimbaré e integrado à sua tribo, tendo se casado com a sua própria filha e herdado o seu cargo de liderança (NUÑEZ, 1997, p. 93) (WILDE, 2007, p. 93).

Figura 31 - Cacique Maidana e sua família



Fonte: (AMBROSETTI, 1895b, p. 310)

2.5.1 Rumo à Misiones: os viajantes argentinos

Acreditamos que a curiosidade a respeito das potencialidades econômicas na fronteira nordeste tenha despertado um ávido interesse da elite portenha por relatos que pudessem descrever tais riquezas. Conseqüentemente, um público leitor de relatos de viagem foi se formando em Buenos Aires no final do século XIX, o que de certa forma fomentou a publicação dos relatos das expedições que se dirigiram a Misiones naquela altura.

No ano de 1882, o militar e político **Ramón Lista** (1856-1897), presidente da *Sociedad Geográfica Argentina*, foi o primeiro viajante argentino a ser enviado em caráter oficial à fronteira nordeste após a unificação nacional. Nascido na capital portenha, sua família, influente dentro da aristocracia local, era essencialmente de origem *criolla*. Seu avô, seu homônimo, foi coronel de infantaria durante o período colonial. A tradição militar de sua família o influenciou totalmente já que mais tarde foi incorporado ao exército argentino como chefe de comissões exploradoras.

Sempre foi estreitamente ligado aos poderes políticos em Buenos Aires. Entre 1887 e 1892 ocupou o cargo de governador do então recém-criado *Territorio Nacional de Santa Cruz* na Patagônia, que assim como Misiones e os outros territórios federais, foram criados durante a gestão do presidente Roca (AGUILAR, 2009).

Figura 32 - Ramón Lista



Fonte: Wikimedia¹³³

Suas primeiras explorações foram realizadas em direção à fronteira sul argentina, na Patagônia. Após uma tentativa frustrada no fim de 1877¹³⁴, empreendeu nova tentativa em janeiro de 1878. Resultante desta expedição foi concebida a obra *Viaje al país de los Tehuelches*. O título da obra revela o quanto o viajante estava imbuído pelo contexto do neocolonialismo empreendido pelos novos Estados americanos sobre as nações indígenas do continente. Olhando por este prisma, não se tratava somente de ocupar os espaços interiores da nação. Podemos considerar que era também um embate contra nações estrangeiras que estavam completamente alheias às projeções provenientes de Buenos Aires¹³⁵. Não existia um passado histórico que apontasse uma ocupação de origem espanhola que pudesse legitimar a ação dos

¹³³ Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6e/Ram%C3%B3n_Lista.jpg> Acesso em 1 fev. 2020.

¹³⁴ Lista ficou impedido de prosseguir viagem devido a um motim na colônia prisional de Punta Arenas, na Patagônia Chilena.

¹³⁵ Em um interessante estudo, o historiador brasileiro Gabriel Passetti (2012) analisou a “zona de contato” entre argentinos e indígenas na Patagônia como um espaço de negociação onde os indígenas se organizavam em confederações para resistir e negociar com os invasores oriundos de Buenos Aires.

portenhos¹³⁶. Diferente do caso brasileiro onde a elite política apontava a fronteira-sertão como um espaço por onde os portugueses e luso-brasileiros já havia ao menos transitado, ainda que isso não tenha resultado numa presença efetiva por parte do Estado.

Em 1882, o governo de Roca encomendou diretamente ao viajante uma expedição de exploração em Misiones. O relato de viagem foi publicado no ano seguinte sob o título *El Territorio de Las Misiones*. Tal expedição respondia às mesmas necessidades das anteriores, com a diferença básica de que dessa vez o destino foi o nordeste argentino de clima subtropical, um ambiente totalmente oposto ao da gélida Patagônia. Esse clima característico da zona próxima ao Trópico de Capricórnio, como é o caso da região de Misiones, apesar de ser diferente e mais frio em comparação com o clima tropical predominante nas zonas mais próximas à linha do Equador, era projetado pelos viajantes como tipicamente tropical, o que denota a influência europeia no que tangia o imaginário sobre as regiões tropicais da América. Buenos Aires, apesar de também estar localizada na zona subtropical, possui invernos mais rigorosos justamente por se localizar mais ao sul. Essa diferenciação climática entre Buenos Aires e Misiones foi ressaltada pelos viajantes e corrobora para a construção de Misiones como um lugar tipicamente tropical.

O relato de Lista nos dá uma grande dimensão a respeito das intenções do governo para com a região. A obra é estruturada em 12 capítulos que compreendem, em sua maior parte, dados referentes à demografia, hidrografia e mapeamento de áreas que poderiam ser aptas para a colonização. Além de indicar os recursos naturais que poderiam ser aproveitados tanto na agricultura, como para a indústria. Neste caso, o domínio da natureza da região, favorecido pela expedição científica, aparece como uma medida civilizatória já que a natureza e a História Natural ocupam um lugar privilegiado na mentalidade de homens da ciência. Por trás da busca de um domínio, existia uma perspectiva utilitarista, sendo a natureza misionera usada para o favorecimento do homem (KURY, 2001).

O caráter oficial da obra é evidenciado pelo fato de ter sido editada pela *Imprenta La Universidad*, local onde eram realizadas as publicações oficiais do governo argentino na época. O público leitor desse gênero de publicação era essencialmente

¹³⁶ Durante o período colonial, houve algumas incursões de padres jesuítas a partir da Capitania Geral do Chile. Resultante dessa empreitada foi a fundação da missão de Nahuel Huapi em 1670. Pouco tempo depois ela foi abandonada em meio à resistência dos povos indígenas da região (URBINA, 2008).

composto pela elite letrada de Buenos Aires. Alguns deles já eram grandes proprietários de terras no pampa e nesse momento também ansiavam por se tornarem grandes proprietários em Misiones.

Figura 33 - Relato de Ramón Lista



Fonte: Universidade de Michigan

Em consonância com o que realizaram todos os viajantes argentinos, Lista empreendeu viagem fluvial pelo Paraná. Ele partiu de Buenos Aires, tendo como principais destinos: a cidade de Posadas, principal centro urbano da região, e a foz do rio Iguaçu. O embarque ocorreu no dia 26 de maio de 1882.

Lista relatou o trajeto fluvial como se estivesse dentro de uma expedição colonizadora rumo a um país estrangeiro: “*Ningun país mas naturalmente preparado para la colonizacion, que las Misiones*” (LISTA, 1883, p. 4). No momento em que descreve a viagem pelo rio Paraná, registrou no relato a nomenclatura da fauna local através de fontes cursivas em sua escrita original, o guarani. Embora projetasse o espaço percorrido como território argentino, sua própria narrativa expressa o quanto manifestava alteridade em meio a um espaço distinto do seu local de origem, dando a ideia de estar percorrendo uma terra estrangeira: “*Todo lo posee Misiones: maderas (...)*

como el curupay (...) vegetales textiles, como el ñandipá (..) el güembé y el caraguatá (...)” (LISTA, 1883, p. 5).

Parou em Ituzaingó, tendo aí ficado por alguns dias devido ao atraso de outro vapor que pudesse seguir viagem rio acima. A troca por um vapor de menor porte era necessária nessa altura devido à existência dos Saltos do Apipé¹³⁷, ponto de difícil navegação onde os vapores de grande dimensão não poderiam seguir viagem. Em seguida, embarcou no dia 10 de junho no vapor Correntino, tendo chegado ao dia seguinte à Posadas, localidade que até então pertencia à Corrientes, mas que pouco tempo depois, em agosto desse mesmo ano, passou para jurisdição federal, tornando-se a nova capital do Território Nacional de Misiones.

O caráter oficial da expedição é ressaltado pelo fato de ter sido recebida em Posadas pelo próprio governador do território, Rudecindo Roca, que era irmão do presidente da República (LISTA, 1883, p. 8). Nessa altura, a capital ainda se localizava na localidade de Corpus, mas as autoridades já residiam em Posadas, o que não deixa de representar uma antecipação da mudança formal da capital misionera que ocorreria muito em breve.

Estando instalado na própria casa do governador, daí empreendeu viagens pelo interior misionero. No dia 13 de junho, acompanhados pelos assistentes Nicolás Videla, Vicente Aguirre e por mais dois militares, empreendeu uma viagem terrestre pelo interior que cortou o território misionero de oeste a leste, passando por Apóstoles, Concepción de la Sierra, até alcançar a localidade de San Javier, nas margens do rio Uruguai, fronteira com o Brasil. A partir daí, subiu o referido rio num lancha em uma viagem que durou sete dias, onde realizou um mapeamento dos rios afluentes e diversos relatos sobre a fauna e a flora da região do Alto Uruguai, tendo depois retornado à sua base em Posadas.

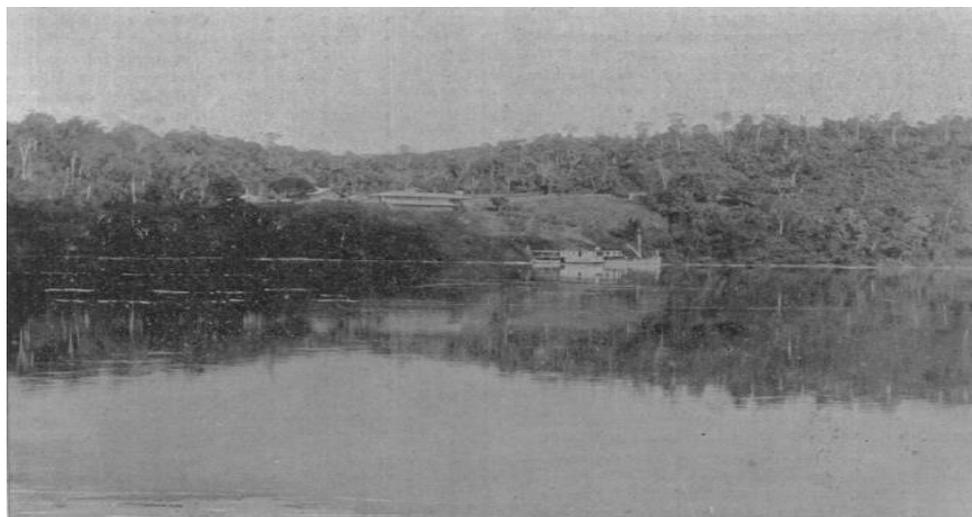
No dia 15 de julho, embarcou no vapor Caremá para subir o Paraná em direção ao importante porto ervateiro de Tacurú Pucú¹³⁸, localizada na margem paraguaia, ponto mais ao norte que pôde alcançar justamente porque essa localidade representava a fronteira final da navegação no Paraná. Nessa região, o viajante realizou diversas excursões para mapear os afluentes do Paraná e relatar a fauna e a flora. Essa expedição

¹³⁷ Localizado entre Ituzaingó (Argentina) e Ayolas (Paraguai), os Saltos do Apipé eram pequenas cataratas que hoje se encontram submergidas devido à existência da Represa Binacional de Yacyretá, construída durante a década de 1980.

¹³⁸ Onde hoje se localiza a cidade paraguaia de Hernandarias.

contou ainda com a participação de mais dezesseis militares e um desenhista (LISTA, 1883, p. 11).

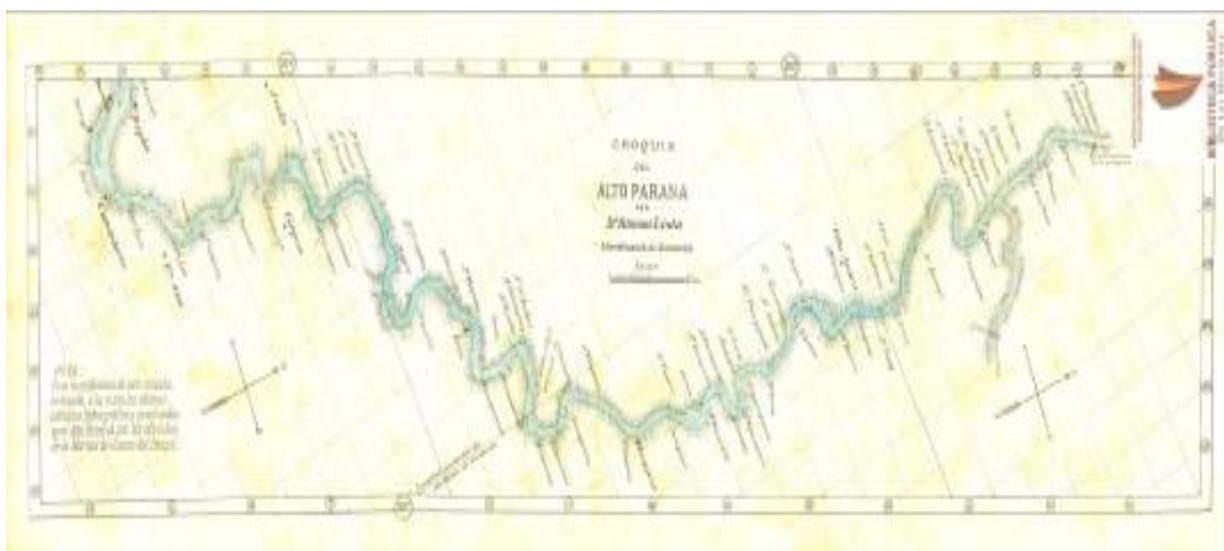
Figura 34 - Porto de Tacurú Pucú



Fonte: (BASALDÚA, 1901, p. 133)

No dia 9 de agosto, iniciou a descida rumo à foz do Iguazu, onde realizou explorações por este rio, considerado como o afluente mais importante do Paraná. Também relatou as suas impressões acerca das cataratas. Em seguida, continuou baixando pelo Paraná, realizando paradas para explorar os seus afluentes até chegar novamente em Posadas (LISTA, 1883, pp. 16-17).

Mapa 25 - Mapa elaborado por Ramón Lista, utilizando dados da Marinha de Guerra do Brasil, apontando o rio Paraná e seus afluentes desde Posadas até a região de Guaíra, ponto máximo de navegação.



Fonte: (LISTA, 1883, p. 40)

Mapa 26 - Itinerário de Ramón Lista em 1882



Fonte: (ARANHA, 2014, p. 57)

O relato de Lista, ademais de nos passar a sensação dele estar transitando por um território estrangeiro, ainda aponta que as autoridades argentinas ainda não estavam plenamente estabelecidas pelo interior misionero. À parte de Posadas, existiam representações da administração pública em Santa Ana, Concepción de la Sierra e San Javier. Todas essas localidades estavam localizadas na parte sul do Território Nacional

de Misiones. O restante da região, incluindo a área de litígio com o Brasil, ainda era um imenso vazio demográfico: “*No han sido determinados todavía los puntos mas convenientes para fijar el asiento de las autoridades locales (...) existen ya comisiones municipales em Santa-Ana, Concepcion y San Javier, y por médio de ellas se recauda la renta pública*” (LISTA, 1883, p. 33).

Tais observações causaram impacto imediato sobre as autoridades de Buenos Aires. Resultado direto de suas observações a respeito da possibilidade de criação de áreas aptas para a colonização foi o decreto emitido pelo presidente Roca em 20 de fevereiro de 1883 para a instalação de duas novas colônias em Misiones. De acordo com o que sugeria o decreto, foram reaproveitadas duas antigas missões jesuíticas: Candelária, localizada a 25 quilômetros ao norte de Posadas, ainda na costa do Paraná e Santa Ana, esta última localizada a 45 quilômetros da capital misionera. A intenção era a de aproveitar as bases já existentes, utilizando até mesmo as ruínas desses locais como material para construção das novas colônias que mantiveram as nomenclaturas originais das antigas missões (LISTA, 1883, pp. 107-108).

Vemos que a colonização ainda estava concentrada na área das antigas reduções jesuíticas, justamente por tirar proveito das bases já lançadas durante o período colonial. Avançar a fronteira mais ao norte era uma tarefa que despendia recursos que não estariam disponíveis naquela altura. Cale lembrar que foi somente em 1897 que surgiu uma primeira povoação argentina na foz do Iguaçu.

A medição das duas novas colônias foi confiada ao agrimensor **Rafael Hernández** (1840-1903) (LISTA, 1883, p. 108). Nascido na localidade de Chacra de Pueyrredón, onde hoje se localiza a cidade de Villa Ballester, parte do conglomerado urbano da grande Buenos Aires. Era irmão do conhecido escritor argentino José Hernández, o autor de *Martín Fierro*.

Devido à dedicação do pai às atividades ligadas à agropecuária, a vida dos dois irmãos foi marcada por diversas viagens pelo interior do que seria a futura nação argentina.

Figura 35 - Rafael Hernández



Fonte: La Baldrich¹³⁹.

Dentro do contexto das guerras civis entre unitários e federalistas, os irmãos se alistaram no exército da Confederação Argentina, sendo assim, Hernández é o único dos viajantes aqui apresentados que esteve ao lado dos federalistas. Ele retornou à Buenos Aires apenas em 1868, onde se alinhou à ideologia política portenha, aderindo assim à causa da unificação nacional capitaneada por Buenos Aires.

Hernández foi diplomado como engenheiro agrimensor pela Universidade de Buenos Aires, tendo posteriormente realizado diversas mensuras pelo interior argentino. Em 1874, o presidente Avellaneda o nomeou chefe da sessão de Geodésia do Departamento de Engenharia da província de Buenos Aires. Também exerceu a função de jornalista, onde grande parte de seus escritos versavam sobre a necessidade de se legitimar uma consciência nacional argentina, opondo-se à influência do capital britânico fortemente presente em Buenos Aires: “*Abandonando nuestras industrias, entregando nuestro capital, nos convertimos en una especie de Irlanda, en un feudo cuyo señor está en los bancos de Inglaterra*” (JARA, 2005, p. 196).

Entre 1875 e 1893, foi deputado e senador por Buenos Aires, sendo a fundação da Universidade de La Plata um dos seus projetos de maior destaque (TONELLI, 2015).

Em 1883, o governo argentino, por meio da *Oficina Central de Tierras y Colonias*¹⁴⁰, encarregou Hernández da tarefa de realizar a mensuração de duas novas

¹³⁹ Disponível em: <<http://www.labaldrich.com.ar/wp-content/uploads/2017/10/rafael-hernandez.jpg>> Acesso em 1 fev. 2020.

colônias em Misiones. Durante os cinco meses em que realizou as medições das colônias, também exerceu a função de correspondente do jornal *La Tribuna Nacional* de Buenos Aires, escrevendo diversos relatos no formato de cartas descrevendo a sua estadia na região. Os relatos foram publicados no jornal a partir de julho de 1883.

Conforme já foi aqui elencando, o *La Tribuna Nacional* era o jornal oficial do governo Roca. A premissa editorial do jornal, por estar em consonância com a ideologia roquista, viu na viagem de Hernández uma possibilidade de projetar os seus ideais de progresso e civilização. Dessa maneira, os relatos de uma região periférica como Misiones vinham a calhar com essa premissa ideológica. Num artigo datado de 1884 sobre a inauguração de novas escolas em Buenos Aires, o jornal evidenciou tais ideais, sobretudo, enfocando Misiones como o destino do que seria uma marcha irrefreável do progresso:

Es el progreso que se manifiesta en todas las esferas de la actividad intelectual, así como en el desarrollo de la riqueza por la explotación de sus fuentes y el mejoramiento de las vías que á ellas conducen. Ayer anunciábamos la llegada de la locomotora á Mendoza, hoy la inauguración que nos ocupa; mañana será el arribo á nuestro puerto de millares de inmigrantes para ir á fecundar con su labor el pueblo de Misiones ó las feraces comarcas de que nos hablaba el otro día el coronel Olascoaga. Recojan el laurel que les corresponde los que han hecho posible este movimiento benéfico para el país (La fiesta del Domingo, 1884, p. 621).

Sendo um representante do Estado, Hernández carregava consigo todo o cabedal ideológico do governo roquista. Em sua visão, seu trabalho ia além da atividade da mensuração de terras. Era o dever de levar a civilização que o motivava rumar para terras tão longínquas. A sua própria função de ser um correspondente de um jornal portenho abre margem para refletirmos a respeito do significado da atuação do jornalista naquela época. Para Valenzuela e Sanguineti (2012, pp. 142-143) o jornalista a essa altura desempenhava com paixão uma função política, dado que ali se discutiam os projetos de modernização da sociedade. No caso dos relatos de Hernández a respeito de Misiones, havia um claro interesse em inculcar na mente dos seus leitores todo o ideal que girava em torno da ideia de progresso. O próprio Roca era um dos leitores do

¹⁴⁰ Esse órgão era o responsável por fomentar o povoamento das novas colônias construídas em Misiones. Nessa edição do livro estão incluídos os relatórios de Hernández dirigidos a Enrique Victorica, o chefe da citada repartição. Também estão encartados no livro, dois mapas das novas colônias, confeccionados pela Oficina e que incluem textos em espanhol, italiano, francês e inglês, com vistas a fomentar a imigração tanto de nacionais, como de estrangeiros provenientes da Europa.

viajante. Em carta escrita para Hernández, datada de 19 de agosto de 1883, o presidente manifestou seus agradecimentos pelos relatos oriundos da fronteira misionera:

He lido con mucho gusto sus cartas y sus interesantes correspondencias á la Tribuna Nacional.

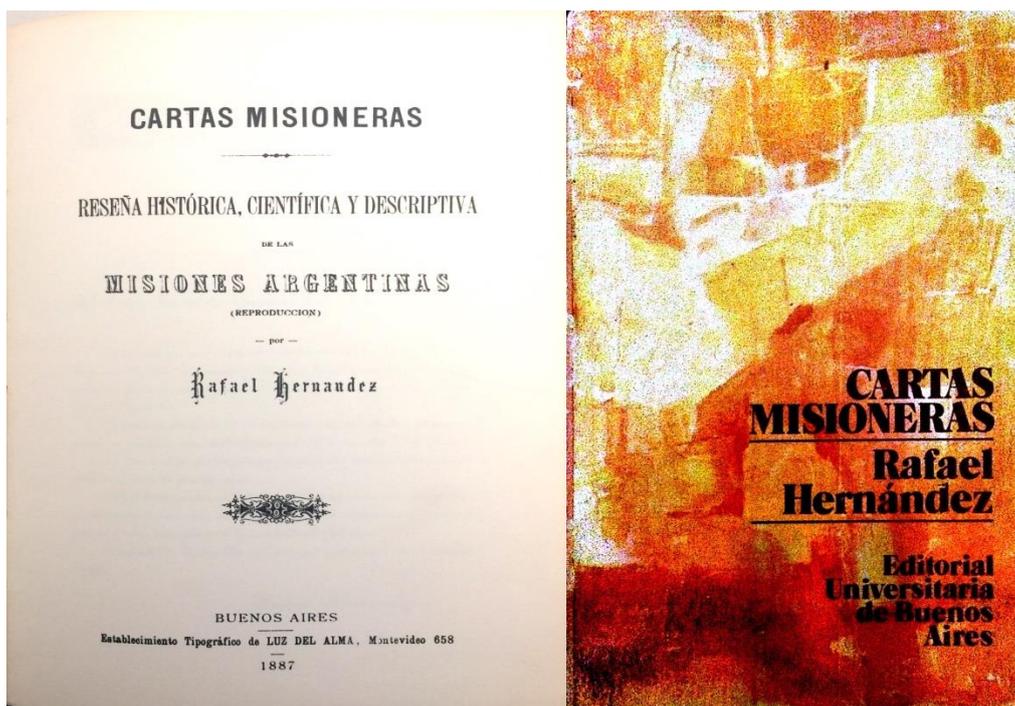
Mucho me complacen las noticias que transmite sobre las excelentes condiciones de esos lugares y su próxima y segura prosperidade.

Sus diversas indicaciones respecto à obras y trabajos de carácter útil ó necessário, serpan debidamente tomadas em cuenta y voy à hablar de ello con los Ministros respectivos.

Esperando que no dejará V. de comunicarme todo cuanto estime conveniente soy su siempre afectísimo servidor y amigo (HERNÁNDEZ, 1973, p. 5).

O interesse de Roca pelos relatos de Hernández foi de tamanha envergadura, que foi devido a um pedido seu que os relatos foram reunidos e publicados em formato de livro pela primeira vez em 1887 (STEPHANIS, 2009, p. 46).

Figura 36 - Edições de 1887 e 1973



Fonte: Acervo pessoal do autor.

A expedição de Hernández partiu em julho de 1883 a bordo do vapor El Mensajero com destino à cidade de Corrientes. Era composta por mais cinco ajudantes: os agrimensores Fernando Itier e Carlos Santos, além de mais três subalternos: R Lubari, José Paez e Guillermo Siphtorpe.

Trocaram de vapor na cidade correntina para continuar subindo o Paraná rumo à Ituzaingó. Para cruzar os Saltos do Apipé e chegar até Posadas, – uma distância de aproximadamente 80 quilômetros – o percurso foi realizado em uma lancha de menor porte. A partir da capital, se dirigiu ao trabalho de mensurar as duas colônias solicitadas pelo governo argentino.

Ainda que tal compromisso o prendesse nessas localidades, Hernández não deixou de realizar uma expedição pelo interior, chegando até a localidade de Apóstoles, nas proximidades do rio Uruguai.

O esforço de legitimar uma consciência nacional argentina contrastava com as suas impressões a respeito do espaço percorrido, já que o viajante chegava até mesmo a ser efusivo em seu relato ao apontar o quanto a região carecia de uma integração efetiva.

As suas cartas publicadas no *La Tribuna Oficial* tinham o claro intento de chamar a atenção da elite portenha para o problema da construção da consciência nacional. Para além das considerações que já fizemos aqui a respeito desta elite, há que ter em mente que se tratava de um público restrito, já que grande parte da população não sabia ler. Soma-se ainda o fato de existir um intenso fluxo de imigrantes europeus que chegavam ao porto da cidade nessa época e que ainda não estavam devidamente integrados na sociedade nacional. Hernández tinha consciência desse fato e escreveu logo no início do seu relato que o mesmo “(...) *servirá de guia á los escasos lectores que me honren con su atencion*”. No entanto, esses escassos leitores seriam os interlocutores desse debate tão importante para aquela época. O agrimensor indicou - ao citar a dificuldade de cruzar os Saltos do Apipé - que era necessário desatar o “nó górdio” que bloqueava o caminho da civilização em Misiones. Vencido esse obstáculo - referenciando o exemplo histórico do domínio alexandrino sobre a Ásia - pôr fim a fronteira nordeste seria um domínio efetivamente argentino (HERNÁNDEZ, 1973, p. 9).

Mapa 27 - Itinerário Rafael Hernández em 1883



Fonte: (ARANHA, 2014 p. 60).

Hernández mostrou-se empolgado com a nascente preocupação do governo de Roca com o que denominava de “*este pedazo privilegiado del país*”. Assim citou algumas expedições enviadas a Misiones naquele período. Dentre elas, referenciou a do naturalista **Eduardo Ladislao Holmberg** (1852-1937), que no início de 1886 empreendeu uma expedição científica à região (HERNÁNDEZ, 1973, p. 122).

Nascido em Buenos Aires, Holmberg, tal como os viajantes anteriormente citados, pertencia à alta sociedade portenha. Era neto do barão Eduardo de Holmberg, botânico austríaco que participou das lutas de independência contra a Espanha, e filho de Eduardo Wenceslao Holmberg, botânico, militar e membro do Partido Unitário, que viveu um período exilado no Chile junto a Sarmiento, devido às divergências de ambos em relação ao governo federalista de Juan Manuel de Rosas (REGGINI, 2007, p. 31).

Figura 37 - Eduardo Ladislao Holmberg



Fonte: Site de Federisco Kukso¹⁴¹.

Influenciado pelo avô e pelo pai, desde cedo se mostrou inclinado para os estudos de botânica. A seguir veio a se tornar um dos intelectuais mais influentes da *Generación del 80* e um dos cientistas mais renomados dentro do meio científico nacional. Sendo um homem de ciência, não deixou de manter estreita vinculação com os políticos de seu tempo. Um deles era o próprio Sarmiento, o qual, durante a sua gestão como presidente, convencido da utilidade da ciência para o melhoramento da nação, apoiou a criação da *Academia Nacional de Ciencias* -sediada em Córdoba e mantida diretamente pelo governo argentino- do *Observatório Astronómico de Córdoba* e da *Sociedad Científica Argentina*, sediada na capital do país.

O presidente Roca seguiu essa mesma diretriz. A *Conquista del Desierto* na fronteira sul, a qual estava sob o seu comando, também albergava uma missão científica. A criação do Instituto Geográfico Argentino foi decorrência direta desta expedição, cujo objetivo era o de mapear o avanço de fronteira empreendido pelo Estado argentino. Além dos militares, a comitiva também foi composta por vários

¹⁴¹ Disponível em: <<http://fkukso.com/post/162899972415/eduardo-holmberg-1852-1937-fue-a-un-mismo-tiempo>> Acesso em 1 fev. 2020.

cientistas estrangeiros e argentinos, dentre os quais estava Holmberg, então um jovem de 26 anos.

Em 1884, ainda dentro do âmbito das expedições oficiais organizadas pelo governo, Holmberg realizou uma viagem ao extremo sul da província de Buenos Aires. Dessa expedição encomendada diretamente por Dardo Rocha, então governador da Província de Buenos Aires, resultou o relato de viagem intitulado *La Sierra de Curá-Malal*.

Para além do dever para com a ciência, encontrava-se também no encargo de servir a sua pátria. No ano de 1885 participou de uma expedição ao Chaco, na fronteira norte. Para Holmberg, integrar uma expedição ao Chaco era um dever patriótico, em suas próprias palavras: era “*más que una cuestión personal*” (HOLMBERG, 2012, p. 32). Seria então uma questão de tempo para empreender uma viagem a Misiones. Havia planos já em 1883, mas que em razão das expedições a Curá-Malal e ao Chaco, necessitou adiá-los.

Por fim, no dia 15 de janeiro de 1886, Holmberg partiu de Buenos Aires, a bordo do vapor Cisne rumo a Misiones. A sua comitiva era também composta pelo italiano Constantino Solari e por Antonio Pitaluga, jovem portenho estudante de medicina. A expedição foi financiada em parte pela *Academia Nacional de Ciencia*, e também contou com o apoio direto do presidente Roca, que forneceu as passagens dos vapores utilizados na viagem (HOLMBERG, 2012, p. 32). O viajante buscava legitimação ao obter subsídio do órgão científico mais importante da Argentina. O fato de este órgão ter enviado alguns de seus membros junto à expedição de Roca pela Patagônia reforça tal importância (ALCARÁZ J., 2005, p. 11).

A expedição realizou uma parada em Corrientes no dia 21. Como teriam que esperar até o dia 30 para poder seguir viagem, realizou uma expedição ao Território Nacional do Chaco – localizado na margem direita do Paraná, defronte à Corrientes - a convite do comerciante britânico James Hardy. Após regressarem à capital correntina, juntaram-se à expedição mais dois componentes provenientes de Buenos Aires: Carlos Rodrigues Lubary e Enrique Rojas.

Seguiram rio acima até alcançarem a cidade de Ituzaingó no dia 31. Suas impressões sobre a localidade não foram nada positivas. Para ele, o atraso e a falta de civilização do local estavam atrelados à predominância de uma cultura distinta do seu referencial civilizatório: (...) *el mestizo guaraní no es muy exigente ni rumboso en sus edificios*” (HOLMBERG, 2012, p. 83). Tal discurso, carregado por um viés colonialista,

para além de registrar distanciamento em relação ao outro, projetava os valores oriundos de uma suposta centralidade sobre uma periferia que deveria ser dominada e civilizada.

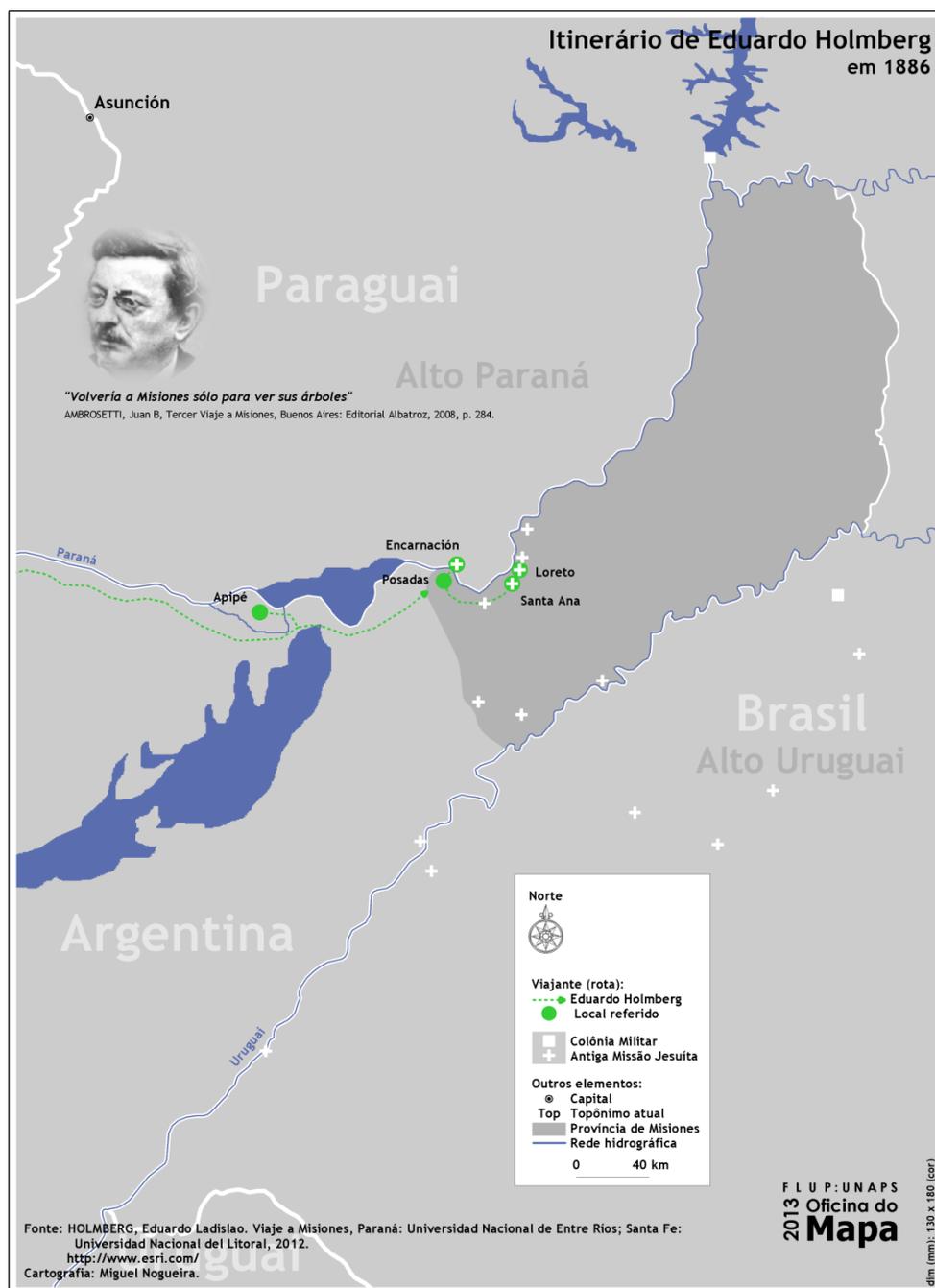
As frustrações do viajante em relação à Ituizangó não se restringiram apenas a esta questão. Nessa altura se localizava os Saltos do Apipé, os quais impossibilitaram o vapor de seguir viagem, obrigando a expedição a seguir por terra até Posadas utilizando uma carroça como veículo. Apesar de Ituizangó estar culturalmente integrada à Misiones, o viajante não deixou de registrar a sua passagem simbólica pela fronteira que dava acesso ao tão almejado destino: *“Entramos en la diligencia y nos arreglamos como sardinas; pero, en fin, íbamos a viajar hasta Misiones; íbamos a penetrar en aquella tierra rodeada de tanto misterio y que, al fin y al cabo...pero, íbamos”* (HOLMBERG, 2012, p. 89).

Alcançaram à capital misionera no dia 2 de fevereiro, no entanto, as suas primeiras impressões não foram nada positivas: *“Como situación actual, pocos pueblos argentinos tienen una peor que Posadas”* (HOLMBERG, 2012, p. 107).

A partir de Posadas, Holmberg realizou diversas expedições pela região, buscando sempre o que poderia representar uma maior exotividade para ele. O espaço visitado deu margem para que a sua narrativa, de teor fortemente cientificista, fosse transpassada para o relato. A problemática da geopolítica da região se fez presente, já que a questão de litígio de fronteira com o Brasil ainda seguia sem solução. Para ele, Misiones estava envolta por uma problemática internacional que necessitava uma urgente solução (HOLMBERG, 2012, p. 12).

Em carta dirigida a Oscar Doering, presidente da *Academia Nacional de Ciencias*, enfatizou a condição de ser fluente em vários idiomas, e ainda assim escolher o idioma pátrio espanhol para escrever o relato: *“Ante todo, usted comprende que escribo para mi país. Si no fuera así, no escribiría en castellano, es decir, en este idioma en que todos nos entendemos aquí. Adoptaría otro”* (HOLMBERG, 2012, p. 8). Tais palavras denotam o quanto o idioma espanhol estava relegado ao ostracismo frente aos idiomas mais “científicos” como o alemão, o inglês e o francês, linguagens estas que expressavam os valores da elite científica europeia de então. No entanto, o fato de não ter escolhido um idioma suficientemente “científico” denota o quanto buscava fomentar a consolidação de um ambiente científico legitimamente argentino. Misiones foi projetada para dentro deste discurso de teor nacionalista: *“Mi ideal no es un viaje a Europa; pero, una vez realizado ¿no será um verdadeiro placer el contestar: «¿Misiones?, aquí está?»* (HOLMBERG, 2012, p. 14).

Mapa 28 - Itinerário de Eduardo Holmberg em 1886

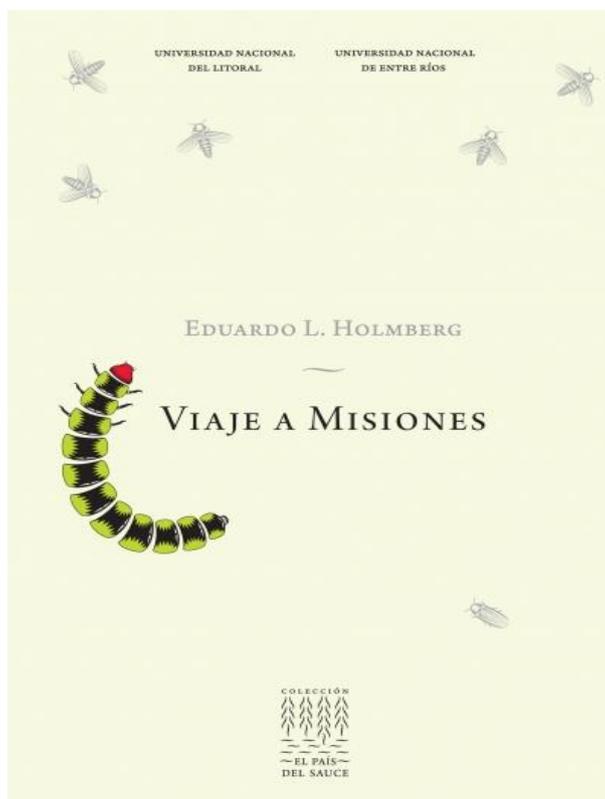


Fonte: (ARANHA, 2014 p. 66)

O relato foi publicado no ano seguinte ao da expedição, dentro do boletim da própria *Academia Nacional de Ciencias* baixo o título *Viaje a Misiones*. Ter o trabalho editado pela Academia dava uma legitimação também acerca do público alvo que Holmberg tencionava atingir. Para além do público estritamente científico, sua ideia era alcançar uma audiência mais vasta, principalmente o tipo de leitor que consumia a típica

literatura de aventura existente na época, como os romances publicados em folhetins ou obras de autores como Júlio Verne (SALTO, 2002, p. 66). Nesse caso, é perceptível em seu relato, ademais do viés científico, uma grande atenção para com a narrativa. Holmberg se vale de recursos literários geralmente não utilizados pelos viajantes até aqui citados. Essa tendência se explica pelo fato do autor também ter se enveredado pelo ofício de romancista. Já em 1875, publicou *Viaje maravilloso del señor Nic-Nac al planeta Marte*, sua primeira obra do gênero que mais tarde ficou conhecida como ficção científica. Nota-se nessa obra uma forte influência da obra de Júlio Verne, *Da Terra à Lua*, publicada dez anos antes.

Figura 38 - Reedição de 2012



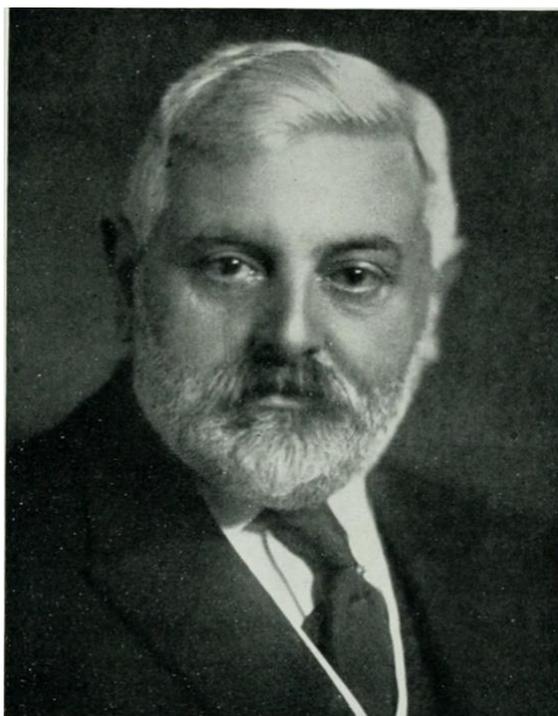
Fonte: Acervo pessoal do autor.

A própria narrativa de *Viaje a Misiones* trata as pessoas que estão envolvidas no relato como personagens de um romance de aventura. Quando apresenta Antonio Pitaluga, seu companheiro de expedição, o faz com a ênfase de que até então, nunca tivera a oportunidade de encontrar alguém com “*muchas inclinaciones a las aventuras*” (HOLMBERG, 2012, p. 37). Em realidade, Holmberg fomentou uma escola de aventureiros em Buenos Aires. Suas inúmeras publicações, sejam elas de cunho

científico ou de ficção, obtiveram relativa repercussão entre a elite letrada de Buenos Aires (REGGINI, 2007, pp. 36-37). Dentre os seus discípulos, o mais importante foi **Juan Bautista Ambrosetti** (1865-1917).

Filho de pai italiano, Ambrosetti nasceu em Gualeguay, província de Entre Ríos, local onde seu pai era detentor de terras. Ele também foi presidente do *Banco Italiano del Río de la Plata*, o que denota o quanto era influente em meio à burguesia de Buenos Aires. Tendo Ambrosetti se translado ainda na infância para a capital argentina, conheceu Holmberg aos 13 anos, em um encontro casual onde o motivo da reunião era a classificação de um inseto. A partir daí travou-se uma grande amizade que influenciou totalmente a sua trajetória científica. No âmbito de sua vida particular pessoal, tornou-se genro de Holmberg ao contrair matrimônio com sua filha María Helena (AMBROSETTI, 2008, p. 17).

Figura 39 - Juan Bautista Ambrosetti



Fonte: Flickr¹⁴².

Aos 17 anos foi aceito como membro ativo da *Sociedad Científica Argentina* pelo naturalista alemão Carlos Berg, então presidente desta instituição. Tendo a idade de 20 anos, realizou sua primeira expedição científica rumo ao interior da Argentina. A

¹⁴² Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/internetarchivebookimages/18161359605/>> Acesso em 1 fev. 2020.

convite do capitão Antonio Romero, dirigiu-se para o norte da Província de Santa Fé. O resultado dessa expedição foi a publicação da obra *Viaje de un Maturrango*, dotada de uma inquietude literária similar à utilizada pelo seu sogro¹⁴³.

Sua precoce inserção no meio científico argentino lhe rendeu a indicação do conhecido naturalista ítalo-argentino Pedro Scalabrini para o cargo de diretor do *Museo de Historia Natural de Paraná*, capital da província de Entre Ríos. Após cinco anos de trabalho no Museu, regressou a Buenos Aires. Animado pelo contexto das expedições científicas da época, empreendeu diversas viagens para diferentes pontos do território argentino.

Contudo, Misiones reservou destaque especial para Ambrosetti, já que para lá empreendeu três viagens, tendo elas dado origem a três relatos distintos. Paralelamente aos relatos de viagem, publicou uma vasta obra de estudos etnográficos sobre os povos aborígenes de Misiones. Esses estudos fizeram com que fosse reconhecido mais tarde como um dos pioneiros da antropologia latino-americana.

Diferente de todas as outras expedições, o que lhe confere um caráter bastante audacioso, a primeira viagem de Ambrosetti não empreendeu caminho pela rota fluvial do Paraná. A rota escolhida foi pelo Uruguai, o outro rio que forma a Mesopotâmia Argentina e que também faz o papel de marco fronteiro com a República Uruguia.

Partiu em setembro de 1891 a bordo do vapor Rivadavia com destino a Concórdia, na província de Entre Ríos. O viajante descreveu minuciosamente o trajeto pelo rio Uruguai, sempre comparando as cidades argentinas e uruguaias situadas em margens opostas do rio. Neste trajeto fluvial, manifestou um sentimento de proximidade com a nação vizinha:

Al outro día llegamos á la gloriosa ciudad de Paysandú, la Numancia moderna (...) en donde argentinos y orientales, unidos por un estrecho vinculo de ideas, sucumbieron (...) ante una escuadra que los bombardeaba à mansalva y diez mil hombres que sofocaron con su masa el esfuerzo de sus 600 defensores (AMBROSETTI, 1892a, pp. 5-6).

Ao mesmo tempo em que manifestava proximidade com os uruguaios, criticava o intervencionismo brasileiro exercido sobre a região do Prata¹⁴⁴. A referência histórica

¹⁴³ Para uma análise detalhada a respeito da referida obra, consultar: (ARIAS, 2012).

¹⁴⁴ Colocado de maneira simplista por Ambrosetti, o contexto das intervenções brasileira na região era mais complexo do que o panorama apresentado pelo viajante. O Império era aliado de Bartolomé Mitre na Argentina e do Partido Colorado no Uruguai. O evento histórico mencionado, *O Cerco de Paysandú*, foi resultado da invasão de uma coligação de brasileiros e colorados sobre a cidade até então dominada pelos opositores do Partido Nacional.

à Numância associava o imperialismo brasileiro ao avanço impiedoso por parte do Império Romano sobre a Península Ibérica durante a Antiguidade¹⁴⁵.

A partir de Concórdia, utilizou o trem como meio de transporte até alcançar a localidade correntina de Monte Caseros, próximo a tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai. Em seguida, utilizou novamente a rota fluvial, embarcando no vapor Iberá rumo a Santo Tomé, nas proximidades do limite entre Corrientes e Misiones. A partir dessa altura, a margem esquerda do Uruguai torna-se brasileira, pertencente ao estado do Rio Grande do Sul. Vindo novamente à tona a comparação transnacional, as dimensões das cidades gaúchas de Itaqui, Uruguaiana e São Borja impressionaram o viajante, já que as cidades do lado argentino são descritas como mais acanhadas em comparação com o outro lado. Outro dado que lhe chamou a atenção foi o aspecto militar, apontando a presença do exército brasileiro em toda a região do Alto Uruguai (AMBROSETTI, 1892a, pp. 8-10).

A partir de Santo Tomé, seguiu a cavalo até Barra Concepción, onde, a exemplo de Holmberg, embora em um local distinto¹⁴⁶, não deixou de manifestar a passagem simbólica da fronteira que dava acesso a Misiones: “(...) *entramos en el Pueblo de Concepcion, el primero de Misiones*” (AMBROSETTI, 1892a, p. 13). Continuou por via terrestre até San Javier. A partir daí cruzou para a margem esquerda adentrando em território brasileiro, onde passou pelas cidades gaúchas de São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, Santo Ângelo, Campo Novo até alcançar a Colônia Militar do Alto Uruguai, cruzando novamente o rio para regressar a Misiones.

Atravessou o Território Nacional de leste a oeste, espaço o qual ele projetou como “*plena selva Argentina*”, passando pela localidade de San Pedro até alcançar as margens do Paraná, em Puerto Piray (AMBROSETTI, 1892a, p. 100). Após uma pequena excursão - de canoa - até a localidade paraguaia de San Lorenzo, desceu o rio a bordo do vapor Félix Esperanza até Posadas. O caminho de regresso a Buenos Aires, assim como o de ida, foi realizado novamente pelo rio Uruguai. Partiu da capital misionera, cruzando novamente o Território Nacional por terra até Santo Tomé, já em Corrientes, embarcando aí no vapor Iberá com destino a capital portenha, alcançado o seu destino de regresso em fevereiro de 1892, após três meses de expedições pelo Alto Uruguai e pelo Alto Paraná.

¹⁴⁵ Numância era uma localidade da Península Ibérica habitada pelo povo Árevaco. Foi invadida e incorporada aos domínios do Império Romano no ano de 133 a.C.

¹⁴⁶ Enquanto Ambrosetti cruzou essa fronteira pelo Alto Uruguai, Holmberg foi por Ituizangó, no Alto Paraná.

O relato foi publicado em 1892 na *Revista del Museo de La Plata* sob o título de *Misiones Argentinas y Brasileras por el Alto Uruguay*. Resulta necessário destacar que, naquele contexto, carregar o selo do *Museo de la Plata* significava obter legitimidade e reconhecimento para o seu relato. As origens do museu estão envoltas nas questões políticas dos anos 1880. Fundado em 1877 por Perito Moreno¹⁴⁷, sua denominação era *Museo Arqueológico y Antropológico de Buenos Aires*. Dada a federalização de Buenos Aires em 1880, foi transferido para a cidade de La Plata, projetada para ser então a nova capital da província de Buenos Aires. Inaugurada em 1892, era vista como um símbolo da unificação argentina e do fim dos conflitos das guerras civis que dividiram o país. Tal fato pode ser observado nas palavras de Dardo Rocha, governador de Buenos Aires naquela altura:

Hemos dado a la nueva capital el nombre del río magnífico que la baña, y depositamos bajo esta piedra, esperando que aquí queden sepultadas para siempre, las rivalidades, los odios, los rencores, y todas las pasiones que han retardado por tanto tiempo la prosperidad de nuestro país (LUNGHI, 2002, p. 1).

O pronunciamento acima, além de simbolizar o fim dos conflitos entre Buenos Aires e as províncias do interior, dava ao Museu, dirigido por Perito Moreno - cientista argentino mais notável até então - a devida legitimidade científica, que por sua vez transferia essa credibilidade aos trabalhos de Ambrosetti.

¹⁴⁷ Francisco Pascasio Moreno, mais conhecido como Perito Moreno, foi um dos pioneiros da causa científica argentina. Também foi um político de destaque no que tocou as resoluções de conflitos fronteiriços com o Chile. O Glaciar Perito Moreno, localizado na Patagônia, um dos pontos turísticos mais conhecidos da Argentina, foi batizado assim em sua homenagem.

Figura 40 - Primeiro relato de Ambrosetti



Fonte: Biblioteca Pública de las Misiones

A intenção do viajante não era a de realizar um mero relato científico. Por muitas vezes utilizou-se de recursos literários similares aos de Holmberg. Não deixou de citar a influência de seu sogro nessa sua primeira expedição, menção esta que também conferia legitimidade ao seu relato:

Habia visitado una gran parte del territorio de Misiones que ya conocia por las brillantes descripciones de mi buen amigo Dr. E. L. Holmberg (...). Ese libro me sedujo, puede decirse, y fue uno de los causantes del presente viaje; su estilo ameno y sobre todo su verdate indiscutible en cuanto á los hechos observados, haciendo él, no solo una publicación útil, sino tambien agradable (AMBROSETTI, 1892a, p. 115).

Outra influência que o aproximava de seu sogro era o gosto pela literatura de ficção científica de autores como Júlio Verne. Adentrar no interior da selva misionera era como fazer parte de uma aventura: “(...) *sueños dorados de la época en que leyendo envidiaba a los héroes de Julio Verne (...)*” (AMBROSETTI, 2008, p. 137).

A respeito do público leitor a ser alcançado com a publicação dos seus relatos, o fato de Ambrosetti estar em sintonia com as políticas públicas do governo de ocupar as regiões periféricas da Argentina apontava o quanto sua obra era dirigida para a aristocracia portenha ávida por conhecer os cantos recônditos do país. Também era fazer parte de uma lógica utilitarista que visava tirar proveito econômico dos recursos naturais existentes em Misiones. Sendo assim, os leitores seriam potenciais investidores que levaria capital e progresso para a região.

No mesmo ano em que Ambrosetti regressou de Misiones, Perito Moreno, organizou a *Expedición Nordeste del Museo de La Plata*. O diretor da instituição incumbiu a liderança da expedição ao viajante. Ela teve lugar em julho, cinco meses após o regresso da primeira viagem. Foi composta ainda pelo francês Emilio Beaufilet¹⁴⁸, responsável pela parte zoológica, e pelo pintor suíço Adolfo Methfessel, responsável pela elaboração de pinturas que posteriormente seriam incorporadas ao acervo do Museu (AMBROSETTI, 1894, p. 15). Este último embarcou no porto de Goya, em Corrientes. Visto que a primeira viagem consistiu em realizar o caminho pelo rio Uruguai, para a expedição seguinte foi escolhida a rota tradicional pela via do Paraná. Outra preocupação de Ambrosetti era a de poder atingir a foz do rio Iguaçu, já que não foi possível alcançá-la na primeira excursão.

A expedição embarcou no Vapor Urano com destino a Corrientes. Estando nesta província, Ambrosetti não deixou de manifestar alteridade para com os locais. Imbuído de seus valores europeizados, comparou os correntinos, num sentido pejorativo, a piratas malaios. Tratava-se de uma releitura de uma antiga mentalidade medieval europeia, a qual foi reconfigurada dentro do contexto do Romantismo, que classificava os povos asiáticos como bárbaros¹⁴⁹: “*Una multitud de botes alienados esperaban que la Capitania nos diera entrada (...) El asalto no tardó en producirse (...) aquellos gritos y aquel conjunto infernal en medio del rio (...) tenía algo de piratería malaya*” (AMBROSETTI, 1894, p. 19).

Também chamava a sua atenção o fato de as trabalhadoras correntinhas andarem descalças. O que para ele representava uma antítese aos seus valores civilizatórios. “*(...) de cuya venta se ocupan una multitud de mujeres que se exhiben junto á su*

¹⁴⁸ Zoólogo do *Museo de la Plata* que posteriormente também participaria de uma expedição pela Patagônia sob os auspícios da mesma instituição (BALDASARRE, 2009, p. 1).

¹⁴⁹ Tal releitura foi bastante comum dentro do ambiente intelectual argentino. Sarmiento fez constantes comparações entre a “barbárie” argentina e o Oriente, visto por ele como um ambiente atrasado onde reinava o despotismo (SOUZA, 2011, p. 91).

mercaderia (...) descalzas y envueltas en tradicional rebozo” (AMBROSETTI, 1894, p. 20).

Conforme bem apontou o sociólogo alemão Norbet Elias (1993, p. 17), tais valores estavam em consonância com o padrão de comportamento que foi estabelecido no Ocidente pelos europeus, incluindo aí o tipo de vestimenta a ser usado. Por esse motivo, o fato de as mulheres correntinhas usarem o *rebozo*¹⁵⁰ como vestimenta também chamou a atenção do viajante. Já que se tratava de uma indumentária que não se encaixava sob os seus padrões.

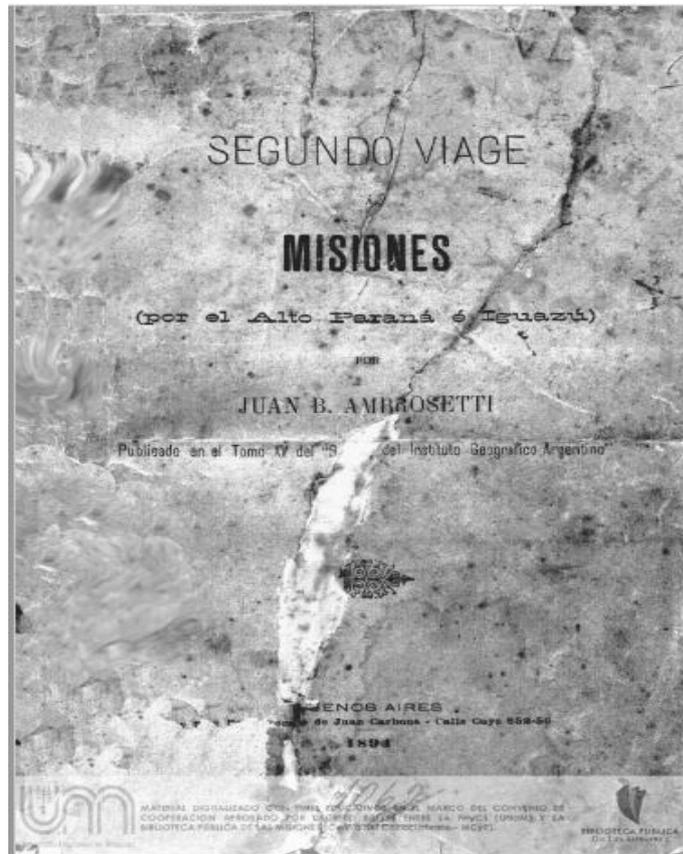
No dia 14 de agosto a expedição embarcou no vapor San Javier rumo a Posadas. Ao contrário do que aconteceu com a expedição de Holmberg, o vapor logrou vencer o obstáculo dos Saltos do Apipé e alcançar a capital misionera. A partir daí realizaram pequenas excursões pelas redondezas, incluindo a cidade de Encarnación, na margem oposta do Paraná, já em território paraguaio. Novamente a bordo do San Javier, realizaram uma viagem de maior amplitude, subindo o Paraná até o porto ervateiro de Tacurú Pucú, na costa paraguaia. Dali realizou incursões pelos ervais da região, sempre acompanhados pelos empresários que atuavam no ramo da exploração da erva-mate.

Em seguida, baixou pelo Paraná em direção à costa brasileira, onde visitou a Colônia Militar do Iguazu. Sua descrição deste lugar foi similar à que realizou no relato da primeira viagem, onde lhe chamou a atenção o aspecto militarizado das cidades brasileiras do Alto Uruguai. Manifestando assim um sentimento de alteridade para com o outro externo.

O regresso da expedição foi realizado pelo rio Paraná. O segundo relato foi publicado apenas em 1894 sob o título de *Segundo Viage a Misiones por el Alto Paraná é Iguazú*. Devido a desentendimentos com Perito Moreno, que não aprovou algumas publicações científicas de Ambrosetti, a obra não saiu pela *Revista del Museo de la Plata*, mas sim pelo *Boletin del Instituto Geografico Argentino*, outra instituição científica da qual Ambrosetti era ligado (ALCARÁZ J., 2007, p. 144).

¹⁵⁰ Roupas tradicionais de mulheres indígenas, composta por uma peça única. É muito utilizada para carregar bebês e mercadorias. Sua origem é asteca, mas o seu uso foi difundido por toda a América Central e algumas zonas da América do Sul. Nas reduções jesuíticas ficou conhecido pelo nome *tipoy*.

Figura 41 - Segundo relato de Ambrosetti



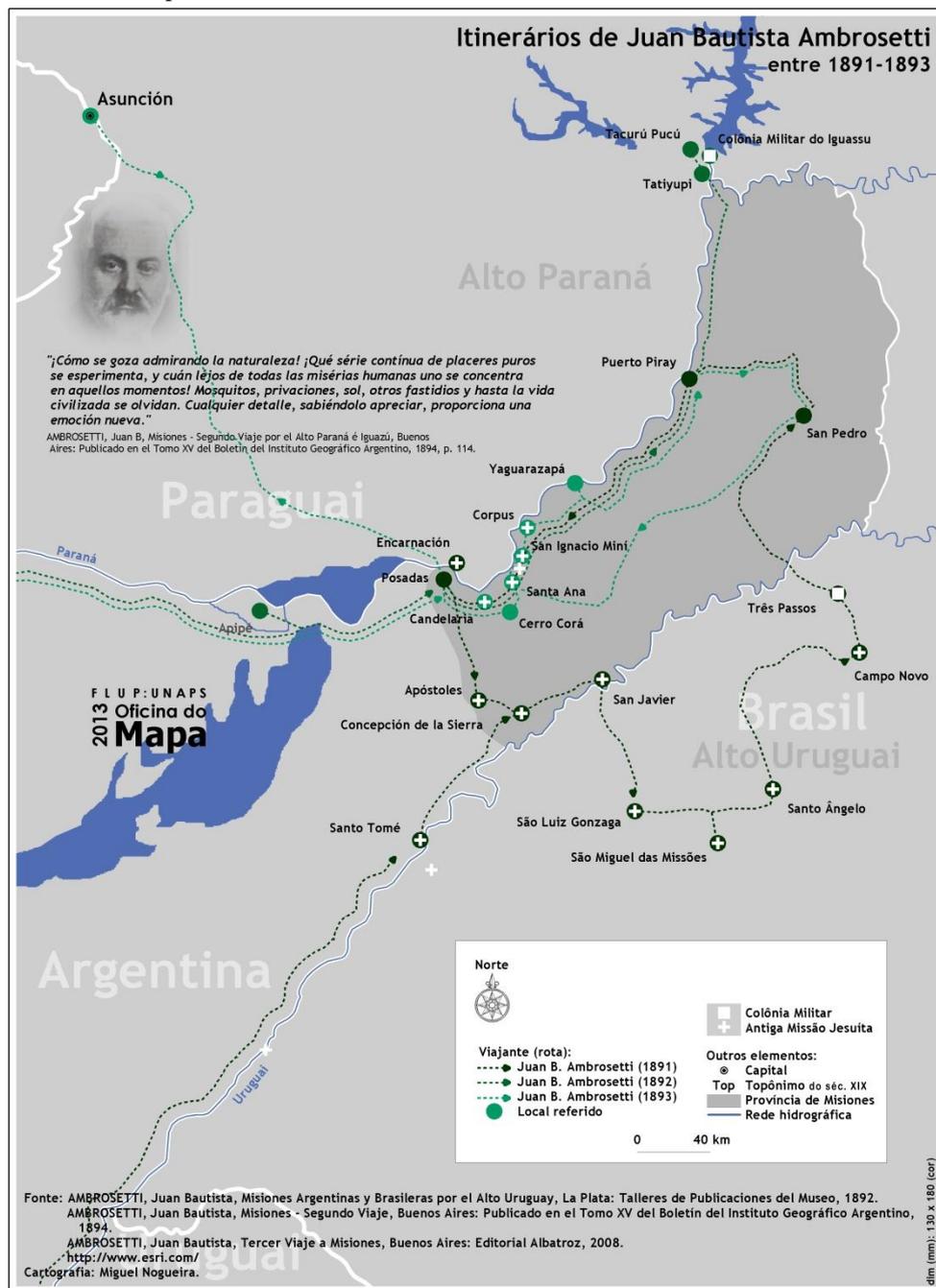
Fonte: Biblioteca Pública de las Misiones.

A terceira viagem teve lugar entre fevereiro e julho de 1894. Além de Ambrosetti, compunham a expedição: Juan M. Kyle, do Gabinete de História Natural,¹⁵¹ e Carlos Correa Luna, gerente dessa mesma instituição. Foi patrocinada pelo *Instituto Geográfico Argentino* com a finalidade de completar dados sobre a região e colecionar objetos para o acervo do Museu que o Instituto estava preparando (AMBROSETTI, 2008, pp. 23-24). A rota escolhida uma vez mais foi a do rio Paraná.

Novamente baseada em Posadas, a expedição realizou incursões por localidades do Alto Paraná: Candelária, Cerro Corá, Santa Ana, San Ignacio e Yaguarazapá (costa paraguaia). Também adentrou pelo interior até San Pedro. Ambrosetti ainda realizou uma viagem até Asunción, capital paraguaia - não descrita no relato - antes de regressar a Buenos Aires.

¹⁵¹ Kyle foi recomendado por Holmberg que o indicou para cuidar da parte zoológica da expedição (AMBROSETTI, 2008, p. 24).

Mapa 29 - Itinerários de Juan Bautista Ambrosetti entre 1891-1893



Fonte: (ARANHA, 2014, p. 72)

A expedição teve o apoio e o aval do presidente Luis Sáenz Peña¹⁵², que concedeu passagens até Tacuru Pucú e uma soma de seiscentos pesos. A carta do presidente deferindo o subsídio para a expedição foi publicada dentro do próprio relato,

¹⁵² Contando com o apoio de Roca, o presidente Luis Sáenz Peña ascendeu ao poder em 1892. Mais adiante, devido a divergências com o mesmo, foi pressionado a renunciar ao cargo em 1895.

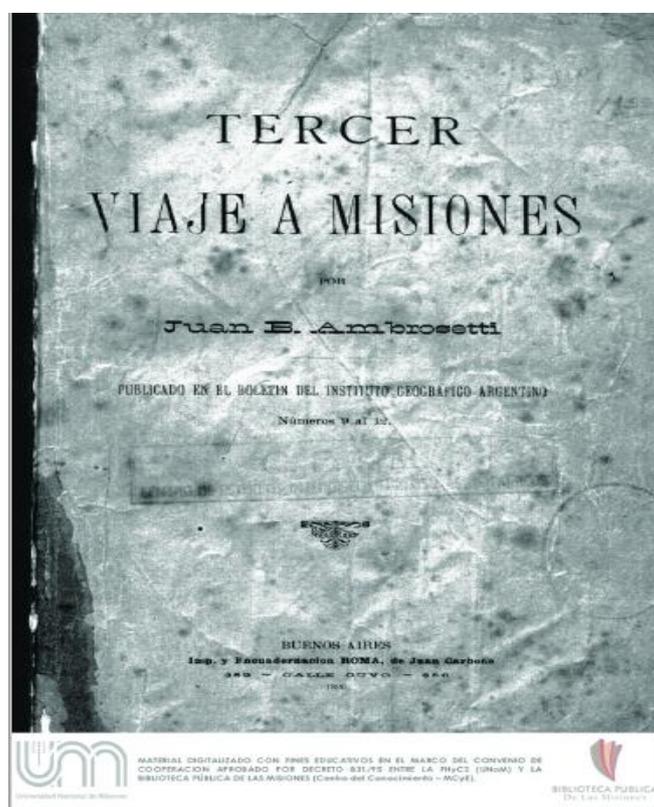
conferindo assim a devida legitimidade que o viajante tencionou demonstrar. O presidente expressou em sua carta o real sentido que o governo enxergava na expedição:

En mérito de las consideraciones aducidas por el Instituto Geográfico Argentino, manifestando haber confiado al Sr. Juan B. Ambrosetti y dos ayudantes el estudio y exploración de las Misiones, y resuelto enviar algunas expediciones, a fin de que recolecten el mayor número de datos exactos, sobre la naturaleza y riqueza de los territorios nacionales, su colonización, historia, arqueología y etnografía, con el fin de completar en lo posible sus respectivas descripciones, las que publicadas, servirán de propaganda a la inmigración (AMBROSETTI, 2008, p. 23).

Nota-se que a política de Sáenz Peña estava em consonância com o que havia sido a gestão de Roca, colocado no poder justamente com o aval de seu antecessor. Seu governo seguiu as mesmas diretrizes do seu antecessor no que concerniam os territórios nacionais. Nesse caso, a descrição de Misiones serviria também como propaganda para a imigração e ocupação de uma região considerada periférica.

O relato da terceira expedição foi publicado em 1896 pelo *Instituto Geográfico Argentino* sob o título *Tercer Viaje a Misiones*, findando assim a trilogia das aventuras de Ambrosetti pela terra do mate.

Figura 42 - Terceiro relato de Ambrosetti



Fonte: Biblioteca Pública de las Misiones.

A última expedição argentina analisada nesta investigação é a de **Florencio de Basaldúa** (1853-1932). Dos viajantes aqui estudados, é o único não nascido na Argentina. No entanto, diferentemente de outros europeus que não passaram de meros prestadores de serviços, Basaldúa abraçou o projeto de nação idealizado a partir de Buenos Aires, tendo constituído família no país e ocupado diversos cargos públicos dentro do governo argentino. Os próprios viajantes brasileiros o citam em seus relatos, sempre demarcando a sua nacionalidade como argentina (NASCIMENTO, 1903, pp. 217-225; SILVEIRA NETTO, 1995, pp. 61, 74 e 102).

Para Basaldúa, a cidadania argentina deveria ser conquistada com ações meritórias em nome do processo civilizador argentino. O seu próprio relato sobre Misiones significou um esforço de legitimar tal cidadania. No início da obra, fez questão de registrar tal esforço através de fontes cursivas:

De nada ni de nadie he renegado, sino es de la ignorancia, de ser paria en el mundo, y de soportar agena tiranía; y al adquirir los preciosos derechos políticos que me acuerda la Ciudadanía Argentina (...) Centenares de miles de extranjeros han venido á la República Argentina como he venido yo, y han labrado con el esfuerzo de su inteligencia y de su brazo posición desahogada, fortuna muchas veces, fundando todos hogares felices donde sus hijos argentinos, al heredar sus virtudes, perpetuarán su nombre (BASALDÚA, 1901, p. 3, grifo do autor).

Nascido em Bilbao, região basca da Espanha, migrou para a Argentina aos 18 anos. Prontamente se converteu em um ator ativo da causa nacional argentina. Ao longo de sua vida, circulou ativamente pela alta sociedade portenha. Foi membro da Maçonaria Argentina e sócio fundador do *Club de Gimnasia y Esgrima La Plata*¹⁵³. Cultivou amizade com os presidentes Sarmiento, Roca, Sáenz Peña e José Figueroa Alcorta. Em 1910, o presidente Alcorta o designou Cônsul Geral Argentino em Calcutá na Índia. Basaldúa também realizou mensurações nas províncias argentinas de Formosa, Chaco e Misiones. No ano de 1900 foi designado governador interino do então Território Nacional de Chubut, na recém-ocupada Patagônia (REGGINI, 2008, p. 16).

Teve grande interesse pelas Ciências Naturais, participando ativamente das atividades ligadas ao *Museo de Ciencias Naturales de Buenos Aires*, da *Sociedad Científica Argentina* e do *Instituto Geográfico Argentino*. Foi designado pelo governo como representante da Argentina nas Exposições Universais de Chicago (1893) e de

¹⁵³ Clube onde Diego Armando Maradona atua atualmente como treinador.

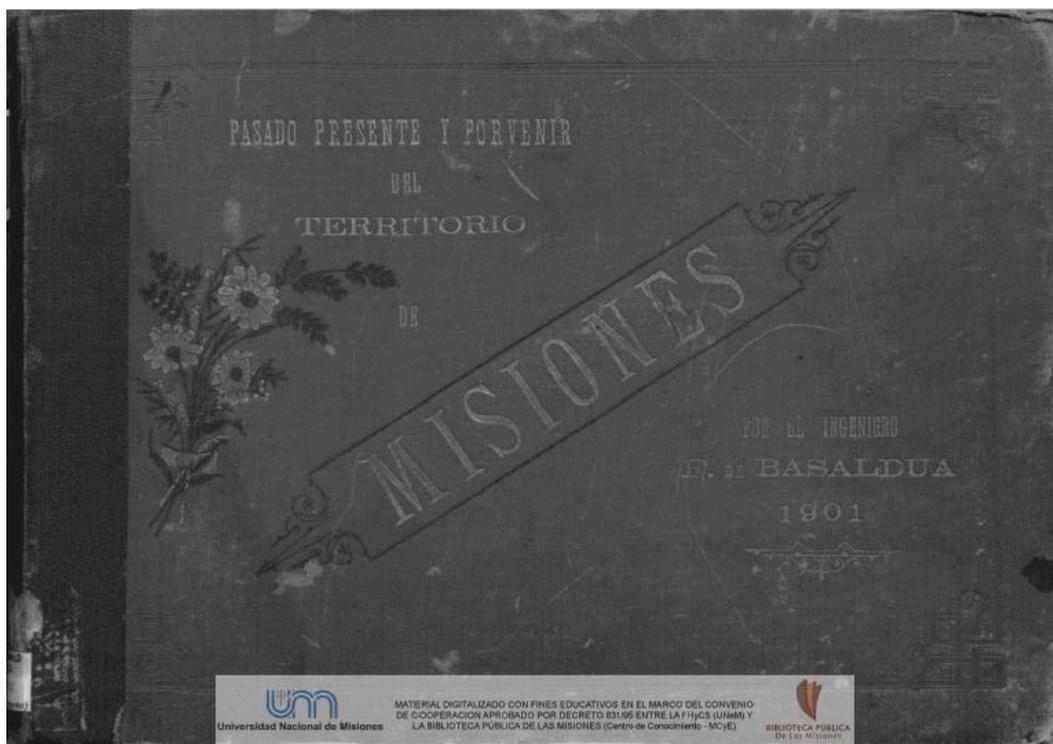
Paris em 1900, tendo essa última como temática os produtos das províncias de Entre Ríos, Corrientes e Misiones (REGGINI, 2008, p. 18 e 79).

Figura 43 - Florencio de Basaldúa



Fonte: El Territorio¹⁵⁴.

Figura 44 - Relato de Florencio de Basaldúa



Fonte: Biblioteca Pública de las Misiones.

¹⁵⁴ Disponível em: <<http://www.eltterritorio.com.ar/florencio-de-basaldua-un-incansable-viajero-1417953651950684-et>>. Acesso em 1 fev. 2020.

A expedição a Misiones foi empreendida entre 1897 e 1898 e tinha como principal objetivo coletar produtos misioneros para serem expostos na Exposição Universal de Paris. O quesito legitimidade científica foi evidenciado para justificar a publicação do relato pelo Instituto Geográfico Argentino. Esse foi o conteúdo de uma carta, datada em 14 de Agosto de 1899, dirigida a Francisco Seguí, então presidente do Instituto: “(...) *quiero someter mi proyecto al ilustrado critério de la Sociedad Geografica Argentina*¹⁵⁵, *para revestirle de su alta autoridad científica, y darle caracter nacional: he aqui la génesis que há determinado esta expedición*” (BASALDÚA, 1901, p. 6).

O Instituto Histórico Geográfico Argentino lhe concedeu passagem para o vapor Edelira e o incumbiu da tarefa de explorar o Iberá¹⁵⁶, local até então desconhecido e cercado por várias lendas que o viajante cientista teria a missão de desvendar através do mais preciso rigor científico (BASALDÚA, 1901, p. 6).

Vendo a necessidade de legitimar a sua inserção no meio científico de Buenos Aires, fez constantes citações a Holmberg, Ambrosetti e à burguesa portenha como um todo:

La matéria prima abunda en la Republica; tenemos hombres de ciencias y hombres de dinero: los Berra, los Ameghino, Los Holmberg (...) los Ambrosetti (...) y cien más; toda una brillante pléyade de pedagogos, naturalistas, ingenieros, médicos, etc (...)” (BASALDÚA, 1901, p. 9).

En el bosque encontramos un viejo cementerio indígena del cual extraje una gran urna de tierra cocida, que remití al doctor Holmberg (...)Otra igual extraje, pocos días después, del primer islote á que anordé en el Ú-berá, y ambas, por su forma y dibujos, me parecieron análogas á las extraídas por mi estudioso amigo Ambrosetti (...) (BASALDÚA, 1901, p. 44).

Apresentar-se como amigo de Ambrosetti e Holmberg era uma maneira de legitimar sua autoridade científica. Ao usar sua “autoridade” para nomear pontos geográficos, homenageou os seus próprios amigos:

Pasado el Rápido del Caraya, á mitad de distancia de la Isla Júpiter, bautizamos dos islãs muy hermosas que ali existen, con los nombres de Holmberg y de Ambrosetti, respectivamente, honrando los nombres de estos distinguidos naturalistas, vinculados ahora por los lazos de la sangre: seguramente brotarán muchos islote (BASALDÚA, 1901, p. 27).

¹⁵⁵ Basaldúa mencionou o termo “*Sociedade Geografica Argentina*” no sentido de referenciar-se ao âmbito da geografia argentina e não a instituição fundada e presidida por Ramón Lista.

¹⁵⁶ Tendo Ituzaingó como porta de entrada, próximo ao limite entre Corrientes e Misiones, os *Esteros del Iberá* são um conjunto de lagos e pântanos que conformam o segundo maior complexo de zonas úmidas do mundo, atrás apenas do Pantanal brasileiro.



Fonte: (BASALDÚA, 1901, p. 36)

Conforme aponta Carter (1987, p. 137), o ato de nomear os lugares pelos quais o viajante percorre, serve como um recurso eficiente para legitimar poder e controle político sobre a região descrita. Dentro desta perspectiva, o relato de Basaldúa, para além de evidenciar as transformações simbólicas pelas quais o passa o espaço, revela também as suas próprias intencionalidades. Exercendo o papel de “descobridor” destas novas paragens, Basaldúa nomeou diversos acidentes geográficos encontrados durante o seu percurso pelo rio Paraná. O que representava um tipo de releitura do colonialismo europeu dentro do espaço americano. Cabe ressaltar, entretanto, que as suas nomeações não resultaram numa efetivação das referidas nomenclaturas.

A expedição “colonizadora” subiu o rio Paraná a bordo do vapor Edelira tendo como destino a capital misionera Posadas. Realizou escalas na capital correntina, onde travou encontro com Juan Esteban Martínez, governador da Província, e em Ituizangó, onde relatou as dificuldades de atravessar os Saltos do Apipé. Mas ao contrário das expedições de Hernández e Holmberg, o Edelira pôde vencer, ainda que com dificuldades, o obstáculo natural (BASALDÚA, 1901, p. 30).

Tendo chegado a Posadas, organizou uma expedição que retornou pelo Paraná no sentido sul para explorar o Iberá. Ela se revestiu mais uma vez de caráter oficial por ter sido apoiada pelo governador de Misiones, Juan José Lanusse, que intercedeu junto a Luiz Garcia, *prefecto General de Puertos*, para ceder dois marinheiros, e ao capitão Barrera Pizarro, que cedeu seis soldados de infantaria do Exército Argentino (BASALDÚA, 1901, p. 35).

O principal objetivo desta expedição era desmistificar, através do racionalismo científico, todas as crendices dos locais a respeito das lendas sobre fenômenos que

ocorria no Iberá. O que denota o quanto manifestou alteridade sobre a população misionera.

A segunda incursão pelo espaço misionero foi através de uma rota terrestre que, partindo de Posadas, cruzou o Território Nacional de oeste a leste até alcançar Santo Tomé, já na província de Corrientes, às margens do rio Uruguai. A expedição partiu de carroça e desta vez contou com mais três companheiros: um estadunidense chamado por Basaldúa apenas pela alcunha de Mister Réctor, que na altura prestava serviços para o *Observatório Astronómico de Córdoba*; um sujeito de origem galego-portuguesa chamado Freire e um polonês não nominado, colono na cidade de Apóstoles, situada a 60 quilômetros a leste de Posadas.

O objetivo desta segunda expedição era atender à solicitação de Florentino Ameghino¹⁵⁷ para investigar as atividades de um suposto monstro chamado *Miñocão* que habitava o rio Uruguai. Como prolongamento dessa investigação, realizou incursões pela costa brasileira, já que a origem do nome possivelmente remetia à população do país vizinho (BASALDÚA, 1901, pp. 78-80).

A expedição desceu o rio Uruguai, passando por localidades da costa argentina - La Cruz e Yapeyú - e da costa brasileira - São Borja, Itaqui e Uruguaiana. Da mesma maneira que registou Ambrosetti, o viajante teceu comentários sobre a presença militar no lado brasileiro, o que para ele representava um contraste em relação ao lado argentino, totalmente desguarnecido (BASALDÚA, 1901, p. 86).

Após regressar novamente a Posadas, embarcou no vapor Cometa - de Núñez y Gibaja - rumo à Santa Ana, umas das colônias projetadas por Rafael Hernández, para dali empreender uma excursão pelo Cerro Santa Ana, acompanhado por Carlos Bossetti, colono de origem italiana. Ali registrou a descoberta de uma árvore que expelia água de sua copa, chamada Garuá. Foi o momento em que rememorou a morte de Ramón Lista:

Como precisamente ocurriera por aquellos días la muerte del malogrado explorador Ramón Lista en los desiertos del Chaco salteño, atribuyéndose á la sed su triste fin, me apressure á comunicar á mi superior don Eduardo Olivera, presidente de la Comisión Argentina, el curioso hallazgo, remitiéndole también una rama del árbol de la Garúa para su estudio y clasificación botánica por los profesores de la materia (...) (BASALDÚA, 1901, p. 115).

¹⁵⁷ Pertencente à *Generación del 80*, foi um dos pioneiros a consolidar um ambiente científico na Argentina.

Em seguida, ainda acompanhado por Bossetti, subiu novamente o Paraná, a bordo do vapor San Javier, rumo à foz do rio Tembey, na costa paraguaia, onde realizou visitas a diversos portos ervateiro da região. A viagem continuou Paraná acima até Guairá, ponto máximo de navegação ao norte. Resultante dessa viagem, Basaldúa realizou o mapeamento dos afluentes e dos portos ervateiros do Paraná desde Posadas até os Saltos de Guairá (BASALDÚA, 1901, pp. 131-133).

Baixando o Paraná no sentido sul, o próximo destino foi a foz do Iguaçu. Após realizar visitas às cataratas e à Colônia Militar brasileira, adentrou pelo interior misionero através de picadas ervateiras, passando por San Pedro e regressando a Posadas via Cerro Corá, onde residia Carlos Bossetti.

Após regressar a Buenos Aires, os resultados do relato foram publicados somente em 1901 na obra intitulada *Presente, pasado y porvenir del Territorio de Misiones*, cujo título bem expressava os objetivos de sua expedição que era o de projetar o porvir da região, indo na direção do pensamento da elite portenha que enxergava o crescimento do país no final do século XIX como um “Destino Manifesto Argentino” (ÍSOLA, 1996, p. 121) de levar adiante a fronteira do Estado nacional até uma região considerada até então como ignota e selvagem, e que também estaria sob o perigo do avanço da fronteira brasileira.

Mapa 31 - Itinerário de Florencio de Basaldúa entre 1897 e 1898



Fonte: (ARANHA, 2014, p. 74).

Notamos que o grupo de viajantes aqui analisados possuíam laços em comum, citavam uns aos outros, transitavam pelas mesmas instituições científicas, e detinham algumas características que os tornavam um grupo homogêneo, o que possibilita categorizá-los como um grupo à parte dentro da categorização de maior amplitude que é o da *Generación del 80*, por isso a nossa insistência em denominá-los simplesmente como viajantes. Todos eles são viajantes nacionais que não são representantes da

tradicional literatura de viagem europeia do século XIX de olhar etnocêntrico a respeito do continente americano, embora carregassem consigo alguns desses valores.

Todos tinham um mesmo ponto de partida, que era a cidade de Buenos Aires e carregavam os valores pertencentes à classe dominante portenha da época. Consequentemente, as representações que criaram sobre o espaço fronteiriço, eram carregadas desses mesmos valores.

Existem algumas diferenças entre as expedições argentinas e brasileiras. Embora o cientificismo esteja presente em ambos os projetos nacionais, tal conjuntura é muito mais evidente nas expedições argentinas. Todos os viajantes argentinos são oriundos de instituições científicas, cujos relatos foram publicados logo em seguida às suas respectivas expedições. Já existia em Buenos Aires um mercado editorial apto para publicar esse tipo de literatura¹⁵⁸. Soma-se ainda o fato destas instituições científicas estarem totalmente alinhadas com a política do governo argentino de mapear e ocupar os territórios de fronteira, sendo o Território Nacional de Misiones um lugar estratégico onde a fronteira com o Brasil estava sob uma disputa legal de demarcação.

As expedições brasileiras respondiam aos anseios dos militares, que antes mesmo da proclamação da República, pressionavam o governo imperial no sentido de ocupar a fronteira com a Argentina. Dos cinco relatos, três são de militares. São dotados de cunho técnico e reportavam, sobretudo, ao Ministério da Guerra. Ainda que as outras duas expedições fossem capitaneadas por agentes civis, elas seguiam propósitos parecidos, já que estes funcionários foram até a fronteira para instalar a aduana e os demais órgãos representativos do Estado brasileiro.

Os relatos brasileiros foram publicados muito tempo depois da realização das viagens e respondiam aos anseios do governo do estado do Paraná de legitimar o oeste paranaense como parte da identidade do estado.

De maneira a concluir este capítulo, resulta necessário demarcar que os relatos de ambos os países representam um conjunto de fontes importante para compreendermos a visão que esses agentes estatais projetavam sobre este espaço fronteiriço, apontado como atrasado, mas que deveria ser efetivamente integrado a seus respectivos projetos de nação.

¹⁵⁸ José Alves de Freitas Neto (2013, pp. 173-174), em seus estudos sobre a *Generación del 37*, aponta que este grupo de intelectuais já discutia a respeito de uma literatura que fosse escrita para o povo como um todo.

CAPÍTULO 3 - ENTREOLHARES

“Neste compasso da gaita do sapucay
Se bailava a noite inteira lá na costa do Uruguai
Luz de candeeiro e o cheiro da polvadeira
Hermanava castelhanos e brasileiros na fronteira”
Cenair Maicá

3.1 Dos projetos imperiais aos projetos nacionais

O movimento das expedições brasileiras e argentinas rumo à fronteira tinha como destino um lugar comum. Inevitavelmente, ocorreria um choque entre os dois respectivos projetos nacionais dentro de um espaço que, todavia, estava em disputa. Resulta necessário aclarar que esses projetos de nação são sincrônicos, ou seja: estavam ocorrendo de maneira concomitante. Por isso a pertinência de realizarmos uma análise comparativa, apontando as suas similaridades, diferenças e a maneira como se entreolhavam (BLOCH, 1963; PRADO, 2005). Ademais de realizar tal comparação e, seguindo o que propõe Michel Espagne (1994, pp. 115-116), consideramos o espaço fronteiriço como um lócus para esta análise. É justamente na fronteira onde ocorrem os pontos de contatos reais que possibilita desenvolvermos uma análise mais contundente a respeito do encontro entre os dois respectivos projetos nacionais.

Considerando o espaço fronteiriço como um todo, podemos apontá-lo como um local de choque entre dois projetos nacionais apenas no período circunscrito ao final do século XIX. No que tange a área que compreende a desembocadura do rio Iguaçu no Paraná e todo o espaço ao sul até a altura em que rio Uruguai recebe as águas do rio Peperi-Guaçu, não houve aí uma disputa direta entre as duas Coroas Ibéricas. Tampouco existiu nessa região um avanço sistemático por parte da ordem jesuíta. A sua presença nos rincões americanos era considerada como um posto avançado da fronteira do Império Espanhol (BOLTON, 1991). Essa mobilidade, entretanto, não se fixou neste espaço entre o rio Iguaçu e o rio Uruguai. Da mesma maneira que o Império português tampouco se estabeleceu efetivamente nesta área.

Ao analisar o espaço fronteiriço como um todo, a exceção se situava no espaço situado ao sul da desembocadura do Peperi-Guaçu, na região do Alto Uruguai, onde de fato os dois impérios ibéricos travaram contato durante a Era Colonial. A herança deste choque entre espanhóis e portugueses foi a demarcação do rio Uruguai como uma

fronteira política de fato entre as duas novas nações americanas ¹⁵⁹. Embora fosse a única região desta borderland que possuía uma fronteira delimitada, as expedições não deixaram de percorrer esta área, sobretudo, as que eram provenientes de Buenos Aires. Ainda que existisse a demarcação, os argentinos enxergaram a necessidade de ocupar de fato a região e legitimar a parte que lhes correspondia - a margem direita do Uruguai - como território argentino. Era também uma necessidade de fazer frente à presença brasileira no outro lado do rio.

O lado brasileiro era altamente militarizado, esse foi um dado apontado pelos próprios viajantes portenhos que registraram relatos sobre a existência da Colônia Militar do Alto Uruguai e das cidades de Itaqui, São Borja e Uruguaiana, locais onde existia a presença de guarnições militares.

É neste espaço onde os argentinos manifestaram alteridade em relação ao outro estrangeiro que estava do outro da fronteira, evocando não somente a conjuntura de seu tempo, como também a memória de um passado marcado pelas constantes invasões de luso-brasileiros sobre espaços projetados como parte da Argentina.

3.2 O Alto Uruguai: uma fronteira estável?

Para contextualizar a região do Alto Uruguai, é importante aclarar que não estamos tratando de uma territorialização recente. Trata-se de uma região fisiográfica já demarcada desde os tempos coloniais. Durante o século XIX, os próprios viajantes utilizaram bastante esta nomenclatura. O título do primeiro relato de Ambrosetti é um claro exemplo: “*Misiones Argentinas y Brasileras por el Alto Uruguay*”.

O rio Uruguai nasce na Serra Geral, a 65 quilômetros da costa atlântica sul brasileira. O seu curso toma o sentido oeste demarcando atualmente a divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A partir do momento em que recebe as águas do Peperi-Guaçu, realiza uma curva, direcionando-se para o sul, demarcando em seguida a fronteira entre Brasil e Argentina. Mais adiante, quando recebe as águas do rio Quaraí, tem início a fronteira entre Argentina e Uruguai. Essa fronteira fluvial se estende até o encontro do Uruguai com o rio Paraná, o qual resulta na formação do rio

¹⁵⁹ Portugal legitimou essa fronteira em 1801, após milícias do governo do Rio Grande do Sul render as tropas espanholas que até então controlavam a margem direita do rio Uruguai, ficando assim as antigas Missões Orientais (Os Sete Povos das Missões) sob jurisdição portuguesa (CAMARGO, 2001, pp. 129-132; WINTER, 2018, pp. 57-58).

da Prata, na cidade argentina de Tigre, já nas proximidades de Buenos Aires, o qual, por sua vez, desemboca no Oceano Atlântico.

Mapa 32 - Bacia do Rio Uruguai



Fonte: Adaptado de Wikimedia Commons contributors¹⁶⁰.

Embora a região que compreende o seu curso fosse uma zona rica em erva-mate, o rio Uruguai não representava a rota mais importante entre Buenos Aires e as áreas ervateiras de Misiones. A ligação principal era realizada pela via do rio Paraná, navegável praticamente em todo o seu curso desde Buenos Aires até a região de Guairá. Por esta rota os empresários argentinos acessavam não só os ervais do Território Nacional de Misiones, como também os que se localizavam no Paraguai, no oeste do Paraná e no extremo sul da então província do Mato Grosso. O que denota o quanto essas fronteiras nacionais eram fluídas¹⁶¹. Outro dado importante a ser apontado era a existência de Posadas, que ademais da função administrativa de ser a capital de

¹⁶⁰ Disponível em: < <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Riodelaplatabasinmap.png> > Acesso em 2 fev. 2020.

¹⁶¹ Além de Domingo Barthe, Pedro Núñez e Lázaro Gibaja. Outro argentino que ampliou suas explorações para dentro do território brasileiro foi Julio Tomaz Allica. Sua área de exploração era a que detinha a maior dimensão. A partir do rio Paraná, seus ervais atingiam uma distância de 350 quilômetros no sentido leste (HAHN & MORIGI, 2015, pp. 260-262; PFLUCK, 2016 p. 188). O escritor argentino Alfredo Varela (2008, pp. 68-69), em sua novela *El Ríos Oscuro*, fez menção a Allica e suas atividades pelo interior do Paraná: “(...) aquí él hace lo que quiere, créame. Después de todo, también Allica es argentino, de Corrientes. Pero se viene aquí para hacer las cosas con más libertad (...).”

Misiones, representava um importante centro urbano e porto de embarque para outras localidades do Alto Paraná. Era vital não só para a Argentina, o oeste paranaense era totalmente dependente do abastecimento oriundo desta localidade devido à falta de uma conexão terrestre com outras localidades brasileiras.

Já a navegação do Uruguai possuía suas limitações. Desde Buenos Aires, os vapores de grande porte alcançavam a fronteira fluvial entre Concórdia (Entre Ríos, Argentina) e Salto (Uruguai). Apenas lanchas de pequeno porte navegavam acima deste ponto. Sendo assim, os vapores argentinos não alcançavam a região do Alto Uruguai onde a Argentina faz fronteira com o Brasil através do estado do Rio Grande do Sul.

Tal conjuntura dificultava a ocupação deste espaço pelo Estado argentino. No entanto, isso não configurava numa ideia de que a região não tivesse uma importância estratégica, já que o rio Uruguai também dava acesso justamente à região litigiosa com o Brasil. Por esse motivo, era de suma importância garantir a ocupação de suas margens. Se a fronteira delimitada pelo Tratado de Madri representava uma situação de difícil reversão, mais ao norte, os argentinos ansiavam por anexar uma porção de território que adentraria um grande espaço que compreende o atual oeste catarinense e o sudoeste do Paraná.

Ademais desta situação de litígio, as localidades de Concepción de la Sierra e San Javier, na margem argentina, representavam pontos importantes para a exploração de erva mate. Ainda que seu pleno controle fosse uma tarefa extremamente árdua para o Estado, era necessário controlar esta produção e incentivar a colonização desta área - preferencialmente pelo elemento europeu - para fazer frente à presença brasileira.

A estabilidade desta fronteira no Alto Uruguai tinha os seus limites, já que a situação assimétrica que envolvia os dois Estados na região inevitavelmente geraria algum grau de tensão militar, mesmo depois da suposta *pax* existente após o término da Guerra da Tríplice Aliança.

3.2.1 Os argentinos navegam o Alto Uruguai: uma questão de geopolítica

Apesar das dificuldades em subir o Uruguai, expedições foram enviadas pelo governo argentino para descrever e mapear a região. Era também uma questão de geopolítica por três motivos: estabelecer o controle dos ervais aí existentes; efetivar a colonização em uma área onde a fronteira com o Brasil já estava demarcada; mapear a

área litigiosa mais ao norte para poder fazer frente às negociações de demarcação de fronteira.

A expedição de Ramón Lista, realizada em 1882, treze anos antes da assinatura do tratado de fronteiras entre Brasil e Argentina, não optou por subir o Uruguai. A viagem tomou a rota tradicional pela via do Paraná até alcançar a cidade de Posadas. Ainda assim, o governo argentino considerava imprescindível que a expedição alcançasse o Alto Uruguai. O governador do Território Nacional de Misiones, Rudecindo Roca, assessorou a expedição com todo o aparato militar para que ela pudesse, a partir das margens do Paraná, cruzar por via terrestre todo o Território no sentido leste até alcançar as margens do Uruguai:

El Coronel Roca me recibio con amabilidad y franqueza de soldado, ofreciéndome desde el primer momento todos los auxilios que estaban al alcance de su mano. Debo agregar que cumplió su promesa y que merced á su buena voluntad pude llevar á cabo mi viage, sin demoras ni contratiempos de ninguna especie.

A los dos dias de mi llegada estaba ya todo listo para partir. Un Sub-teniente y dos soldados bastaban para escoltarme y con ellos y mis asistentes Nicolás Videla y Vicente Aguirre, púseme en viaje hacia la costa del Uruguay siguiendo el camino que de Posadas se dirige á Concepcion (LISTA, 1883, pp. 11-13).

Um ano depois, tendo também utilizado a tradicional rota pelo Paraná, a expedição de Rafael Hernández teve a incumbência de mensurar duas novas colônias no Alto Paraná (Candelaria e Santa Ana). Mesmo tendo se ocupado com essa atividade na maior parte do tempo de sua estada, empreendeu uma pequena excursão pelo interior misionero. Não chegou a alcançar o rio Uruguai – atingiu a localidade de Apóstoles, a 30 quilômetros da costa – porém, a sua fala denota o quanto a ocupação do interior, através da fundação de novas colônias até alcançar, progressivamente, o outro lado da Mesopotâmia Argentina, seria uma política de Estado. Era imprescindível a interligação – através da colonização – entre os dois rios: “*Tratando de reconocer el interior de este territorio para juzgar sobre las probabilidades de fundar otras colonias, hicimos una corta excursion hácia la CADENA, que divide las aguas al Paraná y al Uruguay*” (HERNÁNDEZ, 1973, p. 95).

Já a primeira expedição de Ambrosetti, realizada em 1891, quatro anos antes da demarcação da fronteira, foi a única que subiu diretamente pelo Uruguai.

No início do seu relato, realizou um esforço latente para legitimar o Uruguai como uma artéria fluvial dotada de intenso fluxo de capital e desenvolvimento, ainda

que existissem as limitações de sua navegabilidade ao norte de Concórdia, as quais foram omitidas nessa parte do relato:

La conversación con otros pasajeros recayó sobre la región que íbamos á recorrer: el Rio Uruguay, que nos divide de las repúblicas Oriental y Brasileira. Qué arteria fluvial, qué comercio importante se desarrolla en sus costas, qué capitales inmensos trasportan los buques que surcan sus aguas caprichosas y puras!

El Uruguay en bajante, mostrándonos las puntas de las temibles piedras de su fondo, ó ya crecido ocultándolas completamente, interrumpe ó activa el vaiven de esse hormiguero de buques y vapores de todos los registros y tamaños posibles, que vacíos ó cargados navegan en él, llevando en sus bodegas las obras del progreso humano para contracambiarlas por las de la naturaliza creadora (AMBROSETTI, 1892a, p. 4).

Apontar o rio como um “*hormiguero de buques y vapores*” era parte da estratégia narrativa de Ambrosetti de habilitar a região para receber as benesses do progresso que proveria o Estado argentino. Não existia uma preocupação com uma veracidade plena das informações, mas sim uma expectativa para que políticas públicas pudessem ser implementadas para que o porvir de progresso virasse efetivamente uma realidade: “*Qué porvenir grandioso le espera al Este argentino, con la base que hoy tiene de centros de población á cual mas rico y campañas fecundas y abundantes de colonias prósperas!*” (AMBROSETTI, 1892a, p. 4).

Ao indicar o “*porvenir*” para o Alto Uruguai, Ambrosetti apontava o quanto a região ainda estava num estado de falta de progresso e de povoamento. Por esse motivo as expedições oriundas de Buenos Aires demarcaram uma preocupação de mapear o espaço e de indicar os caminhos para que pudesse ser efetivada a ocupação da fronteira nesta região. Sendo o único viajante que subiu o Uruguai, ele expôs tais preocupações sempre tendo como parâmetro o que estava do outro lado da fronteira. Ambrosetti reservou maiores detalhes para a descrição das localidades brasileiras, as quais lhe chamaram mais a atenção do que as próprias localidades argentinas. Subindo no sentido norte, assim descreveu a cidade gaúcha de Uruguiana:

Uruguayana, como todas las ciudades brasileiras, tiene un tinte sui-géneris, apesar de su aspecto moderno; allí las casas son todas de teja española, con ventanas vidrieras de guillotina. Sus calles son rectas y anchas; tiene algunos edificios notables, como la Municipalidad, el gran cuartel que se halla em los suburbios, el teatro y la iglesia no concluida aún: estuvimos hasta la mañana del día siguiente, pudiendo por consiguiente recorrerla con detenimiento. La ciudad se hallaba entonces em plena revolución contra Deodoro da Fonseca, así que no se veían sino aprestos militares. Allí están siempre de guarnición un regimiento de infantería y otro de caballería que entonces habia

confraternizado con el pueblo, declarándose abiertamente revolucionários (AMBROSETTI, 1892a, p. 8).

Ademais da descrição minuciosa que realizou sobre a cidade, apontando os aspectos urbanísticos atrelados aos parâmetros de modernidade do período, lhe chamou bastante a atenção o seu aspecto militar. Inclusive destacou os fatos relacionados à Revolta da Armada que teve como principal consequência a deposição do presidente Marechal Deodoro da Fonseca (RICUPERO, 2018, p. 217). Tal aspecto guiou todas as suas impressões a respeito das cidades brasileiras. O evidenciamento do fator militar remete ao contexto dos conflitos bélicos entre Brasil e Argentina durante boa parte do século XIX. O momento o qual escreve Ambrosetti era a conjuntura do pós-guerra que emergiu depois do término da Guerra da Tríplice Aliança, período este que representou uma suposta paz entre as duas nações após anos de animosidade. As negociações ocorridas com o término do conflito refletiam uma nova etapa na relação entre os dois países, atrelada então a uma disputa pela hegemonia no cone sul (ZUCCARINO, 2014).

O relato de Ambrosetti coloca em evidência tal disputa. O aspecto militar presente no lado brasileiro chamava a sua atenção porque era um tema vinculado à questão geopolítica do cone sul. O Alto Uruguai é um lugar privilegiado para essa análise, já que a região remete a um ponto de contato que foi cenário de vários conflitos desde o período colonial.

Frente à Uruguiana, está a localidade correntina de Paso de los Libres. Foi para lá que Ambrosetti se dirigiu após sua estada na cidade brasileira:

Salimos de Uruguayana y 20 minutos después llegábamos á la ciudad de Paso de los Libres que se halla enfrente. Antes se llamaba Restauración, pero en el año 1873, le fué cambiado el nombre conmemorando el pasaje en ese punto del general Paz con sus compañeros, cuando la guerra entre Unitarios y Federales.

La ciudad de Libres es menor que la de Uruguayana: sus calles son muy arenosas en general; está bien edificada, tiene bonita plaza y una iglesia con dos torres: la mayoría de las casas como en Uruguayana están techadas con teja española, excelente según me han asegurado para los climas cálidos.

Lo que llama la atención es la profusión de naranjos colosales que se hallan por todo el pueblo.

Libres estará pronto unido á Monte Caseros por el Ferrocarril que va á Posadas (AMBROSETTI, 1892a, p. 9).

Estando sob esta condição fronteira, a análise do espaço nacional sempre é guiada pela alteridade em relação ao vizinho. No relato acima, Ambrosetti salientou o fato de Libres ser uma cidade menor em comparação com a sua congênere brasileira.

Para termos uma base de comparação, o censo do Rio Grande do Sul do ano de 1890 aponta que Uruguaiana era dotada de uma população de 11.352 habitantes¹⁶². Já o censo argentino de 1895 quantifica a população de Libres em 10.640 habitantes¹⁶³. A diferença não é tão assimétrica, mas o relato era um espaço livre para que o viajante pudesse expressar a sua preocupação particular, mesmo que nela houvesse uma conotação de exagero. Sendo ele um agente ligado ao Estado, inevitavelmente também se manifestava acerca das preocupações emanadas pelo próprio governo argentino.

Também há que ressaltar que a análise comparativa entre Uruguaiana e Paso de los Libres não representava a conjuntura total do Alto Uruguai, já que o oeste do Rio Grande do Sul, tendo uma população muito maior em relação ao lado argentino - que englobava Misiones e Corrientes - exercia uma pressão demográfica que de fato preocupava o poder central de Buenos Aires.

Ainda que o viajante tenha tecido alguns atributos positivos para a cidade argentina, a comparação com Uruguaiana ainda aponta para uma análise assimétrica, já que, enquanto a estrutura urbana da cidade brasileira apresentava ruas retas e largas, atendendo assim aos parâmetros de uma moderna urbanização para aquela época, Libres possuía ruas arenosas e não atendia aos padrões civilizatórios de então.

Ambrosetti também revelou o quanto ansiava pela chegada do progresso na cidade. Essa visão é balizada pela comparação com o lado brasileiro, apontado por ele como mais desenvolvido. Por esse motivo registrou sua expectativa pelo porvir de desenvolvimento e progresso que chegaria quando Libres estivesse conectada com a vindoura malha ferroviária, que a colocaria em conexão com localidades importantes como Monte Caseros, Posadas e, por fim, Buenos Aires. Dentro de um plano simbólico, Libres não estaria somente conectada com a capital argentina, a conexão ferroviária representava também a submissão de um rincão fronteiriço considerado até então como periférico e que estaria por fim integrado ao Estado nacional. Seria a legitimação das projeções emanadas pelos agentes estatais de Buenos Aires sobre a frontera-desierto.

Seguindo viagem no sentido norte do rio Uruguai, sua próxima parada foi a cidade brasileira de Itaqui. Novamente aí persistiu um olhar desigual que privilegiava o lado brasileiro. Alvear, a cidade argentina localizada na margem oposta do rio, praticamente não foi relatada. Talvez pela sua pequena dimensão se comparada à Itaqui. A cidade argentina possuía 2807 habitantes, enquanto sua congênere brasileira era

¹⁶² Synopse do Recenseamento - 31 de Dezembro de 1890, p. 107.

¹⁶³ Segundo Censo de la República Argentina - Mayo 10 de 1895, p. 220.

composta por 7870 habitantes¹⁶⁴. Entretanto, o que chamou mais a atenção de Ambrosetti foi justamente o aspecto militar da cidade: “*Como á las 10 de la noche llegamos al pueblo brasileiro de Ytaqui; lo que llama en él la atención, es el gran arsenal y la escuadra brasileira que se halla allí fondeada. Pasamos al Pueblo de Alvear situado enfrente; seguimos viaje esa noche (...)*” (AMBROSETTI, 1892a, p. 9).

Basaldúa foi outro argentino a visitar este passo fronteiriço. Sua expedição ocorreu em 1897, seis anos após a passagem de Ambrosetti e já depois da assinatura do tratado de fronteiras. Este contexto corrobora para o teor do seu texto ser mais amistoso, sempre tecendo qualidades positivas aos brasileiros. Sua rota pelo Uruguai foi realizada no sentido contrário de Ambrosetti, baixando o rio no sentido sul a partir de Santo Tomé. Sua descrição do passo fronteiriço foi semelhante à de Ambrosetti no sentido de expressar uma preocupação em relatar mais detalhes sobre a costa brasileira. Ainda que tenha apontado Alvear como um “*lindo Pueblo argentino*” (BASALDÚA, 1901, p. 86), sua descrição é bastante discreta. Já no tocante à Itaquí, reservou destaque para o comércio, estrutura urbana e para as dimensões da cidade, maiores em comparação com a localidade argentina situada na margem oposta¹⁶⁵:

Vadeando el Uruguay, al sud clavado se encuentra Itaquí, población de importancia, bien situada en una alta lomada que permite ampliar la planta urbana, facilitando el desagüe de las calles al interior y al río hacia el oeste. Itaquí es el centro brasileiro de mayor importancia que hemos visto — tan sólo Uruguayana le es comparable — pues tiene ocho mil habitantes de población urbana, un territorio departamental de ciento ochenta leguas cuadradas, y su comercio de importación y de exportación alcanza la enorme suma de mil contos de reis, todos los años (BASALDÚA, 1901, p. 86).

Assim como Ambrosetti, o aspecto militar de Itaquí chamou a sua atenção. No entanto, diferentemente de seu colega que sinalizou uma possível ameaça para o equilíbrio geopolítico da região, sua descrição é amistosa, inclusive elogiando a postura das autoridades militares brasileiras aí instaladas:

Aprovechando que el vapor pernoctaba en aquel puerto, fuimos á visitar el arsenal de guerra, donde el señor ingeniero director, teniente E. Gómez Ferráz, con esa cortesania brasileira que revela la cultura de las clases dirigentes de aquel pueblo, nos hizo ver los talleres y depósitos.

¹⁶⁴ De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS: 1803-1950, p. 94; Segundo Censo de la República Argentina - Mayo 10 de 1895, p. 223.

¹⁶⁵ As cidades gaúchas da fronteira oeste receberam grande incremento econômico após a abertura à livre navegação dos rios Paraná e Uruguai em 1852. O tratado foi articulado pelo Império brasileiro junto à Argentina logo após a deposição de Rosas, fato que teve ativa participação militar brasileira (VOLKMER, 2013, pp. 21-22).

Quedé admirado (BASALDÚA, 1901, p. 86).

Tanto Ambrosetti quanto Balsadúa salientaram o aspecto militar das cidades da costa fluvial brasileira. Era um assunto que eles julgaram ser mais importante do que relatar minuciosamente a própria costa argentina. Ainda que o segundo viajante tenha emanado um discurso mais amistoso, é notório que os relatos, sendo a maior parte deles anterior ao tratado de fronteiras, tenham salientado um clima de animosidade, mesmo sendo o Alto Uruguai uma região de fronteira já demarcada.

Ramón Lista, dentro do contexto da promulgação da *ley argentina de inmigración de 1876*¹⁶⁶, evocou a memória de quando Itaqui era um posto avançado dos jesuítas espanhóis. Ademais, utilizou esta memória histórica para projetar esse território, que já era brasileiro quando passou por lá, como sendo uma antiga parte da Argentina que foi perdida para os brasileiros:

(...) que habiendo sido todas las ciudades construidas de piedra costeadas para varias de ellas de largas distancias, y de puntos que hoy se hallan en poder del Brasil, Ytaquí por ejemplo, los escombros existentes constituyen una riqueza en materiales, que, ó se desaprovecharian, ó costaria mucho dinero trasladar á otros puntos" (LISTA, 1883, p. 110).

Para ocupar efetivamente a fronteira do Alto Uruguai, todos os esforços eram válidos. Conforme apontou Lista, as próprias ruínas das missões seriam matéria prima para fomentar esta ocupação e levar adiante as políticas públicas de Buenos Aires de povoar -de preferência, com imigração europeia- este espaço fronteiro. Itaqui foi perdida para os brasileiros, e somente a ocupação plena da costa argentina poderia frear algum possível avanço da fronteira do país vizinho. Esta preocupação para com um possível avanço brasileiro possui raízes históricas. É bastante latente no discurso dos viajantes a rememoração de um passado imperialista por parte dos luso-brasileiros. Nesse caso, sempre aparece uma conotação negativa em relação aos vizinhos que abarca memórias relativas ao período que compreende, desde a Era Colonial, onde os bandeirantes paulistas realizaram incursões pela região, até o contexto referente às intervenções brasileiras no Prata já no período pós-independência¹⁶⁷.

Quando estive em São Luiz Gonzaga, no noroeste do Rio Grande do Sul, Ambrosetti evocou uma memória de quando aquele espaço ainda era território espanhol.

¹⁶⁶ Ver: (FERNÁNDEZ, 2017).

¹⁶⁷ Sobre as intervenções brasileiras na região do Prata, ver: (PIMENTA, 2002, pp. 215-249; SIQUEIRA, 2018, pp. 7-8).

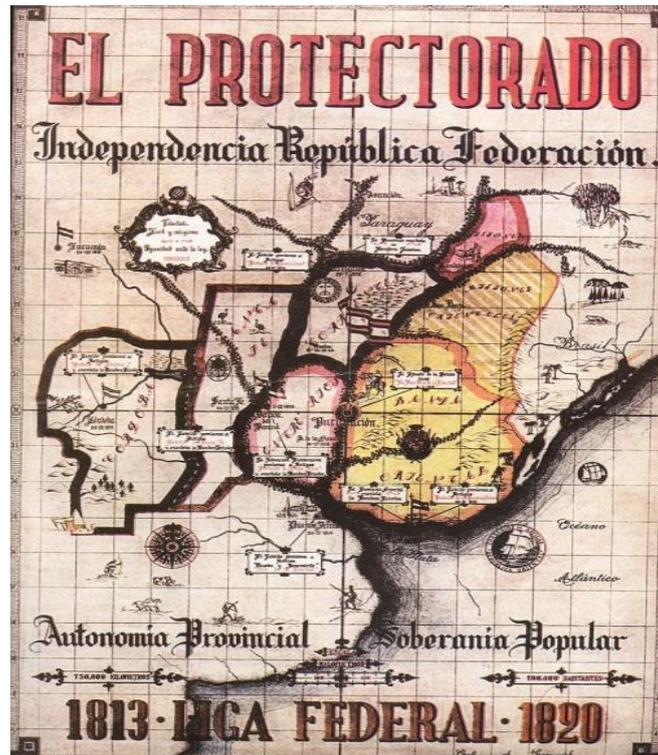
Os invasores paulistas, além de terem destruído a redução jesuíta que ali estava, influenciaram diretamente para que este território fosse perdido para Portugal e, posteriormente, para o Brasil:

Los jesuitas habían conseguido de España el permiso de que los indios de sus reducciones pudiesen usar armas de fuego para resistir á las invasiones de los mamelucos y paulistas que continuamente los atacaban, arrebatando gran cantidad de ellos que vendían después como esclavos en la provincia de San Pablo (AMBROSETTI, 1892a, p. 47).

Basaldúa fez essa mesma rememoração ao classificar os invasores como “*feroces Mamelukos que invadieron Misiones (...) arrasándolo todo á sangre y fuego*” (BASALDÚA, 1901, p. 32).

Apesar de não pertencerem ao período o qual fazem referência, as intervenções luso-brasileiras na região do Prata são rememoradas pelos viajantes para dar uma conotação negativa à presença dos brasileiros na região. A ocupação da Banda Oriental, que viria a se tornar província Cisplatina para o Império Brasileiro, é atrelada à destruição e à barbárie. O alvo principal das críticas presentes nos relatos era o militar brasileiro Francisco das Chagas Santos, comandante da fronteira das missões e responsável por combater as tropas do uruguaio José Gervasio Artigas, o qual, no ano de 1816, seguia liderando a resistência ante o invasor brasileiro que estava dominando não somente o território da atual República Oriental do Uruguai, como também o atual oeste gaúcho, considerado naquela altura como parte do território da Liga Federal, também conhecida como *Liga de los Pueblos Libres*.

Mapa 33 - Liga de los Pueblos Libres



Fonte: La Gazeta¹⁶⁸.

Sobre este período, assim, registrou Lista:

Las Misiones marchaban rápidamente á su extincion.

Esta rápida despoblacion de las Misiones motivó el marasmo mas completo, hasta que las disensiones civiles que tuvieron lugar despues de la emnacion de las Provincias del Rio de la Plata, fueron el golpe de gracia que debia hundirlas para siempre.

Derrotado Artigas por los portugueses en el vado del Catalan, en el Cuareim, pasó el Uruguay con el propósito de rehacer sus fuerzas en Entre-Rios y Misiones, donde tenia muchos partidarios.

Conocidos sus designios por el marqués de Alegrete, Gobernador y Capital General de la Provincia de Rio Grande, ordenó á su subordinado, el General Chagas, que pasase el Uruguay y destruyese las poblaciones de la ribera occidental.

Fiel ejecutor de tan terrible y salvaje medida, Chagas se apoderó sin resistencia del pueblo de La Cruz, estableciendo allí su cuartel general, mientras que sus tenientes Gama, Carvalho y Cardoso destruian las reducciones de Yapeyú, Santa-Ana, San José, Apóstoles, Mártires, San Carlos, Concepción, Santa Maria la Mayor y San Javier.

Para completar esta obra vandálica, el General Chagas en persona remontó el rio y donde puso la planta no dejó nada en pié, profanó los cementerios, incendió los templos é hizo cruel y cobarde matanza entre los indios dispersos y atemorizados por tan bárbara conducta (LISTA, 1883, pp. 25-26).

¹⁶⁸ Disponível em: <<https://www.lagazeta.com.ar/protectorado.htm>> Acesso em 2 fev. 2020.

Segundo Lista, a “obra vandálica” do general Chagas não respeitava nem mesmo a fronteira do rio Uruguai, já que ele teria invadido e se estabelecido em La Cruz para daí seguir suas incursões militares por praticamente todo o território de Misiones. Teria sido o brasileiro o maior responsável pela destruição das missões. Elas eram centro urbanos que poderiam dar suporte para o desenvolvimento da nação que, no entanto, foram destruídas em prejuízo da organização nacional argentina.

Tendo como parâmetro a mentalidade positivista da época, essas localidades poderiam ter dado um suporte para a ocupação argentina do Alto Uruguai no sentido de poder fazer frente à presença brasileira. Para Lista, o golpe de misericórdia foi dado “*Al año siguiente, en 1818, Chagas volvió á pasar el Uruguay e esta vez no dejó piedra sobre piedra. Así se extinguieron las Misiones (...)*” (LISTA, 1883, p. 26).

Ambrosetti seguiu essa mesma tônica para descrever a situação da localidade de San Javier, a qual também foi invadida pelas tropas do militar brasileiro:

El monte lo ha invadido todo; grandes pedazos de paredes se encuentran de pié; todavía se ven algunos cuartos sin techo y con las paredes incompletas, pero llenos de árboles; por el suelo, trozos de columnas y piedras de todas formas; todo escondido y cubierto por esa vegetación exhuberante que parece se empeñase siempre en querer borrar el pasado.

Esas son las ruinas de San Javier, total nada: todo fué destruido é incendiado por el famoso general Chaga (AMBROSETTI, 1892a, p. 24).

Mesmo Basaldúa, onde na maior parte do seu relato emitiu opinião extremamente positiva sobre os brasileiros, rememorou os tempos de conflitos bélicos entre o Império do Brasil e a Argentina para expressar uma opinião negativa sobre o país vizinho. Foi o caso da Batalha de Ituizangó (Batalha do Passo Rosário para os brasileiros), ocorrida em fevereiro de 1827 no atual sudoeste gaúcho¹⁶⁹. Quando passou pela localidade argentina de Alvear, rememorou a memória do general argentino Carlos María de Alvear em oposição ao “*presuntuoso*” brasileiro Marquês de Barbacena¹⁷⁰: “*Hizo escala el vapor en Albear, al pié mismo de la barranca del cerro donde se asienta el lindo pueblo argentino, que lleva el nombre del ilustre general que en los campos fronteros, rio en medio, derrotó al presuntuoso Barbacena á orillas del famoso Ituzaingó*” (BASALDÚA, 1901, p. 86).

¹⁶⁹ A batalha, vencida pelas tropas de Buenos Aires, foi considerada como uma ação de resposta do Império às intenções da então Províncias Unidas do Rio da Prata de voltar a exercer domínio sobre a Província Cisplatina, então território brasileiro.

¹⁷⁰ Foi um militar, diplomata e político mineiro atuante durante o Primeiro Reinado.

Além de representar um marco histórico para a Argentina até os dias de hoje, a memória da Batalha de Ituizangó também alimentou a faceta mais nacionalista de Basaldúa. Tal postura se mostrou latente no momento em que expressou repulsa pela atitude do Marquês de Barbacena de querer hastear a bandeira brasileira em plena capital argentina:

(...) la batalla ganada por el general don Carlos M. de Alvear contra el marqués de Barbacena, el 20 de Febrero de 1827, en el arroyo de su nombre, en el Brazil, á consecuencia de la cual fué declarado Estado independiente la República Oriental del Uruguay.
El marqués de Barbacena, al tomar posesión del comando del ejército imperial, ofreció á su amo hacer flamear en breves días, la bandera brasilera sobre las torres de Buenos Aires; la derrota más espantosa fué el castigo de su presuntuosa pedantería (BASALDÚA, 1901, p. 26).

Mesmo após a sua independência, o Uruguai seguiu sentindo os efeitos de eventuais incursões militares do Império sobre o seu território. Fazendeiros brasileiros eram detentores de vastas propriedades no norte uruguaio e seus interesses eram defendidos pelo Império a ferro e fogo (MENEGAT, 2015, pp. 11-19). Tal conjuntura refletia os desdobramentos da complicada geopolítica do Prata, onde no Uruguai independente, duas facções políticas disputavam o poder no país, eram eles, os blancos e os colorados.

Em 1864, durante a Guerra Civil uruguaia, o Brasil se posicionou, militarmente, a favor dos colorados, já que estes estavam em consonância com os interesses dos fazendeiros brasileiros residentes no país. O episódio conhecido como Cerco de Paysandú marcou o final da guerra, tendo sido vitoriosa a coligação integrada pelo Império e seus aliados colorados e unitários argentinos. Sobre este episódio, Ambrosetti foi responsável por evocar a memória mais curiosa dentre todos os relatos:

Al otro dia llegamos á la gloriosa ciudad de Paysandú, la Numancia moderna, el orgullo de gran parte de sud-americanos, en donde argentinos y orientales, unidos por un estrecho vínculo de ideas, sucumbieron bajo sus débiles muros de ladrillo ante una escuadra que los bombardeaba á mansalva y diez mil hombres que sofocaron con su masa el esfuerzo de sus 600 defensores.
No soy partidista, pero sé admirar el valor, el patriotismo y el amor á la libertad y me saco el sombrero con profunda veneración ante sus héroes, llámense San Martin, Garibaldi, Koscusco, Leandro Gómez, Daoiz, Cambrone, Bentos González etc (AMBROSETTI, 1892, p. 6).

Seu relato compara o Império Brasileiro ao Império Romano, que massacrou a antiga cidade dos celtiberos durante a ocupação da Península Ibérica no século I a.C,

para fazer alusão ao episódio onde o exército brasileiro massacrou argentinos e uruguaios. Contudo, nos resulta necessário ir além do que está registrado no relato e analisarmos a conjuntura daquele período que era bastante complexa e desembocava no fato de a própria Argentina estar dividida entre unitários e federalistas durante boa parte do século XIX. Os unitários, liderados por Bartolomé de Mitre¹⁷¹, tradicional aliado histórico do Brasil, apoiaram o Império e os colorados, enquanto os federalistas apoiaram os blancos. Sendo assim, existiu um claro intento, por parte de Ambrosetti, em apontar o Brasil como a grande ameaça imperialista na região. Não era, portanto, uma preocupação do viajante explicar a complexa conjuntura do conflito. O mais curioso é que ele fez parte da *Generación del 80*, grupo considerado como herdeiro das ideias unitárias e avesso ao federalismo.

Essa surpreendente simpatia para com os blancos uruguaios pode ser explicada pelo fato de um dos seus companheiros de viagem ter sido um veterano de guerra que esteve em Paysandú: “*Mis compañeros de viaje (...) Fortunato Romero, de 60 años, oriental también, que no había perdido una revolución en su tierra desde Paisandú (...)*” (AMBROSETTI, 1892, p. 30).

No entanto, o que cabe elencar aqui é que esse curioso relato, permeado de referências históricas sobre o passado de intervencionismo brasileiro, serviu para ilustrar o contexto de sua própria época. Ambrosetti tencionava reforçar o viés militarista de sua visão sobre os brasileiros da fronteira do Alto Uruguai. Para ele, mesmo em tempos de paz, o perigo da ameaça do país vizinho ainda representava uma realidade. Como resultado de tal contexto, apareceu a necessidade de reivindicar este conturbado passado de guerras no sentido de poder legitimar o seu próprio tempo presente e sua visão sobre o problema fronteiriço através da rememoração de fatos ocorridos até quase um século antes da escrita do seu relato.

A tônica militarista, no que tocava a costa brasileira, foi se mantendo na medida em que continuou subindo o rio Uruguai. Assim foi quando passou pela cidade gaúcha de São Borja, outrora um posto avançado dos jesuítas:

(...) al otro día de mañana anclamos en San Borja, antigua reducción de los jesuitas situada en la costa brasilera. Este pueblo se halla como á una legua de la costa, pero en el puerto se ha formado una aldea. En San Borja hay también otro gran cuartel como el de Uruguayana, teniendo de guarnición un regimiento de caballería (AMBROSETTI, 1892, p.9).

¹⁷¹ Político, escritor e militar argentino, foi presidente da Argentina entre 1862 e 1868.

Do outro lado da costa se situa a cidade argentina de Santo Tomé. Este lugar recebeu um olhar particular por parte de Ambrosetti. Provavelmente por fazer frente a São Borja no tocante às dimensões de seu povoamento, tendo uma população total relativamente superior à sua congênera brasileira¹⁷². O viajante registrou detalhes das atividades agrícolas de Santo Tomé:

El espíritu de progreso (...) reina allí (...), bien delineada, es de aspecto moderno. Posee muy buenos edificios y se conoce que todo el progreso se debe á la iniciativa particular; la acción del gobierno no se manifiesta para nada. (...)

Sus alrededores son espléndidos, no se ven sino chacras, donde la agricultura ha tomado gran desarrollo (...) hay muy buenas fortunas y sólidas(...). El comercio de Santo Tomé es muy importante: hay casas muy fuertes que giran gran capital.

(...) Yo tenía la creencia que solo del Brasil venía el tabaco negro, pero después de recorrer personalmente los tabacales del Alto Uruguay, he visto que es muy importante su producción.

(...) Se ha instalado una comisión de propaganda agrícola, La Santo Tomeana, debida á los esfuerzos de los vecinos, que dará sin duda óptimos resultados.

Tan lejos estamos en Buenos Aires de la rejion misionera que poco ó nada se sabe del incremento que allí ha tomado la agricultura. Antes de salir para Concepción tomé varios datos que publico por su importancia.

El arroz produce con resultados tan satisfactorios, que en este año se podrán recoger unos doscientos cincuenta mil kilogramos, y antes de dos años se exportarán de 300.000 á 400.000 kilogramos anuales, sin contar con lo que allí se consume, todo debido principalmente á los esfuerzos y actividad de los señores Manuel Grané y Artigas Hnos. ; estos últimos poseen una máquina perfeccionada y construida en Buenos Aires, la que movida por agua podrá elaborar cien bolsas diarias de arroz descascarado y limpio.

El tabaco rendirá como mínimum 28 á 30.000 kilos anuales, los que en su mayor parte se exportan en forma de tabaco negro.

La yerba mate ha empezado á plantarse en grandes cantidades habiendo ya unas 3.000 plantas. Los naranjos toman un desarrollo extraordinario, hallándose más de 15.000 plantados.

Han empezado á cultivarse los ananás con buen resultado. El maíz da de un modo asombroso; he traído espigas como nunca

he visto y son seguras dos cosechas al año, sin gran trabajo.

La mandioca, la batata y el poroto se desarrollan con vigor y sirven de abundante alimentación á las clases pobres.

La caña de azúcar promete brillantes resultados; funcionan el ingenio de Garruchos, la destilería de Chimiray y muchos otros pequeños trapiches particulares que fabrican raspaduras. Se han remitido para ensayo á Buenos Aires cantidades considerables de materias textiles como el Higueron, la Mira, Caraguatá, Guambé, etc., que tanto abundan por allí y serán dentro de poco artículos de fuerte exportación (AMBROSETTI, 1892, pp. 10-13).

Apesar de tantas minucias, notamos a inexistência do aspecto militar que foi salientado em São Borja. Seu relato demonstra, caminhando num tom de criticidade a respeito do próprio governo argentino, que o desenvolvimento logrado nessas paragens

¹⁷² Segundo Censo de la República Argentina - Mayo 10 de 1895, p. 220.

De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS: 1803-1950, p. 94.

teria sido fruto de particulares, não existindo, portanto, qualquer tipo de ingerência por parte do Estado. Tampouco havia uma mínima presença do exército nacional na localidade. Sendo Ambrosetti contemporâneo ao plano de legitimação da unificação nacional empreendida pelo presidente Roca – cujo fato de ser um militar não foi mera coincidência – era notória a sua expectativa para que o porvir chegasse à região através de uma política efetiva de ocupação da fronteira. Há que aclarar, entretanto, que o passado das guerras civis entre unitários e federalistas seguia presente dentro de seu imaginário e, conseqüentemente, poderia influir numa possível falta de coesão nacional que poderia prejudicar o processo civilizador em Misiones: “*Si siguiese la paz en la República, como es de esperar, dentro de pocos años y ayudada por la emigración, la región misionera se habrá transformado*” (AMBROSETTI, 1892, p.13).

Todavía, no que tange às descrições dos viajantes sobre Santo Tomé, Basaldúa foi mais comedido e a referencia apenas como um “*lindo pueblo*” (BASALDÚA, 1901, p. 78). As suas observações foram direcionadas para a vizinha São Borja. Ainda que não tenha ficado na cidade por muito tempo, é notório o seu olhar assimétrico ao descrever maiores detalhes a respeito da localidade brasileira, salientando os aspectos alinhados com os parâmetros de urbanização da época (SEVCENKO, 2009; MOTA, 2005):

En la margen izquierda, se levanta San Borja, linda población brazílera, que guarda las ruinas de una antigua misión de los jesuítas, que no pudimos ver, porque tan sólo demoraba el vapor breves minutos. Conservamos en la retina la visión del panorama de San Borja, toda blanca, las casas blancas, rodeadas de naranjos en flor, cuyos blancos azahares aumentan la impresión del albo cuadro, perfumando el ambiente con sus emanaciones agradables (BASALDÚA, 1901, p. 85).

Quando visitou a cidade argentina de La Cruz, ao sul de Santo Tomé-São Borja, o olhar assimétrico foi ainda mais notório. Para ele, estavam ausentes os parâmetros civilizatórios de urbanização que já se faziam presentes no lado brasileiro e que estariam faltando no lado argentino: “*El pueblo de La Cruz parece estacionario de larga data atrás, viéndose por todas partes derruidos paredones, y faltando esa nota característica de los pueblos brazíleros — el blanqueo — que da á la vista del viajero impresiones agradables de higiene y civilización*” (BASALDÚA, 1901, p. 87).

3.2.2 Os centros ervateiros: Concepción de la Sierra e San Javier

Mais ao norte, na região compreendida entre Concepción de la Sierra e San Javier, a questão militar deixou de aparecer por um momento. Essas localidades eram os

maiores centros ervateiros da costa argentina do Alto Uruguai. Também representavam os últimos pontos de povoamento argentino nessa região. As questões relacionadas à exploração da erva-mate chamaram a atenção dos viajantes quando relataram este espaço. Tal temática também reverberou nas relações com o Brasil, já que esta atividade econômica não deixou de ser influenciada pela conjuntura fronteiriça que guiava totalmente a sua dinâmica.

As impressões de Lista não foram nada positivas acerca desta zona ervateira. Para ele, a localidade de Concepción não passava de um “*villorio*”. Tratava-se de um local atrasado e muito aquém de representar uma cidade de fato: “*Concepcion es un villorrio de yerbateros y especuladores en yerba; está situado á unos 10 kilómetros del rio Uruguay. De este último punto pasé á San Javier (...)*” (LISTA, 1883, pp. 9-10).

Ambrosetti seguiu essa mesma tônica, destacando ainda a assimetria desta localidade em relação à cidade brasileira de Cerro Pelado¹⁷³. Todavia, acrescentou que as casas do lado argentino eram edificadas ainda com madeira, o que representava um contraste em relação ao outro lado da fronteira onde, conforme apontou Basaldúa, as casas de alvenaria já se faziam presentes:

Después de andar dos leguas, entramos en la picada que conduce á San Javier.

(...) El pueblo de San Javier está sobre una barranca del Rio Uruguay, frente al parage denominado Cerro Pelado, que se halla en la costa brasilera.

Es el último pueblo del Alto Uruguay.

Hoy se compone de unas 50 casas, la mayor parte mal edificadas; puede decirse que recién empieza la edificación de él; en esta se emplea como principal elemento la madera.

Apesar de todo, en San Javier hay mucho comercio de yerba, tabaco y maderas; depende de Concepción: hay un solo Comisario y el Juez de Paz; los vecinos han hecho una solicitud para que se cree una municipalidad, la que una vez instalada lo haría progresar mucho, si es que no les sirve de manzana de discordia (AMBROSETTI, 1892, p. 24).

A exploração de erva-mate e da madeira são os aspectos que mais chamaram a atenção dos viajantes. O comércio destes artigos baixava o rio Uruguai no sentido sul até a sua desembocadura no Prata, onde, não por acaso, está situada Buenos Aires. Controlar essa atividade econômica era uma preocupação por parte do Estado argentino e isso se faz presente nos relatos. O regulamento de exploração da erva-mate foi promulgado em 1876 pelo governo de Corrientes¹⁷⁴. Em seguida, o governo correntino

¹⁷³ Atualmente corresponde ao município gaúcho de Porto Xavier.

¹⁷⁴ Misiones naquela altura ainda era parte da província de Corrientes.

formou uma comissão para formular um regulamento específico para a exploração e conservação dos ervais no Alto Uruguai (AMABLE, 1989, pp. 123-124).

San Javier era considerado um local estratégico para a exploração ervateira. Era ali que estava instalada a autoridade do Receptor Territorial, responsável por regulamentar as permissões da exploração na região e cercear o contrabando na fronteira. Não foi por acaso que esta representação estatal estava situada defronte à localidade brasileira de Cerro Pelado (ARANHA, 2009).

Tal conjuntura tampouco representava a existência de um efetivo controle do Estado sobre estas atividades econômicas. Há que mencionar ainda que essa regulamentação era proveniente do governo de Corrientes, cujos interesses muitas vezes conflitavam com os de Buenos Aires. Quando Lista mencionou os “*especuladores en yerba*”, ele apontou o quanto faltava controle governamental sobre a exploração ervateira. Tal controle representava uma tarefa extremamente difícil de ser realizada neste espaço fronteiriço. Juan José Lanusse, o segundo governador de Misiones, registrou, com ironia, como se fosse um tipo de resposta às ambições das autoridades portenhas: “(*...*) *para que la vigilancia fuese realmente eficaz, sería necesario que detrás de cada peón yerbatero que se interna en el monte para hacer yerba, hubiese un fiscal que inspeccionase su trabajo (...)*” (BOLSI, 1980, p. 148).

A partir do momento em que Misiones deixou de ser parte de Corrientes, passando então para o domínio direto de Buenos Aires, todos os tributos relacionados com a erva-mate -pelo menos em teoria- eram remetidos diretamente para Buenos Aires. O artigo 36 do regulamento dizia que todos os fundos provenientes da *Receptoría de San Javier* seriam remetidos diretamente para o *Banco de la Nación*. Na prática, o governo argentino pouco via a cor deste dinheiro. O próprio governador Rudecindo Roca comentou que a evasão era favorecida justamente pela falta de controle sobre um espaço tão longínquo. Ele informou diretamente o Ministério do Interior o fato de que a Comissão Municipal de Concepción flagrou um carregamento de ervas que não teria sido devidamente tributado (AMABLE, 1989, p. 138). Ademais deste caso em específico, podemos imaginar o grande número de casos que passaram despercebidos ante as autoridades governamentais.

Outro fator que influenciava diretamente no tráfico ilegal de erva-mate era decorrente da própria política tarifária implementada pelo Estado argentino. Quem explorava os ervais no lado argentino pagava um imposto de 50 centavos a cada 10 kg de erva, enquanto a erva brasileira abonava 35 centavos. Por esse motivo, era bastante

comum que os exploradores tentassem “transformar” erva argentina em brasileira. A razão era bastante simples: pagar menos impostos (BOLSI, 1986, p. 177).

Tal empreitada não resultava difícil em uma área de fronteira, e muitas vezes contavam com a cumplicidade das próprias autoridades. Juan Balestra, outro governador de Misiones nomeado pelo poder sediado em Buenos Aires, chegou a depor o Receptor Territorial de San Javier, Don Andrés Dassoni, por ser complacente com o tráfico ilegal na fronteira (CRONICA DE LOS GOBERNANTES, 1979, p. 57).

Nesse caso em particular, os ervateiros argentinos tinham plena consciência da existência dessa fronteira no Alto Uruguai e a utilizavam a seu favor. Passar erva argentina pela alfândega como se fosse brasileira significava “manejar” novas condições que pudessem favorecer a eles próprios¹⁷⁵. Tratava-se, portanto, de um contexto local que fugia da alçada do próprio governo argentino.

Esse foi o panorama geral encontrado pelos viajantes nesses centros ervateiros. Por esse motivo eles registraram uma visão negativa acerca desta zona. Para Lista, era uma área de especuladores e de traficantes. Ambrosetti igualmente teceu aspectos negativos e ansiava pela chegada do progresso, era somente sob esta condição que esta região iria ser integrada de fato ao Estado nacional argentino.

Fazer-se presente na fronteira significava também empreender um efetivo controle aduaneiro. Tal empreitada acabava se chocando com o complexo jogo comercial entre Brasil e Argentina naquela época. Resulta necessário analisar tal conjuntura para compreendermos os motivos que levaram o governo argentino a privilegiar a importação da erva-mate brasileira, situação esta que influía diretamente no Alto Uruguai, implicando nos casos rotineiros de tráfico e de corrupção na fronteira.

Até o início do século XX, o Brasil – tendo a sua produção concentrada no estado do Paraná- era o maior produtor mundial de erva-mate e a Argentina a maior compradora desta produção. Em contrapartida, o Brasil era o maior comprador de trigo argentino, o que atendia diretamente aos interesses dos setores políticos argentinos defensores do modelo agroexportador. No caso dos setores políticos que defendiam o incremento da produção ervateira, tais interesses se chocavam com os do grupo anterior, o qual, por sua vez, encontrava-se acuado pela ameaça brasileira de boicotar o trigo

¹⁷⁵ Em um interessante estudo sobre a fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina e o Uruguai, Mariana Flores da Cunha Thompson Flores cunhou o conceito de “fronteira manejada” para indicar o quanto os habitantes fronteiriços tinha plena consciência da existência dos limites internacionais para poder manejá-los conforme seus próprios interesses particulares (FLORES, 2014; FLORES, 2019, p. 293).

argentino em favorecimento da importação do trigo dos Estados Unidos (ARANHA, 2009).

O aspecto negativo emanado pelos viajantes em relação aos ervais do Alto Uruguai estava ligado diretamente à presença brasileira no outro lado do rio. Ela guiava toda a dinâmica da exploração e expunha as próprias contradições das políticas públicas do governo argentino orientadas para a região, já que elas também dependiam do jogo comercial e das relações entre Buenos Aires e Rio de Janeiro.

3.2.3 *A ameaça que vem do outro lado: a Colônia Militar do Alto Uruguai*

San Javier era a última povoação argentina no Alto Uruguai, dali em diante, no sentido norte, existia uma área desconhecida que necessitava de um mapeamento. Sendo esta uma política de Estado, Lista teve todo o suporte para realizar tal empreitada:

Merced á los buenos oficios del Juez pedáneo de la localidad. D. Néstor Gomez, obtuve una chalana que hice tripular convenientemente, dejando el Puerto de San Javier el 28 de Junio para remontar el Alto Uruguay hasta donde fuese posible. Mi excursion por el rio duró siete dias, habiendo recorrido en ese tiempo una distancia de quince leguas, luchando incesantemente con los sérios obstáculos que el Uruguay ofrece en la estacion del invierno, época en que su caudal disminuye asombrosamente, formando numerosas **cachoeiras**¹⁷⁶ (LISTA, 1883, p. 10, grifo do autor).

Lista inclusive usou a palavra portuguesa cachoeiras, em vez de *cascadas*, para apontar as dificuldades de navegação que existiam naquela altura do rio onde era impossível a subida dos vapores argentinos. Em meio à pressão brasileira que vinha do outro lado, até mesmo o uso do idioma do país vizinho era um indicativo de que o Alto Uruguai corria o perigo de sofrer uma “abrasileiração”.

Rafael Hernández fez esse alerta quando passou por Apóstoles, situada a 30 km da costa do Uruguai. Denominada pejorativamente por ele como uma “*triste aldehuela*” povoada por gente atrasada e bárbara e que falava um dialeto influenciado pelo português. Ao perguntar a uma mulher local sobre a origem do pai de seus filhos, o viajante registrou a seguinte fala em seu relato: “-*Tiveron, sein senhor*” (HERNÁNDEZ, 1973, pp. 96-97).

O forasteiro de Buenos Aires também utilizou a palavra criança -ainda que erroneamente grafada como *crianza* e com a tradução em espanhol dirigida para o leitor

¹⁷⁶ Grifo do autor para ressaltar a palavra de origem portuguesa.

portenho- de forma a se fazer compreendido pela mesma mulher: “- *Y esse crianza (niño de pecho) indica que tiene V. marido. - Ora non, pois cuando eu teim crianza, non teim marido*” (HERNÁNDEZ, 1973, pp. 97-98).

Basaldúa igualmente registrou essa influência linguística brasileira quando, a pedido de Florentino Ameghino, foi investigar as atividades de um monstro chamado *Miñocão* que supostamente habitava o rio Uruguai. Não por acaso, assim como Hernández apontou em Apóstoles, o nome da criatura denotava a influência do idioma português. Por isso Basaldúa registrou o seu nome, ainda que erroneamente, em uma espécie de portunhol.

Por entonces, poco después de las del mylodonte famoso, llegaron á Buenos Aires noticias de un monstruo extraordinario— el miñocao — que habitaba los abismos del Uruguay, entre Santo Tomé y San Borja; y mi querido amigo y sábio naturalista Florentino Ameghino me pidió investigara lo que hubiese de verdad en el asunto (BASALDÚA, 1901, p. 78).

Se a influência brasileira já transcendia o rio Uruguai, os argentinos enxergaram a necessidade de mapear e ocupar o espaço fronteiro acima de San Javier. Uma área onde não havia povoação argentina que se estendia 200 quilômetros rio acima até o início da zona litigiosa com o Brasil.

Lista levantou um plano hidrográfico, indicando todos os afluentes do rio Uruguai: “*Terminando el reconocimiento de esse rio y de algunos de sus afluentes hasta la distancia mencionada mas arriba, regresé á Posadas, llevando como resultado de mis primeiros trabajos um plano hidrográfico y numerosas colecciones de rocas, insectos y maderas (...)*” (LISTA, 1883, p. 10).

Tendo sido uma viagem a serviço do Estado argentino, o relato de Lista tinha a função prática de servir como um relatório de informações para o governo utilizar nas negociações pelo domínio do território litigioso, sendo citado no texto argumentativo que a delegação argentina submeteu ao arbítrio do presidente estadunidense Stephen Grover Cleveland:

Finalmente en esta misma epoca el Gobierno Argentino ordeno un censo oficial del territorio de Misiones, hasta los confines con el Brasil, que vengo sosteniendo. Presento al Arbitro los siguientes libros oficiales argentinos que contienen el resultado de dichas exploraciones o investigaciones:
El Territorio de las Misiones, por Ramon Lista. Buenos Aires, 1883 (ZEBALLOS, 1894, p. 94).

O mapeamento hidrográfico de Lista era tão preciso que ele apontou a localização exata do Peperi-Guaçu, o afluente mais importante do Uruguai, justamente porque ele demarcaria a fronteira fluvial com o Brasil. No entanto, essa informação contrariava a posição oficial do próprio governo argentino que reivindicava a localização deste rio mais a leste, planteando assim uma área maior como parte da Argentina. Não por acaso, essa informação foi omitida no relatório argentino, mas ela consta no relato de Lista: *“Los afluentes principales del Uruguay, del Chimiray al Norte, son los rios Santa Maria, Tacuararé, Mbororá, Pindoyti, Acaraguay, Pepirí-miní y Pepirí-guazú, siendo los dos últimos de mayor caudal”* (LISTA, 1883, p. 46).

Se a costa argentina era despovoada acima de San Javier, a Colônia Militar do Alto Uruguai representava uma ameaça existente na outra margem do rio. É por esse motivo que a questão militar reaparece fortíssima, sendo esta localidade relatada de forma minuciosa por Ambrosetti. Seu relato contém -além das descrições das cidades brasileiras realizadas em seu trajeto pelo rio Uruguai- mais seis capítulos dedicados ao Brasil: três deles são a respeito das cidades do noroeste gaúcho, um foi reservado à descrição histórica do país e um capítulo inteiro dedicado exclusivamente à Colônia Militar do Alto Uruguai.

Após uma incursão pelo noroeste gaúcho, Ambrosetti retomou o caminho no sentido oeste para alcançar novamente as margens do Uruguai. Tendo partido da localidade gaúcha de Campo Novo, assim registrou o seu percurso até a sua chegada à Colônia:

A las 3 de la tarde salimos de Campo Novo para llegar temprano á la boca de la picada grande que conduce á la Colonia Militar.

De Campo Novo á la boca de la picada hay dos leguas de campo cubierto de isletas de vegetación, predominando en ellas el timbó.

La región del monte cerrado, impenetrable, empieza allí para concluir en el Uruguay y teníamos que atravesarla por la picada, carretera de nueve leguas de 60 cuadras cada una y de un ancho de 12 metros.

Fué abierta por los ingenieros militares del ejército brasileiro y el gobierno tiene votada una suma anual para su compostura y limpieza, asi es que en todo tiempo es transitable(...)

Después de reposar un rato en el lado del Taruma llegamos á los Apretados, siendo ya de día. Es un lugar único en su género; para comprenderlo bien, es necesario compararlo a un inmenso terraplén de mas de 100 metros y con caídas á uno y otro lado, sumamente grandes y rápidas; esta obra de la naturaleza hace que en caso de cualquier evento la Colonia Militar está defendida por tierra; con atajar la picada en este punto es imposible la entrada por allí.

Este lugar fué indicado por los indios que acompañaban á los ingenieros cuando la abrieron, lugar que conocían por la costumbre que tienen de andar en el monte. Al fin y como á las 10 a. m. pasando el puente sobre el arroyo San Francisco, llegamos á los suburbios de la Colonia, cruzamos por delante

de unas chacras y entramos en la calle principal del pueblo, el que me agradó desde el primer momento (AMBROSETTI, 1892, pp. 62-63).

A sua descrição é bastante positiva, desde o caminho por onde transitou até a sua chegada à colônia. Também não deixou de registrar o papel dos engenheiros militares brasileiros, o que denota o quanto esta profissão estava em alta naqueles primeiros anos da República (ABREU, 1998, p. 92).

No capítulo sobre a Colônia Militar, há um claro intento do viajante em omitir os possíveis aspectos negativos. Sua descrição caminha no sentido de alertar o seu público leitor de Buenos Aires para despertar a sua atenção para o que estava ocorrendo na fronteira e como o Estado brasileiro estava atuante no que concernia o povoamento da região. No entanto, ao analisar um relato oficial do lado brasileiro da mesma época, a tônica não era nada positiva. No Relatório do Ministério da Guerra consta o seguinte registro: "Resente-se a colonia da falta de vias de comunicação. A unica estrada que existe, e que communica a colonia com o Campo Novo e outros pontos do Estado, é uma picada que tem 58 kilometros de percurso e necessita de reparos" (FROTA, 1891, p. 51).

A narrativa de Ambrosetti não salientou este aspecto negativo justamente porque tencionava chamar a atenção do poder público de seu país para realizar um empreendimento semelhante no lado argentino. Ele inclusive questionou o papel da Colônia como parte de uma estratégia militar brasileira de ocupação da fronteira, já que o "inimigo" não estava presente do outro lado: "*El fin de esta Colonia no fué simplemente la Agricultura, sino mas bien político bajo el punto de la Estrategia Militar, según ellos, pero yo no veo qué importancia estratégica puede tener, cuando cerca no hay poblaciones, la Costa Argentina desierta é inaccesible*" (AMBROSETTI, 1892, p. 66).

Para ele, a Colônia estava consoante com os padrões de urbanização de seu tempo:

La calle principal, es larga, ancha, bien tenida, limpia, en gran parte plantada de palmeras á uno y otro lado; en la mitad de esta calle está la plaza, grande y espaciosa.

La parte del poniente concluye en el rio, mientras que la del naciente, en la picada. Las casas de la acera Norte tienen todas fondo al rio Uruguay gozando así de vistas espléndidas.

(...) La barranca en este punto tendrá 25 metros en la costa del rio y unos 30 al medio de la calle.

La edificación en su mayor parte es de madera. Las casas perfectamente alineadas, están separadas unas de otras por unos 10 metros, algunas menos,

todas tienen su buen cerco al frente con bananas, ananás, palmeras, moras, etc (AMBROSETTI, 1892, pp. 63-64).

Uma vez mais, ao analisarmos o relatório brasileiro da mesma época, a tônica é totalmente oposta ao que relatou o argentino: “Fundada em Dezembro de 1879, no Estado do Rio Grande do Sul, pouco desenvolvimento ha tido esta colonia” (FROTA, 1891, p. 51).

Obviamente, o aspecto militar guiou totalmente as suas impressões sobre esta localidade projetada exclusivamente para este fim:

Como á 6 cuadras al Este se halla el cuartel, donde está alojado el destacamento de la Colonia, compuesto de 60 hombres de diversos cuerpos del ejército y que en su mayor parte tienen familia y son colonos, no teniendo mas obligación que presentarse á las listas y algún otro pequeño servicio. La atahona del Estado es un gran edificio de madera todo de cedro incluso el techo de 40 metros de largo por 15 de ancho (AMBROSETTI, 1892, p. 64).

No sentido de dimensionar ainda mais a falta da presença do Estado argentino, Ambrosetti teceu generosos elogios às políticas públicas do governo brasileiro. Sua visão aponta que na margem esquerda do Uruguai, o Estado era bastante presente e atuante em vários sentidos: no aspecto econômico, na questão de infraestrutura e no quesito da saúde pública:

El Gobierno se ha reservado la propiedad de todos los terrenos del pueblo. Los colonos pueden gozarlos mientras viven en él, pero no venderlo; también se muestra muy protector de ellos: estos no solo tienen la tahona á su disposición sino también cuanta herramienta pueden necesitar, bueyes, útiles, carros, etc. y á los 3 años de estar establecidos, el título de propiedad de sus chacras para que no puedan ser molestados mas. Además los colonos tienen médico y botica gratis que emplean mucho (...) Visité también un ingenio de caña de azúcar, movido á agua por una gran rueda. No fabrica sino caña ó cachaza, solo por encargo hace rapaduras (AMBROSETTI, 1892, pp. 64-65).

Para o argentino, os brasileiros eram um exemplo a ser seguido, eram eles os responsáveis por levar adiante o processo civilizador na região: “*El (...) beneficio que reporta esa Colonia es empezar á poblar la región del Alto Uruguay, honor indiscutible que corresponde á los Brasileños; no por la prioridad, sino por la forma en que lo han hecho*” (AMBROSETTI, 1892, p. 66).

Ao seguir viagem rio acima, a tônica continuou a mesma, sempre tendo a costa brasileira como parâmetro de comparação para descrever a situação do lado argentino:

La Costa Brasileira en un gran trecho, está rozada y plantada de caña de azúcar, maíz, etc. Pasamos la Isla que está frente á la Colonia y que según tengo entendido es argentina; parece por ser alta con un cerro en su centro, un castillo y sus orillas no dan acceso: son de piedra, casi todas cortadas á pique y está cubierta de la misma é intrincada vegetación de la orilla.
La Costa Argentina se presenta virgen salvaje (...) (AMBROSETTI, 1892, p. 85).

A manifestação de alteridade em relação ao que estava presente no outro da fronteira esteve presente em todos os relatos dos argentinos que passaram pelo Alto Uruguai. Ela é ainda mais aparente no relato de Ambrosetti. O fato de ter sido o único que navegou toda a fronteira fluvial de sul a norte corrobora este contexto. O aspecto militar chamou bastante a sua atenção desde Uruguaiana, a primeira cidade brasileira avistada, até a Colônia Militar do Alto Uruguai, último ponto de povoamento brasileiro antes do território litigioso. Tal aspecto exerceu tamanho impacto sobre o viajante que, ao retornar para Buenos Aires, escreveu imediatamente um artigo¹⁷⁷ intitulado *Poblacion de Misiones – Colonias Militares*. O qual foi publicado no dia 21 de dezembro de 1892 no jornal portenho *La Prensa*, um dos mais importantes não só da Argentina, como a nível global naquela época¹⁷⁸.

Neste artigo, Ambrosetti realizou uma recomendação para que o governo argentino concedesse uma resposta aos brasileiros, inclusive imitando o seu próprio exemplo de criar uma colônia militar. Toda a costa argentina no Alto Uruguai teria que conter uma “*linea militar*” até o ponto onde se iniciava o território litigioso. Era uma maneira de o Estado se fazer presente às vésperas da resolução do problema de demarcação da fronteira entre os dois países:

Para repoblar las Misiones se necesita una sola cosa: la intervencion directa del Gobierno Nacional en una forma muy sencilla que voy á explicar:
(...) segundo tengo entendido, de crear una linea militar de frontera sobre la costa del Alto Uruguay con asiento en Santo Tomé (Provincia de Corrientes), el Gobierno deberia extenderla hasta la barra del Pepiri y fundar alli una colonia militar como la que los brasileros tienen un poco mas abajo (AMBROSETTI, 1892b).

Para ele, seguindo os pressupostos positivistas, a implementação de uma Colônia Militar argentina naturalmente traria povoamento e progresso para a margem argentina

¹⁷⁷ Tratava-se originalmente de uma carta aberta dirigida a Perito Moreno, então diretor do Museo de La Plata.

¹⁷⁸ El País, Desaparece un defensor de la libertad de prensa en América Latina. Originalmente publicado em 28/12/1977.

Disponível em: <https://elpais.com/diario/1977/12/28/internacional/252111615_850215.html>. Acesso em 22 jan. 2020.

no Uruguai. Ambrosetti elencou ainda o caso do avanço da fronteira ao sul de Buenos Aires, exemplo que poderia ser colocado em prática também na fronteira nordeste do país. Além de tudo, tal conjuntura representava para ele um dever patriótico:

(...) veríamos de este modo reproducirse el mismo fenómeno que se produjo con los antiguos fortines da la Provincia de Buenos Aires: ayer simples destacamentos militares, hoy pueblos que se llaman Azul, Carhné, Guamini, Trenque hauquen, etc.
(...) nosotros tendríamos la inmensa satisfaccion de haber servido en nuestra esfera de accion á los verdaderos y legitimos intereses de nuestra querida pátria (AMBROSETTI, 1892b).

Já o relato de Basaldúa não contém esse tom militarista justamente pelo fato de sua expedição ter ocorrido após a resolução da demarcação da fronteira em 1895. No entanto, o seu discurso é similar ao de Ambrosetti no que toca o papel civilizador atribuído aos brasileiros, o qual para eles seriam uma referência nesta frontera-desierto. Ainda que o tom de animosidade não se encontrasse mais presente, o aspecto militar não deixa de ter relevância em sua narrativa:

No hubiera creído nunca que á orillas mismas del bosque misionero, casi en las fronteras del desierto, hubiera una instalación completa, dotada de modernas maquinarias, con personal numeroso y competente, dirigido por hombres preparados, en donde se construyen barcos de guerra, todas las maquinarias propulsoras, y donde se funden fusiles y cañones de sistemas modernos con toda perfección.
Ahora me explico cómo puede existir en el Alto Uruguay la escuadrilla de guerra brazílera, puesto que allí mismo tienen los astilleros y todos los elementos necesarios (BASALDÚA, 1901, p. 86).

O que a narrativa de Basaldúa trouxe de inédito até então foi a sugestão de um esforço bi-nacional para alterar o nível de profundidade das águas do Uruguai para poder superar “*los graves inconvenientes que ofrece al comercio la navegación del Alto Uruguay*”:

Tal vez, algún dia, los intereses comerciales de la Argentina y del Brazil decidan á sus gobiernos á destruir con dinamita los escollos que obstruyen la corriente, y si es verdad que exigirá cuantiosos capitales, también lo es que producirá mayores beneficios, y que en ambas naciones abundan ingenieros competentes para estudiar y dirigir las obras (BASALDÚA, 1901, p. 86).

No entanto, esse suposto clima de paz que transparece no relato de Basaldúa não anulava todo um histórico de animosidades entre as duas nações que percorreu todo o

século XIX. Por isso que a visão emanada pelos argentinos foi fortemente influenciada por esta conjuntura geopolítica.

Os viajantes não se limitaram a registrar apenas os dados relacionados às ações dos dois Estados na região. Também era importante falar das gentes que habitavam este espaço. E a fronteira -no caso do Alto Uruguai, um fato consumado- guiou por completo tais análises, sendo a sua presença, ora reivindicada, ora sendo totalmente irrelevante em meio a uma *borderland* dotada de uma dinâmica particular que estava alheia aos poderes centrais de ambos os países. Nesse sentido, a alteridade emanada pelos argentinos em relação aos brasileiros oscilava entre aproximações e distanciamentos.

3.2.4 Ambrosetti vai ao Brasil: aproximações e distanciamentos

Ambrosetti nutriu um grande interesse pelo Brasil. Ele foi o único viajante argentino que não se limitou a percorrer apenas a borda fronteira no Alto Uruguai. Percorreu aproximadamente 340 quilômetros pelo noroeste do Rio Grande do Sul. Entrou por Cerro Pelado, seguiu no sentido leste até Santo Angelo, passou pela Colônia Militar do Alto Uruguai para depois retornar ao rio Uruguai. Em sua incursão pelo lado brasileiro, um dos seus maiores interesses era relacionado à possibilidade de poder conhecer as antigas Missões Orientais, ou seja: as que se localizavam na margem direita do Uruguai. Ambrosetti se diferenciava dos demais viajantes argentinos justamente por defender uma política de preservação das ruínas. Para ele, o processo civilizador na região seria totalmente compatível com tal iniciativa. No entanto, era esta uma posição contrária ao que manifestava os demais argentinos que defendiam abertamente a utilização das ruínas para a construção de novas localidades que pudessem receber novas ondas de imigração. Nesse sentido, as ruínas representavam a barbárie a ser superada e civilizada pelos novos tempos modernos.

Ao cruzar o rio Uruguai, Ambrosetti demarcou o quanto a fronteira, em seu sentido demarcatório entre duas nações, encontrava-se presente naquele espaço. Ainda que estivesse percorrendo uma região com características bastante semelhantes entre as duas margens do rio, esta ação demarcava um rito de passagem de estar adentrando em um território estrangeiro. Pelo fato de estar iniciando uma incursão pelo interior brasileiro, não sendo mais uma viagem fluvial entre as duas costas, o argentino divagou

a respeito de ter realizado esta passagem simbólica entre os dois países. Isso ocorreu na travessia entre San Javier (costa argentina) e a localidade gaúcha de Cerro Pelado:

Esa noche, sentado en el patio mientras gozaba de la brisa fresca con una luna espléndida que iluminaba ese suelo que tanto se presta á la fantasía, me puse á reflexionar siguiendo las espirales de humo de mi cigarrillo.
Al otro día, debía cruzar al Brasil y quién sabe hasta cuando no volvería á ver un pedazo de suelo argentino.
La idea de ser extranjero en un país extraño, tan distinto en usos y costumbres, me hacía en ese momento querer mas mi tierra y pensaba en el porvenir grandioso que tendrá la región que acababa de recorrer en tan pocos dias (AMBROSETTI, 1892, p. 29).

Essa manifestação de alteridade poderia estar sendo direcionada para o próprio território argentino de Misiones, tão distinto de Buenos Aires, seu local de origem. Nesse caso, entretanto, tratava-se de uma questão internacional e por isso fazia sentido demarcar a existência dessa fronteira. Por esse motivo emanou tais projeções sobre um espaço que para ele era considerado estranho, ainda que o lado argentino também pudesse ser alvo dessas mesmas manifestações de estranhamento¹⁷⁹.

O fato do viajante se encontrar em território brasileiro abria uma margem para que ele realizasse uma análise do próprio lado argentino, no sentido de projetar o seu porvir de civilização. Nesse caso, o olhar para o outro não deixava de ser, ao mesmo tempo, uma manifestação de um olhar direcionado para si próprio¹⁸⁰:

Cuántos centros de población: qué de productos varios: cuánta riqueza en formación, que un día, desarrollándose, llenará ese mismo rio que hoy apenas surcan pocos vapores y algunas canoas, de embarcaciones de todo género, y el hombre, ese supremo luchador, ese terrible enemigo de la naturaleza que con su cerebro vá pudiéndolo todo, haciendo saltar las vallas que hoy se oponen, abrirá ese eden al trabajo, á la industria y al comercio.
El Este argentino que todo lo produce desde el trigo hasta la viña, la caña de azúcar, el tabaco, el café y las maderas, tiene un inmenso porvenir. Porvenir no lejano, porque marchamos á passos de gigante, con todos nuestros defectos y nuestras desgracias, porque en nuestro fondo hay grandes tesoros de sentimientos nobles y elevados que anteponiéndose á las misérias del momento, nos arrastran al progreso y á la civilización; por que no somos egoístas, sino demasiado liberales, siendo los primeros en recibir con los brazos abiertos al hombre trabajador de cualquier nación, raza ó religión, sin preguntarles de donde vienen, como se llaman, ó en qué Dios creen (AMBROSETTI, 1892, p. 29).

¹⁷⁹ Tais manifestações de alteridade a respeito do outro interno argentino, embora não seja o foco deste capítulo, também estão presentes nos relatos de Ambrosetti e serão discutidas mais adiante.

¹⁸⁰ No que toca à temática relacionada ao conceito de alteridade, nos baseamos nos estudos de Tzvetan Todorov (1983). Para ele, a construção de uma identidade só existe a partir de uma premissa de comparação do “eu” com o “outro”. No caso de nossa análise, ao confrontar o outro brasileiro, Ambrosetti não deixava de legitimar a sua própria identidade.

Na Argentina, a corrida em nome do processo civilizatório desembocava na questão do povoamento de sua fronteira-desierto. O “*Este argentino*” seria plenamente desenvolvido com a atração de povoamento. Nesse sentido, quando se encontrava presente em território brasileiro, Ambrosetti não deixou de registrar as suas impressões a respeito da política de imigração que existia neste lado da fronteira. Quando esteve na antiga missão jesuítica de São João Batista¹⁸¹, relatou que naquele local houve uma tentativa fracassada de povoá-lo com colonos alemães: “*En tiempo del emperador don Pedro I, (1824), se estableció una colonia de alemanes que se dispersaron después*” (AMBROSETTI, 1892, p. 56).

Em Santo Ângelo, relatou os problemas pelo qual passavam os imigrantes europeus nesta localidade:

Los colonos que estaban en Santo Angelo eran en su mayor parte polacos y suecos; estos últimos parecen los más aptos en cuanto á los primeros, habían acampado en las orillas del pueblo esperando su turno, pero con más ganas de mandarse mudar para otra parte que de ir á las colonias.

Pasó varias veces delante de la oficina y pude observar allí la distribución de víveres y vales á los colonos.

Según oí decir y quejarse á muchos, la empresa tenía todo centralizado en Santo Angelo, mientras que en las colonias no había siquiera un depósito y como los colonos no poseían caballos ni carros, tenían que venir de 5, 6 y 7 leguas á pié á buscar víveres, para lo que empleaban dos ó tres días y otros tantos de vuelta y como no podían cargar mucho á hombros, cada semana tenían que volver á Santo Angelo quedándoles naturalmente muy pocos días para trabajar (AMBROSETTI, 1892, p. 57).

Nesse caso, o relato sobre o problema da logística de alocar os colonos em Santo Ângelo configurou em um olhar negativo a respeito da política imigratória do governo brasileiro. Ambrosetti quis sinalizar um exemplo de algo que não deveria ocorrer na Argentina. Ele também sinalizou aí uma clara disputa entre os dois países pelo processo civilizador, mais precisamente, o que tocava o tema da imigração europeia. Essa era uma questão de política pública para ambos os países. O caminho para a “civilização” - tendo a Europa como parâmetro- perpassava a problemática de atração de imigrantes europeus para seus respectivos territórios.

Tendo em conta este contexto, não deixou de registrar a saída de imigrantes poloneses do Brasil que estavam se dirigindo para o lado argentino: “*Encontramos algunas familias polacas que se dirijían á pié desde Santo Ángel, buscando la costa*

¹⁸¹ Corresponde hoje à localidade rural de São João Velho, pertencente ao município gaúcho de Entre-Ijuís.

para pasar á la Argentina, sufriendo toda clase de necesidades” (AMBROSETTI, 1892a, p. 35).

Para Ambrosetti, quanto mais imigrantes europeus afluíssem à Misiones, maiores seriam as chances do processo civilizador argentino lograr sucesso neste espaço, já que nessa região ainda predominava o elemento indígena e mestiço. Resulta necessário, entretanto, aclarar que o debate acerca da imigração na Argentina era bastante complexo. Ambrosetti não fazia qualquer distinção entre os imigrantes europeus. Outros, no entanto, praticavam essa diferenciação. Sarmiento foi um grande defensor da ideia de privilegiar a imigração do norte da Europa, em detrimento da “barbárie” dos povos do sul, sobretudo, dos espanhóis que teriam legado esta Argentina até então mestiça e atrasada¹⁸².

O próprio Basaldúa, contemporâneo de Ambrosetti, era contrário à imigração polonesa que era apoiada pelo seu colega. Ele atrelava os poloneses ao fanatismo católico. Ainda que estes fossem eslavos, nesse caso, tratava-se de uma visão muito próxima dos que denegriam a imigração espanhola. Não por acaso, foi um entusiasta da vinda de colonos galeses para Chubut, na fronteira sul-patagônica, o que denota o quanto era partidário de uma imigração de origem anglo-saxônica: “*¡Ojalá fueran galenses todos los habitantes del Territorio! En el Senado de la Nación, el general Mitre rindió homenaje al patriotismo argentino de los galenses*” (BASALDÚA, 1901, p. 33, grifo do autor).

No caso da colonização da fronteira do Alto Uruguai, Ambrosetti cogitou também a ideia de atrair os brasileiros do outro lado da costa para que pudessem ser nacionalizados argentinos:

(...) fácil es darse cuenta de cómo en poco tiempo sobre la enorme zona de leguas de costa argentina, que incultas existen (...) sobre el río Alto Uruguay, podrían levantarse una serie de pueblos con vida propia, que transformarían en civilizada aquella región salvaje, atrayendo y absorbiendo la población semisedentaria que se halla viviendo frente al territorio argentino, en el perteneciente a (...) Brasil (AMBROSETTI, 2008, p. 47).

¹⁸² No que tocava à colonização espanhola na América do Norte, Sarmiento (1915, p. 98) teceu o seguinte comentário: “(...) *los padres franciscanos conservaron el mismo sistema de haciendas con los indios siervos hasta la revolución de la Independencia; y los norteamericanos no encontraron sino la pobreza secular de las colonias españolas, en medio de sus riquezas*”. Conforme aponta Schneider (2019, pp. 53-54), a intelectualidade brasileira, utilizando o exemplo de Sívlio Romero, seguiu essa mesma tônica de privilegiar o contributo das “gentes do Norte”, em detrimento da matriz cultural ibérica.

Na medida em que Ambrosetti foi se afastando do rio Uruguai e adentrando ao interior do Rio Grande do Sul, vai desaparecendo o parâmetro de comparação manifestado durante sua viagem fluvial entre as duas margens. A maior parte das cidades visitadas foi reconstruída sobre as antigas missões jesuíticas. O seu olhar, para além do parâmetro civilizatório relacionado ao modelo de estrutura urbana que deveria ser vigente naquela altura, também foi comprometido com a preservação do patrimônio arquitetônico das missões, algo até então inédito por aquelas paragens.

Após sair da localidade costeira de Cerro Pelado, seguiu em direção a São Luiz Gonzaga. Assim relatou seu passo por este local:

San Luis es un antiguo pueblo jesuita reedificado; todavía se conservan algunos edificios de aquella época.

Tiene unos 800 habitantes y como 200 casas repartidas em calles bien delineadas.

La plaza es espaciosa y en un frente están las ruinas de la Iglesia y el Colegio de los Jesuitas intacto aún sirviendo de policía, cárcel y cámara municipal.

Los otros tres frentes son edificios jesuitas modernizados.

En el centro de la plaza hay un pozo de balde, público.

San Luis está colocado en una altura como todos los pueblos jesuitas, divisándose á gran distancia.

Con los restos de la iglesia, han edificado otra, mucho mas pequeña, que aún no presta servicios.

Hay varias casas de negocio bastante buenas.

Su principal comercio es la ganadería y el cultivo del tabaco (AMBROSETTI, 1892a, p. 36).

Ainda que tenha apontado alguns aspectos modernos como a nova estrutura urbana e as atividades comerciais desenvolvidas na cidade, uma de suas principais preocupações era a de encontrar os resquícios da antiga missão. Ao encontrá-las, constatou que estavam sendo utilizadas na construção de novas casas:

Todas las casas de San Luis están en su mayor parte construidas con los materiales de los jesuitas; piedras, maderas, puertas, ventanas, tejas, columnas, todo poco á poco vá á parar á las casas; las piedras se destinan á las paredes, las columnas sirven de umbrales, las maderas de tirantes, etc (AMBROSETTI, 1892a, p. 37).

Ambrosetti não enxergava essa situação com bons olhos. Ainda em São Luiz, manifestou o quanto a situação dos policiais brasileiros era bastante desagradável por estarem utilizando um espaço que continha obras artísticas do período jesuítico como um sanitário:

Las puertas y ventanas, todas de madera dura, se conservan aún; sus herrajes colosales funcionan todavía: uno de los marcos de las puertas es saliente y escavado, formando un bonito dibujo al rededor y rematando sobre ella con una águila de dos cabezas, todo incrustado con cristalizaciones blancas.

Hoy sirve de mesa á los soldados de la policía una piedra de un metro cuadrado y un decímetro de alto que fué del cuadrante solar del edificio, ya casi todo borrado lleva la fecha de 1745.

Tirados en un rincón que sirve de letrina hay una colección de santos de madera de grandes dimensiones (AMBROSETTI, 1892a, pp. 37-38).

Apesar destas críticas, não resulta possível considerar que o passado jesuíta fosse um parâmetro de civilização para Ambrosetti. Conforme o seu pensamento atrelado aos ditames positivistas, era um passado a ser superado. Ainda que defendesse a preservação do patrimônio, tal ação seria totalmente compatível com a existência de novas e modernas estruturas urbanas. A diferença em relação ao pensamento de seus demais colegas argentinos residia no fato de que estes defendiam abertamente a utilização das ruínas na construção das novas cidades misioneras. Foi o caso de Rafael Hernández, que assinalou essa proposta durante a medição das novas colônias de Candelaria e Santa Ana no Alto Paraná. As quais, de suas respectivas reduções jesuíticas, restaram apenas as suas nomenclaturas (HERNÁNDEZ, 1973, p. XX). Eduardo Holmberg, mentor e sogro de Ambrosetti, igualmente defendeu abertamente esta mesma política de utilização das ruínas para este fim (HOLMBERG, 2012, p. 207).

Os colegas de Ambrosetti não estavam em consonância com o seu pensamento de preservação do patrimônio jesuítico, tampouco o próprio governo argentino. Decorrente das observações de Ramón Lista, o presidente Roca decretou no dia 20 de fevereiro de 1883 que as ruínas serviriam como base para a construção das novas colônias do Território de Misiones. Assim dizia o artigo 3 do decreto, o qual foi reproduzido por Lista em seu relato: “*Si existiesen algunas poblaciones que pudiesen tomarse como base de las colonias, se elejirán preferentemente de los terrenos de sus alrededores para ubicarlas*” (LISTA, 1883, pp. 107-108).

Em sua estada por São Luiz Gonzaga, as divagações de Ambrosetti acerca das antigas Missões Orientais faziam com que desaparecesse a fronteira política entre Brasil e Argentina. Tudo aquilo que estava, seja na margem direita ou esquerda do Uruguai, seria parte do mundo jesuítico dotado de características próprias. Neste caso, desaparecia o olhar sobre o outro estrangeiro. As missões pertenciam a um espaço que estaria alheio à fronteira entre os dois países.

Em sua visão, esse contexto desembocava em um problema que ambas as nações teriam que resolver. A herança do atraso dos jesuítas seria um fato comum que unificava os dois lados da fronteira. Estando no Rio Grande do Sul, quando ele fez menção aos “*misioneros*”, não se referia apenas ao gentílico do habitante do Território Nacional de Misiones na Argentina, mas também às populações do lado brasileiro que descendiam dos guaranis das antigas Missões Orientais. Essa população, por culpa da ação dos jesuítas, não teria logrado atingir um parâmetro adequado de civilização. Por isso era pertinente, dentro do contexto da ação civilizatória, tanto por parte do Brasil, como da Argentina, que fossem desenvolvidas políticas públicas que por fim pudessem trazer o progresso para a região:

Si en los 100 años de su dominación, hubieran preparado una generación siquiera á la vida civilizada, hoy las Misiones serían otra cosa, y en vez de encontrarse entre los naranjos y el monte, los escombros de sus obras, la vida activa de los grandes centros llenaría esa región, que recién empieza á despertarse (AMBROSETTI, 1892a, p. 39).

Quando passou por São Lourenço das Missões¹⁸³, novamente veio à tona a memória sobre o passado dos jesuítas. Era um lugar onde a natureza já havia retomado seus domínios e onde não existia civilização. Todavia, na mesma tônica de projetar este mundo jesuítico, não se tratava de um olhar negativo sobre uma localidade brasileira, mas sim de uma visão sobre a “barbárie jesuíta”: “*A la entrada empezamos á ver la muralla de piedra que rodea la antigua reducción (...) toda invadida por un monte espeso. Hoy San Lorenzo no tiene sino tres casas de negocio, que componen toda su población*” (AMBROSETTI, 1892a, p. 49).

Visão totalmente oposta foi quando passou por São Miguel das Missões. Esta localidade, por sua vez, atendia aos parâmetros civilizatórios, já que era dotada de casas de alvenaria, brancas e modernas que contrastavam com as ruínas. O que não deixa de estar em consonância com o seu pensamento no que tocava a preservação do patrimônio histórico e de sua compatibilidade com os aspectos modernos da cidade. Essa nuance entre civilização (casas brancas) e barbárie (ruínas jesuíticas) também serviria como pano de fundo para ilustrar a chegada do próprio progresso naquela. Para Ambrosetti, a preservação das ruínas estava atrelada a um passado que necessitava ser lembrado, ainda que devesse ser superado:

¹⁸³ Hoje em dia é um distrito pertencente a São Luiz Gonzaga.

Temprano llegamos á San Miguel, que desde lejos se divisa por la gran altura en que está colocado: lo primero que se vé son las ruinas de la torre y la iglesia, masa negra enorme de piedra, que parece un castillo feudal: acercándose mas, se aperciben las casas blancas modernas que se destacan del tinte sombrío de las ruinas y del monte que las oculta.

(...) San Miguel tendrá 30 casas con dos negocios bastante buenos.

Su principal comercio consiste en el tabaco y la caña; alrededor del pueblo hay algunas plantaciones de importância (AMBROSETTI, 1892a, p. 51).

Ainda em São Miguel, novamente apelou para que fosse implementada uma política pública de preservação do patrimônio jesuítico, inclusive indicando orientações ao governo brasileiro para coibir o uso das ruínas como material para a construção de novas edificações, evitado assim o que estava ocorrendo no lado argentino:

El colegio está muy destruido; por todas partes se vem grandes columnas cuadradas de los corredores; la edificación en piedra ha ocupado mas de dos manzanas; se conserva todavia un gran salón sin techo, con las paredes intactas y blanqueadas aún; he visto también un gran sótano, todo forrado y con piso de piedra.

(...) Este templo podría conservarse tal cual está, si el gobierno se resignara á gastar un poco para limpiarlo de la maleza y prohibiera que los vecinos anduvieran cavando en él. Si la torre se ha vencido es porque le han hecho unos pozos tremendos al pió de ella con el objeto y el resultado antedicho (AMBROSETTI, 1892a, p. 54).

O debate a respeito da preservação das ruínas existiu nos círculos políticos brasileiros no período. A pesquisa de Sonia Bressan Vieira (2010, p. 110) sobre o histórico de São Luiz Gonzaga aponta que a Câmara do Município realizou alguns esforços para a preservação do patrimônio ainda no século XIX. No entanto, foi somente em 1937, com a criação do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que foi de fato implementada uma política de preservação sobre o que restou das Missões Orientais.

Ambrosetti tampouco poderia nutrir as mesmas expectativas para com o seu governo. Como já vimos anteriormente, o Estado argentino incentivou o uso das ruínas para a construção de novas colônias em Misiones. Foi somente um ano após a criação do órgão brasileiro, mais de duas décadas após o falecimento de viajante, que foi criada a *Comisión Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricas* (AGUIAR & CHUVA, 2014, p. 70).

Santo Ângelo foi a localidade mais a leste da fronteira que foi visitada pelo argentino. Ambrosetti teceu aspectos bastante positivos acerca desta localidade, principalmente no tocante ao seu aspecto moderno, dotado de casas brancas, e ao seu pujante comércio conectado com as cidades mais importantes do estado: Cachoeira do

Sul, Pelotas e Porto Alegre. Salientou que tudo ali era novo e moderno, sinalizando ainda que a antiga missão que existia havia desaparecido por completo:

Ni bien amanecía, ya estábamos de pié. Cruzamos el rio Iyuhí chico y el Iyuhí grande en balsa con toda comodidad; passamos una picada corta y vimos aparecer sobre una altura al pintoresco pueblo de Santo Angelo, el último pueblo jesuita de las misiones brasileras cuyos restos ya no se encuentran. Fué fundado en 1707.

En Santo Angelo todo es nuevo, allí se vé progreso y animación.

Tiene una plaza muy bonita, rodeada de edificios modernos y de casas de negocio.

La cámara municipal y policía se halla instalada en um elegante chalet; la mayor parte de las casas, tienen techos de teja española y grandes ventanas cuadradas con vidrieras para subir y bajar, y como casi todas están blanqueadas le dan um aspecto alegre.

En el frente norte de la plaza, aprovechando los materiales del antiguo templo jesuita, han edificado una iglesia moderna, de un estilo agradable.

Santo Angelo tendrá mas ó menos 800 almas, pero su campaña es rica. Es una villa muy comercial; esporta grandes cantidades de tabaco, aguardiente, miel de caña, rapaduras, yerba mate, maíz, fariña de mandioca y hacienda vacuna para los saladeros Cachoeira, Porto Alegre y Pelotas (AMBROSETTI, 1892a, pp. 56-57).

Sendo um entusiasta da expansão da malha ferroviária em seu país, o trem era um símbolo de modernidade de seu tempo. Sendo influenciado por tal contexto, manifestou uma opinião positiva a respeito da implementação da então futura linha ferroviária que ligaria Porto Alegre a Uruguaiana, atravessando assim todo o estado do Rio Grande do Sul de leste a oeste, desde a costa atlântica até o a fronteira com a Argentina¹⁸⁴. Foi em Santo Ângelo que Ambrosetti travou contato com os engenheiros brasileiros que estavam realizando estudos para a implementação de tal empreendimento: *“Fuimos al hotel, donde hice relación con algunos ingenieros del ferro-carril que estaba en estudio allí, lo que promete um gran porvenir para esa región”* (AMBROSETTI, 1892a, p. 57).

Após sua estada em Santo Ângelo, rumou para Campo Novo, última localidade visitada no interior gaúcho antes de regressar para as margens do Uruguai. Era a única cidade que não teve um histórico de ter sido uma redução jesuítica. Tratava-se então de uma localidade recém-surgida como um ponto de exploração de erva-mate, cujo escoamento era realizado para a Argentina via porto de Itaqui. A própria historiografia gaúcha assinala que Ambrosetti foi um dos primeiros a registrar dados sobre este lugar (SPONCHIADO, 2013, p. 11).

¹⁸⁴ A construção da Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana foi iniciada em 1877, mas os trilhos alcançaram Uruguaiana apenas no ano de 1907 (FACCIN, 2012).

Campo Novo pertenece al municipio de Palmeira; es una población pequeña de unos 100 á 150 habitantes, está situada sobre un especie de plato rodeado por un arroyo abundante de agua que hace mover dos ingenios de yerba. Campo Novo se halla en plena región del monte, así que es una abra grande en medio de yerbales cuya explotación constituye su principal comercio. Habrá en todo como unos 20 hogares, 2 ingenios de yerba, 2 casas de comercio y una capilla de madera levantada á expensas de los fieles. Salí á recorrer el pueblo con don Urbano Melegares, dueño de uno de los ingenios (...) tienen diferencia en el modo de acondicionar la yerba, que en vez de bolsas usan todavía los tercios de cuero que remiten á Itaquí unas 100 leguas distante, en carretas empleando mas ó menos un mes de viage (AMBROSETTI, 1892a, p. 60).

3.2.4.1 Movimentações fronteiriças: afro-brasileiros, europeus, caboclos e gaúchos.

Ademais das questões que giravam em torno da ação estatal dos dois países sobre a região fronteiriça, o olhar de Ambrosetti, no que tocava o aspecto humano, resulta numa importante fonte para compreender a ocupação humana no lado brasileiro do Alto Uruguai. As visões emanadas por ele a respeito do “outro brasileiro” não correspondiam a uma visão unilateral, existiram diferentes projeções sobre o estrangeiro que poderiam variar conforme a sua origem étnica ou social.

Quando travou contato com pessoas dotadas de posses, utilizou o pronome de tratamento “*don*” antes de mencionar seus respectivos nomes. Originalmente, o termo foi usado para designar nobres e fidalgos durante a Idade Média europeia, mas o seu uso foi sendo generalizado na era contemporânea, sinalizando um indicativo de respeito. No caso do relato do viajante, indicava o seu apreço pelas pessoas pertencentes às classes mais abastadas.

Nesse sentido, logo após cruzar a fronteira, travou contato com os primeiros brasileiros residentes na região compreendida entre Cerro Pelado e São Luiz Gonzaga. Obter o suporte destas pessoas era elementar para o sucesso de sua expedição, por esse motivo registrou constantes agradecimentos a estas pessoas, sempre as nomeando com o uso do pronome de tratamento:

De allí fuimos á la casa del teniente don Antonio Fernandez, que se halla a dos cuadras, para quien llevaba cartas: me recibió muy bien y me dio otra para su hijo que habita en Santo Angelo. Montamos á caballo y empezamos á marchar en dirección á la casa de D. Martiniano Fernandez, distante de allí dos léguas (...) A las dos horas llegamos á la habitación de D. Martiniano Fernandez, quien tiene una espléndida casa de madera com todas las comodidades Este señor nos trató sumamente bien y tuvimos que hacer noche allí (AMBROSETTI, 1892a, p. 30).

A passagem de Ambrosetti pelo Rio Grande do Sul foi concomitante ao período pós-proclamação da República onde o referido estado se consolidava como um membro da federação, deixando para trás o passado de ter sido uma província do Império. Foi nesse período que ocorreu uma grande quantidade de negociações de propriedades na região do Alto Uruguai (VIEIRA, 2010, pp. 267-268). Não foi mera coincidência este evento ter ocorrido logo no início da era republicana. O novo regime, considerando a perspectiva positivista tão presente na mentalidade republicana, seria responsável por uma nova onda de colonização, opondo-se não apenas ao passado jesuítico, mas também ao então recente período monárquico, o qual teria sido falho em sua ação colonizadora na região. A historiadora Sonia Bressan Vieira (2010, p. 437) aponta o nome de Martiniano Fernandez, citado por Ambrosetti, como um negociador dono de propriedades na região. A presença desses novos proprietários representava esses novos tempos republicanos de modernidade.

Em São Miguel das Missões, o encontro foi com “*don Viriato Baptista y con él visitó los restos de este célebre Pueblo*” (AMBROSETTI, 1892a, p. 51). Este brasileiro é apontado na pesquisa da mesma historiadora como um transmitente, ou seja: ele era um dos revendedores de terras no Alto Uruguai no início do período republicano (VIEIRA, 2010, p. 271). Ele fazia parte de uma geração anterior de povoamento, descendente de uma família de origem açoriana que se deslocou de Porto Alegre até a fronteira oeste em meados do século XIX¹⁸⁵.

Notamos que não foi o governo republicano o pioneiro em promover o povoamento do Alto Uruguai após a extinção das Missões Orientais. Ainda na época do Império existiu uma política de povoamento que buscou deslocar um contingente populacional da costa atlântica para a fronteira oeste. Ainda que Ambrosetti externasse afinidades claras com os republicanos, de uma maneira indireta, acabou por registrar o encontro destas duas gerações de povoadores na região. O relato nos abre margem para um olhar investigativo que nos possibilita abstrair o conceito de fronteira em seu sentido estritamente demarcatório para que possamos nos atentar para os movimentos das frentes de ocupação humana dentro do espaço analisado.

Nesse sentido, outro movimento de povoadores foi registrado pelo viajante: tratava-se de uma das primeiras ondas de imigração alemã, que se fixou em São

¹⁸⁵ Antigualhas, histórias e genealogia - Famílias Portuguesas nas Missões (Família Pereira Marques). Disponível em: <<http://pufal.blogspot.com/2011/02/familias-portuguesas-nas-missoes.html>>. Acesso em 15 jan. 2019.

Leopoldo, próximo de Porto Alegre, no ano de 1825, muito antes da experiência de 1847, considerada pioneira, do Senador Vergueiro em introduzir imigrantes alemães em sua fazenda em Limeira, no interior paulista (WITTER, 1982). Assim como os açorianos, os descendentes dos alemães se deslocaram da costa atlântica até a fronteira oeste. Ambrosetti travou contato com um dos descendentes dos Beck, uma das famílias que fez parte destes deslocamentos fronteiriços. O uso do pronome de tratamento indicava que o teuto-brasileiro fazia parte de uma geração que ascendeu socialmente: *“Al día siguiente continuamos rumbo Este y á las 10 a. m. con un calor sofocante llegamos á la estancia de don Mateo Beck (...)”* (AMBROSETTI, 1892a, p. 59).

Podemos definir Matheus Beck como um personagem decorrente de uma fronteira em movimento. Seu pai era Andreas Beck, imigrante alemão estabelecido em São Leopoldo e que em 1837 se deslocou para Santa Maria, 300 km a oeste do seu local de origem. Matheus, por sua vez, nasceu nesta cidade em 1845, tendo na vida adulta se deslocado para Santo Ângelo ¹⁸⁶.

O paranaense Antônio Francisco de Oliveira era mais um brasileiro abastado que não era natural da fronteira. Dono de uma propriedade nas margens do rio Uruguai, localizada pouco acima da Colônia Militar do Alto Uruguai, ele ofereceu pouso para Ambrosetti durante a sua navegação no sentido norte rumo à desembocadura do Peperiguacu. O registro realizado pelo argentino nos dá uma dimensão a respeito das suas origens e sobre a sua atuação na fronteira:

Después de pasar una corredera, á las 6, llegamos á Cascayo, que es de una playa en donde se amontonan los rodados que las aguas arrastran, formando una especie de banco: un poco más y llegamos sobre la costa Brasileira, puesto de don Antonio Francisco de Olivera (a) Cascayo, donde pasamos la noche.

El puerto de Cascayo está frente á un gran cerro, su barranca es mas de 40 metros de alta; la subimos después de coleccionar muchas mariposas, que allí como en toda la costa, abundan, y fuimos recibidos por el viejo don Antonio, Brasileiro de la Provincia de Paraná, de 65 años, que hace 13 que vive en ese punto, acompañado de cuatro hijos varones y tres mujeres.

El frente de su casa está rozado, destroncado y sembrado de gramilla; el edificio es de madera grande y cómodo, todas las tablas, perfectamente aserradas y cepilladas; el techo es de tejas de madera, cortadas iguales y está rodeada de un cerco de tablas, muy bien hecho.

Dormimos muy bien, cenamos opíparamente, y al otro dia temprano seguimos viaje aguas arriba (AMBROSETTI, 1892a, p. 86).

¹⁸⁶ Antigualhas, histórias e genealogia - Alemães no RS: os Beck, na região das Missões. Disponível em: <<http://pufal.blogspot.com/2015/08/alemaes-no-rs-os-beck-na-regiao-das.html>> Acesso em 15 fev. 2019.

Todo o relato de Ambrosetti é permeado por registros desta cordialidade brasileira, sobretudo, a que era oriunda das pessoas pertencentes aos setores mais abastados. Após a sua estada na casa de Antônio Francisco, seguiu viagem pelo rio Uruguai e, uma vez mais, registrou o encontro que travou com mais um brasileiro que lhe ofereceu suporte em sua expedição:

Bajamos á tierra y después de coleccionar una buena cantidad de insectos y mariposas, subimos la barranca de cerca de 60 metros y llegamos al rancho que ocupaba provisoriamente don Andrés Maidana
(...) Al otro día temprano nos embarcamos con todos los trastes, muy agradecidos de Maidana que fué muy atento con nosotros y después de cinco horas de marcha aguas abajo con un sol terrible, llegamos á la Colonia Militar.
Dos dias después debíamos seguir por la picada de Paggi á San Pedro (AMBROSETTI, 1892a, p. 99).

No entanto, nem sempre o viajante pôde contar com essa cordialidade brasileira. Os percalços enfrentados pela sua expedição não deixaram de ser registrados. Nesses casos, não era pertinente registrar o nome da pessoa com qual teve tal infortúnio. Mesmo se fosse alguém pertencente à classe alta: “(...) *alcanzando á las 7 á San Jacob, donde no quisieron darnos posada; resolvimos descansar un poco al lado de una zanja para cenar, esperar la luna y alcanzar la costa de alguna aguada buena para pasar la noche*” (AMBROSETTI, 1892a, p. 59).

A alteridade em relação ao outro brasileiro era manifestada de diversas maneiras. O argentino realizou uma clara distinção no que dizia respeito à origem social das pessoas relatadas. Quando esteve na Colônia Militar do Alto Uruguai, realizou essa diferenciação baseando-se na própria hierarquia militar. O discurso em relação ao capitão Manuel Benedicto foi bastante elogioso, já que ele era dono da melhor casa da localidade e sua plantação era a mais desenvolvida da colônia:

En la Directoría, me fué presentado el capitán Manuel Benedicto Lima, propietario de una de las mejores casas de la Colonia, me invitó á visitarlo, allí me mostró en su jardín un principio de plantación de café. Tenia plantas de 6 años, preciosas, bien desarrolladas y cargadas de frutos de dos á dos y medio metros de alto; probé el café que encontré excelente, bien preparado y estaba cosechado en el año anterior. El grano es muy lindo, grande y de mucho ride (AMBROSETTI, 1892a, p. 65).

Em seguida, o seu discurso mudou completamente quando descreveu os militares detentores de uma patente inferior: “*Lástima que los colonos no comprendan*

la importancia que les reportaría la plantación de café y no cultiven siquiera unas pocas plantas aunque mas solo fuera para uso propio” (AMBROSETTI, 1892a, p. 65).

A partir deste último relato, novamente o viajante abstrai a existência da fronteira política entre Brasil e Argentina, reivindicando a “*región misionera*” como um espaço comum – atrelado ao atraso e à barbárie – entre os dois países. As pessoas de classe baixa seriam parte deste universo e estariam, todavia, em processo de dominação por parte dos dois Estados. Para Ambrosetti, as pessoas de status social mais elevado seriam como ilhas de civilização, verdadeiros enclaves em meio à barbárie:

Pero vuelvo á repetirlo, en Misiones se necesita sangre nueva, hombres en cuyas fibras no se encuentre la herencia de la semilla de plomo sembrada por los Jesuítas, hombres que sacudan la inercia y la apatía que inculcaron con su dominación despótica de 100 años. Ese es el defecto y la desgracia de toda la región misionera que por un hombre inteligente despreocupado y activo que se encuentra, uno tropieza con 200 negligentes, apáticos y llenos de ridículas preocupaciones (AMBROSETTI, 1892a, p. 65).

No que diz respeito aos colonos militares, a sua divagação não faz sentido algum, já que a maior parte destes colonos não era natural da fronteira, eram oriundos de outros estados brasileiros e tampouco travaram contato algum com o período dos jesuítas (TEDESCO & VANIN, 2018, pp. 117-122). Há que se acrescentar ainda o fato de que a Colônia não foi construída sobre o terreno de uma antiga missão.

A fronteira também caiu por terra quando o argentino relatou o movimento de peregrinação ao Cerro do Monge, realizado pelas populações de ambas as margens do Uruguai. Foi nesta região entre San Javier (costa argentina) e Cerro Pelado (costa brasileira) que teve início uma das maiores tradições messiânicas deste espaço fronteiriço. Giovanni "João Maria" D'Agostini era um monge italiano que, ao se encontrar perseguido pelas autoridades brasileiras, devido ao seu poder de influência sobre a população local, se instalou em San Javier, tendo erguido aí uma capela que virou local de peregrinação até os dias de hoje (VALENTINI, 2003, p. 57). Ambrosetti assim registrou o movimento dos peregrinos que procediam de distintos lugares de ambos os lados da fronteira, tendo citado as localidades de Barra Concepción, no limite entre Misiones e a província de Corrientes, além de São Luiz Gonzaga e Santa Rosa, no Rio Grande do Sul:

La capilla es de tablas y estaba recién pintada, pues eran los días Santos en los que todo el vecindario se reúne y hasta vienen de San Luis del Brasil, 15

leguas de Santa Rosa y de mayor distancia á pasar y cumplir sus promesas en la Semana Santa.

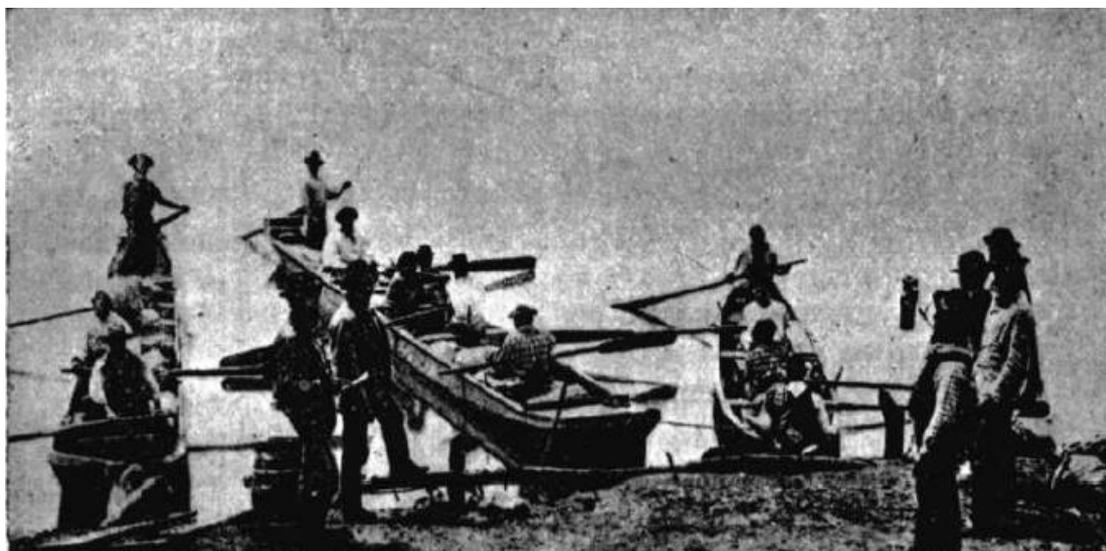
(...) Hasta llegar á la barra de Concepción, no dejamos de encontrar grupos de gente á pié, á caballo, en canoas; lo menos unas doscientas personas que se dirigían á cumplir sus promesas al Cerro del Monje (AMBROSETTI, 1892a, p. 27).

Figura 45 - Capela do monge João Maria em San Javier



Fonte: (AMBROSETTI, 1892a, p. 28)

Figura 46 - Barcos que realizavam a travessia no rio Uruguai entre as margens argentina e brasileira



Fonte: (AMBROSETTI, 1892a, p. 71)

Ao mesmo tempo em que relatou este passo fronteiriço como um lugar de tradições comuns entre a população dos dois lados do rio, houve momentos em que a alteridade em relação ao outro estrangeiro foi manifestada por Ambrosetti. Nesse caso,

o quesito nacionalidade voltava a ganhar importância em seu discurso justamente no momento em que está cruzando a fronteira do rio Uruguai. Assim foi quando travou contato com Tamanduá, o barqueiro que realizou a sua travessia para o Brasil. Por se tratar de uma pessoa de origem humilde, não o qualificou pelo pronome de tratamento. Tampouco havia a preocupação de registrar o seu nome completo, sendo Tamanduá provavelmente um apelido e não o seu verdadeiro nome. O viajante também registrou a presença da mulher do barqueiro, entretanto, nesse caso, seu nome não foi mencionado no relato:

El río es muy tranquilo en el paso; el balseiro brasileiro á quien llaman Tamandúa, acompañado de su mujer que lleva un sombrero de hombre, reman los dos, y nos pasaron en un momento al otro lado. El punto donde nos hallamos se llama Cerro Pelado, por estar situado cerca de un cerro completamente desprovisto de vegetación en su parte superior (AMBROSETTI, 1892a, p. 30).

A mesma tônica prevaleceu em São Luiz Gonzaga no momento em que travou contato com um afro-brasileiro¹⁸⁷. O seu olhar etnocêntrico ressaltou a condição de negro da pessoa relatada. Contudo, não existiu uma preocupação em nomeá-lo no relato:

Al otro día nos pusimos en marcha y llegamos al Arroyo Pirayú, á dos leguas de San Luis. Allí encontramos á un negro viejo de ochenta y tres años que hacía un día que no comía, é iba en persecución de un mozo, quien le había robado una pistola de dos tiros que le costaba cuarenta mil reis; lo invitamos con lo que teníamos, y el pobre negro comió tanto, que yo creí que fuera á enfermar. Después de la siesta nos despedimos del negro, dándole algunascosas para que comiera en el camino y nosotros seguimos para San Luis (AMBROSETTI, 1892a, p. 35).

A pessoa relatada era vista por Ambrosetti meramente como um ex-escravo. Tendo a Lei Áurea sido promulgada apenas três anos antes de sua passagem pelo Brasil, a herança da escravidão era algo bastante presente no país (como ainda é, infelizmente, presente até os nossos dias). Foi esse um tema que chamou bastante a sua atenção. Tal conjuntura não deixou de balizar a sua visão a respeito do outro brasileiro.

O tema da escravidão chamou a atenção do argentino por ser um contexto bastante diferente da existente em seu país. Na Argentina, a escravidão foi oficialmente abolida em 1853 com a proclamação da Constituição. Ainda que a população negra

¹⁸⁷ Para um estudo acurado acerca da população afro-brasileira no Alto Uruguai, ver: (DARONCO, 2018).

tivesse sido representativa em Buenos Aires no início do século XIX (ANDREWS, 1989), não há como comparar com o peso demográfico existente no Brasil. Para Ambrosetti, a herança da escravidão residia no próprio caráter dos brasileiros, tendo sido um ingrediente para aflorar até mesmo o sentimento antissemita da população. Em Santo Ângelo, ele relatou o caso do seu encontro com uma mulher chamada Miriam, uma imigrante polonesa de origem judaica:

Frente al hotel andaba vagando una pobre muchacha polaca judía, llamada Miriam, que á consecuencia de que su novio, com quien vino de Europa la había abandonado, perdió el juicio.

Era muy doloroso verla casi desnuda cantando, gritando y hambrienta por las calles, sin que nadie le hiciera caso.

Como no estamos acostumbrados á ver estas cosas, le hice dar de comer en el hotel mientras allí estuve y como me estrañara la indiferencia con que todos la miraban sin socorrerla dejándola en la calle abandonada peor que á un perro, traté de averiguar la causa. Unos le sacaban el cuerpo diciendo que en eso tenía que ver la Empresa de Colonización y otros con misterio me dijeron: pero si es una judía, como si para hacer una obra de caridad ó dar un pedazo de pan el desgraciado tuviera que ser cristiano.

Yo comprendo en muchas personas ese adormecimiento de los sentimientos para con las desgracias de los semejantes, esos son los frutos de la esclavitud, que con los años há acostumbrado al pueblo á hacer diferencias odiosas entre los hombres, narcotizando poco á poco el corazón, á tal punto, de ver muchas veces con la mayor naturalidad flagelar un negro ó vender al hijo separándolo violentamente de la madre (AMBROSETTI, 1892a, pp. 57-58).

Citando como fonte o Anuário da Província do Rio Grande do Sul¹⁸⁸, Ambrosetti ainda acrescentou uma longa nota de rodapé, contendo dados - sobre todas as províncias do Império - a respeito da situação da escravidão no Brasil pré-abolição. Por se tratar de uma conjuntura bastante distinta da que ocorria em seu país, os números chamaram bastante a sua atenção: *“Para dar una idea de lo que era la esclavitud en el Brasil, transcribo la estadística que publicó el Anuario de Rio Grande, para 1889”* (AMBROSETTI, 1892a, p. 58).

O seu relato sobre o noroeste gaúcho é bastante variado e registra vários aspectos da História Social da região em um momento onde estava ocorrendo diversos movimentos de fronteira. O deslocamento dos imigrantes europeus, ao avançar para o Alto Uruguai tomou contato com uma população já estabelecida anteriormente pela geração dos povoadores luso-afro-brasileiros.

¹⁸⁸ O Anuário da Província do Rio Grande do Sul foi publicado em Porto Alegre entre 1885 e 1914. A partir de 1892, devido à chegada da República, foi rebatizado com o título "Almanaque do Estado".

As manifestações culturais dos caboclos¹⁸⁹ chamaram a atenção do argentino. O tradicional costume da abertura do roçado foi registrado como um acontecimento importante que envolvia toda a comunidade. Também configurava num momento de festividades e de socialização das pessoas daquele lugar. Ambrosetti registrou o evento de maneira minuciosa, a qual ele atribuiu influências dos indígenas guaranis e dos jesuítas atribuídos anacronicamente como “comunistas”, o que denota o quanto estava a par das ideologias políticas que estavam em ebulição na Europa naquela altura:

Finalmente, después de una buena hora nos desocupamos, llegando á las 6 á casa de D. Manuel Ferrer da Silva, que estaba de putcheron¹⁹⁰. El putcheron es un modo sencillo y económico para hacer un rozado y divertirse al mismo tiempo. Es costumbre guaraní y tiene algo de comunismo que los jesuítas empleaban en todos sus trabajos; me trajo á la memoria nuestras antiguas yerras. Cuando uno quiere rozar, es decir, echar al suelo derribando todo, una cierta extensión de monte, generalmente una cuadra cuadrada para quemarlo y sembrarlo después, se invita á todos los vecinos para hacer un putcheron. Todos aceptan, y el dia señalado se presentan con sus hachas y foisas, que son una especie de hoz corta y gruesa con mango largo, y que emplean para cortar los isipós y árboles pequeños. Al amanecer entran á rozar y derribar en medio de gritos y chanzas, lanzando alaridos de alegría cada vez que cae un árbol corpulento atronando los aires con el ruido infernal de su ramazon al quebrarse. Todos se esmeran en el trabajo para presentarse guapos ante las muchachas que también concurren á la invitación, tomando de vez en cuando un trago de caña, elemento indispensable de todo putcheron (AMBROSETTI, 1892a, pp. 31-32).

O *grand finale* do roçado era a realização do baile. Era onde as pessoas se encontravam, namoravam, e, por esses motivos, iam trajados com suas melhores roupas. Ambrosetti registrou o acontecimento, esforçando-se ainda em registrar a fala do outro. Escutar o idioma português era algo bastante chamativo para o viajante. Para ele, estar no Brasil era uma oportunidade de conhecer uma língua diferente. Tal situação não poderia ocorrer na maior parte dos países sul-americanos onde o castelhano era o idioma corrente. Daí resultou a sua preocupação em registrar o que ele chama de “*pintoresco idioma de Camoens*” (AMBROSETTI, 1892a, p. 61). O registro escrito era carregado de erros de ortografia. No entanto, Ambrosetti julgava importante transmiti-lo ao seu leitor em Buenos Aires. Tal ação também denota o quanto tencionava demonstrar erudição para os seus leitores, inclusive inserindo uma nota com a tradução para o idioma castelhano:

¹⁸⁹ A categoria de caboclo será pormenorizada no capítulo 4 dentro do conceito geral de sertanejo.

¹⁹⁰ *Putchero* é um guisado, originalmente de origem espanhola, mas que também foi disseminado pelas colônias espanholas na América. Ao referenciar o “*putcheron*”, no aumentativo, Ambrosetti provavelmente se referia ao preparo da comida durante as atividades do roçado.

La fiesta termina con baile que dura hasta el amanecer.
 Entre los concurrentes al putcheron en que tomé parte, me llamó la atención uno de ellos, que sobre una camisa de trabajo se había puesto una gran levita de merino negro con três botones atrás.
 Los pantalones, negros también, para no ensuciarlos se los había arremangado hasta la rodilla, mostrando un par de piernas de bronce y un pié de verdadero montaraz.
 Cuando llegó, venía con botines y cañas de botas, pero para el trabajo se los había sacado, y para el baile solo se puso la levita.
 En cuanto á las otras pilchas, qué importaba, ya les había hecho hacer acto de presencia y eso bastaba.
 Como le ponderase la levita, me dijo, dándose importancia:
 — Vea, u signor: o dannado do alfaiate me fiz tan mal este trage, que fico como un gafanoto pulador. (1)
 (1) Vea, señor: el sastre maldito me hizo este traje tan mal, que quedo como una langosta saltona (AMBROSETTI, 1892a, p. 32).

Como foi possível notar, as impressões do viajante, em relação às camadas populares, eram bastante diferentes das descrições realizadas sobre os membros da elite local. O relato sobre a maneira como os brasileiros mediam as distâncias era uma clara alusão às pessoas comuns. Provavelmente, a tônica do discurso seria totalmente oposta se o contato fosse travado com alguém oriundo das camadas mais altas da sociedade:

Una cosa que me llamó la atención desde que pisé en território brasileiro, es el modo que sus habitantes tienen de medir las distancias.
 En esta parte del Brasil nadie sabe dar noticia de la distancia que media de un punto á otro.
 Todos infaliblemente dicen que está muy cerca, y si se le pregunta cuántas leguas hay, dicen un número que dificilmente concordará con lo que diga outro.
 Una vez pregunté á ocho personas una distancia, y medieron las siguientes respuestas: Ocho, cinco, seis, nueve, siete, cinco y medio, siete y medio, ocho leguas y un bocadillo, y resulta que el bocadiño es peor que una légua (AMBROSETTI, 1892a, pp. 35-36).

Quando estive em São Miguel das Missões, chamou a sua atenção a lenda popular do Lobisomem, palavra grafada erroneamente -numa tentativa de registrar o idioma português- como “*Lobizoma*”. Reivindicando a sua autoridade de homem “civilizado”, culto e avesso às superstições populares, assim descreveu o que considerava como um costume peculiar por parte da população local:

La leyenda del Lovisoma está muy en boga y todos la creen á piés juntos ; muchas personas, serias al parecer, están convencidas de su verdad.
 El hombre que tiene la desgracia de ser el séptimo hijo varón seguido, fatalmente es Lovisoma.
 El Lovisoma, todos los viernes á la noche sale de su casa y se trasforma en un animal parecido al perro, con grandes orejas largas que, cayéndoles sobre la

cara, se la tapan y con las que producen un ruido especial: si el desgraciado es blanco, el color del Lovisoma, será bayo y si es negro, negro.
(...) Está tan arraigada esta creencia en esa gente, que le muestran á uno con gran misterio á fulano diciéndole, aquel es Lovisoma.
El pobre fulminado por este anatema es una especie de escomulgado: nadie lo trata sino muy á lo lejos, y apurándolos mucho, son capaces de decir:—Vd. es un Lovisoma (AMBROSETTI, 1892a, pp. 54-55).

Sua visão assimétrica, no que tocava o seu olhar sobre as elites e as classes populares, se mostrou ainda mais sobressaliente quando relatou o embate entre as autoridades locais e a população comum que supostamente acreditava na existência do Lobisomem:

(...) ha habido casos de haber ido algunos vecinos á la autoridad para pedirle que hiciera desalojar á tal ó cual individuo que era una amenaza y un peligro para ellos por que era Lovisoma, y tener ésta que hacer grandes esfuerzos para tratar de convencerlos que no existe tal cosa; pero los tales vecinos vuelven á insistir y el pobre Lovisoma tiene que abandonar el lugar (AMBROSETTI, 1892a, p. 55).

O assunto chamou tanto a sua atenção, que transcreveu, embora sem creditar a autoria, um poema do escritor gaúcho João Simões Lopes Neto ¹⁹¹. Pelo fato de ter realizado uma transcrição direta Anuário da Província do Rio Grande do Sul, desta vez a grafia não conteve erros:

Hasta la poesía popular se ha encargado de cantar la fatalidad del lovisoma en versos como estos:
Dentro en meu peito tenho
Uma dór que me consomme;
Ando cumprindo ó meu fado
Em trages de lobizome (AMBROSETTI, 1892a, p. 55).

No que tocava suas descrições sobre Campo Novo, Ambrosetti não se limitou apenas à atividade ervateira. O registro que realizou sobre a religiosidade popular da população local revela um rico panorama acerca dos costumes dos caboclos brasileiros que ali viviam antes da chegada massiva dos colonos europeus que afluíam para lá pouco depois de sua passagem pela localidade. Ambrosetti encontrava-se dentro de um espaço de choque de fronteiras, não somente entre Brasil e Argentina, como também dos distintos movimentos, provenientes da costa atlântica, que estavam se dirigindo para o oeste:

¹⁹¹ Foi o maior autor regionalista do Rio Grande do Sul e assíduo colaborador do Anuário da Província do Rio Grande do Sul. Para um estudo acurado sobre a obra de Simões Neto, ver: (ZALLA, 2018).

Observó que en muchas casas había cruces pequeñas sobre los palos del corral, sobre la cumbre y algunas pintadas em las puertas, no solo en Campo Novo sinó en todo el viaje. Interrogué á mi cicerone y entonces me dijo que era creencia general que las cruces esas, libran á las casas de las visitas de las epidemias y en los corrales lo mismo á las haciendas.

Otra costumbre curiosa, son las banderas que todos los años levantan a la salud de San Juan Bautista. Cada dueño de casa, busca un palo muy alto y sobre él coloca un marco de madera, de manera que que pueda girar con el viento como una veleta y le clava un pedazo de lienzo en donde pinta estas letras V. S. J. B. que quiere decir viva San Juan Bautista. Esto se hace todos los años el día de San Juan, en medio de fogatas, cohetes y baile los que pueden y un poco de cachaza. Otros levantan sus banderas al santo de su devoción que generalmente es San Antonio, San Pedro ó el Espíritu Santo, pero ninguno es tan popular como San Juan, apesar de que San Antonio es oficial del ejército brasileiro y á quien todos los años hacen grandes fiestas (AMBROSETTI, 1892a, pp. 60-61).

O fato do argentino se encontrar presente no Brasil justamente no momento em que o país estava recém-saído de um regime monárquico acabou por deixar muitas marcas em seu relato. Ele dedicou um capítulo inteiro, intitulado “*Un Poco de Historia: Los Prolegómenos de la República Brasileira*”, para registrar os antecedentes históricos que, em sua visão, deram origem à República Brasileira. No referido capítulo, existe um sentimento de aproximação para com a causa republicana. Num sentido simbólico, os novos tempos republicanos representariam uma nova etapa nas relações entre Brasil e Argentina ¹⁹². Por esse motivo, o viajante expõe um tom bastante amistoso nesta parte conclusiva de sua obra, bastante diferente das animosidades expostas no início do relato, quando comentou fatos relacionados às intervenções do Império na região do Prata (AMBROSETTI, 1892a, pp. 6 e 24).

Ambrosetti demonstrou estar a par do projeto de nação republicano de reivindicar um passado que legitimava a sua ação presente ¹⁹³. Foi o caso da memória em torno de Tiradentes que foi devidamente registrada pelo viajante: “*El 21 de Abril de 1792 subia las gradas del patíbulo para sufrir muerte afrentosa (...) Tiradentes, el primer republicano Brasileiro (...)*” (AMBROSETTI, 1892a, p. 66). Contudo, ele não salientou o caráter separatista desta revolta justamente para legitimar a ideia de que este

¹⁹² A proclamação da República brasileira foi muito festejada na Argentina. Ela era vista com bons olhos pelo governo argentino no que tocava a situação do litígio fronteiriço, já que uma das primeiras medidas tomadas pelo governo brasileiro – através do Ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva – foi a proposta da assinatura do Tratado de Montevideú, que consistia na divisão da região litigiosa em duas partes iguais. O que representaria um “gesto republicano” por parte dos brasileiros, no sentido de apagar os resquícios do seu passado imperialista (GOES FILHO, 2013, p. 86; ROSI, 2016, p. 154). Tal conjuntura não deixou de influenciar na visão de Ambrosetti sobre os republicanos brasileiros. O Tratado, entretanto, acabou sendo rechaçado pelo Congresso brasileiro em 1891. Sendo assim, a fronteira acabou sendo definida em 1895 através do arbítrio do presidente dos Estados Unidos.

¹⁹³ Sobre este tema, ver: (CARVALHO, 1990).

movimento foi responsável por semear as ideias republicanas pelo Brasil, confluindo na proclamação ocorrida em 1889:

El 21 de Abril de 1792 subia las gradas del patíbulo para sufrir muerte afrentosa Joaquín José da Silva Javier, alias Tiradentes, el primer republicano Brasileiro, Alférez de la Capitanía de la Provincia de Minas geraes, que junto con algunos otros compañeros, promovieron una gran conspiración para libertarse de los portugueses y proclamar la República Brasileira.
(...) Esta fué la primer sangre derramada en holocausto de la idea Republicana. Hoy el Brasil Republicano agradecido conmemora el 21 de Abril á los precursores de la República circunstanciados en Tiradentes á quien ha sido decretada una estatua. La gratitud de los pueblos no es mentira (AMBROSETTI, 1892a, pp. 66-67).

A mesma tônica foi expressa em relação à memória da Revolução Farroupilha. Sua intenção era bastante clara no sentido de estabelecer uma continuidade entre os farroupilhas os republicanos que ascenderam ao poder em 1889:

La República Riograndesa murió, pero en esa heróica Provincia quedó arraigada la idea republicana que poco á poco fué cundiendo por todo el imperio hasta minar completamente sus bases para que, como un castillo de naipes, cayera sin la menor protesta 45 años despues (AMBROSETTI, 1892a, p. 69).

Ainda neste mesmo capítulo, traçou um paralelo entre o *gaucho* argentino e o gaúcho brasileiro. Nesse caso, é notório o sentimento de aproximação. O outro já não era mais um estranho estrangeiro. De uma maneira simbólica, caia novamente a fronteira entre os dois países. Contudo, desta vez, o viajante não estava retratando o universo misionero, tratava-se de ilustrar uma cultura gauchesca que unificava Brasil e Argentina:

El campesino Rio Grandés, es un tipo muy parecido á nuestro gaucho; muy de á caballo, valiente, sufrido, enérgico, vive en el campo trabajando en las estancias; tiene siempre Buenos caballos de silla y sobre todo muy bien cuidados.

Usa generalmente un sombrero muy aludo para protegerse del sol, bombacha, manta, ya sea de verano ó de invierno y usa chinelas sin medias: poco usa botas para el trabajo.

(...) llevan siempre dos caronas cortadas, iguales de los dos lados con grandes puntas y lo que nunca dejan es el pretal y la baticola que es muy útil para andar por las sierras.

El Rio Grandes lleva casi siempre espada, cuchillo y una pistola de dos tiros; algunos sustituyen la espada por un machete largo, muy útil para andar por el monte (AMBROSETTI, 1892a, p. 69).

O encontro com o típico gaúcho brasileiro fez com que a barreira do idioma caísse por terra. Mesmo escutando o português, aquele universo também era parte de suas próprias referências:

Su alimento principal es el charque, el poroto, el maiz y la fariña; ya casi no hay quien coma solo carne.
Son muy aficionados á bailar y sobre todo á cantar con guitarra, y sus poesías son muy parecidas á las de nuestros paisanos. Las hay muy apasionadas, otras llenas de sentimiento, otras jocosas, otras de sátira mordaz. Muchas veces acostumbrado ya al portugués, al oírlos cantar, me parecía oír á nuestros criollos (AMBROSETTI, 1892a, p. 70).

Resulta bastante interessante este olhar emanado por Ambrosetti, já que, em muitas ocasiões, a cultura gauchesca era menosprezada pelos seus próprios colegas de Buenos Aires, partidários de uma política de “europeização” da Argentina e que atrelava tudo o que era relacionado aos *gauchos* a uma barbárie - associada, por sua vez, à mestiçagem e ao passado de colonização ibérica - a qual, na visão destes, deveria ser erradicada do país.

A mirada de Ambrosetti acerca do outro brasileiro acabou por despertar o seu olhar também para o seu próprio outro interno. Cabe destacar, entretanto, que sua visão, deveras diversificada a respeito dos brasileiros desta região fronteira do Rio Grande do Sul representa um importante contributo para a História Social deste espaço. Daí resulta a importância de analisar as entrelinhas do seu discurso – atrelado à ideologia da elite de Buenos Aires a qual pertencia – para podermos detectar uma variada gama de movimentos humanos dentro de uma região dotada de peculiaridades devido à sua própria condição fronteira.

Outro fator particular presente na região do Alto Uruguai foi o da falta de interesse do governo brasileiro em empreender expedições para este espaço. O fato da fronteira já estar definida, além da existência de uma superioridade demográfica brasileira em relação à presença argentina, fez com que o foco das autoridades brasileiras fosse direcionado para a fronteira-sertão do Alto Paraná, lugar este onde o movimento argentino se fazia mais presente, representando assim uma ameaça para os interesses brasileiros.

3.3 O Alto Paraná: fronteira, *desierto* e sertão

Estando definida a fronteira no Alto Uruguai, para a Argentina era importante assegurar a sua presença neste espaço para poder frear um possível avanço brasileiro. Nesse sentido, o estabelecimento de uma conexão entre os rios Uruguai e Paraná foi uma medida amplamente apontada pelos viajantes argentinos. A realização efetiva deste elo entre as duas costas da Mesopotâmia Argentina poderia fomentar o desenvolvimento de toda Misiones.

Lista projetava esta conexão através de um *“trazado de un ferro-carril que ponga en comunicacion el Uruguay con el Paraná, es decir, Libres y Santo Tomé con Posadas y Candelaria (LISTA, 1883, pp. 59-60). Mas o que mais intrigava os viajantes era a possibilidade de conectar os dois rios através dos Esteros del Iberá. Assim registrou Hernández: “Fácil sería también aprovecharse de ella para establecer la comunicación fluvial entre los rios Paraná y Uruguay (...)” (HERNÁNDEZ, 1973, p. 139).*

Mapa 34 - Esteros del Iberá



Fonte: Site do Alojamiento El Paso¹⁹⁴.

¹⁹⁴ Disponível em: <<https://www.elpasoibera.com.ar/images/MapaFotGde.jpg>>. Acesso em 2 fev. 2020.

Imbuídos pela conjuntura cientificista daquela época, acreditavam, de maneira errônea¹⁹⁵, que a Lagoa era alimentada pelas águas dos dois rios, o que facilitaria a construção de um canal que poderia ser empreendido pela engenharia argentina. Holmberg assim assinalou suas observações científicas: *“Admitido este hecho como exacto o cuando menos por su simple carácter de aceptable, lo único que puede suponerse es la existência de una comunicación subterrânea”* (HOLMBERG, 2012, p. 92). Basaldúa, por sua vez, vislumbrava o progresso que chegaria *“cuando haya decuplicado la población de Corrientes, y él desarrollo de sus industrias exija facilidades de transporte, los ingenieros argentinos restablecerán la confluencia del Paraná con el Uruguay (...)”* (BASALDÚA, 1901, p. 59).

A realidade do Alto Paraná era bastante distinta do Alto Uruguai. Foi neste espaço onde de fato ocorreram os choques entre os projetos nacionais de Brasil e Argentina.

O rio Paraná nasce da junção de dois rios brasileiros: o Grande, que por sua vez, nasce no alto da parte mineira da Serra da Mantiqueira, e o Paranaíba, que delimita a parte norte do triângulo mineiro com o estado de Goiás. A partir da junção desses dois rios, o Paraná corre no sentido sul, demarcando a divisa entre São Paulo e Mato Grosso do Sul. Na altura em que recebe as águas do Paranapanema, passa a demarcar o limite entre Mato Grosso do Sul e Paraná. Após 300 quilômetros, entre Guaíra (Paraná) e Salto del Guairá (Paraguai), começa a fronteira entre Brasil e Paraguai que se estende por 200 quilômetros rio adentro até a altura da desembocadura do rio Iguaçu, na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. A partir desse ponto, o Paraná deixa o território brasileiro e passa a demarcar a fronteira, dentro de uma extensão de 600 quilômetros, entre Argentina (províncias de Misiones e Corrientes) e Paraguai (departamentos de Alto Paraná, Itapúa, Misiones¹⁹⁶ e Ñeembucú). Em seguida, desce para o sul, exclusivamente em território argentino, atravessando as províncias do Chaco, Santa Fé, Entre Ríos até adentrar a província de Buenos Aires, onde, ao encontrar o rio Uruguai, forma o rio da Prata.

¹⁹⁵ Os Esteros não recebem água de rios, fontes nem de arroios, toda a água provém das chuvas que formam lagunas e conformam todo o ecossistema da região (ORFEU, 2012, pp. 7-9).

¹⁹⁶ Departamento paraguaio homônimo à província argentina de Misiones.

Posadas era o maior e mais importante centro urbano de todo o Alto Paraná, sua influência transcendia as fronteiras esboçadas pelos três países da região, já que o oeste paranaense era totalmente dependente de seu comércio e do abastecimento dos mais variados produtos, além de ser um ponto de comunicação –via telégrafo e correios – com o resto do Brasil¹⁹⁹. Em seu porto havia um intenso movimento de vapores e de pessoas das mais variadas origens: argentinos, brasileiros, paraguaios, indígenas e europeus que atuavam na dinâmica de exploração de erva-mate e madeira que eram enviadas rio abaixo até Buenos Aires.

O grande espaço localizado acima de Posadas era considerado como uma frontera-desierto pelos argentinos e como uma fronteira-sertão para os brasileiros. Esta área era alvo de projeções dos dois Estados nacionais. Ambos se aproveitaram da fragilidade do Paraguai do pós-guerra, já que até o período anterior ao conflito, a nação guarani era a que exercia hegemonia no Alto Paraná.

Contudo, há que aclarar ainda que a fronteira extrativa era argentina. Eram os empresários argentinos que controlavam toda a rede comercial do Alto Paraná. Esta presença não significava que estava ocorrendo um processo de ocupação permanente na região. Portos temporários, também conhecidos como *obrajes*²⁰⁰, eram erguidos pelos ervateiros argentinos nas margens do Paraná, cuja única função era a de explorar os ervais localizados no interior. O antropólogo argentino Roberto Carlos Abínzano (2010, pp. 9-10) utiliza o conceito de *frente extractivo* para analisar a exploração da erva-mate e madeira em Misiones pelos empresários portenhos. Para ele, esse modelo de ocupação consistiu num sistema produtivo com características próprias, dotado de uma baixa inversão de capital, onde o empresário buscava extrair o máximo possível de matéria-prima bruta para receber um tratamento industrial fora do seu espaço de origem.

A fronteira política entre as três nações desaparecia por completo dentro dessa dinâmica, já que os ervateiros exploravam livremente a mata brasileira e paraguaia. Já a mão de obra utilizada nessa frente extrativa era sazonal e não implicava em uma efetiva ocupação destes espaços.

¹⁹⁹ A Colônia Militar do Iguacu, estando totalmente desconectada da capital do Paraná e do resto do país, era praticamente uma hinterlândia de Posadas.

²⁰⁰ Dava-se o nome de *Obrajes* (obraje em português) às propriedades destinadas a exploração de erva-mate e madeiras no Alto Paraná e no Alto Uruguai. Por sua vez, os *obrajeros* eram os proprietários dessas propriedades que geralmente possuíam portos particulares nos rios Paraná e Uruguai com vistas ao escoamento da produção em direção a Buenos Aires (NUÑEZ, 1997, p. 133; GREGORY, 2012, p. 46).

3.3.1 *Fronteiras em movimento: encontros e desencontros no Alto Paraná*

A navegação entre Buenos Aires, Posadas e Guairá era totalmente controlada pelos empresários argentinos, sendo esses exploradores também os proprietários das próprias companhias de navegação. Essa fronteira extrativa não encontrava uma correspondente no lado brasileiro. Não existia um rio navegável que pudesse conectar os portos atlânticos do sul brasileiro até o rio Paraná. A única esperança para os empresários ervateiros de Curitiba, que desejavam expandir suas operações para a fronteira oeste, seria a navegação do Iguaçu, rio que corta o estado de leste a oeste justamente até a fronteira. No entanto, a sua navegação era viável somente até a altura de Porto União de Vitória, distante ainda 500 quilômetros da sua desembocadura na margem esquerda do Paraná. A referida localidade também representava a fronteira da frente extrativa da erva-mate que era realizada pelos empresários da capital paranaense. Essa produção era escoada pelos portos atlânticos até o seu principal mercado situado no Prata. No entanto, o objetivo da elite paranaense, e, conseqüente, do Estado brasileiro, era o de avançar essa exploração por toda a fronteira-sertão.

Ocupar a fronteira-sertão era um desafio de enorme envergadura para o Estado brasileiro, sobretudo, porque a única forma de conexão direta com a fronteira oeste era pela via terrestre. Tratava-se de um antigo problema que remontava ao período imperial, onde a conexão da capital brasileira com a província do Mato Grosso e com o oeste paranaense era realizada através da navegação do Paraná a partir de Buenos Aires. Durante a Guerra da Tríplice Aliança, a mesma rota foi utilizada para deslocar as tropas brasileiras até o cenário do conflito. A vulnerabilidade dessa fronteira-sertão foi atestada justamente durante este conflito, já que, em 1864, o exército paraguaio invadiu o Mato Grosso com bastante facilidade.

A criação da Comissão Estratégica de Guarapuava pelo Ministério da Guerra do Império em 1888 representou um intento de avançar a ocupação da fronteira-sertão e integrar a região da foz do Iguaçu através da instalação de uma colônia militar, assim como estabelecer uma ligação terrestre com o Mato Grosso (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 20). Tratava-se de uma tarefa bastante árdua, já que Guarapuava distava aproximadamente 400 quilômetros deste local. A única referência “civilizatória” em meio a este vasto espaço era a boca do sertão do Chagú, localizada a 100 quilômetros do

local da então futura colônia. Entretanto, essa localidade não se tratava de um centro urbano, era apenas fazenda que servia de ponto de referência em meio à fronteira-sertão.

Foi somente no final de 1889, já no período republicano, que uma expedição oficial do Estado brasileiro alcançou a margem esquerda do rio Paraná. Era apenas o início do “processo civilizador” neste espaço. Esses homens oriundos da costa atlântica eram tidos como estranhos no ninho em meio a uma região que vivia completamente alheia aos projetos que estes forasteiros estrangeiros tencionavam implementar. A problemática era ainda mais complicada devido à presença do outro estrangeiro, oriundo de Buenos Aires, que a essa altura, já se fazia presente na fronteira.

O choque com o outro argentino ocorreu ainda em meio ao movimento das expedições brasileiras rumo às margens do rio Paraná. Esta fronteira-sertão era uma *borderland* onde diversos movimentos de fronteira se faziam presentes: empresários argentinos; trabalhadores misioneros, correntinos, entrerrianos, paraguaios, indígenas, mestiços, sertanejos e, por fim, o próprio movimento das autoridades estatais brasileiras.

Ainda que o brasileiro José Maria de Brito tenha proclamado o tenente José Joaquim Firmino como o “descobridor” da foz do Iguaçu, tarefa esta que para ele foi realizada com o auxílio da mais moderna engenharia militar, o seu relato cai em contradição ao mencionar ele mesmo que os argentinos já transitavam dentro do território projetado como brasileiro. Assim registrou o movimento da expedição após a partida de Chagú:

Uma picada aqui (...)!

Firmino e os que estavam próximos se precipitaram para a frente, com o fim de verificar (...) Que caminho é este, diziam uns. D’onde vem, diziam outros. (...) Na distância de uma légua aproximadamente, encontraram um acampamento de ervateiros (...) estes por vez experimentaram grande surpresa deparando com um grupo de homens estranhos àquelas paragens (...) informaram que o rio Paraná estava perto (...) (BRITO, 2005, pp. 53-54).

Ainda que de uma maneira indireta, o registro de Brito revela que eram os brasileiros os estranhos “àquelas paragens”. O relato também indica uma rede de caminhos empreendida pelos ervateiros que era completamente desconhecida pelas autoridades nacionais. Revelando um completo desconhecimento da fronteira-sertão, Brito expôs ainda que foram os estrangeiros que indicaram o caminho para se chegar a tão almejada margem esquerda do Paraná.

O contato travado com os argentinos manifestou em Brito um forte sentimento negativo a respeito do outro estrangeiro. Ainda que seu sentimento nacionalista –a

citação ao poeta romântico Gonçalves Dias reforça essa ideia- tivesse a intenção de apresentar aquele espaço como brasileiro, a maneira como relata as atividades de exploração estrangeira denota o quanto a região já era ocupada antes da chegada das autoridades estatais brasileiras:

A flora do oeste paranaense, nos Municípios de Guarapuava e Foz do Iguaçu, é rica como a do Norte do Brasil (...) «Onde canta o Sabiá²⁰¹», que no segundo não canta mais, porque não há em absoluto, devido à bárbara devastação que sofreu e sofre dos estrangeiros sacadores de erva-mate e madeira (...) (BRITO, 2005, p. 63).

No mesmo sentido, quando registrou o estabelecimento de um posto de abastecimento na picada aberta pela expedição militar em direção à foz do Iguaçu, novamente indicou a presença estrangeira: “Justamente neste ponto apareceu uma turma (...) que vinham se embrenhando em demanda da erva-mate! Em três meses apenas de realizada a descoberta da foz do Iguaçu, já o estrangeiro aventureiro pretendia estender suas garras no território da pátria querida!” (BRITO, 2005, p. 76).

O estrangeiro não pretendia, ele já estava realizando incursões pela fronteira-sertão há bastante tempo. A fronteira do rio Paraná nada significava ante o avanço da frente extrativa argentina. O próprio Brito indicou que “Erva-mate exploraram até 120 quilômetros para leste (...)” (BRITO, 2005, p. 81).

Essa fronteira extrativa movia-se bastante além do rio Paraná, adentrando a um espaço legitimado como brasileiro antes mesmo do tratado de 1895. Outro indicativo deste problema foi registrado por outro viajante brasileiro: José Cândido da Silva Muricy registrou a presença de um argentino muito mais a leste da fronteira do rio Paraná:

Tenente Coronel Dr. Belarmino Augusto de Mendonça Lobo, então chefe da Comissão, que soube, honesta e energicamente, repelir, vantajosas propostas que lhe foram feitas por um emissário, propositalmente vindo à Guarapuava para fazel-o sustar, por qualquer meio, a justa proibição, que ia prejudicar os interesses de alguém na cidade de Posadas (República Argentina) (MURICY, 1999, pp. 51-52).

Ainda que Muricy tenha registrado o ato de proibição da exploração argentina sobre os ervais brasileiros, a ida de um argentino até a sede da Comissão Estratégica, a

²⁰¹ Referência à poesia romântica *Canção do Exílio*, do escritor maranhense Gonçalves Dias (1823-1864). A composição é datada de 1843, momento em que o autor se encontrava em Coimbra, Portugal e ressalta o patriotismo e o saudosismo em relação à sua terra natal.

qual estava bastante distante da foz do Iguazu, denota o quanto a dinâmica desta borderland girava em torno dos mais variados interesses. Além de que, também indica a influência de uma elite argentina, sediada em Posadas, sobre um vasto espaço da fronteira-sertão. Por outro lado, a preocupação de parte da elite portenha – que muitas vezes, era distinta da elite de Posadas²⁰² – era de assegurar uma produção autossuficiente de erva-mate e evitar a importação da erva brasileira. Há que destacar ainda outro importante fator: a exploração dos empresários de Posadas consistia no extrativismo sobre uma grande área pelo Alto Paraná acima. Ainda que sua produção fosse de grande magnitude, ela não supria a demanda de todo o mercado interno argentino.

A preocupação das autoridades de Buenos Aires era a de controlar a produção do próprio Território Nacional de Misiones. Tal conjuntura desembocava em outra questão que era a domesticação das técnicas de cultivo. Consequentemente, com o domínio desta técnica, poderia existir uma autonomia que poderia evitar a dependência da erva brasileira.

Quando estive na localidade misionera de Candelária, Ambrosetti registrou que os brasileiros já estavam empreendendo o cultivo de erva-mate no estado do Paraná. Por mais que essa produção brasileira não alcançasse de fato a fronteira com Misiones, o argentino emanou um tom alarmista para esta questão. Ele se referiu a erva Paranaguá, ou seja, a que era exportada pelo porto atlântico da cidade com esse mesmo nome.

«Los jesuitas llevaron consigo el secreto de su plantación y todo lo que se haga al respecto, es inútil».

Y el asunto plantación de yerba-mate quedó en el olvido y los que quisieron emprender de nuevo estudios al respecto, fueron mirados como utopistas que perdían el tiempo.

Pero mientras que nosotros, al tratarse de yerba, dirigíamos solamente nuestra vista al territorio de Misiones y al Paraguay, en otra región rica también en yerbales, en la provincia del Paraná (Brasil) lindera con Misiones, hacía ya tiempo que habían descubierto el secreto de su plantación. Muchos yerbales se plantaban, y más de un mate de **yerba Paranaguá**, que hemos tomado mientras nos preocupábamos de este asunto, provenía de árboles plantados en aquel Estado (AMBROSETTI, 2008, p. 33, grifo do autor).

O esforço dos portenhos para poder assegurar Misiones como um território argentino significava também um passo adiante na disputa comercial com o país vizinho. O espaço pretendido proveria a nação dos mais variados recursos naturais que

²⁰² Temos como exemplo as disputas no Congresso argentino a respeito da taxaço da importação da erva-mate brasileira, a qual era defendida pelos ervateiros de Posadas e ao mesmo tempo combatida pelos empresários portenhos ligados à exportação de trigo para o Brasil.

não eram restritos apenas à erva-mate. Assim registrou Lista: *“Dia vendrá en que los múltiples productos de ese rico suelo (...) irán a competir con los similares de otros países que hoy abastecen á las provincias mas ricas e prósperas de la Republica Arjentina”* (LISTA, 1883, p. 56).

Basaldúa inclusive realizou uma crítica a respeito dos próprios portenhos. Segundo ele, a mentalidade de ostentação exercida pela elite de Buenos Aires não fazia sentido, já que em Misiones existiam produtos que evitariam a sua importação do Brasil, como era o caso do abacaxi: *“Casi no hay una quinta de Misiones cuyo cerco no tenga por defensa la aguda espina del abacá-chí... que los gourmets porteños traen á grandes costos del Brazil, ignorando que los tienen en su casa tan sabrosos y que, por ser tan abundantes, los comen casi todos los ratones del campo”* (BASALDÚA, 1901, p. 75).

Indo além da questão meramente comercial, o brasileiro Domingos Nascimento registrou a presença de outro argentino na região de Porto União da Vitória, ou seja, exatamente na fronteira da frente extrativa brasileira. Tratava-se do militar, político e pintor José Ignacio Garmendia²⁰³. Nascimento transitou pela fronteira-sertão após a assinatura do tratado de fronteiras de 1895. Embora a posse brasileira já estivesse assegurada, ele não deixou de registrar as projeções do Estado argentino, que até antes do tratado tencionava estender a sua fronteira até o rio Jangada, exatamente na altura de Porto União da Vitória. Caso as pretensões argentinas não fossem abortadas com a assinatura do tratado, a frente extrativa teria demarcado de fato a fronteira brasileira:

Mas, dentre essas paisagens, paupérrimas de tons de arte e linhas sugestivas, destaquei, com surpresa minha, elegante pinheiro, esguio e frondoso, belíssimo porte, ali trabalhado por mãos extranhas ao pobre pintor que brochou o resto. Admirado, indaguei quem havia desenhado, a cravon, com tanta graça e firmeza, aquelle rei das nossas florestas.

Fôra o general Garmendia, chefe da antiga comissão argentina de limites, que, explorando as nossas terras, na suposição de que o territorio das suas Missões viesse até aquém do Jangada, e tendo se hospedado naquella casa, entendeu deixar ali gravada uma recordação de sua passagem.

Isto causou-me grande ufania: o sr. Garmendia dava-se também ao fino gosto do desenho, e porque admirasse de coração a nossa gigantesca flora, numa parede rústica de campeiro accentuára o calor do seu lápis de artista contemplativo nas linhas fortes daquella bellissima araucaria... (NASCIMENTO, 1903, p. 27).

²⁰³ Garmendia ainda participou das campanhas militares contra os indígenas na Patagônia e no Chaco. Atuou também na Guerra da Tríplice Aliança, onde realizou escritos e uma extensa obra pictórica sobre o conflito. Ver: (GARMENDIA, 1884).

A sua visão sobre o argentino não era negativa. Nesse caso, Nascimento havia encontrado um par intelectual, um “civilizado” que estava a sua altura. Entretanto, o registro do viajante brasileiro -que não deixou de expor um tom nacionalista- demarcou a araucária como um símbolo nacional. Era “o rei das nossas florestas”, somasse ainda o fato de ter apontado que o argentino teria explorado “nossas terras”.

Ainda que fosse um intelectual, Nascimento também era militar. A sua expedição tinha por objetivo a realização da rota terrestre até a foz do Iguazu. O fato de o Brasil ainda depender da rota fluvial pelo rio Paraná o incomodava demasiadamente. Por esse motivo, sua aposta era em uma possível futura navegação do rio Iguazu: “Aberta a navegação mista do Iguassu e do Paraná, o nosso Estado, com especial menção, terá um desenvolvimento de progresso tão intenso” (NASCIMENTO, 1903, p. III).

Por mais que ele próprio tenha se esbarrado no limite da navegação fluvial até Porto União da Vitória, acreditava ser possível contornar esse obstáculo através dos estudos científicos que pudessem viabilizar esta empreitada. O que por sua vez, denotava o quanto, todavia era parco o conhecimento das autoridades a respeito deste espaço.

Curiosamente, os argentinos manifestaram receio com esta mesma navegação, a qual representaria uma ameaça aos interesses de Buenos Aires sobre a fronteira. Lista, de maneira errônea, aponta que “*El I-guazú, rio caudaloso y navegable en casi toda su extension, tiene pocos afluentes en la costa argentina*”. Outra informação equivocada diz respeito à sua nascente, que na realidade, localiza-se nas cercanias de Curitiba: “*Nace en las sierras de San Pablo en Brasil*” (LISTA, 1883, pp. 46-47). Para Basaldúa, a navegação brasileira pelo Iguazu seria um exemplo que deveria ser imitado pelos próprios argentinos:

Una línea de vapores brasileiros navega todo el Alto Uguazú, desde Curitiba, ciudad capital de la Provincia do Paraná, hasta las cercanías del rio de Oiarbide que hoy décimos San Antonio-guazú, donde existen otras cataratas. El ejemplo progresista de los brasileiros merece ser imitado por los argentinos, cerrando el circuito fronterizo con vapores que testimonien la civilización argentina en las puertas mismas del desierto (BASALDÚA, 1901, p. 171).

Os relatos dos dois argentinos não correspondiam à realidade. A navegação brasileira estava bastante distante de atingir todo o Iguazu. No entanto, o tom alarmista dos argentinos não deixava de ser um recurso textual para registrar uma possível

ameaça oriunda do outro lado da fronteira. Esse alarmismo também foi manifestado pelos brasileiros. O caso registrado por Nascimento se passou em meio ao seu avanço para o oeste, na altura do rio Tormentas, um dos afluentes do Iguaçu:

25 DE MAIO.—Que coincidência! A 2 léguas de Catanduvás, sobre o rio Tormentas, penetramos no primeiro acampamento de argentinos; e aquella data é para elles notável nos fastos da historia platina²⁰⁴.

(...) Parece que estamos em territorio estrangeiro!

Depois de longos dias de marcha por um caminho escabroso, eis-nos emfim numa estrada larga em que a crissiuina não ousa tolher-nos o passo, nem os tacuaraes mais se dobram em arcos sobre as nossas cabeças. Caminha-se de cabeça erguida, mas a alma curvada ao peso do facto consumado: Os argentinos são moralmente os senhores daquela zona e os únicos que dela tiram fabulosas vantagens.

Se a estrada é melhorada, se temos plantações e povoados a admirar, são elles os únicos possuidores.

Foram os argentinos que colonizaram, ainda que adventiciamente, o mais rico e fundo sertão do Paraná. Caminhamos em territorio brasileiro, mas somente ouvimos o dialecto castelhano por toda a parte (NASCIMENTO, 1903, p. 93).

A narrativa de Nascimento era ainda mais alarmista se comparada aos argentinos. O domínio argentino sobre a fronteira-sertão, pelo menos no que tocava à exploração da erva-mate, era um dado concreto e não uma suposição como eram os dados infundados dos argentinos sobre a navegação brasileira pelo Iguaçu. Os três viajantes militares brasileiros tocaram nessa problemática justamente por terem travado contato *in loco* com esta realidade.

Os outros dois viajantes, que eram civis e não viajaram por terra, foram para a fronteira -atravessando território argentino pela via do rio Paraná- justamente para tentar solucionar este problema e levar os aparelhos do Estado brasileiro. Arthur Franco, ao chegar ao que ele chama de “interior do sertão” (FRANCO, 1973, p. 31), manifestou preocupação com essa presença argentina: “Não descreverei o que foram esses 52 dias de trabalho, num sertão deserto e desconhecido, chefiando uma turma de 16 homens, composta, quase toda de paraguaios e argentinos, entre os quais havia apenas 2 brasileiros (...)” (FRANCO, 1973, p. 38). Silveira Netto, o outro civil brasileiro, citou Domingos Nascimento para elucidar a situação de enclave em que vivia a Colônia Militar de Foz do Iguaçu: “Toda exploração e navegação é argentina!” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 26).

²⁰⁴ O dia 25 de maio faz referência à Revolução de Maio de 1810, onde cidadãos de Buenos Aires expulsaram o vice-rei espanhol Baltasar Hidalgo de Cisneros, iniciando assim a guerra de independência da Argentina.

Abaixo da foz do Iguazu, o movimento dos argentinos pelo rio Paraná se deparava com uma influência oriunda do lado brasileiro. Seria esta situação um perigo para a formação de uma consciência nacional argentina em Misiones. Se a fronteira-sertão era um espaço de difícil penetração por parte do Estado brasileiro, a região compreendida entre Posadas e Foz do Iguazu era um espaço onde uma migração brasileira foi se dirigindo de uma maneira espontânea, sem uma anuência direta do governo brasileiro. Eram remanescentes da Guerra da Tríplice Aliança, refugiados da Revolução Federalista e escravos fugitivos²⁰⁵. Se mais ao norte, os brasileiros ouviam o idioma castelhano exercer uma forte influência sobre um espaço pretendido como brasileiro, ao sul da foz do Iguazu, o idioma português era ouvido com frequência pelos argentinos, o que despertava a sua atenção no sentido de repelir ou, pelo menos, controlar essa influência externa.

Num tom bastante alarmista, Hernández sinalizou que os misioneros estariam aderindo aos costumes brasileiros. O que representava um risco para a unidade nacional, além de poder acarretar a perda total do território de Misiones para o país vizinho. Seu relato também aponta para uma relação assimétrica existente entre portenhos e misioneros. Segundo ele, os locais consideravam os forasteiros de Buenos Aires como estrangeiros:

El idioma castellano es el menos usado, prevaleciendo el brasileiro y guarani, lo que levanta una verdadera barrera entre los hijos de un mismo país. No puede haber unidad nacional á donde falta la unidad de idioma, de religion, de costumbres; y de aqui proviene que los misioneros nos consideren extranjeros y nos miren con una desconfianza que no profesan á los brasileiros cuyo idioma y costumbres adoptan facilmente (HERNÁNDEZ, 1973, p. XXVII)

Quando esteve em San Ignacio, Ambrosetti chamou a atenção para esse mesmo problema:

En San Ignacio casi no se habla más que el portugués, la mayor parte de los pobladores son brasileiros (...)
El portugués se impone por la masa de población brasilera que lo habla, y como los argentinos que allí viven pertenecen en su mayor parte a la

²⁰⁵ Todavia existem poucos estudos sobre a população afrodescendente em Misiones. Um trabalho pioneiro foi realizado por Alba Celina Etorena de Freaza (2007). Outro mais recente é de autoria de Patricia Soledad Salas (2017). Ambos os trabalhos mapeam as ondas migratórias de afro-brasileiros provenientes dos quilombos existentes no Alto Uruguai e de desertores do exército brasileiro durante a Guerra da Tríplice Aliança.

provincia de Corrientes, y por lo tanto son poco versados en el español, a causa del guaraní, prefieren aprender mal el portugués que es el único idioma con el que pueden hacerse entender con quienes tienen que estar en contacto. (...) Así está explicado el por qué en Misiones se habla muy poco el español y si a esto se agrega la falta absoluta de escuelas en muchos de los centros poblados, como San Ignacio por ejemplo, en donde los niños puedan aprenderlo, se explicará mejor. Traslado este dato al Consejo Nacional de Educación para que no desmintiendo su celo proverbial, tome la participación que le corresponde en este caso de suma importancia (AMBROSETTI, 2008, pp. 75-76).

O olhar de ambos é unificado no sentido de informar o governo argentino para a necessidade de fomentar a construção de escolas em Misiones. Era somente por essa via que o idioma castelhano poderia suplantar a ameaça da influência brasileira.

Os argentinos temiam que a população local, ainda não suficientemente nacionalizada, pudesse aderir à causa nacional do país vizinho. Essa visão contrasta com a que foi emanada por Domingos Nascimento. Para ele, os argentinos do interior não eram afetados por esta influência brasileira. Ainda que seu relato fosse de uma área mais ao norte, os argentinos que transitavam por ali eram em sua maioria embarcados em Posadas. O viajante brasileiro os diferenciou dos portenhos, inclusive nomeando a origem das províncias das quais proviam esses trabalhadores que conformavam a mão de obra de exploração da erva-mate na fronteira-sertão. A sua descrição difere também da que emanava sobre seus “pares intelectuais” oriundos de Buenos Aires, ainda assim, sua visão sobre os estrangeiros é extremamente positiva:

Depois de uma viagem difficillima de vencer, vendo tropeiros de cútis negra e indianos, alguns bisonhos, outros maltrapilhos, deparamos sobre o Tormentas com uma raça bonita e inteligente, trajando roupas decentes, gorro vermelho á cabeça, faixa vermelha cintando os quadris, um longo chiripá bordado descendo até os pés, resguardando as pantalonas dos espinhos e da lama. Trabalhavam nos herveas de Barthe. Entre-rianos e correntinos. Receberam-nos com satisfação e carinho, servindo-nos chimarrão e matambre. Têm bons ranchos e grandes depósitos de milho (NASCIMENTO, 1903, p. 93-94).

O parâmetro de comparação foi justamente o brasileiro mestiço do sertão, o caboclo do interior, que para ele era uma “raça” inferior ao argentino. Seriam os sertanejos mais africanos e indígenas se comparados aos seus vizinhos que, embora fossem também mestiços, suas feições ibéricas seriam mais salientes. Em realidade, Nascimento estava imbuído da influência das teses raciais do final do século XIX que

classificavam as “raças” dentro de uma escala evolutiva onde o branco europeu seria o ponto máximo da evolução humana.

No entanto, tais visões eram carregadas de arbitrariedade, caso Nascimento tivesse se deparado com argentinos de origem guarani, o que era bastante comum por aquelas paragens, a sua visão seria distinta da que foi elencada acima. O olhar de Arthur Franco acerca dos argentinos que trabalhavam na exploração de erva-mate, diferentemente de Nascimento, era negativo, tendo inclusive o sertanejo brasileiro como parâmetro de comparação. O brasileiro fez questão de demarcar um distanciamento em relação à culinária local, considerada por ele como exótica e não dotada de civilidade:

Jupará (...) É o «prato da resistência» da «peonada» e único que é distribuído duas vezes ao dia. Consta de «locro» (milho preparado para a cangica) ou milho «pindocado», como chama o nosso caboclo, grão de bico (garvanzo), jeijão, carne seca (charque) picada; tudo isso é metido em uma grande «olha» ou vasilha que em regra, lá no sertão, consiste em uma lata de querosene, que vai ao fogo com água e sal (...) (FRANCO, 1973, p. 33).

Figura 47 - Grupo de trabalhadores (expedição de Arthur Franco)



Fonte: (FRANCO, 1973).

Pelo lado argentino, Basaldúa realizou uma comparação totalmente oposta à de Nascimento. Para ele, os misioneros se vestiam como bárbaros. O que representava uma condição de inferioridade se comparado ao status de “civilizados” que teriam os brasileiros: (...) *si fuera posible combatir la lluvia con la desnudez completa; pero*

*aparte que esto sería **shoking**, hasta en estas regiones semisalvajes donde las mujeres se conforman con el **tipoy**²⁰⁶ para cubrir sus desnudeces, hay que tener en cuenta la vecindad de un pueblo tan culto como el brasileiro” (BASALDÚA, 1901, p. 108, grifos do autor).*

Figura 48 - Indígena trajando o tipoy



Fonte: (LEVINTON, 2007, p. 55).

Retornando ao lado brasileiro, a visão de Arthur Franco mudou completamente quando se relacionou com um argentino branco. Foi assim quando travou contato com Floriano Arrechea, empregado de Domingo Barthe que coordenava a exploração de erva-mate no sertão paranaense. Ainda que fosse ressaltada a sua condição de civilizado, o fato de ser fluente em guarani chamou a atenção do brasileiro e nos dá um indicativo sobre como o domínio deste idioma era de fundamental importância por essas paragens: “Fomos recebidos gentilmente pelo encarregado Floriano Arrechea (...) um argentino que falava corretamente o guarani e que se tornou um excelente amigo nosso” (FRANCO, 1973, p. 32).

Não existia uma visão única por parte dos brasileiros a respeito dos argentinos. Ela variava conforme a condição social e étnica dos relatados. Ainda que a influência do

²⁰⁶ O tipoy era a roupa tradicional das mulheres indígenas que viviam nas reduções jesuíticas.

idioma espanhol tenha sido assinalada na fronteira-sertão do oeste paranaense, vemos que o guarani ainda era uma língua franca nesta borderland. Esse idioma era falado no Paraguai, em Misiones e Corrientes, locais de onde era oriunda a maioria dos trabalhadores que atuavam na exploração da erva-mate. Por mais que fosse considerado um idioma “não civilizado” - tal projeção está atrelada ao tema racial do período – existia uma curiosidade antropológica a respeito desta língua indígena. Tal interesse era mais presente no âmbito científico argentino. Entretanto, Arthur Franco, se autoconsiderando como um erudito, usou do seu relato para registrar uma disputa intelectual com o argentino Juan Matheus Arriola. A visão do brasileiro sobre ele era positiva, já que se tratava de um empresário branco e que, a exemplo de Floriano, também era fluente em guarani.

Entretivemos com ele agradável palestra, durante a qual conversamos sobre o idioma guarani, o que motivou uma discussão entre nós ambos quando eu lhe afirmava que algumas palavras estavam, no falar dos não indígenas, com a pronuncia deturpada, e citei-lhe um exemplo: madeira, árvore, em guarani costuma-se dizer “ibuirá”, o que é uma pronuncia errada. Retrucou-me D. Juan: “Pero caramba; Usted quiere enseñar, cuando hace treinta años que yo hablo el Guarany, señor;” Perguntei-lhe então se ele tinha ali consigo, algum peão paraguaio e que falasse corretamente o guarani; respondeu-me que sim, e pedi-lhe que o chamasse. Veio o peão e ele teve a confirmação do que eu dizia, exclamando “Pero, caramba; Usted tiene razón!” (FRANCO, 1973, p. 50).

Tal encontro se deu no porto Sol de Maio, situado na margem brasileira do rio Paraná. Talvez o fato de ter encontrado um “enclave” argentino –o nome do local, uma referência ao movimento de independência da Argentina, denuncia a sua origem - dentro do território brasileiro tenha acirrado o nacionalismo de Arthur Franco em relação ao seu amigo argentino. Mas o que resulta mais interessante no relato é o descortinamento de uma sociedade híbrida presente nesta bordeland que vai muito mais além da influência dos Estados brasileiro e argentino, assunto que será retomado mais adiante nesta investigação.

No Alto Paraná não houve uma frente extrativa brasileira organizada como a dos argentinos, mas na medida em que os argentinos subiam o Paraná, depararam-se com uma influência brasileira que estava presente em toda Misiones. A visão que projetavam sobre o outro estrangeiro também não era unificada e variava conforme a condição social e étnica das pessoas relatadas.

Quando passou pela localidade de Corpus, Ramón Lista registrou o seu encontro com um brasileiro que cultivava cana de açúcar nas margens do Paraná: “(...)

deteniéndome al medio día en el puerto de Córpus (...) me interné (...) por una malísima picada que conduce á la casa de un brasileiro plantador de caña, quien con la mejor voluntad del mundo nos acompaño hasta las ruinas del pueblo jesuítico” (LISTA, 1883, p. 16).

Ainda que não tenha nomeado o estrangeiro, sua visão era positiva, sobretudo, pelo fato de o brasileiro ter dado o devido suporte para que o viajante pudesse conhecer as ruínas da antiga missão de Candelária. Sendo um forasteiro desconhecedor dessa fronteira-desierto, a presença de um guia era de fundamental importância. A contradição, entretanto, residia no fato deste auxílio ser oriundo de um cidadão de uma nação rival no que tocava o processo civilizador nesta borderland.

A presença brasileira em Misiones estava penetrava os mais variados estratos da sociedade. Ambrosetti registrou que estavam inseridos também no contingente de mão de obra dos ervais:

Los peones del alto Paraná son curiosos. En su mayor parte paraguayos, correntinos ó brasileiros, se conchavan para todo trabajo (...) (AMBROSETTI, 1894, p. 38).

Por la picada, bajo aquella lluvia, encontramos un peón brasileiro que venia de los yerbales de mas adelante, descalzo, con su poca ropa al hombro y á pié, acompañado de un hijo de 10 años mas ó menos. El pobre hombre y el muchacho venían transidos de frio y empapados. Felizmente llevábamos caña, lo convidamos también con un cigarro y nos despedimos del infeliz, que quedó sumamente agradecido y contento (AMBROSETTI, 1894, p. 72).

Ambrosetti provavelmente carregava em sua memória o encontro com os afro-brasileiros na região do Alto Uruguai. Por isso lhe chamou à atenção a presença de uma população negra também no Alto Paraná. Nesse caso, o seu relato difere bastante do anterior. Os negros são nomeados e “promovidos” à condição de civilizados, ainda que no caso de um brasileiro chamado Toledo, tenha ressaltado o fato de este estar descalço, o que denota um grau de assimetria manifestado pelo portenho em relação ao outro. No entanto, a condição de brasileiro não importava nesse caso, já que a falta de “civilização” nos pés era algo ressaltado por Ambrosetti também em relação aos argentinos do interior que igualmente andavam descalços:

De Cerro Corá volvimos a Candelaria. Al siguiente día, el señor Jesús Val nos envió caballos para dirigirnos a su establecimiento, el Ingenio Primer Misionero, situado a una legua larga de Candelaria.

Nuestro guía, un negro brasileiro, Seu Toledo, al venirnos a buscar había echado mano de sus mejores prendas de ropa. Un gran **jaquet** negro cubría

una camisa de trabajo, haciendo digno **pendant**²⁰⁷ con el pantalón negro también, pero arremangado hasta las rodillas, los pies descalzos, cubierta la cabeza con un gran sombrero chambergo y con el machete atravesado por delante.

Seu Toledo desde temprano nos esperaba con los macarrones de la brida, que no pifiaban de impaciencia, como los de novela, sino por el contrario con freno y todo, trataban de aprovechar con denteladas aquí y allí, las matas del jugoso pasto que tenían a su alcance.

Nos despedimos del señor Bossetti y demás amigos de Candelaria, y precedidos de Seu Toledo, nos dejamos mecer otra vez por el clásico trote misionero (AMBROSETTI, 2008, p. 42).

Quando esteve em San Ignacio, travou contato com o afro-gaúcho Maneco Tigre, o qual exerceu o papel de guia da expedição rumo à antiga missão jesuítica homônima: *“Al día siguiente, resolvimos visitar las famosas ruinas de los antiguos jesuitas. Montamos a caballo acompañados por un peón brasileiro, un riograndense alto, negro y bien proporcionado, que respondía al feroz llamado de **Maneco tigre**”* (AMBROSETTI, 2008, p. 79, grifo do autor).

Ambrosetti registrou ainda a voz do outro. Ainda que a fala de Maneco Tigre fosse utilizada para legitimar a sua própria condição de uma pessoa erudita interessada nas curiosidades científicas que o local poderia proporcionar:

Las casas se suceden así como las calles. Por ellas vamos caminando precedidos por seu **Maneco Tigre** quien con su filoso machete va abriéndonos paso por entre la maraña que las llena; declarando al mismo tiempo que nunca ha visto, en los muchos años que hace de Cicerone, viajeros más curiosos ni más caminadores que nosotros (AMBROSETTI, 2008, p. 80, grifo do autor).

Maneco Tigre era um empregado na propriedade do colono francês Marcelino Bouix. Tal condição aparece no relato do argentino, mas o que mais chama atenção em seu registro é o fato deste afro-brasileiro ter sido alçado à categoria de *“don”*. Foi o único caso, dentre todos os relatos, sejam de argentinos ou brasileiros, onde uma pessoa oriunda de um baixo estrato social recebeu tal denominação. Todavia, o empregado cumpria com os requisitos de civilidade requeridos dentro de um *“ambiente francês”*.

O uso de expressões deste idioma por parte do viajante não foi mera coincidência. Mostrar domínio sobre um idioma *“civilizado e científico”* legitimava a própria condição que Ambrosetti desejava passar para os seus leitores de Buenos Aires:

²⁰⁷ Grifos do autor para destacar as palavras francesas do seu relato.

En lo de don Marcelino nos esperaban con la **ceia**²⁰⁸ preparada. (...) figuraba un magnífico pato, que nos fue servido con aceitunas, por nuestro don **Maneco Tigre**, quien de bombacha, botas, su inseparable y largo facón en la cintura, de gran chambergo, y con una servilleta al hombro, hacía las veces de **maitre d'hotel**, con toda la elegancia y **chic** requerida en estos casos (AMBROSETTI, 2008, p. 86, grifos do autor).

Ainda que apontasse características positivas em algumas pessoas de origem mais modesta, o viajante portenho nunca deixou de manifestar uma alteridade, dentro de uma relação assimétrica, para com o outro. De maneira geral, isso mudou na medida em que os argentinos foram travando contato com brasileiros de maior poder aquisitivo. Nesses casos, a relação é simétrica e a visão é bastante positiva, já que eram pessoas dotadas de posses e que poderiam contribuir para o desenvolvimento da região.

Em uma de suas mensuras pelo interior misionero, Hernández registrou o encontro que teve com colonos oriundos do Rio Grande do Sul que aguardavam justamente pelas medições de suas propriedades. Esse episódio chama a atenção para uma característica bastante particular. Não apenas em Hernández, como também na narrativa de Ambrosetti. Ambos compactuavam com os valores europeus de civilização, entretanto, não se tratava simplesmente de transpor tais valores para o espaço americano. Eles não eram europeus de fato e, portanto, não deixaram de carregar as influências do seu local de origem, as quais muitas vezes eram desprezadas pela própria elite portenha que julgava a cultura *gaucha* como inferior e bárbara. Assim como Ambrosetti -que em seu primeiro relato, expressou proximidade com os gaúchos que encontrou no Rio Grande do Sul- Hernández expressou uma conotação positiva para com os gaúchos brasileiros residentes em Misiones. Eles eram civilizados não apenas por suas posses, mas também pelo fato de também compartilharem da cultura *criolla*, criando assim um elo entre o argentino e os brasileiros. O manejo com os cavalos era um exemplo desta afinidade: “*Obsequiáronos nuestros amigos con algunas botellas de cachaza*²⁰⁹ (...) *D. Manuel Miranda es un gallardo Rio Grandés, altivo, generoso, y gran ginete (...)*” (HERNÁNDEZ, 1973, pp. 91-92, grifo do autor).

Os parâmetros civilizatórios europeus sofreram apropriações e recriações dentro do espaço americano. À parte de fazerem considerações sobre hábitos considerados bárbaros, acrescentaram alguns parâmetros que não poderiam ser manifestados por

²⁰⁸ Ambrosetti utilizou desta palavra portuguesa provavelmente porque quis ressaltar a influência deste idioma na região de San Ignacio. Ressaltou ainda as palavras francesas relacionadas às regras de etiqueta deste país.

²⁰⁹ Grifo do autor para ressaltar uma palavra de origem portuguesa.

alguém de origem europeia. Os viajantes oriundos do velho mundo jamais poderiam manifestar o sentimento proximidade que foi manifestado acima pelos americanos.

Quando estive em Santa Ana, Hernández travou contato com o brasileiro Don Manuel Marquez, originário do estado do Rio de Janeiro. Desta vez, por razões geográficas, não existiu o sentimento de proximidade como o que foi manifestado em relação aos colonos gaúchos. Entretanto, foi ressaltada a condição de civilizado do outro. Como não existia o vínculo com a cultura *criolla*, os hábitos “franceses” é que foram ressaltados no relato sobre o brasileiro. Ainda que o champagne produzido na casa de Marquez fosse feito com cana de açúcar. Uma situação bastante peculiar que poderia ser malvista por alguém de origem europeia:

Ahora para concluir esta carta le diré que la cosecha de caña promete este año espléndidos resultados.

Hemos estado en el ingenio de Don Manuel Marquez en la falda del magestuoso Cerro de Santana (...)

Recibimos el citado señor con la gentileza de un digno fluminense, así como su familia, y nos obsequió con un licor improvisado en la forma siguiente:

Una cantidad de caña de la mejor destilada en su alambique, fué puesta al fuego en una olla, que llaman **panela**, agregándole una cantidad de **raspadura** (...) y despues de disuelto agitándolo constantemente con una tacuarilla se sirvió en copas elegantes, verdaderas copas griegas, de forma igual á las que se usan en lo moderno para servir el Champagne.

(...)Proclamamos delicioso aquel CHAMPAGNE en **panela**²¹⁰, cambiáronse espresiones de cordialidad, saludáronos como felices mensajeros del porvenir de Misiones, y con esto nos despedimos, alegre el ánimo y reparadas las fuerzas para este duro trabajo (HERNÁNDEZ, 1973, pp. 111-112, grifos do autor).

O sentimento de proximidade para com o outro brasileiro também poderia ser manifestado através de afinidades científicas. Dentro do contexto dos desdobramentos da Revolução Federalista, Ambrosetti travou contato com as tropas revoltosas que estavam em fuga das tropas legalistas do governo brasileiro. A fronteira-sertão da foz do Iguaçu era o refúgio ideal para os revoltosos, já que o Estado brasileiro pouco se fazia presente na região. Também era um lugar estratégico para lograr refúgio em terra estrangeira.

Os viajantes brasileiros, todos alinhados com o governo do presidente Prudente de Moraes, repudiavam a revolução. Contudo, isso não influenciou na visão de Ambrosetti. Já que o revoltoso Telemâco Borba²¹¹ era considerado por ele como seu par

²¹⁰ Grifos do autor para ressaltar a origem portuguesa destas palavras.

²¹¹ Além de suas atividades relacionadas à etnografia, geologia e paleontologia, também foi deputado estadual pelo Paraná por seis mandatos, além de ter ocupado em cinco legislaturas a cadeira de prefeito da cidade paranaense de Tibagi.

intelectual por ter sido um conhecido etnógrafo brasileiro cujos escritos já eram conhecidos por ele próprio:

Hallándome en Misiones, en momentos en que el célebre General **Juca Tigre**²¹² aparecía con su ejército en las márgenes del majestuoso río Paraná, después de atravesar una gran extensión de la provincia del mismo nombre, acampaba en la Colonia Militar del Iguazú, tuve ocasión de conocer entre los recién llegados a uno de los jefes revolucionarios, persona sumamente distinguida y a quien ya conocía de nombre por algunos trabajos científicos publicados en revistas del Brasil; me refiero al Coronel Telémaco Morosini Borba, hijo de la provincia del Paraná.

Pronto la comunidad de estudios antropológicos nos hizo estrechar una amistad franca y cordial (AMBROSETTI, 2008, pp. 33-34, grifo do autor).

O contato foi tão amistoso que logo em seguida ambos viajaram juntos no mesmo vapor até Buenos Aires. O argentino relatou ainda que foi seu colega brasileiro que revelou os segredos do cultivo da erva-mate. Tratava-se de uma informação valiosíssima para o fomento do cultivo que poderiam ser desenvolvidos dentro do território argentino:

Entre los muchos temas que nos sirvieron para conversar en el largo viaje desde Tacurú Pucú hasta Buenos Aires, no podíamos dejar de tocar el de la yerba mate.

El señor Borba me explicó entonces el procedimiento empleado en su provincia, que es el siguiente, el que me hago un deber de publicar, para que lo ensayen los habitantes de Misiones, esperando que dé los mismos resultados que allá:

«Se coloca en un recipiente un poco de tierra y luego se echa agua a la que se va agregando potasa hasta que tome la densidad de hacer boyar un huevo de gallina; se echan dentro de este las semillas de yerba dejándolas en este baño veinticuatro horas, pasadas las cuales se procede a plantarlas en líneas a tres metros de distancia en todo sentido».

Ya está revelado el secreto de la germinación y trasplante de la yerba mate (AMBROSETTI, 2008, pp. 33-34).

Ainda que a colonização europeia fosse uma prerrogativa entre os viajantes argentinos, a participação brasileira também era bem-vinda em meio ao processo civilizador argentino na frontera-desierto de Misiones. Os colonos brasileiros não eram vistos como invasores atuando sob a bandeira do governo do Brasil. Eles poderiam ser agentes civilizadores, desde que fossem integrados ao Estado argentino:

Entonces, con todos estos factores reunidos, fácil es darse cuenta de cómo en poco tiempo sobre la enorme zona de leguas de costa argentina, que incultas existen sobre el río Alto Paraná y las otras tantas más o menos que se hallan en las mismas condiciones sobre el río Alto Uruguay, podrían levantarse una

²¹² Seu nome verdadeiro era José Serafim de Castilhos. Foi um dos principais líderes da Revolução Federalista.

serie de pueblos con vida propia, que transformarían en civilizada aquella región salvaje, atrayendo y absorbiendo la población (...) que se halla viviendo frente al territorio argentino, en el perteneciente a (...) Brasil (AMBROSETTI, 2008, p. 47).

Ambrosetti apontava os brasileiros como pertencentes ao grupo dos *pioneers* de Misiones. Tratava-se de uma clara referência à conquista do oeste ocorrida nos Estados Unidos. Visto por ele como um exemplo a ser seguido na Argentina. A vinda de refugiados da Revolução Federalista - aliados aos que já estavam estabelecidos anteriormente - era bem-vinda e poderia contribuir para o desenvolvimento da região. Assim registrou o argentino quando travou contato com os colonos brasileiros de San Ignacio:

Alrededor de la mesa, (...) se hallaban muchos vecinos de San Ignacio que habían venido para conocernos y ofrecernos sus servicios.

¡Qué buena gente aquella! Todos hombres de trabajo, cargados de familia y viejos pobladores del lugar, cada uno con su historia de infortunios y con su odisea de **pioneers**²¹³.

Agricultores y yerbateros en su mayor parte, con veinte y más años de residencia en aquellos parajes, conocedores de los más recónditos secretos de los bosques del territorio; allí se han arraigado espontáneamente, formando sus hogares y luchando con aquella naturaleza que, avara de sus riquezas, opone mil obstáculos al hombre sin fortuna, para la explotación de sus productos.

La mayor parte eran brasileros de las provincias de Río Grande y Paraná, y entre ellos no faltaban algunos recién llegados o mejor dicho, emigrados, que habían abandonado sus hogares, huyendo de los desastres de la guerra civil.

La moralidad de los pobladores de San Ignacio es proverbial, y privados como mucho tiempo han estado de autoridades, han adquirido un **modus vivendi** especial, de suerte que entre ellos, arreglan amistosamente cualquier dificultad, nombrando en último caso, si no pueden avenirse, un tercero, árbitro, cuya decisión es inapelable.

Cuando por casualidad entre ellos ha surgido un elemento de discordia, este ha sido expulsado en un modo indirecto, pues todos a una le han hecho el vacío, obligándolo así a cambiar de domicilio.

Este procedimiento que en otro centro no surtiría efecto, allí lo tiene, y esto se explica, puesto que se trata de lugares en donde todos tienen que darse la mano y ayudarse en mil trances, por la falta de recursos y por el casi aislamiento en que viven.

Hoy por una cosa, mañana por otra, todos se necesitan, viviendo, puede decirse, en una especie de comunismo sin que este sea llevado a la exageración (AMBROSETTI, 2008, p. 86, grifos do autor).

Da parte dos relatos brasileiros não existia uma visão similar. Os argentinos que transitavam pela fronteira-sertão conformavam uma população sazonal que não estabelecia uma morada permanente. Dentro do movimento de fronteira do Estado brasileiro, vemos que existia uma visão geral de repulsa ante um possível avanço

²¹³ Grifo do autor para ressaltar palavra de origem inglesa.

argentino. Até mesmo Domingos Nascimento, o qual teceu elogios aos trabalhadores argentinos, não via com bons olhos o fato de o idioma castelhano ser mais escutado que o próprio português. Tampouco existiu, por parte dos brasileiros, alguma citação a um possível projeto de colonização através da atração de imigrantes argentinos.

A chegada das expedições brasileiras a tão almejada foz do Iguaçu carregou uma enorme carga simbólica. Afinal, este era o ponto máximo da fronteira oeste, lugar que fora alvo de inúmeras projeções, mas que ainda era necessário se transformar em uma realidade de fato. O que ocorreria somente com a presença efetiva do Estado nacional. Tal conjuntura não deixou de se chocar com o movimento dos argentinos que estavam no outro lado do rio Iguaçu.

3.3.2 Rotas em colisão: a foz do Iguaçu

A desembocadura do rio Iguaçu era um ponto de contato e de confluência dos movimentos de fronteira oriundos de Buenos Aires, Rio de Janeiro e Curitiba. Tratava-se de um local estratégico e por isso o Estado brasileiro teve a preocupação de instalar uma colônia militar exatamente nesse local. Apesar de todo o alarde dos republicanos que pressionaram o Império para realizar tal empreitada, não existia uma povoação argentina do outro lado da fronteira. Os historiadores argentinos Jorge Emanuel Vallejos e Alejandra Beatriz González (2014, p. 14) apontam que na última década do século XIX existia apenas “*un simple caserío que paulatinamente fue creciendo con la llegada de expediciones de turistas atraídos por las Cataratas*”. Foi somente no ano de 1913 que o governo argentino efetivou a fundação da localidade de Puerto Iguazu (ROLÓN, 2017, p. 76).

Há que ressaltar ainda as questões internas que envolviam as disputas entre Buenos Aires e a província de Corrientes pela posse desta área. Ao constatar a inevitável perda de Misiones para o controle dos portenhos, o governador correntino Antonio Gallino se apressou em vender grandes extensões de terras a particulares. Em 1881, no momento em que ocorreu a federalização de Misiones, o governo argentino herdou um território que estava majoritariamente concentrado nas mãos de apenas trinta e oito compradores (ZOUVI, 2010, pp. 12-13). A existência desses latifúndios foi registrada de maneira enfática pelos viajantes argentinos. Para eles, tal situação seria um entrave para a promoção de políticas públicas de povoamento desta zona. O agrimensor Rafael Hernández, cuja atribuição era justamente a de medir áreas aptas para a

colonização, sinalizou da seguinte maneira: “*No me parece, pues, aventurado decir, que el progreso de esta rica comarca está encerrado dentro del interés de algunos señores feudales*” (HERNÁNDEZ, 1973, p. 148). Ambrosetti registrou o quanto a ação destes latifundiários estava ligada apenas à uma frente extrativa e não à uma política de povoamento efetivo da fronteira:

(...) en esta parte de Misiones es muy difícil que pueda haber progreso, por las grandes extensiones de campo que poseen algunos pocos propietarios que no se preocupan de ellos, al punto que muchos ni siquiera los han visto; lo único que se hace, es una explotación salvaje de yerbas y madera sin sembrar una cuarta de tierra” (AMBROSETTI, 1892a, p. 109).

Por outro lado, o avanço desta fronteira extrativa argentina era visto como uma ameaça pelos brasileiros. Mesmo após a fundação da Colônia Militar, José Maria de Brito alertou para o fato de que “os portos existentes na margem brasileira no rio Paraná (...) são argentinos” (BRITO, 2005, p. 83). Ao atingir, por fim, a costa do rio Paraná, Nascimento fez o mesmo alerta, acrescentando ainda a conjuntura da navegação do rio que era praticamente um monopólio dos vapores argentinos:

Eis-me em presença do grandioso rio que deu o nome á nossa terra natal.
(...) É sabido que diariamente grandes vapores cruzam o (...) Paraná (...) Mas essa grande extensão navegavel, de verdadeira expansão commercial, não nos pertence em quasi toda a sua totalidade, pois que somente esse rio banha o nosso território a partir da foz do Iguassu. O que o Paraná possui actualmente de rico em aguas aproveitadas, por melhor dizer, tudo pertence ás republicas Argentina e do Paraguay.
No territorio brasileiro os vapores sobem apenas até 20 léguas, isto é, da foz do Iguassu ao Alica, e isso mesmo por ali navegam de 5 em 5 dias porque pertencem a proprietários estrangeiros.
De nosso nem uma chalana!...
A nossa incúria tem chegado ao ponto de entregarmos toda a exploração das nossas mattas e dos nossos herbaes, toda a vida commercial dessa zona aos argentinos, cuja bandeira desfraldada no topo de seus navios percorre a fronteira brasileira, livre de competidora, isenta por muitos annos ainda dever-se obrigada pelos codigos maritimos a descer pela driça para cumprimentar um navio mercante brasileiro naquelas aguas.
Nada ali nos pertence a não ser o terreno, porque as suas grandes riquezas vão sendo entregues a extranhos. Não fluctua uma bandeira sequer nas nossas aguas para demonstrar ao menos o zelo que devíamos pelo que nos pertence!
(NASCIMENTO, 1903, pp. 105-106).

Nascimento alcançou a foz do Iguaçú já após a assinatura do tratado de fronteiras de 1895. Sendo assim, o território brasileiro já seria uma realidade e não mais uma projeção. O seu discurso, entretanto, é bastante similar ao que já era emanado pelos

brasileiros antes da assinatura do tratado²¹⁴. A disputa pelos espaços da fronteira-sertão, todavia seguia em curso. Mesmo após a demarcação, existia uma necessidade de legitimar a presença do Estado nesse canto recôndito. Silveira Netto, que chegou à região depois de Nascimento, utilizou os argumentos do seu próprio colega que o antecedeu para chamar a atenção para o problema da falta de presença estatal naquele lugar: “Em 1905 Domingos Nascimento, o notável escritor conterrâneo, emérito poeta e jornalista, profligava nas páginas do seu belo e patriótico livro PELA FRONTEIRA esse abandono do Brasil pela navegação naquela região (...)” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 26).

A assinatura do tratado entre Brasil e Argentina, dentro de um suposto clima de paz entre as duas nações, não impediu que os viajantes de ambos os países indicassem o quanto esta “zona de contato” poderia se transformar em uma zona de guerra. Foi justamente em Iguazu que a possibilidade de um conflito bélico foi levantada. Para Brito, a “(...) foz do Iguazu (...) - serve de atalaia - contra alguma investida estrangeira que porventura surgir... (...) não devemos desprezar o dilema do insigne “Marechal de Ferro” – Floriano Peixoto: «Confiar desconfiando sempre» (BRITO, 2005, pp. 88-89). Ainda que seja necessário ressaltar que o relato de Brito seja póstumo aos acontecimentos atrelados à expedição da qual fazia parte, o relato de Muricy, escrito em 1892, no mesmo ano em que empreendeu viagem até a foz, alertou para esta possível tensão geopolítica entre as duas nações. Para ele, era necessário que “(...) se reforce o pessoal militar la existente, dando-lhe os elementos necessarios para deffender-se no caso de ser atacada” (MURICY, 1999, pp. 63-64). Salientou ainda a necessidade de ser estabelecida uma rota terrestre com a Colônia Militar do Chopim, situada 300 quilômetros a leste da foz do Iguazu: “Estabeleça-se comunicação com a colonia do Xopim e teremos as duas colonias podendo perfeitamente se auxiliar em todos os sentidos” (MURICY, 1999, p. 65).

Pelo lado argentino, Ambrosetti realizou o mesmo alerta. Para ele, era necessária uma presença efetiva dos militares nesta frontera-desierto seguindo os mesmos moldes da que já existia no lado brasileiro. Ante uma possibilidade de guerra contra o Brasil, seria imprescindível um regimento fixo, constituído por soldados que conhecessem o terreno. Evitando assim o envio de tropas oriundas de outras localidades argentinas. A

²¹⁴ Contexto semelhante ocorreu no litigío fronteiro entre Brasil e França pela disputa do território onde hoje se localiza o estado do Amapá. Tal conjuntura ocorreu de maneira concomitante à disputa entre Brasil e Argentina. Ver: (ROMANI, 2003).

fronteira misionera era um ambiente totalmente distinto da fronteira sul, que era onde estavam concentradas as atividades militares devido ao avanço da fronteira sobre os territórios indígenas da Patagônia: *“Si mañana ó pasado, cosa que no debemos desear, la fatalidad nos impele á una guerra internacional con nuestros vecinos ¿para qué nos servirán nuestros soldados cuando tengan que batirse en terrenos que no conozcan? Ambrosetti”* (AMBROSETTI, 1894, p. 110).

O argentino nutriu uma verdadeira obsessão pelo tema das colônias militares, tal aspecto se fez bastante sobressaliente em seus três relatos. Para ele, os brasileiros estariam à frente dos argentinos na corrida pelo processo civilizatório na foz do Iguazu. Ambrosetti chegou até mesmo a traçar um parâmetro com a conquista do oeste realizada pelos Estados Unidos, a qual era uma referência tanto para a Argentina como para o Brasil:

En la Colonia se notaba bastante movimiento. Aquel Pueblo formándose en medio de la selva virgen tenía algo de norte-americano (...) Ese espectáculo era muy bello para que no dejase de mortificarme al compararlo con el otro salvaje que ofrecia la costa Argentina del otro lado del Iguazú, cuando un poco de buena voluntad de parte del Gobierno Nacional podria hacerse en muy poco tempo lo mismo y más (AMBROSETTI, 1894, pp. 133-134).

O tom alarmante de Ambrosetti consistiu num recurso textual para chamar a atenção das autoridades do seu país para a questão fronteiriça. Seu discurso, entretanto, não pode ser analisado puramente como uma fonte fidedigna daquele momento. A mesma tônica emanada por ele também é encontrada nos relatos brasileiros.

Apesar de a colônia militar brasileira ser uma realidade concreta, a visão que Muricy nutriu por ela não era nada positiva. A localidade sofria com a falta de abastecimento de recursos por parte do governo brasileiro. A situação da total dependência dos argentinos reforçava a situação de enclave em que se encontrava a colônia:

(...) estávamos na colonia. Sem dinheiro, sem generos alimenticios, quasi sem credito, exhausta portanto de recursos atravessava ella uma quadra horrorosa e desde muitos mezes. Só se mantendo a custa dos inauditos sacrificios e esforços sobrehumanos que fazia o seu intelligente e patriotico vice-director o alferes Edmundo Francisco Xavier de Barros, para não deixar aparecer a pobreza que reinava em seus cofres. Infelizmente ella transpareceu e elle teve de lutar contra a má vontade dos negociantes, todos estrangeiros, que ou não queriam fornecer, ou forneciam os seus generos por preços exorbitantes sem quererem cingir-se ás variações do cambio, sem levarem em conta as suas diferencias.

Os generos fornecidos não eram bons e a carne secca que vinha de Posadas (cidade argentina) coberta de uma camada branca de bolôr, continha além dos ossos das costellas, todos (sic.) as vertebras, buxo, lingua, beiços, etc., só faltando o couro para completar o peso dessas apetitosas mantas de bellissimo xarque.

O dinheiro brasileiro valia muito menos que o dinheiro argentino (...) (MURICY, 1999, pp. 61-62).

Onze anos depois, Nascimento registrou uma problemática ainda bastante similar. A localidade não estaria exercendo a sua função de guardar a fronteira. Tendo inclusive sucumbido às incursões das forças federalistas, dos quais alguns de seus componentes, conforme apontado anteriormente, eram amigos de Ambrosetti. Sendo um legalista, para ele era humilhante a situação dos soldados governistas terem sido obrigados a passar para o lado argentino em busca de refúgio:

As hordas invasoras completaram a destruição. A força legal diminutíssima teve de retirar, indo pedir proteção á bandeira estrangeira.

Passada a onda, muitos dos refugiados não mais voltaram, outros ainda se deixaram ficar para a outra banda do rio, sem noticias fidedignas do restabelecimento da ordem no Brazil, desconfiados de novo êxodo.

E por isso a colonia jouve em completa apathia, quase abandonada durante longo tempo (...) (NASCIMENTO, 1903, pp. 113-114).

Para o brasileiro, a colônia não passava de um mero enclave em meio à fronteira-sertão por onde perambulavam os argentinos em sua frente extrativa. Nascimento reconhecia como seus pares apenas os seus colegas militares. No mais, estar na foz do Iguaçu era como estar em um país estrangeiro. Aquele espaço não estaria integrado de fato à nação brasileira. Até mesmo a comunicação com o resto do Brasil era totalmente dependente de Posadas:

(...) a correspondência do Brazil vae até ali por obsequio dos proprietários desses vapores; entretanto, os argentinos (...) têm um estafeta a bordo, a quem pagam para administrar os seus serviços postaes.

O serviço telegraphico é também moroso: os telegraminhas vão para Posadas, capital das Missões argentinas, a 80 léguas (5 dias de viagem), destinados a qualquer casa comercial ou ao consul brasileiro, afim de ser passados para o Brazil. Vive-se ali por emquanto na dependencia do estrangeiro.

Durante os dias em que estive naquella colonia, ouvindo esse embroglio arrevezado de castelhano e Guarany -os habitantes com suas physionomias e seus costumes tão differentes dos nossos- me parecia estar residindo num paiz estrangeiro, pois a população brasileira consta apenas do pessoal da administração militar, isto é, 2 officiaes e praças, da agencia fiscal com o seu também reduzido destacamento de policia e de poucos colonos ; o mais são paraguayos, argentinos e meia dúzia de europeus (NASCIMENTO, 1903, p. 119).

Figura 49 - Missão diplomática brasileira em Posadas



Fonte: (FRANCO, 1973)

Dois anos após a passagem de Nascimento, Silveira Netto registrou uma opinião bastante parecida com a dos que o antecederam. Para ele, a foz do Iguaçu, todavia permanecia fora da órbita efetiva do Estado brasileiro e à mercê da influência da Argentina: “Ao chegarmos, em 1905, a feição característica da Colônia era mais de uma povoação estrangeira; raro, o dinheiro nacional quando aparecia era mais como um hóspede, prevalecendo, no comércio local, para todos os efeitos, o peso papel argentino” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 45).

Curiosamente, a visão de Ambrosetti era totalmente oposta à dos brasileiros. Para ele, a colônia era um centro civilizatório em meio à fronteira-deserto que favorecia apenas o Brasil. O seu poder de atração – dentro de uma lógica positivista– estaria atraindo os próprios argentinos. O que acarretaria a sua transformação em cidadãos brasileiros. Tal conjuntura se configurava como uma derrota dentro da corrida pelo processo civilizatório na fronteira:

(...) nosotros nada tenemos que nos indique la patria en la frontera ni siquiera un pobre pedazo de lienzo con los colores nacionales y nuestros hermanos, emigrados por muchas causas que no son del caso, pudiendo vivir tranquilos en ella haciéndola progresar, la olvidan poco á poco, yendo á prestar su

contingente moral y material á otra nación (AMBROSETTI, 1894, pp. 109-110).

Para o argentino, o exemplo brasileiro deveria ser seguido pelo seu próprio governo justamente para fazer frente ao próprio avanço do país vizinho:

Nuestro gobierno por mil razones debiera establecer alli mismo, una colonia militar, que un día llegaría á ser un núcleo importante de población. Nosotros sabemos donde empieza, nuestro territorio por la geografía, pero los brasileros más prácticos en estas cosas, no dejan de establecer colonias y puestos militares en todas sus fronteras, en donde constantemente ondea su bandera siempre bien grande, para que se vea desde lejos y recuerde á propios y estraños que desde allí empieza su patria encarnada en el pabellón aurí verde (...) (AMBROSETTI, 1894, pp. 109-110).

Ambrosetti fez referência não apenas à Colônia Militar do Iguazu, ele estava a par de toda a política brasileira de fundação de colônias militares por toda a fronteira oeste de norte a sul. O “corpo da pátria” brasileira já estaria demarcado, tratava-se de uma “comunidade imaginada” que já teria os seus contornos definidos.

Para Ambrosetti, a foz do Iguazu, assim como a desembocadura do Peperiguazu, local de litígio com os brasileiros, era de crucial importância. Era para este lugar que deveriam ser concentrados os esforços para a uma instalação de uma colônia militar no lado argentino. Era necessário expandir a ocupação de Misiones para além de Posadas, já consolidada como uma importante localidade argentina na fronteira nordeste. O poder de atração da futura colônia, dentro da lógica positivista, naturalmente iria fomentar o desenvolvimento, seguindo assim o exemplo que estaria ocorrendo na fronteira sul argentina:

No nos durmamos. Urge que el gobierno mande fuerzas á las Misiones sobre los dos grandes rios Paraná y Uruguay, pero no que vayan á estacionarse á Posadas ó Santo Tomé donde no harán nada de provechoso (...) sinó allá lejos á 90 ó más leguas de los centros poblados sobre la misma frontera, en la barra del Iguazú ó del Pepirí en donde el estacionamiento de esas tropas será provechoso, por que al rededor de ellas se formarán pueblos como ha sucedido en nuestra frontera del Sud. Allí están el Azul, Trenquelauquen, Carué, Guaminí, Patagones²¹⁵ y muchos otros puntos que no fueron en su origen sino puestos militares (AMBROSETTI, 1894, pp. 109-110).

²¹⁵ Patagones provavelmente se trata de um erro de tipografia. Ambrosetti se refere à localidade buenairense de Carmen de Patagones, na desembocadura do rio Negro, no limite entre as províncias de Buenos Aires e Rio Negro.

No artigo que escreveu para o jornal *La Prensa* –onde também chamou a atenção para a necessidade da implementação de colônias no Alto Uruguai– assinalou a importância de instalar uma colônia militar “*en la barra del Iguazu frente a la de igual carácter, podría fundarse también otra*” (AMBROSETTI, 1892b)²¹⁶. Ainda que utilizasse um tom alarmante como recurso textual em seu relato, Ambrosetti era consciente a respeito do que tocava uma possível vantagem argentina nesta borderland. A conexão fluvial direta com Buenos Aires, o monopólio da navegação por parte das companhias argentinas de vapores e a dependência econômica da colônia brasileira em relação à Posadas, fatores efusivamente elencados pelos brasileiros, poderiam reverter a corrida pelo processo civilizador neste espaço. Num sentido inverso do que fora apresentado anteriormente, no que tocava o êxodo de argentinos para a colônia brasileira, a fundação de uma localidade na costa argentina poderia fomentar uma situação inversa: seriam os brasileiros que migrariam para o outro lado da fronteira:

(...) el día que esos pobladores encontrasen facilidad de instalarse en tierra argentina lo harían de mil amores por la mayor facilidad y menos riesgo que correría la salida de sus productos, porque no hay que olvidar que (..) en el Paraná, los establecidos (..) del Brasil (...) no tiene otro mercado consumidor ni mas cercano que la República Argentina (AMBROSETTI, 1892b).

O seu alerta rendeu alguma repercussão em Buenos Aires. Para além de o viajante já ser um intelectual de renome naquela altura, seus artigos no jornal *La Prensa* alcançavam um público ainda maior que ia além do ambiente meramente científico. No entanto, nenhuma medida efetiva foi colocada em prática pelo governo argentino. Foi somente em 1902 que um projeto de uma colônia militar de 1500 hectares, seguindo o modelo brasileiro, foi apresentado pelo paisagista francês Carlos Thays²¹⁷ (FERRERO & PYKE, 2015, p. 152). Entretanto, a sua implementação nunca foi colocada em prática. Na verdade, a colônia militar argentina estava inserida dentro de um projeto de maior magnitude que era a criação do parque nacional argentino na foz do Iguazu.

²¹⁶ Antes de Ambrosetti, em 1881, o franco-argentino Alejo Peyret (1881, p. 220) sugeriu a implementação de uma povoação argentina na foz do Iguazu, ainda que não necessariamente de caráter militar: “*El rincón del Iguazú sería un terreno muy conveniente para formar una población. Háseme asegurado que los brasileños piensan poner una en la parte que les corresponde (...) Pero ningún vestigio humano indica aquí los confines de tres naciones. (...) no hemos encontrado, no encontraremos, hombre alguno en nuestra excursión*”.

²¹⁷ Além de projetar o Parque Nacional Iguazú, Thays foi responsável por toda a remodelação urbana da cidade de Buenos Aires entre 1891 e 1920. A Praça de Maio, a Praça do Congresso e o Parque Patricios (berço do Club Atlético Huracán) são exemplos que moldaram a identidade urbana da cidade. Também foi responsável por vários projetos em todo o território argentino.

Essa medida foi vista pelos brasileiros como um passo adiante tomado pelos vizinhos no que tocava o processo civilizatório na fronteira. Silveira Netto assim registrou ao tomar conhecimento do plano de Thays, ainda que o mesmo fosse apenas um projeto: “As belas intenções argentinas, se não realizada ainda, servem-nos ao menos para vermos que os nossos adiantados vizinhos do Prata não desdenham de dar atenção às possibilidades maravilhosas da sua fronteira” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 98).

O contexto da criação dos parques nacionais nos dois lados da fronteira refletiu diretamente pela disputa, palma a palma, pelo domínio das Cataratas do Iguaçu, alvo de projeções por parte das duas nações. Tratava-se de uma conjuntura fronteiriça à parte. O tratado de 1895 já havia sido formalizado, faltava, entretanto, o estabelecimento da exata demarcação da fronteira nas cataratas, uma questão que se arrastaria ainda até o ano de 1910, quando foi firmado no Rio de Janeiro os artigos declaratórios da demarcação de fronteiras entre o Brasil e a Argentina²¹⁸. O estabelecimento do limite levou em conta a demarcação do talvegue²¹⁹ do rio Iguaçu, o que acarretou que a maior parte dos saltos ficasse sob a jurisdição argentina.

Edmundo de Barros, o diretor da Colônia Militar que deu suporte tanto às expedições brasileiras, quanto às argentinas, reagiu efusivamente de forma contrária a esta demarcação²²⁰. Além de demarcar que o talvegue não poderia ser usado como referência para o caso da demarcação de uma fronteira internacional, acrescentou ainda o argumento de que ele mesmo já teria “tomado posse” das cataratas em uma expedição realizada em conjunto com Muricy ao nomear os saltos, não por acaso, com nomes republicanos (BARROS, 1919, pp. 14-15). Essas nomeações foram legitimadas dentro do próprio relato do viajante brasileiro: “Tinhamos por missão o descortinamento do ponto fronteiro aos saltos 15 de Novembro e Benjamin Constant, de modo a poder-se perfeitamente desenha-los” (MURICY, 1999, p. 74).

²¹⁸ Artigos Declaratórios da Demarcação de Fronteiras entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, assinados no Rio de Janeiro em 4 de Outubro de 1910. Disponível em: <<http://info.lncc.br/att1910.html>> Acesso em 23 jan. 2020.

²¹⁹ O talvegue corresponde à calha mais profunda do leito de um rio.

²²⁰ Curiosamente, Silveira Netto (1995, p. 84) considerou a demarcação como uma vitória da diplomacia brasileira: “Os artigos declaratórios de demarcação de limites, estabelecendo a linha divisória pela grande cachoeira, foram assinados (...) no dia 4 de outubro de 1910, e refletem uma das magnas vitórias diplomáticas do chanceler brasileiro (...)”. Enquanto que Edmundo de Barros (1919, p. 23) manifestou-se da seguinte maneira: “(...) os queridos nomes do Brasil, Tiradentes, Silva Jardim, Benjamin Constant, Deodoro e outros. Eram então brasileiros, todos... Depois, uns três anos depois, é que se dizimaram na *partilha internacional* que inutilmente lamentamos”.

O olhar dos brasileiros não estava isento de intencionalidade e controle. Era o “poder simbólico” que se projetava para um determinado espaço (BOURDIEU, 1989, p. 108). O ato de nomear os lugares pelos quais percorrem os agentes estatais com a intenção de subordiná-los serve como um recurso eficiente para legitimar poder e controle político sobre a região descrita (CARTER, 1987, p. 137). Essa legitimação de poder estava atrelada a uma concretização dessas projeções. A posse do território deveria virar uma efetiva realidade²²¹. Uma maneira simbólica de realizar tal empreitada era o ato de cravar as respectivas bandeiras nacionais no alto das cataratas. Hernández finalizou o seu relato mencionando esta iniciativa. Embora ele não tenha alcançado as cataratas, demarcou tal necessidade:

Tenia el proyecto de subir el «Alto Paraná» hasta el Gran Salto de «Yguazú» ó «Victoria» que es una de las maravillas naturales que contiene nuestro país. Me habia propuesto llegar á él, trepar á la cumbre y colocar la bandera Nacional sobre el grueso peñasco que se destaca como un coloso dormido en el centro del torrente.

Mi comitiva estaba dispuesta y entusiasmada con la idea; pero mas felices viajeros acaban de realizarla justamente en estos dias.

Se me há comunicado que uma comision científica enviada ó fomentada por el Gobierno Nacional, há realizado este pensamiento que habian intentado sin éxito viajeros anteriores (HERNÁNDEZ, 1973, pp. 149-150).

A menção de Hernández foi a uma expedição ocorrida em 1883, no mesmo ano em que esteve mensurando as colônias no Alto Paraná. Ela foi financiada por Gregorio Lezama²²², latifundiário que detinha a propriedade das terras situadas na margem esquerda do Iguaçu (NUÑEZ, 1997, p. 63; VALLEJOS & GONZÁLEZ, 2014, p. 13). Um dos integrantes da expedição, o militar Francisco Cruz, foi responsável por cravar uma bandeira argentina na ilha nomeada como San Martin. Da mesma maneira que os brasileiros rememoraram os seus heróis republicanos, os argentinos demarcaram o seu território através da referência a um dos heróis da independência de sua nação.

²²¹ As nomeações brasileiras acabaram não virando uma realidade, já que a maior parte dos saltos ficou sob jurisdição argentina.

²²² Essa expedição contou ainda com a participação do italiano Carlos Bosetti, do argentino condutor de barcos Jordán Hummel e por uma comitiva alemã liderada por Gustavo Niederlein. Este último prestou vários serviços ao governo argentino, incluindo a representação na Exposição Universal de Paris de 1889. Sobre Misiones, escreveu o relatório intitulado *Resultados botánicos de exploraciones hechas en Misiones, Corrientes y paises limitrofes desde 1883 hasta 1888*.

Figura 50 - Hasteamento da bandeira argentina nas cataratas do Iguazu (1883)



Fonte: (VALLEJOS & GONZÁLEZ, 2014, p. 13)

Nove anos depois, Muricy daria a resposta brasileira para esta “provocação”. O próprio fato de ter utilizado a expressão “pavilhão”, cujo significado é atrelado a uma bandeira de pequeno porte, denota o quanto seu discurso teve um intento claro de menosprezar o outro que estava do lado oposto da fronteira:

Nessa mata, em uma alta árvore, tremulava abandonado, solitario, hasteado por algum visitante d'essas paragens, o pavilhão argentino, já muito desbotado e quasi a esfarrapar-se, como que querendo até os ultimos momentos do limitado tempo que lhe restava de existencia, enviar pelos proprios ventos que faziam-n'o despedaçar-se, em fracos estalidos, acres queixumes contra a falta de generosidade, daquelles que se esqueceram de que elle é o symbolo sagrado da Patria (MURICY, 1999, p. 72).

Dentro da dinâmica de conquista da fronteira, de maneira concomitante às políticas de ocupação e do fomento do desenvolvimento econômico, outro aspecto veio à tona: a criação dos parques nacionais como uma medida civilizatória. Se a conquista da fronteira oeste empreendida pelos Estados Unidos era um parâmetro a ser seguido pelas elites nacionais americanas, a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872 também serviu de inspiração no que tocava o processo civilizatório que estava sendo empreendido na região.

No caso argentino, a criação de um parque nacional na fronteira misionera, nos mesmos moldes do já existente no norte do continente, seria uma medida civilizatória, tal como uma maneira de territorializar e integrar um espaço recôndito da nação (FERRERO & PYKE, 2015, p 162). Para Frederico Freitas (2016, p. 21), a criação de ambos os parques foi uma medida que poderia ser interpretada como uma tentativa de estabelecer um conjunto de poderes típicos de um Estado moderno dentro de uma área de fronteira. Segundo Ferrero e Pyke (2015, p. 162), o projeto do parque argentino não visava nenhum tipo de integração com o parque nacional que seria colocado em prática pelo governo brasileiro, muito pelo contrário, era uma medida para “*establecer y cerrar fronteras*”.

Considerando o contexto da criação dos parques como um ingrediente a mais no que tocava a corrida pelo processo civilizador, o argentino Basaldúa acreditava que era o Brasil –o qual estaria seguindo o modelo estadunidense- que estava na frente. Ele teceu elogios à ideia de Edmundo de Barros e ao mesmo tempo criticou o fato de as terras do lado argentino estarem sob a posse do latifundiário Gregorio Lezama. Ainda criticou diretamente o governo argentino no sentido de pressioná-lo a adquirir estas terras para poder fomentar a criação do parque nacional na margem esquerda do Iguazu:

Pocos metros adelante vi un cartelón clavado al tronco de un árbol por el jefe de la colonia militar del Ú-guazú, con esta leyenda: «Entrada al Parque Nacional». La tablilla ha sido escrita inspirándose su autor en la lectura descriptiva de aquel otro maravilloso parque de Yellowstone, que la sabia previsión del gobierno norte-americano ha conservado fiscal, para recreo y admiración de los hombres capaces de sentir las bellezas de la naturaleza. Ojalá el gobierno brazilerero decrete igual medida, conservando la propiedad de las tierras adyacentes á la catarata del Ú-guazú, para entregarlas á la admiración universal.

El gobierno argentino ha enajenado á particulares las tierras que circuyen las cataratas del Ú-guazú pero, cuando hombres de mayor volumen administren el Estado, han de readquirirlas de seguro, á costa de cualquier sacrificio pecuniário (BASALDÚA, 1901, pp. 146-147).

Ambrosetti travou encontro com Edmundo cinco anos antes da passagem de seu colega pelas cataratas. O diretor da colônia era mais um brasileiro que ele considerava como seu par intelectual: “*mi bueno é inteligente amigo el alférez Edmundo Barros (...)* *tan digno caballero* (AMBROSETTI, 1894, p. 129). Em ocasiões como esta, a visão sobre o outro estrangeiro era de uma conotação positiva. Até mesmo o clima de desconfiança caía por terra. Para o argentino, o salto “*Union Americana*” representava um autêntico sentimento pan-americano: “*la expresión sincera de fraternidade que late*

al unísono en los corazones de todos los buenos hijos de este continente, á quien el destino nos tiene preparados dias de esplendor é inmensa gloria que solo podrán ser cantados por el himno colosal de nuestras cataratas” (AMBROSETTI, 1894, p. 130).

Basadúa também seguiu essa mesma linha de pensamento:

(...) Argentina, avanza en frente á unos ochenta metros de distancia, esperando sin duda la acción del gobierno ó de un hombre de genio, que, colgando un puente sobre el abismo, vincule materialmente las naciones hermanas — unidas ya politicamente por gloriosas tradiciones, por comunes sacrificios en los campos de batalla, y por lauros disputados en los torneos de la ciencia — para marchar unidas en el futuro, á vanguardia de todos los pueblos sud-americanos, á la conquista de ideales nobilísimos que la humanidad ha confiado al esfuerzo de la civilización americana (BASALDÚA, 1901, p. 147).

Ambrosetti chegou até mesmo a legitimar as nomeações brasileiras dos saltos que remetiam ao projeto nacional da recém-fundada república no país vizinho. Nesse caso, não houve contestação às projeções brasileiras sobre este espaço fronteiriço. Os saltos, que mais tarde, pelo tratado de 1910, tornaram-se argentinos, foram mencionados pelo viajante como parte do Brasil: *“El ha bautizado los saltos brasileiros dándoles los nombres de los prohombres de la gran República Brasileira”* (AMBROSETTI, 1894, p. 130).

A narrativa dos dois viajantes argentinos indicava que o projeto do parque brasileiro estava adiantando em relação ao que se poderia realizar em seu país. Devemos analisar, entretanto, que o projeto de Edmundo era uma apenas uma projeção de um militar nacionalista que se deparava com um projeto nacional rival na fronteira (FREITAS, 2016, p. 21). Não existiu naquela altura uma medida efetiva do governo brasileiro no que tocava a criação de um parque nacional.

Mas foi essa idealização de Edmundo que fez com que a Argentina empreendesse uma resposta ao “parque brasileiro”. Ambrosetti traduziu o projeto do militar brasileiro e o publicou em seu próprio relato (AMBROSETTI, 1894, p. 130). Anos mais tarde, Nascimento realizou a “denúncia” de que o governo argentino utilizou o plano como inspiração para a criação do seu próprio parque nacional. Vemos, portanto, que Ambrosetti teve uma participação direta neste contexto:

Vi uma planta de um projectado *Parque Argentino*, mandada levantar pelo ministério do interior e executada pelo hábil e provector engenheiro Thays, o mesmo que construiu o porto de Buenos Aires.

Estou informado de que os do Rio da Prata só esperam a demarcação definitiva da comissão mista de limites, para levar a efeito esse gigantesco plano, que incontestavelmente será uma maravilha.

Mas, se não podemos, nós brasileiros, por enquanto fazer de nossa parte alguma coisa que demonstre certo zelo pelo que nos pertence, aproveitando a prodigalidade de nossa natureza, reste-nos o consolo em afirmar que a primeira planta construída nesse sentido pertence ao official do nosso exercito, capitão Edmundo Barros, feita em 1897 e cujo original, de uma idéa admiravel de belleza e fácil execução, indo parar nos gabinetes do governo argentino, provocara os seus zelos, adeantando-se com tal projecto (NASCIMENTO, 1903, pp. 129-130).

O lamento de Nascimento, no que tocava a falta de ação no que correspondia à criação do parque brasileiro, também foi registrado por Silveira Netto:

(...) não fosse o abandono ali dominante por anos seguidos, da parte dos poderes públicos nacionais, e teríamos hoje um recanto em nosso país em nada inferior talvez ao celebrado parque norte-americano de Yellowstone, para acirrar a curiosidade e prender a atenção deslumbrada de visitantes estrangeiros, e mesmo nacionais (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 23).

O brasileiro, tendo sempre Yellowstone como parâmetro, sinalizou ainda que os argentinos estavam à frente no que tocava a criação de um parque na fronteira: (...) tencionam os argentinos acrescentar em vastíssimo parque de 25.000 hectares, destinados sobretudo a conservar as espécies zoológicas e florestais da República, em «parque reserva», enfim, como o norte-americano de Yellow-Stone, no Wyoming, e outros existentes em países civilizados (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 97). Para ele, o Brasil deveria seguir o exemplo argentino e concretizar o que “queria Edmundo de Barros” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 88).

Sendo assim, a confirmação de que o parque brasileiro não passava de uma mera projeção do capitão da Colônia Militar foi confirmada pelo próprio viajante brasileiro. Referenciando a obra do argentino Basaldúa, Silveira Netto citou o episódio onde ele encontrou a placa escrita por Edmundo de Barros. Entretanto, classificou o fato como a “*leyenda da tablilla*” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 102), realizando uma clara alusão à idealização do militar. Caberia então ao governo brasileiro a concretização desse projeto, fazendo com que a lenda se tornasse de fato uma realidade.

A foz do Iguaçu era o espaço onde se chocavam os discursos dos viajantes brasileiros e argentinos. As projeções emanadas por ambos os lados denotam o quanto, todavia existia um grau de tensão geopolítica na fronteira. O olhar de desconfiança para com o projeto nacional “inimigo” foi uma constante nos relatos. No entanto, esse contexto caía por terra quando brasileiros e argentinos se enxergavam como pares

intelectuais, sobretudo, nos momentos em que a fé nos valores ilustrados e no poder da ciência unificavam o discurso dos viajantes. Isso se tornou ainda mais potencializado quando os viajantes se encontraram pessoalmente na fronteira.

O encontro de Ambrosetti e Muricy ilustra bem esta conjuntura: corria o ano de 1892, momento anterior à assinatura do tratado de fronteiras e onde ambas as nações travavam uma clara disputa pelo espaço litigioso. Esse clima de animosidade, entretanto, caiu por terra quando os dois viajantes se encontraram na foz do Iguaçu. A colônia militar brasileira era então o único ponto de apoio para as expedições de ambos os países. Encontrando-se instalando nesse local, Ambrosetti registrou de maneira minuciosa a chegada da expedição de Muricy após uma longa jornada pela fronteira-sertão que partiu de Guarapuava, distante quase 400 quilômetros dali:

Un domingo á las dos de la tarde, nos hallábamos coleccionando en el monte, cuando oimos fuertes y repetidas detonaciones. Corrimos á saber la causa y encontramos á la Colonia convertida em un castillo de salvas, mientras bajaba por la picada la larga caravana de hacienda y cargueros que llegaban por fin.

De todas las casas partían disparos. No quedó una pistola, escopeta, revolvers ó fusiles, que no se descargara en medio de gritos de alegría que atronaban el aire. Aquello era muy divertido.

Detrás de la columna venía el oficial Teniente José Cándido da Silva Muricy, joven muy educado, ilustrado y simpático á quien fuimos presentados y con quien hicimos rápida amistad (AMBROSETTI, 1894, p. 148).

A parada militar por si só chamou a atenção do argentino, já que era de sua vontade que seu país criasse uma base semelhante no outro lado do Iguaçu. Mas o que mais chamou a sua atenção foi o contato travado com jovem tenente brasileiro. Caso ele não compartilhasse dos valores civilizatórios que ele mesmo defendia com unhas e dentes, provavelmente não teria um registro positivo no relato. Mas não foi o que ocorreu neste caso. Ambrosetti olhou o seu par intelectual como semelhante na medida em que reconhecia o esforço do brasileiro em empreender uma penosa viagem em meio à fronteira-sertão. Dominar efetivamente os cantos recônditos da nação era um objetivo comum que unia brasileiros e argentinos: *“El viaje había durado un mes, luchando con mil dificultades, sobre todo á causa de la hacienda y los cargueros que se metían en el monte, se caían en el barro, daban trabajo al pasar los arroyos etc”* (AMBROSETTI, 1894, p. 149).

As questões científicas derrubavam as fronteiras que poderiam ser erguidas em nome de questões de geopolítica. Ainda que estivesse trabalhando para o governo argentino, a expedição de Ambrosetti era cerceada também por objetivos científicos, já

que uma das suas motivações era a coleta de material para o *Museo de la Plata*. Nesse sentido, o encontro com Muricy possibilitou o enriquecimento do acervo através da doação de indumentária indígena oriunda do lado brasileiro: “*El teniente Muricy tuvo á bien regalarme para el Museo un sombrero de Tacuruzú tejido, de los Coroados*²²³ *y un Curú de los mismos, ó tejido de ortiga brava, que usan los hombres como un manto*” (AMBROSETTI, 1894, p. 149).

As afinidades científicas e o interesse etnográfico sobre as populações indígenas desta borderland fizeram com que Ambrosetti e Muricy empreendessem juntos uma viagem até a localidade de Tacurú Pucú, localizada 20 quilômetros ao norte da foz do Iguaçu, na margem paraguaia do Paraná:

A fin de completar algunas observaciones sobre los índios (...) resolví volver al norte (...) unas dos leguas de Tacurú Pucú sobre el Alto Paraná, para de allí cruzar á la costa paraguaya (...) y llegar así á los toldos del cacique José Potí. A mi vez invité al teniente Muricy, aficionado también á este género de investigaciones, y junto con los Sres. Beaufils y Sandalio Rodríguez nos embarcamos en la canoa de este último, navegando aguas arriba. (...) (AMBROSETTI, 1894, p. 150).

Muricy, por sua vez, correspondeu à reciprocidade de Ambrosetti quando publicou seu livro dois anos após o lançamento do relato do seu colega argentino:

(...) convidado, por dous illustres amigos, os Srs. Juan B. Ambrossetti, presidente da comissão argentina do Museu de la Plata e Emille Beaufils, preparador do mesmo muzeu e da comissão para irmos até o Paraguay. Esses Srs., havia um mez hospedavam-se na colonia, onde conseguiram firmar-se sympathicamente em todos os corações, pelo modo cavalheiresco porque sabiam corresponder á hospedagem que lhes era dada. Temos saudosas recordações desses amigos, principalmente de D. Juan Ambrossetti cujo espirito illustrado, cuja intelligencia lucida a par da delicadesa de que é doptado, o tornam um homem de grande merito. Doptado de genio alegre e brincalhão, a sua prosa era agradavel e recheiada de dictos e pilherias perfeitamente bem cabidas. Tivemos a felicidade de, em sua companhia, fazer as viagens ao Alto Paraná e ao Paraguay, onde visitamos, nos campos de Tatijupy, as fazendas de D. Pedro Indart e de D. Manoel Francisco, o primeiro Argentino e o segundo Brasileiro, os toldos de diferentes tribus de indios, nos campos de Puerto Alegre e Pirapuitã, a povoação de Tacuru e seu porto no Paraná, Tacurú-Pucu (MURICY, 1999, p. 66).

Para Muricy, a expedição capitaneada por Ambrosetti era um exemplo a ser seguido pelo Brasil. No que tocava as questões científicas, o país estaria atrasado em

²²³ O termo coroado foi uma denominação genérica que os portugueses atribuíam às diversas etnias indígenas que, supostamente, usavam coroas de plumas na cabeça, dentre elas estavam os caiapós e os kaingang.

relação aos seus vizinhos dotados de um maior grau de ilustração. Suas palavras ilustram o quanto as expedições do lado brasileiro careciam ainda de uma maior amplitude no que tocava às questões científicas. O objetivo meramente militar ofuscava outras questões que ele julgava importante dentro do processo civilizador nacional. Não bastava apenas conquistar a fronteira-sertão, o conhecimento científico também deveria estar agregado. Nesse sentido, os argentinos eram uma referência pelos seus relatos minuciosos que reportavam variadas temáticas delimitadas por sessões específicas como as que estavam relacionadas à fauna, geologia, hidrografia, clima etc.:

Quantos productos, quão variada quantidade de insectos e plantas, poderiam figurar em nossos muzeus, si o governo os quizesse auxiliar convenientemente, e se elles adoptassem o systema do de La Plata, que apezar dos poucos annos que tem de existencia, pois foi creado em 1884, possui rendas proprias, de officinas impressoras e photographicas etc., que lhe permitem enviar commissões, para toda a parte, a procura de specimens, que lhes enriquecem as preciosas colleccões. Sentimos profundamente que o nosso Estado, podendo ter um importante e rico muzeu, possui um, mas um verdadeiro engeitado, tão pobre, tão desprezado, sem direcção, principalmente tão mal organizado, ou por outra, completamente desorganizado depois da sahida do seu desvelado director, o Dezembargador Dr. Agostinho Ermelino de Leão²²⁴, tendo até desaparecido d'elle, muitos e importantes objectos, que naturalmente foram enriquecer colleccões particulares! (MURICY, 1999, p. 52).

Os demais encontros entre os viajantes foram pela via da escrita dos próprios relatos. O argentino Basaldúa - exceto pelas memórias aos invasores paulistas durante a Era Colonial – emanou uma visão extremamente positiva acerca dos brasileiros. Não apenas em relação aos agentes estatais, mas também à população como todo, a qual ele se referiu como: “(...) *un pueblo tan culto* (...)” (BASALDÚA, 1901, p. 108). Entretanto, talvez pelo motivo de falta de acesso, ele não realizou citações diretas aos relatos dos viajantes brasileiros. Mas a sua obra teve circulação no Brasil. Prova disso são as referências que foram realizadas por Domingos Nascimento e Silveira Netto.

Através do encontro travado com o argentino Diego Mac Lean - justamente na “zona de contato” da foz do Iguaçu - Nascimento obteve a obra de Basaldúa e obviamente se empolgou com a visão positiva que ao autor registrou sobre o Brasil. Por esse motivo dedicou todo um capítulo intitulado “Um livro” para comentar a obra do argentino. Ele foi adicionado às pressas como uma espécie de apêndice, denotando assim o quanto era importante a sua inclusão:

²²⁴ Foi ainda governador do Paraná por cinco mandatos.

A amabilidade do sr. Mac Lean, distinctíssimo argentino, devo a aquisição do precioso livro do engenheiro Basaldúa, sobre as Missões.

Essa valiosa obra, intitulada *Pasado, Presente y Porvenir del territorio Nacional de Misiones*, de Buenos Aires veio ter às minhas mãos, já quando este meu livro havia sido apresentado ao concurso da Sociedade de Agricultura do Paraná e se achava quasi todo impresso.

Tão valiosos estudos apresenta sobre nossa America o trabalho do dr. Basaldúa que, *data vénia*, não posso me eximir ao desejo de ilustrar estas paginas de minha obra com esclarecimentos e vastos conhecimentos scientificos, fornecendo aos meus conterrâneos margens para estudos proveitosos do que nos diz respeito.

Por diversos capítulos do seu livro o illustre homem de sciencias se revela bom amigo e grande admirador do Brazil e das bellezas da zona paranaense da fronteira (NASCIMENTO, 1903, p. 217).

O que mais chamou a atenção de Nascimento foi a imensa quantidade de dados científicos acerca da zona fronteiriça. Tratava-se de um estilo de escrita que não era comum entre os viajantes brasileiros, mesmo entre os que eram oriundos do “Tabernáculo da Ciência”. O argentino tornou-se então uma referência dentro do âmbito científico de Curitiba. Silveira Netto – provavelmente pelas mãos de Nascimento – teve contato com a obra e a utilizou como referência para compilar dados sobre a análise química da erva mate (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 61).

Dentro do âmbito científico, o entrelhar entre brasileiros e argentinos resultou em um olhar recíproco de positividade. A “zona de contato” da foz do Iguaçu, para além de expor as tensões geopolíticas entre os dois países, também possibilitou este intercâmbio transnacional e genuinamente americano.

Cerca de 100 quilômetros a leste da foz, iniciava-se a zona litigiosa onde as duas nações projetavam como pertencentes aos seus respectivos territórios nacionais. Este era o cenário onde foram potencializadas as projeções de ambos os lados no sentido de efetivar a territorialização deste espaço, todavia indefinido.

3.4 San Pedro, Campo Erê e Barracón: projeções em torno do espaço litigioso.

O espaço compreendido entre os rios Iguaçu e Uruguai era um campo aberto para as projeções brasileiras e argentinas. Diferentemente da foz do Iguaçu, esta região não tinha ainda uma fronteira definida até 1895. Era uma zona bastante rica em matéria de erva-mate, além de consistir em uma área de floresta com araucárias, madeira bastante valorizada no mercado. Também era um lugar ideal para que alguns contingentes populacionais vivessem de maneira autônoma sem a ingerência dos dois

Estados nacionais. Por esse motivo, os refugiados da Revolução Federalista encontraram neste espaço um local ideal para se livrar de possíveis sanções punitivas por parte do Estado brasileiro. Também era uma área habitada por “foras-da-lei” argentinos, uruguaios e brasileiros, além de escravos fugitivos que encontravam nesta área um local seguro onde na prática não vigorava a lei brasileira (RENK, 2006, p. 39).

San Pedro, localizada a 47 quilômetros ao oeste do rio Peperi-Guaçu, onde mais tarde seria demarcada a fronteira, era a única povoação e ponto de apoio para os forasteiros que desejavam se embrenhar por este espaço. Ambrosetti a definiu como “*un oasis que el viajero encuentra en medio de su larga peregrinación por la selva virgen*” (AMBROSETTI, 2008, p. 133). Dessa região era escoada grandes quantidades de erva-mate por uma picadas terrestre até Puerto Piray, no rio Paraná, para depois seguir até Buenos Aires.

Figura 51 – Mulas carregadas de erva-mate de San Pedro chegando em Puerto Piray



Fonte: (RÊGO & CAPDEVILA, 2017, p. 247)

Guardadas as devidas proporções, esta localidade exercia um papel parecido com o que representava Posadas para o Alto Paraná. Sua fundação remonta ao ano de 1875, momento em que uma expedição de ervateiros, sob os auspícios do governo de Corrientes, adentrou a região em busca de ervais. A sua exploração iniciou-se após um tratado firmado com os índios kaingangs, liderados pelo cacique Maidana, episódio este que ficou conhecido como “*pacto de la selva*”. Ainda que o governo de Corrientes tenha uma participação nesta expedição, na prática, ela consistiu numa iniciativa

privada empreendida por empresários ervateiros brasileiros e argentinos (GADEA, pp. 87-88).

O suporte dos indígenas era de fundamental importância neste espaço, não somente para o fomento da atividade ervateira, como também para cristalizar as projeções do Estado sobre um território a ser conquistado. O cacique Maidana foi recebido em Corrientes e reconhecido como capitão do exército argentino num claro intento de conter um possível avanço brasileiro na região. Basaldúa assim registrou o encontro que travou com esse líder indígena:

Dice Maidana que en 1875 estuvo con sus capitanejos en la ciudad de Corrientes, á reconocer la autoridad suprema del gobierno argentino, y que el señor Gobernador don Juan V. Pampin y meses después el doctor José Luis Madariaga, le confirieron el grado de capitán del ejército argentino, que há ejercido con las armas en la mano para sostener la posesión nacional contra invasiones de los indios brasileiros (...) (BASALDÚA, 1901, p. 182).

A narrativa do argentino é carregada de um teor assimétrico onde o cacique supostamente teria encarado com naturalidade a sua submissão ao Estado argentino. Ao registrar a fala do outro, o viajante não deixou de inserir o seu filtro e suas próprias intencionalidades. Resultava difícil atribuir a tarefa de combater índios brasileiros ao cacique, já que o quesito moderno de nacionalidade não fazia sentido para as tribos que viviam neste espaço. Se a fronteira não existia nem para os forasteiros, para os locais que estavam alheios a esta intervenção externa, ela teria ainda menos significado.

A conjuntura do choque entre os dois projetos nacionais na região de San Pedro foi ressaltada também por Ambrosetti quando aí esteve em 1894, um ano antes da assinatura do tratado de fronteiras. Ele assinalou o quanto predominava a presença dos ervateiros brasileiros nessas paragens: “*El arraigo del elemento blanco, brasilero en su mayor parte, se debe a los yerbales que cerca de allí existen (...)*” (AMBROSETTI, 2008, p. 149).

Por mais que estes exploradores estivessem atuando sob iniciativa própria, sem uma ligação direta com o governo brasileiro, esta atividade poderia representar um problema para a legitimação de San Pedro como território argentino. Contudo, o avanço da fronteira brasileira ainda estava longe de atingir essa localidade. O Império, devido a uma preocupação diplomática, dentro do contexto que antecedeu a assinatura do tratado de 1895, teve a preocupação de estabelecer as duas colônias militares - Chopim e

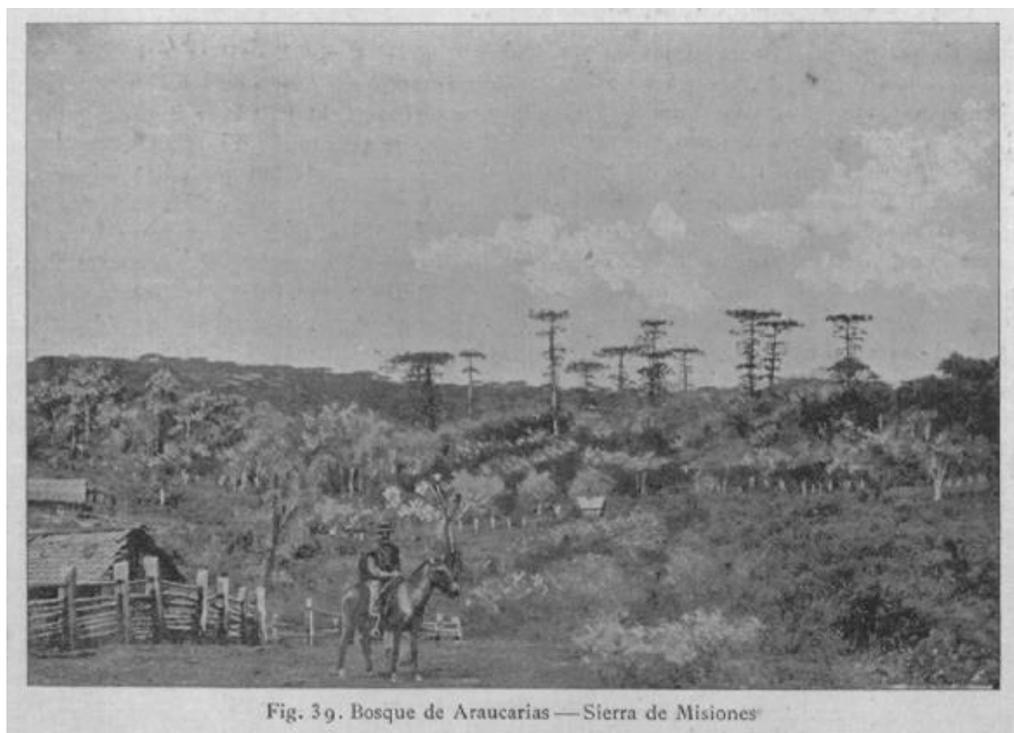
Chapecó – na borda do espaço litigioso, localizada 200 quilômetros a leste de San Pedro (VENSON, 2018, p. 31).

Figura 52 - Araucárias em San Pedro



Fonte: AMBROSETTI, 1895, p. 131.

Figura 53 - Araucárias em San Pedro (Basaldúa)



Fonte: (BASALDUA, 1901, p. 180)

Situada dentro do espaço litigioso, a localidade de Campo Erê era alvo de projeções de ambos os Estados nacionais. Dentro do contexto do avanço da fronteira brasileira, um contingente de pecuaristas oriundo de Palmas chegou a ocupar a região. Entretanto, essa presença era efêmera e encontrou bastante dificuldade por estar situada em meio a uma zona densa de floresta e distante da localidade de Palmas.

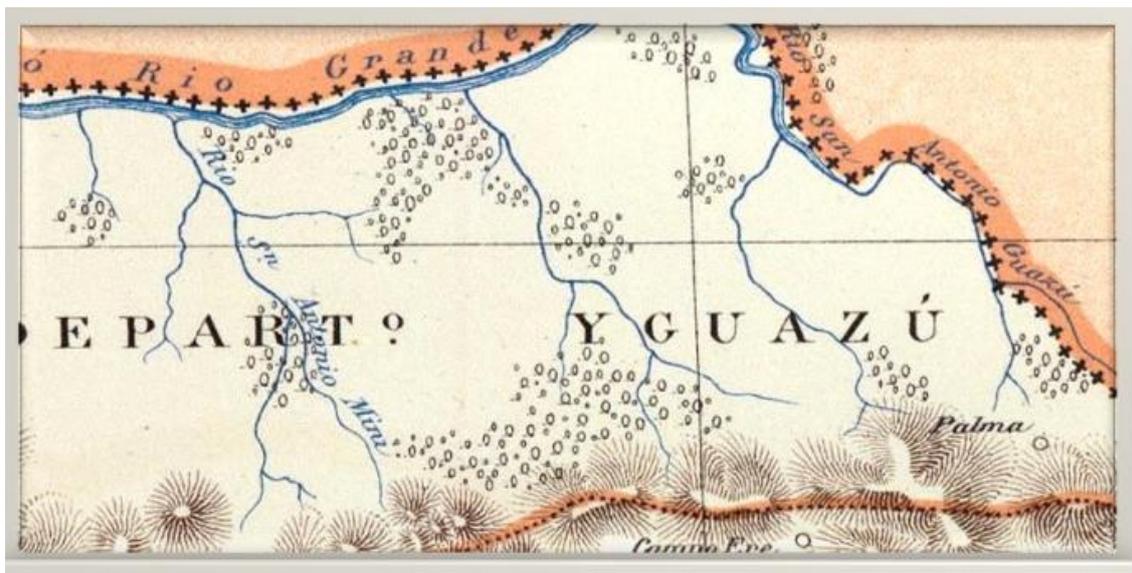
A expansão decorrente do avanço da fronteira argentina apontava esta zona com grande interesse devido não só à exploração da erva-mate, considerada como o “*oro verde*” pelos argentinos, mas também pela possibilidade do cultivo de café e da cana de açúcar. Em 1882, Ramón Lista projetou Campo Erê - também a nominando como Palmas Novas, numa clara alusão à nomenclatura brasileira²²⁵ - como parte da Argentina justamente para impulsionar essas atividades econômicas. Seria esta região a que teria as melhores condições climáticas para tais empreendimentos. O argentino apontou, entretanto, que foram os brasileiros os pioneiros a iniciarem tais atividades na referida localidade:

Misiones no posee otros caminos que las siguientes picadas ó senderos al través de la selva impenetrable: 1ª De Piray á Palmas Novas (Campo Eré) (...) Quanto mas se aproxima uno á la línea fronteriza del Nordeste, mas constante es la temperatura y menos sensibles los vientos del Sudeste u del Sud, razon por la qual los vegetales son mas robustos y las cosechas mas productivas y regulares.

De aqui se infiere que la parte mas cálida del território, la que precisamente nos disputa el Brasil, seria la mas adecuada para el cultivo de la caña, del café y de otras muchas plantas que han dado hasta ahora magníficos resultados en los experimentos hechos por los plantadores brasileiros de Palmas Novas y Paggí (LISTA, 1883, pp. 52-56).

²²⁵ Podemos interpretar essa nomenclatura como uma referência à expansão dos fazendeiros de Palmas.

Mapa 36 - Mapa indicando Palmas e Campo Erê como território argentino



Fonte: (MORAES, 2017)

Apesar de Lista salientar uma variada gama de atividades econômicas, a erva-mate era ainda a “menina dos olhos” dos argentinos. O domínio de Campo Erê daria um contributo significativo no sentido de lograr a tão almejada obtenção de autonomia em relação às importações brasileiras: *“Los principales yerbales ó sitios donde abunda el Ilex están situados en la proximidade de las sierras, siendo notables los de Campo Eré y campinas de Américo, San Pedro y Tabay”* (LISTA, 1883, p. 78). Tal conjuntura era ligada diretamente com o contexto geopolítico da época. O discurso do viajante era enfático no sentido de considerar esta área como pertencente à Argentina. Por esse motivo, apontou os brasileiros aí residentes como intrusos, não tendo sido estes computados pelo censo argentino: *“Segun el censo nacional de 1869, Misiones tenia entónces 3000 habitantes, sin incluir en ese cómputo los 400 ó 500 brasileiros establecidos en las campinas de Palmas-Novas (...)”* (LISTA, 1883, p. 33).

A conjuntura geopolítica que girava em torno da região compreendida entre San Pedro e Campo Erê não cessou após a assinatura do tratado de 1895. As ressalvas argentinas não eram nem um pouco infundadas, já que, em 1903, o brasileiro Domingos Nascimento passou por esta zona e realizou projeções com o objetivo de ampliar a influência brasileira para além da fronteira delimitada. Realizando o exemplo inverso de Ambrosetti, ele foi o único brasileiro que se preocupou em adentrar o interior do território argentino. Após deixar a foz do Iguazú, desceu o rio Paraná até Puerto Piray.

A partir daí, acompanhado de Manuel Silva, brasileiro residente em San Pedro, empreendeu uma viagem terrestre cortando Misiones de oeste a leste. Passou por San Pedro, cruzou a então fronteira recém-demarcada através do único ponto de fronteira seca entre os dois países²²⁶, em seguida, seguiu até Campo Erê, localidade assegurada como brasileira após o tratado de 1895.

No sentido de relatar o espaço e as populações da nação vizinha, o seu relato difere bastante de Ambrosetti. Enquanto o argentino registrou de maneira minuciosa todo o rico movimento de diversas frentes que estavam ocorrendo na fronteira do Alto Uruguai, o olhar do brasileiro, deveras nacionalista, estava preocupado apenas em registrar a presença brasileira no norte de Misiones: “Em meu caminho vou encontrando centenas de patrícios, muitos delles paranaenses, que trabalham como mouros em plantações e tropas, sem nunca poderem libertar-se dos pesados compromissos (...)” (NASCIMENTO, 1903, p. 154).

Sua narrativa era uma crítica direta à atividade dos ervateiros argentinos que estariam submetendo os brasileiros a um trabalho estafante, embora tenha omitido a informação de que a maioria dos empresários ervateiros, pelo menos em San Pedro, era de origem brasileira.

Daí resulta a sua comparação, num sentido pejorativo, entre brasileiros e mouros. Nascimento julgava-se o libertador desta gente. Mas esta questão “humanitária” estaria envolta dentro de um ideário maior que era a expansão brasileira por este espaço, ainda que ele estivesse sido assegurado pela Argentina após o tratado de 1895.

Mesmo correndo o ano de 1903, o brasileiro não deixou de realizar suas projeções. Ele acreditava numa clara possibilidade de o jogo geopolítico beneficiar a sua pátria num futuro próximo. Ainda que na prática, Nascimento fosse um lobo solitário, já que essa tese não obteve repercussão alguma dentro do alto escalão do governo brasileiro.

Mas esta projeção não foi realizada apenas por Nascimento. Embora nunca tenha ao menos pisado em San Pedro, Arthur Franco, estando na fronteira-sertão do oeste paranaense, travou contato com um argentino chamado Arthur Almeida, o qual “era natural de S. Pedro, falava corretamente o português. Como eu estranhasse sendo ele argentino e falasse tão bem o português, informou-me que, em S. Pedro. Povoador

²²⁶ O espaço compreendido entre as nascentes dos rios Peperi-Guaçu (Pepirí Guazú para os argentinos) e Santo Antônio (San Antonio para os argentinos) corresponde a uma área de 25 km de frontera seca.

argentino, só se falava o português e que as próprias autoridades também o falavam” (FRANCO, 1973, p. 48).

Nascimento manifestou suas projeções sobre este espaço logo no início de sua partida da margem esquerda do Paraná. Ainda que o conceito de sertão fosse desconhecido pelos argentinos, relatou o espaço percorrido como um “novo sertão a vencer por longos dias” (NASCIMENTO, 1903, p. 153). Como se ele fosse um prolongamento do próprio sertão brasileiro.

Em meio ao contexto da Revolução Federalista, era um legalista e opositor ferrenho aos rebeldes. Essa visão, entretanto, mudou de maneira pragmática quando percorreu o território argentino. Ao encontrar os refugiados deste conflito, eles já não eram mais rebeldes que atentaram contra a pátria, eram patrícios que necessitavam do afago da nação brasileira. Assim registrou o encontro que travou com os brasileiros em meio ao caminho até San Pedro:

Ali reside um rio-grandense, natural de Palmeira, Epaminondas Casuni. Tinha dois filhinhos, orphãos de mãe; não podiam caminhar, tal a quantidade de bichos lhes deformando os pesinhos. Aqueciam-se ao fogo como transidos de frio.

Casuni vive pobremente num pequeno rancho. Achava-se bastante enfermo; assim mesmo, tal foi a alegria ao ouvir vozes de brasileiros, que saltou da cama posto que muito tropego e diligenciou para nos dar hospedagem no seu misero albergue. Ah, mas o moço ao ver compatriotas em sua casa não cabia em si de contentamento! Fez o que pode para nos servir.

Mora em companhia desse moço tão trabalhador e tão pobre, outro de nome Argemiro Francisco de Oliveira, natural de Antonina. Ambos tinham por ali ficado desde a derrocada dos revolucionários. Sem recursos para poder voltar ao Brazil, ali permanecem sem saber até quando.—Até quando Deus fôr servido!—me disse um delles, tristemente sorrindo.

(...) por toda a zona missioneira até o Campo Eré, paranaenses, catharinenses e riograndenses era grande numero, ainda refugiados, eternamente banidos de sua terra natal pelas necessidades da vida (NASCIMENTO, 1903, pp. 153-155).

O filtro da narrativa de Nascimento apresenta esses brasileiros, outrora revolucionários a serem combatidos, como pessoas inocentes e ignorantes que foram influenciados por chefes revolucionários de má índole, como era o caso dos amigos de Ambrosetti: Juca Tigre e Telemâco Borba:

É que elles foram repellidos para o estrangeiro somente por effeito de sua ignorancia e pela ambição dos seus chefes.

Foram arrastados para a guerra a laço e a bola, alguns, outros inconscientemente, outros ainda pelo sabor da novidade, e quantos até pelo interesse do ganho! (NASCIMENTO, 1903, p. 160).

O seu maior receio era a possibilidade destes brasileiros serem engolidos pelo processo civilizador argentino:

Encontramos ali muitos brasileiros já engolando o castelhano; entre elles um de Paranaguá feito tropeiro e por nome Emilio Caetano. Todos elles vieram com as forças de Gumercindo Saraiva, e repellidos pelos legalistas sobre o Uruguay, passaram para o territorio das Missões argentinas em busca de trabalho (NASCIMENTO, 1903, p. 154).

A única menção direta aos argentinos foi quando travou contato com seus pares intelectuais em San Pedro. Nesse caso, sua visão foi extremamente positiva:

No grande armazém em que nos hospedamos tivemos a ventura de encontrar 3 officiaes da comissão argentina demarcadora de limites com o Brazil²²⁷. Moços dos mais illustres e distinctos, vivem, segundo já fiz ver, na mais completa harmonia e cordialidade com os officiaes brasileiros, juntos dos quaes trabalham ha quase 3 annos. Estavam determinando diversas posições astronômicas, fazendo continuamente observações precisas, qual mais competente e zeloso por tão delicado serviço. São o tenente de navio José Moneta, 2º commissario; alferes de navio Carlos Ribeiro, ajudante; e Orlando Ribeiro, auxiliar (NASCIMENTO, 1903, p. 156).

Assim como demarcou Ambrosetti, o brasileiro apontou San Pedro como o “centro de todo o movimento missioneiro entre Barracão²²⁸ e Pirahy” (NASCIMENTO, 1903, p. 156). Também relatou minuciosamente as atividades ervateiras desta localidade. Para ele, eram os brasileiros que estavam engajados neste empreendimento. Contrariando o seu próprio alarde a respeito de seus patrícios estarem se “argentinizando”, demarcou a diferença destes em relação aos argentinos: “Os brasileiros que ali trabalham com difficuldade se distinguem daquelles, pois falam o seu patuá, seguem os seus costumes, trajam as suas roupas” (NASCIMENTO, 1903, p. 158).

A mudança no tom do discurso de Nascimento não foi por acaso. Ele projetou San Pedro como uma localidade ervateira de suma importância que poderia ampliar as exportações brasileiras para o vizinho, já que, como ele mesmo apontou, a erva-mate

²²⁷ A respeito dos trabalhos científicos da Comissão Demarcadora de Limites entre Brasil e Argentina, ver: (CAPILÉ & VERGARA, 2013).

²²⁸ Dentro do jogo de nomeações, Nascimento utilizou a nomenclatura Barracão como uma versão aportuguesada para Barracón, localidade argentina que em 1936 teve o seu nome alterado para Bernardo de Irigoyen. O município brasileiro de Barracão surgiu apenas em 1916, após o acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina.

“O Barracão não nos pertence; fica sobre a margem direita do Pepiry-Guassú, e, portanto, em territorio argentino. (...) Como é sabido, do *Barracão* (emprego o termo por estar mais generalizado)” (NASCIMENTO, 1903, p. 163).

brasileira era de melhor qualidade e mais barata se comparada a erva argentina: “assinalarei que o matte sahido do Brazil para Buenos Aires, alem de mais precioso, lá chega por menor preço do que o argentino” (NASCIMENTO, 1903, p. 156). As exportações da erva-mate brasileira, estando naquela altura ainda concentradas na costa atlântica -através dos portos de Paranaguá, Antonina e São Francisco do Sul- poderiam ser ampliadas através de um possível domínio sobre a região de San Pedro. Conseqüentemente, haveria a possibilidade de incrementar as exportações pela fronteira oeste, pela via dos rios Paraná e Uruguai. O que reforçaria a produção já existente da erva que saía dos portos de Foz do Iguaçu, Goio-Ên e Itaquí em direção à Buenos Aires.

Ademais das questões relacionadas à erva-mate, a problemática geopolítica e, conseqüentemente, a disputa pelos espaços nesta zona fronteiriça, era central em seu discurso. Em sua narrativa, de maneira intencional, ofuscou os acontecimentos da expedição ervateira que se reportou ao governo de Corrientes em 1875 para legitimá-la como uma ação puramente brasileira:

O povoado S. Pedro está ligado á nossa historia por muitos motivos. Esta povoação argentina foi primeiro habitada em 1875 pelos brasileiros Apparicio Gordona e Gomes Saboredo, que procurando terras de heruaes e as encontrando como se fossem florestas, ali assentaram os seus ranchos, fazendo os embarques pelo porto Pagi, na margem direita do Uruguay (NASCIMENTO, 1903, p. 158).

Também de maneira intencional foi o apontamento de Puerto Paggi, na margem direita do Uruguai, como uma área de atividade comercial de brasileiros, o que daria corpo para as suas argumentações de que a fronteira brasileira poderia se estender para além do Uruguai até alcançar o rio Paraná. Para dar maior consistência à sua argumentação, apontou que o Império já havia demarcado San Pedro como território brasileiro em 1865, durante a Guerra do Paraguai. Ele utilizou desta justificava para argumentar o quanto não estava de acordo com o tratado de 1895. Para ele, o limite natural do Brasil teria que se estender até o rio Paraná, o que implicava na anexação da totalidade do então Território Nacional de Misiones:

Mas os seus fundamentos para melhor dizer foram lançados dez annos antes, em 1865, pelo general Jardim, que procurando um porto sobre o rio Paraná para passagem das tropas brasileiras e encontrando nas proximidades um grande toldo de indios do cacique Maidana, sobre o local onde está o povoado assentou um marco com as armas do Império. Não é para admirar que o illustre compatriota assim o fizesse, porquanto o limite natural do Brazil com a Republica Argentina é incontestavelmente

outro que não a recta tirada entre as cabeceiras do Pepiry-Guassú é o Santo Antonio.

(...) Em vista da situação e da contiguidade geographicas, parecia que toda a zona territorial comprehendida, quase num angulo, entre os citados ramos superiores dos rios Paraná e Uruguay devesse pertencer á uma mesma região physica e politica. Portanto, sendo brasileiras as terras limitadas ali perto pela ribeira septentrional do Uruguay, ao mesmo dominio nacional deveriam pertencer as que cinge o Alto Paraná em sua ribeira oriental (NASCIMENTO, 1903, pp. 158-159).

Outro argumento para legitimar esse “Brasil imaginado”, o qual seria dotado de uma fronteira que iria além dos rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu, era o de que seria uma resposta para uma suposta ação argentina que teria colocado um marco na altura do rio Jangada, nas proximidades do Porto União da Vitória, onde seria a fronteira pretendida pelos argentinos até antes da assinatura do tratado. No entanto, Nascimento denominou o agente estrangeiro como um pândego anônimo, o que torna este fato deveras duvidoso e de difícil comprovação:

(...) em 1887 por ocasião dos estudos de limites, um anonymo houve que presumindo que as possessões do seu paiz chegassem até o Jangada, ali assentara um velho marco de 1777 e com as armas da Republica Argentina, esquecendo-se o pandego de que esse escudo devia antes conter as armas de Hespanha que era a metrópole (NASCIMENTO, 1903, p. 159).

Novamente, para legitimar uma possível ocupação brasileira sobre Misiones, Nascimento manipulou os fatos relacionados à expedição argentina de 1875 ao apontá-la como uma expedição brasileira que teria saído do sertão paranaense, contando com o suporte dos habitantes de Campo Erê, em direção a San Pedro. “Adão Luchef e Fructuoso Dutra em 1875 navegaram o Iguassu acima, indo sahir em Campo-Eré. Dahi voltaram auxiliados pelos moradores daquele campo e romperam o sertão abrindo uma picada até a margem do Paraná. Foram sahir no porto Pirahy (...)” (NASCIMENTO, 1903, p. 159).

Nesse caso, ao apontar Adão como brasileiro, a narrativa de Nascimento expressa um tom enganoso, quando na verdade, a referida pessoa se tratava de Adamo Lucchesi, um italiano que se estabeleceu em Misiones, atuando como ervateiro e prestador de serviços de exploração para o governo argentino²²⁹.

O discurso nacionalista do brasileiro foi bastante ousado. O ato de reivindicar uma posse brasileira para além da fronteira então estabelecida foi deveras audacioso. O

²²⁹ Em 1936, após regressar à Itália, publicou um relato intitulado “Nel Sudamerica - Alto Paraná e Chaco. 1875-1905”. Ver também: (REPETTO, 2015).

teor da sua narrativa mudou apenas quando empreendeu o caminho de retorno à Curitiba. Ao cruzar pela fronteira de fato, na altura de Barracón, não deixou de reconhecê-la: “Para o lado oposto outra derrubada e uma habitação á beira da matta. Era o Brazil. Adeus, Missões (...) largamos para o outro lado, anciosissimos por penetrar no território pátrio. Ainda bem” (NASCIMENTO, 1903, p. 164).

Ao retornar para o território brasileiro, manifestou um sentimento de alteridade, demarcando costumes nacionais distintos em relação ao outro que estava do outro lado da fronteira, ainda que essa separação não correspondesse a uma realidade, já que o consumo do mate não respeitava essa fronteira política: “Depois de um mez tomavamos café brasileiro; - pelas Missões apenas o chimarrão” (NASCIMENTO, 1903, p. 165).

Apesar de estar de volta ao Brasil, não deixou de manifestar receio para com a falta da existência dos aparelhos do Estado na fronteira, situação esta que daria margem para as atividades de contrabando. O que significava uma grande perda de capital que poderia ser arrecadado através de tributação. O teor do seu registro foi alarmista no sentido de apontar o quanto ainda faltava conectar aquela fronteira-sertão com o restante da nação:

Por emquanto a comissão paranaense náda tem arrecadado, em consequência da não sahida das hervas por aquelle posto. Demais, o pessoal é reduzido para vigiar o contrabando feito pelo S. Antonio por uma picada que vae sahir directamente no porto Paulito, como ainda as hervas do Pepiry-Guassú pelo Uruguay.

(...) Ao meio dia seguimos por um desvio, indo sahir numa grande clareira sobre o Pepiry, junto a um rancho onde se acha installada a comissão paranaense encarregada da cobrança de impostos.

Moravam num misero palheiro feito de tacuarussú os distinctos conterrâneos; mas com as suas próprias mãos estavam construindo uma casa de taboas para melhor commodidade.

São os snrs. Francisco Rosas, chefe do pessoal e os guardas Manoel Ricardo Negrão e Alfredo Pessoa.

Na vespera tinha ali chegado o sr. Cleto afim de auxiliar o serviço. Vivem naquella solidão como segregados do Paraná e do Brazil, a matar mosquitos, sem noticias e sem recursos.

Emquanto não fôr aberto o sertão e não houver uma estrada que communique os centros commerciaes com aquellas paragens remotas, essa comissão quasi nada terá ali afazer (NASCIMENTO, 1903, pp. 163-168).

O tom alarmista de Nascimento comparou a situação desta fronteira seca com a que relatou anteriormente quando esteve na foz do Iguaçu. A presença brasileira era ínfima e representava apenas um enclave em meio à influência oriunda da Argentina. Para contornar esta situação, seria necessário conectar esta região com as localidades brasileiras mais próximas que estavam a leste daquele ponto fronteiro: “Todo o

pequeno commercio é feito do lado argentino (...). As populações da fronteira vão suprir-se em S. Pedro por preços fabulosos, quando poderiam fazer suas compras em Bella Vista ou Palmas, cujo commercio é muito mais razoável” (NASCIMENTO, 1903, p. 166).

No discurso de Nascimento, outra circunstância semelhante ao contexto da foz do Iguaçu era o fato de a presença brasileira neste espaço ser circunscrita apenas à presença dos militares ²³⁰:

Era a segunda vez que a commoção de mim se apoderava no meio das florestas, ao sentir as vibrações de um toque de corneta dando o signal da existencia por aquellas paragens de força militar,
O acompanhamento da commissão brasileira é feito com simplicidade, mas com o maior conforto e a maior hygiene possíveis. Todo o pessoal gosa perfeita saúde e vive satisfeito e nutrido.
O general Cerqueira, delicadíssimo e energico, está rodeado de um grupo de officiaes dos mais habilitados e distinctos do nosso exercito e que o estimam sinceramente. Reina completa harmonia em toda a commissão (NASCIMENTO, 1903, p. 165).

O brasileiro demarcou ainda o quanto era necessário estabelecer uma nova povoação brasileira que pudesse fazer frente à presença argentina representada por Barracón. Seria esta uma missão civilizadora atribuída aos militares, legítimos representantes da nação em meio à fronteira-sertão:

De volta ao acampamento: descanso de algumas horas afim de dirigirmo-nos ao ponto indicado para a futura povoação.
(...) Reunidos muitos brasileiros sobre o descampado aberto na encosta que desce para o Pepiry, fronteiro ao Barracón, o general Cerqueira, exultando de prazer e orgulho civico, expoz os motivos da resolução que tomara em promover a fundação de um povoado do lado brasileiro.
(...) Já grande numero de compatriotas residia naquela zona, numa e noutra margem do Pepiry-Guassú e onde as únicas auctoridades existentes eram da nação argentina. Agora estavam definitivamente traçadas as fronteiras, e os brasileiros sem uma povoação sua continuariam a residir do outro lado, sob jurisdicção estrangeira, onde ja havia começo de povoado com os recursos e as leis mais adequadas a existência das populações. Fazia se mister, pois, que a nossa fronteira se fizesse respeitar pelas suas auctoridades, os compatriotas vivendo á sombra das nossas leis.
(...) O novo povoado a fundar, alem de um asylo para os seus concidadãos, era como uma sentinella de vigilancia á nossa fronteira,—disse o general.
As palavras do illustre brasileiro foram acolhidas com frêmitos do mais ardente entusiasmo entre patricios e estrangeiros ali presentes.
No silencio daquellas pesadas florestas, era como uma evocação patriótica de honra, integridade e civismo a palavra amena e firme do notável brasileiro, a quem coube a gloria de constatar definitivamente pelos instrumentos da

²³⁰ Marilene Aparecida Lemos (2019, pp. 100-103) ressalta o quanto a fundação da cidade estava atrelada a legitimação de uma “memória bélica” para legitimar a “civilização” em meio ao sertão.

sciencia o que os livros da historia através do *Laudo* haviam decidido sobre os limites da nossa fronteira (NASCIMENTO, 1903, pp. 167-169).

Por fim, partindo de sua própria recomendação, apontou que a nova localidade deveria tomar o nome do próprio general Dionísio Cerqueira²³¹. Tal nomeação se inseria no jogo de disputas de nomeações nesse ponto de contato entre Brasil e Argentina onde, diferentemente de Iguazu, dotada de uma barreira fluvial, não existia uma barreira natural entre as duas nações. Sendo assim, a nova localidade teria a missão de se sobrepor à Barracón através da legitimação de uma nomenclatura autenticamente republicana neste canto recôndito da fronteira-sertão²³²:

O mesmo general apresentou a planta da povoação, colocou os marcos do alinhamento das ruas que deviam ser abertas no seio daquelle sertão, e entre as mais festivas demonstrações de contentamento foi assignada a seguinte acta:

«ACTA DA INAUGURAÇÃO DA POVOAÇÃO DO PEPIRYGUASSU',
DEPOIS «DIONÍSIO CERQUEIRA»

(...) o capitão Domingos Nascimento, pedindo a palavra, propoz que em homenagem aos serviços prestados a esta zona paranaense pelo Excellentissimo Senhor General Dr. Dionísio Cerqueira, a nova povoação tomasse o nome de—Dionísio Cerqueira—em vez de Pepiry-Guassú, proposta que foi approvada unanimemente (NASCIMENTO, 1903, pp. 170-171).

Apontar a fronteira seca como um local onde os argentinos já se faziam presentes era parte de sua estratégia narrativa de teor alarmista que tencionava pressionar o governo brasileiro no sentido de promover a ocupação deste ponto estratégico da fronteira-sertão. O alarde não correspondia à realidade. Barracón, cuja nomenclatura acabou não perdurando, era ainda apenas um entreposto ervateiro pouco povoado. A criação oficial do município argentino de se daria apenas em 1921, depois renomeado como Bernardo de Irigoyen em 1934 (STEFANUK, 2009, p. 97).

O próprio censo argentino de 1895 apontava que os brasileiros eram a maioria da população residente no próprio lado argentino da fronteira. Os argentinos computavam

²³¹ Militar e político baiano, participou da Guerra da Tríplice Aliança, foi deputado federal por três mandatos e ministro das Relações Exteriores do governo de Prudente de Moraes. Coube-lhe assinar o Tratado de 10 de abril de 1897, pelo qual Brasil e França se comprometeram a submeter à arbitragem do governo da Confederação Suíça a contenda sobre os limites entre o Brasil e a Guiana Francesa. Em 1898, assinou o tratado que consagrou a fronteira entre Brasil e Argentina que fora estabelecida pela decisão arbitral do presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland, em 1895.

²³² Lemos (2019, pp. 11-112) assinala ainda que, dentro de uma lógica positivista, tal nomeação tinha por objetivo o apagamento da memória da nomenclatura indígena (Pepiry-Guassú).

216 habitantes, enquanto que os brasileiros eram 384²³³. Da mesma maneira que no Alto Uruguai, existia uma diferença acentuada no que tocava a demografia na região: enquanto San Pedro, no lado argentino, somava 600 habitantes, sendo, como foi apontado, a maior parte constituída por brasileiros, no lado brasileiro, apenas a localidade de Bella Vista de Palmas²³⁴ concentrava 3231 habitantes²³⁵. Ainda assim, Nascimento não deixou de enfatizar de maneira constante um temor ante uma suposta preponderância argentina na fronteira seca. Da mesma maneira que Ambrosetti denominou os brasileiros da Colônia Militar de Iguazu como os “*pioneers*” do Alto Paraná, para o brasileiro, igualmente tendo os Estados Unidos como parâmetro, os argentinos eram os “yankees meridionais” que estariam levando adiante o processo civilizador na fronteira-sertão:

Pelos detalhes que em capítulos precedentes expuz, bem se poderá confirmar que a guerra moderna de conquista é ali typica pelos meios diplomáticos e judiciários e pela actividade assombrosa desses «yankees» meridionaes. Elles ali cantam em verdadeira alvorada de victoria decisiva, pelo seu commercio e pelas suas industrias, emquanto que nós, brazileiros, senhores apenas do solo, estamos ali escravizados aos seus capitaes, dependentes dos seus caprichos. Nada temos ali de valor que nos aproveite: madeiras, commercio, navegação, fabricas, tudo lhes pertence. Pois não será tudo isso um desastre para as nossas armas no campo do progresso? (NASCIMENTO, 1903, p. 189).

O tom alarmista servia também para reivindicar uma postura mais belicosa por parte do Brasil. Nascimento defendia a opinião de que as colônias militares de Chapecó e do Chopim deveriam ser trasladadas para a nova linha fronteiraça como motivo de precaução ante um possível conflito com a Argentina:

É opinião minha que essas colonias deveriam ser emancipadas, e reunidos os recursos de ambas no seu caracter militar transportadas para mais proximo da fronteira; ou então, crear outra na linha divisória entre o Pepiry-Guassú e o Santo Antonio.
(...) Em capitulo anterior ja fiz ver as vantagens de crear-se uma colonia militar sobre a chapada divisória das aguas do Pepiry-Guassú e Santo Antonio, como uma sentinella avançada da nossa fronteira.
As vantagens do estabelecimento desse posto militar são patentes, attendendo-se as diversas funcções a exercer, como sejam: fazer respeitar a integridade do nosso territorio; desenvolver a cultura e o povoamento

²³³ Segundo Censo de la República Argentina - Mayo 10 de 1895 Buenos Aires Taller Tipografico de la Penitenciaría Nacional 1898, p. 643.

²³⁴ Atualmente corresponde ao município paranaense de Clevelândia. O nome é uma homenagem à Stephen Grover Cleveland, presidente dos Estados Unidos que arbitrou em favor do Brasil no litígio de fronteira com a Argentina.

²³⁵ Synopse do Recenseamento- 31 de Dezembro de 1900, p. 61.

daquella zona; zelar os interesses da União; garantir a liberdade dos nossos concidadãos; promover as relações de amizade e de interesses recíprocos entre os dois povos vizinhos; abrir comunicação com a colonia do Iguassu, pondo em correspondência e vigilância immediata as tres alludidas fronteiras; estabelecer communicação directa com as colonias militares do Chapecó e Chopim, no concernente aos serviços de guerra e abrir relações commerciaes não só com essas colonias como ainda com as cidades de Palmas e Guarapuava e villa de Bella Vista, pondo, emfim, a fronteira de Missões em communicação com todo o interior do Estado.

É sabido em assumpto de militança que em operações de guerra o exercito deve fraccionar-se nas marchas, por diversos caminhos, onde fácil seja a aquisição de recursos, para se concentrar forte e solidamente preparado no theatro da lucha.

(...) A nação que tiver de provocar ou acceitar uma guerra, assim o deverá praticar somente depois de bem calculada a probabilidade da victoria, e quando esta victoria possa ser fecunda.

Porque a nação que não conseguir lavar-se da offensa, tem por perdida a sua soberania e está condemnada a desaparecer do mappa do mundo.

A guerra é, pois, uma partida em que entram em acção todos os musculos do corpo nacional, forcas vitaes se conjugando no sentido de se fortalecer e se expandir (NASCIMENTO, 1903, pp. 180- 188).

Por fim, na conclusão do seu relato, o alvo das críticas de Nascimento não era o outro estrangeiro, elas eram direcionadas para as próprias instituições do governo brasileiro, as quais, para ele “somente lava os pés nas margens do Atlântico”.

E os Estados remotos que durmam nessa atonia de séculos!
E os sertões do paiz que continuem a florescer, a se multiplicar, invadindo os campos, atravessando os rios, entumescendo as montanhas!
Nós mesmos somos os culpados de que o pessimismo grite:
«Este Brazil cada vez mais selvagem : cabellos revoltos, crescidos, o peito pelludo.

Somente lava os pés nas margens do Atlântico, para que as esquadras vejam; calça as botas de luzimento, enverga o redingote e enfia o chapéu alto, para se fazer de educado nos salões diplomáticos. Mas dispam-no e vejam como elle cuida mal do corpo e da saúde: mas saqueiem-lhe as algibeiras: hão de ver que ele apresenta, como dinheiro, as vinte lettras quasi vencidas que representam os seus Estados ; mas palpem-lhe os bolsos : hão de ver que elle não possui um bom revolver siquer com que defender-se, se for desfeitoado (NASCIMENTO, 1903, p. 215).

Para Nascimento, era na fronteira-sertão que a autêntica nacionalidade brasileira seria legitimada de fato. O Brasil deveria deixar de ser voltado apenas para o Atlântico e olhar para o seu próprio espaço interior. Seu discurso encontra similaridades com o que era emanado pelo seu contemporâneo Silvio Romero (1888, p. 355). O que denota o quanto ambos reivindicavam uma autenticidade nacional emancipada dos parâmetros europeus. Ainda que essas referências fossem uma unanimidade, elas não deixaram de sofrer reconfigurações dentro do ambiente americano. Outro viajante brasileiro, Silveira Netto, registrou uma posição parecida ao realizar a crítica de que “o Governo Federal

não resumisse o Brasil na Capital da República, como o tem feito” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 96).

O cenário da fronteira-sertão era o lócus para a legitimação desse discurso que também estava balizado pelo contato de confrontação e aproximação para com o outro argentino. Estes, por sua vez, igualmente enxergaram a necessidade de ocupar a sua frontera-desierto para legitimar a construção do moderno Estado argentino. Holmberg, dentro da conjuntura de afirmação de um discurso americanista, bem expressou tal prerrogativa: “*Mi ideal no es un viaje a Europa; pero, una vez realizado ¿no será un verdadero placer el contestar: «¿Misiones?, aquí está?»*” (HOLMBERG, 2012, p. 14).

CAPÍTULO 4 – VISÕES SOBRE O HUMANO

“Baila la hinchada, baila,
baila de corazón,
somos los negros, somos los grasas,
pero conchetos no!”

Canção popular entoada nos shows do Hermética

4.1 O outro interno: como integrá-lo à nação?

Para além das questões ligadas à territorialização dos espaços interiores e das disputas com os seus respectivos projetos nacionais rivais, as expedições brasileiras e argentinas que se dirigiram para a fronteira-sertão e para a frontera-desierto também se depararam com as gentes que habitavam esses espaços. Era o “outro interno” projetado como parte da nação imaginada e que deveria ser efetivamente integrado. Tratava-se de uma projeção porque essas populações, na maioria dos casos, estavam alheias à ideia de Estado nacional que era emanada pelos forasteiros.

Dentro da conjuntura do avanço destas fronteiras internas, ao mesmo tempo em que os viajantes projetavam essas populações como parte de suas “comunidades imaginadas”, não deixaram também de demarcar distanciamento em relação ao outro. Era uma problemática comum ao avanço das fronteiras brasileira e argentina. Ao partirem da costa atlântica para realizar a sua “expansão para dentro”, se deparavam não somente com o “outro geográfico”, mas também com o outro humano que habitava estes espaços pretendidos como parte da nação. Em meio a essa dinâmica, diversas manifestações de alteridade foram realizadas por parte dos forasteiros, os quais, ao olharem para o outro interno, não deixavam de auto reconhecer a sua própria identidade de “civilizado”, a qual, por sua vez, estava ligada a um projeto nacional que necessitava ser legitimado.

Os viajantes provenientes de Buenos Aires, Rio de Janeiro e Curitiba cunharam uma diversidade de expressões para descrever as populações que ali se encontravam. No caso dos argentinos, além da categoria genérica de “misionero”, também aparecem as categorias de *gaucho* (concentrados na região do Alto Uruguai)²³⁶ e *peon*. Também era bastante comum associar o habitante do interior ao término *baqueano*, bastante utilizado na Argentina novecentista para designar alguém que era conhecedor dos caminhos de

²³⁶ O conceito de *gaucho* possui uma diversidade de significados ao longo do tempo, em Misiones do século XIX, era sinônimo de bandido (ABÍNZANO, 2010, p. 48).

uma região a que habitualmente pertence²³⁷. Essas categorias abarcavam tanto os mestiços que estavam ligados às atividades de pastoreio ou de exploração de erva-mate e madeira, quanto os indígenas que se dedicavam a essas mesmas atividades. No caso desses últimos, os que viviam à parte dessa dinâmica, eram considerados como “selvagens” que estavam apartados da civilização.

A nomenclatura brasileira se difere um pouco da argentina. Ao mesmo tempo em que era utilizada a categoria de peão - comum aos argentinos porque esses peões eram geralmente os trabalhadores dos ervais – e de tropeiro, referente aos condutores de muares do sul do país, aparecem os termos “sertanejo”, “caboclo”, “caipira” e “matuto”. Essas designações estão atreladas à conjuntura de distanciamento entre o “civilizado” do litoral e as populações do sertão, que embora fossem projetadas como brasileiras, eram consideradas inferiores e bárbaras pelos viajantes que as descreveram.

Os debates acerca da dicotomia civilização x barbárie eram um fator comum entre a intelectualidade de Brasil e Argentina durante o século XIX. Um dos baluartes era o brasileiro Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai. Ele era contemporâneo aos argentinos Sarmiento e Alberdi. Essas figuras políticas lançaram suas inquietudes a respeito das possibilidades do avanço da civilização – associada ao litoral, resquício de civilização europeia na costa atlântica – em direção ao interior de seus países, considerado por eles como um foco de barbárie, mas que, todavia, era passível de ser “civilizado”.

A problemática do distanciamento ou da aproximação para com o outro, desemboca na questão da alteridade. Para Tzvetan Todorov (1983) - estudioso da temática- a construção de uma identidade só existe a partir de uma premissa de comparação do “eu” com o “outro”. A fronteira resulta ser um típico cenário para esses encontro, além de ser um ambiente propício para a legitimação das identidades em curso. Para José de Souza Martins (1997, p. 150) ela é “essencialmente o lugar da alteridade”.

Dentro do contexto do avanço das fronteiras internas, as expedições encontraram uma população composta por mestiços, indígenas, escravos fugitivos e também por um contingente de população branca, tanto de origem luso-brasileira como *criolla*.

²³⁷ Para Sarmiento (2007, p. 54), “*El Baqueano es un gaucho grave y reservado que conoce a palmas veinte mil leguas cuadradas de llanuras, bosques y montañas. Es el topógrafo más completo, es el único mapa que lleva un general para dirigir los movimientos de su campaña*”.

No que concernia à visão dos forasteiros, estando esses outros apartados do seio da pátria, surgiu uma complexa questão entre esses agentes estatais que era a de como seria possível integrar essas populações dentro de suas respectivas nações imaginadas.

4.2 O sertanejo do Brasil Meridional: caboclos, caipiras e gaúchos da fronteira-sertão.

Ao deixar de lavar “os pés nas margens do Atlântico” (NASCIMENTO, 1903, p. 215), as expedições oriundas do litoral brasileiro se depararam com os pretensos brasileiros da fronteira-sertão. Para designar essas populações do interior de uma maneira genérica, os viajantes utilizaram o conceito de sertanejo. O que também não passava de uma mera idealização, já que os interioranos não se enxergavam eles mesmos a partir de tal denominação. Tratava-se, portanto, de uma construção externa tanto do sertão quanto de suas gentes.

Resulta impossível categorizar o sertanejo sob uma condição étnica. Ele poderia ser um mestiço, possuir origem africana²³⁸, indígena, ser associado ao gaúcho do interior ou até mesmo ser um branco acaipirado-acaboclado. Resulta necessário ainda aclarar o contexto da mentalidade vigente dentro da conjuntura científico-determinista do século XIX, no sentido de demarcar a influência que o meio exercia sobre o homem. Nesse sentido, o ambiente da fronteira-sertão transformava naturalmente o seu habitante em sertanejo.

Na medida em que Domingos Nascimento partiu de Curitiba e se deslocou para o oeste, foi se distanciando de sua referência civilizatória, passando a realizar suas projeções sobre um espaço que lhe era completamente desconhecido. Estando a pouco mais de 100 quilômetros da capital paranaense, em Colônia Palmira²³⁹ - recém-fundada dentro do contexto do fomento à imigração europeia para o Paraná - mesmo tendo encontrado aí uma população de origem polonesa, projetou o local como um sertão que estava “aclimatando” os seus habitantes e os transformando em sertanejos. Dentro do contexto da dinâmica de exploração da erva-mate nas margens do Iguaçu, não existia

²³⁸ Daronco (2018, pp. 265-266) aponta que negros alforriados se acaboclamaram nas matas do Alto Uruguai. O reconhecimento de áreas quilombolas na região é uma decorrência direta da ocupação desses espaços por esses afro-brasileiros.

²³⁹ Localiza-se às margens do rio Iguaçu, a 20 quilômetros de São João do Triunfo, município o qual pertence atualmente.

diferenças significativas entre o polonês e o caboclo brasileiro que habitava este espaço antes da chegada da imigração europeia²⁴⁰:

A exportação da herva-matte em rama é feita em grande escala, sendo trabalhada por nacionaes e estrangeiros.

O colono, vindo das regiões do norte da Europa, não affeito aos sertões, deshabitado aos cortes, julgando-se sem meios de mercadejar suas lavouras, adquiridas a custa de enormes sacrifícios, teve necessidade de as abandonar em breve e seguir a industria extractiva dos hervaees, como o caboclo. Hoje não se distingue este daquelle, a não ser pelas entonações do idioma pátrio (NASCIMENTO, 1903, p. 12).

Dentro do conceito geral de sertanejo, a categoria de caboclo é bastante recorrente nos relatos dos brasileiros que se dirigiram para a fronteira sul. A etimologia da palavra remete à língua tupi, *kari'boka* significa “procedente do branco”²⁴¹. Entre os indígenas era atribuída essa classificação para designar os mestiços. Com o tempo, a palavra foi sendo disseminada para designar qualquer indivíduo miscigenado.

Todavia, são raros os estudos a respeito das populações mestiças da fronteira sul-brasileira. Ricardo Abramovay (1981, pp. 38-41) foi um dos poucos que se debruçaram sobre o tema. Concentrando sua análise no sudoeste paranaense, sua pesquisa mostra que os caboclos eram remanescentes de antigas ocupações luso-brasileiras e fruto da mescla com indígenas e descendentes de escravos. Não possuíam a noção de título de propriedade, tampouco realizavam uma apropriação da terra para uma lógica mercantil. Eram nômades ou seminômades que viviam de maneira autônoma, totalmente alheia à influência do Estado. Por viverem em uma região onde a erva-mate era abundante, praticavam o extrativismo desse artigo para trocarem por alguns mantimentos.

No que toca o oeste catarinense, Gentil Corazza nos dá uma descrição mais detalhada do modo de vida dos caboclos da região:

O povoamento nas áreas florestais, não ocupadas anteriormente, foi feito por brasileiros ou caboclos, população formada pela miscigenação entre brancos luso-brasileiros e índios, que vinha como excedente das fazendas e passou a ocupar as zonas das matas e a explorar a erva-mate (...).

A exploração da erva-mate era feita nas matas pelos caboclos, que levavam vida rudimentar, viviam em pequenos ranchos, produziam alimentos, criavam pequenos animais, porco, galinha, gado e mudavam constantemente de

²⁴⁰ Cristina de Moraes (2018, p. 212) aponta que os integrantes da Comissão de Limites Paraná-Santa Catarina, ao mesmo tempo em que valorizavam a ação dos imigrantes poloneses, manifestavam preocupação com o fato de eles estarem se “acaboclando” nas margens do rio Iguaçu.

²⁴¹ CARIBOCA. Dicionário online de português. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/cariboca/>>. Acesso em 23 jan. 2020.

residência. Por isso, a extração de erva-mate nativa pode ser considerada uma atividade nômade e sazonal, levando cerca de três anos, entre uma colheita e outra. A atividade agrícola ficou conhecida como roça cabocla, em clareiras abertas na mata, através de queimadas.

(...) se tratava de uma economia de subsistência, que não gerava excedente e, portanto, nem comércio e nem moeda de troca. Esses caboclos levavam uma vida muito simples e rudimentar, quase nômade, isolada em pequenas comunidades no interior das matas, distante de tudo, a justiça era feita por eles mesmos, viam seus familiares nascer, crescer e morrer no meio do nada. Abandonados à própria sorte (CORAZZA, 2013, pp. 4-6).

O conceito de caboclo acaba por ser correlato ao de caipira²⁴², que era outra maneira de atribuir significado ao sertanejo. Nascimento, ao descrever os habitantes das margens do Iguaçu, na altura da desembocadura do rio Negro, distante 175 quilômetros de Curitiba, utilizou essa nomenclatura: “E lá na curva do rio, e lá pelas ribanceiras, a esguia canoa de pesca (...) do caipira que habita as margens, sulcando as águas convulsas, rio acima, rio abaixo (...)” (NASCIMENTO, 1903, p. 15).

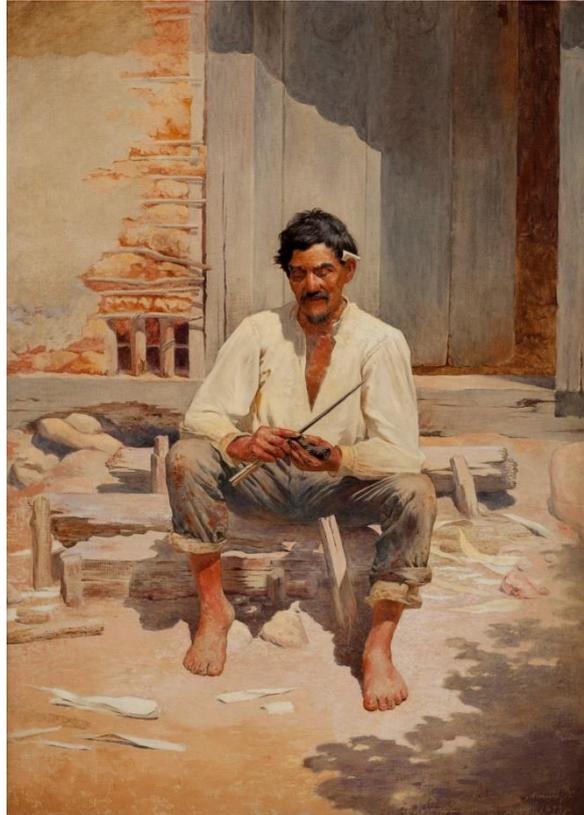
José Maria de Brito foi o único dos viajantes que fixou residência na fronteira. Não por acaso, se autodeclarou como um “acaipirado” após uma vivência de tantos anos no sertão. Também cabe ressaltar que, sendo proveniente da região nordeste, não teve contato com a cultura caipira até completar a idade adulta e iniciar suas expedições pelo sul junto ao exército: “(...) nós os caipiras e sertanejos do oeste paranaense (...)” (BRITO, 2005, p. 90).

Antonio Candido (2001) definiu o modo de vida caipira como uma herança do cruzamento entre os colonizadores portugueses da era do bandeirismo e as populações indígenas do interior do espaço definido por ele como Paulistânia, região que compreendia os atuais estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais e Paraná. Não foi por acaso que os viajantes que adentraram o sertão paranaense utilizaram o termo caipira para designar as populações que aí viviam.

Esse modo de vida teria sido resultado da adaptação pela qual passou o português em meio à fronteira-sertão, tendo que assimilar as características nômades e aventureiras dos indígenas. Por esse motivo, Sérgio Buarque de Holanda (1975, p. VII) apontou o avanço dessa fronteira caipira como um movimento que não resultou em uma efetiva ocupação do espaço interior da colônia portuguesa.

²⁴² Do tupi *kai'pira*, que significa cortador de mato (FERREIRA, 1986, p. 314).

Figura 54 - "Caipira picando fumo", de Almeida Júnior (1893)



Fonte: Wikimedia Commons contributors²⁴³.

Vemos, portanto, que caboclo e caipira são termos correlatos, sobretudo, para as oriundos dos centros urbanos da costa atlântica que não compartilhavam desta cultura e a consideravam como rústica e atrasada. Dentro do contexto do jogo de projeções, onde São Paulo emergia como uma nova centralidade econômica no final do século XIX, os paulistas eram chamados no Rio de Janeiro, num sentido pejorativo, de sertanejos ou caboclos (FERREIRA, 2019, p. 46). Tratava-se de uma clara ideia de desqualificar o progresso da então ascendente província e de associar os seus habitantes ao contexto sertanejo e à mobilidade fronteira do período das bandeiras da Era Colonial.

4.2.1 *Miradas positivas: os sertanejos vaqueanos em prol da causa nacional*

Ao adentrar o espaço interior rumo à fronteira oeste, os viajantes se deparavam com outra temporalidade distante de seus referenciais de civilização. Demarcar esse

²⁴³ Disponível em: < https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Caipira_picando_fumo.jpg>. Acesso em 2 fev. 2020.

distanciamento era um recurso utilizado por eles para indicar sua condição de agente civilizador que estaria fomentando o progresso. Em nome de tão importante dever patriótico, era necessário abster-se das comodidades da vida urbana e de sua própria vida privada. Ao relatar a missão confiada ao tenente e engenheiro José Joaquim Firmino para alcançar a foz do Iguaçu, Brito atentou para uma demarcação entre uma centralidade baseada no Rio de Janeiro e uma periferia localizada na fronteira-sertão:

A empresa é hercúlea – diziam – Firmino jamais se embrenha, principalmente em uma região da ordem do Oeste paranaense que, atravessada pela cordilheira de Maracajú, imaginavam-na cheia de extensos e emaranhados alcantis. O ataque de feras e outros fatores próprios da natureza de matas seculares que o explorador teria que percorrer previam o fracasso! Firmino não entibiu.

Partiu.

(...) esqueceu das elegantes e atraentes ruas do Rio de Janeiro, para se lembrar somente do compromisso assumido, acrescentando uma circunstância que o devia tê-lo detraído: era noivo. Entretanto tal não aconteceu! (BRITO, 2005, pp. 44-45).

O Rio de Janeiro descrito por Brito ainda não era a cidade que passou pela reforma urbanística de 1903 e que teve Paris como modelo de inspiração. Ainda assim, a cidade foi associada por ele aos novos tempos republicanos. Ainda que a cidade, todavia fosse herdeira das transformações decorrentes da vinda da família real portuguesa em 1808, ou seja, associada ao suposto atraso do regime monárquico, ela foi tomada como uma centralidade para se contrapor à barbárie da fronteira-sertão e para valorizar o trabalho patriótico da expedição que deveria fundar a colônia militar e levar a modernidade para este espaço que ainda estava preso a outra temporalidade que deveria ser superada: “para os habitantes da foz do Iguaçu, o país ainda estava no regime Imperial” (BRITO, 2005, p. 87).

Após cruzar a boca do sertão do Chagú, a caminho da foz do Iguaçu, tomando Curitiba como uma centralidade, Nascimento também realizou esse tipo de demarcação. A floresta densa representava um contraste em relação à capital paranaense e suas benesses modernizadoras:

Ao descer a noite sobre aquelle ermo, entrevendo pelas folhagens estrellas piscando no alto de um azul *nítido*, junto a mim o sussurro monotono de um ribeirão impetuoso a precipitar-se pela canhada, invadiu-me uma saudade infinita do lar, dos meus tenros filhinhos; depois um desejo imenso de perambular áquella hora pelas livrarias da rua 15, toda illuminada com os seus grandes focos electricos. E como tivesse amansado nos dentes um naco de carne secca e salgada, lembrei-me com certa gulodice do Agostinho, do

Stock, do Dolsky e do Giovanni, para uma ceia de bohemio, e dos virtuosos vinhos do Queiroz e do Bentim.

Se as pernas voassem como o pensamento, certo que naquela noite eu teria destruído as 100 léguas que me afastavam da capital paranaense. Depois, passava em tropel como um desfilar de recordações gratas toda essa geração de intellectuaes que tantos louros tem recolhido para nossa terra, nas letras como nas artes, nos estudos de nossa historia como na descripção e propaganda das nossas bellezas, e com a qual tenho o gáudio de conviver intimamente.

E de um sonho de saudades, passam meus olhos a ferir a treva que se estende pelos recônditos da espessa floresta (NASCIMENTO, 1903, p. 88).

A rua XV de novembro - anteriormente chamada rua da Imperatriz - conforme a própria nomenclatura indica, faz alusão à proclamação da República e simbolizava os anseios de uma elite curitibana republicana que queria se desvencilhar do seu recente passado imperial. Nascimento demarcou de maneira constante esse choque de temporalidades. Enquanto cruzava o meio-oeste paranaense, registrou que estava em meio a um universo sertanejo onde as pessoas regiam o seu tempo pelo sol e pela lua. Tratava-se de uma antítese em relação à visão de mundo do viajante atrelada à racionalidade capitalista-ocidental, onde o tempo era controlado de maneira sistemática pelo relógio. Por esse motivo, recorria ao calendário gregoriano para não ficar deslocado em meio à temporalidade paralela da fronteira-sertão. Ao mesmo tempo, não deixava de tecer críticas ao outro sertanejo, que no seu modo de ver, não sabia controlar o tempo e as distâncias:

DIA 22.—Em marcha para os campos de Palmas.

Nota: Éramos obrigados a tomar diariamente a data do mez, o dia da semana e o espaço percorrido, porque em viagens tão cheias de peripecias, affeito á vida sertaneja, como que até se perde a noção do tempo e do espaço. Do tempo: o campeiro ou o sertanejo conta os dias pelo numero de léguas que faz; o numero de léguas é contado por sua vez pelo numero de pousos. Do espaço: neste ponto o tropeiro é um sujeito incorrigível. Não ha dois informantes capazes de combinar sobre uma mesma distancia. Já não se pergunta quantas léguas vão deste áquelle ponto; seria um embrulho dos mil peccados; para elles não ha distancia longa: se o objectivo anda assim por umas duas léguas, o camarada estende o lábio inferior e exclama :—*é ali, quase na volta daquelle coxilhão !* (NASCIMENTO, 1903, p. 25).

Um mez de viagem. O que irá pela Capital? pelo Brazil? por todo o orbe? Segregado da movimentação quotidiana e das novidades dos centros populosos, em pleno sertão, o homem até esquece os dias da semana (...) (NASCIMENTO, 1903, p. 77).

Para Arthur Franco, desconhecedor do longo caminho que cortava o sertão entre Curitiba e a foz do Iguaçu, o elo com a civilização era o rio Paraná. Era por meio dele que existia contato com Buenos Aires e com o resto do Brasil. Adentrar o que ele chamava de “interior do sertão” - para cumprir com a sua tarefa de mensurar as terras

dos empresários argentinos Domingo Barthe, Pedro Núñez e Lázaro Gibaja - representava outra temporalidade. Quanto mais o adentrava, mais distante estaria do mundo civilizado. Regressar para as margens do Paraná representava um alívio justamente porque teria contato com jornais e revistas, símbolos de modernidade que eram inacessíveis em meio à fronteira-sertão:

Depois de três dias de descanso (...) iniciamos a nossa viagem de regresso, a 30 de janeiro, para as barrancas do Paraná (...). Nos primeiros dias (num dos primeiros) de fevereiro chegamos ao nosso antigo acampamento “12 de Outubro”²⁴⁴. D. Jayme Pagés aguardava ali a nossa chegada, que foi festejada à “champagne”. Foi com avidez que nos deitamos à leitura de jornais e revistas, que há tanto tempo não víamos. Encontramos já iniciada a esplanada para as construções dos futuros edifícios, no Porto, à margem do rio (...) (FRANCO, 1973, p. 42).

Figura 55 – Porto 12 de Outubro



Fonte: (FRANCO, 1973)

A fronteira-sertão, entretanto, deveria ser domesticada pelo Estado brasileiro, sobretudo, numa área fronteira com a Argentina. Silveira Netto, outro viajante que não percorreu a penosa travessia terrestre – mas que descreveu o caminho com detalhes através de citações a outros autores – assinalou o quanto “a audácia e a ciência da engenharia militar brasileira cortaram veredas para a ligação telegráfica da fronteira e prosseguimento do caminho estratégico” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 17).

²⁴⁴ Atualmente é uma área pertencente ao município de Pato Bragado/PR.

O telégrafo, a ciência e a engenharia militar eram representantes da modernidade tão presente no discurso positivista dos republicanos brasileiros. Seria com essa estrutura que os agentes estatais avançariam a fronteira do Estado brasileiro.

Mas essa tarefa não seria possível sem o suporte dos próprios sertanejos. Ao mesmo tempo em que eles foram alvo de projeções que os colocavam como cidadãos de segunda classe, eram os verdadeiros conhecedores dos caminhos, verdadeiros vaqueanos que guiavam os forasteiros pela fronteira-sertão. Eram, portanto, personagens centrais dentro desse movimento de expansão da fronteira. Nascimento, quando passou pelos campos de Palmas -tradicional rota de passagem e internada das tropas que conduziam muare da região sul até Sorocaba, no interior paulista- apontou para a necessidade de contar com um sertanejo-tropeiro como guia por essas paragens desconhecidas:

É do centro dos campos de Palmas que bem se pode avaliar o quanto de annos as numerosas cavalgadas têm calcado o solo pedregoso dessa região, e o quanto de perigoso existe para o viajante que se arrisque a atravessalos sem um guia.

Carreiros profundos e inumeros trilham se cruzando por toda parte, de maneira que um desvio qualquer, por um minimo descuido, resultaria uma perda por essas paragens, algumas vezes ermas de habitações. É que os trilhos se confundem, ora se justapondo, ora se sobrepondo, ora ainda se contornando de tal sorte, que o cavalleiro, aturdido, desorientado, pode lançar-se por um desvio, indo bater em sentido opposto ao rumo que pretendia seguir (NASCIMENTO, 1903, p. 36).

Após cruzar os campos de Palmas e alcançar a boca do sertão do Chagú, o caminho de Nascimento tomou o rumo oeste para “penetrar as densas selvas do Iguassu” (NASCIMENTO, 1903, p. 35). Se para ele, a área de campo aberto era de difícil locomoção, a mata densa que margeava o rio Iguaçu era um ambiente ainda mais inóspito, era onde o perigo era uma companhia constante durante a viagem. No momento em que a expedição abria caminho pela selva com o uso do *machete* - instrumento de corte utilizado pelos argentinos, o que denota o quanto o sertanejo travava contato com os ervateiros que penetravam a região fronteira- o viajante relatou um momento onde sofreu uma queda repentina em meio a um precipício. Sendo assim, assinalou a importância do vaqueano que o ajudou a se safar desta situação:

(...) mais 3 léguas até o arroio Peroba. É um trecho este dos mais difficeis de passar; porquanto, tendo seguido uma turma adeante de nós a abrir caminho, de novo sobre elle descera o tacuaral a um leve sopro de aragem, formando um tunnel immenso, ininterrupto.

Com o meu facão em punho a cortar matto para passar, fui nesse dia pela vez primeira experimentar o effeito de uma descida aos trambolhões por despenhadeiro abaixo com Cavallo e tudo.

Quando dei accordo de mim, jazíamos os dois, eu e o meu fiel animal, amigavelmente deitados um ao lado do outro, ambos de pernas para o ar, debaixo de um enorme e intenso tramado impossivel de romper.

O meu bagageiro, homem pratico e dedicado, salvounos da situação, abrindo ás pressas uma passagem.

(...) depois da nossa passagem o tramado de novo fechou como uma tampa de tumulo.

(...) O *machete* é um instrumento correntino, já muito usado pelos nossos tropeiros, mais resistente e de melhor aço que os facões e adagas (NASCIMENTO, 1903, p. 87).

Na medida em que foi penetrando a densa floresta, registrou o quanto o vaqueano habituado ao ambiente do sertão era uma figura importante dentro da conjuntura do processo civilizador e do movimento de fronteira. Não foi mera coincidência o fato de ter tecido descrições positivas sobre os tropeiros que eram bastante atreladas ao contexto do Romantismo. O fato ocorreu quando armou acampamento, logo após o episódio onde foi salvo por um dos seus guias: “De minha cama contemplo um bello quadro de vida sertaneja: lá no fundo da matta, para outro lado, faisca a enorme fogueira dos tropeiros abrindo pela ramaria extenso clarão” (NASCIMENTO, 1903, p. 88).

A luz emanada pelos tropeiros era como um feixe de civilização em meio à escuridão do sertão. Era parte do movimento irrefreável da fronteira brasileira que teria que fazer frente à presença argentina. Esses momentos colocam os sertanejos como parte essencial nesse processo.

Ainda neste acampamento, realizou uma descrição detalhada e extremamente positiva das atividades dos tropeiros. Nesse momento, o único fator que separa o “eu” do “outro” era o hábito de tomar mate. Não deixa também de representar outra dinâmica cultural diferente da região leste-costeira do Paraná, onde o hábito de degustar a erva - ainda que aí fosse localizado o polo exportador desse produto- não era disseminado, menos ainda na capital curitibana. O hábito chamou a atenção do viajante, mas de maneira alguma configurava num olhar negativo. Tratava-se do combustível da gente sertaneja, os quais, conforme se localizavam mais ao oeste, se distanciavam do caipira paulista/norte-paranaense e se aproximavam do *gaucho* argentino e do gaúcho brasileiro. A descrição que Nascimento realizou da tropa denota o grau de complexidade da expedição da qual fazia parte, onde era central o papel dos sertanejos:

Campeiros e soldados rodeiam-na em amistosa palestra, a bomba do chimarrão á bocca; outros camaradas se occupam da matalotagem para o dia seguinte—um simples *virado* de carne secca e farinha —emquanto que o caldeirão envolto em chammás chia suspenso a uma travessa sobre o enorme fogaréu.

Ainda para deante da meia noite resoam pelas mattas francas gargalhadas da gente da tropa, sempre fortes, sempre solícitos esses homens affeitos a todas as peripecias, a todas as intemperies.

Daqui a momentos estarão elles estirados sobre o solo, dormindo ao relento; faça frio de enregelar, caia chuva de entanguir, duas a tres horas lhes bastam de descanso ao corpo.

Pela madrugada eil-os de pé, churrasqueando, bebendo seu matte, uns soltando estridulos gritos pela floresta a dentro, reunindo a mulada, outros alceando os cargueiros.

Sempre o mesmo serviço de todos os dias, calculadamente distribuído, rigorosamente executado! (NASCIMENTO, 1903, p. 89).

Silveira Netto, de uma maneira positiva, ainda que demarcando a sua própria origem citadina, estabelecendo uma distância em relação à rusticidade do hábito sertanejo, também registrou essa diferença de costumes entre a capital e o sertão:

(...) é de uso entre os nossos fazendeiros e campônios, como entre os rio-grandenses do sul. No interior do Estado a cuia de mate substitui a xícara de café que nas cidades se oferece aos visitantes.

O chimarrão tem a sua cerimônia obrigada, e qual o champagne que perde a graça aristocrática se não for bebido em taças de cristal, ele não terá a sua graça rude, agreste mesmo, se não for tomado em cuia, ou porungo devidamente preparado, que os há até com requintado luxo de lavores de prata e ouro, com bombilha de taquara, ou de prata. Em roda feita, a cuia passa de mão em mão, como uma reminiscência do cachimbo da hospitalidade com que se recebiam os visitantes e forasteiros nas tabas de nossos indígenas (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 60).

No caso da expedição da qual Brito era parte, ela também contava com seus guias sertanejos que eram a linha de frente do batalhão liderado pelo tenente Firmino. Na medida em que o grupo realizou o trajeto entre Guarapuava e a foz do Iguaçu, o viajante relatou que o seu superior foi nomeando os acidentes geográficos que foi encontrando pelo caminho. Conforme os pressupostos teóricos de Carter (1987, p. 137), podemos apontar que se tratava de uma estratégia de legitimar o avanço da fronteira e a ocupação do espaço por parte do então recém-proclamado Estado republicano brasileiro. Não foi por acaso que alguns nomes de rios como Tiradentes e Castro Alves remetiam diretamente ao novo regime (BRITO, 2005, p. 52). Entretanto, o que mais chama a atenção nesse percurso é que um dos picadores pertencentes ao grupo da linha de frente, responsável por abrir picadas em meio à mata, foi nomeado no relato: tratava-se do sertanejo Salvador do Mato. De uma maneira indireta, Brito conferiu

autoridade ao verdadeiro descobridor do caminho que conduziu a expedição ao seu destino final que era as margens do rio Paraná e a foz do Iguaçu:

Firmino e os que estavam próximos se precipitaram para a frente, com o fim de verificar o que afirmava o Salvador do Mato. Constava a existência da picada, conforme anunciará o picador, os homens da turma que estavam presentes, experimentaram tanta emoção, tão forte, tão viva que não puderam falar, nem atenderem o tenente que lhes falara, no momento! Não era para menos! Tantos meses internados, passando a mesma vida sem mutação de painel, sem atrativos, insípida, sem notícias, onde as únicas vozes que ouviam era (...) o brasmir das feras que se anunciavam na quebrada da serra (BRITO, 2005, pp. 53-54).

Ainda que, de maneira constante, Brito tenha legitimado a autoridade do tenente Firmino como o “descobridor” da foz do Iguaçu, ele também acabou por apontar que foi Salvador do Mato o responsável por descobrir o caminho rumo à fronteira. O fato foi tão importante para a expedição, cuja moral estava baixa em meio a uma penosa e longa viagem pela fronteira-sertão, que o viajante acabou por pormenorizar os detalhes do acontecimento, dando inclusive os créditos ao sertanejo picador e registrando a euforia da tropa que ignorou por um momento a própria autoridade do tenente.

Os picadores eram também parte da linha de frente da expedição de Silveira Netto, o qual não deixou de registrar o fato quando empreendeu uma jornada até as cataratas do Iguaçu:

Munidos de farnel e preparos de pouso, cavalgamos os nossos animais, na sede da antiga colônia do Iguaçu, e partimos por ínvios atalhos florestais adentro, dorso curvado para evitar o galho pendente ou o espinheiro agressivo da picada. Á frente um camarada, facão em punho, abria o matagal, facilitando-nos a passagem. Atravessamos cautelosamente o rio S. João²⁴⁵, que por ali passa, galgamos a barranca oposta e abrimos vereda para a frente, pregozando a nova emoção que nos aguardava (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 81).

O espaço compreendido entre a boca do sertão do Chagú e a foz do Iguaçu era a região mais crítica no que tocava as intempéries enfrentadas pelas expedições brasileiras. Silveira Netto e Arthur Franco não se arriscaram por esse caminho. Era uma rota utilizada exclusivamente pelos militares. O tenente Muricy foi um deles que enfrentou tal odisseia:

(...) é preciso muita força de vontade e quasi nenhum amor á vida, para não se desanimar, no meio d’esse sertão, onde não se encontra um habitante, um

²⁴⁵ Afluente do rio Iguaçu.

ente que em caso de necessidade venha em nosso socorro. Em um caso de molestia grave, quem socorre o viajante? Como poderá atravessar em pouco tempo tão grande distancia?!

Por vezes se desanima n'esse interminavel sertão de 40 legoas, em que não se leva em conta tantos e tão fortes ondulações (MURICY, 1999, p. 59).

Nascimento e Brito sinalizaram que essa empreitada não seria possível sem o suporte dos sertanejos. Apesar de Muricy ter apontado para uma suposta falta de suporte para a sua expedição, quando se aventurou pelas cataratas, o papel do vaqueano foi essencial em sua tarefa de medição da profundidade do rio. O sertanejo tinha um papel fundamental nas questões científicas levantadas pelos viajantes. Sem o seu auxílio e “audácia”, atributos que por vezes faltavam aos forasteiros, não haveria dados a serem enviados ao governo brasileiro:

Quanto á sua profundidade, cremos ser pouca, porque um camarada (...) que acampára comnosco, teve a enorme audacia, de ir com agua até a cintura e o peito, agarrando-se de pedra em pedra, até perto dos saltos Tiradentes, no angulo, sendo obrigado a voltar para não ser arrebatado pelas aguas, que segundo elle diz, têm uma força extraordinaria, que aumenta progressivamente, á proporção que se aproxima da queda (MURICY, 1999, p. 83).

Ainda que os viajantes tenham ressaltado o espaço fronteiroço como obscuro e impenetrável, sobretudo, no sentido oeste após Chagú, há que aclarar que tal projeção também consistia num recurso textual para legitimar a conquista da fronteira-sertão. Ressaltar tais atributos daria uma maior credibilidade para o processo civilizador brasileiro que estava em movimento. A localidade de Catanduvas representava um posto avançado dessa fronteira em movimento. Era um pequeno campo aberto que Nascimento enxergava como um enclave de civilização em meio à mata densa. Localizava-se a 115 quilômetros ao oeste de Chagú e consistia em um ponto de apoio entre a recém-fundada Colônia Militar do Iguazu e a base militar de Guarapuava. Quando passou por essas paragens, o viajante relatou o contato que travou com um guia local, um homem negro chamado Appolinario. Não se tratava, entretanto, de alguém nascido no sertão, nem sempre o sertanejo era nativo deste ambiente. Em alguns casos, poderia ser uma pessoa adaptada a este contexto espacial. Assim como os europeus que se adaptaram à dinâmica de coleta da erva-mate nas margens do Iguazu, Appolinario era um ex-militar baiano que fixou residência na fronteira-sertão, onde passou a exercer a função de vaqueano das tropas que avançavam para o oeste:

Ah, que bella surpresa! Depois de opprimido pela selva impenitente, o livre ar dos campos e uma habitação para descanso.

Catandúvas não é propriamente um campo na acepção do termo, e sim um descampado de cerca de 1 kilometro de comprimento com 300 metros de largura.

No meio do rectângulo fica um galpão de madeira, de regular tamanho e onde reside o preto Appolinario, ex-praça do exercito. Lá tem elle a sua plantação de milho e a sua criação de porcos (sancho), em não pequena escala.

É um dos fornecedores de alimentação ás tropas que passam da colonia do Iguassu para a cidade de Guarapuava.

É bahiano e fala como uma preta mina.

(...) serve de guia a algum passageiro, que vindo só, tem receios de atravessar o inhospito e sombrio sertão para sahir nos campos (NASCIMENTO, 1903, pp. 90-91).

Para além da condição de vaqueano, a origem étnica de Appolinario chamou a atenção de Nascimento. Tratava-se de um descendente de escravos mina²⁴⁶ que ainda falava um dialeto proveniente do Golfo da Guiné, na África Ocidental. Sua descrição é coerente com a que foi realizada por Nina Rodrigues²⁴⁷, o qual encontrou falantes dessa língua em Salvador ainda no final do século XIX (RODRIGUES, 2010, p. 142-143).

O sertanejo poderia ser tanto alguém que pertencia um grupo que estava há gerações na fronteira-sertão, como poderia ser uma pessoa “aclimatada” por este ambiente. Em relação ao primeiro caso, Nascimento teceu uma minuciosa biografia de um homem chamado Jose Benedicto, o qual descreveu como uma pessoa rústica e alegre. Ele prestou serviços como guia para o exército brasileiro em 1852 durante uma expedição que buscava descortinar um caminho terrestre entre o Rio de Janeiro e a fronteira do Mato Grosso, tendo continuado a exercer a sua função de vaqueano até a virada do século XX: “Este velho que lá vive no fundo do sertão, inestimáveis serviços prestara como guia aos exploradores que buscavam a foz do Iguassu e o valle do Chopim (...)” (NASCIMENTO, 1903, p. 80).

Benedicto também participou da Revolução Federalista ao lado das tropas legalistas. Por esse motivo ganhou a simpatia de Nascimento, a ponto de ter a sua fala registrada, onde conta um episódio de bravura frente à presença de Juca Tigre, líder da facção inimiga:

²⁴⁶ Tal designação era uma forma genérica de designar os escravos embarcados na Costa da Mina, a qual corresponde a uma região do golfo da Guiné que abrange o litoral dos atuais Estados de Gana, Togo, Benim e Nigéria. O mais famoso porto de embarque de escravos foi a feitoria de São Jorge da Mina, em torno da qual se desenvolveu a atual cidade de Elmina, em Gana. Ver: (GESTEIRA, 2011).

²⁴⁷ Médico e antropólogo maranhense que desenvolveu toda a sua atividade intelectual em Salvador/BA. É considerado o fundador da antropologia criminal brasileira e pioneiro nos estudos sobre a cultura negra no país, ainda que sob uma perspectiva baseada no determinismo científico que ainda apontava o negro como uma raça inferior.

De uma feita — era pela revolução — os gaúchos de Juca Tigre penetraram em sua casa.

Terminado o infallível jantar, carregaram-no prisioneiro e, depois de apresentado ao chefe, levaram-no a matar.

Mas, -narra elle com os olhos em fogo e gesto ameaçador- «mas, na ocasião de passarem-me a degolla, mostrei-me tão calmo e valente, que a escolta retrocedeu, voltando commigo ao acampamento. Poucos momentos depois Juca Tigre me dissera: «Ias ser morto, porque és um pica pau, mas és um bravo deante da morte: é que a morte tem medo de ti. Vae, José Benedicto em paz.» «E largou-me.»

—Ah, se não fosse a minha presença de espirito, a castelhanada²⁴⁸ passava-me a faca, não tinha que ver» (NASCIMENTO, 1903, p. 80).

A fronteira-sertão era o cenário de refúgio dos que eram acossados pelos desdobramentos da Revolução Federalista. Internar-se pelo sertão o mais oeste possível era a melhor alternativa para quem buscava alguma paz. Esse movimento de pessoas estava alheio aos limites que estavam sendo projetados por Brasil e Argentina. Os vaqueanos Pedro Gonçalves e Luiz Machado eram gaúchos que se deslocaram para Campo Erê, dentro do espaço litigioso, e depois para San Pedro, território argentino, devido à incidência de conflitos no Rio Grande do Sul que acabaram se alastrando pelo oeste catarinense e paranaense.

(...) demoramos no sitio de Pedro Gonçalves, rio grandense, ha muitos annos residente em Campo-Erê e que também acossado pelo pavor da guerra civil veio parar em S. Pedro.

De todos os brasileiros residentes é este o que por seu gênio affavel e espirito emprehendedor melhor tem adquirido meios de subsistência: tem boa criação de gado e porcos, e possuiue duas tropas ao serviço de transporte de herva matte.

Outro a quem a felicidade também tem bafejado, pois vive sem privações, é Luiz Machado, o bom patrício que nos conduziu até Campo-Erê.

Pedro Gonçalves é vaqueano de toda essa zona e me informou que indios vindos dos sertões que ficam entre a costa do Uruguay e o Capitinga, entre o Chapecó e o Pepiry-Guassú, noticiam a existencia de um campo a sueste do Campo-Erê, desconhecido pelos moradores dessa grande zona.

Esse campo é chamado da Vacca Branca, e ja alguns exploradores de hervaes têm notado grandes queimadas para aquellas bandas.

Os mappas dão essa região por desconhecida (NASCIMENTO, 1903, p. 160).

No caso destes sertanejos-gaúchos -reconhecidos por Nascimento como seus patrícios- eram eles também responsáveis pelo avanço da fronteira brasileira. O viajante tomou nota da informação repassada por Pedro Gonçalves, a qual, por sua vez, foi

²⁴⁸ Referência aos voluntários uruguaios que lutaram na Revolução Federalista ao lado dos rebeldes.

repassada pelos indígenas da região, no sentido de registrar o avanço da ocupação de uma zona apontada como desconhecida pelos mapas oficiais.

Na conclusão do seu relato, Nascimento enfatizou a importância do avanço da fronteira oeste não só para fazer frente à presença argentina, mas também para estabelecer a tão almejada conexão terrestre-ferroviária entre o Rio de Janeiro e o Mato Grosso²⁴⁹, região fronteira estratégica e ponto de contato entre a bacia platina e a bacia amazônica. Ainda que ele tenha ressaltado o papel dos engenheiros no que tocava os estudos de implementação dessa rota, não deixou de conferir legitimidade à atuação dos sertanejos que retificou os estudos anteriores relacionados ao traçado da futura rota:

O Piquery²⁵⁰, que tem sua origem na borda do planalto, ao N. da campina de Guarapuava, em 950 metros de altura, ainda em 420 metros sobre o nível do mar não abandona a região montanhosa.

Mas na época que os illustres engenheiros Beaurepaire²⁵¹ e Tourinho²⁵² preconizavam o traçado pelo valle deste rio, nada se sabia das condições topographicas daquela zona, que posteriores explorações, feitas por profissionaes (Odebrecht, Gengembre) e por sertanejos, patentearam como pouco favoráveis para construcção da importante via projectada (NASCIMENTO, 1903, p. 195).

Na medida em que o sertanejo era visto como um agente importante dentro da dinâmica desta fronteira móvel, o olhar dos viajantes resultava ser positivo, sobretudo, quando era detentor de alguma posse, o que o diferenciava do sertanejo-caboclo que vivia exclusivamente de subsistência. Esse olhar positivo foi registrado por Nascimento quando estava a caminho dos Campos de Palmas:

E também devo desde já deixar aqui patente que em todos os pousos, quer de ida quer de volta, por toda essa longa travessia de 380 léguas, as nossas despesas cifraram-se apenas em alugueis de muares, gratificações aos

²⁴⁹ Existiu um debate dentro do círculo dos engenheiros militares a respeito do traçado dessa rota. A primeira opção seria através de Catalão/GO. A outra era por Guarapuava/PR. Nascimento, paranista que era, defendeu a segunda posição: “O general Bormann, felicitou em ordem do dia ao comando e á officialidade pela agradável impressão que recebera na visita feita ao 1º batalhão de engenharia, bem como a essa pleiade de engenheiros, pela dedicação comprovada nos estudos de reconhecimento do terreno para a abertura da estrada de Guarapuava a Matto Grosso, e nesse sentido fez extenso relatório ao chefe do estado maior do exercito, demonstrando as vantagens de um traçado pelo Paraná sobre o pretendido por Catalão, em Goyaz” (NASCIMENTO, 1903, p. 67).

²⁵⁰ Afluente do rio Paraná que nasce nas cercanias de Guarapuava.

²⁵¹ Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan, primeiro e único visconde com grandeza de Beaurepaire-Rohan. Foi um militar e político fluminense. Governou as então províncias do Paraná, Pará e Paraíba, além de ter sido Ministro da Guerra do Império.

²⁵² Francisco Antonio Monteiro Tourinho foi um conhecido engenheiro-militar que prestou vários serviços para o governo imperial brasileiro. Dentre seus projetos mais conhecidos está a ferrovia Paranaguá-Curitiba.

tropeiros e um que outro comestível para os logares desabitados onde tínhamos de fazer uso das barracas.

Isto em pleno sertão. Pelas fazendas, pelas choupanas, pelos acampamentos de hervateiros, nacionais ou estrangeiros, os seus moradores rivalizaram na fidalguia do trato, sem ter querido aceitar da comitiva um ceutil. É grato, pois, ao escriptor destas paginas assignalar o seu penhor, tão captivo que ficou á população do interior do Paraná, nimamente distincta e hospitaleira (NASCIMENTO, 1903, p. 25).

Estando na região de Palmas, ao realizar pouso na fazenda de São Christovão, não deixou de salientar a importância do “hospitaleiro povo do sertão” (NASCIMENTO, 1903, p. 34). A imagem do sertão pobre e atrasado desaparece ao salientar “(...) tão rica e prospera (...) zona paranaense que não se encontra (...) miséria pelos lares, ainda os mais modestos” (NASCIMENTO, 1903, p. 48).

A dicotomização entre a capital paranaense e o sertão acabou por dar lugar a uma comparação entre os sertanejos e a população caiçara do litoral paranaense. O motivo era bastante simples: Nascimento era nascido na litorânea Guaraqueçaba, próximo ao porto de Paranaguá. Embora tenha vivido a maior parte de sua vida em Curitiba, não deixou de evocar suas memórias e impressões sobre as gentes da costa, as quais teve bastante contato na infância. Na comparação com o sertanejo, apontou que o interiorano levava vantagem:

(...) O matuto do interior não se descuida: tem na porcada que ceva, nas aves que procrêa e no gado que reproduz a segurança de que não lhe faltará nunca a si e ao seu hospede um prato confortável.

Não tanto assim as populações modestas da marinha: Faltando o peixe, se o mar é estuoso, e a farinha, se a domina a saporema—eis a miséria dentro do lar, porque nem todos têm o bananal e os tubérculos da terra á porta, quando as enchurradas lhes invadem as searas (NASCIMENTO, 1903, pp. 48-49).

Estando em Guarapuava, a capital paranaense voltou a ser parâmetro de comparação. No entanto, desta vez, eram os interioranos que eram os civilizados. Nascimento se encantou com uma parada militar realizada pelos alunos do Instituto Becker²⁵³. Para ele, seriam esses meninos os verdadeiros representantes da nacionalidade brasileira em meio à fronteira-sertão, o que contrastava com a mocidade curitibana, que, segundo ele, estava desvirtuada dos ideais pátrios e de civilização:

Manobravam no campo com tal correcção á voz de cominando, partiam ao trote, ao galope com tal segurança, que contemplando-os me ufanei cheio de justos orgulhos por esses futuros defensores da Republica e da integridade de

²⁵³ Fundado em 1901, com subsídio do governo do Paraná, pelo professor argentino Juan Rodrigues Becker y Silva.

nossa Patria. É que esses levam para a mocidade o cunho da destreza physica e da sanidade moral.

Que tristeza tamanha contemplar agora a meninada travessa da nossa Capital, nos torneios das ruas, nas amotinadas dos circos de touros e de cavallinhos, ou jogando pedradas nas vidraças dos nossos palacetes, quando não fazendo experiencias de mão certa nos focos de luz electrica ou na cabeça dos transeuntes (NASCIMENTO, 1903, p. 68).

Os alunos do instituto receberam um olhar positivo porque seguiam as diretrizes militares que eram consideradas como parâmetros de civilização para Nascimento. Quando direcionou o seu olhar para o caipira paranaense e suas credices, ainda que tenha nutrido certa simpatia pelo outro, o distanciamento foi demarcado. A crença dessas populações no monge João Maria atravessou fronteiras. Tratava-se do mesmo culto praticado no Alto Uruguai e que foi relatado doze anos antes pelo argentino Ambrosetti. No entanto, o espaço relatado por Nascimento, a região do Porto União da Vitória, localiza-se a 650 quilômetros do Cerro do Monge, em San Javier, território argentino. O que nos faz pensar que o alcance dessa religiosidade era maior que o poder de influência dos Estados brasileiro e argentino, alcançando até a região do rio Paranapanema, na fronteira com o estado de São Paulo.

A 2 kilometros da casa do Snr. Josino Ayres, no Fachinal, junto a um arroio, encontrei uma capellinha, regularmente construída, tendo ao lado um olho d'agua, forte e límpido, cuidadosamente tratado.

Eis-me em presença, pela vez primeira, de uma fonte milagrosa. Os tropeiros não passam por aquelle ponto sem levantar a aba do chapéo, em signal de veneração á pequena ermida, ou sem descer do animal para beber a agua benefica, abençoada pelo milagroso João Maria.

Este cenobita, um velho rijo e secco, anda ha 40 annos perambulando por aquellas paragens: Fura o sertão até a Lagoa Vermelha; de lá corta os campos de Palmas; vae ao Tibagy; vence as florestas e as montanhas dos Agudos; interna-se no Paranapanema; faz por lá os seus milagres, as suas predicas, as suas orações; dá os seus bons conselhos, e retorna derivando para as margens do Iguassu, Jangada e não sei por onde mais. Andarilho de primeira, erra por montes e valles, andrajoso e esqualido, com um bastão apenas por arma. Não ha insecto que lhe morda as carnes, nem feras que lhe mômam os ossos. Quando passa pelos arredores—não penetra nunca as povoações—é um nunca acabar de povo ao seu encalço, pedindo bênçãos e curas.

E João Maria, muito nobre na sua missão consoladora dos afflictos e bem feitora da humanidade, aconselha paz e amor, applica beberagens e cataplasmas aos enfermos, sem receber dadiva alguma, sem acceitar um catre ao menos onde repousar.

Alimenta-se apenas com verduras.

Feita a cura ou a predica aos que o procuram, raspa-se, desaparecendo no fundo das mattas, sem se lhe saber o rumo.

Quando é menos esperado, reaparece, cada vez mais consolado da sua penosa missão sobre a terra.

Descrente por princípios e temperamento, procurei esmiuçar melhor a sua vida e o seu fim. Para as populações do interior esse individuo é um santo, porque até o presente, dizem os seus fieis, ainda não deu motivos de uma queixa sequer (...) (NASCIMENTO, 1903, p. 28).

O contato travado com os sertanejos seguidores do monge não implicou em um olhar negativo. Muito pelo contrário, Nascimento até mesmo esqueceu por um momento de sua crença irrefreável nos valores ilustrados e manifestou certo encanto pela “barbárie”. O momento simbólico onde isso se tornou mais latente foi quando resolveu imitar a prática religiosa dos caipiras ao tomar a água santa do monge. Foi ainda mais além, ao registrar o quanto os seus efeitos eram realmente verdadeiros, conferindo assim uma legitimidade à crença sertaneja, a qual seria tão legítima quanto o catolicismo oficial:

Entretanto, o celebre João Maria vai cada vez mais ganhando a confiança das populações.

No lugar onde faz pouso, quasi sempre á beira das estradas, erguem-se enormes cruzeiros onde os seus idolatras vão fazer successivas orações e pagar promessas, levando flores e accendendo velas. E ninguém pretenda contestar as virtudes desse novo monge: terá nos seus admiradores um bando de inimigos, tal a crença que os invadio.

É de admirar que até hoje não se tenha descoberto a origem e os fins dessa alma errante. A única verdade é esta: João Maria para o caipira é um santo, porque as suas curas são certeiras, os seus conselhos beneficos.

O lugar onde descança está abençoado. Deste modo fica explicada a existência da «Água Santa», no caminho que vai; do Jangada aos campos de Palmas.

Pois, meus senhores, a veneração é communicativa. Depois da narrativa dos feitos indeleveis desse pobre mortal como eu, que não tinha uma enxerga tão nova como o meu poncho-pala, nem uns pés tão rápidos e firmes como os do meu bucefalo, mas que possuia o prestigio e a confiança de toda uma população ordeira e grata aos seus beneficios—eu me senti pequenino, vasio de glórias e de ideaes; e incendiado pelo mal-estar da miragem por péssimos caminhos, como um crente cheio de fé, ardente, indigno, perdido o bom humor, descii do burrico, dobrei o dorso e de joelhos—metti a bocca dentro da fonte milagrosa... morto de sède !

Foi uma resurreição... (NASCIMENTO, 1903, p. 29).

Tratava-se de uma visão próxima a que já tinha sido manifestada antes pelo argentino Domingo Sarmiento, o qual, ao mesmo tempo em que enfatizava um discurso civilizador de erradicação do atraso do interior de seu país, manifestava também seus aspectos positivos (PIGLIA, 2014, pp.9-41; MÄDER, 2006, pp. 130-131). O que cabe ressaltar aqui é que os olhares do argentino e do brasileiro resultam estar unificados dentro de uma problemática genuinamente americana de olhar para os seus espaços interiores.

Há que considerar ainda o quanto a visão de Nascimento era influenciada pela conjuntura política da época. No caso dos seguidores do monge, ele mesmo afirmou que quem contestasse sua crença seria considerado como um inimigo mortal. Pareceu até

mesmo uma profecia para o que viria ocorrer anos depois com os desdobramentos relativos à Guerra do Contestado. Nesse caso, com toda certeza ele estaria a favor do poder legalista, em detrimento dos idólatras “bárbaros” que resistiam ao avanço do progresso²⁵⁴.

4.2.2 *Miradas negativas: os “hunos” do sertão como um entrave para o avanço da fronteira*

Sendo um legalista convicto, o relato de Nascimento é permeado pela sua visão a respeito dos acontecimentos relativos à Revolução Federalista, ocorrida alguns anos antes da sua expedição, cujos desdobramentos ainda se faziam sentir na fronteira-sertão. O caso dos refugiados que foram buscar exílio no lado argentino é um exemplo desta conjuntura. Influenciado por este contexto, emergiu em sua narrativa um olhar negativo a respeito do sertanejo-gaúcho. Para ele, o espírito da ordem e da civilização ainda não teria penetrado a sua índole moral. Assim relatou a presença gaúcha na região de Bella Vista de Palmas e seu entorno, terra então paranaense que mais tarde seria transferida para a jurisdição de Santa Catarina²⁵⁵.

Eu dizia que Bella Vista é o actual refugio dos que passam a fronteira; e de facto: por todo o município cruzam emigrantes com famílias e tropas em demanda de novos lares, porque se queixam de que no Passo Fundo e Palmeira as questiunculas de partidos se acham tão aferradas, que já não é possível viver ali com certa calma de espirito. É que, infelizmente, naquella zona da bella terra gaúcha, ainda não penetrou o espirito de ordem entre os seus habitantes, não experimentados sufficientemente com a licção das luctas enganosas e estereis que forraram de lucto o coração da patria, por longos annos.

Não me supponham exagerado nesta affirmativa, pois que basta mencionar que o sertão do rio do Peixe, de nosso lado, está sendo povoado por mais de 200 pessoas ali refugiadas.

Como prova, o exemplo da Irany, da Frigorifica, cujos arredores constituem uma grande colonia rio-grandense que occupa aquella valle, suppondo as terras devolutas (NASCIMENTO, 1903, p. 42).

Da mesma maneira que demarcou uma centralidade em Curitiba em oposição a uma periferia localizada na fronteira-sertão, Nascimento reconfigurou essa dicotomia ao

²⁵⁴ Nesse sentido, considerando o conflito decorrente do messianismo que existiu no interior baiano, Arthur Franco mencionou os “fanáticos de canudos” que mataram o seu primo João de Souza Franco, capitão do exército que combateu na Revolução Federalista e, posteriormente, na Guerra de Canudos (FRANCO, 1973, p. 39).

²⁵⁵ Nascimento, por motivos óbvios, não reconhecia a jurisdição de Santa Catarina. Por esse motivo, demarcou o limite -hoje inexistente- entre Paraná e Rio Grande do Sul.

transitar por este espaço. Os centros urbanos e os postos avançados do exército eram considerados como focos de civilização. Era o caso das localidades de Guarapuava e Catanduvas. Por esse motivo, era positiva a visão sobre os habitantes dessas paragens. O mesmo não ocorria quando relatava os habitantes da zona rural, nesse caso, assumia as vestes de civilizado, emanando assim uma visão negativa sobre os sertanejos, os quais não teriam apressado pelo bom gosto da estética do mundo civilizado:

Havia uma boa quinzena que fazíamos pouso em modestas habitações; porque, seja dito em honra á verdade, fora dos povoados, nossos campeiros e sertanejos, com muito boas excepções, de tudo cuidam menos de conforto em suas moradias. Feitas as suas moradas sem arte, rara é a casa de campo ou de sertão onde se sinta certo resguardo contra as intempéries e certo gosto artístico que deve fazer parte integrante da vida emocional por aquelles desertos e por aquellas solidões onde frequentemente passam homens de espirito culto e observador.
(...) A vida de sociedade ainda não está bem compreendida por estas paragens (NASCIMENTO, 1903, pp. 59-60).

Sendo assim, o habitante do campo teria que ser incorporado pela civilização. Os postos avançados dos militares teriam justamente essa função “redentora”. Nesse sentido, a localidade de Mallet foi outro exemplo elencado por Nascimento.

O telégrafo, símbolo da modernidade para a época, aí já se fazia presente. A missão dos militares era justamente a de convocar os sertanejos da região para que eles fossem incorporados a este novo centro urbano. Outra questão era relativa à nacionalização desses “matutos” -atribuição pejorativa que configurava num olhar negativo por parte do viajante- que observavam o hasteamento da bandeira brasileira com desconfiança, como se fosse uma situação distante da que viviam até a chegada dos forasteiros. A própria nomenclatura da cidade, a qual homenageava o Marechal Emílio Mallet²⁵⁶, lhes causava estranheza. Provavelmente ninguém ali teria ouvido falar naquele homem. O que pouco importava aos militares, já que a nomeação dos lugares consistia em um esforço de legitimar o seu próprio projeto ideológico e não o que pensava a gente sertaneja:

(...) numa posição admirável de belleza, está assentada a *Villa Mallet* (...) Bem no centro da *Villa* está edificado o bellissimo chalet da estação telegraphica.
O encarregado dessa estação, Valério Pedro, moço bastante intelligente e activo, tem feito grandes melhoramentos no edificio e se empenhado com

²⁵⁶ Militar franco-brasileiro que atuou em várias intervenções brasileiras no Prata, como a Batalha do Passo Rosário, a Guerra contra Rosas em Buenos Aires e a Guerra da Tríplice Aliança.

feliz êxito em chamar os habitantes dos arredores para aquelle povoado, distribuindo-lhes as casas construídas pela comissão militar.

O elegante chalet achava-se todo empavezado, sobresahindo no tope de alto mastro o pavilhão nacional.

Contemplar por alguns momentos a nossa bandeira desfraldada aos ventos por logares remotos, no meio de uma população em sua maioria composta de matutos, é sentir sobre a alma um jorro consolador, misto de orgulho e civismo pátrios e gravar no espirito uma phrase de esperança de melhores dias áquella pobre gente, cujos destinos e conhecimentos do mundo são os horizontes que apenas os seus olhos contemplam da porta da cabana (NASCIMENTO, 1903, p. 79).

A visão de Silveira Netto era ainda mais enfática e com menos nuances se comparado ao olhar de Nascimento. Quando esteve na foz do Iguazu, a sua preocupação não residia apenas sobre os argentinos que penetravam a fronteira brasileira em busca de erva-mate e madeira, os “brasileiros erradios” que viviam de maneira autônoma, sem a interferência do Estado, eram motivo de pesadas críticas de sua parte. O viajante citou as palavras de Sebastião Paraná, ardoroso republicano paranaense, para descrever a região antes do estabelecimento da colônia: “(...) o louro branco e o cedro (...) atraíram por alguns anos os estrangeiros e nacionais erradios que em busca de erva-mate clandestinamente enriqueciam, antes da fundação da colônia, com exportá-las para os portos argentinos (...)” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 52). Esses “erradios” eram os sertanejos que viviam ali antes da chegada efetiva dos representantes do Estado brasileiro. O relato do viajante acabou por revelar que essas pessoas possuíam autonomia para negociar livremente com os ervateiros argentinos. O que nos dá um panorama sobre como funcionava essa borderland no período anterior à chegada dos agentes estatais.

Tal conjuntura nos dá margem para pensar a respeito do tipo ideal de cidadão que, segundo Silveira Netto, deveria ocupar a fronteira. Em sua visão, os sertanejos não corresponderiam a esse tipo ideal. O que diferia da posição de Nascimento que advogava pela “civilização” dessas pessoas. Nesse sentido, manifestou um claro distanciamento em relação ao outro. O seu modo de vida e suas práticas de abrir roçados em meio à mata os tornavam responsáveis pela devastação das florestas. A referência é latente quando assinala que “o machado é o Atila incansável desse império vegetal” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 55). Nesse caso, tratava-se do machado que era empregado pelo habitante do sertão, que num sentido simbólico, referenciando as Invasões Bárbaras sobre o Império Romano durante o século V, era visto como um huno dos tempos modernos, uma ameaça à civilização brasileira que necessitava se afirmar nesse espaço:

Ernesto de Oliveira, o notável cientista conterrâneo (...) narra como nos seus verdes anos (...) atravessou as extensas florestas que bordeiam o Tibagi, o Paranapanema e o Paraná.

Nunca mais se nos apagarão da memória a imagens daqueles panoramas deslumbrantes que, no mundo inteiro, só a nossa pátria pode oferecer aos olhos do viadante. Mas chegou o dia, continua, de ouvir-se naquelas quebradas um eco compassado, perseverante, tenaz... é o machado que fende as árvores. Movem-no os braços brônzeos, os músculos de aço do nosso sertanejo, gente insensível à fome, à fadiga, bem como à beleza e à opulência daquelas paragens.

Meses depois ergue-se no céu o clarão rubro cor de sangue da queimada. Num turbilhão de fogo e de fumo os enormes troncos, os cadáveres da floresta, se estorcem estrepitosamente e se reduzem a cinzas.

Dez anos mais tarde convertem-se aqueles encantos da natureza em cerrados estéreis, em samambaias improdutivas.

Um cabedal imenso armazenado nas fibras daquelas árvores e nos princípios azotados daquelas terras consumiu-se em chamas e se evaporou nos ares.

Atrás do machado e do fogo fica o deserto (SILVEIRA NETTO, 1995, pp. 55-56).

Segundo a descrição acima, o sertanejo seria incapaz de compreender as belezas da nação. Apesar de classificá-lo como “nosso sertanejo”, existia um claro distanciamento entre o civilizado, letrado, capaz de promover descrições românticas sobre o espaço, e o bárbaro que apenas pensava em explorar e saquear as riquezas pertencentes à nação. Entretanto, de maneira alguma, ele era contrário à exploração das riquezas da floresta. Em sua visão, ela deveria existir, mas apenas com o aval e a regulamentação do Estado do qual era um de seus representantes legais. Eram dois pesos e duas medidas para apontar qual tipo de exploração seria legítima.

Na região que formava o perímetro da antiga colônia do Iguazu imperava singularmente o machado, a destruição pelo corte, pois o velho robe da floresta, centenário talvez, e sob cuja fronde basta e generosa o jaguar, ou o viajor cansado encontraram um dia abrigo e paz, deve ceder o anoso tronco, valendo uma pequena fortuna, à avidez comercial do exportador, deve ser mobilizada para o mercado, escrava indefesa e nobre a árvore.

Forte ereta na atura a basta frote abrindo

Cróada do ouro do sol, aos ventos sacudindo

A gloriosa cimeira (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 56)

A “domesticação” do sertanejo na fronteira somente poderia dar-se pela ação do Estado brasileiro, o qual ditaria as regras após o seu estabelecimento neste espaço. No entanto, ao mesmo tempo em que Silveira Netto elencava possíveis soluções para controlar essa população, o seu relato revela toda uma dinâmica de uma *borderland*, onde essas pessoas possuíam autonomia para comercializar madeira e erva mate. Não

importava se o intercâmbio comercial se dava além dos rios Iguazu e Paraná. Para essa população, a fronteira política não tinha significado algum. A região manteve essa característica mesmo após a demarcação formal da fronteira em 1895. O processo de “domesticação” da fronteira ainda teria largos anos pela frente.

Outra maneira de demarcar distanciamento e ressaltar o lado negativo do outro sertanejo era através de seus costumes alimentares. O hábito de tomar mate, ainda que fosse uma prática não corrente nos círculos ilustrados de Curitiba, foi ressaltado de maneira positiva pelos viajantes. Há que ressaltar, entretanto, que naquela altura, o mate já era o principal artigo de exportação do Paraná. Depreciá-lo não faria o menor sentido, muito pelo contrário, a ocupação da fronteira estava ligada diretamente às possibilidades de potencializar ainda mais a sua produção.

Em meio à fronteira-sertão, Nascimento salientou o quanto seu paladar estava “estragado pela alimentação a carne secca” (NASCIMENTO, 1903, p. 102). Ao chegar às margens do rio Floriano Peixoto, já nas proximidades da foz do Iguazu, travou encontro com Francisco Guilherme dos Santos, um ex-militar pernambucano que fixou residência na fronteira após a Revolução Federalista. Nascimento o descreveu como um homem já aclimatado ao sertão. Para além de ressaltar a sua condição de “mulato”, descreveu também as suas práticas culinárias. Francisco preparou um “Caboré”, uma variação da chipa paraguaia, o que denota uma interseção com o outro estrangeiro nesta *borderland*. Mas o que mais chamou a sua atenção foi o fato desta comida ser preparada “com a celebre graxa que por ali se vende”, uma espécie de tempero preparado com restos de carne bovina, que em sua visão era “de um gosto repugnante e rijo de arrancar dentes” (NASCIMENTO, 1903, p. 101).

Uma visão parecida foi emitida por Arthur Franco: “Havia (...) ali (...) uma grande lata de «gracha de vaca» que era empregada no tempero do «Jupará», já aberta e cujo cheiro, naquele recinto fechado, se tornava insuportável”. Ele ressaltou ainda o quanto um membro de expedição chamado Aristides “dormia dentro do «rancho», suportando, valentemente, o nauseabundo cheiro da graxa” (FRANCO, 1973, pp. 32-33).

O Jupará era uma comida típica daquela região fronteira, depreciada pelos viajantes, mas que era consumida por toda a população daquela zona, pouco importando a fronteira política idealizada pelos forasteiros.

Nascimento e Arthur Franco demarcaram distanciamento em relação a essa iguaria. No caso do primeiro, utilizou termos em espanhol que denotam mais uma vez a relação com o outro estrangeiro: “A alimentação usual dos moradores é constituída quase exclusivamente do *jupará*, mistura de *poroto* e *maiz*—feijão e milho” (NASCIMENTO, 1903, p. 100). Já o outro viajante demarcou que o milho utilizado era o “pindocado”, nomenclatura que ele atribuiu ser utilizada pelo “nosso caboclo” (FRANCO, 1973, p. 33), configurando assim um distanciamento em relação ao sertanejo que utilizava palavras de um dialeto próprio que era distinto do que era falado de acordo com a norma culta da língua portuguesa.

Figura 56 – Distribuição de comida em Lopey



Fonte: (FRANCO, 1973)

Ainda que a expressão “nosso caboclo” apontasse o sertanejo como parte integrante da nação brasileira, era notório o distanciamento emanado pelos viajantes, sobretudo, no que tocava as expressões relacionadas à fala do outro. Nascimento definiu o modo de se expressar do sertanejo como uma “linguagem rústica mas muito pittoresca” (NASCIMENTO, 1903, p. 80).

As referências acrescidas de aspas atribuídas às palavras sertanejas denotam o quanto existia essa demarcação. Por outro lado, ainda que essas fontes oficiais estejam carregadas pelo olhar dos agentes estatais, uma análise mais apurada nos permite

debruçar sobre a questão do falar e do dialeto do sertanejo. Nesse sentido, o linguista Ênio José Toniolo (2008-2009, p. 314) empreendeu um estudo acerca de outro relato de Muricy intitulado *Viagem ao país dos jesuítas*, resultado de uma expedição empreendida pelo norte paranaense, cujo objetivo era encontrar as ruínas da antiga localidade espanhola de Villa Rica del Espíritu Santo. Segundo o referido autor, embora se baseando em uma fonte oficial, foi possível abordar “vestígios de oralidade, sempre presentes nos textos escritos, apesar de policiados pela norma culta e pela finalidade com que eram redigidos”.

Embora tenha destacado algumas palavras do vocabulário sertanejo, sobretudo, no que tocava a flora²⁵⁷, o relato de Muricy sobre a fronteira com a Argentina não é tão detalhado quanto o que escreveu sobre o norte do Paraná. No entanto, o seu relato a respeito do sertanejo norte-paranaense elucida uma manifestação de alteridade para com o outro: “Na sua linguagem, curiosa e pitoresca, além dos vícios comuns à parte ignorante da nossa população (...) o o é por vezes substituído pelo e, i, u: possuir (pessuí, pissuí), conversa (cumbersa), em que o v é também substituído pelo b” (MURICY, 1975, p. 55).

Segundo a socióloga Maria Alice Setúbal (2005, p. 103), o dialeto caipira é influenciado pela língua tupi-guarani, onde não existem os sons para as letras d, f, l, v, z. Temos como exemplo a pronúncia do “lh” que é trocada pelo “i”. Essa maneira de falar persiste até nossos dias, mas também foi registrada por Brito em 1889 na fronteira com a Argentina. Quando o sertanejo Salvador do Mato encontrou um caminho aberto pelos ervateiros argentinos, o viajante assim registrou a sua fala: “óia uma picada aqui” (BRITO, 2005, p. 53).

Ainda que Brito tenha qualificado o dialeto sertanejo como uma forma de “bárbarismo”²⁵⁸, de uma maneira constante, foi elencando a nomenclatura sertaneja ao lado das palavras provenientes da norma considerada culta da língua portuguesa e também através de notas de rodapé. Sendo assim, o seu relato não deixa de ser uma importante fonte de registro da oralidade presente na fronteira-sertão do oeste paranaense naquele período: “O couro de anta é conhecido como «camocica», entre os sertanejos. Este vocábulo (...) é barbarismo do caboclo paranaense. (...) Há duas classes

²⁵⁷ Como por exemplo: *nhapindás* e *gurupiás* (MURICY, 1999, p. 50).

²⁵⁸ Mais tarde, em 1920, o escritor paulista Amadeu Amaral buscou legitimar esse modo de falar através do seu compêndio intitulado *Dialeto Caipira*. Sendo um membro da Academia Brasileira de Letras, buscou seguir um método de coleta de expressões que respeitasse as normas da filologia moderna, dando assim credibilidade científica ao seu trabalho (FERREIRA, 2019, p. 45).

de veado: o conhecido pelo nome «pardo» e outra menor que o sertanejo denomina «Capororóca»” (BRITO, 2005, p. 66).

Silveira Netto, estando na fronteira no auge do verão, comparou o clima daquele espaço às “terras do norte” brasileiro. Ao mesmo tempo, lamentava a proliferação de mosquitos por aquela zona. Registrou ainda que o referido inseto era denominado pelos sertanejos como “Barigui” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 47). Arthur Franco, no mesmo sentido, registrou a fala sertaneja no momento da abertura de uma nova picada pelo sertão: “(...) a picada foi aberta através de largo trecho de um chapadão revestido de um bambusal espinhoso a que a peonada dava o nome de «jatevoca»” (FRANCO, 1973, p. 41).

Quanto mais os viajantes brasileiros iam se aproximando da foz do Iguazu, ficava mais difícil estabelecer uma fronteira entre o que era o “nosso” e o que era o “deles” (argentinos). O sertanejo de Porto União da Vitória, no centro-sul do Paraná, não era o mesmo que habitava a fronteira com a Argentina. Neste espaço, era difícil atribuir uma nacionalidade de fato às pessoas do lugar. Muitas vezes, o dialeto e as expressões utilizadas não respeitavam a fronteira política que era projetada pelos Estados brasileiro e argentino.

Esta *borderland* era um espaço fértil para as projeções emanadas pelos forasteiros. Nascimento, ainda que tenha manifestado olhares positivos a respeito do sertanejo, quando se aproximou da foz do Iguazu, mesmo estando ainda em território brasileiro, demarcou uma fronteira imaginária entre o que era “nosso” e o que era “deles”. Nesse caso, o habitante do sertão brasileiro, através de uma mirada negativa, era “de cútis negra e indianos, alguns bisonhos, outros maltrapilhos”. Enquanto o interiorano argentino era “uma raça bonita e inteligente, trajando roupas decentes, gorro vermelho á cabeça, faixa vermelha cintando os quadris, um longo chiripá bordado descendo até os pés, resguardando as pantalonas dos espinhos e da lama. (...) Enterrerianos e correntinos” (NASCIMENTO, 1903, p. 94).

O uso do chiripá denunciava que a descrição não fazia referência aos forasteiros oriundos de Buenos Aires. Tratava-se da tradicional indumentária *gaucha*, típica do habitante da pampa argentina, cuja influência alcançou também Misiones e as províncias adjacentes. O próprio viajante brasileiro apontou que se tratavam de enterrerianos e correntinos. Ou seja, a referência era em relação ao outro interno argentino, a qual servia de parâmetro de comparação com o outro interno brasileiro, o qual, nesse caso, levando em conta o contexto da mestiçagem entre brancos, negros e

indígenas, era dotado de uma conotação inferior. Nascimento, entretanto, não levou em consideração que essa conjuntura racial também era presente dentro do debate intelectual argentino.

4.3 Um olhar portenho sobre o misionero: como erradicar a barbárie na frontera-desierto?

As expedições que saíram de Buenos Aires com destino a Misiones se depararam com um ambiente distinto do seu local de origem, tanto no que tocava o seu aspecto espacial, como o que concernia o aspecto humano. No primeiro caso, para além dos viajantes projetarem este espaço como um deserto, existia toda uma narrativa dentro dos relatos que demarcava a dicotomia entre a capital nacional, dotada de um clima temperado, e a frontera-desierto de Misiones, onde predomina um ambiente subtropical. Tratava-se da construção do “outro geográfico” no sentido de empreender um esforço para efetivar uma territorialização de um espaço que ainda não estava efetivamente integrado à nação argentina.

Os relatos eram um espaço onde essas diferenças eram não apenas potencializadas pelos seus autores, como também exageradas ao ponto de projetarem um ambiente que não correspondia exatamente à realidade do local. O clima subtropical é característico da zona próxima ao Trópico de Capricórnio, onde Misiones está localizada. Apesar desse tipo de clima ser diferente e mais frio em comparação com o clima tropical predominante nas zonas mais próximas à linha do Equador, os viajantes idealizaram todo um imaginário a respeito de uma zona tipicamente tropical. O que denota a influência europeia no que tangia o imaginário sobre as regiões tropicais da América. Buenos Aires, apesar de também estar localizada na zona subtropical, possui invernos mais rigorosos justamente por se localizar mais ao sul.

Essa diferenciação climática entre Buenos Aires e Misiones foi bastante potencializada nos relatos argentinos e corrobora para a construção de um lugar tipicamente tropical, localizado numa “*latitudo tórrida*” (BASALDÚA, 1901, p. 102). Do lado brasileiro, apenas Silveira Netto traçou um comparativo entre este espaço e as “terras do norte” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 47). Ainda assim, demarcando que esteve pela região especificamente durante o período do verão.

O que Rafael Hernández definia como um “*sol ecuatorial*” (HERNÁNDEZ, 1973, p. 49), mesmo estando mais próximo da latitude do Trópico de Capricórnio, era o

responsável por um clima extremo, responsável por atrair uma fauna hostil à sobrevivência do homem. Foi o que também apontou Eduardo Holmberg: (...) *en el norte del país, se sufre no poco a causa del calor que con frecuencia sube a 41°C, o más aún, de los mosquitos (...) y de cuanta plaga tienen los países cálidos*” (HOLMBERG, 2012, p. 30).

Tratava-se de uma releitura do pensamento europeu que desqualificava a natureza americana ²⁵⁹. Esse olhar generalista foi reconfigurado pela elite de Buenos Aires, que se configurava então como uma nova centralidade em relação à periferia localizada na fronteira nordeste argentina.

Considerando o contexto do determinismo científico predominante naquele período, o ambiente de Misiones também moldaria o modo de vida de seus habitantes. O costume da *siesta*, predominante até os dias de hoje na região, era malvisto pelos portenhos. Tal hábito não seria condizente com a nova ordem racional-burguesa que era trazida pelos forasteiros. Ela causaria um prejuízo para as futuras atividades capitalistas a serem desenvolvidas neste espaço. Além de ser um costume que não era digno de ilustração: *“El verano a los 27° de latitud, en esta parte del mundo, destila ciertos fluidos que ejercen su acción maléfica en todos los mortales y una de las más pertinaces, una de las que más se opone al lustre de las poblaciones sobre las cuales se ejerce su acción, es la siesta”* (HOLMBERG, 2012, p. 139).

Holmberg ainda aponta que *“(...) la siesta aletarga el espíritu”* e ainda faz com que os locais não tenham (...) *gusto para el trabajo continuado*” (HOLMBERG, 2012, pp. 141-142).

Contudo, os efeitos do ambiente misionero não afetavam apenas os locais. Ao travar contato com o portenho Francisco Fernández, então residente em Posadas, Holmberg o indagou acerca dos motivos dele ter aderido à *siesta*. A resposta caminhou justamente no sentido de demarcar outra temporalidade, distinta da modernidade ocidental que era apregoada pelo viajante: *«Yo también pensaba lo mismo cuando llegué a Misiones. Necesitaba sol, luz, tiempo (...). El fenómeno es general y el que no duerme se enferma»* (HOLMBERG, 2012, p. 141).

²⁵⁹ Esse pensamento pode ser encontrado nas obras *A História Natural*, de Buffon e *Recherches philosophiques sur les Américains*, de Corneille de Pauw. Ver: (PRADO, 1999, pp. 181-183).

Nesse mesmo sentido, lembrou da vivência do botânico francês Aimé Bonpland²⁶⁰ em Misiones. Sem nunca o ter conhecido, o registro consistiu meramente em um recurso narrativo apenas para legitimar suas pretensões científico-deterministas:

Así se transformo Bonpland. Así abandonó aquel sábio, que había atravesado tantas veces los ricos alfombrados de la Malmaison²⁶¹, el uso del zapato; y su lengua, suave modulatriz de las Geórgicas²⁶², adoptó el **iponá** y el **ñande yara** y el **cagüipe**.

Es la influencia suprema del medio: el aire, el calor, el traje, el alimento, el idioma, el panorama y las vinculaciones sociales (HOLMBERG, 2012, p. 169, grifos do autor)²⁶³.

O ambiente misionero teria exercido uma forte influência sobre o ilustre francês, teria ele abandonado os seus hábitos e indumentária de civilizado para adotar a língua guarani e os demais costumes das gentes daquele espaço.

Dentro do contexto do avanço da fronteira argentina, o esforço de poder exercer domínio sobre um ambiente considerado agreste e inóspito perpassava pelo debate racial tão presente no círculo intelectual argentino do século XIX. Os habitantes deste espaço eram vistos como um problema a ser solucionado pelas leis científico-deterministas de então. O olhar dos viajantes sobre o humano caminhava no sentido de poder levantar soluções para o problema do atraso e da barbárie de seus habitantes. Os quais eram objeto de críticas, desconfianças, precauções, projetos e ações daqueles que carregavam os ideais urbanos, ilustrados, modernos e civilizados. Essa população teria que ser suplantada por uma “raça superior”. Para a elite portenha, a Argentina como um todo ainda não era suficientemente branca e Misiones era parte desta conjuntura²⁶⁴.

Se no caso da fronteira-sertão brasileira, a matriz tupi moldou os costumes e o modo de falar dos sertanejos, no caso da frontera-desierto de Misiones, a herança guarani era predominante numa população composta em sua maioria por mestiços e também por indígenas sem mestiçagem. Seria um “problema” a ser solucionado pelos

²⁶⁰ Botânico que se celebrou pela viagem de exploração do continente americano que empreendeu com Alexander von Humboldt e pela sua decisão de renunciar aos meios científicos e sociais de Paris para ir viver em Misiones, onde faleceu em 1858. Ver: (MOREIRA & QUINTEROS, 2008).

²⁶¹ O castelo de Malmaison é um palácio francês situado na comuna de Rueil-Malmaison.

²⁶² Referência à origem latina da língua francesa através da citação às *Geórgicas*, conjunto de livros escritos pelo poeta romano Virgílio durante o século I a.C.

²⁶³ Grifos do autor para ressaltar as palavras pertencentes ao idioma guarani.

²⁶⁴ Pablo Lacoste realizou um interessante estudo sobre os dados forjados por Zeballos para justificar os seus projetos para a nação Argentina. O autor mostra que ademais do impacto da migração europeia em cidades como Buenos Aires, Santa Fé e Mendoza, a Argentina permanecia com sua população basicamente constituída por mestiços, o que contrariava as teorias da Argentina branca e europeia idealizada por Zeballos. Ver: (LACOSTE, 2003, p. 120).

agentes externos que desejavam suprimir tal influência em nome da causa nacional argentina. Para Hernández: *“La solidaridad nacional está quebrantada por completo; no puede decirse que el correntino del Norte y misionero, sean realmente argentinos por el sentimiento”* (HERNÁNDEZ, 1973, p. 30).

Tendo o fator do idioma como parâmetro, o distanciamento entre o portenho e o misionero também foi demarcado por Ambrosetti:

Abordo no se habla sinó guaraní (...)
Desde que salimos de Corrientes, y en todo el Alto Paraná, el guaraní impera único para todo; hasta los mismos que hablan español, lo prefieren; parece que sinó, no pueden entenderse. Aquello es un mundo aparte en donde uno se encuentra extranjero en su propio país, lo mismo que si se hallase en la China (AMBROSETTI, 1894, p. 33).

Para ele, estar em Misiones era como estar no estrangeiro. Para dimensionar ainda mais esse distanciamento, reconfigurou uma velha prática europeia de olhar para o Oriente como uma terra distante e exótica. Nesse caso, Ambrosetti projetou o seu próprio Oriente para dentro do espaço americano.

Sendo o projeto de construção da nação argentina guiado pelas influências liberais oriundas da Europa, era natural que os portenhos se identificassem com tal premissa ideológica. Não se tratava apenas de demarcar um distanciamento geográfico, já que para eles, Misiones e os países asiáticos teriam um fator em comum que era o de ainda não estarem plenamente integrados à nova ordem burguesa vigente em boa parte da Europa. Nesse caso, a distância entre Buenos Aires e Inglaterra era simbolicamente menor se comparada ao que separava a capital argentina da fronteira misionera: *“La diferencia de idioma es barrera más poderosa que el Océano, por lo cual nos es mas fácil estrecharnos con los Europeos que con esta fraccion de nuestros compatriotas. Aquí somos mas extranjeros que el Inglés en Buenos Aires”* (HERNÁNDEZ, 1973, p. 30).

Para os portenhos, era necessário empreender uma ação que pudesse integrar esse canto recôndito da nação. A civilização não deveria ficar restrita apenas à Buenos Aires. O domínio efetivo da frontera-desierto de Misiones era parte essencial do processo de construção da nação argentina.

A questão racial era correlata a esse processo. Melhorar a qualidade da “raça argentina”, tendo o fenótipo europeu como parâmetro, era uma premissa básica. Tal problemática já fora elencada antes por Sarmiento, Alberdi e pelos intelectuais da

Generación del 37 e continuava sendo pauta dos viajantes que se dirigiram a Misiones. A visão negativa acerca do habitante do interior, tão apontada pela geração anterior de intelectuais, continuava presente: “*Muchas veces en mis viajes he visto cosas que me han irritado vivamente porque ligando términos, comparando leyes, costumbres, instituciones, he llegado a la impresión de que somos un Pueblo de monos (...)*” (HOLMBERG, 2012, p. 97).

Tal exercício de comparação era parte de uma retórica exagerada de Holmberg para chamar a atenção para a questão racial. Para que a Argentina pudesse integrar o rol das nações civilizadas, era necessário se moldar aos moldes das nações europeias. Para os portenhos, tal ação somente seria possível mediante a aplicação das leis científicas que gestariam um tipo nacional plenamente desenvolvido:

(...) está en gestación una raza llamada á grandes destinos, **si es bien conducida**; ó á la absorción por otras más fuertes, según las leyes biológico-social es, **si se estaciona ó retrocede intelectualmente**. El problema de la instrucción del pueblo, y el de la selección de razas inmigrantes, son los más transcendentales de todos los problemas que deben resolver los argentinos. Es hora de meditar: y en seguida ¡á la obra! (BASALDÚA, 1901, p. 21, grifos do autor).

Tendo o fenótipo europeu como parâmetro, os olhares sobre os misioneros inevitavelmente teriam uma conotação negativa. Hernández chegou a projetar Posadas como uma nova centralidade, um enclave civilizatório em meio à barbárie: “*Es el asiento actual de las autoridades , porque es el único posible – Mas adelante no existe centro de poblacion importante*” (HERNÁNDEZ, 1973, p. 46). No entanto, desqualificava as demais localidades e seus habitantes que conformariam uma “raça inferior”:

Los antiguos pueblos de Candelaria, Santa Ana, Loreto, San Ignacio, Corpus, Mártires, Apóstoles, no son hoy sino ruinas, montones de piedras, la mayor parte superpuestas, sin mezcla de argamassa, á cuyos alrededores se agrupan treinta ó cuarenta chozas humildes, con habitantes desnudos, hambrientos y semi-salvajes, que se mantienen, ellos y sus perros, con maiz y naranjas silvestres.

(...) Su idioma es una mezcla de guaraní, paraguayo, correntino y brasilero, siendo lo menos usado el castellano.

(...) el castellano es LA LENGUA MUERTA que se emplea para los oficios místicos, como el latin entre los pueblos castellanos (HERNÁNDEZ, 1973, pp. 46-48).

Apostoles Martires San José y San Carlos, hoy tristes aldehuelas á cuyos alrededores vegetan sin elementos de sociabilidade ni de trabajo algunas familias diseminadas desde las ruinas de antiguas reducciones (...).

No tienen un tipo fisionómico por la mezcla entre indios, paraguayos, correntinos y brasileiros, y en cuanto á su carácter son indolentes, apáticas, desgreñadas (...) (HERNÁNDEZ, 1973, pp. 96-99).

Ao contrário de Hernández, a visão de Holmberg sobre Posadas não era nada positiva, não representava tampouco uma centralidade: “*Creado el villorio por los yerbateros (...) aumento poco de población hasta constituir un grupo de habitaciones humanas comparable a uno de esos pueblitos de campo de la provincia de Buenos Aires que han dado de sí todo lo que podían dar; nada más*” (HOLMBERG, 2012, p. 107).

A respeito da população da cidade, assim relatou “(...) *casi toda la población anda descalza (...). La vida primitiva de la mayor parte de los pobladores exige poco al refinamiento europeo*” (HOLMBERG, 2012, p. 111).

A visão de Holmberg estava em consonância com o padrão de comportamento que foi estabelecido no Ocidente pelos europeus (ELIAS, 1993, p. 17). Sendo assim, a falta do uso de calçados, algo absolutamente normal para os habitantes deste espaço, mesmo os de origem europeia²⁶⁵, era visto com desconfiança por parte dos portenhos.

No relato de Basaldúa sobre a localidade de Santo Tomé, chamou a sua atenção o fato de ali os policiais andarem descalços. O contraponto foi estabelecido a partir de sua própria indumentária de “civilizado”: “*Y pensé, tal vez mi traje ó mi gorrito jockey llamarán la atención de este soldado, si no son mis botines colorados los que le chocan, á él que va descalzo*” (BASALDÚA, 1901, p. 78).

Nesse mesmo sentido, Ambrosetti relatou a atividade dos vaqueanos de sua expedição pela foz do Iguazu: “*Los pobres peones descalzos por entre las piedras de la costa con la cuerda al hombro, haciendo esfuerzos gimnásticos de toda especie (...)*” (AMBROSETTI, 1894, p. 117). Não foi por acaso que o registro da imagem do que seria um típico misionero foi registrada por ele exatamente através de um homem com os pés descalços. Na fotografia intitulada “*Un Peón Misionero*”, existiu uma clara intencionalidade de expor o que ele encontrava de exótico dentre os habitantes locais. Não era conveniente publicar a imagem de alguém que trajasse uma indumentária similar à que era utilizada pelos seus leitores em Buenos Aires.

²⁶⁵ Assim apontou Basaldúa: “*Si se tiene presente que todos los indígenas y muchos europeos que habitan los bosques misioneros, andan descalzos*” (BASALDÚA, 1901, p. 109).

Figura 57 – *Un Peón Misionero* (Ambrosetti)



Fonte: (AMBROSETTI, 1892a, p. 118)

A busca constante pelo que era considerado exótico refletia na descrição dos costumes do outro misionero. Assim como entre os brasileiros, assuntos como a religiosidade, as superstições e a culinária eram pautas que eram levadas em conta pelos argentinos. Era necessário mapear e demarcar essas diferenças para que mais adiante fossem desenvolvidas ações que pudessem permitir o avanço da fronteira do Estado argentino sobre uma terra distante e exótica.

O cristianismo já era corrente em Misiones desde a era dos jesuítas. O resultado da fusão entre as religiões europeia e guarani gerou um ambiente bastante particular, onde duas visões de mundo se chocaram. A religiosidade dos misioneros do século XIX era herdeira desse hibridismo, o qual era malvisto pelos viajantes. Para eles, era necessário empreender uma nova cruzada cristã, partindo de Buenos Aires, em direção à fronteira, onde seus habitantes praticavam um cristianismo corrompido dentro de templos rústicos e que não eram dotados de civilidade:

Es á mi juicio muy oportuno que algunos de esos apóstoles del cristianismo, que abundan en nuestra grande capital, se dirigieran á estas comarcas que les rindan teatro para ejercitar su mision y derramar el el seno de estas poblaciones primitivas la luz del Evangelio.

La Iglesia de Ituzaingó es una capillita de mala muerte, tan estartalada y pobre (...) (HERNÁNDEZ, 1973, p. 31).

Ademais, a descrição que Hernández realizou das procissões realizadas em Misiones era extremamente negativa:

Recuerdo que cuando llegamos á Candelaria, lo primero que encontramos fué una procesion compuesta de diez ó doce individuos, entre hombres, mujeres y niños, lo mas haraposos y desastrados que se puede imaginar, los cuales traian del Paraguay con toda solemnidad una estatuita grotesca como de cuatro pulgadas de alta, que dijeron ser el Santo del dia, é iban á rezarle novena.

La orquesta se componia de una guitarra destemplada, un canuto con rango de corno inglés, que sonaba á cuerno criollo, una matraca de madera y unos fierros torcidos remedando el triángulo.

Aquella cuadrilla de rostros ceñudos, andar mesurado y solemne continente, presentaba un aspecto amenazador: mas parecia una invasion de gitanos que una comunidade oficiando en oracion.

Hace pocos dias cruzó estos caminos otra carabana por el estilo compuesta de varios individuos a pie que llevaban de Apóstoles á Santa Ana y á una Virgen, en una carreta. Esta última es un muñeco horrible (...)

La travesía dura quince días, y las noches, como en todas las fiestas religiosas, se emplean en bailes, beberages, juegos y todos los accesorios del mas repugnante libertinaje (HERNÁNDEZ, 1973, pp. 99-100).

Para além de praticarem um tipo de catolicismo rústico, os misioneros eram vistos como um povo supersticioso. Tais credices eram vistas com desconfiança pelos portenhos, pois ao mesmo tempo em que estes advogavam por um controle maior por parte da igreja católica, a fé que nutriam pelo poder da ciência parecia ser ainda maior. Durante sua subida pelo rio Paraná, na altura de Goya, Corrientes, Ambrosetti relatou a lenda da *Isla del Diabo*, a qual supostamente se movia e era povoada por espíritos até que um jesuíta a “exorcizou” e a fixou definitivamente. Para ele “*esta leyenda debe tener algún origen en los indios que la han venido trasmitiendo de generación en generación hasta los blancos*”. Contudo, a explicação “científica” foi pela via de uma citação ao naturalista francês Bonpland que “*creía que el origen de la leyenda provenia de que la isla del diablo debió ser un embalsado que entraba por un brazo del rio que debió allí existir*” (AMBROSETTI, 1894, p. 10).

Mais ao norte, ao cruzar a entrada do então desconhecido *Esteros del Iberá*, Ambrosetti chamou a atenção para a credice da população local: “*Ituzaingó está en las*

cabeceras de la misteriosa laguna Iberá sobre la que tantas versiones corren y tantas leyendas ha creado el espíritu impresionable de los hijos de Corrientes” (AMBROSETTI, 1894, p. 33).

A região do Iberá exerceu um grande fascínio sobre os viajantes portenhos. Todos eles relataram este espaço sempre no sentido de atrelá-lo a um mundo desconhecido e que necessitava ser desvendado e dominado. Para Holmberg “*su exploración es (...) un deber nacional*”. Nesse sentido, o maior alvo era justamente as superstições dos habitantes que aí viviam: “*El reconocimiento de la laguna no solamente podría satisfacer las exigencias de los curiosos sino también agotar una fuente de supersticiones (...)*” (HOLMBERG, 2012, p. 92).

Basaldúa foi o único que empreendeu uma expedição pelo interior do Iberá. Empreendimento este que não seria possível sem o suporte dos vaqueanos locais. Entretanto, a sua relação com os locais caminhava sempre num sentido assimétrico, de colocar-se como representante de uma raça superior proveniente de Buenos Aires. Seria pela via da ciência que legitimaria suas ações e provaria a ignorância do outro. Para ele, os missioneiros estavam afundados no mundo da superstição e da ignorância. Sendo assim, explicou a lenda do monstro *curiyú* de uma maneira que julgava ser mais racional:

No es, pues, extraño que los pobres indios incapacitados de penetrar al interior de la laguna U-berá, á causa de los tembladerales que circuyen sus orillas, inventaran seres fantásticos para llenar ese inmenso hueco que se llama U-berá.

Tembladerales son los restos de islas flotantes encalladas en la orilla, que poco á poco avanzan al interior de la laguna, haciendo peligrosa su aproximación.

(...) Las haciendas vacunas y yeguarizas huyen instintivamente del peligro de los tembladerales. Pero el homo sapiens que carece de ese instinto previsor, y todo lo fía á su sabiduría, penetra al galope de su caballo recogiendo hacienda ó ejecutando otras faenas, pisa el caballo en partes donde la costra superior es muy delgada, incapaz de resistir el peso de hombre y bruto, y... el abismo los traga, cerrándose la verde maraña sobre sus cabezas!!!

Cuando á la caída de la tarde no vuelve el jinete hacia su rancho, su pobre esposa, sus hijos y algún fiel compañero, siguiendo el rastro del amado ausente, llegan hasta el tembladeral, donde la huella desaparece. Allí encuentran, á veces, el rebenque ó el sombrero del jinete, y en su triste aflicción y en su ignorancia ¡¡¡el monstruo!!! ¡¡¡el curiyú se lo ha tragado!!! exclaman, y vuelven á llorar su orfandad al enlutado hogar.

El curiyú es una culebra acuática enorme, de diez metros de largo por treinta centímetros de diámetro, que habita em los embalsados ó islas flotantes del Ú-berá.

Esa es la causa de las supersticiones terroríficas del Ú-berá, y las que han impedido la exploración de la laguna (BASALDÚA, 1901, pp. 40-41).

A descrição que realizou de sua exploração pelo *Esteros del Iberá* resulta ser um típico relato científico concernente com o seu tempo, sempre demarcando a sua relação com o outro, tratado como ignorante e supersticioso. Para Basaldúa, os instintos selvagens dos locais tampouco poderiam ser “domados”. Eles não seriam capazes de se submeter a uma hierarquia militar nos moldes europeus.

O passado jesuítico também era evocado para designar o local como atrasado. Dentro da lógica positivista, era um passado que deveria ser ultrapassado e que ainda subsistia na região do Iberá.

En nuestros días, en la aurora del siglo XX henchido de promesas de civilización, hay todavía muchas damas y caballeros que van á consultar adivinas; que creen en jettaturas, y para quienes es infausto el número 13, obedeciendo á estúpidas supersticiones(...) reminiscente de edades de barbarie y de ignorancia.

Fenómeno análogo observé entre la mayor parte de los vecinos que habitan las riberas del U-berá,

(...) Puede decirse que el Ú-berá es todavía un lago de jesuítas.

Tuve ocasión de hacer estas observaciones, cuando conducida mi canoa desde el Paraná, hube de elegir los hombres que debían acompañarme á navegar el Ú-berá.

Aquellos hombres que en mí veían su jefe militar, y á quienes la disciplina obligaba á obedecer, influenciados por las supersticiones que rodean la misteriosa laguna U-berá, mostrábanse poco dispuestos á embarcarse en la canoa: algunos se fingieron enfermos, y otros, los peones que llevaba á sueldo, cobraron su dinero y desertaron (BASALDÚA, 1901, p. 50).

A alteridade também se manifestava no ato de registrar a fala do outro, uma mescla de espanhol e guarani, que em sua concepção, era um dialeto bárbaro e fadado ao desaparecimento. Assim se expressava, quando, irritado, teceu comentários direcionados “àquela gente” que o alertava para o perigo do “monstro do Iberá”: “*Pues empezaba á fastidiarme en grado sumo el plañidero refrán de aquella gente: <¡¡ El curiyú!! No vas al Ü-berá, che carai!!*” (BASALDÚA, 1901, p. 51).

Contudo, ademais da clara intencionalidade do viajante em desqualificar o outro, resulta interessante apontar como são registrados os vestígios da oralidade misionera presente no texto escrito, ainda que permeado pela norma culta e pela finalidade com que eram redigido, por vezes a voz do outro emergia na superfície do relato.

4.3.1 O “criollo” misionero como um membro ativo na dinâmica de avanço da fronteira argentina

A tônica de desprezo mudou somente quando algum local acompanhava Basaldúa em sua empreitada científica. Nesse caso, existiu uma aproximação para com o outro, tendo o viajante demonstrado estima pelos soldados que o auxiliaram na expedição. Um dado importante reside no fato de que essas pessoas foram nomeadas pelo viajante, foram reconhecidos como personagens importantes em seu relato. Entretanto, a relação assimétrica não desapareceu por completo. A maneira como registrou a fala de Cirilo Martinez - definido por ele como um “*hombre laborioso, inteligente agricultor, generoso y valiente*” (BASALDÚA, 1901, p. 43)- é um dado importante, já que o relatado dirigiu-se a Basaldúa utilizando a expressão “*burubicha*”, palavra guarani que expressa um significado de liderança.

(...) el cabo Zarate, y Cirilo Martínez, se ofrecieron para ir conmigo en la canoa. (...)

Una voz débil, articulada apenas, llegó á mis oídos juntamente con el leve movimiento de un brazo que se apoyaba sobre el mío. Era mi buen compañero que, señalándome un punto que brillaba en las lejanías del horizonte del Ú-berá, hacia el nordeste, con voz en que temblaba la emoción —¡burubichá, me dijo «¡el fuego de las islas!»—agregando en el mismo tono «¡la campana de la iglesia!» Me incorporé, tomé el anteojo y traté de explorar los contornos de la luz que brillaba allá en las profundidades de la noche. Agucé cuanto pude mis oídos, y un momento después oí el lejano vibrar de un tañido. ¿Qué era aquello? Y en el momento en que iba á pedir nuevos datos á Martinez, Zarate se incorporó diciéndome: «Señor ¿allí, lo vé usted? allí brilla un fuego en otra isla. Debe ser, agregó, la Isla de los jesuitas, porque veo otros fuegos cerquita del primero.» Dirigí segunda vez mi anteojo al horizonte, y consultando mi brújula, comprendí la procedencia de los fuegos. Ordené á Martinez que anclara de popa y proa la canoa, de tal manera" que la quilla, mantenida em quietud por los anclotes, quedase en línea recta con el fuego que él vio primero. Llamé después á Zarate á mi lado, le mostré con la brújula en la mano, y el plano extendido em mis rodillas, el rumbo de los fuegos que él vio; y como cabo de línea, y como tal, despierto, al momento entendió de lo que se trataba (BASALDÚA, 1901, pp. 51-52).

A fala de Zárate era referente à lenda da ilha dos jesuítas, considerada como uma mera superstição por Basaldúa que, por sua vez, tencionava dar uma explicação científica para o fenômeno. Tal procedimento não seria somente para a sua própria satisfação pessoal, acreditava fazer parte de um ideal maior que era o projeto nacional argentino. Nesse sentido, era uma oportunidade para que seus subordinados obtivessem algum grau de “ilustração” ao conhecerem o verdadeiro sentido do fenômeno. Tal

postura, entretanto, não deixava de manter seu olhar assimétrico para com o outro. O viajante continuava sendo a autoridade que “concedia” alguma ilustração para as pessoas que ele julgava como inferiores:

Volvimos á dormir sin que nada turbara ya la paz de á bordo. Cuando al apuntar la aurora, me pasó Martínez el primer mate, me dijo sonriente: «Gracias burubichá, tú sabes mucho; aquel fuego que vi era el de un Puesto de Valle, y el que Zarate vio, fué el de las rancherías de Ituzaingó; y lacampana... añadió, medio abatado, era el cencerro de la yegua de una comadre mía.»

Dos almas, por lo menos, no creerán nunca más en las supersticiosas consejas de islas flotantes pobladas, ni en campanas de jesuítas tañendo en las islas del Ú-berá: cayó la venda de sus ojos (BASALDÚA, 1901, p. 53).]

No caso de Hernández, ainda que seu relato fosse permeado por um olhar assimétrico, acabou também por dar crédito à ciência misionera. Tendo por base o seu pensamento atrelado ao determinismo científico, afirmou que o Iberá, dada as suas condições de isolamento, poderia ser povoado por pigmeus:

La fantasia popular, ha hecho de aquel recinto un país encantado, que se cree habitado en el centro por hombres pequenísimos, verdaderos pigmeos.

En este punto la supersticion se conforma con la ciencia, que demuestra que la magnitud de los séres está em relacion con el medio en que se desarrollan, y como aquello es un pequeno mundo, seria una comprobacion si resultaran diminutos sus habitantes.

(...) Quizá están habitados, quizá una civilizacion especial se desarrolla en su fondo.

Aquello es un pequeno continente á descubrirse (HERNÁNDEZ, 1973, pp. 137-138).

A ideia de “descobrir” e ocupar o Iberá em nome da causa nacional argentina desembocava na problemática de buscar o desenvolvimento de possíveis soluções para a questão da domesticação, tanto do espaço, como das gentes da fronteira. Inspirado pelo processo de avanço de fronteira dos Estados Unidos, Hernández imaginava que “*se puede transformar aquel enorme LAGO PONTINO en un nuevo Estado para la República Argentina. Los Yankees habrian forjado una estrella mas, para la constelacion de su patria*” (HERNÁNDEZ, 1973, p.138).

Nesse sentido, lançou aquela mesma velha questão elencada por Sarmiento: “*Quién triunfa aqui? La civilización ó la barbárie?*” (HERNÁNDEZ, 1973, p.104).

Para os portenhos, uma das respostas seria através da implementação de um sistema educacional que pudesse efetivamente nacionalizar esses habitantes que não eram considerados argentinos de fato. O uso da língua castelhana teria que ser

disseminado para se sobrepor à influência do idioma guarani, assim como também da língua portuguesa, uma influência decorrente do movimento da fronteira brasileira.

Holmberg defendeu a utilização das ruínas da antiga missão de Santa Ana²⁶⁶ para a construção de escolas na nova colônia homônima, então recém-mensurada por Hernández: *“Cuando el Gobierno haga trasladar a otra parte da Colonia Santa Ana todas essas piedras podrían servir para edificar una escuela em que se enseñara a hablar el castellano”* (HOLMBERG, 2012, p. 207).

Para Hernández *“si alguna seccion del país reclama com preferencia el beneficio de la escuela, serán sin disputa (...) Misiones. A justificativa se dava pelo motivo de que nessa “region impera el guarani con pocas excepciones”* (HERNÁNDEZ, 1973, p. 30).

Sarmiento, que governou a Argentina de 1868 a 1874, já havia sido um estuasiasta da expansão da educação pública pelo país. Em 1884, durante a presidência de Roca, foi sancionada *Ley nº 1.420 de Educación común, gratuita y obligatoria*. O processo de expansão do ensino escolar para as províncias interiores seria, portanto, concomitante ao movimento da fronteira argentina sobre o espaço misionero. A difusão de escolas era parte deste movimento, seria um instrumento eficaz para integrar os misioneros definitivamente ao seio da pátria²⁶⁷. Hernández pensava em *“aumentar su número, difundirla hasta en estas pequenas aldehuelas y en los vecindarios yerbateros que habitan el centro de los bosques”*. Para ele, seria essa a *“única manera de (...) fortalecer los vínculos de la nacionalidad”* (HERNÁNDEZ, 1973, p. 30).

Quando esteve em San Ignacio, Ambrosetti se incomodou não apenas com o uso da língua portuguesa pela população, o guarani, que para ele era um *“idioma que se presta de un modo admirable a la chacota grosera y obscena”* era o motivo que explicaria o porque de que em *“Misiones se habla muy poco el español”* (AMBROSETTI, 2008, p. 76). Considerando o seu relato também como um reporte de informações direcionadas para o governo argentino, sugeriu a construção de escolas nesta zona: *“Traslado este dato al Consejo Nacional de Educación para que no desmintiendo su celo proverbial, tome la participación que le corresponde en este caso de suma importância”* (AMBROSETTI, 2008, p. 76).

²⁶⁶ Somente Ambrosetti e Basaldúa eram defensores de uma política de preservação das ruínas.

²⁶⁷ Segundo dados do censo nacional argentino de 1895, o índice de escolarização em Misiones era de 29% (FINOCCHIO, 2016, p. 149).

Além do tema da educação, outra bandeira levantada pelos intelectuais argentinos desde a época da *Generación del 37*, e que exerceu influência direta sobre os viajantes, foi o tema da imigração europeia. Era por essa via que seria possível “melhorar a qualidade” das populações consideradas bárbaras, sobretudo, as que viviam nos recantos fronteiriços.

Sendo assim, era pelo caminho da ciência que a realização de tal empreendimento seria possível. No caso de Basaldúa, era notório o seu pensamento evolucionista, o qual estava em consonância com seus pares intelectuais argentinos. Tratando deste assunto, citava “*El doctor Juan Bautista de Alberdi; profundo pensador y esclarecido patriota*” (BASALDÚA, 1901, p. 203).

Tamanha era a sua carga cientificista que, influenciado pela ótica darwinista, pensou na possibilidade de transladar a prática de selecionar as raças de gado para o caso dos seres humanos, numa clara alusão ao possível melhoramento da raça nacional. Nesse sentido, os indígenas guaranis estariam fadados ao desaparecimento, iriam sucumbir diante da chegada de raças “superiores” provenientes da Europa. Misiones, a exemplo das outras regiões periféricas do país, teria que receber imigrantes para “purificar” a sua gente para assim alcançar um tipo nacional ideal. Uma vez mais, o exemplo a ser seguido era o que estava sendo realizado pelos Estados Unidos em sua fronteira oeste.

Nuestros grandes estancieros practican, sin saberlo ó sabiéndolo, la ley Darwiniana de la selección de las especies. Aquel tipo de oveja, de vaca y de caballo criollo, de escassa y gruesa lana la una; cuerno, cuero y hueso la otra; cabezón y pequeño el otro, no existen ya. El merino y el Rambouillet por un lado, el Durham y el Herresford por otro, el árabe y el percherón etc., etc.... importados en pequeñas cantidades, á crecidos precios, han hecho el milagro de aumentar las condiciones buenas de lanas, carne, velocidad y resistencia, enriqueciendo á la república en sumas fabulosas, y permitiendo al país concurrir y, en algunos casos, vencer á los competidores extranjeros. Todo esto en veinte años de selección.

El gobierno argentino, ó el Gerente de marras no perderían nada, dedicando su atención á mejorar nuestro tipo nacional, seleccionando lo mejor de lo mejor entre los pueblos inmigrantes.

Norte América puede servir de modelo en este caso (BASALDÚA, 1901, p. 33).

Holmberg também seguia a mesma linha evolucionista, mas não era tão enfático quanto Basaldúa. Ele chegou a valorizar uma matriz étnica mestiça argentina integrada até mesmo pelo elemento africano que era tão renegado pelos seus colegas. Ao mesmo tempo, reconhecia também o papel do indígena, o qual “(...) *sin discusión posible há*

infundado una gran parte de su sangre en nuestra entidad étnica atual” (HOLMBERG, 2012, p. 289).

Ainda que fosse um defensor da evolução desta “*entidad étnica atual*”, não era tão incisivo no que tocava a depreciação do elemento autóctene:

(...) existe em nuestro Pueblo un elemento musical próprio, que podrá ser efecto de una fusión de razas tan variadas como la sangre quíchua, pampa, charrua, árabe, guaraní, negra y blanca que forman la matriz étnica del país, pero que existe como una entidade en evolución, digna de ser llevada a mayor desarrollo por los Berón, los Rojas, los Gutiérrez y tantos otros compatriotas de distinguida escuela (HOLMBERG, 2012, p. 143).

Já olhar de Hernández era detentor de uma conotação mais negativa. Sua análise etnográfica a respeito das populações de Candelária e Santa Ana fez com que enxergasse a “*necesidad de activar la poblacion misionera con elementos estraños*” (HERNÁNDEZ, 1973, p. 49). Em meio às suas tarefas de medição das duas novas colônias nacionais, as quais acreditava serem representantes natas do avanço da fronteira argentina sobre Misiones, o viajante portenho refletiu sobre a problemática racial daquele espaço. Numa clara referência à mentalidade positivista, seria somente com o suporte do elemento europeu que a população local poderia alcançar um maior grau de desenvolvimento:

Venciendo las dificultades de idioma, que allí es una mezcla caprichosa de guaraní, brasilero y castellano, les explicábamos que el Gobierno Nacional queria la felicidad de todos los habitantes del suelo argentino, por lo que les iba á donar en propiedad las tierras que cultivaban para que pudieran mejorarlas y transmitir las á sus hijos; que los extranjeros ayudarian á trabajarlas y ellos aprenderian los mejores sistemas, tendrian abundancia de semillas y trabajo de jornal; que no peligraba su independencia y al contrario, tendrian justicia y garantia para sus vidas é intereses (HERNÁNDEZ, 1973, p. XXII).

Onze anos após a estada de Hernández por aquelas paragens, Ambrosetti salientou o quanto Santa Ana, todavia estava em meio ao processo de recepção de imigrantes europeus. Não por acaso, assinalou a presença alemã no local como um fator determinante para o desenvolvimento futuro da colônia:

(...) es de esperar que con rapidez se desarrolle y pueda gracias a la numerosa inmigración que en estos últimos tiempos ha afluído a ella, ser dentro de poco un centro de población y producción importante de Misiones. En una casa de negocio nos detuvimos un buen rato, y en ella trabamos pronto relación con muchos vecinos importantes de la localidad, entre ellos, D. Reginaldo Krieger, alemán y uno de los fundadores de la moderna Santa

Ana, con cuarenta descendientes, de todo tamaño y sexo, que son otros tantos pobladores del punto (AMBROSETTI, 2008, p. 51).

O debate acerca da questão racial dentre os viajantes não pode ser resumido apenas dentro de uma dicotomia que colocava europeus de um lado e autóctones de outro. Os relatos eram dotados de nuances que por vezes expressavam visões positivas acerca dos misioneros. O próprio Ambrosetti foi defensor do emprego do elemento *criollo* dentro do processo civilizador argentino. O encontro travado entre os viajantes portenhos e os vaqueanos misioneros normalmente era permeado por uma relação assimétrica onde o “civilizado” exercia o seu poder de autoridade sobre os locais, considerados como meros receptores passivos do discurso emanado pelos forasteiros. No entanto, o olhar de Ambrosetti era permeado por diversas nuances, onde, por vezes, registrou um olhar positivo sobre o *criollo* misionero.

Resulta necessário, entretanto, contextualizar a polissemia do conceito de *criollo* dentro da conjuntura argentina do período. Durante a dominação colonial espanhola, a palavra era associada aos descendentes de espanhóis nascidos na América. Era, portanto, uma maneira de diferenciar os brancos dos indígenas e dos escravos africanos. Dentro do contexto novecentista, em meio à intensificação da chegada dos imigrantes europeus, a palavra *criollo* passou a ser uma forma de designar os autóctones do país, no sentido de diferenciá-los dos recém-chegados. A essa altura, os *criollos* já não eram unicamente descendentes dos brancos, já existia um elevado grau de mestiçagem, sendo que, os *gauchos* e os mestiços como um todo, sobretudo, no interior argentino, eram denominados como *criollos* no sentido de atrelá-los a um contexto nativista e para diferenciá-los dos imigrantes europeus (VITULLI & SOLODKOW, 2009).

Durante sua passagem por Santo Tomé, Ambrosetti apontou que o *criollo* poderia ser um colono tão eficaz quanto o europeu. O fato de trabalharem até mesmo aos domingos influenciou na sua visão positiva, já que estavam inseridos dentro da nova lógica capitalista da qual era ele um árduo defensor. O elemento autóctone, portanto, formava parte do avanço capitalista, o qual por sua vez, era inerente ao movimento de fronteira do Estado argentino sobre o espaço misionero:

Tuve gran satisfacción con esta visita: toda la peonada y los colonos son criollos, los que dan muy buenos resultados, demostrando así que el criollo tratado como se debe y ayudándolo, es tan trabajador y tan bueno como el extranjero.

Yo los he visto trabajar hasta el día Domingo y todos muy contentos; sus casas son muy bien construidas, con pozos de agua riquísima, parrales,

árboles frutales, verdura de toda clase y muchas flores (AMBROSETTI, 1892a, p. 11).

No caso do tipo de trabalho a ser realizado mais ao norte do Alto Paraná, nas áreas de exploração da erva-mate, outro empreendimento capitalista em constante expansão, não seria o europeu apto para trabalhar neste ambiente. Ao apontar que a região dos ervais não seria salubre para os imigrantes, ainda que influenciado pelo contexto determinista, a sua mirada sobre o *criollo* resultou ser positiva, já que seria ele o único capaz de executar tal tarefa: “(...) *si no quieren que un dia se haga sino imposible, muy dificultosa la explotación yerbatera, por que no es trabajo que puede hacerse sin el elemento criollo, único apto para esta tarea*” (AMBROSETTI, 1894, p. 78).

Em Santa Ana, ao relatar as atividades industriais nesta localidade, mencionou o papel do ourives *criollo*: “*Lo que es curioso de ver es el modo de trabajar que tiene nuestro platero criollo*” (AMBROSETTI, 2008, p. 54). Ambrosetti mencionou não somente as raízes europeias deste ofício, como também, através de citação a Lucio Mansilla, as suas raízes indígenas:

Ya el general Mansilla, en su tan interesante Excursión a los Indios Ranqueles dio la descripción del indio platero y por ella se puede más o menos hacer una idea del platero criollo.

El platero criollo trabajando con su sencillo arsenal, más de una vez me ha traído a la mente el recuerdo de sus colegas de la Edad Media, que tantas maravillas nos ha dejado, fruto de la inmensa paciencia y de la herencia que de generación en generación se transmitían, en medio de aquella larga noche de barbarie y de fanatismo (AMBROSETTI, 2008, p. 54).

A conjuntura de avanço da fronteira argentina não seria possível sem o auxílio dos misioneros. Sendo eles também parte deste processo, por vezes os seus méritos eram registrados pelos viajantes. Embora tenham ressaltado a sua importância, raramente eram nomeados em seus relatos. Entretanto, ao partir de Tacurú Pucú (costa paraguaia) em direção à foz do Iguaçu, Ambrosetti registrou seus nomes no sentido de dar legitimidade a eles como personagens atuantes dentro do processo de conquista deste espaço: “*Santos Escobar (vaqueano) y el peón Juan Aquino llegaron, y (...) me embarqué en la canoa (...)*” (AMBROSETTI, 1894, p. 106).

Quando chegaram à Colônia Militar do Iguaçu, o vaqueano brasileiro Joaquim Gonçalves se somou à expedição: “*En la colonia contraté un peón más, Joaquín Gonzalez, brasilero, hombre trabajador, que me fué muy útil*” (AMBROSETTI, 1894,

p. 109). A foz do Iguazu era um local simbólico que representava o choque do movimento argentino com o avanço da fronteira brasileira que vinha do outro lado. Ao registrar os seus passos por esse espaço, Ambrosetti indicava um ato de territorialização e de tomada de posse para o Estado argentino. Sendo que, os próprios *criollos* misioneros faziam parte desta conjuntura:

Después que cesó la lluvia y antes de abandonar el campamento, coloqué debajo de la inscripción que habíamos grabado en el árbol, dentro de un cartucho vacío de carne Kemmerich, una hoja de mi libreta en la que escribí lo siguiente:

"La Comisión Nord Este del Museo La Plata, compuesta de los Sres. Juan B. Ambrosetti, Adolfo Methfesscly Emilio Beaufils y acompañados de los Sres. Santos Escobar, Juan Aquino y Joaquín Gonzalvez, llegó á este punto el 21 de Setiembre de 1892 y siguió el 22 para el Salto.

La Comisión saluda á los futuros viajeros" (AMBROSETTI, 1894, p. 133).

Mais adiante, a chegada da expedição às Cataratas foi vista pelo viajante como um verdadeiro ato de conquista. A descrição que Ambrosetti realizou dos saltos configurou num olhar atrelado ao Romantismo típico daquele período. Neste caso, a exuberante natureza seria um componente da identidade nacional argentina²⁶⁸. Não deixava também de configurar num discurso propriamente americanista, distinto daquele olhar negativo sobre a natureza americana que era proferido pelos europeus.

A descrição desta “conquista” ganhou ares épicos, sendo que, o papel de Juan Aquino e dos demais vaqueanos foram de fundamental importância. Foram eles os verdadeiros responsáveis pelo sucesso da expedição:

Aquino como mas arrojado se echó al agua agarrándose en las piedras y luchando a brazo partido con la terrible correntada, pudo llegar hasta la piedra deseada, después de un gran esfuerzo, mientras nosotros llenos de ansiedad, lo seguíamos con los ojos fijos, experimentando una estupenda emoción.

Sujetando Aquino la estremidad de los palos, pudimos formar pronto el puente que también pasamos como cuadrumanos, según la frase que arrancó á Beaufils este ejercicio.

Otro trago de caña fué repartido para sostener la fibra de lo peones y metiéndonos en el monte empezamos á trepar el cerro, no sin tener que libramos de un ataque de avispa coloradas que nos acometieron sin picarnos felizmente.

Llegados arriba, por entre la cortina de los árboles divisamos algo del Salto, el ruido nos aturde, los peones hacen funcionar las hachas y machetes y como telón de teatro los árboles al caer, presentan á nuestros ojos asombrados el gran panorama de la inmensa catarata.

²⁶⁸ Sobre o contexto da natureza americana sendo apropriada como símbolo de nacionalidade, ver: (PRADO, 1999).

¡¡Obra magna de la Naturaleza americana, conjunto incomparable de belleza, cuadro imponente de majestad salvaje, te saludo entusiasmado como hijo de esta América que te posee en su seno!! (AMBROSETTI, 1894, p. 134).

Ademais destas nomeações, uma análise mais minuciosa dos relatos nos permite detectar formas de resistências do misionero ante o processo de avanço de fronteira oriundo de Buenos Aires. Não eram, portanto, agentes passivos em meio a este processo. Hernández encontrou resistência nos locais em meio ao seu projeto de instalação de colônias no Alto Paraná. Registrou que eram eles que demarcavam distanciamento em relação aos forasteiros de Buenos Aires: “(...) *nos distinguen con el nombre genérico de Tagüé*” (HERNÁNDEZ, 1973, p. 30).

Tagué é uma palavra guarani que significa “peludo” (EDELWEISS, 1970, p. 65) Tratava-se provavelmente de uma herança dos tempos coloniais onde o indígena - tradicionalmente, detentor de pouco ou nenhum pelo no corpo- assim denominava os antigos colonizadores espanhóis, os quais usualmente mantinham a barba.

Na visão dos misioneros, a chegada dos portenhos configurava numa releitura do colonialismo que já fora praticado séculos antes pelos espanhóis. Hernández assinalou que os locais “*nos llaman simplemente COLONOS*” (HERNÁNDEZ, 1973, p. 30). O uso da palavra em caixa alta em seu relato não foi por acaso. Tratava-se de um recurso textual para chamar a atenção dos seus leitores a respeito da situação naquele local onde os que eram oriundos de Buenos Aires eram vistos como invasores estrangeiros.

No mesmo sentido, Basaldúa registrou a voz feminina de protesto ante o seu próprio discurso colonialista. No momento em que transitava entre Posadas e Encarnación (costa paraguaia), ao passar pelo local de devoção à virgem de Itacua, teceu críticas aos locais que afirmavam ver a imagem da santa em um determinado buraco do lugar: “*¿Porqué hacer intervenir fantasmas supersticiosos en hechos que pertenecen al dominio de la ciencia?*” Ao indagar uma mulher no local, dizendo que ele próprio não enxergava nada ali, obteve a seguinte resposta, registrada por ele mesmo em seu relato: «*Para ver á la Virgen hay que tener fé. Tú no la ves, ni tampoco ninguno de los señores ricos que vienen de Buenos Aires, pero la veo yo, y con los ojos cerrados*» (BASALDÚA, 1901, pp. 111-112).

Para esta mulher, os seus próprios costumes eram mais importantes do que um discurso proveniente de um lugar que lhe era desconhecido. Sendo assim, Basaldúa acabou por registrar o distanciamento de uma habitante do espaço misionero em relação a alguém que vem de fora, de uma região estrangeira. Ela não estabeleceu um vínculo

comum entre o seu mundo e o lugar de origem do forasteiro, não se incluiu, portanto, na “comunidade imaginada” argentina. O que não deixa de ser uma resposta dos habitantes locais em relação às projeções oriundas de Buenos Aires que os julgavam como parte integrante de uma nação comum.

Outro dado importante é que esse fato ocorreu na margem direita do Paraná, já em território paraguaio. O viajante não teve o cuidado de registrar esse fato, não fez questão de distinguir as duas margens do rio. Embora cada margem, na teoria, pertencesse a um país, o fato de a peregrinação atrair pessoas de ambos os lados, colocava a região na condição de uma zona de contato, portanto, uma *borderland*, onde a fronteira política fazia pouco sentido. E, nesse momento, nem para o viajante tal linha demarcatória fazia sentido, era um mundo à parte, mas que não deixava de ser alvo de suas projeções que olhavam para o lugar como um espaço a ser dominado.

Era justamente neste local que era embarcada uma enorme massa de trabalhadores que era enviada para aos ervais do Alto Paraná, outra *borderland* onde se mesclavam os discursos dos viajantes argentinos e brasileiros.

4.4 Uma luta sem fronteiras: trabalho e resistência dos *mensús* nos ervais

A exploração da erva-mate estava atrelada ao avanço de uma fronteira extrativa que adentrou uma vasta região dentro do Alto Paraná e da região de San Pedro, esta última localizava-se próximo ao espaço litigioso entre Brasil e Argentina. O avanço oriundo de Buenos Aires, tendo Posadas como principal entreposto, alcançou grandes áreas no sentido norte e também no sentido leste de Misiones. No caso brasileiro, a exploração que era capitaneada pelos empresários ervateiros de Curitiba estava estacionada no meio-oeste sul paranaense, na altura de Porto União da Vitória.

Ainda assim, naquela altura o Brasil ainda era o maior produtor mundial de erva-mate e principal fornecedor dos mercados platinos. A frente extrativa argentina ainda demandava esforços hercúleos no sentido de efetivar o controle dos ervais no Alto Paraná. Este avanço tinha como um dos seus principais objetivos a obtenção de uma autonomia no que tocava a exploração deste artigo. Todos os relatos argentinos tocaram efusivamente nessa questão, deixando capítulos ou sessões específicas para tratar do tema:

- Ramón Lista: *Capítulo IX - La Yerba Mate*.
- Rafael Hernández: *Carta V - Ruina de los yerbateros*.
- Eduardo Holmberg: *Capítulo XVIII - La Yerba Mate*.
- Juan Bautista Ambrosetti (segundo relato): *Capítulos VI e VII – En los Yerbales*.
- Juan Bautista Ambrosetti (terceiro relato): *Capítulo X - En San Ignacio: la cuestión yerbales*; publicação na íntegra do *Reglamento de yerbales de 1876* (total de 12 capítulos).
- Florencio de Basaldúa: *Replanteo de yerba mate y cedro*.

Obviamente, os brasileiros, cujos relatos, exceto por Domingos Nascimento, não são tão volumosos como o dos argentinos, também tocaram no assunto, já que, para além da disputa da fronteira com a Argentina, existia o risco real da perda do posto de maior produtor de erva-mate para os vizinhos. Para Silveira Netto, tratava-se da “mais vultosa indústria extrativa do Paraná” (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 59).

Devido à dificuldade de acesso aos ervais dos sertões do extremo oeste paranaense, uma maneira encontrada para iniciar algum tipo de controle sobre a exploração existente na fronteira foi a de regulamentar e taxar as atividades que já estavam sendo realizadas pelos argentinos. A expedição de Arthur Franco consistiu nesse intuito, já que sua missão consistiu na medição das terras dos empresários argentinos Domingo Barthe, Pedro Núñez e Lázaro Gibaja. Para este caso, valia a máxima de um antigo ditado inglês: “*If you can’t beat them, join them*”.

O controle da rota do rio Paraná dava vantagem aos argentinos. No entanto, o avanço dessa fronteira não configurava em uma efetiva política de povoamento. A população que transitava pelos ervais era sazonal e atendia justamente à demanda por mão de obra que a exploração da erva exigia.

Tanto os viajantes argentinos que avançavam pelo rio Paraná, como os brasileiros que cruzaram o sertão paranaense, encontraram uma verdadeira borderland, uma “zona de contato” que estava à margem dos novos Estados nacionais que tencionavam estabelecer aí os seus respectivos domínios. O autor brasileiro Temístocles Linhares (1969) cunhou o conceito do “quarto país” para designar as regiões ervateiras do Brasil, Argentina e Paraguai como um território à parte e desconectado dos três Estados nacionais). Nesse mesmo sentido, o antropólogo argentino Roberto Abínzano

(2010, p. 25) afirma que a região “(...) *era un mundo aislado, sin controles, donde muy pronto comenzaron a regir unas leyes sui generis a pesar de los esfuerzos de los respectivos gobiernos*”. Caminhando no mesmo sentido, o escritor argentino Alfredo Varela (2008, p. 150) deu apenas uma nomenclatura diferente para essa borderland: “*¿Pero quién habla de patrias, aquí? Sólo cabe un país, una sola tierra, una patria común. Este gigantesco paralelograma de cinco mil leguas, que es la patria de la yerba mate: el Alto Parana*”.

O hibridismo da população que transitava pelos ervais era sinalizado pelos próprios viajantes. Para Ambrosetti (1894, p. 38) “*Los peones del alto Paraná (...) eran en su mayor parte paraguayos, correntinos ó brasileiros (...)*”.

Ainda que tenha realizado uma projeção de uma fronteira política entre os três países, Ambrosetti acabou por ressaltar a mobilidade que permeava a população daquele espaço e a própria falta de controle por parte dos respectivos Estados nacionais sobre seus pretensos habitantes: “*(...) desde Tacurú á Posadas, se hallan escalonados un gran número de obrajes de yerba ó madera, unos en territorio argentino, otros en paraguay y otros en brasilero, de manera que pasando de un territorio á otro, ya están libres*” (AMBROSETTI, 1894, p. 46).

Figura 58 - Abertura de uma *obraje* no rio Paraná



Fonte: (BASALDÚA, 1901, p. 143)

A região da foz do Iguaçu, por representar um importante ponto de contato entre brasileiros e argentinos, era um espaço simbólico dentro desta borderland. Foi também o local de encontro entre Ambrosetti e o viajante brasileiro José Cândido Muricy. Juntos eles subiram o rio Paraná e tomaram contato com o universo dos ervais. Estando em Puerto Unión, na margem paraguaia, o argentino registrou um espaço híbrido, primeiramente ocupado por um militar brasileiro após a Guerra da Tríplice Aliança, e depois por um empresário argentino. Ambrosetti sinalizou ainda que ele era correntino, mas conforme indicava o pronome de tratamento utilizado por ele, demarcou que se tratava de um “civilizado” que era responsável por difundir a moral entre a população daquele espaço, composta por diversas nacionalidades e tribos indígenas:

Este punto fué primitivamente poblado por el alférez brasileiro Martin después de la guerra del Paraguay, quién se ocupó de explotar los yerbales interiores, plantando al mismo tiempo muchos rosados, de los que aún queda un mandiocal enorme, del cual se provee todo el vecindario, compuesto de unas treinta familias de correntinos, paraguayos, brasileiros, indios tupís y guayanás civilizados, siendo gefe moral de todos allí D. Sinfioriano Amarilla, correntino, quien desde hace doce años vive allí, ocupándose también en yerbas y plantaciones (AMBROSETTI, 1894, p. 151).

A indicação de tais nacionalidades não deixava de expressar meras projeções por parte dos viajantes em meio a um espaço onde a questão da identidade nacional era ainda bastante difusa. Da parte dos brasileiros, quando Domingos Nascimento relatou a dinâmica de exploração dos ervais em San Pedro, o seu olhar, deveras nacionalista, destacou o quanto os trabalhadores brasileiros mantinham suas próprias características, diferenciando-os do outro estrangeiro. Suas razões também estavam atreladas ao contexto da reivindicação deste espaço como território brasileiro:

Cada acampamento tem um commissariado, com gerente e escrivão, e onde os peões se surtem de tudo quanto precisam. O corte de cada herval é feito de 3 em 3 annos e todo o serviço é completado dentro de um mez. O pessoal é constituído na maior parte de paraguayos e correntinos. Os brasileiros que ali trabalham com difficuldade se distinguem daquelles, pois falam o seu patuá, seguem os seus costumes, trajam as suas roupas (NASCIMENTO, 1903, p. 182).

Embora sua premissa tenha sido deveras fantasiosa e não tenha causado repercussão alguma dentro do alto escalão do governo brasileiro, já que a sua expedição ocorreu após a assinatura do tratado de fronteiras de 1895, o seu intuito era o de justamente estabelecer o controle sobre a atividade ervateira e expandir não somente a

fronteira nacional para além do rio Peperi Guaçu, delimitado como fronteira pelo tratado, como também avançar a fronteira extrativa.

No que tocava à frente extrativa argentina, Ambrosetti era o mais efusivo entre os viajantes. Os seus três relatos, para além de serem informes oficiais remetidos diretamente para o governo, carregavam também a clara intenção de atingir um público especializado em Buenos Aires, notadamente, empresários dispostos a investir na exploração da erva-mate. Era o que indicava a parte inicial do seu relato, intitulada “*Al lector*”.

El propietario, el comerciante, el industrial, el futuro yerbatero ú obragero (...) encontrarán consignados aquí el modo de explotar los montes, los yerbales, los médios de transportes, el como se contratan los peones, su índole, lo que comen, los recursos con que se puede contar, lo que se debe llevar, el modo de proceder y al mismo tiempo las supersticiones, las leyendas, las tradiciones, las costumbres (AMBROSETTI, 1894, p. 2).

O controle da rota fluvial do Paraná colocava os argentinos com uma vantagem substancial sobre os brasileiros, os quais encontravam dificuldades em avançar a fronteira extrativa pela via terrestre até a foz do Iguaçu. Consequentemente, não havia margem para uma maior circulação dos relatos brasileiros para um público leitor especializado fora dos círculos políticos de Curitiba e do Rio de Janeiro. A principal razão era justamente a dificuldade de deslocamento dos empresários da capital paranaense até a fronteira-sertão. Já os leitores portenhos de Ambrosetti, potenciais investidores, teriam um papel fundamental no que tocava o avanço da fronteira extrativa argentina.

Ainda que se tratasse de um relato oficial, Ambrosetti não deixou de se preocupar em registrar um olhar sobre o componente humano dos ervais, ainda que permeado pelo seu filtro que demarcava a sua própria condição de civilizado portenho frente à “barbárie” do misionero. No entanto, ele sinalizou para os seus leitores que o avanço dessa fronteira extrativa não seria possível sem o devido suporte dos habitantes locais. Ele próprio salientou o quanto o imigrante europeu dificilmente se adaptaria ao ambiente selvático dos ervais onde os parâmetros europeus não teriam validade alguma:

En esas alturas la ciencia no vale nada y los únicos que pueden sacarlo á uno de apuros son los peones.

Los peones del alto Paraná son curiosos. En su mayor parte paraguayos, correntinos ó brasileiros, se conchavan para todo trabajo; tanto sirven para manejar una canoa, lidiar con muías ó bueyes, cargar á hombro, trabajar en el monte, cocinar y hasta cazar tigres cuando se ofrece.

Al ser contratados para el Alto Paraná ya se entiende que es para todo trabajo y uno no tiene más que mandarlos.
Es gente dócil, de buena índole, servicial cuando se sabe tratarla pero fácilmente inútil si nota en el patrón orgullo ó falta de consideración.
Por esto digo y aconsejo á todos los que hagan expediciones, que sepan con disimulo y habilidad, captarse las simpatías de esa pobre gente, que tanto la merece si se tiene en cuenta lo penoso de los servicios y los múltiples peligros á que constantemente se halla expuesta (AMBROSETTI, 1894, pp. 38-39).

A utilização do álcool era outra sugestão que Ambrosetti indicava no que tocava o trato com os peões:

(...) un poco de caña que se les debe distribuir en los momentos álgidos de los trabajos para animarlos un poco, sobre todo cuando hace mucho calor y trabajan mojados en el agua.
En este clima que deprime á veces, el alcohol tomado en pequenas dosis es un estimulante saludable, que el peón agradece inmensamente (AMBROSETTI, 1894, p. 39).

Apelando á mi **estrategia**, antes de pasar una de estas, repartía un buen trago de caña á esa pobre gente sedienta y sudorosa que trabajaba á **echar los bofes**, según la espresión criolla.
Los efectos del alcohol en esos casos, son maravillosos; activa la energía, crea nuevas fuerzas y de gente estenuada se hacen bravos trabajadores. Recomiendo mucho que no olviden los exploradores del alto Paraná el llevar caña; sin caña nunca se harán las cosas bien y con buena voluntad,—todo usado con método se comprende (AMBROSETTI, 1894, p. 117, grifos do autor).

Ainda que a mão de obra nos ervais fosse um contingente populacional mestiço, a sua raiz guarani era bastante sobressaliente. Ao adentrar ao universo dos ervais, o forasteiro tomava contato com a língua guarani, recorrente em toda a zona fronteiriça, independente das linhas divisórias projetadas pelos três países. Para além do idioma, os viajantes também tomavam contato com a dinâmica do consumo do álcool entre a população. Os guaranis já consumiam bebidas fermentadas antes da chegada dos europeus. O seu uso era atrelado a práticas ritualísticas, mas o consumo acabou sendo vulgarizado com a disseminação de bebidas destiladas que aí chegavam através dos forasteiros (BURATTO & COSTA, 2013, p. 11; VARELLA, 2013).

Sérgio Buarque de Holanda (1994, p. 184), em Caminhos e Fronteiras, apontou que o consumo de álcool também era parte do universo caipira. O autor sinalizou o exemplo da *catimpuera*, bebida que era resultado do contato do colonizador português com um antigo costume indígena.

O brasileiro Arthur Franco, no momento que esteve em contato com o argentino Jose Alegrini, funcionário de Barthe, também sinalizou o consumo de álcool em meio ao erval visitado por ele no extremo oeste paranaense.

Á noite, porém, quando regressamos para o nosso acampamento, após o jantar, mandei distribuir ao pessoal da turma um garrafão de vinho que antes encomendara para o Porto. Alegrini, nessa ocasião, achava-se no acampamento, fazendo-me companhia e assistiu a alegria da peonada com o meu presente, admirando-se da ordem e do respeito por el amantidos (FRANCO, 1973, p. 45).

A utilização do álcool era uma maneira de impor controle sobre os trabalhadores. Também era uma forma de colocar em prática os estudos científico-deterministas que eram defendidos pelos viajantes, os quais consideravam o próprio humano como um objeto de investigação. A embriaguez era apontada pela escola positivista do italiano Cesare Lombroso - um dos cânones da ciência determinista do século XIX- como uma prova empírica da degeneração do mestiço (SCHWARCZ, 1994, p. 145).

No entanto, dentro do cenário dos ervais, essa teoria foi reconfigurada, sendo o uso da bebida recomendado pelos exploradores brasileiros e argentinos justamente para potencializar as qualidades laborais e o rendimento dos trabalhadores mestiços. Era parte da dinâmica de incrementar o rendimento do capital decorrente da exploração da erva-mate. Resulta possível também traçar um paralelo com o próprio hábito de tomar o mate, bastante disseminado nesta borderland e que era recomendado justamente porque potencializava a produção:

La acción de la yerba-mate sobre el sistema nervioso es estimulante, siendo entonces un poderoso reaccionario de la fatiga muscular.
He tenido muchas veces ocasión de observar este último fenómeno fisiológico entre los peones, los que cansados, sudorosos, después de haber hecho grandes esfuerzos trabajando, ya sea con el hacha, derribando árboles, o en las múltiples faenas ganaderas, ya sea a pie o a caballo, se han repuesto como por encanto, en seguida de tomar unos mates, volviendo luego a continuar sus tareas con el mismo brío que antes (AMBROSETTI, 2008, p. 99).

Ao analisar os efeitos do álcool e do consumo do mate entre a população local, Ambrosetti enxergava o erval como um ambiente propício para que ele mesmo pudesse observar as suas próprias experimentações científicas. Permeado pelo seu olhar, atrelado à ciência determinista, o outro era literalmente um objeto para suas observações. Nesse

sentido, ademais da ciência possibilitar o incremento das atividades capitalistas, seria ela também responsável pela resolução de eventuais problemas nacionais, como a criminalidade, por exemplo.

Sendo o erval um local insalubre para o homem civilizado, ele acreditava que este ambiente teria a função redentora de tratar os criminosos que “magicamente” seriam curados pela própria aclimação. Nesse sentido, o crime era atrelado a um fenômeno biológico, cujos praticantes teriam que ser isolados para serem mantidos sob controle e vigilância. Os ervais seriam locais perfeitos para fomentar tal iniciativa. Tratava-se de uma influência direta das ideias de Lombroso:

Estos hombres, cuya mayor parte no son de lo mejor en el sentido moral, en los yerbales se transforman. Allí todos son sumamente mansos. El pendenciero, el heridor, el asesino mismo, vive allí trabajando terriblemente, bajo un sol ardiente, entre nubes de insectos molestos, mal comido, sin proferir una queja y sin que una mala idea de rebelión, de robo, etc., le cruce por la imaginación.

Es curioso el hecho de que en los yerbales,—**refugium peccatorum** de cuanto bandido se escapa del Brasil, la Argentina ó Paraguay,— no se cometan hechos de sangre, tan fáciles en una región aislada, mal vigilada y en donde la naturaleza es por demás apta para ayudar á cometer fechorias.

Este hecho positivo, que recomiendo á los criminalistas, solo me lo esplico por la alimentación casi exclusivamente vegetal, el clima deprimente y los trabajos rudos más deprimentes aún, á que están sometidos y que les impide la comisión de delitos, no dándoles tiempo de pensar en cosas malas (AMBROSETTI, 1894, p. 71, grifo do autor).

A ciência estaria, portanto, a serviço do capital. Através de tais experimentações, seria possível domesticar os trabalhadores e tirar proveito máximo da exploração desta mão de obra.

O sistema de exploração da erva-mate era considerado como um regime de semiescravidão, onde o peão era contratado por um determinado preço no porto de Posadas ou na fronteira-sertão do lado brasileiro. Antes de ser embarcado, já contraía dívidas nos bares e prostíbulos que eram mantidos pelos próprios empresários. Estando na jurisdição do empresário ervateiro, no interior do erval, o trabalhador teria ainda que arcar com seus custos pessoais no comércio do próprio proprietário, o que acabava por deixá-lo endividado. Cabe ressaltar que, como registrou o próprio Ambrosetti, não se tratava de um trabalho essencialmente masculino, as mulheres também eram parte desta conjuntura. Os trabalhadores e trabalhadoras eram conhecidos como *mensús*, termo derivado da palavra *mensual*. Ou seja, de pagamento mensal, condição que foi totalmente distorcida nesse sistema de exploração (NUÑEZ, 1997, p. 173; LABALE,

1996, p. 93). Distorcida também era a visão emanada por Ambrosetti em seu relato. Para ele, esse sistema ainda era vantajoso para os peões e desfavorável para os empresários que teriam que “ceder” às exigências dos “altos salários” propostos pelos trabalhadores como condição de embarcarem para os ervais:

Quando²⁶⁹ pasó para arriba el «Félix Esperanza», iba cargado de peones que se trasladaban á trabajar en los yerbales, todos con su paga adelantada, la que se habían gastado al salir de Posadas en fiestas y chupandinas.

Apesar de todo marchaban contentos y chacoteando á meterse al monte para no salir sino á los tres meses que dura la zafra en un trabajo pesado como es el de yerbatero.

No faltaban también algunas mujeres paraguayas, tan guapas como los hombres y que aprovechan de esos viajes para acompañar á sus maridos legítimos ó provisorios con quienes comparten las fatigas del trabajo y del monte, lo que me hace creer que la mujer es un ser débil cuando no quiere ser fuerte, pero cuando quiere es mas fuerte que el hombre.

(...) La cuestión de los peones es una de las dificultades mayores con que tropiezan las empresas yerbateras. Como hay mucha competencia están muy mal acostumbrados, necesitando adelantarles dinero y no es raro que cada peón antes del trabajo haya cobrado 200, 300 y algunos hasta 500 pesos, lo que importa emplear un gran capital en salarios adelantados; además nunca falta alguno, aunque raro, que se mande mudar ó resulte no servir para el trabajo (AMBROSETTI, 1892a, pp. 111-112).

Se por vezes Ambrosetti emanava uma visão positiva a respeito do missionero, o colocando como um agente ativo dentro do contexto de expansão da fronteira argentina, ao relatar o sistema de exploração do trabalhador *mensú*, o seu olhar resultou ser bastante negativo. O próprio fato de demarcar que o outro se expressava através de um “pitoresco” dialeto reforça tal distanciamento. Nesse caso, o missionero poderia estar causando prejuízos para o empresário, seria um empecilho para o processo civilizador.

Mientras tanto se embarcaban algunos peones contratados para los obrajes. Si las mulas y la leña dan trabajo, los peones dan más aún.

Para hacerse una idea de esto es necesario tener en cuenta el modo de su reclutamiento:

Un patrón necesitado de peones los busca; el peón lo primero que pregunta es cuanto le dá adelantado. El sueldo mensual, condiciones de conchavo, etc., es secundario para ellos. Lo que quieren es dinero antes de salir para poder divertirse, pues demasiado tienen que sufrir **allá arriba**, según su pintoresca expresión.

Una vez recibido el adelanto de 100 ó á veces de 200 pesos, según la escasez de peones que haya y la mayor demanda de ellos, — el peón forma ante la autoridad el boleto de conchavo en formularios impresos²⁷⁰, quedando desde luego completamente comprometido con el patrón, á quien empieza á deber desde el primer dia.

²⁶⁹ Erro de tipografia.

²⁷⁰ De maneira a ilustrar para o seu leitor, o qual julgava ser um empresário em potencial, Ambrosetti reproduziu o *Formulario de Conchavo* em seu relato (AMBROSETTI, 1894, p. 45).

El dinero que el peón recibe adelantado raras veces lo emplea en algo útil. Generalmente lo gasta en bailes, juegos y beberajes (AMBROSETTI, 1892a, p. 45, grifo do autor).

Para Ambrosetti, os peões estavam atrelados à outra temporalidade que não era concernente com os modernos procedimentos do sistema capitalista. Não sabiam lidar com o capital recebido pelos trabalhos executados nos ervais e causavam prejuízos para os *obrajeros*. A intencionalidade do viajante era muito clara no que se referia adotar um partidarismo a favor dos empresários *obrajeros*. Seus relatos representavam uma verdadeira convocação para que potenciais capitalistas de Buenos Aires pudessem otimizar ainda mais as atividades produtivas na fronteira. Entretanto, de uma maneira indireta, Ambrosetti acabou por registrar as próprias penúrias pelas quais passavam os trabalhadores. Ainda que fosse partidário dos *obrajeros*, ele não deixou de registrar os preços inflacionados que eram praticados por eles próprios, o que indica que ali existia um verdadeiro Estado paralelo amparado inclusive por forças policiais próprias que visavam minar eventuais resistências dos trabalhadores. As fugas mencionadas no relato não tratavam de uma mera afronta ao empresário, tratava-se de um instinto de sobrevivência que era manifestado por quem estava sendo oprimido. Quem fazia as leis naquele espaço eram os *obrajeros*, as quais eram executadas pelos seus próprios capangas. O erval era de fato uma nação à parte das fronteiras políticas que estavam sendo demarcadas por Brasil e Argentina naquela altura:

(...) el peón se embarca para los trabajos, muchas veces semi-desnudo, sin ropa, con una deuda grande sobre él, sin ganas de trabajar y sobre todo sin esperanza de poder devolver pronto en trabajo las sumas que ha recibido adelantadas, desde el momento que si necesita cualquier cosa allá arriba le cuesta el triple ó el cuádruple, aumentando sin cesar su deuda, hasta que llega un día en que desesperado, abandona á su patrón debiéndole una larga cuenta (AMBROSETTI, 1894, p. 46).

As fugas eram bastante recorrentes em meio a esse verdadeiro inferno verde. O próprio diálogo que Ambrosetti travou com o *obrajero* argentino Manuel Romero reforça tal adjetivo. O seu relato acabou por revelar as práticas desumanas de exploração que eram empreendidas em meio aos ervais. A denúncia acabou emergindo porque o elemento *criollo* era essencial nessas atividades. Não era, portanto, um agente passivo. Ainda que fosse alvo de um discurso que o depreciava, a fronteira não seria conquistada sem o suor do seu trabalho:

Don Manuel Romero me dijo:—Ha visto Vd. qué clase de gente, si son dóciles ó no? Pues bien mi amigo, sepa Vd. que trabajar en Setiembre es lo mismo que trabajar en los infiernos. Solo la abundancia extraordinaria de barigüis (jejenes) que hay em ese mes, es suficiente para volver loco á cualquiera. Y eso que los pobres están desnudos. Voy á ver si puedo proporcionarles ropas. Francamente temí que se me fueran á alzar. Eso también lo temí yo, cuando vi aquellos semblantes poco tranquilizadores; pero como estaba en el baile no tenía outro recurso que bailar. Me dicen que hay una ley de yerbales bastante severa respecto á los peones, protegiendo y garantiendo la zafra de la yerba como riqueza nacional. Convengo en ello, que se esploten y trabajen los yerbales en sus épocas y que el peón que se conchave, cumpla exactamente su compromiso, pero creo que sería deber patriótico del Gobierno fiscalizar los trabajos y sobre todo el trato del peón, que hasta dócil es, pero que un día no lejano se echará á perder ó emigrará, en busca de trabajos más suaves y en mejor condiciones. Aun es tiempo, si no quieren que un día se haga sino imposible, muy dificultosa la explotación yerbatera, por que no es trabajo que puede hacerse sin el elemento criollo, único apto para esta tarea. (...) los cuadros de miséria que he visto en los yerbales han sido demasiado elocuentes, no solo para conmovirme sino para obligarme en cierto modo á llamar la atención sobre la condición miserable de esa pobre gente (AMBROSETTI, 1894, p. 78).

O relato de Holmberg é ainda mais enfático e expõe ainda mais o nível de exploração que era exercido por parte dos *obrajeros*, os quais eram o alvo principal de suas críticas. Suas práticas representavam uma incoerência em relação aos próprios valores liberais que eram tão propagados pela elite portenha, sendo assim, elas resultariam num entrave para a prática do livre comércio. Sua preocupação era a de que Misiones viesse a tornar um epicentro de convulsões sociais, de greves e fome, semelhantes ao que existia na Inglaterra descrita pelo escritor Charles Dickens. Nesse caso, a Europa era referência no que tocava também o seu aspecto negativo. A burguesia europeia também elegeu os seus “bárbaros internos”. As cidades do continente foram povoadas por grupos de trabalhadores emergidos de um processo de expulsão do campo. Trabalhando nas fábricas em condições insustentáveis, aderiram a doutrinas sociais em voga no século XIX, como o socialismo. No final do século, movimentos sociais desafiadores da ordem estabelecida despontavam no cenário europeu, passando as classes trabalhadoras a serem vistas como a barbárie interna europeia (SVAMPA, 1994, p. 41).

Holmberg ilustrou o exemplo europeu como motivo de alerta para uma problemática genuinamente americana. Logo, os mesmos erros não deveriam ser repetidos pelos empresários argentinos:

(...) Cada propietario (...), establece en su propio campo las casas de negocio que han menester los consumidores.

En ellas se les expende el tabaco, el azúcar, la yerba) el maíz, la galleta, la caña o el vino, las telas y mil otros objetos de utilidad indispensable o discutible. Y como en el mayor número de casos el propietario no abona los sueldos en dinero sino en **vales**, y como en más de uno los contratos de conchabo estipulan la mitad del pago en dinero y la otra mitad en mercaderías, resulta de aquí que el peón, contratado al mes por 8 patacones, recibe 4, y los otros 4 no alcanzan para cubrir sus necesidades, lo que le obliga a usar y abusar de los 4 en dinero, que siempre son cortos para sus gastos.

En tales condiciones ¿puede la orla, el emporio misionero ofrecer vasto campo al comercio libre?

Todo esto se observa en viaje y, después de observarlo, se piensa con cariño en aquellas sociedades inglesas de beneficencia, tan admirablemente pintadas por Dickens y cuyos piadosos miembros se afligían al pensar que los pobres niños de las islas Sandwich carecían de pañuelos de algodón.

Mañana nos asustaremos al encontrarnos frente a frente de la cuestión social, de las huelgas, del hambre (...) (HOLMBERG, 2012, p. 109, grifo do autor).

Figura 59 - Monumento ao *Mensú* em Posadas.



Fonte: Yerba Mate Romance ²⁷¹.

Tendo em consideração que o universo dos ervais era parte da dinâmica existente nesta borderland no Alto Paraná, os viajantes brasileiros também não deixaram de relatar o que se passava nesses espaços. A conjuntura de exploração da mão de obra dos *mensús* estava ocorrendo em território considerado como pertencente ao Brasil, entretanto, o poder era exercido pelos *obrajeros* argentinos juntamente de seu aparato

²⁷¹ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/yerbamateromance/photos/a.566221360096771/1667779963274233/?type=3&theater>> Acesso em 12 fev. 2020.

policial próprio. Sendo assim, o avanço da frente extrativa argentina representava uma ameaça para os interesses nacionais.

Ao se aproximar da fronteira, após ultrapassar a boca do sertão do Chagú, Nascimento realizou as mesmas denúncias - no que tocava a exploração dos *mensús* - que foram registradas pelos viajantes argentinos. Entretanto, o seu olhar nacionalista atentou especificamente para o fato de que existiam *mensús* brasileiros das mais diversas origens, incluindo desertores e refugiados da Revolução Federalista. Assinalou ainda a existência de forças policiais que reprimiam eventuais fugas dos trabalhadores.

Outros companheiros, argentinos, paraguayos e brasileiros ha que vivem para toda a vida escravizados sem nunca conseguirem a liberdade.

O trabalhador, herveiro ou plantador, vae ao gerente e contracta-se para trabalhar.

A casa paga de 10 a 36 pesos, papel argentino, e tem depósitos de fornecimento á beira do caminho. Mas o trabalhador precisa de mantimentos, roupas e utensílios. A casa fornece o que o contractante exigir; quanto maior o fornecimento melhor. O trabalhador sae para o sertão devendo ao fornecedor por um anno e mais de serviço.

Os preços das mercadorias são fabulosos, de maneira que aquelle infeliz quando vae «arreglar» as suas contas já está devendo o dobro. Se ousa fugir, é agarrado e castigado, tal como aquella celebre escravidão branca das uzinas de Matto Grosso.

(...) Nesses serviços de tropa, de barbaquá e de plantações, trabalha grande numero de brasileiros de todos os Estados: soldados que terminaram o tempo, outros que desertaram há muitos annos, paizanos que ali se refugiaram vindos do sul por occasião da revolução; outros, emfim, que como beduínos aventuram-se por todos os logares em busca de ganho.

Ha em todo o serviço um regimen de disciplina severa.

(...) Num desses acampamentos encontrei um carioca, antigo servente dos meus tempos de escola militar. Paupérrimo, mas sempre pernóstico.

Ouvi contar alguns actos de verdadeira selvageria por aquellas paragens.

Os proprios trabalhadores, quasi unanimes, me informaram que esse abastado proprietário é um homem de maneiras distintissimas e tem bom coração; mas lá vive em Posadas, dentro das suas grandezas, rico e descansado, e por isso de nada sabe do que vae pelos seus hervaes entregues ás mãos de agentes pouco escrupulosos e de pouca alma humanitaria.

Pouco tempo antes de nossa passagem por esses acampamentos, um moço (não me recordo se brasileiro ou estrangeiro) ficara adoentado de um pé, invalidado por alguns dias para o serviço.

Foi mandado trabalhar, e desculpou-se mostrando grande ferida aberta, vermelha como uma flor de cactus: não podia caminhar, nem manter-se de pé.

Foi immediatamente despachado e mandado sahir do acampamento.

O infeliz não teve outro remedio que seguir quasi de rastro para a colonia, por um caminho todo coberto de lodaças, distante 26 léguas. E o mais notável é o seguinte:— Pedira duas espigas de milho para a viagem e lhe foram negadas (NASCIMENTO, 1903, pp. 94-95).

O proprietário em questão era Domingo Barthe. Dentro de sua perspectiva nacionalista, para Nascimento, as práticas do *obrajero* argentino representavam um verdadeiro ultraje dentro de território brasileiro. Nesse sentido, a Colônia Militar do

Iguaçu, ainda que representasse um mero enclave brasileiro em meio à fronteira-sertão, era naquele momento um lugar de amparo para os refugiados, que desta vez não provinham da Revolução Federalista, eram oriundos dos ervais.

Eu quero que todos quantos possuam fortuna venham empregar os seus capitães no Brazil. Quero ver a minha terra occupada pelo estrangeiro—seja de que paiz fôr—que arroteie a terra, desbaste as florestas longínquas, colonize o solo, aproveite e ensine aos nossos naturaes o trabalho fecundo, activo e bem calculado; quero que a minha patria se engrandeça e se povôe de toda a sorte de homens, que dela auferindo as suas riquezas, deixem-lhe a sementeira do progresso em condições de lhe poder dar um futuro prospero e grandioso; quero ouvir o silvo da locomotiva invadindo as nossas solidões de um barulhar fluente de vida e grandezas; que os nossos rios do interior se coalhem de embarcações e se recortem de portos, que são outras tantas boccas conclamando os interessados á troca de relações commerciaes; a industria e a lavoura abrindo clareiras no seio dos nossos sertões e dos nossos campos ;—mas, me fere a alma uma setta de magua, quando vejo que as nossas leis não amparam os simples e os incautos que pela sua ignorancia ou necessidades se deixam escravizar e soffrer por espíritos unicamente interesseiros, que do seio de nossas terras retiram o que de melhor possuem para abandonal-as mais tarde, sem deixar vestígios siquer de um fructo de trabalho civilizador.

Porque esses que por ahí destroçam os gigantes de nossas florestas e desfolham os nossos herveas, arruinam as nossas terras,—não colonizam, não fazem melhoramentos effectivos nos caminhos, não abrem vias de comunicação capazes de entreter um transporte commodo e seguro, não instruem as populações, não edificam, não deixam celleiros como recursos a quem se aventure a essa longa travessia.

Cingem-se apenas ao plantio do milho para o custeio de suas tropas; só os cargueiros de Barthe elevam-se a 450 muares palmilhando a estrada do Tormentas ao Porto Carimã; mandam melhorar as picadas o quanto baste apenas para a passagem das suas hervas; a lama infecta desses caminhos é mil vezes peor do que toda a rede de crissiuma e tacuarussú dos sertões *ainda não povoados* ; edificam ranchos pelos herveas e terminada a safra os destroem ; ainda mais, e isto é digno de nota especial—quando o negocio não lhes corre de feição, suspendem os contractos e despacham da noite para o dia o misero trabalhador, retomando as roças e os casebres, deixando-os que sigam algumas vezes sem o minimo recurso para a colonia militar—esse azylo de mendigos.

Ainda agora vi com os meus olhos um triste êxodo de pseudo-colonos se arrastando a pé pelas estradas, com as suas numerosas familias, carregando os seus moveis e os seus utensílios ás costas, em demanda daquella povoação brasileira, porque foram despachados dos herveas por não serem mais necessários os seus serviços, não se lhes fornecendo siquer um cargueiro para o transporte das suas cargas.

Depois de escravizados por longos annos—estrada fóra!

Ora isto só num paiz como o nosso! (NASCIMENTO, 1903, pp. 96-97).

Mesmo no caso de Arthur Franco, incumbido da missão de regularizar as terras de Barthe, ele não deixou de descrever essas mesmas práticas. Quando esteve nos ervais explorados por Pedro Núñez e Lázaro Gibaja, justificando-se pela sua condição de “civilizado”, teceu fortes críticas à medicina que era praticada no erval. O viajante brasileiro não era médico, mas se sentiu no dever de exercer esta função em meio às

condições precárias da fronteira-sertão. Foi ele o responsável por tratar um *mensú* que fora picado por uma cobra. Em seguida, criticou a prática dos *obrajeros* de debitar a própria medicação do salário dos trabalhadores:

Na véspera da nossa partida dali, soubemos que um camarada fôra mordido por uma jararacussu, quando em serviço de exploração de ervas e, depois de 3 dias de caminhada, para atingir o acampamento central, achava-se ali, mal, em um rancho aberto. Como os companheiros do doente ouvissem tratarem-me de “doutor”, entenderam que eu devia ser médico e foram pedir-me para ver o doente ao que não me recusei (...)

É de notar que a administração dos trabalhos de Nuñez y Gybaja, não possui a farmácia alguma de emergência e nem medicamentos avulsos, mais necessários naquele serviço e com que pudesse atender a qualquer acidente, e como esse, deixando a "peonada" que ali trabalhava entregue à própria sorte. E quando ocorria um caso como o referido linhas atrás, que impossibilitava o peão de trabalhar a empresa fornecia lhe apenas a comida, que lhe era debitada assim como qualquer droga que lhe fosse fornecida (FRANCO, 1973, p. 37).

Silveira Netto comparou a ganância dos *obrajeros* argentinos à do personagem Shylock da peça “O Mercador de Veneza”, do dramaturgo inglês William Shakespeare.

É verdade que os trabalhadores ou peões das obras (...) são explorados pelos negociantes agentes de exportadores, e muitos deles exportadores por conta própria, que pouco se distanciam do Shylock de Shakespeare nos lucros fabulosos de 200 e 300 por cento com que se cobram dos fornecimentos de víveres e artigos de uso aos escravos do trabalho do mato (SILVEIRA NETTO, 1995, p. 46).

Mais adiante, Arthur Franco descreveu toda a dinâmica da exploração dos *mensús*, incluindo a estratégia utilizada pelo aparato policial dos *obrajeros* para evitar qualquer eventual fuga dos trabalhadores.

(...) preciso dizer algo a respeito do sistema de serviço (...) por todas as empresas do Alto Paraná, que trabalham na exploração de madeiras e da herba-mate, tanto em território brasileiro como em território argentino e paraguaio (...).

A "peonada" que vai trabalhar nessas empresas, ao ser contratada antes de seguir para o serviço, recebe um adiantamento a que chamam "antecipo", de algumas centenas de "pesos" e, enquanto aguarda no porto o dia do embarque, gasta em bebidas, nos "perigundins" e outras diversões, o que recebera e vai para o serviço, pagar aquilo que gastou – o "antecipo"-, ficando, portanto, obrigado, por um certo tempo, a permanecer no serviço até a liquidação do seu débito, pelo menos. Para garantirem a permanência do pessoal no trabalho, as empresas tomam as providências necessárias para evitar a fuga deles, e, entre essas providências, as empresas à margem dos rios navegáveis, costumam ter bem seguras as pequenas embarcações que possam ser utilizadas para aquele fim (FRANCO, 1973, p. 59).

O rio Paraná não era apenas o fio condutor do avanço da fronteira argentina, representava também uma rota de fuga dos *mensús*, uma forma de resistência à opressão existente nos ervais. Para Ambrosetti, essas fugas causava um grande prejuízo para os empresários ervateiros. Como estratégia narrativa para salientar tal situação, ele até mesmo reivindicava uma fronteira que não existia efetivamente naquela altura. O prófugo não fugia do controle do Estado nacional, mas sim dos *obrajeros* que estavam presentes em qualquer dos lados do Alto Paraná.

El rio Paraná se presta para la fuga de peones. En sus dos orillas, desde Tacurú á Posadas, se hallan escalonados un gran número de obrajes de yerba ó madera, unos en territorio argentino, otros en paraguay y otros en brasilero, de manera que passando de un territorio á otro, ya están libres (AMBROSETTI, 1894, p. 46).

Na medida em que os *mensús* cruzavam uma fronteira imaginária, isso não significava necessariamente o alcance da liberdade. Podemos analisar como exemplo o contexto das terras de Domingo Barthe, cujos domínios -juntamente com o seu aparato policial particular- se estendiam pelos três países da região (ALCARÁZ, 2019, p. 116). Mais adiante, em seu relato, o próprio Ambrosetti reconheceu a inexistência dessa fronteira política ao apontar a ausência de autoridade de qualquer um dos três Estados nacionais: “*Es curioso el hecho de que en los yerbales (...) de cuanto bandido se escapa del Brasil, la Argentina ó Paraguay (...)*” (AMBROSETTI, 1894, p. 71).

A fuga não era a única estratégia de resistência que era manifestada pelos *mensús*. A luta poderia ser organizada até mesmo dentro do próprio erval. Para Holmberg, este espaço era uma autêntica bomba relógio onde o caos social poderia explodir a qualquer momento. Os trabalhadores tinham a consciência de que o empreendimento comercial não seguiria adiante sem a sua própria mão de obra. Ademais, era fato de que nessas paragens a viabilidade do emprego da mão de obra imigrante europeia era praticamente nula. Ambrosetti reconhecia que esse trabalho era apto apenas para o habitante *criollo*. Vemos, portanto, como foi registrado por Holmberg, que a organização de greves representava uma ameaça eminente para os empresários: “*Mañana nos asustaremos al encontrarnos frente a frente de la cuestión social, de las huelgas (...)*” (HOLMBERG, 2012, p. 109).

Este tema também não deixou de ser registrado pelo próprio Ambrosetti. Ainda que ele fosse partidário dos empresários, o contexto da organização das greves acabou vindo à tona em seu relato. Ainda que suas palavras fossem deveras tendenciosas, de

maneira a favorecer os *obrajeros* e diminuir a importância da atuação dos *mensús*, o registro se mostra enfático. Até mesmo registrou que a assembleia organizada pelos trabalhadores foi proferida no idioma guarani:

Las múltiples dificultades que oponen los trabajos de los yerbales cuando no se es exageradamente previsor, como deben ser todos los que emprendan negocios de esta naturaleza, habían producido la escasez.

Romero y Don Eloy los llamaron y en medio de ellos, empezaron á hablar en guaraní, unos á dar sus quejas y los otros á disculparse prometiendo mejor porvenir. Al fin aquella gente de la que esperaban una rotunda negativa, accedió unánime á seguir trabajando con tal que no les faltase que comer.

Esto me extrañó mucho, pero comprendí que lo hacían solo por simpatías á sus patrones.

Para coronar la asamblea, Romero les repartió á cada uno una cuarta de tabaco negro que fué recibido á título de regalo com grandes muestras de satisfacción por todos (AMBROSETTI, 1894, p. 77).

O contexto dos levantes dos peões também foi registrado pelo brasileiro Arthur Franco nos ervais de Pedro Núñez e Lázaro Gibaja. O gerente do erval, o argentino Floriano Arrechéa, vivia sob o temor constante diante a possibilidade de organização de um motim por parte dos trabalhadores:

Chegamos ao acampamento central (Lopey)²⁷² à meia-noite. Tudo dormia. Bati à porta do rancho de Floriano Arrechéa; este acordou sobressaltado, e supondo que seria um levante da peonada, e, de revolver em punho, antes de abrir a porta, indagou quem era. Recebeu-me assustado e ainda de revolver em punho perguntou-me o que ocorria (...) (FRANCO, 1973, p. 41).

²⁷² Localidade situada atualmente dentro do município de Toledo/PR.

Figura 60 – Lopey (acampamento central)



Fonte: (FRANCO, 1973).

Mais adiante, dentro da conjuntura do seu trabalho de medição das propriedades dos *obrajeros* argentinos, penetrou no interior do erval acompanhado pelos *mensús* que abriam picadas. Nesse momento, registrou a paralização da abertura dos caminhos. O motivo era a reivindicação de mantimentos para a subsistência dos próprios trabalhadores. A medida inicial tomada por Arthur Franco não foi considerada satisfatória. Sendo assim, os *mensús* confrontaram o próprio capataz da empresa, enviando o recado através dele próprio até a mensagem chegar ao brasileiro:

Após o jantar desse penúltimo dia de serviço, o feitor avisou-me que as provisões se achavam esgotadas, e que nada havia para a alimentação da turma, desse dia em diante.

Durante a noite tomei uma resolução. Pela manhã chamei o meu cozinheiro e ordenei-lhe que trouxesse tudo que havia de provisões em seu poder, chamei o feitor da turma e perguntei-lhe: "Isso que aí está, dará para um almoço para o pessoal da turma?" Respondeu-me ele que sim. Ordenei ao meu cozinheiro que entregasse ao cozinheiro da turma todas essas provisões e disse ao feitor, que avisasse o pessoal que se preparasse para o serviço. Daí a momentos volta o feitor, pálido, a avisar-me que a turma se recusava a seguir para o serviço, porque não podia trabalhar sem comer (FRANCO, 1973, p. 47).

Ainda que Arthur Franco formalmente estivesse em território brasileiro, as leis nacionais não vigoravam efetivamente neste espaço. Ainda que tentasse supervalorizar

o poder de sua suposta autoridade, uma análise mais acurada de sua escrita nos permite visualizar que os trabalhos no erval não poderiam seguir adiante sem a realização de um novo acordo com os próprios trabalhadores: “Respondi-lhe: «Diga-lhes que eu preciso abrir 1 quilometro de picada até o meio dia e que, terminado esse quilometro, eles viriam almoçar e ficariam dispensados pelo resto do dia». E assim se fez” (FRANCO, 1973, p. 47).

O universo dos ervais não respeitava as fronteiras nacionais que os forasteiros tencionavam legitimar. Os próprios viajantes acabaram por registrar que se tratava de um espaço dotado de uma regulamentação própria que funcionava totalmente à parte da influência dos Estados nacionais. Tênuê também era a fronteira que separava o misionero ou o sertanejo do indígena “puro”. A influência nativa era notória e se fazia presente nas feições mestiças e na língua utilizada pelos habitantes desta *borderland*.

No que tocava os relatos argentinos, alguns dos habitantes relatados eram indígenas puros, mas o fato de estarem integrados na dinâmica de avanço da fronteira capitalista fazia com que fossem integrados à categoria genérica de misionero: “(...) *vestían con el traje que generalmente usan los peones allí y solo las mujeres con sus caras tatuadas densamente de azul, mostraban la huella indeleble de su pasada vida salvaje*” (AMBROSETTI, 1894, p. 94).

Dentro do contexto brasileiro, ocorreram situações similares. Não se sabe se o cacique Fracrán, líder kaingang que transitava pelo espaço fronteiriço, era indígena puro ou mestiço. Entretanto, Ambrosetti o classificou, seguindo a própria terminologia brasileira: “(...) *Fracrán era brasileiro mestizo, de los que allí llaman caboclo*” (AMBROSETTI, 1895b, pp. 310-311).

Baseados no cientificismo vigente naquela altura, os viajantes não deixaram de tecer variadas classificações a respeito do que eles projetavam como o seu outro interno. Para além do registro acerca da população mestiça, os relatos acerca da presença indígena resultavam ter uma centralidade no que tocava a problemática do avanço do processo civilizador. Para eles, tal contexto representava a verdadeira fronteira entre a civilização e a barbárie.

4.5 A questão indígena

O projeto nacional argentino enxergava a questão indígena como uma verdadeira barreira para a expansão de suas fronteiras, tanto em direção ao norte, quanto ao sul de

Buenos Aires. A ideologia liberal de matriz europeia emanada pela elite portenha durante a década de 1880 apontava o indígena como um obstáculo para a expansão da “civilização”. Por esse motivo, uma guerra total, visando a aniquilação dos nativos, foi empreendida contra as nações indígenas da fronteira sul-patagônica e da fronteira norte, na região do Chaco.

No entanto, antes do processo de unificação da Argentina, as relações entre brancos e indígenas eram bastante diferentes. Tanto o governo de Buenos Aires, como a Confederação Argentina mantiveram relações diplomáticas com as confederações indígenas como se elas fossem quaisquer outras nações estrangeiras (POMPEU, 2018, p. 94; RATTO, 2015, pp. 160-161).

De maneira concomitante ao envio das expedições militares para a fronteira sul, foram enviadas as expedições para Misiones. Há que aclarar, entretanto, que se tratava de uma conjuntura bastante distinta. Ainda que os portenhos apontassem para o espaço misionero como um território a ser conquistado, uma guerra total, nos mesmos moldes da que foi travada na Patagônia, não era parte de seus planos, haja vista a inviabilidade de empreender uma ofensiva militar em meio a uma região de selva densa. Tampouco havia recursos para tal empreitada, já que eles foram todos direcionados para a fronteira sul.

As expedições que subiram o rio Paraná, travaram contato com uma população indígena, muitos descendentes dos antigos habitantes das missões jesuíticas, assim como também de indígenas que não haviam estabelecido contato com os europeus.

Dentro do contexto de mobilidade de fronteira, a região do Alto Paraná que estava acima de Posadas e toda a porção leste situada além da margem esquerda do rio Paraná era um espaço completamente desconhecidos pelos portenhos. As tribos guaranis e kaingangs encontravam-se espalhadas por este vasto espaço.

Hernández praticamente não realizou incursões por estes espaços: “*No hemos penetrado al extremo Este de Misiones, ni traspuesto el alto Paraná; pero es creencia constante que aquellos bosques están poblados con enjambres de pequenas tribus ó familias, exentas de todo vinculo de sociabilidad entre sí*” (HERNÁNDEZ, 1973, p. 100).

Em meio a esta conjuntura, veio à tona a problemática de como lidar com essa população e como ela se situaria dentro do projeto nacional argentino. Ainda que os indígenas fossem vistos pelos portenhos como uma raça inferior, devido a influência do contexto da *Conquista del Desierto*, o espaço misionero, onde a exploração de erva-

mate e madeira estava intimamente ligada aos interesses do Estado, levantava algumas questões relacionadas à demanda por mão de obra. Ainda que os indígenas fossem considerados bárbaros, eles poderiam ser úteis devido à demanda por trabalhadores nos ervais. Não obstante, não existiu, nenhuma política que visasse a sua integração como cidadãos do Estado argentino.

Ao contrário da Argentina, o Brasil era detentor de um projeto nacional relativamente consolidado durante o século XIX, ainda que, parafraseando Benedict Anderson, estivesse restrito ao campo da imaginação. No momento da independência, apenas 1/5 do território era ocupado pela economia colonial, sendo todo o espaço interior considerado como um “fundo territorial”²⁷³.

Ao longo da Era Colonial, existiu um histórico de contato entre os colonizadores portugueses e os indígenas tupis. O avanço para o oeste configurou tanto numa busca por mão de obra escrava, ainda que de maneira ilegal, para os engenhos de açúcar (MORAES, 2001, p. 109) como em uma forma de expandir a fé cristã, o que representava um claro intuito de “amansar” os indígenas através da implementação de aldeamentos.

As tribos consideradas hostis, sobretudo, às que pertenciam ao tronco Jê, eram objeto de preocupação por parte das autoridades. Com o intuito de ocupar formalmente o “fundo territorial” da região do vale do rio Doce, com vistas a estabelecer uma conexão terrestre entre a Bahia e o Rio de Janeiro, o rei Dom João VI assinou uma carta régia que consistiu numa ofensiva militar contra os índios botocudos. A partir de então, a política imperial ficou bastante clara no que tocava à questão indígena: os aliados teriam proteção da Coroa, enquanto os inimigos deveriam ser combatidos (ALMEIDA, 2012, p. 25).

Ao adentrar o período pós-independência, o debate a respeito da situação dos povos indígenas continuou em pauta. Sendo o IHGB considerado como um suporte intelectual da coroa, duas posições foram sendo elencadas: a do ministro José Bonifácio, defensor da tese de que os indígenas poderiam tornar-se cidadãos do Império, e a do diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen, que advogava pelo seu

²⁷³ O conceito de Fundo Territorial é bastante recorrente na obra de Antonio Carlos Robert Moraes (2001, p.112). A noção de reserva de espaço para uma valorização futura está atrelada tanto à expansão colonial europeia sobre a América, como para o contexto da interiorização dos Estados nacionais americanos durante o século XIX, sendo este último o caso o foco de nossa pesquisa. A respeito de trabalhos que utilizam esse conceito, ver também: (MARTINELLO, 2016, p. 117; MORAES C., 2018, pp. 63-64; CARDOSO, 2016, p. 20).

extermínio, nos mesmos moldes que a Argentina empreenderia mais adiante (ALMEIDA, 2012, p. 29).

Acabou por prevalecer a primeira posição e, conseqüente, foi proclamada uma legislação direcionada para a questão indígena. O regulamento das Missões de 1845 tinha por objetivo a integração das populações indígenas da fronteira-sertão na forma de aldeamentos, enquanto a Lei de Terras de 1850 estabelecia uma reserva de terras para a colonização dos indígenas (ALMEIDA, 2012, p. 30). De acordo com Fernanda Sposito (2012, pp. 119-128), tais políticas poderiam ser interpretadas como uma releitura das missões jesuíticas. A diferença residia apenas no próprio contexto temporal, então atrelado ao contexto de avanço da fronteira oeste do Estado brasileiro.

4.5.1 *O Olhar argentino*

O processo de ocupação da fronteira demandava um mapeamento não apenas do espaço a ser territorializado, mas também do levantamento das populações que o habitavam, sobretudo, dos povos indígenas, cujas informações eram esparsas ou nulas. No caso argentino, o recenseamento estava limitado às populações que habitavam as margens do Paraná. Ainda assim, pouco se conhecia a respeito da presença indígena nos espaços situados ao norte e ao leste de Posadas. Por esse motivo, os relatos continham seções específicas sobre a etnografia do espaço relatado. Era importante coletar dados sobre os costumes, a língua e a religião praticada pelos nativos para que o governo argentino pudesse elaborar políticas públicas em relação à questão indígena.

Dentre todos os viajantes argentinos, Ambrosetti foi um caso à parte, tendo elaborado relatórios minuciosos sobre os povos indígenas -não só de Misiones, como de todo o território argentino- que ganharam publicações à parte²⁷⁴. Sua intenção era a de construir uma pré-história da nação argentina. Seus estudos até hoje são importantes fontes para o campo dos estudos antropológicos. No entanto, a sua visão a respeito do outro indígena coadunava com a posição geral dos seus pares portenhos que enxergavam o nativo como um bárbaro que deveria desaparecer na medida em que avançava o processo civilizador argentino.

²⁷⁴ Segundo levantamento do antropólogo estadunidense C.W. Mead (1917), realizado no ano de falecimento de Ambrosetti, as obras de temática indígena (etnografia e arqueologia) alcançaram o número de 52 publicações.

Todos os viajantes estavam influenciados pelo contexto da *Conquista del Desierto*. Holmberg, sob a condição de cientista, fez parte da expedição do general Roca na fronteira sul. Antes de se dirigir a Misiones, Lista já havia empreendido expedições militares à Patagônia, e para lá retornou logo após o seu regresso de Misiones a Buenos Aires. Dentro do contexto de conquista do que viria a ser a porção mais meridional do território argentino, comandou o massacre da população selknam que habitava a Terra do Fogo (CARBAJAL, 1900, p. 112).

A conjuntura patagônica pós 1880 influenciou no contexto misionero no sentido de que não haveria margem para relações diplomáticas com os indígenas nos mesmos moldes das que ocorriam na fronteira sul antes do processo de reorganização nacional²⁷⁵.

Os indígenas de Misiones não eram completamente desconhecidos como os da fronteira sul. Havia todo um histórico de contato com os jesuítas que foi levado em conta em meio às divagações a respeito de uma possível ação civilizadora sobre os nativos. Tal conjuntura, influenciada pelo pensamento positivista, norteou os debates a respeito das possibilidades de civilizar os indígenas da fronteira nordeste.

Os parâmetros civilizatórios dos viajantes estavam atrelados à ideia da modernidade ocidental, a qual, por sua vez, levando em conta a conjuntura do espaço americano, sofreu diversas reconfigurações. Não se tratava meramente de um movimento retilíneo que conduziria o atraso em direção ao progresso. O contexto novecentista europeu também foi permeado pelas influências do neoclassicismo e do romantismo, os quais tinham como parâmetro civilizatório a Antiguidade Clássica. Lista referenciou essas influências, trazendo-as para o contexto americano. Para ele - referenciando François René de Chateaubriand²⁷⁶ - os jesuítas foram responsáveis pelo estabelecimento de uma civilização dotada de influência destes parâmetros da Antiguidade. Sendo assim, os indígenas tiveram a oportunidade de serem civilizados e alçados ao progresso. Tratava-se, entretanto, de uma visão que colocava os indígenas em uma relação assimétrica com os europeus. Os nativos somente poderiam se desenvolver mediante uma tutela estrangeira. Sem este suporte, o regresso à barbárie seria um fato a ser consumado. De acordo com a sua ótica, foi o que acabou

²⁷⁵ O historiador Leandro de Araújo Crestani (2019, p. 201), levando em conta o contexto da política argentina de extermínio dos indígenas, denomina o processo de avanço da imigração europeia sobre Misiones como “Marcha para o Nordeste”.

²⁷⁶ Diplomata, político e escritor francês que ficou conhecido pela sua obra literária de caráter pré-romântico.

acontecendo em Misiones, tendo o Estado argentino “herdado” esse atraso, o qual seria um problema a ser solucionado em seu tempo:

Solo así se comprende que los PP. Jesuítas (...) conquistando por medio de la dulzura y de la caridad, á las indiadas vagabundas que á la voz de la religion se reunieron en reducciones, construyeron templos y cultivaron la tierra abandonada.

Fué así como se formó aquella asombrosa **República cristiana**, que segun la hermosa frase de Chateaubriand, «parecia un resto de la antigüedad descubierto en el Nuevo Mundo » y que, al ser expulsados sus fundadores, se hundió en el caos, no quedando hoy de tanta grandeza mas que algunos muros de piedra, losas sepulcrales, y la soledad y el silencio por doquiera (LISTA, 1883, pp. 3-4, grifo do autor).

Para Lista, com a saída dos jesuítas, o positivismo não pôde agir em Misiones. Não seguiu, portanto, o seu curso natural de desenvolvimento. Se para ele, os nativos poderiam ser passíveis de serem civilizados sob a tutela europeia, Hernández manifestou uma opinião radicalmente oposta. Para ele, os indígenas seriam bárbaros irredutíveis que nunca poderiam integrar efetivamente o projeto nacional argentino como ativos cidadãos. Nem mesmo a ação natural do evolucionismo faria com que acoplassem a ideologia liberal de matriz europeia. O registro da palavra em caixa alta era um recurso para reforçar o seu posicionamento.

A mantenerse el sistema Jesuítico hasta hoy, los misioneros estarian en el mismo estado, pues no se descubre ningun progreso en tal sentido, á pesar del siglo y medio de educacion Jesuítica, y la prueba es que al encontrarse abandonados á su próprio esfuerzo, no fueron capaces siquiera de defenderse de sus enemigos, de formar un pueblo, ni de proporcionarse medios de subsistencia

Eran niños, sin arte, sin industria, sin civilizacion de ningun género y por eso cayeron pronto en la mas completa barbárie.

Si desde 1620 hasta 1767, con 150 anos de dominacion pacífica, no habian aprendido á leer, ni hablar mas que guaraní, ni á corresponder con el resto del mundo, ni á forjar sus herramientas, ni á tener sus armas, ni á comprender el derecho de propiedad, ni á ejercer ningun acto de comercio ó industria de esos que dan consistencia á un pueblo, y lo habilita para su progreso: cuántos siglos necesitarían para bastarse á si mismos, para regir sus destinos, para constituirse como nacion viril, civilizada y libre?

El cálculo se pierde en la inmensidad y allá, muy á lo lejos, aparece solitaria y triste esta solucion: ¡NUNCA! (HERNÁNDEZ, 1973, p. 22).

Ao relatar as ruínas de uma antiga missão em Santa Ana, ainda que tenha manifestado um tom mais ameno, Holmberg assinalou que a escravidão teria sido uma benesse que pôde alçar os indígenas a um determinado grau de civilização. Não deixou de apontar, entretanto, que a saída dos jesuítas ocasionou o regresso ao status de barbárie:

Al detenerme un instante al contemplar el pasado de las ruinas de Santa Ana saqué esto en claro.

Centenares de hombres libres de los bosques que adquirieron, con la esclavitud, una certa forma de civilización y un régimen de vida casi monástico en el que todo se ejecutaba al toque de campana, aun los actos más íntimos, espontáneos y discretos de la vida doméstica.

(..) Con la expulsión de los jesuítas vino el desbande.

Volvieron a la vida nómada y a las tribulaciones de la nueva inquietude (HOLMBERG, 2012, p. 208).

No caso de Ambrosetti, o seu relato teceu pesadas críticas aos próprios jesuítas. Ele acreditava que os indígenas poderiam ser civilizados mediante uma ação que não foi efetivada pelos próprios religiosos. Caso tivessem semeado a ação do positivismo entre os nativos, ele seguiria naturalmente o seu curso. Diferentemente dos seus colegas, acreditava que os indígenas poderiam ter alcançado um status de civilização na altura em que as expedições portenhas chegaram à frontera-desierto de Misiones.

Este fué el error de los jesuítas.

Ellos no fundaron pueblos, no! Lo que hicieron fué construir suntuosas iglesias, inmensos colegios para ellos, explotar los neófitos en un trabajo incesante, transformarlos en máquinas que funcionaban á toque de campana, tratar de que comieran bien, que bailaran y que rezaran mucho, sin inculcarles ni despertarles ninguno de los sentimientos que transforman á la bestia en hombre.

Los casaban, los bautizaban, les administraban los sacramentos, sin que pudieran comprender nada de todo eso.

Creían que echándoles el agua del bautismo **ad majorem Dei gloriam** era suficiente, y que solo por esto eran buenos cristianos y ganaban el cielo.

Todo su afán fué de salvar almas, prepararlas para la outra vida, sin acordarse de que aquí en la tierra es necesario vivir no solo comiendo, bailando y rezando.

Ellos fueron los que precipitaron su ruina, ellos, que levantaron el edificio ficticio de un pueblo sin cimientos, que tarde ó temprano tenía que venirse al suelo.

¡Cuáles fueron los resultados que produjeron!

Si en los 100 años de su dominación, hubieran preparado una generación siquiera á la vida civilizada, hoy las Misiones serían otra cosa, y en vez de encontrarse entre los naranjos y el monte, los escombros de sus obras, la vida activa de los grandes centros llenaría esa región, que recién empieza á despertarse (AMBROSETTI, 1892a, p. 39, grifo do autor).

De uma maneira geral, os indígenas do interior misionero não eram considerados como cidadãos argentinos. Lista realizou essa ponderação ao fazer menção ao censo nacional de 1869: “(...) *Misiones tenia entonces 3,000 habitantes, sin incluir en ese (...) los indios Tupies²⁷⁷ del cacique Maydana (...)*” (LISTA, 1883, p. 33).

²⁷⁷ Lista apontou erroneamente os kaingangs do tronco Jê como tupis.

4.5.2 *O Olhar brasileiro*

Ainda que o contexto misionero fosse bastante distinto da fronteira sul-patagônica, a visão manifestada pelos portenhos sobre os nativos era igualmente negativa. No caso dos brasileiros este olhar depreciativo também foi manifestado. Contudo, soluções que pudessem lidar com a questão indígena foram pensadas de uma maneira mais efetiva. Era uma decorrência da implementação, por parte do Império, de uma legislação que já estava em andamento desde meados do século XIX. Nesse caso, fez diferença o fato de o Brasil já estar consolidado sob um projeto nacional unificado desde a sua independência em 1822.

No caso da região fronteira com a Argentina, a política de aldeamentos fazia uma distinção entre os guaranis do tronco tupi e os kaingangs do tronco jê. Os primeiros já estariam “amansados”, pois já eram conhecidos dos colonizadores devido a todo o histórico de contato. Enquanto os segundos eram vistos com desconfiança.

Brito manifestou esta distinção em seu relato. Estando ele próprio incumbido da chefia de um aldeamento em Catanduvás, próximo à foz do Iguaçu, registrou a sua ação “missionária” na fronteira em meio aos confrontos entre os indígenas destes dois troncos. Os indígenas Jê, os quais eram denominados por ele como coroados, eram tribos beligerantes que atacavam os guaranis. Os quais, de acordo com a sua concepção, puderam receber “proteção” com a chegada dos colonizadores por meio dos aldeamentos:

Aldeados todos os índios, verificamos ter atingido o número a 63 almas: 7 homens, 23 mulheres e os demais menores de ambos os sexos. (...) índios também conhecidos pelo nome de Coroados eram inimigos dos Guaranis, desde remota idade; faziam-lhes guerra toda vez que os encontravam (...) (BRITO, 2005, p. 60).

O tenente Muricy, tendo lido o relato de Brito antes de empreender a sua própria expedição, ratificou essas informações em seu próprio relato. Ainda corrigiu o seu colega, mencionando a nomenclatura kaingang em vez de coroados. Salientou ainda as práticas bárbaras dos indígenas Jê, as quais contrastavam com o modo de vida dos guaranis que estavam em meio ao processo de serem civilizados dentro dos aldeamentos. Nesse caso, dentro de uma lógica evolucionista, o amansamento seria o

primeiro passo em direção a uma futura vida civilizada integrada dentro da conjuntura de domínio do Estado brasileiro:

Estes índios, originarios do Paraguay (...) entranharam-se nos nossos sertões, e até agora alli têm vivido, mas muito redusidos já, pela cruel guerra que lhes movem os tigres e os coroados. Estes ultimos, cuja verdadeira denominação é de Caigangs, matam os homens para roubarem as mulheres, que acham muito bonitas.

Estavam então já aldeados pela Commissão Estrategica por intermedio do capitão Baptista da Costa Junior e principalmente do tenente Joaquim Raphael Pessoa de Mello, que os reunio nas Catanduvras, onde eram protegidos dos ataques dos coroados. Fallam o Guarany, já bastante alterado e differente do que fallam no Paraguay.

Em estado selvagem vestem-se com chiripás, tecidos com fibras de urtiga selvagem que n'esses sertões atingem a proporções de arvores, á imitação dos índios Chiripás do Paraguay, ou com um cinto do mesmo tecido (...) (MURICY, 1999, pp. 48-49).

Em meio ao seu trajeto pelas margens do Iguaçu, ainda bastante distante da foz, Nascimento igualmente manifestou uma visão negativa sobre os indígenas Jê, os quais ele generalizou como botocudos²⁷⁸. Seriam eles refratários ao modo de vida civilizada. O viajante registrou uma clara manifestação de alteridade e demarcação entre o que estava relacionado a “nós” e o que representava “eles”. Por outro lado, acabou por reconhecer que o avanço da fronteira brasileira representava uma ação estrangeira em meios aos domínios dos nativos que não reconheciam a legitimidade deste Estado nacional. Ainda que de maneira indireta, registrou a resistência dos indígenas frente ao avanço brasileiro.

A tribu dos botocudos, por certo os mais bravios e indomáveis, habita desde a margem esquerda do Iguassu, penetra o grande sertão até Campos Novos, fazendo correrias, a partir das serras a leste do município do Rio Negro até os campos, numa extensão de 18 léguas, e desde Jaraguá, territorio catharinense, até a nossa União da Victoria, numa extensão de 50 léguas. No interior da serra do Espigão, que limita os dois Estados vizinhos, ha um alto morro chamado Tayó, em pleno sertão impenetrável, em cujos arredores habita essa grande tribu, infelizmente de uma ferocidade implacavel, até o presente retractaria á civilização.

(...) Os botocudos, porem, que vigiam a margem do Alto Iguassu, e percorrem os seus povoados, até o presente ainda não puderam supportar o domínio estrangeiro, e o seu odio ao *portuguez*, como nos chamam, é implacavel! (NASCIMENTO, 1903, pp. 16-17).

Ainda assim, ressaltou que os indígenas Jê seriam também passíveis de serem civilizados. O avanço brasileiro pela fronteira-sertão, através da abertura de estradas e

²⁷⁸ Outra denominação genérica, além de Coroados, que os portugueses atribuíram aos indígenas do tronco Jê.

da fundação de colônias, seria um movimento irrefreável que naturalmente civilizaria até mesmo os índios bravios.

E tanto é assim, que viajando eu, como demonstrarei adiante, por sertões invios e inhospitos, sem sombras de catechese, encontrei numerosos toldos de índios mansos pelas picadas, guaranys e coroados, e que somente com a passagem de um ou outro viandante que se destina á fóz do Iguassu ou á fronteira rio-grandense, vão se civilizando naturalmente, descendo para as estradas, colonias e rios mais proximos, barganhando as suas ainda que muito limitadas mercadorias (NASCIMENTO, 1903, p. 16).

Para Nascimento, a ação civilizadora contra os indígenas bravios não seria mais pela via da guerra naqueles moldes que foram propostos pelo decreto do rei Dom João VI. Nesses tempos republicanos, a política dos aldeamentos, a qual foi fomentada pelo Império, seria incrementada pela atuação das forças naturais da ciência que paulatinamente conduziria esses “bárbaros” para a civilização. Em sua concepção, tratava-se de um movimento irrefreável, inerente ao avanço da fronteira brasileira:

Como é sabido, maus por indole que são, os botocudos têm experimentado grandes revezes desde as primeiras épocas de nossa historia, em virtude das atrocidades por eles commettidas, quando a passagem pelo sertão que habitam era ponto obrigado aos viajantes de S. Paulo para o Rio Grande. Por essa época travaram-se renhidos combates nessas horrendas selvas. O botocudo, ignorante e cioso, atacava traiçoeiramente os tropeiros que ousavam penetrar em seus domínios—sabe Deus também com quanta perversidade! Dahi, o ataque persistente e a defesa demolidora; dahi, a guerra eterna. Hoje o civilizado evita a lucta, porque julga infructifera a batalha; quer chamar o adversario á paz, procura attrahil-o para os povoados. (NASCIMENTO, 1903, p. 17).

A oposição dos indígenas frente ao movimento da fronteira brasileira foi registrada por Nascimento. Essa resistência, entretanto, não se restringia apenas às tribos Jê. Brito, ainda que de uma maneira indireta, vangloriando-se dos seus próprios logros, registrou a relutância dos próprios guaranis em meio à fundação do aldeamento de Catanduvas:

Em príncipios de 1891, o rascunhador destas linhas foi requisitado pelo Chefe da Comissão para se encarregar da catequese dos Indios Guaranis, que a turma de exploração havia encontrado ao longo da picada. Selvagens estes que o mesmo chefe empenhava,se para chamar ao centro da civilização. Dois encarregados já haviam estado neste mister, mas com resultados contraproducentes. Contra um deles - o 2º Sargento Custódio Gonçalves Rollemberg- houve tentativa e assassinato!

Em março do mesmo ano, assumi a direção deste serviço, em Catanduvás. Concluí o aldeamento dos índios, serviço já iniciado e empenhei-me para atrair os índios ainda dispersos, ao mesmo aldeamento. Com este fim internava-me em várias direções onde constava existirem pequenas tabas e aí empregava o maior interesse e assim consegui reuni- los todos em Catanduvás (BRITO, 2005, pp. 57-58).

Esta visão de missionário que foi manifestada por Brito elucidada o quanto ele acreditava que os indígenas poderiam ser civilizados pela via dos aldeamentos. Seria o caminho natural para que os nativos viessem a tornarem-se cidadãos brasileiros. Preocupando-se em registrar os efeitos práticos de seu trabalho como chefe do aldeamento de Catanduvás, ainda que mediada pela sua própria ação, uma aldeada recebeu um olhar positivo de sua parte que a colocava dentro do rol da civilização. Tais atributos não eram somente atrelados às suas qualificações profissionais, a própria medicina indígena que por ela era exercida acabou sendo legitimada por Brito. Ainda que tenha assinalado que tal prática estava ligada ao processo de conversão da indígena ao cristianismo, o registro é deveras notório:

Esta mesma índia, a quem ensinei a ler e escrever era de uma inteligência prodigiosa. Aprendeu logo a falar o nosso idioma; a cortar e costurar roupa tanto para homem como para senhora, em máquina; desarmava e armava as mesmas; concertava-as se porventura necessitavam de conserto, etc. Trabalhava com perfeição em crochê, em bordado e muitos outros confeccionados com fio. Era parteira muito feliz; só a sua presença aliviava a parturiente, tal a confiança que inspira esta mulher! Uma ocasião ouviu alhures explicações dos Evangelhos de Jesus Cristo, empenhou-se e leu a vida do Salvador, creu e aceitou a Jesus como o Unigênito filho de Deus e seu Salvador, em nome de quem curava a mordedura da víbora! Com a mesma fé que animou a Paulo de Tarso, na Ilha de Mileto, ela curou muitas pessoas, Outra mais moça, filha da precedente, a quem também ensinei a ler e escrever, tinha uma caligrafia admirável, trabalhava em crivo, bordado, desenho, etc., que fazia inveja a muita gente que nasceu e se criou no seio dos civilizados! (BRITO, 2005, pp. 61-62).

Certamente, o fato de ter sido o único viajante que fixou residência na fronteira, tendo ainda contraído matrimônio com uma índia guarani, influenciou nas suas descrições positivas a respeito dos indígenas: “No período em que estivemos doutrinando os selvagens de Catanduvás verificamos exuberantemente que para conhecer o índio é indispensável convivermos com o mesmo” (BRITO, 2005, p.62).

Foi o conhecimento dos indígenas que possibilitou que empreendesse uma expedição rumo ao norte até a altura do rio Piquiri, fronteira com o Paraguai e com o estado do Mato Grosso, ponto considerado estratégico pelo governo brasileiro desde a era imperial, já que a sua conexão terrestre com o litoral brasileiro continuou sendo uma

obsessão também por parte da República. O sucesso da expedição contou com o suporte da ciência indígena, fato este que Brito não deixou de registrar: “Em algumas excursões que empreendi junto com os indígenas, em direção ao Piquery, não cessei de admirar os seus conhecimentos práticos em relação à natureza da fauna e flora e até mesmo dos astros que nos iluminavam” (BRITO, 2005, p.62).

No mesmo sentido, contrariando a noção ocidental de que os indígenas eram povos sem história, valorizou a tradição da oralidade dos guaranis:

É costume entre os indígenas, os velhos fazerem os moços conhecer o passado desde os seus primórdios. Em obediência a este costume, os velhos abrem-lhes as folhas dos livros que os moços por sua vez, abrem às gerações futuras. Desta maneira os índios atuais têm noção dos acontecimentos dos tempos imemoriais (BRITO, 2005, p.61).

Esse tipo de visão positiva acerca dos indígenas é basicamente restrito ao relato de Brito pelos motivos já elencados acima. Os demais viajantes que transitaram pela fronteira-sertão se preocuparam apenas em registrar a ação civilizadora dos aldeamentos. O sucesso de tal empreitada nesta borderland demandava um sincretismo onde o processo de conversão dos guaranis ao cristianismo passava pela questão dos chefes militares dos aldeamentos aceitarem as próprias tradições indígenas. Sendo assim, Muricy registrou a eleição de um militar brasileiro como o “guruvícha²⁷⁹” da tribo.

O tenente Pessoa de Mello, convidado por elles, para assistir uma festa no toldo, foi ahi eleito *Guruvícha*. Foi um facto interessante esse: depois das mais respeitadas demonstrações de apreço, começaram as danças e enquanto dançavam iam os homens ornando-o com macinhos de pennas de diferentes côres, de modo que quando saíu da festa apresentava elle a figura a mais grotesca possível.

Foi sujeitando-se a estas e outras demonstrações de amizade dos indios e até com elles comendo o tambu ou bucu, que este humanitario e distinctissimo collega conseguiu catechisar-os (MURICY, 1999, p. 49).

De acordo com os viajantes brasileiros, o processo de avanço da fronteira brasileira pela via dos aldeamentos seria um fato irreversível. Fatalmente os indígenas teriam que abandonar o seu modo de vida original para serem integrados a este projeto nacional recém chegado ao seu território. Nem mesmo algum eventual percalço poderia frear o curso do processo civilizador. A eventualidade citada por Muricy não estava

²⁷⁹ Palavra guarani que significa chefe. Basaldúa a registrou como “burubicha” (BASALDÚA, 1901, p. 52).

relacionada a uma reação por parte dos indígenas. Tratava-se da ação de militares dissidentes que não estavam alinhados com a premissa ideológica do governo do qual ele era um árduo defensor. Eles eram considerado como bárbaros pelo simples fato de exercerem oposição pela via da Revolução Federalista. Não obstante, o destino dos indígenas já estaria selado: o aldeamento era apenas um meio para transformá-los em colonos na recém fundada Colônia Militar do Iguaçu. Sendo assim, o seu passado seria deixado para trás em prol dos valores modernos e urbanos que teriam que ser legitimados na fronteira:

Trabalhavam esses índios para a Comissão, ganhando em troca roupa, fumo e alimentação, único pagamento que aceitam, porque o dinheiro para eles não tem valor.

Com a passagem de Juca Tigre em Julho de 94, e já muito disimados por febres e tigres, esses curiosos índios foram dispersos e os pouco que restam (crianças e mulheres) vivem hoje como colonos na Fóz do Iguassú (MURICY, 1999, pp. 49-50).

Nascimento, entretanto, registrou uma dinâmica à parte da política de aldeamentos. A fronteira-sertão era também uma zona de contato e de negociação entre esses dois mundos que estavam se chocando nesta borderland. O seu relato mostra as relações travadas entre o governo e uma tribo kaingang que não estava aldeada sob a chefia de algum agente estatal. O seu líder era o general cacique Nhonhô, cuja patente foi outorgada pelo próprio exército brasileiro. Ele era considerado por Nascimento como uma sentinela avançada da presença nacional neste espaço. A aliança com este chefe indígena era de primordial importância para poder repelir eventuais tribos hostis aos brasileiros.

Contudo, a dinâmica de atuação desses kaingangs denota o quanto detinham uma autonomia suficiente para negociarem com os brasileiros (os quais ainda eram chamados de portugueses) e de demarcarem as fronteiras de seu próprio território, onde o forasteiro não poderia adentrar sem a anuência do próprio Nhonhô²⁸⁰:

²⁸⁰ A organização da tribo do cacique-general Nhonhô foi evidenciada em 2004 no relatório da antropóloga Cecília Maria Viera Helm para demarcação de terra indígena em Laranjeiras do Sul/PR. A demarcação foi oficializada em 2007 pela Portaria nº 1794, de 29 de outubro, assinada pelo então ministro da Justiça, Tarso Genro. No entanto, o processo demarcatório encontra-se paralisado devido a ações contrárias à demarcação.

PR - Povo Kaingang de Laranjeiras do Sul: acampados perto de suas terras, esperando a demarcação e o reconhecimento de seus direitos. <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=pr-povo-kaingang-de-laranjeiras-do-sul-acampados-perto-de-suas-terras-esperando-a-demarcacao-e-o-reconhecimento-de-seus-direitos>> Acesso em 23 jan. 2020.

Proximo a esta povoação, a meia légua da beira do campo das Creanças, existe um poderoso toldo de *coroados*, calculado em cerca de 300 indios, sob a chefia do possante *general Nhonhô* (...)

Nhonhô, de cacique que era, ao engrolar a lingua portuguesa fez-se general,— naturalmente por promoção de algum official brasileiro quando de exploração por aquella zona.

(...) Na hierarchia ha desde o general até o soldado, cada um com certas prerogativas que elle dá e tira ao seu sabor.

É um acampamento que monta vigilancia noite e dia, e o quartel general de sua excellencia Nhonhô vive cercado de soldados. A pequena distancia do toldo permanece uma vedeta, armada de arco e frecha, prompta a dar o signal de approximação de extranhos. E nenhum *português* penetra no acampamento nem ousa approximar-se do *general*, sem que primeiro este haja por bem servir-se consentir e receber...

Os *portugueses* são todos quantos pela côr e pelos costumes differem dos de sua tribu.

Ora muito bem. Nhonhô vive sob armas, cercado de sua gente, sempre disposto a repellir os bugres que percorrem a costa do Ivahy, passam os cerros de S. João e tentam excursionar pelos campos de Guarapuava. Nhonhô é pois uma sentinella avançada. Mas o bruto afinal sabe tirar bom partido das suas honrarias. Vive como um rajah²⁸¹, em sua taba, cercado de comezainas e festanças, continuamente ébrio.

Os seus comparsas levam lhe tudo quanto exige: caça, peixe, mandioca, aguardente, etc.

Qualquer indio pode contractar trabalho na roça dos *portugueses*, por determinado tempo, mas é obrigado no fim do contracto a levar aos pés do sr. Nhonhô... uma pelega de 10\$000, como tributo ao seu general... (NASCIMENTO, 1903, pp. 73-74).

Da mesma maneira que as confederações indígenas negociavam com ambos os lados durante a guerra civil na Argentina entre unitários e federalistas, os kaingangs liderados pelo cacique Nhonhô tiveram papel atuante nos desdobramentos da Revolução Federalista. Uma possível aliança com o lado legalista somente seria possível mediante as condições colocadas pelos próprios indígenas. A noção de territorialidade era bastante clara para os kaingangs. Nesse sentido, reivindicaram junto ao poder público sediado em Guarapuava que um crime ocorrido em suas terras fosse julgado pelas suas próprias autoridades. Essa era a condição para o estabelecimento de uma aliança com as tropas do governo para combater as tropas revoltosas de Juca Tigre. Embora Nascimento tenha encontrado absurda tal proposta, acabou por registrar a recusa de Nhonhô em combater pelo lado legalista:

Esta tribu possuia algum gado antes da revolta; mas a expedição revolucionaria de Juca Tigre, que esteve carneando acampada no Laranjeiras durante 15 dias, fez ali grandes estragos como por todas as circumvizinhanças.

Nhonhô tomou nota do prejuízo e jurou vingar-se.

²⁸¹ No sentido de atribuir uma vida regada a luxo e riquezas, Nascimento fez uma referência aos rajás da antiga civilização indiana.

Quando soube da aproximação das forças leaes do então coronel Abrantes, Nhonhô foi apresentar-se lhe, offerecendo- se para com os seus 300 homens liquidar um por um os revoltosos; mas, ao fazer o seu offerecimento, impoz logo uma condição *sui-generis*, que era a seguinte: Antes da revolução havia sido assassinado um chefe indio, se me não engano o valente Jonjhó, e o assassino se achava preso, tendo respondido a jury na cidade de Guarapuava. Nhonhô exigia que se lhe entregasse aquelle sentenciado, afim de o conduzir até o toldo e ahi matal-o, «por haver morto a um indio de sua tribu». Tal pena de Talião, como era natural, não fôra aceita, e Nhonhô presto retirou a proposta de acabar com os invasores (NASCIMENTO, 1903, pp. 74-75).

Muricy relatou maiores detalhes sobre o ocorrido, inclusive registrando que os kaingangs ainda tentaram invadir a cadeia de Guarapuava após a negativa das autoridades em entregar Rosinha, o assassino de Jonjhó²⁸², cacique que antecedeu Nhonhô e que teve papel atuante no auxílio à Comissão Estratégica dos militares em Guarapuava. O militar não deixou de manifestar um sentimento de alteridade ao demarcar que o fato gerou “indignação entre nós como entre os seus”. A afirmativa também denota o quanto o espaço compreendido entre a Boca do Sertão do Chagú e a foz do Iguaçu era uma “zona de contato” entre os militares legalistas, revoltosos e as tribos indígenas aliadas ou hostis à presença brasileira.

Este chefe coroadado, Jong-Yhó, foi um dos principaes fatores da catechese voluntaria dos indios na comarca de Guarapuava, onde auxiliou a muitas commissões scientificas e era geralmente estimado, succumbindo em 1893 á infames punhaladas que lhe deo um negro de nome Rosas ou Rosinha por causa de um insignificante cão de caça; facto que até hoje causa geral indignação, tanto entre nós como entre os seus. O assassino era reclamado pelos indios que, desejavam applicar-lhe a justa expiação; ao que a nossa justiça não accedeu. Tentaram então assaltar a cadeia de Guarapuava; mas, achando-se as forças sob o commando do coronel Abrantes no Xagú, apresentaram-se-lhe cerca de 500 indios coroados completamente armados, pedindo-lhe o novo chefe a entrega do *Rosinha*, que em troca iriam no encalço de Juca Tigre.

A condição não pode ser aceita, contentando-se os selvagens com a boa recepção que tiveram e com a promessa de que o criminoso seria bem castigado por nós. E esse mesmo *Rosinha*, assassino de profissão, quando se achava em Guarapuava a força revolucionaria, foi solto por ella, mas a sua ruim sorte não o consentio porque logo ao sahir da cadeia tentou *sangrar* a sentinella, sendo novamente recolhido á prisão (MURICY, 1999, pp. 57-58).

Dentro desta borderland também existiam disputas entre os próprios kaingangs. Nascimento registrou a atuação de um grupo que estava descontente com a liderança de Nhonhô e que estava se articulando para assumir o poder. Coletar informações a respeito da “política indiana” era de suma importância para o governo brasileiro. Dela

²⁸² Grafado por ele como Jong-Yhó, situação comum devido ao desconhecimento das linguas indígenas.

dependiam para articular estratégias e alianças em meio ao processo de avanço de sua fronteira:

Não me recordo o nome do cacique. Sei, porém, que elles estão em desavença com o grupo de Nhonhô e não querem mais suportar a sua chefia suprema.

Qualquer dia surgem por aquelles sertões altas complicações politicas na vida indiana, e não será para admirar que o telephono tenha de transmittir aos povos os altos successos de uma deposição indígena... (NASCIMENTO, 1903, p. 82).

Como foi possível observar, a relação do Estado brasileiro com os indígenas era bastante complexa e não se resumia essencialmente à política de aldeamentos. No entanto, dentro de uma perspectiva positivista, era unânime a ideia entre os agentes estatais de que as forças ocultas da “civilização” estariam a favor dos brasileiros. Era uma questão de tempo para que os indígenas -na medida em que a presença estatal fosse se tornando mais efetiva- fossem atraídos por tais forças. A abertura da estrada pela Comissão Estratégica funcionaria como um ímã natural que atrairia os nativos para o projeto nacional brasileiro. Aprenderiam naturalmente a língua portuguesa, assim como evoluiriam o seu estágio civilizatório ao deixarem de viver em ocas para que, inspirados pelo modelo habitacional dos militares, passassem a viver em casas construídas nesses mesmos moldes.

Depois do Chagú atravessa-se o rio das Cobras.

Sobre o passo deparou-se-nos grande toldo de indios, que vieram em numeroso bando á beira do caminho cumprimentar o general Bormann. São indios mansos em numero de 500; alguns já falam regularmente o nosso idioma e vivem em boa harmonia com a soldadesca em serviço da estrada; cultivam milho e feijão.

(...) também os indios, ou por espirito de imitação ou por necessidades da vida, procuram ir mudando os seus toldos para a beira da estrada.

Assim é que vão se civilizando, trajando melhores roupas, e o que é mais significativo ainda:—as suas novas construcções são modeladas pelas casas do acampamento (NASCIMENTO, 1903, p. 82).

Ainda assim, a ocupação da fronteira-sertão do Chagú era uma tarefa extremamente dispendiosa. Quanto mais se avançava para o oeste, dava-se o encontro com indígenas que estavam completamente alheios à presença brasileira: “Do alto da serra, muito alta, descortina-se imenso sertão bravio (...) esbarramos com um toldo de indios guarany, bastante grande e muito povoado. Vivem á primitiva, ainda mui pouco relacionados com gente de modernos costumes” (NASCIMENTO, 1903, p. 99).

A questão indígena era de fundamental importância para o avanço da fronteira brasileira. Ainda que o debate racial existente no período os colocasse sob uma

condição inferior ao europeu, nada impedia que pudessem se tornar colonos nos diversos entrepostos e vilas brasileiras existentes na fronteira-sertão, assim como na nascente localidade de Foz do Iguaçu, ponto de contato direto com os argentinos.

4.5.3 Quando a fronteira sul encontra a fronteira norte: o breve cativo dos índios pampas em Misiones

Na Argentina não existia uma política que fomentasse a utilização de colonos indígenas em Misiones. Somente Basaldúa fez menção a um possível projeto de uma colônia kaingang na região de San Pedro, a qual jamais foi levada a cabo. Seria uma ideia similar à estrutura dos aldeamentos brasileiros, já que, segundo o próprio argentino, os costumes e a língua indígena naturalmente desapareceriam na medida em que fossem “civilizados”:

El gobierno nacional, siempre generoso y leal en el cumplimiento de sus obligaciones, ha olvidado hasta hoy este compromiso: sería obra civilizadora fundar una COLONIA KAAÁ-INGAINGA en la sierra misionera, recompensando á estos índios laboriosos que han sido los verdaderos dueños del fértil territorio.
(...) el idioma de estos índios desaparecerá dentro de una década más (BASALDÚA, 1901, p. 183).

Contudo, os argentinos se depararam com a questão da demanda por mão de obra nos engenhos de açúcar que estavam sendo levantados na fronteira norte. Já tendo grande parte da massa trabalhadora alocada nos ervais e em meio às dificuldades de cooptar os indígenas do interior misionero, como medida emergencial, foi utilizada a mão de obra dos indígenas prisioneiros obtidos durante as campanhas militares realizadas pelo exército argentino na Patagônia e no Chaco. Esse contingente acabou sendo direcionado para atender a demanda por trabalhadores em regiões que estavam sendo integradas ao mercado nacional como economias complementárias à expansão da pecuária pela região pampiana ao sul de Buenos Aires. Foi o caso da agroindústria do açúcar em Tucumán, cuja produção em franca expansão, motivou uma experiência embrionária também em Misiones (LENTON, 2017, p. 2; ZOUVI, 2010, p. 3).

Figura 61 - Colheita de cana-de-açúcar em Misiones



Fonte: (RÊGO & CAPDEVILA, 2017, p. 180)

O engenho San Juan, fundado em 1884 nas cercanias de Santa Ana, foi o primeiro empreendimento açucareiro fundado em Misiones. Tratava-se de uma empresa do governador Coronel Rudecindo Roca. Sendo ele próprio um ex-combatente da *Conquista del Desierto* - a qual foi comandada pelo General Julio Roca, seu irmão que depois viria a se tornar presidente da República - não encontrou, obviamente, quaisquer dificuldades em obter a mão de obra dos indígenas denominados genericamente como Pampas²⁸³, os quais, após os combates, estavam alocados como prisioneiros em campos de concentração na ilha de Martin Garcia, localizada na desembocadura do rio da Prata, próximo de Buenos Aires (LENTON, 2017, p. 2).

Estaria então resolvida a questão do uso da mão de obra indígena pela via da “importação” e do recrutamento forçado dos indígenas da fronteira sul? Os nativos se adaptariam a um novo ambiente geográfico totalmente distinto do seu local de origem?

Holmberg, em relação a esta última questão, e sob um viés claramente determinista, não era nada otimista:

(...) debe contarse la diferencia de clima. Situado alrededor del paralelo 27, el Territorio de Misiones tiene un clima casi tropical que no es propicio para los rudos moradores de las comarcas australes, donde el cierzo que sopla de

²⁸³ O termo generalizava uma variedade de etnias indígenas da região pampiana como os ranqueles, querandíes, tehuelches, pehuenches e puelches.

la Cordillera, llevando la nieve en sus ráfagas, y el campo libre para la carrera desenfrenada de sus ejercicios, ninguna semejanza ofrecen con el ambiente cálido y húmedo de Misiones y los campos encerrados por selvas impenetrables (HOLMBERG, 2012, p. 287).

No entanto, resulta ser necessário ir mais a fundo e analisar as próprias particularidades do contexto desses indígenas patagônicos. Começando pela própria questão espacial. A vastíssima área que se estendia desde o sul de Buenos Aires até a ponta mais meridional do continente americano – uma distância aproximada de mais de três mil quilômetros em linha reta - não era parte do território argentino até 1880. A partir deste ano, houve um câmbio político do qual se despreendeu a política de guerra total. Antes disso, os portenhos travavam relações diplomáticas com as confederações indígenas que estavam mais próximas de seu território, como era o caso da *Confederación de Salinas Grandes* ao sul e do *Ulmanato Ranquel*, também conhecida como *Confederación de Leuvucó*, situada a leste da fronteira de Buenos Aires (PASSETTI, 2009, p. 115; DE JONG, 2009, p. 25).

Os prisioneiros indígenas que foram conduzidos para Tucumán e Misiones detinham todo um histórico de atuação política que não cessaria mesmo em seus momentos de cativo. Somente no Engenho San Juan, cinco revoltas foram registradas (LENTON, 2017, p. 4). Dentre elas, a mais conhecida foi a de 1888, liderada por Jose Gregorio Yancamil, o último cacique do *Ulmanato Ranquel*.

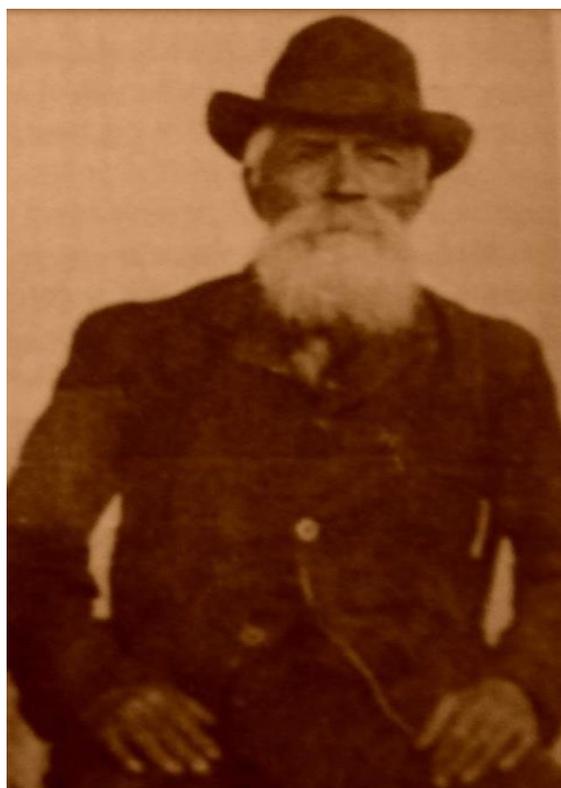
Esse levante não foi o primeiro encontro belicoso entre o cacique e o governador de Misiones. Em 1878, Yancamil foi cobrar as rações estipuladas por um tratado firmado entre o *Ulmanato Ranquel* e o governo argentino. Contudo, de maneira furtiva, o próprio Rudencindo Roca, então coronel, comandou o episódio conhecido como “*matanza del Cuadril*”, no qual, quebrando o referido tratado, ordenou o fuzilamento de toda a comitiva ranquel (LENTON, 2017, p. 3). O cacique sobreviveu ao ataque e empreendeu guerra contra os argentinos. Tendo sido rendido em 1883, foi separado de sua família e conduzido como prisioneiro à Ilha de Martín García. Três anos depois, o então governador de Misiones solicitou ao governo argentino uma quantidade “ilimitada” de índios pampas para servir como mão de obra em seu empreendimento açucareiro em Santa Ana. Ao visitar o engenho e travar encontro com o próprio governador, Holmberg registrou tal conjuntura:

En aquel momento el Coronel se preocupaba de instalar un grupo de índios cautivos que había llevado de Martín García y dirigía personalmente sus

primeros trabajos. No sé cuántos eran pero me pareció que había allí más de cien. Su tipo era Pampa o Araucano y procedían seguramente de las conquistas australes. Prisioneros en la isla nombrada, con muchos otros centenares, el Coronel los había solicitado del Ministerio de la Guerra para su Ingenio y, después de obtenerlos, los había instalado allí (HOLMBERG, 2012, p. 286).

Não se sabe se foi de maneira intencional a inclusão de Yancamil entre esse contingente de trabalhadores, mas o fato é que o antigo cacique protagonizou a maior das revoltas ocorridas no engenho, a qual logrou total sucesso ao comandar 250 indígenas que renderam os capatazes, enfrentaram a polícia de Santa Ana e ainda tomaram os vapores estacionados nas margens do Paraná para cruzar a fronteira em direção ao Paraguai, ficando assim fora da alçada das autoridades argentinas²⁸⁴.

Figura 62 – Cacique Yancamil em 1914.



Fonte: Diario Textual²⁸⁵

²⁸⁴ Sumario levantado con motivo de la sublevación de los indios pampas del Ingenio San Juan, por el juez de paz de Santa Ana em 1888.

A Argentina emitiu ao Paraguai, sem obter sucesso, um pedido de extradição de Yancamil. Posteriormente, em 1904, foi concedido indulto ao cacique que retornou à sua terra natal onde hoje se situa a localidade de Colonia Emilio Mitre, província de La Pampa.

²⁸⁵ Disponível em: <<http://diariotextual.com/inicio/index.php/2019/02/12/la-unica-entrevista-yancamil-relato-la-batalla-cochico/>> Acesso em 2 fev. 2020.

Essas sedições indígenas não deixaram de ser objeto de análise dos viajantes argentinos. Em 1892, quatro anos após a grande revolta de Yancamil, Ambrosetti registrou um encontro que teve com refugiados indígenas que viviam como trabalhadores nos canaviais do lado paraguaio da fronteira. Nesse caso, não eram patagônicos, eram Tobas oriundos do Chaco que foram feitos prisioneiros durante a campanha militar liderada pelo general Benjamín Victorica, dentro do contexto de avanço da fronteira norte argentina até a altura do rio Bermejo: “(...) *me encontré trabajando en un cañaveral, á três indios Tobas, cada uno con su mujer, de los que se habían sublevado en el establecimiento azucarero del general Rudecindo Roca en Santa Ana, y que habían llegado allí en busca de trabajo*” (AMBROSETTI, 1894, p. 94).

Conforme fizeram os ranqueles, os tobas buscaram refúgio do outro lado do rio Paraná. O que denota o quanto esses indígenas tinham plena consciência da existência da fronteira desenhada pelos Estados nacionais e a utilizavam a seu favor. Transpor esta linha imaginária, citando os pressupostos teóricos de Flores (2019, p. 293), significava “manejar” eventuais novas articulações sob outra jurisdição nacional.

Ainda que fosse partidário de Rudecindo Roca e tenha visto a dinâmica de traslado de prisioneiros como um gesto “humanitário” por parte do governo argentino, Holmberg não deixou de olhar os indígenas da Patagônia com certa desconfiança, chegando à conclusão de que não seriam passíveis de serem civilizados. A recente memória do próprio histórico belicoso de recentes guerras contra o exército nacional influenciou em sua análise. Ele mesmo, como integrante da expedição de Julio Roca, tinha presenciado pessoalmente o contexto da “*Conquista del Desierto*”.

La moral de estas **transportaciones** es muy bella y humanitaria. Por lo menos, en el caso actual, había sido una obra de caridad el sacarlos de Martín García, donde ciertos abusos cometidos por los empleados habían provocado gravísimas denuncias y un serio sumario, afirmándose que aquello era una tumba de indios.

Entregarlos a la civilización por el trabajo era salvarlos de la barbarie y de la muerte, economizando al tesoro de la Nación los gastos de sustento.

Pero -y desearía no equivocarme-, sólo un hombre del temple del coronel Roca podía exponerse a luchar en aquel caso, a lo menos, con tres agentes de oposición, a cuál más vivo, más enérgico, que en todas las ocasiones dificultarán la reducción de los salvajes australes prisioneros. Ocupa el primer término el sentimiento de libertad nómada, incuestionablemente más íntimo, más hondo, más radicado en los indios de la Pampa (...)

En segundo término debo colocar los hábitos del indio. Activo para el malón y la venganza, incansable en la fiesta, llámese **vinatum** o parlamento, y que ha de concluir invariablemente por una borrachera; pasa (¡ha pasado!) su vida en brazos del ocio más depresor y tendido boca abajo sobre el quillango que cubre el pedazo de la tierra pátria. Así se ha criado y así há

vivido, interrumpiéndose sólo de cuando en cuando para sus correrías de guerra o de caza y el tormento de ver cambiarse a la fuerza las boleadoras, el puñal o la lanza por el azadón o la pala (...) (HOLMBERG, 2012, pp. 286-287, grifos do autor).

Suas divagações acerca da possibilidade de civilizar ou não os ranqueles oscilavam dentre várias perspectivas. Em dado momento, sugeriu que a melhor maneira de empreender tal ação seria a de incorporá-los dentro do próprio exército argentino. Seria esta uma maneira de enquadrar o “bárbaro” sob uma organização alinhada diretamente com o que era de mais moderno naquele momento, atrelada à conjuntura da profissionalização dos exércitos nos moldes ocidentais-burgueses.

Entretanto, em seguida, duvidou de sua própria tese ao apontar que o ato de armar os indígenas daria possibilidade para que recuperassem a sua própria independência. Sendo assim, Holmberg reconhecia o próprio histórico ranquel de recente soberania sobre seus territórios. O avanço da fronteira argentina em direção ao sul e a consequente anexação do território do *Ulmanato Ranquel* foi efetivada pelos portenhos, mas o viajante lançou dúvidas a respeito da aceitação, por parte de seus antigos habitantes, de um novo projeto nacional atrelado a uma modernidade ocidental que lhes reduzia à escravidão, conjuntura esta que não era parte da visão de mundo dos ranqueles:

Si a estas causas fundamentales se agrega el trato que pueden recibir de los encargados de vigilarlos, bueno o malo -no es cuestión mía el averiguarlo- pero que no haga el deleite del salvaje cautivo y los sedimentos de desagrado y sin sabor que se acumulan en su corazón, ya herido por la pérdida de la libertad, por el trabajo obligado y por el clima, se comprenderá bien que no será precisamente a la idea de conformarse que su espíritu se ha de entregar sino, cuando menos, a la de recuperar la perdida libertad. Cavilando sobre los medios de conquistada, al fin se presenta una oportunidad favorable y sería renegar de la naturaleza humana si no se admitiera que aquellos cautivos, una vez en presencia de la oportunidad, no la aprovecharan, siendo así que las bestias mismas emplean todos los medios a su alcance para alejarse de la prisión que las sujeta (...)

Por eso han dado mejores resultados los prisioneros Araucanos o Ranqueles con que fueron engrosadas las filas de nuestro ejército de línea. Entregados a los cuerpos en que iban a formar, tenían mil motivos de entretenimiento y se les ofrecía los medios de distraerse con las músicas, los ejercicios doctrinarios de reclutas, con las perspectivas del premio y quién sabe si no pensaban también en el instrumento mortífero que se ponía en sus manos y no les sonreía la vaga esperanza de emplearlo un día en la reconquista de una independencia cuyo toque de clarín no sonará jamás en el oído del salvaje austral (HOLMBERG, 2012, pp. 287-288).

Toda esta narrativa de Holmberg foi para dar sentido a uma das revoltas empreendidas pelos ranqueles no engenho San Juan. Ele não presenciou a sublevação de

1887, a qual precedeu a grande revolta de Yancamil ocorrida no ano seguinte, mas as notícias chegaram até Buenos Aires logo após o regresso de sua expedição, justamente no momento da escrita do seu relato. A sua visão acerca da sedição é dotada de nuances. Indiretamente, criticou o próprio proprietário do engenho, Rudecindo Roca, por usar a força de uma segurança privada contra os revoltosos. Para ele, isso configurava como um crime praticado por civis. A única maneira de justificar a repressão seria pelo direito militar que poderia ser colocado em prática pelo exército argentino contra as nações inimigas, como passaram a ser a *Confederación de Salinas Grandes* e o *Ulmanato Ranquel*. Partindo desse pressuposto, no caso da revolta no engenho, não configurava crime o ataque contra prisioneiros estrangeiros. O próprio Holmberg assinalou que o “*espíritu militar secundado por el Derecho (...) permite matar sin responsabilidad*” (HOLMBERG, 2012, p. 289). Ainda assim, reconhecendo-os como estrangeiros, o viajante acabou por configurar legitimidade à própria nacionalidade desses indígenas:

Sea como fuere. Los indios cautivos del Ingenio sintieron un día llegar la hora de romper su cautiverio. Hace pocos meses, hallándose en Buenos Aires el coronel Roca (ya general), tomaron alguna embarcaciones y, tripulándolas, se lanzaron por el Alto Paraná aguas abajo.

Denuncias venidas de Misiones aseguran que los encargados del Ingenio los persiguieron, haciéndoles descargas de **remington** que acabaron con algunos.

(...) si los indios no han huído tarde o temprano lo harán, porque es lógico que así procedan. ¡Infelices!, no saben que cada golpe de sus remos va a despertar los guardianes de su cautiverio!

Si es cierto no hay mas que considerarlos cautivos o libres. En este último caso, nadie tiene el derecho de hacer fuego sobre ellos y cada bala enterrada em sus carnes marca un crimen condenado por la ley. Si son cautivos, si son prisioneros de guerra, no puede suponerse que el general Roca, jefe disciplinario, haya confiado su custodia a guardianes puramente particulares sino a soldados de la Nación, que debían vigiarlos dentro de la propiedad privada. En este caso, son sus guardianes militares los que han hecho fuego sobre ellos, empleando el derecho de guerra, de matar los prisioneros fugitivos, crimen que ninguna ley condena. En ninguna parte consta que el Ministerio de la Guerra haya devuelto sus libertades a los indios prisioneros ni el General há hecho misterio de que iba a hacerlos trabajar en su Ingenio (HOLMBERG, 2012, pp.288-289, grifo do autor).

Holmberg registrou ainda que as repercussões acerca da matança empreendida pelos capatazes de Roca foram recebidas com negatividade por alguns setores da sociedade em Buenos Aires: “(*...*) *indignación causada por la muerte de algunos (...)*” (HOLMBERG, 2012, p. 289). Nem todos estavam alinhados com a política genocida de

guerra total que era fortemente defendida pelo governo roquista²⁸⁶. Nesse sentido, eram os argentinos os verdadeiros invasores. Os nativos teriam o pleno direito de lutar pela independência de sua própria nação.

Basaldúa, que esteve no engenho já desativado no final de 1897, fez uma declaração similar: “*El general se fundió, á pesar de tener á su servicio en calidad de **Encomendero** toda una tribu numerosa de indios de la Pampa, trasplantados á lejanas tierras por el delito horrendo de defender bravamente la tierra de sus padres (...)*” (BASALDÚA, 1901, p. 112, grifo do autor).

Por fim, Holmberg acabou por conferir legitimidade aos indígenas como ativos componentes da própria identidade nacional argentina. O que representava um verdadeiro contraponto em relação à tradicional mentalidade portenha alinhada a uma ideia de construção de uma nacionalidade essencialmente europeia e que anulava qualquer contributo das populações nativas:

(...) por mi parte pienso que ella emanaba de nuestro fondo común de humanidad y de un sentimiento de simpatía que experimentamos, sin confesarlo, por un pueblo que se extingue con las armas en mano, batiéndose heroicamente por su independencia, que le hemos usurpado, con su tierra, en la lucha por la vida, y que sin discusión posible há infundado una gran parte de su sangre en nuestra identidad étnica actual (HOLMBERG, 2012, p. 289).

Ambrosetti, genro de Holmberg, vai ainda mais além ao reflexionar sobre quem seriam os verdadeiros bárbaros nessa história. Tratava-se uma crítica direta ao contexto de carnificina que acompanharam as campanhas realizadas contra as nações indígenas tanto na fronteira sul, como na fronteira norte. Para ele, considerando o contexto espacial do Alto Paraná, o nativo poderia configurar numa importante mão de obra que seria superior à capacidade do imigrante europeu. Ao tomar contato com os tobas refugiados do Engenho San Juan que estavam trabalhando em Tacurú Pucú, território paraguaio, a sua narrativa é carregada de pessimismo. A Argentina estaria perdendo a oportunidade de incluir o indígena como um membro ativo de seu processo civilizatório. Ainda que Ambrosetti fosse partidário de uma lógica positivista capaz de

²⁸⁶ Diana Lenton aponta ainda para as repercussões dos massacres ocorridos na fronteira sul: “(...) se produjo la acción militar a cargo de Rudecindo Roca que perduró en la historia como la “Masacre de Pozo del Cuadril” y que desencadenó en su momento graves críticas como las del diario *La Nación*, en las que se apeló a la calificación de crimen de lesa humanidad “ (...) el Comandante Roca ha hecho fusilar a sesenta indios ranqueles. Tal aseveración es por demás grave, es un crimen de lesa humanidad; es un bofetón á la civilización, (...)” (*La Nación*, 16 de noviembre de 1878) (LENTON, 2017, pp. 3 e 41).

submeter os índios à civilização, colocando-os a serviço do então novo modelo capitalista-ocidental, a sua visão é deveras destoante do pensamento vigente entre a elite portenha:

Estos indios se portaban bien y trabajaban bastante, vestían con el traje que generalmente usan los peones (...)

Indudablemente que nosotros, hay que decirlo con toda franqueza, no hemos sabido aprovechar el elemento indio. Sin plan preconcebido de civilización no se ha hecho mas que destruirlos bárbaramente, sin preocuparse de si podrían servir un día ó nó.

Hoy ya estamos sintiendo las consecuencias. La agricultura con el vuelo extraordinario que ha tomado, se resiente día á día de la falta de brazos. Clamamos por la inmigración de elementos de trabajo y mientras tanto si hubiéramos sido menos inhumanos y más previsores, hoy podríamos contar con un gran número de brazos indios, brazos útiles y fuertes, aptos para climas en donde el europeo no se presta tan bien como ellos.

(...) Pero echemos un velo bien opaco sobre todas las iniquidades y carnicerías horribles que con ellos se han cometido y tratemos en adelante de ser más humanos, más positivos, es decir, menos bárbaros (AMBROSETTI, 1894, p. 94).

Em 1894, dois anos após sua passagem por Tacurú Pucú, Ambrosetti visitou o engenho San Juan numa altura em que Rudecindo Roca já o havia vendido para o empresário alemão Otto Bemberg²⁸⁷. Sua descrição, deveras pessimista, revela o quanto a experiência com os tobas não teve êxito por aquelas paragens. A maneira extremamente rude e bárbara pela qual eram tratados resultou na articulação de uma resistência a esta escravidão e, conseqüentemente, em planos de ação de fuga para o outro lado do rio Paraná, utilizando assim a fronteira-limite dos novos colonizadores a seu favor. Tal situação pareceu um prenúncio do que viria acontecer no ano seguinte com o encerramento das atividades do engenho (CRONICA DE LOS GOBERNANTES, 1979, p. 34).

Los indios de ese ingenio pertenecen a las grandes naciones tobas y maticos del Chaco, y fueron transportados desde allí, después de tomarlos prisioneros en varias expediciones militares. Ya pocos existen porque en su mayor parte, por una u otra causa, se han marchado y conchabado en diversas chacras (AMBROSETTI, 2008, p. 62).

4.5.4 O destino fatídico dos kaingangs

Apesar da experiência fracassada com os trabalhadores indígenas oriundos da fronteira sul, o tema da demanda pela mão de obra nativa continuou sendo pauta para os

²⁸⁷ Foi um empresário dono de um grande império industrial na Argentina. Fundou a cervejaria Quilmes em 1888 e ainda desempenhou a função de cônsul da Argentina em Paris.

viajantes argentinos. Em suas incursões pelo Alto Paraná, Ambrosetti reforçou a sua tese de que ela seria essencial naquela latitude. Quando esteve na *obraje* de Yaguarazapá (margem paraguaia), chamou a sua atenção a presença de um indígena atuando no maquinário de corte de madeira: “*El personal está en su mayor parte compuesto de paraguayos y correntinos, no faltando uno que otro ejemplar típico de raza india pura, como ser un guayaná*²⁸⁸ *que es el maquinista del motor*” (AMBROSETTI, 2008, p. 119).

Ambrosetti reconhecia a importância do indígena como parte integrante da identidade nacional argentina. Tratava-se de uma visão distinta daquela tão preponderante entre a *Generación del 80* que advogava pelo seu completo extermínio. Isso não anulava, entretanto, sua mirada positivista que enxergava os nativos como uma raça de menor estirpe em meio à escala evolutiva. Para ele, os indígenas apenas obedeciam a ordens, não tinham capacidade de criação e fatalmente seriam absorvidos por uma “raça superior”. Mas era justamente essa “raça atrasada” que movia os trabalhos nas *obrajes* do rio Paraná.

O viajante ainda considerava o ofício de “*voltear montes*” como uma atividade de segunda classe, mas ela era essencial dentro do contexto da expansão da frente extrativa argentina por toda Misiones:

Los indios, en general, son muy minuciosos, porque para la lucha por la vida necesitan de dos cosas esenciales, que son: la observación directa y la paciencia, y ambas, como les son tan precisas, forzosamente las desarrollan mucho.

La observación directa de la naturaleza nace de la necesidad de sacar partido de ella, y por eso se fijan atentamente en los más mínimos detalles de todo lo que ven, y este ejercicio mental continuo en su vida primitiva lo siguen haciendo en la vida civilizada con la misma intensidad, cuando a sus respectivas actividades se les da una dirección cualquiera.

Por esta razón, el indio difícilmente olvida lo que se le enseña bien, y exactamente lo repetirá tantas veces cuantas se lo exijan, sin variar una sola, puesto que su cerebro no tiene la facultad de crear nada espontáneamente, y cualquier modificación que introducen en su rutina es o sólo el producto de una lenta y larga evolución o una forma de imitación de lo que ven hacer a los otros.

(...) Si a estas dos grandes cualidades se agregan ciertos elementos buenos que campean en el carácter de algunas razas, tendremos en ellos un precioso auxiliar que vale la pena incorporar en la población de nuestros apartados territorios, para utilizarlos en la preparación de estos últimos, a fin de que un día puedan recibir la emigración extranjera, cuyo rol no ha de ser el de voltear montes y emprender trabajos, a los cuales su físico no ha de resistir, sino el de completar la obra de progreso que se debe iniciar con los elementos étnicos propios de cada región (AMBROSETTI, 2008, pp. 120-121).

²⁸⁸ Também conhecidos como guaianases, pertenciam ao troco macro-Jê.

Em sua concepção, nem mesmo os indígenas do interior, que estavam distantes das *obrajes* do rio Paraná, escapariam deste irrefreável avanço. Ao adentrar a região de San Pedro, Ambrosetti registrou o contexto dos kaingangs estarem se tornando *peones* envolvidos na dinâmica de exploração da erva-mate. Para ele, antes que esse fato irreversível se consumasse por completo, seria necessário registrar a cultura desses indígenas que estava em vias de extinção. Suas observações etnográficas, as quais se reportavam às instituições científicas da Argentina, tinham o claro objetivo de legitimar uma pré-história argentina que pudesse estabelecer um fio condutor até o seu presente momento onde o progresso estaria em curso. O contato travado com a tribo do cacique Maidana foi propício para esta ocasião:

En cuanto llegamos, traté de ponerme al habla con Maidana, cacique de los indios kainganges que allí habitan, con el objeto de hacer un vocabulario razonado y serio del idioma de esta interesante tribu.

Gracias a algunos regalos, conseguí su cooperación y la de varios indios que vinieron puntuales a la cita que les daba todos los días, durante nuestra estadía en San Pedro; de modo que así pude comprobar los datos que recogía de Maidana y aumentar algunos otros que espontáneamente me ofrecían, durante el curso de nuestras secciones filológicas.

El resultado de este trabajo ha sido publicado ya en la Revista del Jardín Zoológico de Buenos Aires.

En él he historiado y descripto esa tribu, única de su nación que habita el territorio argentino.

Actualmente, van quedando pocos kainganges en San Pedro, y no ha de pasar muchos años en que desaparezcan por completo (AMBROSETTI, 2008, p. 151).

Por mais que fosse um adepto da “civilização”, Ambrosetti oscilava no que concernia o fato deste “processo civilizador” estar sendo positivo para os kaingangs. Reconheceu que a vida desses indígenas era melhor antes da chegada dos forasteiros, já que sua dinâmica de vida estava sendo completamente destruída com a chegada da exploração ervateira. Sendo assim, o viajante acabou por registrar os malefícios que eram uma decorrência direta do avanço da fronteira argentina pelo interior misionero:

En otro tiempo, cuando aún se hallaban en estado salvaje, siempre conseguían una alimentación abundante. El monte les proporcionaba variadas frutas y muchos cogollos de palmeras; las abejas silvestres le ofrecían a cada paso sus colmenas repletas de miel y los insectos, variadas larvas grasosas: el también.

En sus nómades peregrinaciones, hallaban caza numerosa de mamíferos grandes y aves, en los que probaban la destreza de sus flechas.

En los grandes arroyos afluentes del Paraná, hacían sus parí y con ellos recogían cantidades de pescados que comían, y ahumaban para conservarlos.

Todo esto por sí solo bastaba para que la vida no les fuese tan difícil; pero además tenían la cosecha de piñones y la de sus sembrados en los que plantaban maíz, algún poroto y los zapallos antedichos.

Hoy día, en cambio, habiendo aceptado la civilización a medias, se han radicado en San Pedro, abandonando su vida nómada, adquiriendo los vicios de haraganería ingénita en todos los que sin estar preparados para una vida sedentaria, la adoptan bruscamente.

Los indios se han empleado como peones en la zafra de yerba mate, pero, como esta no dura todo el año, lo que ha resultado es que se han cargado de deudas, han descuidado sus sembrados, han perdido el hábito de batir el monte a fin de cazar, y hallándose desorientados y sin recursos, han optado por la resignación pasiva de extinguirse poco a poco sin hacer nada para reaccionar (AMBROSETTI, 2008, p. 152).

Figura 63 - Mulheres e crianças kaingang em San Pedro



Fonte: (AMBROSETTI, 1895b, p. 123).

Quatro anos após a passagem de Ambrosetti por San Pedro, Basaldúa também percorreu a região e relatou seu contato com os kaingangs. O próprio relato do seu colega foi uma motivação para que realizasse tal empreitada. No que tocava a atuação dos indígenas como mão de obra, sua visão foi parecida com a do viajante que o antecedeu. No entanto, registrou que os kaingangs ainda se organizavam durante o período da entressafra, praticando suas antigas tradições, como era o caso da coleta do mel e do pinhão da araucária.

La región que en este momento atravesamos há servido de último refugio á los indios kaigángues (...) cuyos últimos representantes tiene el lector á la vista, según fotografía de nuestro querido amigo J. B. Ambrosetti, autor de un concienzudo estudio étnico- filológico de esta tribu y de su idioma (...).

La indumentaria ha variado por completo, vistiendo ahora estos indios blusa y pantalón como los obrajeros argentinos, con quienes se conchavan en la estación de la cosecha de yerba mate. Lo restante del año, después de sembrar zapallos, porotos y maíz en las inmediaciones de su ranchería, que dejan confiada al cuidado de los ancianos y enfermos, vagan por el inmenso territorio comprendido entre el Ú-guazú, el Paraná, el Paranai-Guazú, el Ipané, el Uruguay, y el Pepirí, cazando y recogiendo pinas de Araucaria, y melando los sabrosos panales que abundan extraordinariamente en la región, sirviéndoles de base de su alimentación (BASALDÚA, 1901, pp. 181-182).

Figura 64 - Kaingangs da região de San Pedro



Fonte: (BASALDÚA, 1901, p. 131)

No que concernia a então eminente extinção dos indígenas, Basaldúa divagou a esse respeito ao travar contato com uma tribo guarani nas margens do Paraná:

(...) tribu indígena que agoniza en las riberas del Alto Paraná. Su cacique **Taita-raibí** (...) es el último representante de esa raza desgraciada, despojada de sus tierras y sometida á cruel esclavitud, unas veces en nombre de la religión, y otras en el de la civilización moderna ¡¡mientras los voceros de la una y de la otra pregonan que todos somos **hijos de Dios**, y que los **derechos del hombre** amparan por igual á todos los habitantes del planeta!! (BASALDÚA, 1901, p. 119, grifos do autor).

Podemos interpretar essas visões de Basaldúa e Ambrosetti como verdadeiras críticas ao ideal de modernidade propagado pela elite portenha. Ainda que enxergassem o movimento evolucionista como uma força irrefreável que fatalmente iria “civilizar” os indígenas, eles eram partidários de uma modernidade atrelada aos valores ilustrados de tratamento igualitário entre os homens, ainda que apontassem diferenças biológicas entre as “raças humanas”. Os dois viajantes não reivindicaram o “direito militar” que foi evocado antes por Holmberg. Para eles, os indígenas não eram estrangeiros que deveriam ser combatidos, poderiam inclusive compor a nação argentina, ainda que fatalmente fossem sucumbidos pela ação das leis científicas que os condicionariam a serem absorvidos pela civilização.

Entretanto, a visão mais “branda” manifestada por alguns dos viajantes argentinos não causou impacto algum sobre as autoridades de Buenos Aires. A ideia da proposta de uma colônia kaingang, sugerida por Basaldúa, passou de maneira incólume pelas autoridades argentinas. Em termos gerais, o contexto misionero foi bastante influenciado pela conjuntura da fronteira sul patagônica. Sendo assim, os indígenas eram considerados como verdadeiros empecilhos para o estabelecimento da civilização na frontera-desierto de Misiones.

O pensamento do governo brasileiro não era tão diferente, o objetivo final era o mesmo que foi manifestado pelos argentinos. No entanto, houve uma diferença significativa no que tocava o fomento de políticas públicas relacionadas com a questão indígena através da implementação de aldeamentos que pudessem integrar os nativos de maneira sistemática ao projeto de nação brasileiro.

O domínio sobre o humano completaria o processo de dominação sobre o espaço, transformando-o efetivamente em um território nacional. No que tocava a integração do outro interno na fronteira, seja ele indígena, sertanejo, *gaucho* ou misionero, a projeção de valores de uma civilização considerada como estrangeira pela população local, era uma unanimidade entre brasileiros e argentinos. O objetivo final dos forasteiros era a completa anexação deste outro interno dentro dos seus respectivos projetos nacionais.

Não vamos avançar aqui o nosso recorte temporal. Contudo, resulta-nos importante pontuar que esse processo gerou novos desmembramentos no decorrer do século XX, os quais foram uma consequência direta do nível de tensão que já existia entre os locais e os forasteiros.

As atividades messiânicas do monge João Maria e dos seus seguidores, relatadas pelos viajantes brasileiros e argentinos, retratam a cultura e a resistência de um povo que estava alheio à ideologia proveniente das camadas médias dos centros urbanos do litoral. Em 1910, exatamente onde se localizava o espaço litigioso entre Brasil e Argentina, o capital estrangeiro invadiu o espaço dos sertanejos através da chegada dos trilhos da *Brazil Railway Company* e da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* (VALENTINI, 2003; MACHADO, 2017). Para essas pessoas, a chegada deste agente externo representava o cumprimento da profecia do monge. Era, portanto, o mal a ser combatido. Para completar a situação, o Estado brasileiro declarou as terras sertanejas como devolutas, ou seja, para o governo, não existia gente naquele espaço, era um sertão “deserto” e livre para ser ocupado pelas forças produtivas do capital. Foi a fagulha que faltou para acender o barril de pólvora que foi a Guerra do Contestado, conflito onde os sertanejos demonstraram uma resistência tenaz por quatro anos até serem derrotados pelas tropas invasoras do exército brasileiro.

Em seguida foi aberto o caminho para as políticas de colonização com imigrantes europeus na fronteira. Tanto o governo brasileiro, como o argentino, fomentou a iniciativa sobre as suas respectivas jurisdições (CRESTANI, 2019). No caso brasileiro, foi fulminante o avanço da fronteira agrária, cujo processo de mecanização da agricultura deixou uma enorme quantidade de despossuídos que engrossaram as fileiras do Movimento Sem Terra. Para essas pessoas, outra opção recorrente foi a de cruzar a fronteira e migrar em direção à Argentina e ao Paraguai. Segundo a antropóloga argentina Gabriela Schiavoni (1998-1999, p. 443), estudiosa da temática, a região do sudoeste paranaense é de fato uma “*frontera explosiva*”. O que não deixa de representar um contraste em relação à Misiones, onde a densidade demográfica, mesmo com todo o histórico das ondas migratórias ao longo do século XX, ainda hoje é bastante menor em relação ao lado brasileiro²⁸⁹. Outro dado que corrobora para essa discrepância é a presença da floresta misionera que contrasta com o avanço da fronteira agrícola das plantações de soja no lado brasileiro, a qual alcançou o seu limite máximo, chegando até a fronteira com a Argentina²⁹⁰.

A conjuntura de avanço das duas fronteiras nacionais representou a cristalização das ideias defendidas pelos viajantes do século XIX, mas não anulou as animosidades

²⁸⁹ Acerca do povoamento e das ondas migratórias para Misiones no decorrer do século XX, ver: (GALLERO & KRAUTSTOFL, 2009).

²⁹⁰ A pesquisa de Débora Nunes de Sá (2019) analisa as políticas públicas de preservação da floresta com araucária no lado argentino e as compara com o lado brasileiro.

entre os autóctones e os que chegaram posteriormente. São inúmeros os casos de confrontos entre brancos e indígenas ao longo do século XX. Para citar alguns exemplos, no Alto Uruguai, os kaingangs da região de Nonoai, no noroeste gaúcho, expulsaram os brancos intrusos que invadiram suas terras no ano de 1978. Em Misiones, nos dias atuais, os guaranis seguem na luta pelo cumprimento da *ley nacional 26160* para obterem o reconhecimento da demarcação de suas terras.

No Alto Paraná, na região de Foz do Iguaçu, atualmente é possível ver indígenas guaranis e kaingangs cruzando diariamente uma fronteira que eles próprios não reconhecem. De uma maneira simbólica, podemos dizer que esse agente externo chamado Estado ainda hoje não é completamente reconhecido pelos verdadeiros pioneiros deste lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese analisou a região fronteira entre Brasil e Argentina como parte integrante de um contexto mais amplo que era a conjuntura da ocupação dos espaços interiores de ambas as nações. Tratava-se, portanto, de um processo de conquista baseado num movimento de avanço de fronteira. Apontamos o quanto o sertão e o *desierto* não estavam pré-dispostos ou destinados a fazerem parte destas duas nações. Para que suas respectivas projeções pudessem ganhar corpo, foi necessário empreender esforços, dentro de um tipo de releitura do neocolonialismo, no sentido de levar as fronteiras do Estado para os cantos recônditos pretendidos como parte de seus territórios.

Não se tratava apenas de demarcar uma linha imaginária. Vimos que a mobilidade fronteira era dotada de uma gama de complexidades, onde os avanços nem sempre foram gradativos. No caso brasileiro, constatamos que o aparato estatal já se encontrava minimamente presente na região do Alto Uruguai. Enquanto que no Alto Paraná, o primeiro “descobridor” chegou à foz do Iguaçu apenas no ano de 1889. No lado argentino, a frente extrativa da exploração de erva-mate avançou pelos confins de Misiones até mesmo antes da própria fronteira estatal, a qual tinha sua presença limitada, no sentido norte, na região de Posadas, no Alto Paraná, e em San Javier, no Alto Uruguai.

O ato de legitimar os espaços interiores como nacionais estava conectado a uma complexa teia de relações entre o Estado e as gentes que até então se encontravam alheias ao que era projetado pelos forasteiros ligados aos projetos nacionais que estavam em curso. Para além do avanço da fronteira do Estado, as movimentações das populações locais por este espaço representam um contexto de contatos e fluxos diversos. Por isso ressaltamos a condição desta região fronteira ser vista como uma autêntica *borderland*.

Os forasteiros analisados nesta pesquisa eram os viajantes que estavam a serviço do Estado. Suas narrativas eram imbuídas pelo discurso oficial que tencionava legitimar a presença do Estado-nação na fronteira. Contudo, a nossa análise, levando em conta o conceito de *borderland*, buscou descortinar um olhar que pudesse captar as entrelinhas desses discursos e, conseqüentemente, a diversidade dos movimentos de fronteira existentes neste espaço.

Embora os viajantes estivessem influenciados por uma visão europeia do século XIX, a qual considerava a concepção de progresso e civilização como parâmetros de imposição sobre quaisquer outras formas de vida, consideramos que seus relatos são dotados de diversas particularidades. Sendo assim, suas análises tiveram uma relativa diferenciação das que foram realizadas pelos viajantes europeus. O nacionalismo emanado por eles estava atrelado a um discurso americanista que tencionava legitimar esses novos Estados-nacionais dentro de uma escala global de reconhecimento. Tal contexto fez com que os viajantes atentassem não só para o lado negativo do espaço relatado - atrelado à barbárie- mas também para as suas posições valorativas, como era o caso das potencialidades econômicas, notadamente, a erva-mate, produto dotado de alto valor econômico para os dois países. Nesse caso, a disputa pelo espaço também se configurava em uma luta pelo domínio sobre este artigo de suma importância.

Considerando tal conjuntura, nos cabe pontuar que mesmo o Brasil conseguindo estender a sua frente extrativa para o oeste após a vitória obtida com o Tratado de fronteiras de 1895, a Argentina acabou por se tornar a maior produtora mundial de erva-mate. Na verdade, Misiones, de maneira isolada, acabou concentrando praticamente toda essa produção nacional. Esta conjuntura foi possibilitada pela ocupação formal do Território de Misiones que ocorreu ao longo do século XX

Da mesma forma que o Paraná foi emancipado de São Paulo, tornando-se de fato uma província autônoma em 1853, justamente devido à importância econômica da erva-mate, Misiones, pelo mesmo motivo econômico, acabou por se conformar como uma província argentina exatamente cem anos depois, deixando assim de ser um território nacional gerido diretamente pelo governo nacional sediado em Buenos Aires.

Ainda que seus olhares fossem deveras enviesados, resultava impossível para os viajantes empreender o ato de territorializar um espaço sem efetuar a descrição das gentes que aí habitavam. As manifestações de alteridade por parte dos viajantes foram além de um olhar puramente assimétrico. Por vezes, a voz do outro -misionero, sertanejo, indígena- foi emergida na superfície do relato. Como exemplos, tivemos o argentino Basaldúa que registrou a voz de uma habitante das margens do rio Paraná, a qual, por sua vez, contestou a própria “autoridade científica” do forasteiro. Já os brasileiros Muricy e Nascimento registraram toda a dinâmica da atuação política dos caciques indígenas na fronteira-sertão do oeste paranaense, já que estes negociaram tratados e alianças com as autoridades brasileiras sediadas em Guarapuava. Tratava-se, portanto, de uma verdadeira dinâmica de uma *borderland*.

As posições valorativas manifestadas pelos viajantes também consideraram as populações locais. Ambrosetti, para elencar um exemplo entre os argentinos, destacou o papel essencial do misionero no que tocava justamente a dinâmica de exploração da erva-mate. Para ele, dentro de um viés determinista, os europeus não se adaptariam às condições climáticas da região norte de Misiones, que era onde se concentrava a frente extrativa argentina. No mesmo sentido, os brasileiros enxergaram o sertanejo como um ator de fundamental importância dentro do seu processo civilizatório.

No que tocava o olhar sobre os indígenas, ainda que os brasileiros estivessem atrelados à política dos aldeamentos, contexto este inexistente no lado argentino, todos os viajantes compartilhavam a ideia de que os nativos sucumbiriam ante as leis raciais vigentes naquele período que projetavam o seu desaparecimento em meio à pressão demográfica que viriam a ser exercida pela imigração de origem europeia. Esta última conjuntura acabou por estar presente nos dois lados da fronteira. O que não deixou de representar uma cristalização das projeções emanadas pelos viajantes.

A necessidade permanente de enfatizar o discurso da integração denota na realidade o quanto a região fronteiriça era ainda considerada como um lugar à parte dentro do imaginário dos viajantes. Por esse motivo, constatamos que não estavam plenamente irmanados com este ambiente. Consideravam-se oriundos de uma centralidade, representada pelas cidades de Buenos Aires, Rio de Janeiro e Curitiba e apontaram a área visitada como uma barbárie interna da nação que deveria ser “preparada” para a chegada da civilização. Há que considerar ainda o modo como registraram as características distintas de seu ambiente de origem. Os ideais urbanos, ilustrados, modernos e civilizados balizaram suas análises, o que também apontava para a tônica do distanciamento. A fronteira-sertão e a frontera-desierto eram espaços periféricos, mas que deveriam ser conquistados de uma maneira efetiva e para o proveito das respectivas nações.

Estariam os viajantes brasileiros e argentinos irmanados entre si?

Vimos que todos eles tinham um objetivo em comum que era o de legitimar os seus respectivos projetos nacionais. Ainda que houvesse uma situação muito clara de disputa pelos espaços na fronteira, os valores da civilização e da ciência os aproximaram e acarretaram numa troca de elogios que foi manifestada dentro dos próprios relatos.

No entanto, a tônica militarista dos brasileiros sinalizava que a presença de habitantes argentinos na fronteira-sertão poderia se tornar uma ameaça ao projeto

nacional. Enquanto que os argentinos viam com bons olhos a presença de imigrantes brasileiros (grande parte formada por refugiados da Revolução Federalista) dentro do território de Misiones. Nesse caso, poderia ser, da mesma maneira que a imigração europeia, um contributo para o processo civilizador argentino naquela frontera-desierto.

Cabe ressaltar que existem diferenças significativas entre os relatos de cada país. Embora o cientificismo estivesse presente em ambos os lados, tal conjuntura foi mais evidente no contexto argentino. Todos os viajantes portenhos eram oriundos de instituições científicas, cujos relatos foram publicados logo em seguida às suas respectivas expedições. Há que acrescentar ainda que já existia em Buenos Aires um mercado editorial apto para publicar esse tipo de literatura. Os seus leitores eram potenciais empresários que poderiam investir capital em Misiones. Essa possibilidade era facilitada pelo relativo fácil acesso fluvial pela via do rio Paraná, que conectava a capital portenha até os rincões da frontera-desierto no nordeste do país, que era onde se situava a frente extrativa da erva-mate.

Os empresários brasileiros, entretanto, não contavam ainda com uma rota terrestre que pudesse conectar Curitiba aos cantos recônditos da fronteira-sertão do Paraná. Apesar de o rio Iguazu cortar o estado do Paraná de leste a oeste, a sua navegabilidade era limitada até Porto União da Vitória, distante ainda 500 quilômetros da foz do Iguazu. Problema este que veio a ser solucionado com o plano de abertura de estradas que veio a ocorrer ao longo do século XX e que atendeu as demandas não só da produção da erva-mate, como também do avanço da fronteira agrária pelo oeste paranaense.

Não havia, portanto, potenciais leitores para esse tipo de publicação em Curitiba. Cabe destacar ainda que os relatos brasileiros, com exceção ao de Nascimento, foram editados muito tempo após a realização das viagens. Suas respectivas publicações apenas responderam aos anseios do Movimento Paranista que ganhou uma maior amplitude no ano de 1927, devido à fundação do Centro Paranista e da publicação do Manifesto Paranismo. Dentro deste contexto, os relatos serviram para legitimar uma memória em torno da fronteira-sertão do Paraná como parte integrante da identidade do estado.

Dos cinco relatos brasileiros, três são de militares que se reportaram diretamente ao Ministério da Guerra. Exceto por Nascimento, cujo relato, pelo menos no quesito volume de páginas, se aproxima mais da estrutura dos argentinos, os outros dois são de um teor técnico que não tinha por objetivo atingir uma gama maior de leitores. Ainda

que os outros dois viajantes fossem agentes civis, eles seguiram propósitos parecidos com os militares, já que se dirigiram até a fronteira para instalar a aduana e os demais órgãos representativos do Estado brasileiro. Tal diagnóstico foi apontado pelo próprio Muricy ao registrar o seu encontro com o argentino Ambrosetti na foz do Iguaçu. Nesse momento, o brasileiro salientou o quanto as expedições nacionais careciam ainda de uma maior amplitude no que tocava às questões científicas.

Os ecos do expansionismo militar brasileiro que foram tão rememorados pelos argentinos Ambrosetti, Basaldúa e Lista, todavia se fizeram presentes na última década do Novecentos e no adentrar do século seguinte. Os relatos brasileiros se situavam dentro de um contexto de legitimação do território nacional na fronteira, sobretudo, após a vitória obtida com o Tratado de 1895. Não deixavam também de representar uma continuidade da política de colonização militar iniciada pelo Império em meados deste mesmo século. Mais além de uma mera continuação, os militares, ardorosos defensores da então recém-proclamada República, achavam que o novo período representava a verdadeira essência da nacionalidade, capaz de superar os anos de atraso atribuídos por eles ao Império. Por esse motivo, seus relatos praticamente não contêm olhares críticos a respeito do seu próprio governo.

Considerando este aspecto, existe uma diferença significativa em relação aos argentinos, dos quais, salvo por Ramón Lista, nenhum era militar. Por vezes, esses viajantes chamaram a atenção de suas próprias autoridades para a problemática da fronteira, evocando a própria questão militar e apontando o Brasil como um exemplo a ser seguido nessa questão. Por outro lado, situamos em meio ao grupo de viajantes argentinos um termômetro da ebulição das ideias políticas nesta Argentina recém-unificada.

Ao contrário dos viajantes brasileiros, os quais estavam comprometidos e alinhados ao regime republicano, os argentinos manifestaram diferentes posições onde ocasionalmente teciam críticas ao próprio governo do general Roca. A dicotomia civilização-barbárie continha várias nuances dentro do debate político no país. Uma das críticas emanadas pelos viajantes tocava justamente a política roquista de extermínio dos indígenas. Tal premissa, encarada como uma medida civilizatória pelas autoridades, foi vista por alguns viajantes como uma verdadeira barbárie. Lucio Mansilla (1984, p. 180), que foi deputado durante o governo de Roca, compartilhava deste anseio: “(...) *nuestra pretendida civilización no es muchas veces más que un estado de barbarie refinada*”.

Nesse caso, constatamos a fluidez dos conceitos de civilização e barbárie. Essa dicotomia não representava um discurso unificado. O próprio presidente Sarmiento manifestou tais nuances ao discorrer sobre este tema tão presente no debate político argentino da época e que ainda encontra eco nos dias atuais.

Em 2019, durante as últimas eleições na Argentina, apoiadores do então presidente Mauricio Macri apontaram que a vitória da oposição poderia acarretar num possível regresso da nação à barbárie. Por outro lado, Pedro Pesatti, então vice-governador da província de Río Negro e opositor de Macri, evocou a velha dicotomia para se posicionar de maneira contrária à repressão empreendida pelo presidente sobre os movimentos sociais do povo mapuche naquela região. Para ele os indígenas eram: “(...) *las víctimas de la barbarie de quienes presumían ser los civilizados*”²⁹¹.

Na Argentina, por vezes a barbárie é evocada quando os olhares são direcionados para o seu interior. A nossa análise do avanço da fronteira argentina sobre Misiones elucida bastante a conjuntura nacional, tanto daquela época, como dos dias atuais. Esses olhares, entretanto, não causaram impactos dentro da historiografia argentina, no sentido dela poder explicar os avanços sobre os espaços interiores como uma experiência histórica de fronteira móvel.

Dentro do pensamento social brasileiro, o panorama não é tão diferente. Os olhares sobre o vasto sertão ainda são carentes de estudos que levem em conta a temática fronteira. Dentro do contexto nacional atual, onde novas frentes de expansão estão sendo abertas na Amazônia, é importante que novos olhares acoplem esta perspectiva, sobretudo de miradas críticas que possam questionar o próprio lugar de fala dos ditos defensores da “civilização brasileira”.

Finalmente, podemos concluir que o estudo sobre a região fronteira entre Brasil e Argentina nos deu a possibilidade de mapear os diversos movimentos e fluxos de populações das mais variadas origens. Nossa análise foi enriquecida ainda pelo fato deste espaço ter sido palco de um choque entre dois projetos nacionais rivais, o que nos possibilitou analisar as fontes provenientes de ambos os movimentos de fronteira.

Contudo, acreditamos ser possível uma maior abertura para investigações que explorem outras realidades particulares da fronteira-sertão e da frontera-desierto.

²⁹¹ Civilización o barbarie, el dilema de Pesatti. Reportagem disponível em: “<https://www.enestosdias.com.ar/2623-civilizacion-o-barbarie-el-dilema-de-pesatti>”. Acesso em 6 jul. 2020.

No caso argentino, novos olhares sobre o seu interior, dentro de uma perspectiva de mobilidade fronteiriça, poderiam descortinar novas abordagens que possam desmistificar essa Argentina branca e europeia, ideal este tão propagado, sobretudo, dentro da América Latina. O ditado popular “*los argentinos descendemos de los barcos*” e a famosa frase de Jorge Luis Borges “*los argentinos son europeos que nacieron en el exilio*” elucidam este pensamento que nega a existência de uma Argentina profunda e não tão branca.

Recentemente, a minha própria experiência no norte argentino, ao encontrar-me em isolamento social na província de Salta, devido à pandemia do coronavírus, me fez pensar na ressignificação do próprio conceito de fronteira a partir de uma província cuja maioria da população é de origem indígena, sobretudo, quéchua e aimará.

Antecipando-se ao decreto emitido pelo governo nacional, Salta isolou o seu território, erguendo assim uma nova fronteira interna em pleno ano de 2020. Trata-se de uma releitura de um ato de plena autonomia de uma província “marginal” ante o poder oriundo de Buenos Aires, algo que foi bastante comum dentro do contexto novecentista.

No caso brasileiro, o sucesso do filme *Bacurau* pode ser encarado como um termômetro que demonstra a atualidade do assunto dentro da realidade nacional. Não foi por acaso que esta obra audiovisual direcionou o seu olhar para a fronteira-sertão. Nesse caso, o oeste de Pernambuco.

Cabe, portanto, ao pensamento social brasileiro, o direcionamento de novas abordagens sobre estes espaços para que seja possível um descortinamento de novos olhares sobre este Brasil profundo. Citando o próprio Domingos Nascimento, é hora de deixarmos de apenas “lavar os pés nas margens do Atlântico”.

REFERÊNCIAS

FONTES

Relatos de Viagem – Brasil

BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguazu e a fundação da Colônia Militar*. Foz do Iguazu: Travessa dos Editores, 2005.

FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná*. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1973.

MURICY, José Cândido da Silva. Á Foz do Iguassú - Ligeira Descrição de uma Viagem Feita de Guarapuáva á Colonia da Foz do Iguassú em Novembro de 1892. In: DENIPOTI, Cláudio; BERBERI, Elizabete. *Relatos de Viagem à Guaíra e Foz do Iguazu (1870-1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos. 1999, p. 45-86.

NASCIMENTO, Domingos Virgílio do. *Pela Fronteira*. Curitiba: Typografia da Republica, 1903.

SILVEIRA NETTO, Manuel Azevedo da. *Do Guairá aos Saltos do Iguazu*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

Relatos de Viagem – Argentina

AMBROSETTI, Juan Bautista. *Misiones Argentinas y Brasileñas por el Alto Uruguay*. La Plata: Talleres de Publicaciones del Museo, 1892a.

_____. *Misiones - Segundo Viaje por el Alto Paraná é Iguazú*. Buenos Aires: Publicado en el Tomo XV del Boletín del Instituto Geográfico Argentino, 1894.

_____. *Tercer Viaje a Misiones*, Buenos Aires: Publicado en el Tomo XVI del Boletín del Instituto Geográfico Argentino, 1895.

_____. *Tercer Viaje a Misiones*. Buenos Aires: Editorial Albatroz, 2008.

BASALDÚA, Florencio de. *Pasado - Presente - Porvenir del Territorio Nacional de Misiones*. La Plata, 1901.

HERNÁNDEZ, Rafael. *Cartas Misioneras*, Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1973.

HOLMBERG, Eduardo Ladislao. *Viaje a Misiones*. Paraná: Universidad Nacional de Entre Ríos; Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2012.

LISTA, Ramón. *El Territorio de las Misiones*. Buenos Aires: Imprenta La Universidad de J.N. Klingelfuss, 1883.

CENSOS BRASIL E ARGENTINA

De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS: 1803-1950
Porto Alegre, 1951.

Segundo Censo de la República Argentina - Mayo 10 de 1895 Buenos Aires: Taller
Tipografico de la Penitenciaría Nacional, 1898.

Synopse do Recenseamento- 31 de Dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Officina da
Estatistica, 1898.

Synopse do Recenseamento- 31 de Dezembro de 1900. Rio de Janeiro: Typographia da
Estatistica, 1905.

BIBLIOGRAFIA

- ABÍNZANO, Roberto Carlos. El frente extractivo de yerba mate y madera – Una actividad socioeconómica transnacional de la triple frontera. In: NÚÑES, Angel; PADOIN; Maria Medianeira; OLIVEIRA; Tito Carlos Machado de (Org). *Dilemas e diálogos platinos – Relações e práticas socioculturais*. Dourados: UFGD, 2010. p. 9-76.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense*. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política). FFLCH/USP, São Paulo, 1981.
- ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco: Funarte, 1998.
- ACRUCHE, Hevelly Ferreira. Para o Além - Fronteira: Nações e Relações Bilaterais entre Brasil e Confederação Argentina. *Caminhos da História*, Vassouras, vol. 7 edição especial, p. 101-108, 2011.
- ADELMAN, Jeremy; ARON, Stephen. From borderlands to borders: empires, nation-states, and the peoples in between in North American. *The American Historical Review*. Vol. 104, No. 3, p. 814-841. jun.1999.
- AGUIAR, Leila Bianchi; CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Institucionalização das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e na Argentina e suas relações com as atividades turísticas. *Antíteses*. Londrina, v. 7, n. 14, p. 68-94, 2014.
- AGUILAR, H.A. *Ramón Lista*. El Carnotaurus. Boletín del Museo Argentino de Ciencias Naturales Bernardino Rivadavia. Año X. Número 99 Jan. de 2009 p. 15-16 Disponível em <<http://historianatural.wordpress.com/2009/02/12/ramon-lista-el-explorador-sin-liites/>> Acesso em 30 jan. 2020.
- ALBERDI, Juan Bautista. *Peregrinacion de luz del dia ó viaje y aventuras de la verdad en el nuevo mundo*. Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, 1871.

- _____. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. Buenos Aires, (s/d).
- ALCARÁZ, Alberto Daniel. *La gestación de una “elite local” durante la explotación yerbatera-maderera en el Alto Paraná (1870-1920) - Domingo Barthe: un representante paradigmático*. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social), Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2013.
- _____. *La Empresa Domingo Barthe: Extractivismo Yerbatero-Maderero en la Frontera Alto Paranaense (1870-1930)*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.
- _____. La Frontera Alto Paranaense y la eclosión de una elite local en el Territorio Nacional de Misiones entre 1880 y 1900. In: ROMANI, Carlo; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno (Orgs). *Fronteiras e Territorialidades: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia*. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 253-269.
- ALCARÁZ, Jorge Rafael. *La expedición científica de Eduardo L. Holmberg al Territorio de Misiones*. 10º Jornadas Interescuelas/Departamento de Historia, Rosario, 20 a 23 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-006/578.pdf>> Acesso em 29 jan. 2020.
- _____. *La construcción del escenario misionero en los relatos de viaje entre 1880–1900*. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social), Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2007.
- ALEIXO, José Carlos. Simón Bolívar e o Brasil. *Síntese: Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 10, n. 29, p. 11-20, 1983.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, vol. 1, nº 2, P. 21-39, 2012.
- AMABLE, Hugo. La aporteñada. In: ZAMBONI, Olga; SALVO, Rosita Escalada (Orgs). *Antología de textos para el tercer ciclo*. Posadas: Provincia de Misiones- Ministerio de bienestar social y educación, s/d. p. 12-14.
- AMABLE, María Angélica. *Historia de la Yerba Mate en Misiones*. Posadas: Ediciones Montoya, 1989.
- AMABLE, María Angélica; GUERRA, Mario Oscar. *Historia de Misiones - Tomo II*. Posadas: Ediciones Montoya, 1988.
- AMABLE, María Angélica; ROJAS, Liliana Mirta; DOHMANN, Karina. *Historia Misionera: una perspectiva integradora*. Posadas: Montoya, 2011.
- AMADO, Janaína. Construindo mitos: a conquista do Oeste no Brasil e nos Estados Unidos. In: PIMENTEL, Sidney Valates & AMADO, Janaína (Orgs). *Passando dos limites*. Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 1995, p. 51-78.

- AMBROSETTI, Juan Bautista. Poblacion de Misiones - colonias militares - carta al diretor del Museo de la Plata. *La Prensa* - 21 de dezembro de 1892b.
- _____. Los indios Kaingángues de San Pedro (Misiones), con un vocabulario. *Revista del Jardin Zoológico de Buenos Aires*, tomo II, ent. 10, p. 305-387, 1895.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ANDREWS, George. *Los Afroargentinos de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1989.
- ANGUEIRA, María de Carmen. Otro proyecto político alternativo para la gestación del Estado argentino: Alvaro Barros y los orígenes de Olavarría. *Revista de História da Universidad Nacional del Comahue*, Neuquén, n. 4, p. 47-60, 1994.
- ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). *Ciência Geográfica - Bauru*, p. 84-87, 2011.
- ARANHA, Bruno Pereira de Lima. La explotación yerbatera en la frontera este de la provincia de Misiones-Argentina (1876-1910), *Revista virtual História e-história*, 2009. Disponível em :
<https://www.academia.edu/18652234/La_explotaci%C3%B3n_yerbatera_en_la_frontera_este_de_la_provincia_de_Misiones-Argentina_1876-1910_Parte_1 e https://www.academia.edu/18652392/La_explotaci%C3%B3n_yerbatera_en_la_frontera_este_de_la_provincia_de_Misiones-Argentina_1876-1910_Parte_2 >. Acesso em 10 jun. 2018.
- _____. *De Buenos Aires à Misiones: civilização e barbárie nos relatos de viagens realizadas à terra do mate (1882-1898)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, PROLAM-USP, 2014.
- _____. Misiones ante o avanço brasileiro: a fronteira Brasil-Argentina na visão de Juan Bautista Ambrosetti (1891-1894). *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434312641_ARQUIVO_MisionesanteoavancobrasileiroafrenteiraBrasil-ArgentinanavisaodeJuanBautistaAmbrosetti1891-1894.pdf> Acesso em 30 jan. 2020.
- ARANHA, Patricia Marinho. *O esquadrinamento do noroeste do Brasil: o saber geográfico e os engenheiros militares da Comissão Rondon (1907-1915)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.
- ARENHARDT, Elida Haydee. Inicios de la organización del espacio geográfico de Misiones. Las primeras vías de apropiación del paisaje natural del Territorio Nacional de Misiones (1882-1897). *GeoUsal* , 1-8, 2010. Disponível em: <<http://geousal.usal.edu.ar/archivos/geousal/otros/bicentenarioii.pdf>> Acesso em 30 jan. 2020.

- ARIAS, Ana Carolina, El viaje de Ambrosetti. La historia antropológica y su relación con el otro”, in Nora Kuperszmit (Org), *Entre pasados y presentes III. Estudios contemporáneos en ciencias antropológicas*, Buenos Aires: Mnemosyne, 2012, p. 264-282.
- ARRIAGA-RODRÍGUEZ, Juan. Carlos. Tres tesis del concepto frontera en la historiografía. In: LAVALLE, Gerardo Gurza (org) *Tres miradas a la historia contemporánea*, Cidade do México: Instituto Mora, 2012, p. 9-47.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- AVILA, Arthur Lima de. O Oeste historiográfico norte-americano: a Frontier Thesis vs. a New Western History. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 369-413, 2005.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.
- BALDASARRE, Carlos. Recortando las fotos de Lahille, Koschiot y Tenenesk, dos casos en particular sobre la cultura selk'nam (Ona). *Revista Tefros*, Río Cuarto, v.7, nº 1-2, 2009. Disponível em <<http://www2.hum.unrc.edu.ar/ojs/index.php/tefros/article/view/204/185>> Acesso em 30 jan.2020.
- BARBOSA, Elazier. *Dicionário a origem das palavras*. São Paulo: RG Editores, 2010.
- BARROS, Edmundo de. Partilha internacional dos grandes saltos do iguassu. *Boletim do Instituto Historico e Geographico Paranaense*, Curitiba, ano 2 volume 2, p. 10-25, 1919.
- BLOCH, Marc. Pour une Historie Comparée des sociétés européennes. *Revue de synthèse historique*, Paris: p. 15-50, 1928.
- BOLSI, Alfredo S.C. El Primer Siglo de Economía Yerbatera. *Folia Historica del Nordeste, Resistencia*, nº 4, p. 119-183, 1980.
- BOLTON, Herbert Eugene. *The Spanish Borderlands: a chronicle of old Florida and the Southwest*. New Haven: Yale University Press, 1921.
- _____. La mision como institucion de la frontera en el septentrion de Nueva España. SOLANO, Francisco De: BERNABEU, Salvador (orgs) *Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la frontera*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991, p. 45 -60.
- BOTANA, Natalio R. *El Orden Conservador*, La Política Argentina entre 1880 y 1916. Buenos Aires: Hispamérica, 1986.

- BOTELHO, André. Resenha do livro *Um sertão chamado Brasil e o pensamento social: travessias, passagens, veredas*, de Nísia Trindade Lima. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.4, out.-dez, p. 1504-1509, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- BRESSAN, Raquel Valeria. Las disputas por los territorios en los albores del Estado nación: la frontera oriental de Corrientes durante la segunda mitad del siglo XIX. *Anuario de Historia Regional y de las Fronteras*, Bucaramanga, vol. 22, núm. 2, p. 71-98, 2017.
- BRÜGGEMANN, Adelson André. *A sentinela isolada: O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883)*. Florianópolis: Dissertação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- BRUNO, Paula. Un balance sobre los usos de la expresión generación del 80, 1920-2000. *Revista de historia y ciencias sociales*, Cidade do México, núm. 68, maio-agosto, p. 115-161, 2007.
- BURATTO, Lúcia Gouvea. *Alcoolismo entre indígenas: programa de formação para professores e agentes de saúde na terra indígena Ivai-PR*. Relatório de pós-doutorado, Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, 2013.
- BURMEISTER, Carlos. *Memoria sobre el Territorio de Misiones*. Buenos Aires: Imprenta, Litog. y encuadernación de J. Peuser, 1899.
- CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2001.
- CAPILÉ, Bruno; VERGARA, Moema de Rezende. Astronomia e território: a Comissão Demarcadora de Limites entre Brasil e Argentina. In: MATSUURA, Oscar T. (Org.). *História da Astronomia no Brasil - Volume I*, Recife: Cepe, 2013, p. 250-268.
- CARBAJAL, Lino de Valle. *Le missioni salesiane nella Patagonia e regioni magallaniche*. Studio storico-statistico. Turín: Editorial Benigno Cavanese, 1900.
- CARDOSO, Luciene Pereira Carris. *Intelectuais, militares, instituições na configuração das fronteiras brasileiras (1883-1903)*. São Paulo: Alameda, 2016.

- CARTER, Paul. *The road to Botany Bay. An exploration of landscape and history.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos Indígenas (Goiás 1749-1811).* São Paulo: Nobel, 1983.
- CHÁVEZ, Jaime Flores. La Araucanía y la Construcción del sur de Chile, 1880-1950. Turismo y vías de Transporte. *XII Coloquioo Internacional de Geocrítica - Las independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX* (pp. 1-16). Bogotá: Geocrítica, 2012. Disponível em: <<http://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/14800>> Acesso em 30 jan. 2020.
- CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Orgs) *Historia General de las relaciones Exteriores de la Republica Argentina.* Buenos Aires: Grupo Editor LatinoAmericano, 1999.
- CLEMENTI, Hebe. *JF. Turner.* Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.
- ___ National Identity and the Frontier. In: WEBER, David; RAUSCH, Jane (Orgs.) *Where Cultures Meet: Frontiers in Latin American History.* Wilmington: SR Books, 1994, p. 141-150.
- COMISSOLI, Adriano. Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX). *Revista de Indias*, Madri, LXXVIII/272, p. 113-146, 2018.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de (Org), *Relatos de Viagem como fontes à história,* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.
- CORAZZA, Gentil Traços da formação socioeconômica do oeste catarinense. *VII Encontro de Economia Catarinense*, (pp. 1-24). Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/5178969-Tracos-da-formacao-socioeconomica-do-oeste-catarinense.html>> Acesso em 30 jan. 2020.
- COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil - 1823-1866.* Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UFMG/Iuperj, 2008.
- COSTA FILHO, Cícero João da. *No limiar das raças: Sílvia Romero (1870-1914).* São Paulo: Tese de doutorado do Departamento de História - FFLCH-USP, 2012.
- CRESTANI, Leandro de Araújo. *História da Ocupação na Fronteira entre Brasil e Argentina (1881-1930): Uma perspectiva comparada e transnacional.* Tese de doutorado em História Contemporânea do Instituto de Investigação e Formação Avançada da Universidade de Évora, 2019.

- CRONICA DE LOS GOBERNANTES, Tomo I (1882-1922). Posadas: Instituto Antonio Ruiz de Montoya, 1979.
- CUNHA, Euclides da. *Contrastes e Confrontos*. Rio de Janeiro: Record, 1975. Disponível em: <<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documents/0042-01172.html#FAZEDORES>> Acesso em 19 nov. 2019.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. *Cadernos do CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina*, Chapecó, v. 10, n. 1 a 8, p. 265-343, 2006.
- DARONCO, Leandro Jorge. Afro-brasileiros nas "margens" do Uruguai. In: FINOKIET, Bedati Aparecida (Org). *Fronteiras e Interculturalidade*. Tubarão: Copiart, 2018, p. 261-286.
- DE JONG, Ingrid. Armado y desarmado de una confederación: el liderazgo de Calfucurá en el período de la organización nacional. *Quinto Sol*, Santa Rosa, nº 13, p. 11-45, 2009.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. O Homem, as Ciências Naturais e o Brasil no Século XIX. *Acervo*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 167-178, 2009.
- DONGHI, Tulio Halperín. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.
- EDELWEISS, Frederico. Gûaçú e usú na diacronia das línguas e dialetos Tupi-Guaranis. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 9, p. 59-78, 1970.
- ELIAS, Norbert, *O Processo Civilizador: Volume II, Formação do Estado e Civilização*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- ESPAGNE, Michel. Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle. *Genèses*, no.17, p. 112-121, 1994.
- FACCIN, Danielle. *Seguindo os trilhos do trem: A influência da ferrovia na estruturação urbana de Santa Maria/RS*. VI Colóquio Latino Americano sobre recuperação e preservação do patrimônio industrial, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t6_seguindo_trilhos_trem.pdf> Acesso em 15 fev. 2019.
- FINOCCHIO, Silvia. Celebrar la Independencia, celebrar la educación. Un estudio a propósito del album escolar de Misiones (1916). *PolHis*. ano 9 n.18, p. 144-177, 2016.
- FERNÁNDEZ, Alejandro. La ley argentina de inmigración de 1876 y su contexto histórico. *Almanack*, Guarulhos n. 17, p. 51-85, Dez. 2017.
- FERRARI, Maristela. *Interações Transfronteiriças na Zona de Fronteira Brasil-Argentina: o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de*

Misiones (século XX e XXI). Tese de Doutorado em Geografia- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

_____. As Noções de Fronteira em Geografia. *Perspectiva Geográfica*, v. 9. n.10, p. 1-24, 2014. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161/7550>> Acesso em 30 jan. 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Segunda edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Elton Bruno. *Sonoridades caipiras na cidade: a produção de Cornélio Pires (1929-1930)*. São Paulo: e-Manuscrito, 2017.

_____. *As representações da cultura caipira nos escritos de Cornélio Pires: tradição, identidade, política e cotidiano (1910-1932)*. Tese de doutorado em História, PUC-SP, 2019.

FERREIRA JR, Mauricio Vicente; PITZER, Renato Rocha; CASTRO, Ricardo Figueiredo de. Ensino e Pesquisa em História - Uma entrevista com Maria Yedda Linhares. *Arrabaldes*, ano 1 n. 1, p. 83-95, 1988.

FERRERO, Brián; PYKE, Luz. Naturaleza y Frontera. El Parque Nacional Iguazú y el proceso de consolidación del Estado argentino en la frontera argentino-brasileña (1880-1934). *Sociedad y Discurso*. Número 28, p. 135-167, 2015. Disponível em: <<https://discurso.aau.dk/index.php/sd/article/view/1475/1212>> Acesso em 29 jan. 2020.

FERRETTI, Federico. As Origens da Noção de “Fronteiras Móveis”. Limites Políticos e Migrações nas Geografias de Friedrich Ratzel e Élisée Reclus. *Revista Continentes*, Rio de Janeiro, ano 3, n.4, p. 48-65.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

_____. O conceito de fronteira na historiografia: antigos debates, temas contemporâneos. In: ROMANI, Carlo; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno (Orgs). *Fronteiras e Territorialidades: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia*. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 283-304.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol.12 n. 3, p. 1033-1059, 2005.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: FRANCO, Stella Maris Scatena; JUNQUEIRA, Mary Anne (Orgs). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*, São Paulo: Departamento de História Da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011. Disponível em:

<<http://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CSP2.pdf>>. Acesso em 28 jan. 2020.

- FREAZA, Alba Celina Etorena de. Los indios y negros en Misiones entre 1869 y 1883. *V Jornadas sobre poblamiento, colonización e inmigración en Misiones*. Posadas: Ed. Montoya, 2007.
- FREITAS, Frederico. *Boundaries of nature: national parks and environmental change at the Argentine-Brazilian border, 1890-1990*. Tese de doutorado - Stanford University, 2016.
- FREITAS NETO, José Alves de. Un siglo todo de señales: o trabalho intelectual em Buenos Aires e as demandas expostas em La Moda (1837-1838). *Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 6, n. 2, p. 166-187, 2013. Disponível em: <<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/238/169>>. Acesso em 31 jan. 2020.
- FROTA, Antonio Nicoláo Falcão da. *Ministério da Guerra- Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.
- GADEA, Hilda. *Historia de San Pedro*. San Vicente: Talleres Gráficos Papelandia, 2007.
- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso* (Tese de Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, 2000.
- GALLERO, María Cecilia; KRAUTSTOFL, Elena M. Proceso de poblamiento y migraciones en la Provincia de Misiones, Argentina (1881-1970) *Avá*, n. 16, Posadas, p. 245-264, 2009.
- GARMENDIA, José Ignacio. *Recuerdo de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Imprenta y casa editora de Jacobo Peuser, 1884.
- GERHARDT, Marcos. *História Ambiental da Erva-Mate*. Florianópolis: Tese da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- GESTEIRA, Vinicius. Lins. Relato e interpretação da justiça na Costa da Mina durante o século XVII: mudança ou permanência na prática do juramento de ingerir fetiche? 2011. Disponível em: <http://www.costadamina.ufba.br/_ARQ/Textos/LINS%20Beber%20fetiche.pdf> Acesso em 30 jan. 2020.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. *As fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2013.
- GOLIN, Tau. Expedição do Estado-nação nos sertões dos bugres. *Cadernos do CHDD (Centro de História e Documentação Diplomática)*, Brasília, edição especial, p. 79-89, 2007.

- GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Niterói: Tese apresentada ao Programa de História da Universidade Federal Fluminense, 2006.
- GREGORY, Valdir. Obrages nos sertões do Paraná: exploração, trabalho e fronteiras, *Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste, Foz do Iguaçu*, vol. 14 - nº 1, Foz do Iguaçu, p. 43-65, 2012.
- GUARINELLO, Norberto. Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano. *Mare Nostrum*, São Paulo, v.1 n.1 p. 113-128, 2010.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.
- GUISARD, Luís Augusto De Mola. O bugre, um João-Ninguém: um personagem brasileiro. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4), p. 93-99. 1999.
- HAHN, Fábio André; MORIGI, Josimari de Bitto. A Fronteira em Questão: Estudo da ocupação de Mamborê/PR. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 8, n. 1, p. 256-275, 2015.
- HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- ÍSOLA, Viviana G. Semblanza de un hombre de Estado: Julio Argentino Roca, 1880-1914. In: Vázquez Rial, Horacio (Org.), *Buenos Aires 1880-1930. La capital de un imperio imaginario*. Madrid: Alianza Editorial, 1996.
- JAQUET, Héctor Eduardo. *Los combates por la invención de Misiones: la participación de los historiadores en la elaboración de una identidad para la provincia de Misiones, Argentina (1940-1950)*. Posadas: EdUNaM, 2005.
- JARA, Juan Carlos. *Los Malditos Tomo II - Hombres y mujeres excluidos de la historia oficial de los argentinos*. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2005.
- JONES, Arthur; WISEMAN, Robin. *The Goths: Children of the Storm*. Bloomington: iUniverse, 2009.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: FRANCO, Stella Maris Scatena; JUNQUEIRA, Mary Anne (Orgs). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*, São Paulo: Departamento de História Da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011. Disponível em: <<http://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CSP2.pdf>>. Acesso em 28 jan. 2020.

- KARPINSKI, Cezar; MATIAUDA, Daniela Ivanna Galli. Paisagem e Fronteira nas Questões Territoriais entre Argentina e Brasil (1860-1914). *NUPEM*, Campo Mourão, v. 9 n. 17, p. 72-85, 2017.
- LA FIESTA DE DOMINGO, transcrição de artigo do jornal La Tribuna Nacional presente na revista: El Monitor de la Educación Común, Buenos Aires: Consejo Nacional de Educación. - Ano 3, nº 060, jun. 1884.
- KURY, Lorelai Brilhante. Entre utopia e pragmatismo: a história natural no iluminismo tardio. In: SOARES, Luís Carlos. *Da revolução científica à big (business) science*. São Paulo: HUCITEC, 2001.
- LABALE, Alejandro González. *Linhas e encruzilhadas, espaço social em um ponto da fronteira Brasil-Argentina*. Dissertação de Mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996.
- LACOSTE, Pablo. Estanislao Zeballos y la política exterior Argentina con Brasil y Chile, *Revista Confluencia*, Mendoza , ano 1, n.2, p. 107-128, 2003.
- LANGFUR, Hal. Frontier/Fronteira: A Transnational Reframing of Brazil's Inland Colonization. *History Compass*, volume 12, n.11, p. 843–852, 2014.
- LEE, John W. I; NORTH, Michael. *Globalizing Borderlands Studies in Europe and North America*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2016.
- LEITE, Miriam Moreira. *Livros de Viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- LEMONS, Marilene Aparecida. *Entre espaços, sujeitos e línguas: a produção da fronteira em Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) nos relatos de viagens*. Tese de doutorado - Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 2019.
- LENTON, Diana. El expediente de la sublevación de los pampas en Santa Ana (1888, Misiones, Argentina). *Corpus*, vol.7 n.1, p. 1-43, 2017. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/corpusarchivos/1873>> Acesso em 28. jan. 2020.
- LENZ, Maria Heloisa. A particular expansão da fronteira argentina no período de intenso crescimento do final do século XIX. *51 Congreso Internacional de Americanistas* (pp. 1-23). Santiago: ICA. 2003. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2015/02/TD15_2005_lenz.pdf> Acesso em 28 jan. 2020.
- LEVINTON, Norberto. *Yacyreta - Una nueva significación: La relación entre espacio y sociedad como consecuencia de la implantación de un megaproyecto*. Buenos Aires: Entidad Binacional Yacyreta, 2007.
- LEVINTON, Norberto; SNIHUR, Esteban Angel. *Misiones: territorio de fronteras (1609-1895)*. Buenos Aires: Contratiempo Ediciones, 2015.

- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil* - Intelectuais, sertanejos e imaginação social. Rio de Janeiro: Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - Universidade Cândido Mendes, 1997
- LIMERICK, Patricia. *The legacy of Conquest: the unbroken past of American West*. New York: W. W. Norton & Company, 1987.
- LINHARES, Temístocles. *História Econômica do Mate*. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio, 1969.
- LOIS, Carla Mariana. La invención del desierto chaqueño. Una aproximación a las formas de apropiación simbólica de los territorios del Chaco en los tiempos de formación y consolidación del Estado Nación Argentino. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona N° 38, 1999. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-38.htm>> Acesso em 28 jan. 2020.
- LOPES, Maria Margaret. A Comissão Científica de Exploração: uma ‘expansão para dentro’. In: KURY, Lorelai Brilhante. *Comissão Científica do Império: 1859-1861*. Rio de Janeiro: Studio. 2009.
- LORENZETTI, Fernanda Lorandi. *Terra de Lírios Bravos e Homens Fortes: Notas acerca das atribuições de identidade ao Paraná por Domingos Nascimento (1895-1914)*. Dissertação de mestrado - Universidade Federal da Grande Dourados, 2009.
- LUCCHESI, Adamo. *Nel Sudamerica - Alto Paraná e Chaco- 1875-1905*. Firenze: Bemporad, 1926.
- LUIGI, André Santos. Itu no circuito Afro-Atlântico: a Irmandade da Senhora do Rosário em Itu. *Intellectus*, N° 50, 2019. Disponível em: <<http://www.revistaintellectus.com.br/ArtigosUpload/54.637.pdf>> Acesso em 7 fev. 2020.
- LUNGHI, Carlos. *La Municipalidad*. Trabalho da disciplina Introducción a la Administración y al Estudio de las Organizaciones da Facultad de Ciencias Económicas da Universidad Nacional de La Plata, Maio de 2002, p. 1. Disponível em: <http://www.oocities.org/unlp_econo_613/muni.pdf>. Acesso em 28 jan. 2020.
- MACHADO, Marina Monteiro. *Entre Fronteiras: terras indígenas nos sertões fluminenses (1790-1824)*. Niterói: Tese de Doutorado apresentada na Universidade Federal Fluminense, 2010.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912 - 1916)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2017.

- MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. *Civilização e Barbárie: a representação da nação nos textos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai*. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia-UFF, Niterói, 2006.
- MAGALHÃES, José Vieira Couto. *Memória sobre as colônias militares, nacionais e indígenas*. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, 1875.
- _____. *O Selvagem*. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro - CPPB, 2013. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/382426579/O-selvagem-GENERAL-COUTO-DE-MAGALHAES-pdf>> Acesso em 28 jan. 2020.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912*. São Paulo: Unesp, 1997.
- MAIA, Doralice Sátyro. A Ferrovia nas cidades Bocas de Sertão: Alterações na Morfologia Urbana e no Território Brasileiro. *I Seminário Internacional Brasil no século XIX*. Vitória: Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos. 2014
Disponível em:
< <https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur/Doralice%20Styro%20Maia.pdf> >
Acesso em 28 jan.2020.
- MANSILLA, Lucio Victorino. *Una Excursión a los Indios Ranqueles*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1984.
- MARQUETTI, Délcio. *"Matem que eu respondo!"*: Militares e Imigrantes Poloneses na Zona Estratégica do Paraná (virada do século XIX para o XX). São Leopoldo - Tese de doutorado da Unisinos, 2015.
- MARTINELLO, André Souza. *Geografia Histórica, Discursos Espaciais e Construção Territorial em Santa Catarina*. Tese de doutorado em Geografia. FFLCH-USP. 2016.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão. *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, p. 25-70. 1996
- _____. *Fronteira – A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MASSAUD, Moisés. *História da Literatura Brasileira – vol. II – Realismo e Simbolismo*. São Paulo: Cultrix, 2001.
- MEAD, C. W. Juan B. Ambrosetti. *American Anthropologist*, New Series, Vol. 19, No. 4 p. 533-541, 1917.
- MELLO E SILVA, Alexandra. O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. *Estudos Históricos*, p. 95-118, 1995.

- MELLO E SOUZA, Melissa de. *Brasil e Estados Unidos: Nação Imaginada*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.
- MELO, Leda Agnes Simões de. El Mundo e o Correio da Manhã: O Discurso da Imprensa Nacional Argentina e Brasileira sobre as secas de Santiago del Estero e do Ceará (1932-1937). *XVIII Encontro de História da ANPUH-RJ: História e Parcerias*, (pp. 1-9). Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: < https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529375040_ARQUIVO_artigoANPUH-2018_LedaAgnesSimoese enviado.pdf> Acesso em 29 jan. 2020.
- MENEGAT, Carla. *"Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha": atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (ca. 1845-1865)*. Tese de doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- MENEZES, Raimundo de. *Aconteceu no Velho São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1954.
- METCALF, Alida. *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 1992.
- MINISTERIO DEL INTERIOR. *La Conquista del desierto - Publicación de la Comisión Nacional de Homenaje al Centenario de la Campaña del Teniente General Don Julio Argentino Roca (1879-1979)*. Buenos Aires, 1979.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Argentina, Brasil y Estados Unidos. De la Triple Alianza al Mercosur. Conflicto e integración en América del Sur*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2004.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- _____. Bases da formação territorial do Brasil. *Geografares*, Vitória, n. 2, p. 105-113. 2001.
- _____. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- _____. O sertão: um "outro" geográfico. *Terra Brasilis – Revista de história de pensamento geográfico no Brasil*, p. 11-23, 2002-2003.
- _____. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Annablume, 2003.
- MORAES, Cristina de. O Mapa do Território Nacional de Misiones (1881) na conjuntura da disputa territorial entre Argentina e Brasil. *Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia*. 2017 Disponível em: < <https://journals.openedition.org/confins/11774>> Acesso em 29 jan. 2020.
- _____. *Uma velha moldura habitada por silêncios, um fundo territorial e seis verbos para integrar: a formação territorial do Oeste catarinense (1880-1940)*. Tese de Doutorado, UNESP, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2018.

- MOREIRA, Luis Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina. Em Busca de Aimé Bonpland, *Fronteiras*, Dourados, v. 10, n. 18, p. 221-236, 2008.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. 1808: a guerra contra os botocudos e a recomposição do império português nos trópicos. In: CARDOSO, José Luis; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; & SERRÃO, José Vicente. *Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica* (pp. 391-413). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.
- MOTA, André. *Tropeços da medicina bandeirante: medicina paulista entre 1892-1920*. São Paulo: Edusp, 2005.
- MOUSSY, Martin de. *Description Géographique et Statistique de la Confédération Argentine*. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1860.
- MURICY, José Cândido da Silva. *Viagem ao país dos jesuítas*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1975.
- MYSKIW, Antonio Marcos. *A Fronteira como Destino de Viagem: A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)*. Tese de Doutorado – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia-UFF, Niterói, 2009.
- NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, província do Paraná e relações que teve com os índios coroados mais bravios daquelles lugares. *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brazil*, p, 267-281. 1886
- NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. *Derrubando Florestas, Plantando Povoados: A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tese de doutorado - PUC-RS, 2007.
- NÍCOLAS, Maria. *130 Anos de Vida Parlamentar Paranaense 1854-1984*. Curitiba: Setor de Editoração e Publicações da Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, 1984.
- NIEDERLEIN, Gustavo. Resultados botánicos de exploraciones hechas em Misiones, corrientes y países limitrofes desde 1883 hasta 1888. *Boletín del Museo de Productos Argentinos*, Buenos Aires: Juan A. Alsina, 1890.
- NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. *Terras e imigrantes na colônia Assunguy. Paraná, 1854-1874*. São Paulo: Dissertação de mestrado - FFLCH-USP, 2007.
- NODARI, Eunice; BRANDT, Marlon. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.
- NONNENMACHER, Marisa Achneider. *Aldeamentos kaingang no Rio Grande do Sul: século XIX*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

- NUNES, Francivaldo Alves. Aspectos da colonização militar no Norte do Império: povoamento, segurança, defesa do território e conflitos. In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (Orgs). *História Militar da Amazônia: Guerra e Sociedade (Séculos XVII-XIX)*. Curitiba: CRV, 2015, p. 195-210.
- NUÑEZ, Julio. *Ivirareta - País de Arboles*. Posadas: Ediciones Montoya, 1997.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites de; ESSELIN, Paulo Marcos. Um etno-história da erva-mate e dos povos indígenas de língua guarani na região platina: da província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso. In: FINOKIET, Bedati Aparecida (Org). *Fronteiras e Interculturalidade*. Tubarão: Copiart, 2018, p. 213-260.
- OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Nas Águas do Prata: os trabalhadores da rota fluvial entre Buenos Aires e Corumbá (1910-1930)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- ORFEU, Oscar. Esteros del Iberá: Las Aguas Brillantes de Corrientes. *El Ojo del Cóndor*, Buenos Aires, n. 2, p. 7-9, 2012.
- PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)*. São Paulo: Alameda, 2012.
- _____. Confederações indígenas em luta por participação política, comercial e territorial: Argentina, 1852-1859. *História*, Franca, vol.28 n.2, p. 107-142, 2009.
- PAULA, Arethusa Almeida de; BARANEK, Edegar José. A Visualidade no Movimento Paranista: Símbolos de uma Identidade Visual. *Trama Interdisciplinar*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 205-214, jan./abr. 2018.
- PEREIRA, Luís Fernando. *Paranismo: o Paraná inventado*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.
- PEREIRA, Renato Barbosa Rodrigues. O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano VII, n. 2, p. 3-60, 1945
- PEYRET, Alejo. *Cartas sobre Misiones*, Buenos Aires: Imprenta de la Tribuna Nacional, 1881.
- _____. *Cartas sobre la intervención a la provincia de Entre Ríos*. Buenos Aires, 1873.
- PFLUCK, Lia Dorotéa. Os Caminhos pelo Oeste do Paraná, entre os Séculos XIX e XX, a Busca pelo Ensino de Geografia. *Perspectiva Geográfica*, Marechal Cândido Rondon, Ed. Esp., v.11, n.15, p. 184-197, 2016. Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/download/16643/11244>> Acesso em 29 jan. 2019.

- PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: BRDE, 1982.
- PIGLIA, Ricardo. Prefácio. in: SARMIENTO, Domingo Faustino, *Facundo ou Civilização e Barbárie*, Trad. e notas de Sérgio Alcides. São Paulo: Cosac & Naify, 2010, p. 9-41.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- POMPEU, Ana Carrollina Gutierrez. *A Construção da Patagônia Argentina*. Brasília: Dissertação - PPGHIS-Universidade de Brasília, 2012.
- _____. *Conquistar o deserto: resistência indígena e violência na fronteira do Pampa e da Patagônia (1850-1885)*. Brasília: Tese - PPGHIS- Universidade de Brasília, 2018.
- PONTAROLO, Fabio. *Degredo interno e incorporação no Brasil meridional: trajetórias de degredados em Guarapuava, século XIX*. Curitiba: Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal do Paraná, 2007.
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. *América latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999.
- _____. Repensando a história comparada da América Latina. *Revista de História*. Universidade de São Paulo, n.º 153, p.11-33, 2005.
- PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.
- RATTO, Silvia Mabel. El debate sobre la frontera a partir de Turner: La new western history, los borderlands y el estudio de las fronteras en Latino América. *Boletín del Instituto de Historia Argentina e Americana Dr. Emilio Ravignani*, p. 105-126, 2001.
- _____. *Estado, vecinos e indígenas en la conformación del espacio fronterizo*. Buenos Aires, 1810-1852. Tese de doutorado - Universidade de Buenos Aires, 2004.
- _____. *Redes políticas en la frontera bonaerense (1836-1873): crónicas de un final anunciado*. Bernal: Universidad de Quilmes, 2015.
- REGGINI, Horacio. *Eduardo Ladislao Holmberg y la Academia*. Buenos Aires: Galápagos, 2007.
- _____. *Florencio de Basaldúa, Un Vasco Argentino*. Buenos Aires: Academia Nacional de Educación, 2008.

- RÊGO, André Heráclio do; CAPDEVILLA, Rubén. Louis de Bocard. *Um fotógrafo suíço na Tríplice Fronteira (1889-1956)*. Asunción: Embajada del Brasil en Asunción. 2017.
- REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- RENK, Arlene. *A luta da Erva: Um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2006.
- REPETTO, Carolina. Adamo Lucchesi: La lectura y el viaje a fines del siglo XIX. *Zibaldone. Estudios italianos*, vol. III, n. 1, p. 104-110, 2015.
- RIBEIRO Darcy. *Os índios e a civilização (a integração das populações indígenas no Brasil moderno)*. Petrópolis, Editora Vozes, 1977.
- RICUPERO, Bernardo. A República e a Descoberta da América: Nova Forma de Governo e Mudança Identitária no Brasil da Década de 1890. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 61, n. 1, p. 213-253, 2018.
- RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: < <https://static.scielo.org/scielobooks/mmtct/pdf/rodrigues-9788579820106.pdf>> Acesso em 23 mai. 2020.
- ROLÓN, María Esther. *Puerto Iguazu, Ciudad de Maravillas - Iguazua 1626*. Puerto Iguazú: María Esther Rolón, 2017.
- ROMANI, Carlo Maurizio. *Clevelândia, Oiapoque - aqui começa o Brasil! : trânsito e confinamentos na fronteira com Guiana Francesa (1900-1927)*. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- _____. As representações nacionais e a população residente em territórios litigiosos: o caso do Contestado franco-brasileiro. Uma reflexão teórica sobre as áreas de fronteira. *14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT* (pp. 1-12). Belo Horizonte: UFMG. 2014. Disponível em: < https://www.14snhct.sbhct.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1650> Acesso em 29 jan. 2020.
- ROMANI, Carlo Maurizio; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno Pereira de Lima (Orgs). *Fronteiras e Territorialidades: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia*. São Paulo: Intermeios, 2019.
- ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil (1879-1880)*. Rio de Janeiro: Typ. Lammert & C., 1888.
- ROSA, Claudia. Y la mandioca pasaba, *Cuadernos LIRICO* n.7, 2012 P. 1-5. 2012. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/lirico/758?gathStatIcon=true>> Acesso em 29 jan. 2020.

- ROSEVICS, Larissa. *O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a Construção de um Imaginário Regional*. Dissertação em Sociologia - UFPR, Curitiba, 2009.
- ROSI, Bruno Gonçalves. *Squaremas, Luzias, o Brasil e os Estados Unidos*. Tese em Ciência Política - Instituto de Estudos Sociais e Políticos/UERJ, Rio de Janeiro, 2016.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. São Paulo: CultVox (s/d)
- SÁ, Débora Nunes de. Singularidade fronteiriça: a História da Floresta com Araucária entre Brasil e Argentina. *Anais História em Debate: Seminário de Pesquisa do PPGH/UFS e Seminário de Pesquisa em História da UFS*, p. 48-52, 2019
Disponível em:
<<https://portaleventos.ufs.edu.br/index.php/AHD/issue/view/105/Texto>> Acesso em 31 jan. 2020.
- SALAS, Patricia Soledad. *Asentamientos afrodescendientes en el territorio de la Provincia de Misiones (1865-1930)* Estudios afrolatinoamericanos 3: actas de las Quintas Jornadas de GEALA. Buenos Aires: Ediciones del CCC Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2017. p. 127-137. Disponível em:
<<https://geala.files.wordpress.com/2017/10/actas-v-jornadas-geala.pdf>> Acesso em 29 jan. 2020.
- SALTO, Graciela, El Viaje a Misiones de E.L.Holmberg en la tradición de relatos exploratorios, *Saber y Tiempo – Revista de Historia de la Ciencia, Buenos Aires*, nº 4, p. 57-72, 2002.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do Sertão Baiano: 1640-1750*. São Paulo: Tese de doutorado - História Social-USP, 2010.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. *Arjiropolis o la Capital de los Estados Confederados del Rio de la Plata*. Santiago: Imprenta de Julio Benin Ica, 1850. Disponível em <<http://www.proyectosarmiento.com.ar/trabajos.pdf/Argiropolis.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2013.
- _____. *Conflicto y armonías de las razas en América*. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1915.
- _____. *Facundo: Civilización y barbarie*. Buenos Aires: Centro Editor de Cultura, 2007.
- SCHIAVONI, Gabriela. Porto-Capivara: los ocupantes agrícolas de la frontera argentino-brasileña (Misiones, Argentina). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, vol. 13-14, nº 40-41, p. 449-470, 1998-1999.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Capítulos de História Intelectual: Racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2019.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da Miscigenação. *Estudos Avançados*, 8 (20), p. 137-152, 1994.
- SECRETO, Maria Verónica. *Fronteiras em Movimento: O Oeste Paulista e o Sudoeste Bonarense na segunda metade do século XIX. História Comparada*. Campinas: Tese de Doutorado - Unicamp, 2001.
- _____. Capistrano de Abreu e J. F. Turner: a historiografia nacional e a história ambiental. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2 p. 236-253, 2006.
- SEGASTIZÁBAL, Leandro de. *La Yerba mate y Misiones*. Buenos Aires: Centro Editor de América latina, 1984.
- SERJE, Margarita. *El revés de la nación, Territorios salvajes, fronteras y tierra de nadie*. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2005.
- SETÚBAL, Maria Alice. *Vivências caipiras: pluralidade cultural e diferentes temporalidades na terra paulista*. São Paulo: CENPEC/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.
- SEVCENKO, Nicolau. O Prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau. *História Privada no Brasil 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SILVA, Ayalla Oliveira. *Camacãs, guerens, pataxós e o aldeamento São Pedro de Alcântara: trabalho, relações interétnicas e ocupação do território de Cachoeira de Itabuna, Sul da Bahia (1814-1877)*. Dissertação de mestrado -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.
- SILVA, Cleverson Rodrigues da; CHIARADÍA, Esteban Pablo Chiaradía. La campaña de Mato Grosso (1864-1868) en la retina de la historiografía brasileña y argentina (s.XIX-XXI) In: ESSELIN, Paulo Marcos; FONSECA, Vinicius Rajão da. *O expansionismo brasileiro sobre a Bacia Platina e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. Porto Alegre: PPGH; FCM, 2019.
- SILVA, Micael Alvino. Resenha do livro Big Water: The Making of Borderlands Between Brazil, Argentina and Paraguay, de Jacob Blanc e Frederico Freitas. *Diálogos*, Maringá, v.22, n.3, p. 207-211, 2018.
- SIQUEIRA, Luan Mendes de Medeiros. *Caminhos de uma Diplomacia: o Império do Brasil no Rio da Prata (1828-1835)*. Anais do I Encontro Internacional Fronteiras e Territorialidades, UNIRIO, Rio de Janeiro, 5 a 7 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://gtfronteirasterrit.wixsite.com/eift/anais-2018>> Acesso em 7 mai. 2020.
- SNIHUR, Esteban Angel. *O Universo Guarani: Um território e um patrimônio*. Buenos Aires: Golden Company, 2007.

- SOUZA, Fábio Feltrin de. *Extremidades da nação: violência, biopolítica e anti-modernidade no discurso fundacional da Argentina*. Tese de doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- SOUZA, Almir Antonio de. A Lei de Terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870) *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, nº 70, p. 109-130, 2015
- SPONCHIADO, Breno Antonio. Um panorama da historiografia do e no Alto-Médio Uruguai. In: SPONCHIADO, Breno Antonio (Org). *Historiografia do Alto Uruguai - Série CEDOPH - Centro de Documentação e Pesquisas Históricas do Alto Uruguai, v. 1*. Frederico Westphalen: URI, 2013, p. 10-33. Disponível em: <<http://www.fw.uri.br/NewArquivos/publicacoes/publicacoesarquivos/163.pdf>> Acesso em 29 jan. 2020.
- SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros - Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: Alameda, 2012.
- STEPHANIS, Rebecca Mason. *From Resurrection to Recognition: Argentina's Misiones Province and the National Imaginary*. (Tese de Doutorado) – Department of Spanish and Portuguese languages and Cultures, Princeton University, 2009.
- STEFANUK, Miguel Ángel. *Diccionario Geográfico Toponímico de Misiones*. Edición literaria a cargo de Zenda Liendivit, con prólogo de Norberto Levinton. Buenos Aires: Contratiempo Ediciones, 2009.
- SVAMPA, Maristella. *El dilema argentino: Civilización o Barbárie*. Buenos Aires: Taurus, 1994.
- Sumario levantado con motivo de la sublevación de los indios pampas del Ingenio San Juan, por el juez de paz de Santa Ana em 1888 (documento cedido por María Angélica Amable)
- TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio. *A Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878)*. Erechim: All Print, 2018.
- TONELLI, José María. *Rafael Hernández: el fundador de la Universidad de La Plata*. La Plata: Consejo Profesional de Agrimensura de la Provincia de Buenos Aires, 2015.
- TEIXEIRA, Karoline Viana. Percepções e limites do fazer científico: o caso da Imperial Comissão Científica de Exploração (1859-1861). *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 8, n.2. p. 43-59. 2015
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- TONIOLO, Enio José. Possíveis marcas da oralidade em manuscritos paranaenses. *Filologia E Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 10-11, p. 305-315, 2008/2009.

- TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na História Americana. In: KNAUSS, Paulo (org.). *Oeste Americano*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2004, pp. 23-54.
- URBINA, María Ximena. La Frustrada Misión estratégica de Nahuelhuapi. *Megallania*, Punta Arenas, Vol. 36(1), p. 5-30. 2008.
- URIARTE, Javier. *Fazedores de Desertos: Viajes, guerra y Estado en América Latina*. Nova York: Tese de Doutorado - New York University, 2012.
- URUGUAI, Visconde do. *Visconde do Uruguai: Organização e Introdução de José Murilo de Carvalho*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- VALENZUELA, Diego e SANGUINETI, Mercedes. *Sarmiento Periodista – El caudillo de la Pluma*, Buenos Aires: Sudamericana, 2012.
- VALENTINI, Delmir José. *Da Cidade Santa à Corte Celeste: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*. Caçador: Universidade do Contestado, 2003.
- VALLEJOS, Jorge Emanuel; GONZÁLEZ, Alejandra Beatriz. Selva, Tierra y Agua: 80 años del parque nacional Iguazú (1934-2014). *Historia y frontera*, n.3, p. 1-37, 2014. Disponível em: <<http://historiayfrontera.org/ojs-2.3.8/index.php/historiayf/article/view/38/20>> Acesso em 29 jan. 2020.
- VARELA, Alfredo, *El Río Oscuro*, Buenos Aires: Capital Intelectual, 2008.
- VARELLA, Alexandre Camera. *A embriaguez na conquista da América: Medicina, idolatria e vício no México e Peru, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Alameda, 2013.
- VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- VENSON, Letícia Maria. *José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Chapecó (1880-1898)*. Trabalho de Conclusão de Curso de História - Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2018.
- VENSON, Letícia Maria; MYSKIW, Antonio Marcos. *Colônias Militares no Brasil Meridional: O caso da Colônia Militar do Chapecó*. Anais do I Encontro Internacional Fronteiras e Territorialidades, UNIRIO, Rio de Janeiro, 5 a 7 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://gtfronteirasterrit.wixsite.com/eift/anais-2018>> Acesso em 7 mai. 2020.
- VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.
- VIEIRA, Sonia Bressan. *Sobre as Ruínas do Templo... (porque templo já não é)*. História Municipal de São Luiz Gonzaga (1880-1932). Tese de doutorado em História - PUC-RS, Porto Alegre, 2010.

- VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo na órbita do Império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América Portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. Tese de doutorado em História - FFLCH-USP, 2010.
- VITULLI, Juan M; SOLODKOW, David M. *Poéticas de lo criollo: La transformación del concepto "criollo" en las letras hispanoamericanas (siglo XVI al XIX)*. Buenos Aires: Corregidor, 2009.
- VOLKMER, Márcia Solange. *Compatriotas franceses ocupam a fronteira: Imigração e comércio na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX)*. Tese de doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste. Ocupação e colonização*. Curitiba: Vicentina, 1987.
- WEGNER, Robert. Sérgio Buarque de Holanda e a tese da fronteira. *XXII Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/wegner.rtf>> Acesso em 29 jan. 2020.
- WILDE, Guillermo. De la depredación a la conservación. Génesis y evolución del discurso hegemónico sobre la selva misionera y sus habitantes. *Ambiente & Sociedad*, Campinas, vol.10 no.1, p. 87-106. 2007.
- WINTER, Murillo Dias. *Imprensa periódica e a construção da identidade Oriental (Província Cisplatina - 1821-1828)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.
- WITTER, José Sebastião. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1982.
- WOLLWEILER, Sabrina. *Baqueanos y lenguaraces en la frontera sur a fines del período colonial*. Buenos Aires: Ediciones Periplos, 2017.
- WOORTMANN, Klass. O selvagem e a História. Heródoto e a questão do Outro. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol.43 n.1 São Paulo, p. 13-59. 2000.
- YULN, Melina. Una historia de fronteras. El territorio y los relatos culturales de la frontera en la construcción nacional de Argentina, Brasil y Estados Unidos. *Pampa. Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales*, Santa Fe, ano 6, n° 6, p. 231-244. 2010.
- ZALLA, Jocelito. *A invenção de Simões Lopes Neto: literatura e memória histórica no sul do Brasil*, Tese de doutorado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- ZEBALLOS, Estanislao Severo. *Alegato de la República Argentina sobre la cuestión de límites con el Brasil en el Territorio de Misiones, sometida al presidente de los Estados Unidos de acuerdo con el Tratado de Arbitraje de 7 de setiembre de 1889*. Washington, 1894.

- ZISMAN, Ladislao; SCHERER, Alfonso. *La selva vencida*. Crónica del departamento de Iguazú. Buenos Aires: Marymar Ediciones, 1976.
- ZOUVI, Susana, *La Federalización de Misiones*, Dossier: Reflexiones en torno a los estudios sobre Territorios. Disponível em <http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/tn13.pdf>>. Acesso em 29 jan. 2020.
- ZUCCARINO, Maximiliano. Competencia y rivalidad argentino-brasileña en el Paraguay tras la Guerra de la Triple Alianza. *Revista de História da UEG*, Morrinhos, v. 3 n. 2, p. 1-29. 2014
- ZUCCARINO, Maximiliano; ARANHA, Bruno Pereira de Lima. A incidência de fatores internos na formulação da política externa: O Brasil e seu projeto de nação na fronteira com a Argentina durante a transição do Império para a República. *Dimensões- Revista de História da UFES*, Vitória, v. 41, p. 181-213, jul.- dez. 2018,
- ZUSMAN, Perla Brígida, *Sociedades Geográficas na promoção do saber ao respeito do território*. Estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945). (Dissertação de Mestrado) – Programa de Integração em América Latina (PROLAM/USP), São Paulo, 1996.
- _____. La alteridad de la nación. La formación del Territorio del Noroeste del Río Ohio de los Estados Unidos (1787) y de los Territorios Nacionales en Argentina (1884). *Documents d'anàlisi geogràfica*, vol. 56, nº 3, p. 503-524, 2010.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

- Antigualhas, histórias e genealogia - Alemães no RS: os Beck, na região das Missões. Disponível em: <http://pufal.blogspot.com/2015/08/alemaes-no-rs-os-beck-na-regiao-das.html>> Acesso em 15 fev. 2019.
- Antigualhas, histórias e genealogia - Famílias Portuguesas nas Missões (Família Pereira Marques). Disponível em: <http://pufal.blogspot.com/2011/02/familias-portuguesas-nas-missoes.html>> Acesso em 15 jan. 2019.
- Artigos Declaratórios da Demarcação de Fronteiras entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, assinados no Rio de Janeiro em 4 de Outubro de 1910. Disponível em: <http://info.lncc.br/att1910.html>> Acesso em 23 jan. 2020.
- CARIBOCA. Dicionário online de português. Disponível em <https://www.dicio.com.br/cariboca/>>. Acesso em 23 jan. 2020.
- Civilización o barbarie, el dilema de Pesatti. Reportagem disponível em: <https://www.enestosedias.com.ar/2623-civilizacion-o-barbarie-el-dilema-de-pesatti>". Acesso em 6 jul. 2020.
- Decreto nº 2.502, de 16 de Novembro de 1859 crea mais duas colonias militares na Provincia do Paraná ao occidente dos rios Chapecó e Chopim, nos pontos que

forem designados pelo Presidente da Província. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2502-16-novembro-1859-557770-publicacaooriginal-78434-pe.html> Acesso em 10 set. 2018.

Decreto nº 5324 de 2 de Julho de 1873 concede a José Francisco Thomaz do Nascimento, permissão para explorar e lavrar minas de turfa, carvão de pedra e schistos betuminosos, nas terras de sua propriedade sitas nas Comarcas de Porto Seguro e Ilhéos, na Província da Bahia. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=408318&id=14384615&idBinario=15633373&mime=application/rtf> > Acesso em 5 ago. 2018.

Decreto nº 9261, de 16 de agosto de 1884 concede permissão a José Francisco Thomaz do Nascimento para explorar minerais na Província do Paraná. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9261-16-agosto-1884-543978-publicacaooriginal-54773-pe.html> Acesso em 4 ago. 2018.

El País, Desaparece un defensor de la libertad de prensa en América Latina. Originalmente publicado em 28/12/1977.

Disponível em:

https://elpais.com/diario/1977/12/28/internacional/252111615_850215.html
Acesso em 22 jan. 2020.

Família Petroski. Disponível em <https://famiapetroski.blogspot.com/2015/02/museu-paranaense-imprensa-paranaense.html> > Acesso em 22 jan. 2020. José Maria Petroski

Lei nº 555 de 15 de junho de 1850 fixando a despesa e orçando a receita para o exercício de 1850 a 1851. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=542033&id=14387177&idBinario=15632950&mime=application/rtf> Acesso em 10 set. 2018.

Ley N° 1.420 de Educación común, gratuita y obligatoria. Disponível em < <http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/normas/5421.pdf> > Acesso em 30 jan. 2020.

Ley 1.532 de Organización de los Territorios Nacionales. Disponível em: http://es.wikisource.org/wiki/Ley_N%C2%B0_1532_de_Organizaci%C3%B3n_de_los_Territorios_Nacionales>. Acesso em 16 ago. 2018.

PR - Povo Kaingang de Laranjeiras do Sul: acampados perto de suas terras, esperando a demarcação e o reconhecimento de seus direitos. <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflicto=pr-povo-kaingang-de-laranjeiras-do-sul-acampados-perto-de-suas-terras-esperando-a-demarcacao-e-o-reconhecimento-de-seus-direitos>> Acesso em 23 jan. 2020.